

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS

DANILO BRANCALHÃO BERBEL

**ENQUADRAMENTOS E AGENDAS DA COBERTURA SOBRE
TRANSGÊNICOS NOS JORNAIS PAULISTAS: INFORMAÇÃO
COMO POTENCIAL SUBSÍDIO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

BAURU, SP

2008

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS

DANILO BRANCALHÃO BERBEL

**ENQUADRAMENTOS E AGENDAS DA COBERTURA SOBRE
TRANSGÊNICOS NOS JORNAIS PAULISTAS: INFORMAÇÃO
COMO POTENCIAL SUBSÍDIO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, sob orientação do Prof. Dr. Danilo Rothberg.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Rothberg.

BAURU, SP

2008

*Agradeço a Deus, por ter criado tudo isso,
aos meus pais e familiares, que me apoiaram e acreditaram em meu potencial,
aos meus colegas, que caminharam comigo nesta etapa de meu desenvolvimento
e aos meus professores, que em muito contribuíram para o meu crescimento.*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de matérias publicadas pela Folha de S. Paulo, entre março de 2005 e setembro de 2007, de acordo com suas editorias, sobre a temática dos transgênicos.....	225
Gráfico 2: Número de textos de gênero opinativo publicados pela Folha de S. Paulo, entre março de 2005 e setembro de 2007, de acordo com suas editorias e gêneros, sobre a temática dos transgênicos.....	226
Gráfico 3: Número de fontes entrevistadas pela Folha de S. Paulo, entre março de 2005 e setembro de 2007, de acordo com suas categorizações.....	227
Gráfico 4: Perspectivas favoráveis aos transgênicos (tons de azul) e perspectivas de riscos dos OGMs (tons de laranja) nos enquadramentos construídos pela Folha de S. Paulo nos textos informativos publicados no período de março de 2005 e setembro de 2007.....	228
Gráfico 5: Perspectivas favoráveis aos transgênicos (tons de azul) e perspectivas de risco dos OGMs (tons de laranja) nos enquadramentos construídos pela Folha de S. Paulo nos textos de gênero opinativo publicados no período entre março de 2005 e setembro de 2007.....	229
Gráfico 6: Número de matérias publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, no período entre março de 2005 e setembro de 2007, de acordo com suas editorias, sobre a temática dos transgênicos.....	255
Gráfico 7: Número de textos opinativos publicados pelo jornal O Estado de S. Paulo, entre março de 2005 e setembro de 2007, de acordo com suas editorias e gêneros, sobre a temática dos transgênicos.....	255
Gráfico 8: Número de fontes entrevistadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, entre março de 2005 e setembro de 2007, de acordo com suas categorizações.....	256
Gráfico 9: Perspectivas favoráveis aos transgênicos (tons de azul) e perspectivas de riscos dos OGMs (tons de laranja) nos enquadramentos construídos pelo Estado de S. Paulo nos textos informativos publicados entre março de 2005 e setembro de 2007.....	258
Gráfico 10: Perspectivas favoráveis aos transgênicos e perspectiva desfavorável à consulta pública nº63 da Anvisa nos enquadramentos construídos pelo Estado de S. Paulo nos textos de gênero opinativo publicados entre março de 2005 e setembro de 2007.....	258

SUMÁRIO

Resumo.....	6
Abstract.....	7
1. Introdução.....	8
2. Revisão da Literatura.....	12
2.1 Democracia digital.....	12
2.2 <i>Agenda-setting</i> : a agenda da mídia.....	18
2.3 Enquadramentos da mídia.....	23
2.4 Enquadramento, <i>agenda-setting</i> e <i>priming</i>	34
2.5 Pesquisas relacionadas aos OGMs.....	40
2.6 Poder simbólico e discurso.....	47
3. Objetivos.....	57
4. Materiais e métodos.....	58
5. Resultados.....	60
5.1 Análise dos textos informativos da Folha de S. Paulo.....	60
5.2 Análise dos textos opinativos da Folha de S. Paulo.....	123
5.3 Análise dos textos informativos do Estado de S. Paulo.....	143
5.4 Análise dos textos opinativos do Estado de S. Paulo.....	220
6. Discussão dos resultados.....	225
6.1 Discussão dos resultados: Folha de S. Paulo.....	225
6.1.1 Transgênicos enquadrados favoravelmente.....	229
6.1.2 Ênfase sobre possíveis riscos relacionados à utilização de transgênicos.....	247
6.1.3 Outras perspectivas da cobertura da Folha sobre transgênicos.....	253
6.2 Discussão dos resultados: O Estado de S. Paulo.....	255
6.2.1 Transgênicos enquadrados favoravelmente.....	259
6.2.2 Ênfase sobre possíveis riscos relacionados à utilização de transgênicos.....	269
6.2.3 Enquadramento sobre a consulta pública <i>online</i> nº 63 da Anvisa.....	276
6.2.4 Outras perspectivas da cobertura do Estadão sobre transgênicos.....	280
6.3 Perspectivas simbólicas, política pública e interesses.....	282
7. Considerações finais.....	291
8. Referências bibliográficas.....	296
Anexos.....	299

RESUMO

As consultas públicas *online* são novas formas de se discutir e produzir a decisão política que podem proporcionar uma inserção mais significativa da sociedade na formulação de políticas públicas. Entre julho e setembro de 2007, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) manteve aberta a consulta pública *online* nº 63, para receber contribuições à Proposta de Regulamento Técnico de avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de organismo geneticamente modificado (OGM) e de alimentos contendo ou consistindo de produtos derivados de animais alimentados com OGM ou com seus produtos derivados. A participação em consultas requer conhecimentos e informações que sustentem a formação de sugestões consistentes, e o cenário composto pelo jornalismo nas sociedades contemporâneas ainda é fonte relevante nesse contexto. Esta pesquisa identificou os principais enquadramentos e agendas construídos pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo de março de 2005 a setembro de 2007 sobre assuntos ligados ao objeto da consulta pública *online* Anvisa nº 63, a fim de avaliar a pluralidade de informações e interpretações oferecidas pelos dois principais jornais do Estado como potencial subsídio à participação política na construção do regulamento em questão. Pode-se indicar que, mesmo com uma cobertura fragmentada e que tendeu a enquadrar majoritariamente os OGMs de maneira favorável, o que confronta os princípios éticos de pluralidade e equilíbrio necessários ao jornalismo, Folha e Estadão ofereceram subsídio relevante à participação política e figuram como fontes de informação significativas para a compreensão de complexas temáticas referentes ao desenvolvimento sustentável na atualidade.

Palavras-chave: mídia; democracia digital; jornalismo; enquadramento; transgênicos.

ABSTRACT

Online public consultations are new forms of discussing and generating political decisions, which can provide a significant channel of participation in the formulation of public policies. From July to September 2007, the Agência Nacional de Vigilância Sanitária (National Agency of Sanitary Control, Anvisa) launched the online public consultation nº 63, with the purpose of getting contributions to the Proposal of Technical Rules to the evaluation of the safety to the human consumption of food having or consisting of genetically modified organisms (GMOs) and of food having or consisting of products derived from animals fed by GMO or from their derived products. The participation in consultations demands knowledge and information which sustain the development of perspectives and consistent suggestions, and the scene constructed by journalism still is a relevant source in this context. This project identified the main frames and agendas built by the newspapers Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo from March 2005 to September 2007 about subjects connected to the focus of the online public consultation nº 63, in order to evaluate the plurality of information and interpretations offered by the two main newspapers of the state of São Paulo as a potential support of political participation in the formulation of the rules in question. It can be said that despite a fragmented coverage, with a majority of positive frames of GMOs, which confront journalism ethical principles such as pluralism and balance, Folha e Estadão offered relevant content to support the political participation and can be seen as sources of significant information to the understanding of complex matters related to the sustainable development at the present time.

Keywords: media; digital democracy; journalism; framing; transgenics.

1. INTRODUÇÃO

Com a utilização da internet, é possível que se desenvolvam diferentes formas de se discutir e produzir a decisão política. As consultas públicas *online* são uma delas, que pode proporcionar uma participação mais significativa da sociedade na formulação de políticas públicas. Atualmente, os *websites* do governo federal brasileiro já estão explorando as novas tecnologias nesse sentido, especialmente para consultar setores estratégicos na definição de políticas de saúde e meio ambiente. Destaca-se, neste contexto, a consulta pública *online* realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nº 63, de 11 de julho de 2007, em torno da Proposta de Regulamento Técnico de avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de organismo geneticamente modificado (OGM) e de alimentos contendo ou consistindo de produtos derivados de animais alimentados com OGM ou com seus produtos derivados.

A proposta da Anvisa, que acolheu contribuições até 10 de setembro de 2007, teve o objetivo de instituir normas para o setor e definir funções para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança — CTNBio, instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo, integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia, conforme o Art. 10 da Lei de Biossegurança — nº 11.105 de 24 de março de 2005.

A proposta visa à instauração de “procedimentos para avaliação de segurança de alimentos para o consumo humano, contendo ou consistindo de OGM ou de seus derivados” (artigo 1º). A delimitação das questões sob consulta é específica. De acordo com o âmbito de aplicação do regulamento em consulta, suas normas não se aplicam: “a) à avaliação de questões ambientais; b) à avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos provenientes de animais tratados terapeuticamente com vacinas, contendo ou consistindo de organismos geneticamente modificados; c) à avaliação de segurança de alimentos obtidos de animais modificados geneticamente; d) às solicitações que não se destinem à liberação comercial”.

A definição do escopo do regulamento está relacionada aos fluxogramas propostos pela Anvisa para encaminhar complexos processos de avaliação que têm, como pilares, o Ministério da Saúde, representado pela Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), e o Ministério da Ciência e Tecnologia, representado pela Comissão Técnica Nacional de Bios-

segurança (CTNBio). Assim, potenciais conflitos de interesse existentes no âmbito do próprio governo federal podem encontrar formas de intermediação nos procedimentos em consulta. Considera-se no âmbito desta proposta de pesquisa que o texto da consulta e a delimitação de objetivos e procedimentos ali existentes se relacionam a mediações para eventuais divergências existentes entre os ministérios em questão e os interesses que eles abrigam, como aqueles ligados à pesquisa científica e tecnológica com OGMs, ao agronegócio exportador e aos defensores da adoção de salvaguardas ambientais diante da liberação do cultivo e do consumo de OGMs. O próprio texto da consulta deve, desta forma, ser problematizado no contexto dos enquadramentos que ele oferece como balizas para a definição de políticas públicas do setor.

Além disso, a participação em consultas públicas requer conhecimentos e informações que sustentem a formação de perspectivas e sugestões consistentes, de acordo com a realidade do país e do mundo. Indivíduos e setores estratégicos que desejam participar de uma consulta pública devem buscar fontes diversas de informação e interpretação, e o cenário composto pelo jornalismo nas sociedades contemporâneas ainda é relevante nesse contexto. Adicionalmente, os meios de comunicação devem ser considerados veículos de expressão de conflitos entre setores sociais diversos, de maneira que elites econômicas e políticas encontram ali um espaço de luta simbólica, através da qual procuram fazer com que suas perspectivas se tornem dominantes na esfera pública (BOURDIEU, 1999; CORCUFF, 2001; DAVIES, 2002).

Metodologicamente, na análise dos posicionamentos veiculados pelas mídias jornalísticas, é preciso considerar que as apropriações simbólicas estão associadas a discursos característicos de setores sociais, econômicos e políticos determinados (HALL, 2003). E tais discursos se associam a marcos interpretativos singulares, que podem ser identificados pela pesquisa em comunicação na forma de enquadramentos — *framing* — e agendas — *agenda-setting* (PORTO, 2004; AZEVEDO, 2004; WOLF, 2005).

Surgem, assim, os seguintes os problemas de pesquisa:

a) Quais são as perspectivas simbólicas (e os correspondentes interesses políticos) subjacentes às propostas de encaminhamento dos procedimentos de avaliação de segurança de alimentos para o consumo humano, contendo ou consistindo de OGM ou de seus derivados, contidas no texto da consulta pública da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa) nº 63, de 11 de julho de 2007? Ou seja, quais são os enquadramentos oferecidos pelo próprio poder público quando formula políticas públicas de regulamentação do setor? b) quais são os enquadramentos e agendas — e os correspondentes interesses políticos e econômicos — que podem ter contribuído para subsidiar a participação na consulta em questão, considerando-se os dois principais jornais do Estado de São Paulo (em relação à tiragem diária¹), no período de março de 2005, mês em que a Lei de Biossegurança foi sancionada pela Presidência da República, até setembro de 2007, mês em que foi concluída a consulta pública da Anvisa nº 63? c) quais são as semelhanças, oposições e contrastes entre as perspectivas simbólicas contidas no texto da consulta pública Anvisa nº 63 e os enquadramentos e agendas construídos pelos dois principais jornais do Estado de São Paulo no período em questão?

Este relatório final apresenta os resultados de investigação realizada com bolsa da Modalidade de Iniciação Científica da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo concedida entre maio e dezembro de 2008 (oito mensalidades, ao todo), na qual esses problemas de pesquisa se relacionaram ao objetivo geral de identificar os principais enquadramentos e agendas construídos pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo de março de 2005 a setembro de 2007 a respeito de assuntos ligados ao objeto da consulta pública online Anvisa nº 63, a fim de avaliar a pluralidade de informações e interpretações oferecidas pelos dois principais jornais do Estado como potencial subsídio à participação política.

Todas as etapas previstas no plano de trabalho aprovado pela Fapesp foram integralmente cumpridas: a) levantamento bibliográfico — revisão de livros, artigos científicos, teses e monografias sobre o tema pesquisado; b) coleta de dados — leitura e seleção das matérias pertinentes segundo os objetivos da pesquisa; c) análise e interpretação de dados — identificação, na amostra analisada, de enquadramentos e agendas de acordo com a seleção, a ênfase e a exclusão de informações e interpretações. Preenchimento de quadros com os dados apurados. Caracterização global de enquadramentos e agendas construídos pelos jornais selecionados a respeito da temática pesquisada. Interpretação e análise de enquadramentos e agendas como apropriações de poder simbólico que se associam a relações de poder real entre os interesses envolvidos nas políticas públicas propostas pela consulta pública online Anvisa nº 62; d) redação do trabalho final; e) considerações finais, revisão e

conclusão.

Desta forma, este Relatório Final, o único exigido de acordo com o Termo de Outorga, detalha os progressos realizados durante toda a consecução da pesquisa.

O item 2 deste Relatório consiste em uma revisão da literatura científica pertinente, abrangendo os seguintes temas: a) democracia digital; b) *agenda-setting*: a agenda da mídia; c) enquadramentos da mídia; d) enquadramento, *agenda-setting* e *priming*; e) pesquisas relacionadas aos organismos geneticamente modificados; f) poder simbólico e discurso.

Os itens 3 e 4 descrevem, respectivamente, os objetivos e a metodologia do trabalho. O item 5 apresenta os resultados gerais, com quadros de caracterização de enquadramentos e agendas das 163 matérias analisadas, separadas por veículo e gênero. O item 6 contém a discussão dos resultados, que são então comentados à luz dos objetivos da pesquisa. Por último, o item 7 apresenta considerações finais.

Pode-se indicar que, mesmo com uma cobertura fragmentada e que tendeu a enquadrar majoritariamente os OGMs de maneira favorável, o que confronta os princípios éticos de pluralidade e equilíbrio necessários ao jornalismo, Folha e Estadão ofereceram subsídio relevante à participação política e figuram como fontes de informação significativas para a compreensão de complexas temáticas referentes ao desenvolvimento sustentável na atualidade.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Democracia digital

Uma percepção recorrente entre os cientistas sociais é a de que as práticas democráticas e as formas institucionais de representação política enfrentam um contexto de crise. Trata-se de uma crise “de um padrão simbólico da experiência democrática que pretende que o cidadão (...) seja aquele que governe”, indica Gomes (2005, p. 217).

A participação civil estaria restrita ao ato de eleger representantes e lhes reservar o poder da decisão política. A distância, portanto, entre as esferas civil e política assumiria grandes proporções, deixando para trás até mesmo os princípios mais básicos da democracia idealizada pelos gregos.

Daí o advento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) representar uma possibilidade de superação desse quadro, fazendo ressurgirem as “esperanças de modelos alternativos de democracia que implementem uma terceira via entre a democracia representativa, que retira do povo a decisão política, e a democracia direta, que a quer inteiramente consignada ao cidadão”, sustenta Gomes (2005, p. 218).

Conforme avançam as tecnologias, práticas já em uso são modernizadas. Na gestão pública, as formas de democracia eletrônica são tidas como promissoras. “A internet é tomada, por diferentes autores, como uma espécie de ‘revigorante’ da esfera pública política argumentativa”, sustenta Marques (2006, p. 167). O potencial do meio viria de duas formas: em primeiro lugar, se “concede oportunidade de expressão a vozes marginais, sem as barreiras impostas pela censura governamental ou pelos interesses das indústrias do entretenimento e da informação”; em segundo lugar, se oferece “a chance da reciprocidade discursiva advinda da esfera civil”.

Para Marques (2006, p. 168), a novidade na forma de se comunicar traz discussões sobre a categoria de esfera pública, indispensável para entender a relação que se tinha entre Estado e esfera civil e como esta relação pode ficar com o advento das novas tecnologias. Como esfera pública, pode se entender:

(a) o *debate deliberativo*, essencial à democracia, que pode ser exemplificado através das argumentações apresentadas nas casas parlamentares, ou mesmo ligado a assuntos de um grupo particular, como uma associação de moradores ou acionistas de uma empresa, com o objetivo de definir políticas;

(b) o *debate não-deliberativo*, na maioria dos casos com fins informativos, com a intenção de fornecer aos interessados uma maior capacidade de reflexão dos prós e contras de determinada matéria (ou apenas mantê-los a par do assunto). Este debate também pode ser classificado como *conversação civil*, ocorrendo em situações cotidianas, sem a marca da formalidade. Por último, a esfera pública pode consistir de uma (c) *esfera de exposição* ou *visibilidade pública*, quer dizer, quando não há necessariamente uma realização dialógica entre quem emite e quem recebe determinado conteúdo, ocorrendo a exposição, sobretudo através dos *mass media*, de materiais acerca do que deverá habitar os setores deliberativos (GOMES, 1999 apud MARQUES, 2006, p. 168).

Mas a internet não garante, por si só, que a democracia seja melhorada. Ela serve como elemento de apoio e, com outras ferramentas de inclusão digital e políticas direcionadas, tende a trazer a possibilidade de aperfeiçoamento do sistema democrático.

Gomes (2005) caracteriza cinco graus possíveis de democracia digital que abrangem desde a oferta de informações básicas até as chances de um governo com as tomadas de decisão totalmente nas mãos da população.

“O grau mais elementar é aquele representado pelo acesso do cidadão aos serviços públicos através da rede (...). No mesmo nível está a prestação de informação por parte do Estado” (p. 218).

No primeiro grau, não há participação civil na política. O cidadão apenas recebe informações sobre os negócios políticos, sem se manifestar a respeito deles.

No segundo grau, segundo Gomes (2005), haveria um início de porosidade do governo quanto ao posicionamento da opinião pública. “O segundo grau é constituído por um Estado que consulta os cidadãos pela rede para averiguar a sua opinião a respeito de temas de agenda pública e até, eventualmente, para a formação da agenda pública” (p. 218).

Neste caso, a opinião é coletada sem confirmação de que será aproveitada para qualquer fim. O Estado limita-se a disponibilizar-se ao cidadão para que ele exponha suas idéias sobre determinados assuntos, sem dar, efetivamente, garantia de que elas serão aproveitadas.

O terceiro grau, segundo Gomes, é mais sofisticado. A intensidade na prestação de informações e prestação de contas é de tal forma que adquire um alto nível de transparência para o público.

“Neste caso, porém, o Estado presta serviços, informações e contas à cidadania, mas não conta com ela para a produção da decisão política”, indica Gomes (2005, p. 219).

Na formulação de Gomes (2005), o quarto grau corresponde a determinados modelos de democracia deliberativa, que combina o modelo de democracia participativa com democracia representativa. “A esfera política se mantém, mas o Estado se torna mais poroso à participação popular, permitindo que o público não apenas se mantenha informado sobre a condução dos negócios públicos, mas também que possa intervir deliberativamente na produção da decisão política”, argumenta o autor (p. 219).

Neste caso, a esfera civil não restringe sua participação na formação eleitoral da esfera política, como ocorre atualmente, mas tem participação na tomada de decisão dos negócios políticos. Essa intervenção se faz pelos meios eletrônicos de interação.

Silva (2005, p. 456) analisa o potencial do quarto grau de democracia digital, que consistiria “na criação de processos e mecanismos de discussão, visando o convencimento mútuo para se chegar a uma decisão política tomada pelo próprio público, definindo práticas mais sofisticadas de participação democrática”.

O quinto e mais intenso grau de participação popular nos negócios políticos corresponde, segundo Gomes, a modelos de democracia direta em que não existe esfera política profissional, e o próprio público controla a decisão política. “O resultado do estabelecimento de uma democracia digital de quinto grau seria, por exemplo, um Estado governado por plebiscitos on-line em que à esfera política restaria exclusivamente as funções de administração pública” (GOMES, 2005, p. 219).

Os diversos graus não são excludentes entre si, ou seja, é possível que coexistam em um sistema democrático em níveis variados. É o que ele apresenta em sua pesquisa sobre os *websites* governamentais das capitais brasileiras.

Silva (2005) pesquisou 24 *websites* das capitais brasileiras em novembro e dezembro de 2004, identificando como se manifestam o primeiro, o segundo e o terceiro graus de democracia digital.

O primeiro grau, característico por seu modo informativo, é predominante: 91,67% dos *sites* continham informações institucionais genéricas, como endereço físico e eletrônico da prefeitura, telefones da administração etc, assim como notícias sobre a administração municipal produzidas pelo próprio governo.

Do segundo grau, 50% dos sites analisados apresentaram meios para recepção de críticas do cidadão, não-publicadas no portal. Do terceiro grau, 87,50% ofereceram a possi-

bilidade de acompanhamento financeiro do governo.

Silva aponta para a utilização da democracia digital na esfera da informação e prestação de serviços baseada na relação tributária entre cidadão e governo. A esfera da participação política seria pouco explorada no âmbito das capitais estaduais:

Não há ainda indícios de um tipo de participação política mais sofisticada no âmbito da esfera governamental das capitais brasileiras que indiquem o emprego das tecnologias da comunicação para um efetivo papel da esfera civil na produção da decisão pública: esta continua na esfera política sem abertura efetiva de poder visando maior intervenção do cidadão comum (SILVA, 2005, p. 465).

Mais recentemente, multiplicaram-se as consultas públicas no Brasil, sobre temas como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens; a Proposta de Regulamento Técnico de publicidade de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional; e a Proposta de Regulamento Técnico de avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de organismo geneticamente modificado (OGM) e de alimentos contendo ou consistindo de produtos derivados de animais alimentados com OGM ou com seus produtos derivados.

O grau de democracia digital aberto pela realização de consultas públicas sobre temas como estes no Brasil amplia de tal forma a esfera pública deliberativa que passa a ser relevante avaliar como outras fontes de informação podem subsidiar a participação.

Afinal, a disponibilidade de informação tem sido considerada peça fundamental para o aperfeiçoamento democrático. “Um ponto de estrangulamento importante, quando se pensa no aprofundamento das democracias contemporâneas, é a difusão da informação”, assinala Miguel (2004, p. 130):

De forma um tanto esquemática, é possível dizer que, para que o cidadão seja capaz de fazer uma opção política consciente, ele precisa estar provido de informações adequadas sobre: (a) quais são os projetos em disputa, quem os apóia, quais interesses eles promovem e quais prejudicam; e (b) o mundo social, isto é, quais são os desafios a serem enfrentados, as alternativas possíveis e suas conseqüências.

O autor afirma o papel da pluralidade na provisão de informação política. “O que está em jogo são os princípios de percepção do mundo político e social, envolvendo cren-

ças, valores e convicções”, detalha Miguel (2004, p. 130) “Os fatos não precisam apenas ser apresentados, eles precisam ser selecionados, interpretados, encaixados em narrativas dotadas de poder explicativo, ter seu peso relativo avaliado”. O que deve diferenciar a informação em uma democracia é, assim, sua natureza plural. “As diferentes perspectivas e visões-de-mundo devem estar disponíveis para o conjunto de cidadãs e cidadãos” (p. 130-131).

Para Rothberg (2008, p. 150), os “mecanismos de participação democrática proporcionados pelas novas tecnologias representam a possibilidade de alargamento do espaço público e a conseqüente inserção organizada de setores diversos nos processos de definição de políticas públicas”. No Brasil, essas práticas são reconhecidas através das diretrizes de governo eletrônico, em que são incentivadas a aproximação política dos cidadãos e a participação da democracia digital oferecida. Duas ferramentas possíveis para aproximar e inserir o cidadão na deliberação política são fóruns de discussão e consultas públicas *online*, disponíveis em *websites* governamentais.

O autor (2008, p. 150) explica que é preciso levar em consideração que a tecnologia “pode ser explorada a fim de oferecer subsídios para a avaliação de questões complexas, compondo um sistema de expressão e intercâmbio de informações e de posicionamentos institucionais e setoriais capaz de gerar acumulação de capital social” e, desta forma, “trazer ganhos de eficiência à implementação de políticas públicas em setores diversos”. O autor sugere entender a participação através da divisão de setores sociais, em que cada setor participaria de acordo com os conhecimentos e sugestões que pudessem oferecer para contribuir para o aprofundamento da discussão.

A implementação desses canais de interatividade utilizando as novas tecnologias é um grande desafio para os governos democráticos. “Subjacente à busca por meios de utilização inteligente da internet nesse contexto está uma percepção simples: as decisões políticas tomadas com a legitimidade obtida através de consultas públicas online (...) tendem a diminuir eventuais resistências a mudanças e novas circunstâncias” (ROTHBERG, 2008, p. 150-151). Os ganhos que estes recursos podem gerar estão além da mera participação na gestão pública, pois o cidadão se sentia como parte dela e exerceria um papel ativo na política, da forma que seria mais satisfatória em uma democracia deliberativa.

Rothberg (2008, p. 151) sugere que “uma burocracia governamental pode não dis-

por, sozinha, do poder político exigido para conduzir políticas públicas bem-sucedidas”. A inclusão dos cidadãos na deliberação de políticas não deve ser vista como perda de autonomia governamental, mas, como explica o autor (p. 151), como “ampliação da capacidade de produzir a resposta desejada pelas comunidades”.

Segundo Rothberg (2008, p. 152) “o potencial da internet para ampliar o nível de informação política é limitado por fatores como o desinteresse das pessoas ou a incapacidade em assimilar grandes volumes de dados”. Isso, entretanto, pode ser revertido com o estímulo à participação cívica, com “informação relevante e suporte para discussões coerentes em torno de eixos determinados”.

Esta “abertura política” não significa uma perda de poder ou autonomia governamental, mas o aumento da capacidade de produzir políticas públicas seguindo os interesses da população, seus principais beneficiados.

O resultado, como explica Rothberg (2008, p. 153), “pode ser a aproximação de um sistema político ao modelo de democracia deliberativa”, em que a legitimidade do poder político venha da deliberação da esfera pública.

Alguns países europeus aceitaram bem a nova tecnologia como uma extensão do poder político e como uma possibilidade de aproximação governamental com a população. Tanto que o Parlamento inglês publicou, em 2002, um manual que orienta a realização de consultas públicas online. O documento ressalta que devem ser dadas ao público informações claras sobre os critérios de participação.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração, segundo Rothberg (p. 164), é “se os participantes efetivamente oferecem idéias consistentes e informação pertinente à temática em questão, com dados e indicadores que fundamentem suas perspectivas, ou se apenas repetem clichês repercutidos pelo jornalismo comercial”. Não seria proveitoso que os fóruns sustentassem discussões de cidadãos que não se apóiam em argumentos consistentes para melhorar o desempenho das tomadas de decisões políticas.

Pesquisas que buscam conhecer a qualidade da informação oferecida em fóruns e consultas públicas podem seguir a metodologia proposta pela análise de conteúdo, que, segundo Rothberg (2008, p. 165), “implica definir termos, sintagmas e outras unidades lexicais (...) e verificar sua ocorrência nos textos enfocados, procedimento que deve ser conduzido de maneira a permitir inferências sobre temas e significados mais presentes”. Isso

propiciaria ao pesquisador uma avaliação quantitativa. Para fundamentar uma avaliação qualitativa, Rothberg sugere a análise de enquadramento, que será abordado nesta revisão mais adiante.

O autor (p. 166) sintetiza objetivos relevantes às pesquisas sobre o assunto:

Em torno de consultas e fóruns online existentes no âmbito dos websites governamentais brasileiros, cabe verificar a qualidade da inserção proporcionada no processo de produção e avaliação de políticas públicas, verificando-se o foco (quais aspectos da política pública em questão estão em consulta); a abrangência (quantos aspectos e qual a relevância das questões em consulta); as conseqüências (potencial efetivo de intervir no processo de gestão pública, considerando-se a dimensão das questões postas em consulta diante dos outros aspectos políticos ali envolvidos).

Além disso, como explica Rothberg (2008, p. 166), “é relevante avaliar a qualidade das informações, em seus aspectos de pluralidade e integralidade de dados e quadros interpretativos, oferecidas pelos websites do governo federal brasileiro para subsidiar os processos de consulta pública de leis e regulamentos”. Neste contexto, análises quantitativas (conteúdo) e qualitativas (frames) podem ser proveitosas. Adiante, podem contribuir para

conhecer a função das inserções de cada participante (se lançam e trocam idéias, se apresentam dados e argumentos, se efetivamente discutem as proposições em questão ou se apenas expressam opiniões vagas e desqualificam posicionamentos alheios) e a pertinência do debate em geral (se proporciona a construção de posicionamentos balizados em dados e fatos objetivos ou se serve apenas para a exposição de comentários superficiais e irônicos, se gera realmente troca de idéias ou apenas dá vazão a monólogos e reforça preconceitos) (ROTHBERG, 2008, p. 166).

Os mecanismos de *agenda-setting* e enquadramento, dominantes no campo midiático e resultado da expressão de perspectivas específicas pelos meios jornalísticos, não podem ser ignorados neste contexto, porque representam potenciais limitações à oferta de subsídios para a participação política.

2.2 Agenda-setting: a agenda da mídia

A hipótese de *agenda-setting* sustenta pesquisas que investigam a agenda da mídia a fim de identificar as maneiras pelas quais ela influenciaria a agenda do público. “As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo”, sustenta Shaw (1979 apud Wolf, 2005, p. 143).

Além disso, o público tende a conferir importância a temas que refletem de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas e às pessoas. O que se discute com a *agenda-setting* é a possibilidade de a mídia orientar a agenda do público, sem intenção de persuadir ou manipular o pensamento das pessoas.

Azevedo (2004, p. 52) caracteriza as maneiras pelas quais os meios de comunicação exercem poder de agenda:

a) a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia; b) ao enfatizar determinados temas, acontecimentos e atores sobre outros, estabelece uma escala de proeminências entre esses objetos; c) ao adotar enquadramentos positivos ou negativos sobre os temas, acontecimentos e atores, constrói atributos (positivos ou negativos) sobre esses objetos; d) há uma relação direta e causal entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas (*issues*) importantes num determinado período de tempo.

Os tópicos *a* e *b* fazem referência ao primeiro nível de efeito da *agenda-setting*, classificado como proeminência do objeto. O *c* se refere ao segundo nível de efeito, chamado de proeminência de atributos ou formas de enquadramento: “(...) a mídia não apenas nos diz o que pensar (o primeiro nível de *agenda-setting*), mas também nos diz como pensar sobre algo (o segundo nível da *agenda-setting*) (p. 53)”.

Wolf (2005) indica que a ação da mídia sobre as pessoas influencia a percepção que elas tendem a possuir sobre a ordem das questões mais importantes em dado momento. São os temas que os meios de comunicação relacionam como relevantes para os receptores. Haveria, segundo o autor, dois níveis de atuação nesse sentido: “*a*. a ‘ordem do dia’ dos temas, argumentos, problemas, presentes na agenda da mídia; *b*. a hierarquia de importância e de prioridade com que esses elementos estão dispostos na ‘ordem do dia’” (WOLF, 2005, p. 146).

Para Wolf (2005), existe diferença na eficácia da influência da agenda entre os meios de comunicação. A televisão, por exemplo, quando apresenta notícias em curtos espaços de tempo, dificultaria a criação do que o autor (p. 148) chama de “eficácia cognitiva duradoura”. Já a informação impressa possuiria mais capacidade de influenciar a relevância dos problemas apresentados. Pode-se, então, supor que “os vários meios de comunicação de massa possuem uma capacidade diferenciada de estabelecer a ordem do dia dos argumentos publicamente relevantes. A televisão parece menos influente do que a informação impres-

sa” (WOLF, 2005, p. 150).

Entende-se que, como uma pessoa não é capaz de estar em todos os lugares para saber o que se passa no mundo, é através da mídia que ela conheceria a realidade da política, da economia e assim por diante. “A hipótese da *agenda-setting* sustenta que a mídia é eficaz na construção da imagem da realidade que o indivíduo começa a estruturar” (WOLF, 2005, p. 152).

Como indicador da ação de *agenda-setting* sobre as pessoas, Wolf (2005, p. 160) aponta os resultados de pesquisas sobre as campanhas eleitorais presidenciais de 1968 nos Estados Unidos. Quando questionados, os eleitores enumeravam a relevância dos temas e assuntos políticos que deveriam ser prioritários para o candidato eleito. Os fatores apontados como importantes pelos indivíduos sondados como foram, em certa medida, semelhantes àqueles apresentados pela mídia.

É rotina entre os produtores de informação criar editoriais ou espaços especiais para a publicação de assuntos relacionados. A este fenômeno, dá-se o nome de “tematização”, que Wolf (2005, p. 165) conceitua como um

procedimento informativo que faz parte da hipótese da *agenda-setting*, representando uma modalidade que lhe é particular: tematizar um problema significativa, na realidade, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe a importância adequada, salientar sua centralidade e sua significatividade em relação ao fluxo normal da informação não-tematizada.

Dessa forma, a tematização se apresenta como a ação de selecionar os grandes temas com os quais se pretende concentrar a atenção do público e possivelmente direcioná-lo a tomar decisões.

Azevedo (2004, p. 53) aponta os procedimentos de pesquisa dos elementos temáticos das agendas construídas pelos meios de comunicação:

(...) a investigação tem como objeto de estudo os itens (temas ou assuntos) publicados ou veiculados pelos meios de comunicação de massa, num determinado período de tempo, bem como a hierarquia estabelecida entre eles. Estes itens, denominados *saliency* (proeminências), constituem a unidade de análise da pesquisa nesta etapa e a operação básica requerida nesta fase é, obviamente, o reconhecimento e a quantificação dos temas presentes em órgãos da imprensa previamente selecionados, visando à elaboração de uma escala de proeminências. Esta escala de proeminências, considerada num período de tempo pré-determinado, é tomada como a agenda da mídia.

Para investigar a agenda do público se faz necessária a realização de pesquisas quantitativas e qualitativas. Segundo Azevedo, “há três tipos de agendas possíveis de identificação por parte do investigador (p. 53)”. A saber:

A primeira é a agenda intrapessoal, formada pela percepção dos temas atuais e o grau de relevância destes temas pelo indivíduo (*individual issue salience*). A segunda é a que se manifesta nas relações interpessoais através da atividade dialógica e se refere aos temas que os indivíduos acreditam ser de maior interesse para os outros (*perceived issue salience*). Finalmente, o terceiro tipo é a agenda pública, que se manifesta através dos diversos estados da opinião pública (*community issue salience*) (p. 53-54).

Para a verificação da agenda do público deve haver a articulação destas três dimensões, ou seja, “a aferição sobre o que as pessoas pensam (intrapessoal), sobre o que falam (interpessoal) ou pensam que os outros falam (percepção dos temas coletivos) (p. 54)”.

O autor propõe cinco itens a serem analisados sob o modelo de *agenda-setting*, que são: a) quadro temporal, que é o período pré-estabelecido para a análise; b) intervalo temporal, que se refere ao tempo para a agenda da mídia produzir efeitos sobre o público; c) duração da agenda da mídia; d) duração da agenda pública; e) período dos efeitos máximos, em que os efeitos da agenda da mídia têm maior intensidade sobre a agenda do público.

Para Azevedo (2004), uma das características positivas desse modelo de análise de conteúdo da mídia é sua capacidade de diálogo com outros modelos de estudo. “Exemplo claro desta flexibilidade foi, sem dúvida, a convergência com o conceito de enquadramento, como resposta às críticas pertinentes de que o efeito de agendamento não podia ser apreendido apenas pela proeminência dos objetos (p. 59-60)”.

A diferença entre teoria e hipótese é um dos pressupostos essenciais para entender *agenda-setting*. Uma teoria, segundo Hohlfeldt (2001, p. 189), é “um paradigma fechado, um modo *acabado* e, neste sentido, infenso a complementações ou conjugações, pela qual *traduzimos* uma determinada realidade segundo um certo *modelo*”. Em contrapartida, uma hipótese é um sistema aberto, inacabado, “adverso ao conceito de *erro* característico de uma teoria”.

Ao estudar o agendamento, devem-se ter em mente alguns conceitos. Um deles é o *fluxo contínuo de informação*, o qual demonstra que o processo de comunicação não é fechado. Os assuntos tratados pela mídia estão interligados ou fazem referências uns com nos outros através de técnicas jornalísticas, como o box, por exemplo. O objetivo é contextuali-

zar o assunto ou mesmo ligá-lo a outro de conhecimento do receptor.

Outro conceito sugerido por Hohlfeldt é que a influência dos meios de comunicação age não a curto prazo, como pressupunham as antigas teorias, mas a médio e longo prazos. “Ou seja, é mediante a observação de períodos de tempo mais longos do que os habitualmente até então configurados que podemos aquilatar, com maior precisão, os efeitos provocados pelos meios de comunicação” (HOHLFELDT, 2001, p. 190).

O terceiro ponto enumerado por Hohlfeldt é o de que, se a mídia não é capaz de dizer à audiência o que pensar, ela é eficaz em mostrar sobre o que pensar. Esse processo também se dá a médio e longo prazos, de acordo com a agenda da mídia por um período razoável.

A busca de informações através dos meios de comunicação se dá porque, com o desenvolvimento das sociedades urbanas, não é possível que uma pessoa consiga coletar, de maneira direta, tantas informações por si só. Para Hohlfeldt (2001, p. 193), essa influência, que não ocorre a curto prazo, inclui em “nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda”.

Hohlfeldt afirma que não só a mídia influencia a agenda do público, mas o contrário também acontece.

No que toca à questão da seqüência temporal, levando-se em conta que o *agendamento* se dá necessariamente no tempo, verificou-se que se estabelece uma verdadeira correlação entre a agenda da mídia e a do receptor, mas também a agenda do receptor pode e acaba influenciando a agenda da mídia (HOHLFELDT, 2001, p. 197).

O autor afirma que, além disso, há também um interagendamento entre os diferentes tipos de mídia. Assim, a mídia impressa teria um poder de influência maior que as demais mídias eletrônicas, tanto sobre o público receptor quanto sobre os outros meios, por sua característica de maior permanência junto à audiência e poder de incorporação de valores através da leitura.

Só é possível, contudo, ocorrer de maneira eficiente o agendamento se houver, por parte da audiência, alto nível de percepção de relevância para o tema. Como aponta Hohlfeldt (2001, p. 199), deve haver um “grau de incerteza relativamente alto em relação ao domínio do mesmo, levando o receptor a buscar informar-se com maior intensidade a res-

peito daquele assunto”.

Ao lado da hipótese de *agenda-setting*, o referencial teórico de enquadramento (*framing*) é outro componente que fundamenta as pesquisas na intersecção entre comunicação e política na atualidade.

2.3 Enquadramentos da mídia

É consenso entre os pesquisadores de comunicação que os profissionais da área, mesmo que busquem objetividade e imparcialidade em seu trabalho, não conseguem atingi-las devido às escolhas que fazem ao produzir as matérias. Estas escolhas levam a determinados enquadramentos dos acontecimentos: “(...) tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: ‘O que está acontecendo aqui?’”, sintetiza Porto (2004, p. 78). “Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais”.

A análise do enquadramento oferece um caminho sólido para a pesquisa das mensagens dos meios de comunicação, pois, dessa forma, pode-se entender o processo de influência da consciência humana através da forma de transferência de mensagens. Para Entman (1993, p. 52, tradução do autor), enquadramento envolve seleção e ênfase. Ele explica que

enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e fazer deles mais salientes num texto comunicativo, num determinado caminho que promova uma definição de um problema particular, uma interpretação causal, elevação moral e/ou recomendação de tratamento do item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução do autor).

Porto (2004, p. 76) afirma que “além de constituir um paradigma alternativo à abordagem da objetividade, o conceito de enquadramento tem contribuído também para dinamizar perspectivas teóricas existentes, particularmente as pesquisas sobre a função de agendamento na mídia ou *agenda-setting*”. Neste contexto, enquanto a formação de agenda corresponderia a um primeiro nível de efeitos, o enquadramento exerceria o papel de um segundo nível. Sobre o primeiro nível, entende-se o estudo “sobre o que” o público pensa. O segundo nível faz referência a “como” o público pensa sobre os temas. “O conceito de enquadramento tem sido definido, tanto como alternativa a paradigmas em declínio, como também um complemento importante para cobrir lacunas de teorias existentes” (p. 77).

É possível compreender como enquadramento o formato escolhido para determinada transmissão de mensagem. Em outras palavras, é o recorte que é feito na transmissão de uma mensagem de acordo com os entendimentos do seu idealizador. No entanto, “efeitos de formulação podem ocorrer sem ninguém ter consciência do impacto do enquadramento adotado nas decisões e podem ainda ser explorados para alterar a atratividade relativa das opções”, pondera Porto (2004, p. 79).

O enquadramento proporciona interpretações dos fatos, sem que a opinião do emissor da mensagem esteja necessariamente explícita. “Enquadramentos são entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (Porto, 2004, p. 80).

Isso não quer dizer que, em resposta a determinado enquadramento adotado pelo jornalista, o receptor vá reagir de forma esperada ou orientada pelo texto. Entman (1993, p. 52-53, tradução do autor) explica essa divergência, indicando que “os enquadramentos que guiam o pensamento e conclusão do receptor podem não refletir os enquadramentos do texto e a intenção do comunicador”. Segundo ele, “pela ênfase ser um produto da interação entre textos e receptores, a presença de enquadramentos no texto, detectados por pesquisadores, não garante sua influência no pensamento da audiência (p. 53)”. O autor indica como os enquadramentos agem sobre a notícia:

Enquadramentos, então, *definem problemas* – determina qual agente causal está fazendo e com quais custos e benefícios, comumente mensurando em termos dos valores da cultura comum; *diagnostica causas* – identifica as forças criando o problema; *faz julgamentos morais* – avalia os agentes causais e seus efeitos; e *sugere remédios* – oferece e justifica tratamentos de problemas e prevê seus prováveis efeitos (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução do autor, itálicos no original).

A ênfase à qual o autor se refere é o ato de tornar a informação mais noticiável e atraente para a audiência. Quanto mais ênfase se dá a determinados trechos do texto, mais estes serão notados e possivelmente armazenados na memória do receptor. Formas de enfatizar uma passagem do texto são repeti-la, associando-a a símbolos culturalmente conhecidos, destacando-a em títulos, olhos, lides e outras técnicas jornalísticas.

O enquadramento, em geral, exerce efeito comum em boa parte da audiência, mas isso não se revela de forma universal para todos os receptores que tenham contato com a-

quela mensagem jornalística.

Entman divide os conhecimentos teóricos sobre o assunto em quatro tópicos para melhor entender o processo de enquadramento: *autonomia da audiência*, *objetividade jornalística*, *análise de conteúdo* e *opinião pública e teoria do modelo democrático*.

Sob a idéia de *autonomia da audiência*, está o reconhecimento de que a audiência possui suas próprias maneiras de decodificar os textos jornalísticos, de forma que os significados veiculados pela mídia podem ser reelaborados pelo público. No entanto, acredita-se também que, a despeito do caráter independente da recepção, *significados dominantes* podem prevalecer. *Significado dominante* é o problema ou as interpretações “com maior probabilidade de ser noticiado, processado e aceito pela maioria das pessoas”, segundo o autor (1993, p. 56). “Para identificar o significado como dominante ou preferido, é sugerido um enquadramento especial da situação que é mais fortemente sustentada pelo texto e congruente com a ‘schemata’ mais comum da audiência”.

Entman entende por “schemata”, ou simplesmente “schema”, hábitos consolidados de raciocínio e pensamento, apoiados sobre conhecimentos adquiridos pelos sujeitos em função de suas vivências pessoais de aprendizado e de suas experiências compartilhadas em sociedade, que os capacitam a relacionar idéias e situações a outras circunstâncias já vividas ou compreendidas.

Sob o conceito de *objetividade jornalística*, está a percepção de que, mesmo que o jornalista siga as regras profissionais que exigem a produção de reportagens objetivas, seu texto carregará um enquadramento dominante. Para o autor, inclusive, é necessário que o jornalista seja treinado para perceber a influência de valores individuais, editoriais e de classe sobre a produção de enquadramentos implícitos em sua matéria.

Já a *análise de conteúdo* figura no contexto da pesquisa de enquadramentos como técnica essencial: “a maior tarefa de determinar o significado textual deve ser identificar e descrever enquadramentos”, indica Entman (1993, p. 57). Para o autor, o problema é que, muitas vezes, “codificadores simplesmente delineiam todas as mensagens que julgam como positivas e negativas e desenharam conclusões sobre os significados dominantes”, ressalva. “Eles negligenciam a mensuração da saliência dos elementos no texto e deixam de avaliar as relações com os grupos de mensagens mais salientes — os enquadramentos — para a ‘schemata’ da audiência”.

A “análise do conteúdo pode, com frequência, produzir dados que descrevam de maneira equivocada as mensagens da mídia que muitos membros da audiência estão efetivamente escolhendo” (p. 57). Segundo o autor, a utilização do paradigma do enquadramento pode minimizar esse risco.

Por fim, ao discutir as relações entre *opinião pública e teoria do modelo democrático*, Entman aponta o risco de o processo democrático ser determinado pelo poder central do enquadramento, que influencia a formação da opinião pública. Esse modelo levanta dúvidas sobre a democracia em geral e coloca em xeque o conhecimento advindo de levantamentos de opinião pública. “Se, através da formatação de enquadramentos, as elites podem determinar as principais manifestações da ‘verdadeira’ opinião pública disponível ao governo (através de pesquisas ou do voto), o que pode ser a verdadeira opinião pública?”, questiona (p. 57). “O paradigma do enquadramento pode iluminar, isso se não resolver, tais enigmas centrais na teoria democrática normativa”.

Porto (2004) propõe duas categorias de enquadramento: “os noticiosos” e os “interpretativos”. Enquadramentos noticiosos são “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos” (p. 91), enquanto os enquadramentos interpretativos são “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc” (p. 92).

Os jornalistas possuem suas próprias interpretações das circunstâncias que apuram em suas matérias. Mas, como os padrões de isenção exigem que suas preferências não sejam reveladas em seus textos, muitas vezes suas inclinações guiam, de maneira subterrânea, a escolha de fontes. Daí que o enquadramento noticioso tende a se originar de atores sociais e políticos externos à prática jornalística.

“Uma diferença entre os dois tipos de enquadramentos se refere, portanto, à sua fonte. Em geral, os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas e os interpretativos são elaborados por atores políticos e sociais” (PORTO, 2004, p. 92). Os espaços num jornal reservados para a apresentação de opinião dos jornalistas são as matérias analíticas ou os editoriais. O que inibe que o profissional se utilize de argumentos próprios nas demais matérias são as normas de objetividade e imparcialidade. “Isso não significa, todavia, que os jornalistas não tenham um papel ativo na apresentação de enquadramentos interpre-

tativos, mas sim que este papel tem um caráter mais sutil e indireto” (p. 92).

Os artifícios usados pelos jornalistas são, por exemplo, a própria escolha das fontes, já que estas sim emitem opiniões que podem ou não coincidir com a do comunicador. “Por esta razão, uma recomendação importante para os estudos sobre enquadramentos interpretativos é identificar as avaliações apresentadas pelas fontes que são citadas pelos jornalistas” (p. 93).

Rothberg (2007) destaca alguns dos enquadramentos possíveis na composição do texto jornalístico, como o enquadramento de *jogo* ou *corrida de cavalos*, *estratégico*, *episódico*, *conflito* e *temático*. O primeiro, comum em coberturas políticas, como nas eleições, evidencia as disputas que os candidatos travam durante as campanhas eleitorais, enfatizando as chances de vitória ou derrota.

O autor (p. 4) explica que, no enquadramento estratégico, “as ações e decisões dos mandatários, candidatos e pré-candidatos tendem a ser apresentadas como elementos de um cálculo – supostamente ocultado pelo próprio político, mas revelado pelo jornalista – efetuado como parte de uma estratégia que assume vários objetivos”.

O enquadramento *episódico* ressalta o evento ou acontecimento em detrimento do aprofundamento das razões e resultados que levaram até aquele evento.

“Enquadramentos de *jogo*, *estratégico* e *episódico* podem assumir a forma de uma variação conhecida como enquadramento de *conflito*. Nesse caso, a ênfase das matérias recai sobre o potencial de disputa em tese envolvido nos movimentos dos políticos” (Rothberg, 2007, p. 5). Aqui, outros aspectos da gestão pública, como histórico de projetos, critérios adotados e resultados obtidos são negligenciados. O enfoque torna-se aquilo que, supostamente, os políticos estariam tentando esconder da opinião pública.

Segundo o autor (p. 5), “os enquadramentos *temáticos* são vistos pelos estudiosos da área como um meio de superar a fragmentação e a superficialidade promovidas pelos enquadramentos de *jogo*, *estratégico*, *episódico* e de *conflito*”. A abordagem do tema se torna mais abrangente. Conceitos de pluralismo e objetividade jornalísticos são explorados de forma que não haja apenas oposições de idéias, mas também posições que esclareçam ao leitor os efeitos e conseqüências das possibilidades de escolha das políticas públicas ou do assunto tratado.

Os enquadramentos *temáticos*, por envolverem pluralismo e equilíbrio de forma

planejada, são vistos, segundo Rothberg (2007, p. 5), “como um meio de superar a fragmentação e a superficialidade promovidas pelos enquadramentos de *jogo, estratégico, episódico* e de *conflito*”.

Sobre as reações que o enquadramento pode gerar nos receptores da mensagem, Porto (2004, p. 85) exemplifica com o ‘enquadramento episódico’, que é característico por possuir um forte foco em eventos, conforme indicam pesquisas empíricas da área: o “enquadramento episódico do tema pobreza reduziu de forma indireta o apoio a programas de assistência social e aumentou a aprovação por parte do público de líderes que buscavam eliminar estes programas”.

Muitas vezes, temas polêmicos tendem a estar precedidos por enquadramentos que repercutem as opiniões dos formuladores das mensagens. Porto (2004, p. 87) cita, na realidade brasileira, o tratamento das notícias referentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

Uma pesquisa realizada em 1997 sobre os dois principais telejornais do país, o *Jornal Nacional* e o *TJ Brasil*, identificou algumas diferenças no enfoque adotado por cada emissora. O *TJ Brasil* teria ressaltado os elementos de violência, perigo e conflito, adotando assim um “enquadramento dramático”. Por outro lado, o *Jornal Nacional* ressaltou não só estes elementos, como também incluiu uma crítica moral do movimento, reclamando sobre sua irracionalidade e sua irresponsabilidade, adotando assim um “enquadramento moral”.

Porto (2004, p. 94) destaca um fator que deve estar claro para o pesquisador. “Enquadramentos não se referem apenas a processos de manipulação, mas são parte de qualquer processo comunicativo, uma forma inevitável através da qual atores fazem sentido de suas experiências”.

Outra questão importante à qual o pesquisador da área deve estar atento é a necessidade de considerar diferentes enquadramentos simultâneos: “segmentos ‘restritos’ são aqueles que incluem um único enquadramento interpretativo sobre um evento ou tema político, enquanto que segmentos ‘plurais’ incluem mais de um enquadramento”, indica Porto (2004, p. 96). “Os segmentos ‘plurais’ por sua vez podem ser subdivididos em ‘plurais-fechados’, onde um dos enquadramentos é privilegiado ou enfatizado, e ‘plurais-abertos’, onde nenhum enquadramento é apresentado como mais válido ou verdadeiro” (p. 96-97).

A análise de enquadramentos pode atingir a explicitação das “razões que levam ao predomínio de certos enquadramentos, em detrimento de outros” (Porto, 2004, p. 95). Por

isso é importante desenvolver métodos de análise mais sistemáticos e menos subjetivos. “Sem esse tipo de método, pesquisadores tendem a encontrar os enquadramentos que procuram ou que comprovam suas hipóteses, ignorando evidências contrárias” (p. 95).

(...) O importante é adotar categorias de classificação sistemáticas e protocolos para a codificação do conteúdo da mídia. (...) É fundamental incluir medidas quantitativas, já que a quantidade de tempo ou espaço dedicada a determinados enquadramentos ou temas é uma medida importante da sua centralidade (PORTO, 2004, p. 96).

Para Soares (2006), não é simples detectar enquadramentos de um texto, pois eles se escondem atrás de escolhas de palavras e outros artifícios que, segundo o autor, podem parecer “naturais”. “A comparação com outros textos, no entanto, mostra que essas escolhas não são inevitáveis ou não problemáticas, sendo centrais para o modo como a notícia enquadra e interpreta os eventos” (2006, p. 452).

Carragee e Roefs (2004) entendem que pode haver deficiências na maneira utilizada pelos pesquisadores para estudar os enquadramentos da mídia. Segundo os autores, falta à análise considerar os recursos econômicos e culturais disponíveis aos produtores da notícia para a produção da mensagem jornalística. Esses recursos seriam centrais para o desenvolvimento da capacidade de um enquadramento de entrar no discurso jornalístico e dominá-lo.

Para os autores, é negligência ignorar as referências culturais e econômicas dos jornalistas na produção do enquadramento. Segundo Carragee e Roefs (2004, p. 219, tradução do autor), os estudos se focam exclusivamente no “enquadramento enfatizado nos textos jornalísticos e, em alguns casos, em sua influência. Estes estudos entendem os textos noticiosos como um dado, negligenciando o grau no qual o discurso jornalístico é formado por fontes externas, incluindo elites, advogados e movimentos”.

A maior parte da influência econômica e cultural das mensagens jornalísticas tem origem no pensamento das elites. Isso porque, segundo Carragee e Roefs (2004), há uma tendência de os repórteres concederem mais credibilidade a fontes oficiais e grande parte do noticiário buscar instituições como fontes.

Não que estudar os efeitos dos enquadramentos no público não seja significativo, como os estudos atuais comumente apontam, mas é preciso deixar de negligenciar o processo de influências que um enquadramento recebe no momento de sua construção.

Carragee e Roefs (2004, p. 221-222) consideram a hegemonia como um processo pelo qual as elites dominantes estabelecem “ordens políticas através da produção e difusão de sentidos e valores”. Grupos dominantes agem de forma a tentar manter sua hegemonia ideológica. É onde entram as instituições culturais, como igrejas, escolas e a mídia, produzindo sentidos e valores para situarem os grupos dominados nas posições desejadas.

Muitas vezes as notícias trazem construções que podem conter inconsistências ideológicas ou contradições. “Isso ressalta a necessidade de abandonar definições mecânicas de hegemonia”, argumentam Carragee e Roefs (2004, p. 223). Devem-se levar em consideração as interações entre sentidos dominantes de um texto jornalístico, as posições sociais dos receptores e a influência dos discursos sobre a audiência. A análise das rejeições dos enquadramentos, como sugerem Carragee e Roefs (2004), deve buscar compreender que tipo de resistência se constrói e sobre quais aspectos do texto.

Também é função da pesquisa verificar a existência e examinar movimentos sociais que constroem enquadramentos que desafiam a ideologia hegemônica. O que ocorre, como mostram os autores (2004, p. 225), é que a “produção de enquadramentos pelos movimentos geralmente são ignoradas”. As pesquisas devem conhecer como os enquadramentos “são construídos pela mídia jornalística e movimentos, como as assimetrias do poder influenciam a capacidade de grupos influenciarem as notícias, e o que isso significa para a natureza e evolução do conteúdo do enquadramento” (p. 225). Esses parâmetros levam o pesquisador a conhecer o contexto dos indivíduos que interpretam os textos jornalísticos.

O estudo detalhado da interação entre movimentos sociais e a mídia de notícias representa um fórum rico para exames do relacionamento entre o processo de enquadramento e poder político e social. A pesquisa neste tópico oferece um sentido para explorar ambas: a resistência e a aceitação de enquadramentos hegemônicos (CARRAGEE e ROEFS, 2004, p. 227).

Para Reese (2007, p. 150, tradução do autor), os enquadramentos são “estruturas que desenham limites, constroem categorias, definem algumas idéias como excludentes e outras são incluídas e, geralmente, operam para entrelaçar idéias relacionadas em suas teias em um processo ativo”.

Os enquadramentos podem ser compartilhados socialmente e persistentes pelo tempo, como sugere o autor. É possível estabelecer, portanto, “uma matriz de objetos e atributos que comparam o conjunto de saliências da mídia com as saliências correspondentes na

mente do público” (Reese, 2007, p. 152). A análise de enquadramento deve focar a maneira com que os temas se inter-relacionam, esclarecendo os relacionamentos dentro do discurso.

Na concepção de Gorp (2007), *frame* e *framing* têm sentidos diferentes. Enquanto *frame* é o enquadramento em si, construído e inserido em um texto jornalístico, *framing* é a forma geral que o texto apresenta com o conjunto de *frames*. Em outras palavras, *frame* é cada enquadramento existente em um texto, e *framing* é o enquadramento geral.

Para Gorp (2007, p. 62, tradução do autor), o *frame* faz parte da cultura do receptor e está interligado a “crenças, códigos, mitos, estereótipos, valores, normas, enquadramentos, e assim por diante, que são compartilhados na memória coletiva de um grupo ou sociedade”. Gorp sugere a existência de um estoque cultural de *frames* tanto nos jornalistas quanto nos receptores. Assim, pode-se entender que existam mais *frames* possíveis do que aqueles que são costumeiramente usados na mídia. “Conseqüentemente, o *framing* permite aos jornalistas e aos receptores perceberem que os mesmos eventos produzem diferentes formas de sentido, dependendo do *frame* aplicado” (p. 63, grifos do autor).

Para que os receptores entendam os enquadramentos utilizados pelos jornalistas, devem associá-los a elementos culturais que lhes são familiares, porque esses “*frames* estão relacionados com o fenômeno cultural”, como explica Gorp (2007, p. 63, grifos do autor). Seu uso “parece tão normal e natural que o processo de construção social permanece invisível”. Essa construção se refere aos desdobramentos do entendimento dos enquadramentos pela sociedade.

Os efeitos de *framing* só serão possíveis dependendo de fatores ligados aos receptores, como grau de atenção no fato noticiado, interesses e crenças. “Tanto que se torna mais óbvio que o modo como cada um interpreta o conteúdo da mídia não é motivado apenas internamente, mas também guiado pelo processo cultural” (GORP, 2007, p. 63).

A palavra de ordem aqui, portanto, é a interação social. Os jornalistas, através de seus recursos profissionais, interagem com os eventos noticiados e seus atores, enquanto os receptores interagem entre si e com aquilo que é oferecido pela mídia.

Assim, *framing* envolve a interação que ocorre entre o nível textual (*frames* aplicados na mídia), o nível cognitivo (*schemata* entre os receptores e os produtores da mídia), nível extra-mídia (o discurso dos responsáveis pelo *frame*) e, finalmente, o estoque de *frames* que está disponível em uma dada cultura (GORP, 2007, p. 64).

A mensagem é produzida pelo jornalista, que segue determinadas condições de trabalho e é influenciado por elas, e carrega conteúdos que são apresentados aos receptores. A mensagem carrega o *frame* que supostamente indicará como ela deve ser interpretada. O sentido que os receptores darão ao texto será determinado por dois tipos de informações contidas na mensagem: as concretas, formadas por fatos reproduzidos pela mídia, e as implícitas, formadas pelos enquadramentos construídos pelos jornalistas.

O enquadramento construído pelo jornalista supostamente ativaria um *schema* do receptor e o levaria à interpretação pretendida. Segundo Gorp (2007, p. 66), alguns enquadramentos “são tão poderosos que uma única referência a eles é suficiente para ativar um *schema*”.

“Contudo, o *frame* pode até gerar efeitos não pretendidos, especialmente quando membros da recepção associam outros pensamentos à mensagem que não são congruentes com o enquadramento que o jornalista pretendia aplicar” (GORP, 2007, p. 66, tradução do autor). O autor entende que, nestes casos, possivelmente o receptor não se envolveu com o fato noticiado, não dando a atenção necessária para captar o *frame*. Desta forma, ele é capaz de enxergar o enquadramento, mas não de interpretá-lo corretamente.

O repórter não é capaz de perceber a realidade objetiva, mas apenas parte dela. Daquilo que o jornalista percebe de uma realidade, ele seleciona elementos para compor a mensagem que quer transmitir. Um ponto essencial nesta etapa, segundo Gorp (2007, p. 67, tradução do autor), “é a saliência ou o processo de enfatizar certa informação e fazê-la mais significativa para que os receptores percebam mais facilmente. (...) Em outras palavras, seleção e construção são os produtores básicos no enquadramento de uma mensagem”.

Para o autor (p. 67), “os produtores da mídia não apenas fazem uso de *frames*, mas os *frames* também influenciam o *schema* dos jornalistas quando eles têm de representar um tema ou uma ocorrência noticiável”. Há certa interação entre a seleção construída pelo profissional e seu próprio repertório cultural de *frames*, em uma troca de influências consciente ou inconsciente.

Gorp chama de “evento-chave” quando um *frame* é usado como um enquadramento padrão e aplicado a eventos similares. Um exemplo foi a cobertura dos acidentes com a usina nuclear de Chernobyl, que causou alteração nos *frames* e todos os eventos parecidos com este foram noticiados de maneira semelhante.

Para Reese (2007), macro-enquadramentos sustentem visões pré-estabelecidas sobre acontecimentos. O autor exemplifica com a forma de pensar sobre o mundo pós 11 de setembro. A cobertura do ataque terrorista aos Estados Unidos gerou um enquadramento que pode ser repetido em situações similares. Esse tipo de situação requer que a análise “vá além de temas culturais específicos” (Reese, p. 152, tradução do autor).

A forma de recepção do *frame* é essencial para a verificação da existência de influência da mídia sobre a audiência. Uma pessoa pode dispensar mais atenção para a leitura ou audição de uma notícia enquanto outra pode ignorar ou dispensar menos atenção para a mesma notícia. Neste caso, os resultados possivelmente serão diferentes em cada um dos receptores. Outros fatores, além da atenção, também influenciam a aceitação ou rejeição da mensagem, como preferências políticas, religiosas ou culturais. Se os receptores entendem a mensagem de acordo com os enquadramentos pretendidos pelo jornalista, eles seguem o sentido pré-estabelecido. Assim, os resultados prováveis de uma resposta do receptor sobre o tema tratado serão relacionados de forma cognitiva, afetiva e comportamental com o *frame*. “Por outro lado, o processo de *framing* é interativo, vulnerável e, em todas as suas fases, propenso a *frames* opostos, porque os receptores interpretam ativamente as mensagens jornalísticas” (GORP, 2007, p. 69, tradução do autor). O autor acredita que “é por isso que esses *frames* podem causar efeitos que são difíceis de serem previstos e controlados pelos jornalistas”.

Gorp (2007, p. 70, tradução do autor) não reconhece o enquadramento como uma extensão de *agenda-setting* e *priming*. “*Agenda-setting* comanda estudos sobre temas que estendem a atenção das pessoas, como sendo importantes, como um resultado da ênfase nesses temas na mídia”, enquanto “*priming* demonstra a influência desses temas proeminentes no critério de seleção que as pessoas usam para avaliar atores políticos”.

Os *frames* se referem às maneiras diferentes que as notícias midiáticas podem cobrir um tema de forma persuasiva, mas o processo de *framing* também leva em consideração o papel dos diversos níveis do processo de produção jornalística e de uma interpretação da audiência (GORP, 2007, p. 70, tradução do autor).

O autor explica que *agenda-setting* e *priming* se preocupam com a exposição do tema na mídia, enquanto o enquadramento se preocupa com os múltiplos ângulos que com que os temas podem ser cobertos pela mídia.

Agenda-setting e enquadramento são referências que têm sido usadas em pesquisas sobre a cobertura jornalística a respeito de temas diversos. Outro paradigma é o *priming*. As relações entre enquadramento, *agenda-setting* e *priming* são vistas a seguir.

2.4 Enquadramento, agenda-setting e priming

O primeiro nível de *agenda-setting*, segundo Weaver (2007), enfoca a saliência ou importância percebida dos temas abordados. Já o segundo nível, que apresenta semelhanças com a teoria do enquadramento, diz respeito aos atributos dos temas e objetos tratados.

A semelhança se dá porque “ambos estão mais interessados em *como* temas ou seus objetos (pessoas, grupos, organizações, países etc) são representados na mídia do que com *quais* temas ou objetos são relatados com mais ou menos proeminências” (WEAVER, 2007, p. 145, tradução do autor).

Pesquisas da área indicam que a metodologia do enquadramento tem sido cada vez mais empregada. No final da década passada e no início desta, os estudos sobre enquadramento superaram em muito aqueles sobre *agenda-setting*. Segundo um levantamento de Weaver, entre 1991 e 1995, nos Estados Unidos, foram publicados 40 estudos sobre *agenda-setting*, contra 31 de enquadramento e apenas 3 de *priming*. Entre 2001 e 2005, pesquisas sobre enquadramento chegaram a 165, *agenda-setting* a 43 e *priming* a 25.

O autor entende como *priming* um conceito que se assemelha à *agenda-setting* e até ao enquadramento. É a valorização de uma idéia com o seu destaque dentro do texto jornalístico. Segundo Weaver, é fazer certos temas mais salientes no noticiário.

As pesquisas de *agenda-setting* e *priming* supõem que esses são efeitos exercidos através da saliência de certos elementos no texto, que incentivaria determinados julgamentos políticos por parte dos receptores. Já a pesquisa de enquadramentos assume que mudanças sutis na descrição dos fatos invocariam *schemas* interpretativos e influenciariam o entendimento do receptor.

O emprego simultâneo de *priming* e *agenda-setting* tem favorecido o entendimento de que a mídia não apenas diz “sobre o que pensar”, mas também “o que pensar”.

As tendências contidas nos textos jornalísticos, propositais ou não, podem ser vistas de diferentes formas. Entman (2007) as classifica de três formas: a) notícias que trazem

informações falsas, seja por erro jornalístico ou por intenção de desviar a atenção do receptor; b) notícias que favorecem um lado do conflito em vez de prover tratamento equivalente para ambos os lados; c) notícias com vieses construídos quando os jornalistas, através de seus conhecimentos pré-concebidos, produzem conteúdo tendencioso de maneira presumida e intencional.

Os enquadramentos atuam como moldes para as interpretações do público através de *priming*. “Isto é, enquadramentos introduzem ou levantam a ênfase ou importância aparente de certas idéias ativando *schemas* que encorajem as audiências a pensar, sentir e decidir em caminhos particulares” (ENTMAN, 2007, p. 164, tradução do autor).

A hipótese do *agenda-setting* entra neste contexto para completar o desempenho bem-sucedido da primeira função do enquadramento, chamando a atenção pública e governamental para problemas significativos. É através deste conceito que se podem pautar eventos mundiais e condições sociais. Entman (2007, p. 164-165, tradução do autor) explica que o segundo nível de *agenda-setting* envolve três tipos de reivindicações que agem diretamente sobre os enquadramentos estratégicos: “para esclarecer as causas dos problemas, para encorajar julgamentos morais (e respostas afetivas associadas) e para promover políticas favoráveis”. *Priming*, nesse contexto, é o efeito da ação de atores estratégicos, que salientam certas idéias no âmbito de um determinado enquadramento.

É sabido que a mídia não produz tantos efeitos sobre a audiência no que se refere “ao que pensar”, mas ela influencia consideravelmente “sobre o que pensar”. Entretanto, não se pode negar que um está ligado ao outro, ao ponto que, segundo Entman (2007, p. 165, tradução do autor), “toda influência de 'o que as pessoas pensam' deriva de dizê-las 'sobre o que pensar'. Se as mídias realmente têm sucesso surpreendente em dizer às pessoas sobre o que pensar, elas também exercem influência significativa no que elas pensam”.

Outro sentido comum abordado pelo autor, comumente visto de forma pejorativa, aponta a influência dos produtores de notícias. Segundo Entman (2007, p. 166, tradução do autor), as decisões tendenciosas da mídia “operam dentro de mentes dos jornalistas individualmente e dentro de processos de instituições jornalísticas, incorporadas em (...) regras e normas que guiam seus processos de informação e influenciam o enquadramento dos textos midiáticos”.

Embora os enquadramentos possam ocorrer de maneira automática no processo jor-

nalístico, também podem ser fruto de planejamento. Como os fatos raramente são capazes de falar por si próprios, como salienta Entman, é necessário que atores estratégicos, como os profissionais de comunicação, trabalhem com cautela sobre a notícia, utilizando-se de carisma, contrapeso de informações e proficiência retórica para promover o enquadramento.

Scheufele e Tewksbury (2007, p. 11, tradução do autor) explicam que *agenda-setting* “se refere à idéia de que há uma forte correlação entre a ênfase que a mídia de massa coloca em certos temas (...) e a importância atribuída a estes temas pelas audiências de massas”. Já a idéia de *priming* se refere à sugestão feita pela mídia à sua audiência de que ela necessita de conhecimentos específicos para avaliar o desenvolvimento político. Para os autores, *priming* é entendido como uma extensão da *agenda-setting* e pode ser entendido através de duas razões: “(a) Ambos os efeitos são baseados em modelos de relações de memórias do processamento de informações (...); (b) baseados no estabelecimento de uma teoria comum, alguns pesquisadores têm argumentado que *priming* é uma extensão temporal da *agenda-setting*” (Scheufele e Tewksbury, 2007, p. 11, tradução do autor). O primeiro se refere à tomada de decisões, por parte do leitor, a partir de memórias que determinados contextos lhe proporcionem. O segundo toma como base que, se a mídia torna assuntos salientes na cabeça das pessoas (*agenda-setting*), então ela também pode ser responsável pelas considerações que as pessoas levam em conta quando fazem julgamentos ou tomam decisões políticas (*priming*).

Desta forma, *agenda-setting* e *priming* são baseados na acessibilidade. Aqui, o elemento-chave é *como* um tema é tratado na mídia noticiosa para que a informação chegue ao público. Assim, apresentações diferentes influenciam as interpretações e avaliações das pessoas sobre um cenário essencialmente idêntico.

Segundo Scheufele e Tewksbury (2007), o enquadramento se constrói sobre dois níveis: macro e micro. No nível macro, “o termo ‘enquadramento’ se refere a modelos de apresentação que jornalistas e outros comunicadores usam para apresentar informações em um caminho que repercute schemas subjacentes existentes entre suas audiências” (Scheufele e Tewksbury, 2007, p. 12, tradução do autor). Aqui, o enquadramento é entendido como uma ferramenta para reduzir a complexidade de um tema e torná-lo mais acessível para a audiência, e não como arma de manipulação do jornalista. No nível micro, o enquadramen-

to envolve indicações implícitas para as pessoas usarem as informações na tarefa de interpretar a realidade.

Para elucidar as semelhanças entre *agenda-setting*, *priming* e enquadramento, os autores sugerem a divisão de três campos de estudo da notícia: a produção, o processamento e o efeito *in loco*. Sobre a produção das notícias, deve-se levar em conta, segundo os autores, interesses políticos, de classes sociais, de grupos e dos próprios jornalistas. Outra preocupação neste item são os processos de criação pelos quais o texto é submetido quando de sua adequação para publicação.

O processamento das notícias se refere ao contato do texto da mídia com o público. Desta forma, segundo Scheufele e Tewksbury (2007, p. 13, tradução do autor), “conteúdo e as implicações de um dado enquadramento são mais aparentes no membro da audiência que presta atenção na história noticiada”. Para os autores, as pessoas que se engajam no acompanhamento de uma notícia farão referências sobre ela mais tarde. Conclui-se que “a acessibilidade de um tema – e, portanto, seu posicionamento no tema da agenda – pode ser maior quando as pessoas acompanham as mensagens sobre o assunto” (p. 13-14).

Já a análise do efeito *in loco* deve ter em vista que a abordagem tradicional de *agenda-setting* se dá através de um modelo de acessibilidade: seus efeitos se dão não pela informação *sobre* o tema, mas do tempo de exposição e processamento que gera efeitos, enquanto sob o conceito de enquadramento acredita-se que os efeitos se dão através da forma como o tema é exposto. “A diferença primária no nível psicológico entre *agenda-setting* e *priming*, de um lado, e enquadramento, de outro, está, então, a diferença entre *se* nós pensamos sobre um tema e *como* nós pensamos sobre ele” (Scheufele e Tewksbury, 2007, p. 14, tradução do autor).

As pesquisas mais recentes em comunicação apontam para não apenas uma semelhança entre *agenda-setting* e enquadramento, mas para que este seja uma extensão da *agenda-setting*. É o que os pesquisadores chamam de *segundo nível de agenda-setting*.

É possível destacar fatores que podem contribuir para a construção de enquadramentos, como a influência organizacional, julgamentos profissionais e outros julgamentos sobre a audiência.

Scheufele (1999) entende que a mídia é fonte de enquadramentos, mas os indivíduos também constroem ativamente seus próprios *frames*. A comunicação de massa é responsá-

vel por determinada organização que provê sentido ao texto noticiado e sugere quais são os pontos controversos sob a ótica do comunicador ou produtor da notícia. Mas as pessoas dispõem de um acervo de histórias interligadas na memória que contribui para que entendam e interpretem individualmente o que recebem da mídia.

Para o pesquisador, a distinção é valiosa em três aspectos. O primeiro, porque ela classifica a pesquisa da forma como os enquadramentos foram conceituados e relacionados. Segundo, porque ela provê respostas para perguntas como:

Que fatores influenciam o modo como jornalistas ou outros grupos sociais enquadram certos temas? (...) Que tipo de enquadramentos de mídia influenciam a percepção da audiência sobre certos temas e como este processo funciona? (...) Como o membro da audiência pode representar um papel na construção do sentido ou resistindo aos enquadramentos da mídia? (...) Como enquadramentos individuais influenciam a percepção individual dos temas? (SCHEUFELE, 1999, p. 108, tradução do autor)

O terceiro aspecto, que relaciona os anteriores, busca um entendimento comum do conceito de enquadramento (p. 108). Assim, assume-se que os enquadramentos ocorrem em duas esferas: mídia e campo individual de percepção. Enquadramento da mídia ocorre quando o comunicador seleciona as informações que compõem a notícia, enquanto o enquadramento individual é o conjunto de *schemas* desenvolvidos por uma pessoa ao longo de seu processo de socialização, sob influência da família, amigos, educação formal e da própria mídia.

Os enquadramentos da mídia são influenciados por, pelo menos, cinco fatores, como descreve Scheufele (1999, p. 109): “normas e valores sociais, organizações, pressões e repressões, pressões de grupos de interesse, rotinas jornalísticas e orientação ideológica ou política de jornalistas”.

A interpretação da audiência é semelhante entre grupos, de forma que Scheufele (1999, p. 113, tradução do autor) diferencia três tipos de formação de enquadramentos individuais — cultural, pessoal e integrado:

Uma aproximação cultural para desenvolver um enquadramento individual comum foi definida como um grupo de discussão que conta com exclusividade no discurso da mídia e sabedoria popular. Uma aproximação pessoal conta apenas com o conhecimento experimental e sabedoria popular ao enquadrar um tema, mas não integra o discurso da mídia para lhe dar suporte. Discussões integradas usam o discurso da mídia, conhecimento popular e conhecimento experimental para formar enquadramentos individuais no grupo

de discussão.

Sobre a construção de enquadramento (*frame building*), deve-se partir do pressuposto de que as características pessoais do jornalista e do meio em que ele trabalha podem afetar a produção do enquadramento noticioso. “Jornalistas ativamente constroem enquadramentos para estruturar e dar sentido à informação que chega. A formação dos enquadramentos é moderada por variáveis tais como ideologia, atitudes e normas profissionais” (SCHEUFELE, 1999, p. 115, tradução do autor).

Os efeitos de enquadramento do nível individual (*individual-level effects of framing*) têm “uma ligação direta entre os enquadramentos da mídia e conseqüências do nível individual” (SCHEUFELE, 1999, p. 117, tradução do autor). Um mesmo enquadramento de um tema formado pela mídia pode tomar rumos diferentes quando da interpretação de indivíduos pertencentes a grupos diferentes.

“A ligação final que merece mais atenção do que tem recebido é a ligação entre variáveis de nível individual e enquadramentos da mídia. Pode-se esperar que jornalistas, como suas audiências, são usuários cognitivos” (SCHEUFELE, 1999, p. 117, tradução do autor). Desta forma, os jornalistas também podem ser considerados suscetíveis aos enquadramentos que o próprio jornalismo utiliza ao compor seus produtos.

Segundo Nelson e Oxley (1999, p. 1040, tradução do autor), acredita-se que “as mensagens afetam as opiniões através da influência de crenças sobre as qualidades e características da postura do objeto”. Isso quer dizer que o enquadramento exerce influência sobre o entendimento das mensagens por parte do receptor. A persuasão pode ocorrer quando o comunicador conhece as estruturas das crenças do receptor e, através do posicionamento de idéias favoráveis ou desfavoráveis a determinados assuntos, constrói um enquadramento.

Enquadramento está ligado ao conceito de *priming* devido à ativação temporal da acessibilidade. Temas valorizados através de *priming* (ênfase) pela mídia tendem a ficar, durante um tempo, na cabeça do receptor, favorecendo assim a ação do enquadramento sobre sua opinião. Assim, enquadramentos tendem a afetar a opinião do receptor ao alterar o conceito de suas crenças. Isso se daria por meio da acessibilidade e elevação ou diminuição da importância daquelas crenças.

“Como qualquer categoria social, enquadramentos temáticos carregam implicações perceptíveis e conclusivas, guiando como seus receptores ponderam e resolvem dilemas

temáticos” (NELSON e OXLEY, 1999, p. 1059). Os enquadramentos influenciam opiniões ao sugerir quais questões devem predominar. A conclusão dos autores é de que os enquadramentos agem como agentes valorativos nos processos cognitivos.

2.5 Pesquisas relacionadas aos OGMs

Conforme Corcuff (2001), “a construção social da ciência inclui fatores, dimensões e níveis muito heterogêneos que não podem ser apreendidos por visões epistemológicas que considerariam a verdade e a razão como dados da ciência (p. 111)”. Segundo o autor, o fato científico não é, necessariamente, construído apenas nas pesquisas e experimentos realizados em laboratórios ou estudos. É necessário levar em consideração outros fatores que influenciam o fazer científico.

“Mais amplamente, a gênese histórica de um fato é balizada por controvérsias científicas, por estratégias diversas, por publicações que incluem formas retóricas de persuasão, laços estabelecidos com organismos financiadores ou de lógica de carreiras (CORCUFF, 2001, p. 111)”.

Estes aspectos foram considerados por investigações sobre enquadramentos midiáticos a respeito dos OGMs. Ariosi (2005) pesquisou o assunto através de análise de editoriais, artigos e matérias informativas dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, no período em que o Projeto de Lei de Biossegurança nº 2401/03 esteve em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o que ocorreu de outubro de 2003 a março de 2005:

O mote comum dos veículos ao noticiarem as negociações do projeto foi a divergência de discursos existentes, no âmbito do governo federal, sobre os pareceres técnicos da comissão na liberação de organismos transgênicos tanto para a pesquisa em campo como para o plantio e o cultivo em escala comercial (ARIOSI, 2005, p. 34)

A Lei de Biossegurança (nº 11.105 de 24 de março de 2005) define o papel da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) na definição de normas para o setor, abrangendo, desta forma, segundo seu artigo 1º:

segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a li-

beração no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente.

A autora indica que os veículos deram ênfase ao embate político entre representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e Agricultura sobre o poder de decisão que a lei instituiria para a CTNBio na liberação de OGMs, enfocando a existência de rivalidades entre defensores de interesses “ambientalistas” e “agronegocistas”.

“(…) a Folha de S. Paulo apresentou, logo no início do período estudado, os políticos envolvidos no debate como ‘rivais’ e, o projeto de lei, como um instrumento de disputa interna no governo”, salienta Ariosi (2005, p. 35). “De maneira semelhante, o jornal O Estado de S. Paulo optou por dar ênfase ao confronto entre o governo e os ministros que não concordaram com as normas defendidas por Marina Silva na liberação de transgênicos (...)”.

O interesse dos ambientalistas na questão era que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) também pudesse opinar sobre a liberação de estudos e plantio de OGMs de acordo com sua avaliação de impacto ambiental: “(...) para as fontes do Ministério do Meio Ambiente citadas nos textos, as regras do Projeto de Lei deveriam atribuir ao Ibama o poder de deliberar sobre as autorizações”, explica Ariosi (2005, p. 59):

Deste modo, mesmo depois de aprovadas pela CTNBio, todas as solicitações passariam a ser novamente examinadas pelo órgão ambiental do governo, o qual poderia conceder, ou não, o licenciamento através da exigência dos chamados “Estudos de Impacto Ambiental — EIAs”, atividade realizada pelo Ibama para comprovar a inocuidade do impacto das novas tecnologias no meio ambiente.

O jornal O Estado de S. Paulo teria se posicionado favoravelmente aos interesses defendidos pelos pesquisadores da área, sustentando que a CTNBio deveria ser responsável por autorizar e controlar as atividades e dispensar os estudos de impacto ambiental pretendidos pelo Ibama:

Uma característica pertinente presente na cobertura informativa é a tendência dos dois jornais de acolherem mais versões de fontes favoráveis ao caráter deliberativo da CTNBio, como “pesquisadores” e “ruralistas”, do que de “am-

bientalistas”, que tendem a defender que todos os pedidos para pesquisar, plantar e comercializar OGMs deveriam ser aprovados pelo Ibama (ARIOSI, 2005, p. 37).

A pesquisadora caracterizou os enquadramentos construídos pelo jornal Folha de S. Paulo, que segundo ela enfatizaram supostos conflitos entre os principais atores políticos:

(...) pode-se dizer que, na Folha de S. Paulo, as negociações acerca do papel da CTNBio no texto da lei, no limite dos enquadramentos construídos, limitaram-se a embates entre representantes “ambientalistas” e “ruralistas”, destacando “quem ganhou” e “quem perdeu” com a aprovação na Casa, como se o projeto fosse um objeto de competição entre os políticos envolvidos (ARIOSI, 2005, p. 50).

Quando a decisão governamental tendeu a atribuir à CTNBio a autoridade de decidir sobre as pesquisas e plantio de OGMs, ambos os jornais publicaram matérias com avaliações positivas. Quando ocorreu o contrário, as avaliações negativas apareceram na forma de expressões críticas aos opositores, como “partidários do atraso”, “preconceito ideológico” e “crenças dogmáticas particulares”.

Assim, Ariosi (2005, p. 87) indicou que os veículos “apresentaram abordagens semelhantes sobre a temática enfocada. Os assuntos valorizados pela Folha foram os mesmos privilegiados pelo Estadão”. E acrescenta: “ambos os jornais criaram um cenário dominante favorável à aprovação das normas defendidas no Projeto de Lei por pesquisadores e políticos do Ministério da Agricultura citados nas matérias”.

O projeto final aprovado foi ao encontro dos interesses dos posicionamentos valorizados pelos veículos de comunicação em suas matérias. Ariosi (2005, p. 89) afirma que “os significados construídos pela mídia sobre a Política Nacional de Biossegurança podem ter influenciado o resultado final da aprovação do Projeto de Lei de Biossegurança 2401/03”. Segundo a autora, há uma relação importante entre o “processo político do momento e as práticas de enquadramento realizadas pelos jornais analisados”.

Medeiros (2005) buscou conhecer os enquadramentos que temas polêmicos podem trazer. A autora analisou textos referentes aos transgênicos publicados pelos jornais O Globo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo em dois momentos: 1994/1995 e 1999/2000, épocas da criação da CTNBio e da regulamentação de produção e comercialização de alimentos transgênicos, respectivamente. Foram analisadas 2340 matérias.

No caso dos organismos transgênicos, a ênfase sugerida por um *frame* pode ressaltar fatos científicos – descobertas, aprimoramentos técnicos, novos produtos. Ou tratar dos riscos ambientais associados à aplicação da tecnologia, em pequena, média ou grande escala; os riscos para a saúde humana, adentrando o terreno da regulação ou da ética. Outras abordagens possíveis, em relação a qualquer aplicação tecnológica, recaem suas implicações (sociais, políticas e econômicas) (MEDEIROS, 2005, p. 3-4).

Medeiros dividiu os enquadramentos encontrados em seis categorias: científico, normativo, econômico, político, cultural e outros (aqueles que não se encaixam nos anteriores).

O enquadramento científico pode ser identificado, segundo a autora, através de elementos nas matérias como o avanço tecnocientífico, com inovações em técnicas ou processos; político-tecnocientífico, que diz respeito às decisões quanto a investimentos privados ou públicos em pesquisas sobre o tema; tecnocientífico-normativo, sobre artigos e pesquisas que questionam as bases científicas que sustentam a legislação e regulamentação da comercialização de transgênicos; e sócio-tecnocientífico, com matérias em que o público é convidado a participar, através de enquêtes, pesquisas de opinião pública e seminários.

Já o enquadramento normativo destaca a aplicação das leis, normas e regulamentos relacionados aos transgênicos. Pode ser normativo-político, que enfoca acordos e decisões judiciais com o envolvimento de atores políticos ou declarações de autoridades sobre a regulamentação dos transgênicos; ou normativo-econômico, relativo à aplicação de leis que regulamentam a comercialização desses produtos.

Medeiros (2005) identifica, no que diz respeito ao enquadramento econômico, elementos sobre comercialização dos transgênicos, previsão de safras e questões de mercado, como produtividade, lucros e prejuízos dos produtores. Ou, então, quando tratam de assuntos político-econômicos, que “referente a fusões, aquisições e divisões de empresas biotecnológicas; parcerias estabelecidas com institutos de pesquisa ou universidades; estratégias econômicas subjacentes a ou decorrentes de posições tomadas por governos em relação aos transgênicos” (MEDEIROS, 2005, p. 6-7).

O enquadramento político é identificado como aquele que traz ações de cidadãos, entidades ou especialistas que defendam ou critiquem decisões governamentais, sejam federais, estaduais ou municipais.

Outra possibilidade levantada por Medeiros (2005) é o enquadramento cultural, que

traz como enfoque principal as referências a livros filmes e outras formas de manifestação criativa do ser humano.

“Em 1994, o frame científico foi o mais freqüente em todos os jornais” (p. 7). Em 1995 a situação não mudou. Segundo a pesquisa, as fontes mais citadas pelos jornais foram cientistas independentes, vinculados a universidades e centros de pesquisas, seguidos das fontes oficiais.

No segundo período analisado, a cobertura tomou outros rumos. “Nesse contexto, a FSP [Folha de S.Paulo] é o único veículo que manteve o frame científico como o mais freqüente. Nos outros veículos, o frame normativo passou a predominar sobre os outros (...)” (p. 8). As fontes utilizadas para compor as matérias também mudaram, tornando as oficiais as mais freqüentes. A exceção, neste caso, foi a Folha de S.Paulo, que permaneceu com os cientistas como fontes mais utilizadas para abordar o assunto.

Pode-se notar que o frame científico, sobre o qual se constroem matérias que buscam explicar o que são os organismos transgênicos — como eles são produzidos, quais são os fundamentos técnicos em discussão, quais as aplicações e as implicações do uso de transgênicos — perdeu importância no debate considerando-se os dois momentos analisados neste estudo (MEDEIROS, 2005, p. 9).

Assim, a autora conclui que em “1994 e 1995 foram publicadas relativamente poucas matérias e prevaleceram os eixos científicos do debate, ao passo que, em 1999 e 2000, o debate foi construído predominantemente sobre os eixos normativo e econômico” (p. 9).

As principais fontes utilizadas, segundo Medeiros (2005, p. 9), tomando como base a cobertura dos cinco jornais, foram “cientistas independentes, representantes da indústria e funcionários de órgãos como a Embrapa ou o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA)”. Na cobertura em 1999 e 2000, organizações não-governamentais e políticos também tomaram espaço como fontes das matérias.

Medeiros (2005, p. 11), assim, afirma que, segundo o estudo,

ao predomínio de cientistas como fontes em 1994 e 1995, correspondeu uma cobertura centrada nos aspectos mais técnicos do debate. No segundo momento, juntamente com a emergência de fontes oficiais, representantes da indústria e ONGs, as matérias foram construídas com outros frames.

Em outra pesquisa sobre o assunto, Medeiros (2007) avaliou a cobertura em 1999 e

2000 dos jornais Folha de S.Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. Neste contexto, “O Globo foi o que publicou o menor número de matérias (59 em 1999 e 87 em 2000); a Folha de S. Paulo foi o que mais atenção dirigiu ao assunto, publicando um total de 293 matérias em 1999 e 461 em 2000” (p.76).

A pesquisadora identificou que a média de fontes por matéria em 1999 era maior na editoria de ciência que nas demais editorias. Esse quadro se inverteu no ano seguinte. Isso só não ocorreu na Folha de S.Paulo, que no ano de 2000 manteve a editoria de ciência como principal na cobertura do tema e, assim, com uma média de fontes por matéria nesta editoria superior às outras editorias.

Em 2000, juntamente com a acentuação da politização do debate, aumentou a frequência relativa de matérias com duas fontes citadas, caracterizando o tema como uma polêmica, uma polarização entre dois lados — governo e indústria x ambientalistas e organizações não-governamentais (MEDEIROS, 2007, p. 78).

A pesquisa mostrou que quase não ocorreu a utilização de três ou mais fontes por matéria em 1999. No ano seguinte, este percentual aumentou um pouco, mas continuou bastante inferior à citação de uma ou duas fontes.

Já no que diz respeito à diversidade de fontes, a Folha de S.Paulo se destacou como a maior – 13 nos dois anos. “No JB [Jornal do Brasil], a diversidade de fontes de Ciência foi maior em 1999 e igual à da cobertura geral em 2000”, explica Medeiros (2005, p. 80). O jornal O Globo trouxe um aumento da diversidade de fontes na editoria de ciência e uma redução desta nas coberturas gerais entre os anos de 1999 e 2000. Foram citadas, respectivamente, nas editorias de ciência e geral, 5 e 9 em 1999 e 9 e 8 em 2000.

Somente no Jornal do Brasil que políticos constituíram fontes expressivas, ou seja, com mais de 10% de frequência. Nos demais jornais, os cientistas foram as fontes mais frequentes do noticiário, seguido de fontes oficiais.

“Nos três jornais analisados, as páginas, seções ou editorias de ciência exploraram o tema “transgênicos” sob uma menor diversidade de ângulos (considerando o número de *frames* e *subframes*) do que a cobertura geral” (MEDEIROS, 2007, p. 81).

No ano de 2000, com o acirramento da discussão política e econômica que a questão dos transgênicos levantou, o foco das notícias mudou. “A redução de importância do frame científico foi acompanhada pelo aumento não somente do normativo, mas também de ou-

tros, como o econômico e o político. O frame econômico foi mais freqüente que o político nos dois anos” (2007, p. 83).

Medeiros explica que, em 1999, “predominaram reportagens na editoria de ciência e notas na cobertura geral. (...) Em 2000, predominaram reportagens, tanto na editoria de ciência quanto no conjunto, e a porcentagem de notas diminuiu” (2007, p. 84).

Por se tratar de um tema científico, pressupõe-se que é necessária a devida explanação do assunto para que os leitores possam compreender melhor sobre o assunto. Isso foi mais freqüente na Folha de S.Paulo e menos no Jornal do Brasil. Este último trouxe este tipo de informação em menos de 10% de suas matérias nos dois anos. Na Folha de S.Paulo, em 1999, esse tipo de explanação ocorreu em quase metade das matérias publicadas nos espaços privilegiados. “No entanto, pesquisas de opinião ou de percepção pública da ciência mostram que, apesar de constantemente exposto, sobretudo pela imprensa, o assunto transgênicos ainda permanece em ampla medida desconhecido” (MEDEIROS, 2007, p. 88).

A pesquisa mostrou que, nos espaços reservados à ciência, tende-se a:

usar um maior número de fontes por matéria; usar uma menor diversidade de fontes por matéria; abordar os temas por um número mais restrito de ângulos; usar com maior freqüência *frames* e *subframes* mais diretamente ligados à ciência; publicar mais reportagens que outros tipos de matéria; citar periódicos científicos com maior freqüência; explicar com maior freqüência a ciência subjacente aos fatos e feitos em discussão; citar com maior freqüência agências noticiosas e outros veículos de mídia (jornais, revistas, rádios e emissoras de TV) (MEDEIROS, 2007, p. 89).

Das editorias sobre ciência, a da Folha de S.Paulo foi a que correspondeu melhor à expectativa da especialização, o que não ocorreu na mesma editoria do Jornal do Brasil, que se preocupou mais em abordar a dissonância e os desdobramentos da discussão. O Globo foi mais parecido com a Folha em 1999 e com o Jornal do Brasil em 2000.

Um problema na cobertura identificado foi a baixa freqüência de explicações sobre a “ciência subjacente à pesquisa e ao desenvolvimento de transgênicos” (MEDEIROS, 2007, p. 91). Outra questão que não foi explicada está relacionada aos fundamentos dos argumentos em confronto: “que riscos potenciais os transgênicos infligem à saúde humana ou ao ambiente? Existe tecnologia com risco zero? Houve casos de escape de genes? O que dizem testes realizados em animais sobre os riscos potenciais à saúde humana?” (p. 91).

Marcolino e Franco (2004) também verificaram a cobertura do tema na mídia. A

primeira etapa de seu estudo consistiu na coleta de matérias referentes ao assunto em agosto e setembro de 2001. Na segunda parte o levantamento foi em dezembro de 2003 e janeiro de 2004. Os veículos de comunicação pesquisados foram Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Gazeta Mercantil, Veja, Istoé, Época, Superinteressante, Galileu, Fapesp, Ciência Hoje e Caros Amigos.

“Neste período, foram divulgadas 20 matérias das quais 19 não explicam o que é transgênico”, apontam as autoras. Apenas 15% das matérias analisadas continham uma abordagem ampla sobre o tema.

Sobre a temática das matérias, as autoras constataram que, na primeira fase da pesquisa, a questão mais abordada foi “a descoberta científica, enquanto que no segundo momento de avaliação 36% da amostra se refere à regulamentação dos produtos transgênicos no Brasil” (Marcolino e Franco, 2004).

Finalmente, os problemas de pesquisa na área devem ser considerados à luz de contribuições da sociologia e da semiótica, que apontam questões relevantes para o corte metodológico proposto pela pesquisa em questão.

2.6 Poder simbólico e discurso

A comunicação midiática é um local privilegiado para o exercício do poder simbólico. Num mundo em que tantos tipos de poder exercem influência sobre a vida das pessoas, e a maioria deles é de forma explícita e pela força, deve-se buscar aquele que não se faz visível ou claramente perceptível. É necessário, segundo Bourdieu (2000, p. 7), saber descobri-lo “onde ele (...) é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

O poder simbólico, neste contexto, tende a oferecer um sentido imediato do mundo social:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (BOURDIEU, 2000, p. 11).

Existem dois campos possíveis para que ocorram essas lutas: diretamente entre as

classes, nos conflitos simbólicos do cotidiano; ou por meio dos especialistas do poder simbólico, como os jornalistas, através de sua atividade profissional, com a utilização da violência simbólica legítima. Neste quadro, portanto, encontra-se o poder de impor, segundo Bourdieu (2000, p. 12), “instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários — embora ignorados como tal — da realidade social”.

Os discursos estão diretamente ligados àqueles que os produzem e para quem é produzido. Neste contexto, o autor (2000, p. 13) situa as ideologias, que “devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação”. Bourdieu entende que as ideologias são sempre “duplamente determinadas”, ou seja, suas características representam tanto os interesses da classe à qual pertencem, quanto os interesses específicos daqueles que as produzem.

O poder simbólico promove o ocultamento das diferenças sociais por meio da função ideológica do discurso dominante, que explica como naturais as relações de ordem estabelecidas por meio de máscaras organizadas mentalmente e objetivamente ajustadas às estruturas sociais.

O autor explica que o poder simbólico tem a capacidade de transformar as visões e interpretações de mundo das pessoas e, dessa forma, mudar o mundo efetivamente. “O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”, aponta Bourdieu (2000, p. 15).

A percepção do mundo social, segundo o autor, é produto de estruturação objetiva e subjetiva. A estrutura objetiva está ligada às probabilidades relacionadas a determinadas situações reais, nas quais os indivíduos se relacionam por meio de convenções estabelecidas em hierarquias reconhecíveis (professores vs. alunos, jornalistas vs. seus leitores etc).

No aspecto subjetivo, considera-se que “os esquemas de percepção e de apreciação susceptíveis de serem utilizados no momento considerado, e sobretudo os que estão sedimentados na linguagem”, salienta Bourdieu (p. 139-140), “são produto das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólicas”.

As estruturas objetivas do espaço social levam os agentes a “tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural” e, desta forma, a não “rebelarem-se contra ele”, explica Bourdieu (2000, p. 141). O poder simbólico implica uma categorização dos

níveis de atuação de cada um dentro da sua posição social, formando individualmente aquilo que se pode ou não “permitir-se a si mesmo” através das influências externas, o que implica uma aceitação tácita da posição.

O autor (p. 142) indica que uma forma elementar de exercício de poder simbólico reside na capacidade de *nomeação* do campo político. O poder de nomeação ocorre em dois campos: do agente singular, que o exerce a partir das suas perspectivas particulares e cuja autoridade em impô-la é pequena; e da *nomeação oficial*, amparada pela força do coletivo, do senso comum, pois é operada por um mandatário do Estado e se dá através do *monopólio da violência simbólica legítima*. Neste caso, o agente está autorizado e seu poder é reconhecido como legítimo. Também possuem poder de nomeação oficial, além dos mandatários do Estado, aqueles que têm posse de títulos — nobiliário, escolar, profissional (como os jornalistas) — que resguardem sua identidade oficial. Estes agentes não participam da luta simbólica de todos contra todos, pois aparentam deter a perspectiva autorizada, reconhecida como universal. Como explica Bourdieu (2000, p. 151), o poder simbólico dos agentes, “como o poder de fazer ver (...) e de fazer crer, de produzir e de impor a classificação legítima ou legal, depende com efeito (...) da posição ocupada no espaço (e nas classificações que nele estão potencialmente inscritas)”.

Segundo o autor, “o campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político”; o poder simbólico é exercido de maneira a reduzir “o universo daquilo que é pensável politicamente ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição” (BOURDIEU, 2000, p. 165).

Para o autor (2000, p. 150), a pesquisa científica deve buscar conhecer o “espaço das relações objectivas entre as diferentes posições constitutivas do campo” e as “relações necessárias estabelecidas, pela mediação do *habitus* dos seus ocupantes, (...) entre os pontos ocupados neste espaço e os pontos de vista sobre este mesmo espaço, que participam na realidade e no devir deste espaço”. Pretende-se, através do estudo do *habitus*, entender como os agentes das classes construídas elaboram estratégias para conservar ou modificar o espaço social. Bourdieu sugere que se observe inicialmente a “constituição de grupos organizados com o objectivo de assegurarem a defesa dos interesses dos seus membros” (p. 150).

Segundo a revisão de Barros Filho e Martino (2003), o *habitus* deve ser entendido como elemento central da subjetivação, e suas origens doutrinárias encontram-se em Aristóteles. Os autores traçam uma relação entre a formulação aristotélica do hábito e a construção conceitual de *habitus* conforme Bourdieu (2000):

O hábito, para os pragmáticos, é constituído de percepção e de ação decorrentes de uma certa exposição ao mundo, de um contato singular com a realidade. Essas disposições, salvo notória rebeldia em contrário, têm força coativa sobre nossa forma de ver a realidade e nosso agir sobre ela. Estamos, assim, para essa corrente filosófica, sujeitos à lei do hábito (BARROS FILHO e MARTINO, 2003, p. 58).

As atribuições de sentido e as percepções da realidade que as pessoas têm são resultado das leis do hábito. Os receptores são influenciados pelas mensagens, ao mesmo tempo em que as interpretam de acordo com suas capacidades. Tendências de interpretação da realidade são reproduzidas. “Por isso, Aristóteles, sem destacar, num primeiro momento, a coerência interna de seus enunciados, põe ênfase nas competências específicas de quem ouve, seus saberes, seus hábitos, suas singularidades da vida cotidiana” (BARROS FILHO e MARTINO, 2003, p. 62).

No contexto de Aristóteles, o hábito é um conhecimento aprendido na realidade de cada um, através da observação e da experimentação sensorial. Isso quer dizer que a trajetória de vida de cada pessoa determina um hábito particular, de acordo com suas relações sociais. Assim, temos um cenário de interpretações dos fatos do cotidiano particular de cada indivíduo.

“Perceber é atribuir sentido. Sensação (faculdade de sentir), direção (faculdade de se orientar) e significado (faculdade de julgar) são os três sentidos do sentido”, explicam Barros Filho e Martino (2003, p. 71-72). Através do sentido, o receptor interpreta as mensagens a que estiver exposto.

“Por isso, a observação de qualquer mensagem se traduz, querendo ou não o observador, num contraste entre o novo e o velho, entre a nova mensagem e o repertório disponibilizado”, como explicam os autores (2003, p. 76), “denunciando a maior ou menor proximidade do objeto observado em relação ao hábito perceptivo”. O entendimento depende, portanto, da adequação do conteúdo de uma mensagem a um repertório pré-existente ou da

modificação de um repertório para se adequar ao novo conceito. Esse processo de mudança ocorre quando da observação repetida de um conhecimento novo.

O *habitus* leva em consideração, assim como o conceito do hábito, a atribuição de sentido oferecida externamente ao receptor. “Essa dimensão perceptiva do *habitus* nos permite concluir que atuam, sem que percebamos, sobre o processo de construção de nossas representações do mundo disposições interiorizadas em experiências anteriores, ao longo de nossa trajetória singular” (BARROS FILHO e MARTINO, 2003, p. 77).

A visão de mundo que o receptor tem é dada através do recorte que este faz das mensagens que recebe. O princípio do *habitus* é, portanto, uma construção socialmente elaborada de percepção e apreciação, sendo que cada indivíduo tem a sua percepção própria, que foi criada por relações sociais estabelecidas anteriormente.

A exposição do receptor à mensagem é o início do processo de estruturação de seu *habitus*. Antes que novos conceitos sejam incorporados ao conhecimento do observador, eles passarão pelas instâncias de socialização, como família, escola, igreja, clube etc. Segundo Barros Filho e Martino (2003, p. 80), a assimilação de um novo conteúdo também dependerá do “contato com os relatos legítimos da atualidade propostos pelos meios de comunicação” ou, no caso da mensagem vinda de um desses meios, a comprovação através de outro.

Com o objetivo de conceituar o *habitus*, os autores (2003, p. 98-99) explicam que, sendo “o produto da História, é um sistema de disposições aberto, que está sempre à mercê de experiências novas e, portanto, permanentemente afetado por elas”. Pode ser considerada uma subjetividade socializada. Um individual coletivo ou um coletivo individualizado. É um produto historicamente coletivo e individual. “Assim, todo agir social será classificado segundo um repertório valorativo de comportamentos construído por meio de observações anteriores” (p. 99).

Ao mesmo tempo em que novas informações são recebidas e processadas através do *habitus*, ou seja, através de esquemas de classificação já existentes, estes são atualizados permanentemente pelas novas informações.

Se o *habitus* constitui um traço do aparelho perceptivo dos indivíduos em geral, é possível também que existam características singulares a um dado setor social ou categoria profissional. Daí surgir a noção de *habitus* profissional, isto é, compartilhado por pessoas

que, por se dedicarem ao mesmo ofício e sofrerem as mesmas exigências cotidianas, tendem a apresentar respostas semelhantes.

O *habitus* jornalístico imputa características e regras às atividades rotineiras da área. A partir de conceitos de lide e pirâmide invertida, o profissional segue “estratégias” para tornar seu texto mais atraente, informativo e isento de valorações pessoais (no caso do jornalismo informativo). Ao mesmo tempo, a produção diária de notícias, com seus prazos apertados, recursos limitados e inserção em um mercado competitivo, acaba por gerar uma rotina de trabalho que contribui para a consolidação do *habitus* profissional. Barros Filho e Martino (2003, p. 111) sugerem que o “ritmo alucinado dessa produção permite e enseja a rápida definição de um repertório de possibilidades que, nunca sendo absolutamente rígido, favorece a reprodução, nem sempre percebida, de um saber prático aparentemente eficaz”.

“O *habitus*, portanto, é o princípio ‘gerador e regulador’ das práticas cotidianas, definindo, em sua atuação conjunta com o contexto no qual está inserido, reações aparentemente espontâneas do sujeito” (BARROS FILHO e MARTINO, 2003, p. 115-116). No que se refere à prática jornalística, o *habitus* se constrói em função da relação entre as situações apresentadas no cotidiano de trabalho e as condições nas quais o profissional deverá operar.

No contexto da produção da notícia, o jornalista passa por um processo de avaliação das circunstâncias percebidas para transcrevê-las, sob sua ótica, na matéria jornalística. Esses cálculos podem não ser aparentes nem para o próprio profissional nem para o receptor da notícia.

Barros Filho e Martino (2003, p. 120) sugerem que as operações profissionais assumem “a forma de atos mecanicamente organizados nos quais o cálculo de probabilidades e a avaliação das condições é substituída pela naturalidade da ação”.

A conduta profissional do jornalista se materializa através de *habitus*. A realidade das redações demonstra a “imposição” de um *modus operandi* consolidado aos novos profissionais. “Assim, com o pretexto de ‘ensinar o que realmente importa’ ou complementar um curso universitário ‘insuficiente diante das exigências do mercado’ as empresas jornalísticas oferecem cursos técnico-profissionalizantes que visam ao ‘adestramento de focas’”, conforme os autores (2003, p. 131), levando “ao condicionamento acelerado do não iniciado/socializado a um saber prático institucionalizado”.

E, se o *habitus* resulta de uma “compactação das múltiplas experiências da trajetória do indivíduo nas também múltiplas situações de ação”, conforme querem Barros Filho e Martino (2003, p. 143), é um vetor do exercício de poder simbólico nas relações sociais.

Para Rothberg (2004, p. 3), “a função ideológica do poder simbólico promove o ajustamento dos indivíduos a estruturas sociais cuja lógica figura como imanente à ordem natural da sociedade. As relações de sentido entre os elementos assim ordenados são dadas como universais (...)”. Dessa forma, as causas são dadas como naturais e não arbitrárias. Não é possível perceber, portanto, as relações de força com que o poder simbólico atua nas relações de comunicação. “Isto é, as relações de força são transportadas para relações entre os elementos constituintes do processo de comunicação, no qual os produtores simbólicos transformam outras formas de capital em capital simbólico” (p. 3). Assim, confirma ou transforma a visão de mundo existente e, então, exerce ação sobre o mundo.

“O papel coercitivo do poder simbólico promove a transformação das relações de força em relações de hegemonia simbólica, dissimulando a violência que as primeiras encerram objetivamente, produzindo efeitos certos sem o investimento que seria necessário à tarefa de coerção física” (ROTHBERG, 2004, p. 4).

Rothberg (2004, p. 7) salienta que “os textos jornalísticos são espaços privilegiados nos quais podem ser flagradas posições associadas a interesses particulares, que, em sua apresentação ao público, se querem universais”. Assim, os jornalistas tendem a “estender suas considerações em defesa de determinadas posições, a fim de aclarar as razões pelas quais deve ser adotada certa linha de ação política, e não outra”, de maneira que a “tarefa de identificar as relações de poder simbólico estabelecidas na argumentação jornalística revela muito da disposição das partes em disputa pelo poder real”.

Ou seja, se o poder simbólico é o poder de transformar a realidade através da transformação das categorias de percepção dessa realidade, a identificação e a explicitação destas categorias de percepção da realidade construídas pelo jornalismo pode revelar facetas da realidade que o poder simbólico quer transformar, dando-lhes substância e contorno — tornando-as mais visíveis e inteligíveis, afinal (ROTHBERG, 2004, p. 7-8).

Um problema de pesquisa assim formulado envolve, salienta o autor, não somente a tarefa de perceber como determinado veículo de mídia repercute certa perspectiva, mas principalmente a exigência de “conhecer como determinada teia de relações de poder sim-

bólico construída se refere a uma dada realidade e tenta influenciar seus desdobramentos”. Isto é, desta forma “põe-se menos em questão o procedimento jornalístico utilizado em dado texto, e mais o problema de captar, em determinada expressão jornalística, as pressões dirigidas a influenciar esferas de poder tão abrangentes quanto instituições do Estado, atores sociais e agentes econômicos” (ROTHBERG, 2004, p. 8). Neste contexto, “é justamente o universo das relações sociais objetivas que pode ser percebido quando se analisa a cultura e a ideologia tomadas como produção simbólica” (p. 8-9):

(...) nos arranjos de poder simbólico construídos pelo jornalismo podem ser percebidas múltiplas facetas dos interesses ocultos. Isto porque o jornalista precisa cercar-se de argumentos a fim de apresentar sua perspectiva particular sob o véu de uma afirmação universal. E, a fim de exercer poder simbólico, ele articula relações de sentido sob as quais, afinal, o pesquisador pode encontrar elementos para recuperar significados das relações objetivas envolvidas nas lutas pelo poder real (ROTHBERG, 2004, p. 9).

Para Bourdieu (2000, p. 28), o real é relacional. Assim, a realidade analisada na pesquisa científica deve ser entendida como parte de um contexto complexo e indispensável para sua compreensão. Por isso, “uma das dificuldades da análise relacional está, na maior parte dos casos, em não ser possível apreender os espaços sociais de outra forma que não seja a de distribuições de propriedades entre indivíduos” (p. 29). Ou seja, faz-se necessário analisar amplamente o objeto estudado, buscando subsídios que sustentem a complexidade da realidade em que o objeto está envolvido.

O autor sugere, para compor a pesquisa, um instrumento de construção do objeto. Trata-se de um *quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou instituições*. Dessa forma, o pesquisador é obrigado a pensar relacionalmente cada elemento do quadro, sendo que suas propriedades podem ser compartilhadas ou, caso não a sejam, exige-se que se saiba o porquê.

Para Rothberg (2004, p. 10), “o método de elaborar um quadro dos agentes e instituições envolvidas em uma abordagem opinativa e das relações entre eles pode ser útil principalmente para fugir das pré-construções do senso comum, tão atraentes nessa área de investigação”.

Neste caso, entender o real como relacional significa abandonar pressuposições e buscar conhecer e interpretar os bens simbólicos dos textos em análise, contextualizando-os com a realidade em que se encontram. Bourdieu (2000, p. 31) mostra que, “se é verdade

que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo”.

A posição social que propicia o status necessário ao exercício do poder simbólico está ancorada no título profissional, escolar e nobiliário, tido como nomeação oficial, por Bourdieu (2000, p. 146), que o define como ato de “imposição simbólica, que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima”.

O poder simbólico reside no “ponto de vista autorizado de um agente autorizado, a título pessoal, como certo grande crítico, certo prefaciador de prestígio ou certo autor consagrado (...) e, sobretudo, o ponto de vista legítimo do porta-voz autorizado, do mandatário autorizado (...)” (Bourdieu, 2000, p. 146-147).

Já Corcuff (2001) analisa o ato de convencimento como ato apoiado sobre um discurso e uma dimensão simbólica que se valem de instituições ou mensagens já creditadas para obter valor. “Levar em conta a dimensão simbólica da realidade social tem conseqüências sobre a maneira de pensar as relações de dominação (...) entre indivíduos e grupos”, explica. Neste âmbito, se coloca a necessidade de se verificar, em uma mensagem, a presença de elementos textuais associados a perspectivas simbólicas relacionadas a grupos específicos.

Além do conceito de poder simbólico, outros fatores relevantes devem ser considerados pela pesquisa em comunicação.

Hall (2003) caracteriza o objeto das práticas comunicativas como algo composto por “significados e mensagens sob a forma de signos-veículo de um tipo específico, organizados, como qualquer forma de comunicação ou linguagem, pela operação de códigos dentro da corrente sintagmática de um discurso” (p. 387-388).

“Em ambas as pontas da cadeia comunicativa o uso do paradigma semiótico promete dissipar o persistente behaviorismo que tem perseguido a pesquisa dos mass media por tanto tempo, sobretudo na sua abordagem de conteúdo” (HALL, 2003, p. 392). Segundo o autor, o discurso “é o produto não da transparente representação do real na linguagem, mas da articulação da linguagem em condições e relações reais. Assim, não há discurso inteligível sem a operação de um código” (p. 393).

E os códigos, muitas vezes apreendidos muito cedo pela cultura de uma sociedade,

são tão comuns que causam uma sensação de naturalismo. Mas eles devem ser estudados em suas associações com determinados grupos sociais. “A operação de códigos naturalizados revela não a transparência e ‘naturalidade’ da linguagem, mas a profundidade, o caráter habitual e a quase universalidade dos códigos em uso. Eles produzem reconhecimentos aparentemente naturais. Isso produz o efeito (ideológico) de encobrir as práticas de codificação presentes” (HALL, 2003, p. 393).

O autor explica que é no “nível conotativo do signo que as ideologias alteram e transformam a significação. (...) Isto não quer dizer que a denotação ou o sentido ‘literal’ esteja fora da ideologia. Na verdade, poderíamos dizer que seu valor ideológico está fortemente fixado, justamente por ter-se tornado tão plenamente universal e ‘natural’” (HALL, 2003, p. 395).

Uma maneira de mapear a “estrutura dos discursos em dominância” é relacionar os “mapas existentes da realidade social problemática”, aponta o autor. “Dizemos dominante e não ‘determinado’, porque é sempre possível ordenar, classificar, atribuir e decodificar um acontecimento dentro de mais de um mapeamento”, salienta. “Mas dizemos ‘dominante’ porque, de fato, existe um padrão de ‘leituras preferenciais’, e ambos – dominante e determinado – têm uma ordem institucional/política/ideológica impressa neles e ambos institucionalizam” (HALL, 2003, p. 397).

3. OBJETIVOS

Geral

Identificar os principais enquadramentos e agendas construídos pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo de março de 2005 a setembro de 2007 a respeito de assuntos ligados ao objeto da consulta pública *online* Anvisa nº 63, a fim de avaliar a pluralidade de informações e interpretações oferecidas pelos dois principais jornais do Estado como potencial subsídio à participação política na construção do Regulamento Técnico de avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de organismo geneticamente modificado (OGM) e de alimentos contendo ou consistindo de produtos derivados de animais alimentados com OGM ou com seus produtos derivados.

Específicos

a) Identificar e descrever enquadramentos oferecidos pelo poder público na formulação de políticas públicas de regulamentação dos procedimentos de avaliação de segurança de alimentos para o consumo humano, contendo ou consistindo de OGM ou de seus derivados, relacionadas às atribuições do Ministério da Saúde e do Ministério da Ciência e Tecnologia propostas pelo texto da consulta pública online da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nº 63, de 11 de julho de 2007.

b) Caracterizar enquadramentos e agendas construídos pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo no período em questão, relacionando tais formações simbólicas aos interesses de setores sociais, econômicos e políticos envolvidos na regulamentação proposta pela consulta pública online Anvisa nº 63.

c) Identificar, descrever, analisar e comparar semelhanças, oposições e contrastes entre as perspectivas simbólicas contidas no texto da consulta pública *online* Anvisa nº 63 e os enquadramentos e agendas construídos pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo no período em questão.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

A amostra de análise foi constituída por 163 matérias, editoriais e artigos publicados pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo de março de 2005 a setembro de 2007 sobre assuntos ligados ao consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de organismo geneticamente modificado (OGM) e de alimentos contendo ou consistindo de produtos derivados de animais alimentados com OGM ou com seus produtos derivados.

Os textos foram selecionados nas páginas dos jornais na internet, através da digitação dos termos “transgênico” e “transgênicos” nos mecanismos de busca, e são apresentados na íntegra no fim deste trabalho como anexos.

Os textos selecionados foram analisados a partir da construção de quadros que relacionaram seleção, ênfase e exclusão de informações e interpretações, de forma a gerar uma base de dados que permitiu a identificação e a análise de enquadramentos e agendas veiculados pelos jornais enfocados sobre a temática em questão, em contraste com as perspectivas simbólicas contidas no próprio texto da consulta pública Anvisa nº 63 e os interesses que alimentam as relações de poder simbólico ali construídas.

A descrição de enquadramento exige a identificação de três componentes essenciais: (a) seleção, (b) ênfase e (c) exclusão de informações relativas a questões, fatos e acontecimentos enfocados (ENTMAN, 1993 e 2007; PORTO, 2004):

(a) A seleção de informações operada por um texto pode ser apreendida através das tarefas de identificação e descrição das principais temáticas ali relacionadas, considerando-se que as escolhas efetivas ocorreram dentro de uma gama possível de opções. Desta forma, a simples presença de certas temáticas em um dado texto já é um indicador de tendências de valorização de certas questões, o que no médio e longo prazo pode contribuir para o surgimento e o fortalecimento de tendências políticas, econômicas e sociais. Além disso, certas temáticas se relacionam a determinados setores sociais e instituições políticas, o que permite depreender a associação entre enquadramentos e interesses políticos e econômicos.

(b) A ênfase de informações em um texto pode ser apurada pela identificação e descrição dos significados presentes nos elementos de mais destaque, como título, introdução e pontos estratégicos salientados pelos elementos de progressão textual. A ênfase assim identificada se relaciona às perspectivas simbólicas centrais afirmadas por um texto; portanto,

as relações de poder simbólico contidas em uma manifestação discursiva podem ser apreendidas a partir do estudo dos elementos ali enfatizados por meio de recursos de construção de sentido.

(c) A identificação das informações excluídas em um texto exige relacionar, em primeiro lugar, aspectos que, em função do foco ali adotado, das temáticas selecionadas e da ênfase detectada, seriam necessários para permitir uma compreensão abrangente do fato ou acontecimento em questão, com seus aspectos intrínsecos nas dimensões política, social e econômica. Em seguida, em contraste entre tal relação e o conjunto de informações efetivamente apresentado pelo texto, podem-se identificar os conteúdos que permaneceram ausentes. Novamente, como certas temáticas se relacionam a determinados setores sociais, a exclusão de determinadas questões pode apontar a prevalência de interesses políticos e econômicos na formação de enquadramentos.

5. RESULTADOS

Os resultados foram obtidos através do preenchimento de quadros que permitiram especificar dados referentes aos textos, como data, título, olho, editoria e fontes entrevistadas, assim como suas características de agenda e enquadramento, como seleção, ênfase e exclusão.

Para melhor visualização dos resultados, eles foram divididos por jornal e gênero. Desta maneira, estão relacionados no item 5.1 os resultados da análise dos textos informativos publicados pela Folha de S. Paulo, seguidos, no item 5.2, dos resultados da análise dos textos de gênero opinativo do mesmo jornal.

O item 5.3 apresenta os resultados da análise dos textos informativos do Estado de S. Paulo e o item 5.4, os resultados da análise dos textos de gênero opinativo do Estadão.

5.1 Análise dos textos informativos da Folha de S. Paulo

QUADRO 1

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 03/03/05

Título da matéria: Aprovação também vale para transgênico¹

Olho: (*sem olho*)

Editoria: ciência

Fontes: *a) parlamentares (1)*

— “Parlamentares do PT, PV, PSOL e PC do B chegaram a divulgar uma declaração de voto dizendo que ‘o substitutivo do Senado dá superpoderes à CTNBio e retira atribuições importantes do Ministério do Meio Ambiente’”

Descrição: a matéria aborda a regulamentação da liberação dos transgênicos pela CTNBio, a composição de seus integrantes e as posições do governo sobre o assunto.

Enquadramento:

a) Seleção – o texto informa que, apesar de contestações, foram delegados os poderes para a CTNBio na liberação do cultivo e comercialização dos transgênicos. Os parlamentares do PT, PV, PSOL e PCdoB apresentaram um manifesto contra a decisão, que foi rejeitado.

b) Ênfase – o texto salienta a aprovação dos poderes da CTNBio em liberar o plantio e comercialização dos transgênicos, além de descrever sua composição. “Com a nova lei, a CTNBio passará a contar com 27 integrantes, sendo 12 indicados por entidades científicas”

ficas, nove pelos ministérios e seis por organizações da sociedade civil. O mandato dos membros é de dois anos, renovável por até mais dois períodos consecutivos. Caso a comissão dê um parecer favorável aos transgênicos e algum ministério discorde, é possível recorrer ao Conselho Nacional de Biossegurança, formado por 11 ministérios e presidido pelo ministro-chefe da Casa Civil”.

c) Exclusão – a matéria não esclarece os argumentos que sustentariam o manifesto apresentado pelos parlamentares.

Construção de agenda: a matéria caracteriza a CTNBio como um órgão decisivo para as políticas de “pesquisa, do plantio e da venda de transgênicos”.

QUADRO 2

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 04/03/05

Título da matéria: Marina Silva critica legislação e fala em desequilíbrio de poderes²

Olho: (*sem olho*)

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “Depois de ter sua posição derrotada no Congresso em relação aos transgênicos, o Ministério do Meio Ambiente divulgou ontem uma dura nota em que fala de cassação de competência do setor e sério desequilíbrio no poder de tomada de decisões. (...) ‘O Ministério do Meio Ambiente entende que o modelo de regulação adotado [com a lei aprovada] cassa a competência do Sistema Nacional de Meio Ambiente para avaliar impactos ambientais decorrentes da liberação de transgênicos’, diz a nota ao tratar dos poderes concedidos à CTNBio”

b) ONGs (1)

— “Vamos fazer uma campanha pública pelo veto da lei. Foi uma infelicidade misturar as duas coisas [transgênicos e células-tronco embrionárias]. Quase ninguém falou dos transgênicos na votação da Câmara’, afirmou Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace.”

Descrição: a matéria caracteriza o descontentamento do Ministério do Meio Ambiente e de sua ministra, Marina Silva, com os poderes de liberação de plantio e comercialização dos transgênicos concedidos pela Câmara dos Deputados à CTNBio.

Enquadramento:

a) Seleção – Segundo a matéria, o Ministério do Meio Ambiente se mostra contrário aos poderes concedidos à CTNBio, defendendo “a redução de poderes da CTNBio e a exigência de estudos de impacto ambiental antes de liberar o plantio comercial dos transgênicos”.

b) Ênfase – O texto evidencia as declarações publicadas em nota pelo Ministério do Meio Ambiente contrárias à decisão da Câmara de aprovação dos poderes da CTNBio.

c) **Exclusão** – A matéria não esclarece por completo as supostas “divergências (*entre os deputados*) envolvendo os produtos geneticamente modificados”.

Construção de agenda: a CTNBio se torna notícia ao ser criticada por nota do Ministério do Meio Ambiente. A nota sustenta que, com a aprovação da Lei de Biossegurança pelo Congresso Nacional, haverá “sério desequilíbrio no processo de tomada de decisão a respeito dos OGMs, em prejuízo das precauções necessárias para lidar com tecnologias cujas conseqüências nos ecossistemas brasileiros ainda não estão devidamente identificadas”.

QUADRO 3

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 04/03/05

Título da matéria: Soja tradicional será luxo, afirma CNA³

Olho: Entidade de produtores diz que consumidor que quiser grão não-transgênico, mais caro, deverá pagar mais

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *oficiais (1)*

— “De acordo com Marcus Vinícius Coelho, coordenador de biossegurança do Ministério da Agricultura, até que a lei seja sancionada pelo presidente Lula, os agricultores estão obrigados a assinar os termos de compromisso”

b) *Entidade de classe (1)*

— “Se se perpetuar a multa a esses agricultores, vamos entrar com um pedido ao governo de que se crie uma linha de crédito para financiar o pagamento da multa. Vamos tomar atitude de anular os efeitos disso [das limitações ao plantio] e dar tranqüilidade para quem está produzindo”, disse Carlos Rivaci Sperotto, vice-presidente da CNA e presidente da Farsul (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul)”

Descrição: o texto caracteriza a reação de uma entidade de produtores diante da liberação do plantio de soja transgênica prevista no projeto de Lei de Biossegurança. Discute a possibilidade de os agronegociistas pagarem multa sobre o plantio sem a assinatura de um termo de responsabilidade, imposto pela legislação anterior, “se responsabilizando por danos ao ambiente para plantar soja transgênica, sob pena de pagar multas”.

Enquadramento:

a) **Seleção** – segundo a matéria, com a liberação do plantio de soja aprovada pelo governo, os produtores se sentirão com “menos tensão”. Os agricultores defendem que não deve ser cobrada multa por produtores que não tenham assinado o termo de responsabilidade do cultivo transgênico imposto pela lei então em vigor

b) **Ênfase** – o texto enfatiza a posição dos agronegociistas em favor da não cobrança da multa, caso o termo de responsabilidade não tenha sido assinado. Saliencia o lado positivo da liberação ao classificá-la como um “afrouxamento das tensões”.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta pluralidade, porque não oferece posição contrária à das fontes citadas, ou seja, que sustentem possíveis riscos do plantio de soja transgênica.

Construção de agenda: o plantio de soja transgênico é caracterizado de forma majoritária, com base em declarações de agricultores, como benéfico e consensual. Empecilhos legais ao cultivo de transgênico são, da mesma forma, retratados como anacrônicos.

QUADRO 4

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 09/03/05

Título da matéria: Embrapa deve lançar nova soja transgênica⁴

Olho: Mamão e feijão resistentes a vírus e algodão geneticamente modificado também estão na lista de projetos

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *cientistas (1)*

— “‘Ainda não marcamos a data para chegar ao mercado porque ainda estamos na fase de análise da questão de segurança alimentar, mas será breve’, diz Elíbio Rech, pesquisador da Embrapa”

Descrição: a reportagem informa sobre o novo tipo de soja transgênica que será lançada pela Embrapa. Também levanta outros produtos modificados geneticamente estudados pela Embrapa, como o feijão e o mamão.

Enquadramento:

a) **Seleção** – segundo a matéria, a nova semente da Embrapa é diferente da utilizada pela Monsanto devido a sua adaptação ao clima brasileiro. O insumo da Monsanto é importado dos Estados Unidos.

b) **Ênfase** – a notícia salienta que a semente da Embrapa foi desenvolvida para o clima brasileiro e se mostra em vantagem à utilizada pela Monsanto. Sustenta que a vantagem é decisiva em um mercado competitivo: “com a nova Lei de Biossegurança, analistas estimam que empresas como Basf, DuPont e Syngenta entrem no mercado brasileiro de biotecnologia”.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta pluralidade, porque não oferece posição contrária à das fontes citadas, ou seja, que sustentem possíveis riscos do plantio de soja transgênica.

Construção de agenda: o plantio de soja transgênica no Brasil é caracterizado de forma positiva pela matéria, inclusive porque uma empresa pública já estaria construindo uma posição de liderança no setor.

QUADRO 5

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 10/03/05

Título da matéria: CTNBio pode liberar três tipos de algodão modificado⁵

Olho: Autorizações de plantio poderão sair antes da mudanças na comissão por causa de Lei de Biossegurança

Editoria: dinheiro

Fontes: a) oficiais (1)

— “Os pedidos estão no topo da lista de processos analisados pela comissão e são tema da reunião marcada para as próximas terça e quarta-feira, informou o Ministério de Ciência e Tecnologia, ao qual o órgão está vinculado”

Descrição: segundo a matéria, a CTNBio avalia a liberação de três variedades de algodão transgênico resistentes a insetos e inseticidas. Informa que a maioria dos produtos encontrados nas prateleiras dos supermercados contém derivados de soja. Se esses produtos contiverem mais de 1% de soja transgênica em sua composição, deverão ser rotulados.

Enquadramento:

a) Seleção – a CTNBio analisa a possibilidade de liberação de três variedades de algodão transgênico, pedidos pelas empresas Monsanto e Bayer. O poder de liberação está nas mãos da CTNBio, que o teve suspenso em 1998 “em decorrência de uma liminar obtida pelas organizações não-governamentais Greenpeace e Idec (Instituto de Defesa do Consumidor)” e o recuperou em setembro de 2004. Com a Lei de Biossegurança, a CTNBio “terá sua composição ampliada de 18 para 27 membros”. O contrabando de sementes modificadas é, segundo a matéria, uma realidade. As sementes de soja transgênicas contrabandeadas vêm da Argentina.

b) Ênfase – a matéria indica que a CNTBio terá poderes para atender aos interesses das multinacionais produtoras de sementes transgênicos. “A CTNBio recuperou na Justiça o poder de decidir sobre transgênicos no país e desde setembro do ano passado voltou a deliberar sobre pedidos de liberação de plantio e comercialização de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados)”, segundo o texto; portanto, “poderá liberar a comercialização de três variedades de algodão resistentes a insetos e a inseticidas, cujos genes pertencem às multinacionais Bayer e Monsanto”.

c) Exclusão – a matéria não apura os motivos que levaram o Greenpeace e o Idec a pedir uma liminar suspendendo os poderes de liberação dos transgênicos da CTNBio e não esclarece as razões que justificariam a ampliação do número de membros da comissão.

Construção de agenda: A CTNBio se torna notícia ao figurar como órgão sujeito aos interesses das multinacionais Bayer e Monsanto, já que se dispõe a liberar a comercialização de três variedades de algodão resistentes a insetos e a inseticidas, produzidos pelas empresas. A atuação da comissão se daria, segundo a matéria, à revelia dos setores representados por Greenpeace e Idec (Instituto de Defesa do Consumidor).

QUADRO 6

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 10/03/05

Título da matéria: Indústria resiste à rotulagem de transgênico⁶

Olho: Setor de alimentos diz que triângulo amarelo com T no meio passa imagem de produto perigoso; governo aceita negociar

Editoria: dinheiro

Fontes: a) oficiais (1)

— “O Ministério da Justiça mantém, porém, em sigilo novos testes em amostras recolhidas pelo Procon de Minas Gerais e que detectou a presença de organismos geneticamente modificados em produto não rotulado, informou Daniel Goldberg, secretário de Direito Econômico do ministério”.

b) entidades de classe (1)

— “[A exigência de rotulagem] está em vigor, mas não está incorporada, porque a indústria não quer unir a sua marca a um alerta, como se fosse coisa perigosa”, disse o diretor jurídico da Abia, Paulo Nicolellis Junior”

Descrição: segundo a matéria, a Abia (Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação) é contrária a um artigo da Lei de Biossegurança que reforça a “exigência de rotulagem dos produtos que contenham transgênicos”. Também é contra a rotulagem de produtos contendo mais de 1% de OGMs, defendendo a rotulagem a partir de 4%.

Enquadramento:

a) **Seleção** – a Abia se manifesta contra a Lei de Biossegurança, que exige que produtos com mais de 1% de transgênicos em sua composição sejam rotulados com um triângulo amarelo contendo um T. Ela discute também a porcentagem estabelecida, sugerindo que suba para 4% para que a rotulagem seja necessária. O Ministério da Justiça mantém a decisão da rotulagem e da porcentagem, mas declara aceitar negociar.

b) **Ênfase** – a matéria salienta a revolta da Abia contra as decisões do Ministério da Justiça e a Lei de Biossegurança em manter a rotulagem de produtos contendo mais de 1% de transgênicos. O argumento da Abia parte da fiscalização do próprio Ministério, que investigou 294 produtos recolhidas em vários Estados e não constatou mais de 1% de OGMs em nenhum deles. A Associação ainda reclama do alarmismo que o símbolo sugerido pelo governo traria ao informar que o produto contém mais de 1% de transgênicos.

c) **Exclusão** – A matéria não esclarece as razões que sustentam a exigência, contida na Lei de Biossegurança, da rotulagem de transgênicos.

Construção de agenda: A matéria confere destaque à agenda, defendida pelas indústrias de alimentação, de flexibilização da Lei de Biossegurança e dos direitos dos consumidores resguardados pela legislação.

QUADRO 7

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 18/03/05

Título da matéria: CTNBio libera venda de algodão transgênico⁷

Olho: Meio Ambiente votou contra, mas comissão liberou plantio e comercialização de variedade da Monsanto

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “‘Não podíamos cruzar os braços à espera da sanção da Lei de Biossegurança’, disse Jairon Nascimento, coordenador-geral da CTNBio”.

Descrição: a matéria aborda a liberação para a empresa Monsanto do cultivo e comercialização de uma variedade de algodão transgênico. Mesmo o Ministério do Meio Ambiente sendo contrário, a decisão será publicada no Diário Oficial da União.

Enquadramento:

a) Seleção – o texto informa a decisão de liberação do cultivo e comercialização do algodão geneticamente modificado sob o contexto da mudança da composição da CTNBio e da oposição do Ministério do Meio Ambiente. No ano anterior, decisão parecida já havia sido tomada, quando a CTNBio liberou a comercialização de algodão contendo até 1% de OGM.

b) Ênfase – a matéria caracteriza a CNTBio como órgão favorável ao plantio e à comercialização de transgênicos. Em breve, segundo o texto, haveria “uma reunião extraordinária da CTNBio para continuar a análise dos pedidos de liberação de organismos geneticamente modificados”, e a “expectativa é que sejam liberadas novas pesquisas com transgênicos”.

c) Exclusão – a matéria não aborda os motivos da oposição do Ministério do Meio Ambiente.

Construção de agenda: a CTNBio se torna notícia ao liberar o plantio e comercialização de algodão contendo OGM.

QUADRO 8

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 22/03/05

Título da matéria: Plantio modificado prejudica vida selvagem, diz pesquisa britânica⁸

Olho: Estudo é o mais extenso já feito no mundo

Editoria: ciência

Fontes: *a) cientistas (1)*

— “‘Os estudos destacaram que o que é bom para o fazendeiro não é sempre bom para as populações de ervas, insetos e pássaros que dividem aquele espaço’, disse Chris Pollock, chefe do comitê de direcionamento científico da série de estudos, que consumiu 6 milhões de libras (R\$ 31 milhões)”.

Descrição: a reportagem informa os resultados de uma pesquisa realizada no Reino Unido sobre o impacto à biodiversidade que as plantações transgênicas causariam. Foi constatado que apenas um dos quatro organismos geneticamente modificados analisados seria não trazer danos para pássaros, flores e insetos. Os resultados demonstram que, nas plantações transgênicas, “o número de borboletas caiu em dois terços e as populações de abelhas se reduziram à metade”.

Enquadramento:

a) Seleção – das quatro pesquisas envolvendo transgênicos relacionadas na matéria, apenas uma das plantações não apresentou danos à biodiversidade local, entretanto, mesmo assim, o agrotóxico usado nela é tão tóxico que está para ser banido do Reino Unido. As outras três pesquisas apontaram para “danos significativos a flores selvagens, borboletas, abelhas e provavelmente pássaros, todos dependentes, direta ou indiretamente, das ervas daninhas que surgiam nas plantações e são eliminadas pelo pesticida”.

b) Ênfase – a matéria destaca conseqüências negativas das plantações transgênicas. O cultivo, segundo a reportagem, seria prejudicial à biodiversidade.

c) Exclusão – a matéria não apresenta pluralidade, porque não oferece posição contrária à das fontes citadas, ou seja, não menciona a possível existência de pesquisas que tragam resultados divergentes.

Construção de agenda: o cultivo de transgênicos se torna notícia devido à publicação dos resultados de pesquisas realizadas no Reino Unido que alertam sobre os prejuízos à biodiversidade que esse tipo de plantação traz.

QUADRO 9

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 22/03/05

Título da matéria: Soja traz riqueza e problema à América do Sul⁹

Olho: Cadeia produtiva discute, em Foz do Iguaçu, efeitos perversos da produção extensiva da oleaginosa ao ambiente

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “Sílvio Molinas Maldonado, secretário-executivo de Meio Ambiente do Paraguai, diz que o país tem a maior taxa de desmatamento da região. E culpa a soja”.

b) entidades de classe (4)

— “Altemir Tortelli, da Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul), destaca as profundas diferenças entre os participantes”.

— “Luis Cubilla, da Capeco (associação dos exportadores paraguaios), diz que ‘a culpa não é da soja, mas do homem, que não a maneja bem’”.

— “Roberto Peiretti, da Aapresid (associação de plantio direto da Argentina), diz que as condições atuais da cultura são melhores do que no passado”.

— “Já para Fábio Trigueirinho, da Abiove (associação das indústrias brasileiras), a soja é amigável com o ambiente e a destruição da floresta amazônica está longe de ser consumada”.

c) ONGs (3)

— “Alberto Yanosky, da Guyra Paraguay, diz que a soja é o produto que mais cresce no Paraguai, mas traz um impacto social perverso para as regiões de pequenos produtores, principalmente nas dominadas pelos brasileiros”.

— “Rosa Lemos de Sá, do WWF Brasil, diz que até 2020 o desmatamento mundial poderá atingir 22 milhões de hectares.”.

— “Os sistemas de comércio não incluem os custos sociais e ambientais do produtor, diz o holandês Jan Maartem Dros, do AID Environment”.

d) empresas (2)

— “Nessa discussão de agricultura familiar ou grandes produtores, Bruno Maggi Pissollo, do grupo Amaggi, diz que há espaço para os dois. ‘Quem vai regular é o mercado.’”

— “Brigit Hofer, da rede de supermercados Coop, da Suíça, diz que a diferença entre transgênicos e não-transgênicos é importante”.

e) outros (1)

— “No início, uma surpresa. Yolanda Kakabadse, presidente do fórum, pede a quem nunca viu um pé de soja que levante a mão. Foi a única a levantá-la. Por não fazer parte desse mercado, era a pessoa ideal para “escutar as vozes dos vários atores envolvidos nesse processo, mas dependentes uns dos outros”, como ela mesmo definiu o fórum”.

Descrição: a reportagem reproduz depoimentos dos participantes de um “fórum sobre a sustentabilidade da soja, realizado em Foz do Iguaçu (PR)”, de maneira a compor um quadro de posições favoráveis e desfavoráveis às plantações intensivas e a adoção de variedades transgênicas.

Enquadramento:

a) Seleção – segundo a matéria, a sustentabilidade é vista de maneiras diferentes pelos produtores agrícolas. De um lado estão os pequenos produtores, que a entendem como não-dependência da soja. De outro, os grandes produtores, que a entendem como padrões de bom manejo das produções. O governo paraguaio culpa a soja por parte do desmatamento. Algumas entidades de classe defendem que a soja não é culpada, mas sim quem a maneja. No Brasil, o plantio teria desmatado 2% de Amazônia Legal e ocuparia 6% da área do Mato Grosso, principal produtor do país.

b) Ênfase – a matéria caracteriza as divergências entre pequenos produtores, que afirmam não querer se tornar dependentes de plantações de soja, especialmente a transgênica, e grandes produtores, para quem “o transgênico é consequência de uma evolução tecnológica e pode perfeitamente ser inserido no contexto de sustentabilidade”.

c) Exclusão – a matéria não esclarece quem foram os organizadores do evento em questão e não apura o posicionamento do governo federal sobre as questões envolvidas nos depoimentos divulgados.

Construção de agenda: os transgênicos se tornaram notícia devido a um fórum de discussão ocorrido em Foz do Iguaçu sobre a sustentabilidade da soja, que debateu as ambições dos pequenos e grandes produtores e problema do desmatamento possivelmente causado pelas plantações.

QUADRO 10

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 23/03/05

Título da matéria: País importará milho transgênico¹⁰

Olho: (*sem olho*)

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *oficiais* (1)

— “O transporte dos grãos e o processamento das rações serão acompanhados de ‘cuidadosa contenção’ para evitar a dispersão no meio, segundo a CTNBio”.

Descrição: a notícia informa a aprovação, pela CTNBio, da importação de milho geneticamente modificado. Contextualiza o assunto em relação às futuras mudanças na CTNBio e seu poder de liberação do plantio, comercialização e pesquisa envolvendo transgênicos. A decisão foi tomada na última reunião da CTNBio antes da aprovação de Lei de Biossegurança, que ampliaria a composição da comissão de 18 para 27 membros e permitiria “recursos de suas decisões a um conselho de ministros, coordenado pela Casa Civil”

Enquadramento:

a) Seleção – segundo a matéria, a CTNBio aprovou a importação de 370 mil toneladas de milho transgênico. Os integrantes da CTNBio só voltariam a se reunir caso o presidente determinasse sua sobrevida no período de transição. Os pedidos pendentes aguardariam a nova composição da CTNBio, após a aprovação da Lei de Biossegurança.

b) Ênfase – a matéria caracteriza a importação do milho transgênico como a última decisão tomada pela CTNBio antes da aprovação da Lei de Biossegurança, que ampliaria o número de membros da comissão e formaria um conselho de ministros que poderia entrar com recursos contra as decisões da CTNBio.

c) Exclusão – a matéria não contextualiza as posições antagônicas, dentro do próprio governo, causadas pela possível aprovação de Lei de Biossegurança.

Construção de agenda: a CTNBio se torna notícia ao liberar a importação de milho transgênico.

QUADRO 11

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 25/03/05

Título da matéria: Planalto faz concessões a ambientalistas¹¹

Olho: Lula sanciona Lei de Biossegurança com modificações que incluem fim de prazo para recursos e ampliação da CTNBio

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *oficiais* (2)

— “Outro veto impede que decisões da CTNBio sejam tomadas ‘por apenas oito brasileiros’, justificou Lula, que baixará decreto impondo quórum mais elevado para as deliberações.”

— ““Não se trata de vitória ou de derrota, continuamos entendendo que a Lei de Biossegurança não revoga o complexo Sistema Nacional de Meio Ambiente, e os Estados ainda podem exigir o licenciamento ambiental independentemente dos pareceres da CTNBio’, disse João Capobianco, um dos principais assessores da ministra Marina Silva.”

Descrição: a matéria informa a sanção da Lei de Biossegurança pelo presidente Lula com alguns vetos de artigos do projeto, como o “prazo máximo de 45 dias para que o Conselho Nacional de Biossegurança, a ser formado por 11 ministros, aprecie recursos contrários a decisões da CTNBio, assim como o prazo de 30 dias para a apresentação de eventuais recursos” e a proibição de a CTNBio tomar decisões com quorum de apenas oito de seus membros.

Enquadramento:

a) Seleção – o texto classifica como “pequeno agrado aos ambientalistas” alguns vetos realizados pelo presidente sobre a lei aprovada pelo Congresso. Caíram os prazos de recursos contra as decisões da CTNBio e o poder de a comissão tomar decisões com um quorum de apenas oito de seus membros. Os principais pedidos de veto do Ministério do Meio Ambiente negados pelo presidente Lula eram contra o poder de a CTNBio “deliberar ‘em última e definitiva instância’ sobre a necessidade de promover licenciamento ambiental antes de liberar a comercialização ou o plantio de determinada variedade transgênica”.

b) Ênfase – o texto caracteriza, de forma irônica, a decisão do presidente Lula ao sancionar a Lei de Biossegurança. Segundo a matéria, ao vetar alguns artigos, Lula faz “um pequeno agrado aos ambientalistas, insatisfeitos com os superpoderes concedidos à CTNBio”. Entretanto, o principal pedido de veto do Ministério do Meio Ambiente, contra o poder de deliberar em última e definitiva instância sobre a liberação dos transgênicos sem a necessidade de licenciamento ambiental, foi negado. Além disso, a “lei libera em definitivo o plantio e a comercialização da soja transgênica, após oito safras colhidas a partir de sementes contrabandeadas da Argentina”.

c) Exclusão – a reportagem não detalha os argumentos do Ministério do Meio Ambiente sobre seus pedidos de veto na Lei de Biossegurança.

Construção de agenda: a Lei de Biossegurança se tornou notícia devido à sanção do presidente Lula, que vetou alguns de seus artigos para fazer “um pequeno agrado aos ambientalistas”.

QUADRO 12

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 16/04/05

Título da matéria: EUA reagem a nova regra da UE para milho¹²

Olho: *(sem olho)*

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “Nós não podemos e não vamos autorizar um OGM [organismo geneticamente modificado] que não passou pelo nosso rigoroso processo de autorização a entrar no mercado”, disse Markos Kyprianou, comissário de Saúde e Proteção do Consumidor da União Europeia”.

— “O porta-voz da missão dos EUA na UE, Edward Kemp, afirmou que ‘não há razão para esperar impacto negativo devido à pequena quantidade de milho Bt-10 que pode ter entrado na UE’”.

Descrição: segundo a matéria, a União Europeia bloqueou a entrada do milho transgênico importado dos Estados Unidos, que reagiu ao embargo.

Enquadramento:

a) Seleção – a matéria afirma que os Estados Unidos exportam cerca de 3,5 milhões de toneladas de glúten de milho anualmente à União Europeia. Para os europeus, não se pode permitir a entrada de OGMs sem um rigoroso processo de autorização. Para os americanos, isso não seria necessário, já que a quantidade de milho transgênico não autorizado que possivelmente teria entrado na UE é mínima.

b) Ênfase – a matéria enfatiza a dissonância ocorrida entre Estados Unidos e União Europeia sobre a importação de milho transgênico na Europa.

c) Exclusão – o texto não detalha as características do “rigoroso processo de autorização” europeu dos transgênicos.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia devido ao embargo da União Europeia a um tipo de milho transgênico não autorizado importado dos Estados Unidos.

QUADRO 13

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 07/05/05

Título da matéria: Milho transgênico causa atrito no governo¹³

Olho: Presidente da CTNBio aprova compra sem votação na transição para nova lei; Anvisa e Meio Ambiente contestam decisão

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “O Ministério do Meio Ambiente e a Anvisa respeitaram o prazo de 30 dias para apresentar o recurso; o conselho tem prazo para analisá-lo. Entre os motivos apresentados para contestar a liberação do milho transgênico, estão a falta de análises de risco para o ambiente e a falta de medidas para evitar a contaminação de alimentos de consumo humano”.

— “Dias depois, ao publicar o parecer técnico no ‘DOU’, Guimarães acrescentou que ‘eventuais solicitações da mesma natureza’ ficariam isentas de nova avaliação por parte da comissão”.

b) entidades de classe (1)

— “O pedido original de liberação das variedades de milho partiu da Associação Avícola do Estado de Pernambuco. A entidade alegou a quebra da safra no país e a redução de custos para defender a importação de 400 mil toneladas do produto”.

Descrição: a matéria informa a aprovação de importação de milho transgênico concedida pelo presidente da CTNBio sem votação, mesmo oficialmente as atividades da comissão estando “suspensas até que a lei seja regulamentada e os novos membros sejam nomeados”. O Ministério do Meio Ambiente e a Anvisa contestaram a decisão devido à “falta de análises de risco para o ambiente e à falta de medidas para evitar a contaminação de alimentos de consumo humano”.

Enquadramento:

a) Seleção – o presidente da CTNBio liberou, sem votação, a importação de milho transgênico da Argentina. A contestação da decisão veio do Ministério do Meio Ambiente e Anvisa, que alegam a “falta de análises de risco para o ambiente e a falta de medidas para evitar a contaminação de alimentos de consumo humano”, e foi encaminhada ao Conselho Nacional de Biossegurança.

b) Ênfase – o texto salienta a liberação *ad referendum* da importação de milho transgênico pela CTNBio. “No parecer técnico, a CTNBio alega que não há indicações de que os grãos de milho geneticamente modificados tenham efeitos danosos quando usados em ração animal”.

c) Exclusão – A matéria não explicita as relações de poder entre CTNBio e Conselho Nacional de Biossegurança e as funções de cada instância. Também não esclarece em que condições pode ser usado o mecanismo de decisão *ad referendum*.

Construção de agenda: a CTNBio se tornou notícia ao liberar, sem votação, a importação de milho transgênico no período de transição para as novas regras de análise e liberação de OGMs propostas pela Lei de Biossegurança.

QUADRO 14

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 08/05/05

Título da matéria: Produtores da região se preparam para o plantio de soja transgênica¹⁴

Olho: (*sem olho*)

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) bancos (1)*

— “O Banco do Nordeste financia todo o projeto a taxas de 9,43% ao ano. Rogério Rocha da Costa, gerente da instituição, diz que neste ano a disponibilidade de crédito é de R\$ 5 bilhões”

b) entidades de classe (1)

— “A Embrapa está começando agora, diz Altair Domingos Fianco, do Sindicato Rural de Uruçuí”

c) produtores rurais (2)

— “Antoninho Trento diz que, enquanto foi produtor no Paraná, nunca desrespeitou a lei, mas agora vai experimentar essas novas variedades no Piauí”.

— “José Antônio Görden, o Zezão, que tem acordos com a Embrapa e a Monsoy, deverá começar a multiplicar as sementes geneticamente modificadas a partir desta safra”.

Descrição: a matéria caracteriza o início do plantio de soja transgênica no nordeste brasileiro, comparando com o plantio na região sul, levando em consideração os custos da produção e a infra-estrutura.

Enquadramento:

a) Seleção – por enquanto, o plantio da soja transgênica é para verificação de custos e experimentação. Os agricultores do Piauí não se mostram muito entusiasmados com a nova tecnologia. Como vantagens da região nordeste encontram-se os financiamentos dos bancos com baixas taxas de juros ao ano, o fornecimento de crédito através das multinacionais, o preço baixo das terras, a boa produtividade, o clima favorável e um porto próximo. Em contrapartida, o calcário para correção do solo é mais caro, a infra-estrutura local não é boa. Segundo a matéria, “faltam bancos, serviços diversos e até hotéis”. Também faltam estradas e, muitas vezes, energia elétrica.

b) Ênfase – o texto salienta as vantagens e desvantagens em se plantar no nordeste, no que se refere a custos da produção e a infra-estrutura oferecida na região. Os produtores estariam experimentando custos e viabilidade do plantio de transgênicos.

c) Exclusão – o texto menciona que o Ibama impõe regras para o plantio de transgênicos, mas não informa quais são.

Construção de agenda: segundo a matéria, o cultivo de soja transgênica no nordeste ainda está no início de seu desenvolvimento e os transgênicos figuram apenas na experimentação dos produtores.

QUADRO 15

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 23/05/05

Título da matéria: Milho transgênico causa alteração em rato¹⁵

Olho: Estudo da Monsanto é mantido em segredo; companhia alega razões comerciais para não divulgar dados

Editoria: ciência

Fontes: *a)cientistas (2)*

— “Vyvyan Howard, especialista em anatomia humana e biologia celular da Universidade de Liverpool, pediu a publicação completa do estudo, dizendo que o sumário da pesquisa

dava ‘motivos para preocupação’”.

— “Michael Antoniu, especialista em genética molecular na Escola Médica do Guy's Hospital, no Reino Unido, descreveu as descobertas como ‘muito preocupantes do ponto de vista médico’, complementando: ‘Eu fiquei impressionado pelo número de diferenças significativas que eles encontraram [no experimento de ratos]’”.

b) empresas (1)

— “Um porta-voz da Monsanto disse no final da semana passada: ‘Se algum desses conhecidos críticos antibiotechnologia tinha dúvidas sobre a credibilidade desses estudos, elas deveriam ter sido apontadas aos [órgãos] reguladores. Afinal, o MON 863 não é novo, e já foi aprovado como tão seguro quanto o milho convencional por nove outras autoridades globais desde 2003’”.

c) genéricas (2)

— “(...) uma fonte no governo britânico disse que os ministros estavam tão preocupados pelas descobertas que estavam requisitando mais informações”.

— “Os ambientalistas encaram as descobertas como confirmação de um estudo britânico de sete anos atrás, que sugeria que ratos alimentados com batatas transgênicas sofriam danos à saúde”.

Descrição: segundo a matéria, um estudo realizado pela Monsanto e não divulgado comprova que ratos alimentados com milho transgênico sofreram anomalias nos rins e composição sanguínea. A empresa alega serem insignificantes e aleatórios os resultados com os ratos e informa que não divulga o estudo por conter “informações confidenciais de negócios que poderiam ter uso comercial” por seus competidores.

Enquadramento:

a) Seleção – o possível malefício à saúde dos ratos é visto como alarmante na matéria, que retrata a indecisão dos políticos europeus na liberação ou proibição do milho transgênico MON 863. Para os cientistas, é uma prova de que a saúde humana poderia estar em perigo e a necessidade da publicação do estudo é imediata. A empresa justifica que o milho modificado é resistente a uma das piores pragas dessa cultura por todo o mundo e outras nove autoridades globais já autorizaram o plantio e comercialização do MON 863.

b) Ênfase – a reportagem, em tom de alarme, retrata a preocupação de políticos europeus e cientistas com os possíveis riscos à saúde humana oferecidos pelo milho transgênicos MON 863. Os ratos, utilizados como cobaias no estudo não divulgado, apresentaram alterações nos rins e variações na composição sanguínea.

c) Exclusão – *nada a relacionar.*

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia após um estudo, mantido em sigilo pela empresa desenvolvedora do OGM, supostamente ter revelado possíveis anomalias em ratos alimentados à base de milho transgênico.

QUADRO 16

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 28/05/05

Título da matéria: Importação de milho é suspensa¹⁶

Olho: Conselho de ministros barra compra automática, decidida pela CTNBio

Editoria: dinheiro

Fontes: a) oficiais (2)

— “O conselho achou que essa é uma questão que não deveria ser decidida hoje, mas nas próximas reuniões. Mas, por enquanto, está suspensa [a importação automática]”, declarou Johaness Eck, subchefe-adjunto de análise e acompanhamento de políticas governamentais da Casa Civil”.

— “Ao publicar o parecer técnico do "DOU", Guimarães (*presidente da CTNBio*) acrescentou que ‘eventuais solicitações da mesma natureza’ ficariam isentas de nova avaliação pela CTNBio, o que foi suspenso ontem”.

Descrição: segundo a matéria, o Conselho Nacional de Biossegurança suspendeu a liberação, concedida pela CTNBio, da importação automática de variedades de milho transgênico. O presidente da comissão, Jorge Almeida Guimarães, havia autorizado a importação sem votação dos membros da CTNBio no “período de transição para as novas regras de análise e liberação do plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados”. Guimarães “acrescentou que ‘eventuais solicitações da mesma natureza’ ficariam isentas de nova avaliação pela CTNBio”, o que também foi suspenso.

Enquadramento:

a) Seleção – o Conselho Nacional de Biossegurança suspendeu a liberação da importação automática permitida pela CTNBio de milho transgênico. O presidente da comissão havia liberado a importação sem votação dos membros da CTNBio e em período de transição para as novas regras de atuação, conforme a Lei de Biossegurança sancionada pelo presidente Lula.

b) Ênfase – o texto salienta a ação do Conselho Nacional de Biossegurança ao suspender a decisão do presidente da CTNBio de liberar a importação de milho transgênico sem votação e em período de transição para as novas regras imputadas pela Lei de Biossegurança.

c) Exclusão – apesar de citado na matéria, o presidente da CTNBio não foi questionado sobre a decisão do Conselho Nacional de Biossegurança.

Construção de agenda: o Conselho Nacional de Biossegurança se torna notícia ao suspender a liberação concedida pela CTNBio da importação de milho transgênico.

QUADRO 17

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 29/05/05

Título da matéria: Greenpeace lança campanha para que consumidor pressione Bunge¹⁷

Olho: Empresa diz que produtos estão dentro da lei

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *ONGs (1)*

— “De acordo com Gabriela Couto, coordenadora da campanha contra os transgênicos do Greenpeace, a Bunge tem duas linhas de produtos, uma delas para clientes que exigem produtos livres de transgênicos”.

b) *empresas (1)*

— “Garantimos que nossos produtos finais têm abaixo de 1% de transgênicos”, diz Adalgiso Telles, diretor-corporativo de comunicação da Bunge”.

Descrição: a matéria informa que o Greenpeace estaria promovendo uma campanha para que os consumidores pressionassem a empresa Bunge a não utilizar organismos transgênicos na industrialização de seus produtos. A empresa garante que seus produtos contêm menos de 1% de OGMs e estão dentro da legislação brasileira.

Enquadramento:

a) **Seleção** – o Greenpeace promoveu uma campanha de incentivo para que consumidores pressionem a empresa Bunge por supostamente utilizar em seus produtos organismos geneticamente modificados. “A ONG (organização não-governamental) é contrária ao plantio de soja transgênica, que é utilizada pela Bunge na produção de itens como a margarina Delícia e o óleo Soya”.

b) **Ênfase** – a matéria salienta a campanha promovida pelo Greenpeace tem por objetivo incentivar “os consumidores a pressionarem a empresa Bunge, líder na produção de óleos e margarinas, para que sua produção seja livre de transgênicos”. O texto caracteriza a atuação da ONG. “O Greenpeace diz que sete empresas passaram em maio a integrar a ‘lista verde’ da organização ao garantir produtos sem transgênicos: Bauducco, Dr. Oetker, Ducoco, Fritex, Kopenhagen, Massa Leve e Visconti”.

c) **Exclusão** – a matéria não detalha a campanha realizada pelo Greenpeace, informando onde está sendo realizada, quais os meios de divulgação, quais são as próximas etapas etc.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia devido à campanha promovida pelo Greenpeace incentivando os consumidores a exigirem que a empresa Bunge ofereça produtos livres de OGMs.

QUADRO 18

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 30/05/05

Título da matéria: Ciência neutra não existe, afirma Gleiser¹⁸

Olho: Físico brasileiro residente nos EUA diz que o Estado tem dificuldades para controlar avanços tecnológicos de forma imparcial

Editoria: ciência

Fontes: a) *cientistas (1)*

— “Gleiser alertou para os riscos de experimentos pouco controlados ou insuficientes, no que diz respeito à proliferação dos organismos geneticamente modificados.”

Descrição: a reportagem descreve a posição de Gleiser sobre vários aspectos da ciência, como a divulgação científica, o criacionismo, vida extraterrestre e outros, inclusive alimentos transgênicos. Sobre os OGMs, ele afirmou ser a favor das pesquisas, mas que ainda não acredita na sua isenção de riscos à saúde humana.

Enquadramento:

a) Seleção – o pesquisador alerta para os “riscos de experimentos pouco controlados ou insuficientes” com transgênicos. Mesmo assim, segundo o cientista, é necessário continuar pesquisando o assunto. Segundo ele, “desgraça ambiental por desgraça ambiental, a introdução da agricultura, há milênios, pelos seres humanos já causou um impacto na natureza imensamente maior do que tudo que os transgênicos podem ou poderão causar no futuro previsível”. E afirmou não consumir produtos transgênicos.

b) Ênfase – a matéria enfatiza certo conformismo por parte do cientista ao tratar os transgênicos como uma realidade em relação à qual não se tem alternativa. Para o cientista, que não consome alimentos transgênicos, a pesquisa deve ser incentivada para proporcionar o entendimento necessário sobre os riscos que os transgênicos poderiam oferecer.

c) Exclusão – *nada a relacionar.*

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia ao figurarem na reportagem feita com o cientista Marcelo Gleiser, que discute a ciência atual. Para o pesquisador, as garantias oferecidas pelos órgãos governamentais da segurança dos transgênicos ainda não são suficientes, havendo a necessidade de novos estudos sobre os possíveis riscos dos transgênicos.

QUADRO 19

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 09/08/05

Título da matéria: Monsanto tem permissão para importar milho¹⁹

Olho: *(sem olho)*

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “A Comissão Européia, o braço executivo da UE, concedeu hoje uma permissão condicional para que a planta conhecida como MON863 seja importada pelo bloco, formado por 25 países, disse hoje Barbara Helfferich, porta-voz da comissão em Bruxelas”.

Descrição: a matéria informa a liberação na União Européia da importação de uma “planta conhecida como MON863”. A empresa favorecida foi a Monsanto, desenvolvedora da planta transgênica.

Enquadramento:

a) Seleção – a Comissão Européia concedeu permissão condicional à Monsanto para a importação do OGM conhecido como MON863, uma variação do milho. Mas a plan-

ta só poderá ser comercializada na UE quando comprovada sua isenção de riscos à saúde. A opinião pública na Europa faz oposição aos transgênicos.

b) Ênfase – a matéria enfatiza que a planta transgênica só poderá ser comercializada na Europa quando comprovada a inexistência de riscos à saúde.

c) Exclusão – a matéria não menciona pesquisa que indica riscos à saúde que a MON863 poderia causar, noticiada pelo próprio jornal três meses antes.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia porque sua importação é condicionada, na União Européia, à realização de testes de segurança para o consumo humano.

QUADRO 20

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 13/08/05

Título da matéria: Mexicano falha em detectar contaminação em milho²⁰

Olho: Quatro anos após denúncia de poluição genética, pesquisa não encontra OGMs em variedades tradicionais

Editoria: ciência

Fontes: a) *cientistas (1)*

— “Os autores do estudo, liderado por pesquisadores do Ministério do Ambiente do México, disseram não ter achado ‘evidência de que milho geneticamente modificado tenha invadido plantios locais’ em Oaxaca em 2003 e 2004”.

b) *ONGs (1)*

— “‘É bom que eles não tenham encontrado contaminação nos lugares de onde tiraram amostras’, disse Gustavo Ampugnani, do Greenpeace México”.

Descrição: o texto aborda pesquisa realizada no México que verificou a não contaminação das plantações de milho por OGMs. A pesquisa partiu de outra realizada em 2000, quando pesquisadores independentes teriam encontrado evidências de contaminação por transgênicos.

Enquadramento:

a) Seleção – uma pesquisa verificou a possível contaminação transgênica nas plantações de milho do México. Foram analisadas 850 plantas em 125 campos de cultivo, concluindo que não havia contaminação. O estudo partiu da publicação dos resultados de uma pesquisa realizada por cientistas independentes no ano de 2000, que afirmava ter encontrado indícios de contaminação nas plantações de milho mexicanas.

b) Ênfase – a matéria enfatiza a inexistência de contaminação transgênica das plantações de milho do México.

c) Exclusão – a matéria não indica quais seriam as consequências de uma possível comprovação da contaminação das plantações de milho mexicanas por transgênicos.

Construção de agenda: o milho transgênico volta a ser notícia com a publicação de estudo realizado nas plantações mexicanas, cuja constatação foi de inexistência de contaminação por OGMs.

QUADRO 21

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 03/09/05

Título da matéria: Produtor quer liberar algodão transgênico²¹

Olho: Redução de custos é vista pelos cotonicultores brasileiros como principal vantagem da variação genética da fibra

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “Segundo João Carlos Jacobsen Rodrigues, presidente do Fundeagro (Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão), a cotonicultura brasileira apresenta alta competitividade no mercado externo, mas está sendo prejudicada por uma política fraca e pela questão ambiental no caso da liberação dos transgênicos”.

b) produtores rurais (1)

— “O produtor Edio Brunetta afirma que, se os transgênicos não forem aprovados no Brasil até a safra 2006/7, haverá forte perda no plantio nacional de algodão”.

c) consultores agrícolas (1)

— “Para o consultor Newton Roda, como a soja é a menina-dos-olhos da produção agrícola brasileira, a aprovação da transgenia nessa cultura é mais fácil”.

d) entidades de classe (1)

— “Walter Horita, presidente da Associação Baiana de Produtores de Algodão, vai mais longe. ‘Não é possível competir com países que já usam transgênicos’, diz”.

Descrição: segundo a matéria, os produtores de algodão precisam da liberação do organismo transgênico para sobreviver no mercado externo. O argumento sustenta que, como o algodão não é um produto ingerido pelo homem, a discussão sobre a liberação do transgênico deveria ocorrer mais facilmente.

Enquadramento:

a) Seleção – agricultores da Bahia se manifestam a favor da liberação dos transgênicos para a cultura de algodão. Caso essa medida não ocorra, as produções cairão drasticamente para as próximas safras. O argumento é que não é possível competir com o mercado externo que já utiliza a planta geneticamente modificada. Segundo o texto, “a vantagem do uso dos transgênicos, segundo seus defensores, é a redução de custos possibilitada pela menor aplicação de defensivos agrícolas em plantas mais resistentes a pragas”.

b) Ênfase – a matéria salienta que a não liberação do algodão transgênico representaria um atraso ao desenvolvimento brasileiro, já que a exportação seria “prejudicada por uma política fraca e pela questão ambiental no caso da liberação dos transgênicos”.

c) **Exclusão** – a matéria não aborda as possíveis desvantagens que o plantio de transgênicos poderia trazer. Não contextualiza as possíveis consequências à biodiversidade que esse cultivo poderia causar.

Construção de agenda: o algodão transgênico se torna notícia ao ser solicitada sua liberação, apresentada como uma necessidade para a sobrevivência da cultura no mercado externo.

QUADRO 22

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 20/10/05

Título da matéria: Você tem fome de quê?²²

Olho: Num embate filosófico, defensores de alimentos orgânicos e transgênicos assumem posições antagônicas, sem saber que os dois tipos de cultivo têm pontos em comum

Editoria: equilíbrio

Fontes: a) *cientistas* (4)

— “Franco Lajolo, professor do departamento de alimentos e nutrição da Universidade de São Paulo, aponta que ainda não há, na literatura científica, nenhum argumento convincente de que os transgênicos sejam desencadeadores de problemas de saúde”.

— ““A transgenia existe na natureza. Um tomate orgânico nada mais é do que o resultado da manipulação genética que ocorre ao longo da seleção natural”, esclarece Gonçalo Pereira, chefe do departamento de genética e evolução da Unicamp (Universidade de Campinas)”.

— “Não contramão do posicionamento antagonista, cientistas como o suíço Klaus Ammann, presidente de biodiversidade da Federação Européia de Biotecnologia e diretor do jardim botânico da Universidade de Berna sugerem a adoção de sementes geneticamente modificadas nas lavouras orgânicas, gerando o que seria uma geração de ‘organotransgênicos’”.

— ““O conceito de orgânico está deturpado no Brasil. Orgânico é um alimento produzido sem química. Em nenhum momento se afirma que orgânico não pode ser transgênico”, diz Alda Lerayer, doutora em genética de microrganismos e melhoramento de plantas pela Universidade de São Paulo e secretária-executiva do CIB (Conselho de Informações sobre Biotecnologia)”.

b) *empresas* (1)

— “Sócia-proprietária do Empório Siriuba, casa de alimentação orgânica inaugurada recentemente no Jardim Paulista, em São Paulo, Cenia Salles rebate: ‘Não dá para misturar, orgânico e transgênico são opostos. O orgânico é a volta à segurança da simplicidade, é a comidinha da sua bisavó’”.

c) *consumidores* (3)

— “A funcionária pública Daniela Ishikawa, 27, faz parte do primeiro grupo. Vegetariana, ela costuma dar preferência ao consumo de alimentos orgânicos certificados, mas reclama dos preços altos dos produtos”.

— “George Guimarães, 31, nutricionista especializado em dietas vegetarianas, junta-se a Daniela. Vegetariano desde a infância e há 11 anos abstêmio também de derivados de leites e de ovos, ele acredita que o alimento orgânico têm propriedades nutricionais superiores às dos alimentos convencionais”.

— “Na única vez em que a artista plástica Fernanda Abdalla, 33, comprou verduras orgânicas, ela diz ter ficado ‘muito decepcionada’”.

d) engenheiros agrônomos (2)

— ““Na agricultura orgânica, a idéia é que o produtor tenha controle sobre o que está produzindo. Alguns agrotóxicos como micronutrientes à base de cobre, enxofre e microorganismos para controle biológico podem ser usados, porém em doses muito baixas, algo em torno de 0,5 ppm (partes por milhão)”, esclarece Álvaro Garcia, engenheiro agrônomo e gerente de certificação do IBD (Instituto Biodinâmico), que confere o selo ‘orgânico’ a produtos brasileiros”.

— “Na despensa do engenheiro agrônomo Fábio Bueno, 36, sempre há proteína de soja. E ele diz não estar nem um pouco amedrontado com o fato de ser soja transgênica”.

Descrição: segundo a reportagem, alimentos orgânicos e transgênicos, apesar de o senso comum apontar para definições opostas, possuem semelhanças, como o objetivo de reduzir o uso de agrotóxicos nas lavouras.

Enquadramento:

a) Seleção – a reportagem apresenta consumidores tratando sobre as vantagens e desvantagens dos alimentos transgênicos e orgânicos. O que une essas duas culturas é a busca pela diminuição do uso de agrotóxicos. Segundo o texto, “além da soja -único alimento transgênico com produção oficialmente liberada do país- o consumidor brasileiro já compra nos supermercados outros itens que são resultado de transgenia”, como o tomate longa vida, por exemplo. O lado bom dos transgênicos, segundo a matéria, é “o fato de estarem sendo submetidos a protocolos de segurança muito mais rígidos do que os que avaliam os alimentos tradicionais”. O texto leva a um futuro de possível junção das técnicas de cultivo de transgênicos com orgânicos para a obtenção de um produto ainda melhor.

b) Ênfase – a reportagem salienta as semelhanças entre alimentos orgânicos e transgênicos, como o objetivo de diminuir o uso de agrotóxicos nas plantações, de forma que valorize a idéia do transgênico como uma “extensão” do orgânico. O texto afirma que “não há, na literatura científica, nenhum argumento convincente de que os transgênicos sejam desencadeadores de problemas de saúde”, valorizando idéias positivas sobre os OGMs.

c) Exclusão – nenhuma das fontes citadas apresenta oposição de idéias, não qualificando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia ao serem considerados uma “extensão” dos alimentos orgânicos, sustentando a idéia de que não fazem mal à saúde e serem submetidos a rigorosos protocolos de segurança, enquanto os convencionais, além de conter agrotóxicos, não passam por fiscalização de qualidade.

QUADRO 23

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 27/10/05

Título da matéria: Governo define área para algodão transgênico²³

Olho: Toda a região Norte e partes de MA, BA, RN e PB e MT e MS estão proibidas de cultivar fibra modificada

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *cientistas (1)*

— “Nessas áreas fica proibida a circulação de sementes, grãos, algodão em caroço e outras partes que propaguem algodoeiros transgênicos. Isso porque, se uma semente cair de um caminhão durante o transporte, poderia, por exemplo, originar uma planta de algodão na beira da estrada”, explica o pesquisador Paulo Barroso, da Embrapa Algodão, de Campina Grande (PB)”.

Descrição: a matéria informa a decisão do Ministério da Agricultura em proibir o plantio de algodão transgênico em toda a região Norte e partes do Maranhão, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Enquadramento:

a) **Seleção** – o zoneamento de proibição do plantio de algodão transgênico foi proposto pela Embrapa a partir da distribuição das espécies *Gossypium*, da importância biológica das populações e do “zoneamento agrícola publicado pelo Ministério da Agricultura”. Os técnicos da Embrapa explicam que “o objetivo da criação das zonas de exclusão é evitar o fluxo gênico a partir de cultivares transgênicas para espécies nativas e naturalizadas do Brasil.”.

b) **Ênfase** – a matéria enfatiza a ação da Embrapa ao propor o zoneamento de proibição do plantio de algodão transgênico para evitar a contaminação de espécies nativas do Brasil.

c) **Exclusão** – o texto não apresenta possíveis oposições à proposta da Embrapa de zonedar as áreas permitidas para plantação de algodão transgênico.

Construção de agenda: o algodão transgênico se torna notícia devido à proposta da Embrapa de zonedar as áreas proibidas para plantio.

QUADRO 24

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 01/11/05

Título da matéria: Arroz transgênico imuniza roedores contra alergia²⁴

Olho: Planta recebeu genes de pólen para “acostumar” animais ao contato com substâncias causadoras da reação

Editoria: ciência

Fontes: a) *artigos científicos (1)*

— “Testes clínicos serão exigidos para estender nossas descobertas para o desenvolvimento de vacinas baseadas em arroz como uma imunoterapia para o controle da alergia [em humanos]”, dizem Hidenori Takagi, do Instituto Nacional de Ciências Agrobiológicas do Japão, e colegas, num artigo publicado na última edição do periódico da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, ‘PNAS’ (www.pnas.org)”.

Descrição: a matéria se refere às experiências de cientistas japoneses em alimentar camundongos de laboratório alérgicos a pólen com arroz transgênico, com o objetivo de livrar os roedores dos ataques alérgicos. Teria sido constatado que, após ingerir o arroz geneticamente modificado, os animais não apresentavam mais as reações alérgicas anteriores. O objetivo, segundo os cientistas, seria o transgênico com propriedades semelhantes para o consumo humano.

Enquadramento:

a) Seleção – “Pelo menos um grupo de mamíferos, os camundongos de laboratório japoneses, já pode cantarolar à vontade sem temer um ataque de alergia a pólen. Basta comer o arroz transgênico especial que um grupo de cientistas acaba de preparar -ele contém uma vacina que impede as crises. Para variar, os roedores mais uma vez são os maiores privilegiados na busca de remédio para uma doença, mas, claro, o objetivo final dos cientistas é mesmo desenvolver uma vacina antialérgica para os humanos”. “Em compensação, camundongos alimentados com o arroz contendo essas substâncias não só não passaram pela típica alergia mas também acabaram por "interpretar" os tais compostos como inofensivos -o organismo passou a ignorá-los”. “Depois das refeições de arroz transgênico, o resultado foi batata: os animais expostos ao pólen de verdade não sofriam da reação alérgica, pois o organismo havia aprendido a ignorar os sinais que disparam o sistema imunológico”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza que o arroz transgênico teria um papel medicinal, trazendo benefícios para a saúde humana, visto que o objetivo seria desenvolver “um arroz transgênico com as mesmas propriedades” para consumo humano.

c) Exclusão – o texto não especifica quais tipos de reações alérgicas o arroz transgênico combateria.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, o arroz transgênico é caracterizado como produto medicinal.

QUADRO 25

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 24/11/05

Título da matéria: Ex-advogado de múlti trabalhou no decreto²⁵

Olho: Funcionário da Casa Civil prestou serviços por cinco anos para a Monsanto, companhia interessada nos transgênicos

Editoria: dinheiro

Fontes: a) oficiais (1)

— “Segundo a Casa Civil e a assessoria da empresa, a procuração valeu de 1998 a 2002 e se estendeu a outros advogados de grande escritório paulista”.

b) empresas (1)

— “Segundo Cristina Rappa, gerente de Comunicação da empresa (*Monsanto*), Beto Vasconcelos ‘não tem vínculo com a empresa e é só parte do grupo responsável por elaborar o decreto’”.

c) documentos oficiais (1)

— “Ainda de acordo com o decreto, os integrantes da comissão -a quem cabe liberar pesquisas e a comercialização de transgênicos- ficam proibidos de julgar questões com as quais ‘tenham algum envolvimento de ordem profissional ou pessoal, sob pena de perda de mandato’”.

Descrição: a matéria informa que o advogado Beto Ferreira Martins Vasconcelos, “funcionário da Casa Civil encarregado de preparar o decreto que regulamentou a Lei de Biossegurança”, já trabalhou para a empresa Monsanto, umas das mais interessadas na liberação do plantio e comercialização de alimentos transgênicos.

Enquadramento:

a) Seleção – um dos advogados da Casa Civil responsáveis pelo decreto que regulamenta a Lei de Biossegurança trabalhou por cinco anos em um escritório de advocacia que prestou serviços à multinacional Monsanto, uma das empresas mais interessadas na liberação do plantio e comercialização de alimentos transgênicos, que é regulamentado por essa lei. A minuta do decreto chegou às mãos de Lula sem consenso entre seus elaboradores e o presidente “arbitrou favoravelmente aos ambientalistas”. O decreto obriga os integrantes da CTNBio a assinar uma declaração de conduta, que explicitará eventuais conflitos de interesse, e os impede de julgar questões com as quais eles tenham alguma relação profissional ou pessoal. Segundo a Casa Civil e a Monsanto, não há problemas na atuação do advogado devido a seu antigo vínculo empregatício com a empresa, pois este teria competência para exercer um trabalho correto e imparcial.

b) Ênfase – a matéria enfatiza a atuação do antigo advogado da Monsanto na regulamentação da Lei de Biossegurança. Tanto a Casa Civil como a multinacional dos transgênicos alegaram que o trabalho do advogado não será prejudicado pela antiga ligação empregatícia com a empresa, devido a sua competência. Salientando essa idéia, a matéria resalta algumas considerações colocadas no decreto que tornariam mais rigorosa a liberação de transgênicos, como a necessidade de os integrantes da CTNBio assinarem uma “declaração de conduta”, e os impede de julgar questões com as quais eles tenham alguma relação profissional ou pessoal.

c) Exclusão – A matéria não indica como o vínculo anterior entre o funcionário da Casa Civil e a Monsanto poderia ter influenciado a redação do decreto de regulamentação da Lei de Biossegurança.

Construção de agenda: a Lei de Biossegurança se torna notícia devido ao envolvimento de ex-advogado da Monsanto na sua regulamentação.

QUADRO 26

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 24/11/05

Título da matéria: Lei de transgênico atende a ambientalista²⁶

Olho: Sai decreto que regula biossegurança, e Lula arquiva pedido de uso de organismos modificados que não passem na CTNBio

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) documentos oficiais (1)*

— “Segundo o decreto objeto de acordo, o conselho terá 60 dias para decidir, e esse prazo poderá ser interrompido para a confecção de pareceres”.

Descrição: a matéria aborda a publicação do decreto que regulamenta a Lei de Biossegurança. As pesquisas, plantio e comercialização de transgênicos estavam suspensos desde maio à espera da regulamentação da Lei de Biossegurança, aprovada em março de 2005. Lula decidiu que os pedidos de liberação recusados por pelo menos dois terços dos membros da comissão deveriam ser excluídos.

Enquadramento:

a) Seleção – “Depois de oito meses de debate no governo, o presidente Lula atendeu a apelos de ambientalistas ao baixar decreto que regulamenta a Lei de Biossegurança”. O decreto determina o arquivamento de “pedidos de uso comercial de organismos geneticamente modificados que não obtenham os votos favoráveis de ao menos dois terços dos integrantes da CTNBio”. A matéria informa que, mesmo assim, “as regras são mais favoráveis aos defensores dos transgênicos, sobretudo pelos poderes dados à CTNBio para liberar atividades de pesquisa e uso comercial de organismos geneticamente modificados”. A comissão será composta por 27 membros, 12 deles especialistas escolhidos pelos órgãos relacionados à ciência, como a “ABC (Academia Brasileira de Ciências), a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e outras sociedades científicas”. Quem contrariar “as novas regras de Biossegurança poderá ter de pagar multa de até R\$ 1,5 milhão, dobrada em caso de reincidência”.

b) Ênfase – a matéria trata de forma irônica a decisão de Lula ao afirmar que o presidente “atendeu a apelos de ambientalistas ao baixar decreto que regulamenta a Lei de Biossegurança”. E enfatiza que “no conjunto, as regras são mais favoráveis aos defensores dos transgênicos”. O conflito entre ambientalistas e agronegociistas continua em destaque na matéria nos trechos: “os ambientalistas reagiram, e Lula lhes deu razão” e “Lula não acatou outros pedidos dos ambientalistas”.

c) Exclusão – a matéria não explica o que motivou a necessidade de regulamentação da Lei de Biossegurança a partir de maio de 2005, visto que a lei vigorou de março a maio sem esta regulamentação. O texto não informa que, mesmo com a suspensão das atividades da CTNBio desde maio, o presidente da comissão liberou a importação de milho transgênico sem votação dos membros da comissão. Também não esclarece que tipos de “casos mais polêmicos” serão encaminhados para decisão do Conselho Nacional de Biossegurança, composto por 11 ministros. Ao citar que na edição do decreto Lula “não acatou outros pedidos dos ambientalistas”, a matéria se refere apenas ao critério de escolha dos membros especialistas da CTNBio, deixando de abordar os tais outros pedidos. Nem mesmo o critério adotado pelo presidente para a escolha dos especialistas foi especificado.

Construção de agenda: a Lei de Biossegurança se torna notícia ao se situar entre os interesses de ambientalistas e agronegociistas na publicação do decreto que a regulamenta, discutido pelo governo por oito meses. Do lado dos agronegociistas, a lei confere poderes à CTNBio de avaliar e liberar o plantio e comércio de transgênicos. Na perspectiva dos ambientalistas, a lei não permite que pedidos de liberação de OGMs sejam reconsiderados caso tenham menos de dois terços de aprovação dos integrantes da CTNBio.

QUADRO 27

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 06/12/05

Título da matéria: Governo investiga milho transgênico no RS²⁷

Olho: Ministérios da Agricultura e Público Federal iniciam operação para ver se plantações usam sementes proibidas

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “‘Pode ser uma medida drástica e antipática, mas, se acharmos lavouras de milho transgênico, vamos destruí-las’, adiantou o delegado regional do Ministério da Agricultura, Francisco Signor, que na última sexta-feira pediu o apoio da Polícia Federal”.

b) entidades de classe (1)

— “‘Temos uma legislação e pretendemos cumpri-la’, diz o presidente da Farsul, Carlos Sperotto”.

Descrição: a matéria informa que os Ministérios da Agricultura e Público Federal iniciaram uma operação para verificar a existência de cultivo ilegal de milho transgênico no Rio Grande do Sul, considerando que nenhuma variedade geneticamente modificada de milho está autorizada para uso comercial no país. A suspeita seria de que estaria se repetindo com o milho o que ocorreu com a soja antes de sua liberação: sendo contrabandeada da Argentina.

Enquadramento:

a) Seleção – “Depois da polêmica envolvendo a soja transgênica, o Ministério da Agricultura e o Ministério Público Federal abriram, na semana passada, uma operação sigilosa para investigar a presença de milho transgênico nos campos gaúchos”. “É provável que o milho transgênico existente no Rio Grande do Sul seja resultante de contrabando da Argentina. A entrada, portanto, ocorre de forma semelhante à da soja transgênica no final da década passada. Mas o poder de contaminação do milho em outras lavouras da mesma cultura (mas não transgênicas) é maior”. “As primeiras denúncias sobre a presença de milho transgênico no Estado, confirmadas a partir de exame clínico de sementes, partiram do deputado estadual Frei Sérgio Görden (PT), ligado ao MST (Momento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Como houve a comprovação, o Ministério Público e o Ministério da Agricultura se interessaram pelo assunto”. “‘Temos uma legislação e pretendemos cumpri-la’, diz o presidente da Farsul, Carlos Sperotto”.

b) Ênfase – o texto salienta a ação dos Ministérios da Agricultura e Público Federal em verificar a existência de planta es de milho transgênico ilegais no Rio Grande do Sul, destacando que “o poder de contamina o do milho em outras lavouras da mesma cultura (mas não transgênicas)   maior”.

c) Exclusão – a matéria não esclarece as circunstâncias da “presença de milho transgênico no Estado, confirmadas a partir de exame clínico de sementes”, não informando a quantidade e a origem de transgênicos ilegais e as possíveis consequências.

Constru o de agenda: os transgênicos se tornam notícia devido   opera o de dois Ministérios de verificar a existência de planta es ilegais de milho geneticamente modificado no Rio Grande do Sul.

QUADRO 28

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 13/12/05

Título da matéria: Governo decepciona ONGs e não ouve demandas sociais, diz estudo²⁸

Olho: Projeto analisa participa o da sociedade

Editoria: Brasil

Fontes: *a) políticos (2)*

— “Fundador do PT, Plínio de Arruda Sampaio afirmou que o projeto documenta os motivos que o levaram a deixar o partido em setembro deste ano. ‘Não há nem a inten o de promover uma transforma o social. O governo deixou de dialogar com o setor popular. Ele seduz, oferece migalhas, mas não dialoga. Com a classe dominante está dialogando bem, de modo fraterno’, afirmou”.

— “A deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), que ficou por 17 anos no PT, criticou as alianças que seu ex-partido fez quando chegou ao poder”.

b) institutos de pesquisa (1)

— “O diretor do Ibase, Cândido Grzybowski, disse que o espaço que o governo d    fruto da retórica petista, mas ‘não vai além, não resulta em consequências práticas”.

c) documento (relatório de pesquisa) (1)

— “O processo do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) foi também considerado pífio: ‘O processo de consultas do PPA resultou decepcionante, pois, além de problemas de desorganiza o, logística, continuidade e legitima o, entre outros, o PPA foi, no Congresso Nacional, submetido pelo governo federal   lógica do superávit primário, e acabou não contribuindo para a constru o de um projeto de desenvolvimento nacional’, diz o documento”.

Descri o: a matéria se refere ao levantamento realizado pelo projeto Mapas (Monitoramento Ativo da Participa o da Sociedade), elaborado por 13 ONGs e coordenado pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econ micas), que aponta o suposto desinteresse do governo Lula em dialogar com movimentos de base da popula o. Segundo o estudo, que analisou a “participa o da sociedade na elabora o de políticas públicas e 11 conflitos sociais”, uma das áreas que o governo mais teria deixado a desejar seria a do meio ambiente. “O fato de ter apoiado os transgênicos ilustraria a falta de comprometimento com

os apelos da sociedade civil, que se manifestou contra esses produtos durante a Conferência Nacional do Meio Ambiente”.

Enquadramento:

a) Seleção – o projeto Mapas analisou os “canais de participação da sociedade na elaboração de políticas públicas” e constatou o “‘desinteresse’ do governo petista em dar voz aos movimentos de base”. Para o fundador do PT e ex-integrante do partido, Plínio de Arruda Sampaio, “o governo deixou de dialogar com o setor popular. (...) Com a classe dominante está dialogando bem, de modo fraterno”. Segundo o diretor do Ibase, os “conflitos sociais devem aumentar pela falta de resposta às demandas da sociedade”. O apoio aos alimentos transgênicos é visto como exemplo da “falta de comprometimento do governo com os apelos da sociedade civil, que se manifestou contra esses produtos durante a Conferência Nacional do Meio Ambiente”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza o suposto “desinteresse” do governo Lula em dialogar com o setor popular. O projeto Mapas indicou que um dos setores mais “prejudicados” teria sido o do Meio Ambiente, com o apoio do governo aos transgênicos apesar dos “apelos da sociedade civil, que se manifestou contra esses produtos”.

c) Exclusão – a matéria não apresenta pluralidade de fontes, porque não abrange as perspectivas do PT.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia ao figurarem no projeto Mapas como exemplo da alegada falta de comprometimento do governo Lula com os pedidos da sociedade civil, que teria se manifestado contra os OGMs que, apesar disso, foram legalizados pelo governo.

QUADRO 29

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 12/01/06

Título da matéria: Brasil vira terceiro maior produtor de transgênicos²⁹

Olho: (*sem olho*)

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *ONGs (1)*

— “A área plantada de variedades transgênicas aumentou 11% em 2005 e o Brasil passou do quarto para o terceiro lugar entre os países que mais cultivam transgênicos, de acordo com dados do ISAAA (Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agri-biotech, na sigla em inglês)”.

Descrição: o texto informa o crescimento no Brasil da área plantada com organismos geneticamente modificados, comparando-o com o aumento dessas plantações em outros países que cultivam transgênicos. Esse crescimento, mesmo representando a maior expansão mundial de área plantada em 2005, é o menor do Brasil desde 2000.

Enquadramento:

a) Seleção – “A área plantada de variedades transgênicas aumentou 11% em 2005 e o Brasil passou do quarto para o terceiro lugar entre os países que mais cultivam transgênicos”. Entre os países que cultivam OGMs, o Brasil se destacou com a maior expansão de área plantada em 2005, passando de 5 milhões de hectares para 9,4 milhões. A matéria explica que esse crescimento se deve ao aumento das plantações de soja transgênica e ao surgimento do plantio de algodão geneticamente modificado, não cultivado até então. “Em 2005 houve aumento do número de países que cultivam variedades geneticamente modificadas, de 17 para 21 países”. Segundo o texto, o “maior produtor mundial de variedades geneticamente modificadas é os Estados Unidos, que cultiva 49,8 milhões de hectares de soja, milho, algodão, canola, abóbora e papaia transgênicos”.

b) Ênfase – o texto enfatiza a subida do Brasil de quarto para terceiro lugar no ranking dos países que mais plantam transgênicos. Este sentido positivo é ressaltado com a informação de que o Brasil foi o país com maior expansão na área de cultivo transgênico em 2005.

c) Exclusão – o texto não explica o que representa o aumento da área plantada de transgênicos no Brasil, assim como não explicita suas causas, consequências, implicações etc.

Construção de agenda: A matéria veicula a idéia de que o Brasil, seguindo, supostamente, o exemplo de outros países, já adota normalmente o plantio de transgênicos, sem riscos ou conflitos.

QUADRO 30

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 17/01/06

Título da matéria: Ministério define áreas vetadas à plantação de algodão transgênico³⁰

Olho: Proibição total ou parcial atinge 13 Estados

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “Essa decisão [das zonas proibidas de cultivar algodão transgênico] tem como objetivo a preservação de recursos genéticos do algodão’, explicou o coordenador de biossegurança e organismos geneticamente modificados do Ministério da Agricultura, Marcus Vinícius Coelho”.

Descrição: a matéria informa a definição de zonas de exclusão para o cultivo de algodão geneticamente modificado em 13 estados. O objetivo desta ação é a preservação de recursos genéticos de algodão. Os pareceres da medida haviam sido tomados antes da Lei de Biossegurança entrar em vigor em março de 2005, e só pôde ser publicada em janeiro devido à instauração da nova CTNBio e a regulamentação da Lei de Biossegurança.

Enquadramento:

a) Seleção – “o Ministério da Agricultura definiu zonas de exclusão para o cultivo de algodão transgênico”, que englobam 13 estados, sendo totalmente proibido o cultivo em

sete estados (AC, AP, AM, PA, RO, RR e TO) e limitado em seis (BA, MA, MS, MT, PB e RN). Segundo o Ministério da Agricultura, o objetivo é a preservação de recursos genéticos de algodão. “Relacionada a transgênicos, a medida só pôde ser publicada em tão pouco tempo após a instauração da nova CTNBio, no final de dezembro, por não ter ligação direta com a nova legislação, já que os pareceres foram feitos antes da aprovação da lei, em março”. A instauração da nova CTNBio só foi aprovada pela Lei de Biossegurança em novembro de 2005, após a publicação do decreto que regularizou a lei.

b) Ênfase – a matéria salienta a portaria assinada pelo ministro da Agricultura que proíbe o cultivo de algodão transgênico em 13 estados brasileiros, decisão influenciada por pareceres da CTNBio e Embrapa. O texto também enfatiza a demora para sair este parecer, encaminhado antes da sanção da Lei de Biossegurança, em março de 2005, e em estado de espera devido às discussões internas do governo referentes à regulamentação da Lei de Biossegurança e à instauração da nova composição da CTNBio, só definidos em novembro e dezembro de 2005, respectivamente.

c) Exclusão – o texto não explicita por que seria necessário preservar os recursos genéticos do algodão, quais riscos existem no cultivo de algodão transgênico nestes estados, nem qual a pena para quem descumprir a medida. Também não explica a “base em pareceres da CTNBio e em estudo da Embrapa” que influenciou o Ministério da Agricultura a definir as zonas de exclusão.

Construção de agenda: a CTNBio se torna notícia por proporcionar pareceres ao Ministério da Agricultura para o zoneamento da produção de algodão transgênico no Brasil, o que significa restrições ao avanço dos transgênicos. Isso se deu após a nova formação da comissão através da Lei de Biossegurança, aprovada em março de 2005 e regulamentada em novembro do mesmo ano.

QUADRO 31

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 07/02/06

Título da matéria: Para OMC, veto da UE a transgênicos é ilegal³¹

Olho: Decisão de hoje deve ditar tendência mundial sobre regulamentação de produtos geneticamente modificados

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “A Comissão Européia, o braço executivo da UE, diz que foram aprovadas novas leis em 2004 que já permitem que os produtos sejam plantados, identificados e rotulados”.

b) empresas (1)

— “‘Esse será o caso que ditará a tendência no mundo inteiro sobre como a biotecnologia será regulamentada’, disse Christian Verschuere, diretor-geral da CropLife International de Bruxelas, na Bélgica, que representa empresas como a Monsanto”.

c) pesquisas (1)

— “Ela responsabiliza alguns governos da UE por continuar a barrar as aprovações, motivados em parte pelo fato de que mais de metade dos 450 milhões de consumidores da UE

estão convencidos de que alimentos transgênicos são ‘perigosos’, segundo pesquisa conduzida na UE em junho passado”.

Descrição: a matéria informa a decisão ser tomada pela OMC sobre a proibição ilegal dos alimentos transgênicos na União Européia. A decisão da OMC provém, segundo o texto, de um “contencioso sobre as políticas da UE aberto pelos três países que mais cultivam produtos agrícolas transgênicos -Estados Unidos, Argentina e Canadá”. Essa decisão vinha sendo adiada desde março.

Enquadramento:

a) Seleção – a OMC, segundo a matéria, estaria para concluir que a “União Européia mantém ilegalmente as sementes transgênicas da Monsanto e da DuPont fora das prateleiras e das terras cultivadas”. A decisão provém da dúvida sobre as políticas da UE aberta pelos maiores produtores de transgênicos do mundo – Estados Unidos, Argentina e Canadá. “A Comissão Européia, o braço executivo da UE, diz que foram aprovadas novas leis em 2004 que já permitem que os produtos sejam plantados, identificados e rotulados”. Entretanto, a UE “produz menos de 1% da oferta mundial de produtos transgênicos”, visto que “mais de metade dos 450 milhões de consumidores da UE estão convencidos de que alimentos transgênicos são ‘perigosos’”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza a possível ilegalidade da proibição do cultivo e comércio de transgênicos na União Européia. Por um lado, a matéria salienta que este poderá ser “o caso que ditará a tendência no mundo inteiro sobre como a biotecnologia será regulamentada”. Por outro, enfatiza que, independentemente de haver a proibição de alguns países europeus, “mais de metade dos 450 milhões de consumidores da UE estão convencidos de que alimentos transgênicos são ‘perigosos’” e que a UE “produz menos de 1% da oferta mundial de produtos transgênicos”.

c) Exclusão – a matéria não esclarece os motivos que levaram alguns países da União Européia a proibirem o comércio de organismos geneticamente modificados. Também não aborda possíveis perspectivas que contenham propostas contraditórias à postura da OMC, não apresentando um quadro de pluralidade. Por fim, não informa qual “pesquisa conduzida na UE” que afirma que os consumidores europeus estão “convencidos de que alimentos transgênicos são ‘perigosos’”.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia devido à possível manifestação da Organização Mundial do Comércio contra a proibição de plantio e comercialização de OGMs na União Européia.

QUADRO 32

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 23/02/06

Título da matéria: Acordo internacional eleva o custo Brasil³²

Olho: Protocolo de Cartagena gera adicionais, afeta produção de commodities e reduz margem de ganho do setor

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) institutos de pesquisa (1)*

— “Mas se a decisão do protocolo for pelo ‘contém’, o país produtor será obrigado a fazer testes rigorosos para apontar todos os tipos de transgenia existentes e aprovados com base em análises de risco, diz Rodrigo Lima, pesquisador do Icone (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais)”.

b) pesquisas (1)

— “Estudo do professor José Maria da Silveira (Unicamp) e do Icone mostra que, na melhor hipótese, a aprovação do ‘pode conter’ geraria custo adicional equivalente a 0,2% do valor das exportações (caso da soja)”.

c) entidades de classe (1)

— “Para Carlo Lovatelli, da Abag e da Abiove, além de servir como mais uma barreira não-tarifária para os importadores, o protocolo pode reduzir ainda mais a margem de lucro de produtores e indústrias, que já está apertada”.

Descrição: a matéria se refere à reunião de representantes de 132 países em Curitiba para a discussão sobre o formato final do acordo conhecido como Protocolo de Cartagena, criado para preservar a biodiversidade. A reunião decidirá a se a produção originária de OGMs conterá a informação de “contém OVMs (organismos vivos modificados)” ou “pode conter OVMs”. Segundo a matéria, a opção de informar que “contém OVMs” aumentará os custos da exportação, visto que o país será obrigado a realizar análises rigorosas para verificação da presença de transgênicos.

Enquadramento:

a) Seleção – “Criado para preservar a biodiversidade, o Protocolo de Cartagena poderá ser mais uma fonte de custos para a produção de commodities”. Os representantes de 132 países-membros estarão em Curitiba para decidir o formato final do acordo, que envolve a “obrigatoriedade de ser informado se a commodity ‘contém OVMs (organismos vivos modificados)’, ou seja, transgênicos, ou se ‘pode conter OVMs’”. No caso de decidirem sobre o “contém”, “o país produtor será obrigado a fazer testes rigorosos para apontar todos os tipos de transgenia existentes e aprovados com base em análises de risco”, cujo custo pode chegar a 8,6% do valor das exportações. Se a opção escolhida for o “pode conter”, segundo a matéria, menos prejudicial, o custo adicional seria de 0,2%.

b) Ênfase – o texto apresenta as opções de escolha de rotulagem dos produtos da agricultura de origem transgênica a ser decidida pelo Protocolo de Cartagena, enfatizando a opção “pode conter” como a menos prejudicial para as exportações brasileiras. Isso porque a outra opção, “contém”, acarretaria um custo adicional de até 8,6% do valor das exportações, contra apenas 0,2% do custo que acarretaria a opção “pode conter”. Outro argumento que sustenta esta posição é que “o protocolo pode reduzir ainda mais a margem de lucro de produtores e indústrias, que já está apertada”. Os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia também apóiam esta opção.

c) Exclusão – a matéria não explicita outras regras que possivelmente o Protocolo de Cartagena incluirá para a produção e comercialização de transgênicos. Não apresenta fontes que sustentem as possíveis perspectivas positivas da escolha do “contém” ou que sustentem possíveis efeitos negativos de optar pela alternativa “pode conter”, não criando um quadro de pluralidade. Também ignora que o evento faz parte de uma conferência das

Nações Unidas de duração de 13 a 31 de março, conhecida como a 8ª Conferência das Partes (COP-8) da Convenção da Biodiversidade, sendo o 3º Encontro das Partes (MOP-3) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. O evento recebe representantes de 188 países-membros.

Construção de agenda: segundo a matéria, a submissão do Brasil a acordos internacionais pode prejudicar o agronegócio de transgênicos no país, e os conflitos entre ministérios dificultam a adoção de uma estratégia que aumente a competitividade do país no setor.

QUADRO 33

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 25/02/06

Título da matéria: Ibama interdita fazendas com transgênicos³³

Olho: Propriedades no Paraná desrespeitaram proibição de plantio de soja geneticamente modificada em raio de 10 km de parque

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “Segundo o superintendente do Ibama no Paraná, Marino Gonçalves, os agricultores autuados podem ter a colheita apreendida, perder incentivo fiscal ou ser multados em até R\$ 1,5 milhão”.

b) ONGs (1)

— “A assessora jurídica da Terra de Direitos, Maria Rita Reis, disse ontem que o Ibama vistoriou só três dos 14 municípios vizinhos ao parque e que plantam soja com a tecnologia Monsanto RR”.

c) empresas (1)

— “A Monsanto emitiu nota em que contesta a competência do Ibama para fiscalizar sementes transgênicas. ‘Nos termos da Lei nº 11.105 de 24.3.2005, compete exclusivamente à CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia) identificar atividades e produtos da biotecnologia potencialmente causadores de degradação [...] e fixar medidas de segurança e restrição ao seu uso”.

d) entidades de classe (2)

— “O diretor-secretário da Cooperativa Agroindustrial Lar, Lauro Soethe, disse esperar que o Ibama libere a colheita, ‘pois não havia conhecimento por parte deles, ou da cooperativa, da proibição’”.

— “Dirce Inês Sincler de Camargo, do Departamento Jurídico da Codetec, afirmou que a cooperativa vai esperar a representação judicial para se manifestar”.

Descrição: a matéria informa que o Ibama interditou 13 propriedades no Paraná, após denúncia da ONG Terra de Direitos, por desrespeitarem a proibição do plantio de transgênicos em um raio de 10 quilômetros de unidades de conservação, no caso, o Parque Nacional do Iguaçu. O Ibama afirmou que as penas seriam abrandadas devido ao desconhecimento da lei pelos produtores e por eles terem sido induzidos a comprar a semente geneticamente

modificada. A Monsanto enviou nota contestando a ação do Ibama, alegando que fiscalização desta natureza é conferida exclusivamente à CTNBio, segundo a Lei de Biossegurança.

Enquadramento:

a) Seleção – O Ibama “interditou 13 propriedades em três municípios no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, depois de denúncia da ONG (organização não-governamental) Terra de Direitos”. O motivo foi o desrespeito dos produtores com a proibição de cultivo de OGMs em um raio de 10 quilômetros de unidades de conservação. Segundo o Ibama, a pena será abrandada porque os produtores alegaram desconhecimento da lei e por supostamente terem sido induzidos a comprar as sementes dos fornecedores. A ONG que denunciou o plantio reclamou que o Ibama vistoriou apenas três dos 14 municípios vizinhos ao parque. A Monsanto contestou a ação do Ibama, alegando que, conforme estabelecido pela Lei de Biossegurança, compete exclusivamente à CTNBio a identificação de atividades e produtos potencialmente causadores de degradação. A Cooperativa Agroindustrial Lar alegou que tanto ela própria quanto os produtores desconheciam a proibição.

b) Ênfase – o texto salienta os desrespeitos com as leis cometidos por produtores e entidades de classe no Paraná, ao cultivarem alimentos transgênicos em área proibida, e pelo Ibama, que atuou sobre o que seria de responsabilidade da CTNBio. A Monsanto figura no texto como conhecedora e esclarecedora da Lei de Biossegurança, ao advertir o Ibama, por meio de nota, explicando que a competência desta ação é conferida à CTNBio.

c) Exclusão – a matéria não busca o posicionamento da CTNBio, que seria, segundo a Lei de Biossegurança, a responsável pela atitude tomada pelo Ibama. Também não esclarece se a ONG, que deveria ter denunciado a infração à comissão ao invés de fazê-lo ao Ibama, procurou a CTNBio para denunciar o desrespeito com a lei. A matéria não explicita qual lei proíbe o cultivo de transgênicos em um raio de 10 quilômetros de unidades de conservação.

Construção de agenda: Os transgênicos se tornam notícia quando o Ibama proíbe sua plantação em área restrita, o que é contestado pela Monsanto e por ruralistas.

QUADRO 34

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 04/03/06

Título da matéria: Brasil ruma dividido a encontro da ONU³⁴

Olho: País recebe em Curitiba delegados de 188 nações para debater proteção às espécies, mas patina sobre transgênicos

Editoria: ciência

Fontes: a) *oficiais (1)*

— “Segundo Rubens Nodari, responsável por biossegurança no ministério, um levantamento recente feito pela pasta indica que os custos de segregação de produtores de soja que já fazem isso no Paraná é de apenas US\$ 0,50 por tonelada”.

b) *ONGs (1)*

— “Defender os transgênicos na MOP-3 seria uma punhalada nos países em desenvolvimento”, diz Marcelo Furtado, coordenador de campanhas do Greenpeace no Brasil”.

c) pesquisas (1)

— “Isso custa dinheiro: até 8,6% do valor das exportações, segundo um estudo de José Maria da Silveira (Unicamp)”.

d) jornais (1)

“Segundo informou ontem o jornal ‘Valor Econômico’, a ‘terceira via’ do Itamaraty prevê o uso de ‘contém’ nas cadeias produtivas onde a segregação seja possível e ‘pode conter’ nas demais”.

Descrição: a matéria informa a divisão dentro do governo brasileiro sobre o apoio do termo “contém” transgênicos, favorável à biodiversidade, ou “pode conter”, favorável ao agronegócio e às exportações. A falta de consenso é delineada pelo duelo de argumentos entre o Ministério do Meio Ambiente e da Agricultura. O Brasil precisaria se posicionar sobre o assunto no MOP-3, que definiria o texto final do Protocolo de Cartagena sobre a Biodiversidade.

Enquadramento:

a) Seleção – segundo a matéria, há um impasse “dentro do governo brasileiro -entre um setor com posições conservacionistas e outro interessado em exportar transgênicos”. As perspectivas opostas estão encabeçadas pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. Os ambientalistas defendem a expressão “contém” transgênicos, para o texto final do Protocolo de Cartagena; os agronegociistas defendem o “pode conter”, que definirá a obrigatoriedade de informação sobre transgênicos em produtos para exportação. O custo, no caso da escolha do “contém”, chegaria a 8,6% do valor das exportações. “A pasta da Agricultura teme que a medida afete a competitividade das exportações brasileiras e seja usada como barreira não-tarifária à produção nacional”. “O árbitro da questão será o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que terá de optar entre o prestígio do Brasil -e de sua ministração como anfitrião e as necessidades mais práticas do agronegócio”.

b) Ênfase – o texto enfatiza a posição controversa em que se encontra o Brasil diante da decisão de qual termo apoiar para o texto final do acordo do Protocolo de Cartagena. Salienta a posição defendida pelo Ministério da Agricultura, ao valorizar “as necessidades práticas do agronegócio” e reduzir a posição do Ministério do Meio Ambiente a uma questão de “prestígio”. A reportagem rotula os ambientalistas de “conservacionistas”, enquanto os agronegociistas são pautados como interessados “em exportar transgênicos”. A matéria sustenta que se o governo optasse pelo “contém”, tornaria as exportações mais caras e prejudicaria a “competitividade das exportações brasileiras”.

c) Exclusão – O texto não explica quais são os “benefícios advindos da exploração da biodiversidade”, ou seja, não esclarece quais são as razões que motivam aqueles que se opõem aos interesses do agronegócio exportador de transgênicos. Também, ao informar que “a Folha apurou que a proposta (*do Itamaraty*) ainda não resolve a controvérsia entre os dois setores”, a matéria não explicita como foi feita essa apuração, através de argumentos que comprovem a afirmação.

Construção de agenda: a matéria caracteriza como razoáveis as posições dos exportadores de transgênicos, ao mesmo tempo em que reduz as posições contrárias a uma questão de “prestígio” do Brasil no cenário internacional.

QUADRO 35

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 13/03/06

Título da matéria: Brasil dividido abre hoje encontro da ONU³⁵

Olho: Desacordo sobre regras para exportação de transgênicos não foi sanado no governo; reunião vai até dia 17

Editoria: ciência

Fontes: a) *oficiais* (2)

— “‘Ainda não fomos informados sobre a posição do presidente’, disse à Folha João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente”.

— “‘Já Gilman Viana, do Departamento de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Agricultura, compara o Protocolo de Cartagena à sugestão do humorista José Vasconcellos de mudar toda a população do Sul do Brasil para o Norte e vice-versa: ‘Não dá vantagem nenhuma, mas faz um movimento danado’, brinca”.

Descrição: a matéria se refere à suposta indecisão brasileira na abertura do 3º Encontro das Partes (MOP-3) sobre qual termo apoiar para o texto final do Protocolo de Cartagena. As divergências pairam sobre os Ministérios do Meio Ambiente (favoráveis ao “contém” transgênicos) e da Agricultura (favoráveis ao “pode conter”).

Enquadramento:

a) Seleção – “O Brasil, anfitrião do 3º Encontro das Partes (MOP-3) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, continua dividido sobre que posição assumir durante o evento das Nações Unidas, que começa hoje em Curitiba”. De um lado, tem-se o Ministério da Agricultura apoiando o “pode conter” transgênicos, escolha menos prejudicial economicamente. De outro, o Ministério do Meio Ambiente, que apóia o “contém”, escolha mais favorável à preservação da biodiversidade.

b) Ênfase – a reportagem sugere que o Brasil estaria sendo “submisso” se decidisse pelo “contém”. Também salienta que o país ficaria para trás na disputa com os outros grandes exportadores de grãos, como os EUA, Argentina e Canadá, que estariam livres das regras do acordo. O texto também caracteriza, de forma pejorativa, a dualidade no governo como “mais ou menos liberal”.

c) Exclusão – a matéria não explicita a posição dos defensores de salvaguardas de segregação do cultivo, transporte e armazenagem de transgênicos.

Construção de agenda: segundo a matéria, a inépcia do governo brasileiro na definição de procedimentos para manipulação de transgênicos pode prejudicar as exportações do agro-negócio.

QUADRO 36

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 14/03/06

Título da matéria: País defende rastreamento de transgênico³⁶

Olho: Criticado em abertura de encontro da ONU, Brasil opta por controle; indústria terá 4 anos para se adaptar

Editoria: ciência

Fontes: a) oficiais (3)

— “É claro que se trata de uma decisão multilateral, mas acreditamos que a nossa postura é inovadora e tira o protocolo do impasse”, afirmou Marina Silva”.

— “A médio prazo, essa opção protege a produção brasileira e mundial”, argumentou João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas”.

— “Requião disse que ‘o eufemismo falso do ‘pode conter’, se transplantado para produtos à venda no supermercado, poderia fazer com que rotulássemos uma embalagem de carne em conserva com a frase ‘pode conter carne estragada’”.

b) ONGs (1)

— “A ONG ambientalista Greenpeace classificou a posição de ‘grande vitória para a biossegurança do planeta’, mas considerou que o período de transição é ‘inaceitável’”.

Descrição: a matéria informa a decisão do governo brasileiro em optar pelo termo “contém” transgênicos para a composição da redação final do Protocolo de Cartagena, debatido no 3º Encontro das Partes (MOP-3). Na abertura do evento, a demora para entrar em consenso foi criticada pelo governador do Paraná, Roberto Requião.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “O Brasil defenderá regras mais estritas para o comércio internacional de transgênicos durante a MOP-3”. A decisão de apoiar o termo “contém” transgênicos foi tomada pelo presidente Lula, em reunião com os ministros Marina Silva (Meio Ambiente), Roberto Rodrigues (Agricultura) e Dilma Rousseff (Casa Civil). Para Marina Silva, “essa proposta faz jus à potência ambiental que é o Brasil”. “Pela posição brasileira, os produtores que já segregam os grãos transgênicos dos convencionais deverão rotular suas cargas com “contém” assim que a regra entrar em vigor. Quem ainda não segrega -ou seja, a maior parte da indústria- terá um prazo de quatro anos para se adaptar”.

b) **Ênfase** – a matéria salienta a decisão de apoiar o “contém” como a mais coerente, apresentando apenas argumentos de fontes que defendam essa idéia. Marina Silva acredita que “seria uma incoerência agir de outro jeito”, João Paulo Capobianco defende que “a médio prazo, essa opção protege a produção brasileira e mundial” e o Greenpeace classifica a decisão como uma “grande vitória para a biossegurança do planeta”.

c) **Exclusão** – o texto não apresenta o posicionamento do Ministério da Agricultura, que fez campanha oposta à decisão tomada, não qualificando um quadro de pluralidade. Também não explica a opinião do Greenpeace sobre o período de transição ser “inaceitável”.

Construção de agenda: segundo a caracterização da matéria, a decisão do governo pela segregação de transgênicos em toda a cadeia produtiva, apesar de desfavorável ao agronegócio, é a mais coerente para o Brasil.

QUADRO 37

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 14/03/06

Título da matéria: Via Campesina e MST fazem evento paralelo³⁷

Olho: (*sem olho*)

Editoria: ciência

Fontes: *a) movimentos sociais organizados (1)*

— “‘Vamos ficar aqui debatendo os mesmos temas, o tempo que as reuniões durarem lá dentro’, disse o representante da Via Campesina e coordenador do MST Roberto Baggio”.

Descrição: a matéria informa que o MST e outros movimentos sociais organizados estariam reunidos próximo de onde estão sendo realizadas as conferências da ONU de biodiversidade – COP-8. O objetivo seria debater os mesmos assuntos do COP-8 e realizar protestos e passeatas até o final do evento.

Enquadramento:

a) Seleção – “Cerca de mil integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens) e de outros movimentos sociais iniciaram ontem, em um toldo branco nos fundos do Expo Trade de Pinhais, um evento paralelo de protesto contra as conferências da ONU sobre biossegurança e biodiversidade”. “Baggio não respondeu se está programado algum ato agressivo, como o quebra-quebra promovido nos laboratórios da Aracruz, no Rio Grande do Sul, semana passada. ‘O que é agressivo? O que pretendemos é deixar claro que estamos discutindo projetos diferentes para a preservação da biodiversidade’, disse”.

b) Ênfase – o texto caracteriza o MST, a Via Campesina e outros movimentos sociais organizados como praticantes de atos agressivos, “como o quebra-quebra promovido nos laboratórios da Aracruz, no Rio Grande do Sul”.

c) Exclusão – o texto não apresenta o posicionamento dos integrantes do MST, Via Campesina e outros movimentos sociais participantes com relação ao debate e manifestação que eles estariam fazendo ao lado de onde estariam ocorrendo as conferências da ONU.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os movimentos sociais organizados são caracterizados como praticantes de atos de violência.

QUADRO 38

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 15/03/06

Título da matéria: Apoio a rótulo foi unilateral, diz indústria³⁸

Olho: Ministra comemora decisão de exigir rastreamento em transgênico; para empresário, voto de Lula foi “partidário”

Editoria: ciência

Fontes: a) *oficiais* (2)

— “Marina Silva disse que o prazo proposto não significa esperar quatro anos para se fazer a identificação. ‘Ela é cumulativa e processual. Você vai criando a estrutura para segregar [o produto transgênico] e para a preservação dos eventos e, ao mesmo tempo, vai fazendo a identificação’”.

— “O governador Roberto Requião disse que, depois de ‘um discurso duro’ contra o governo na abertura da MOP-3, contra a posição dúbia do Brasil, precisou reconhecer que o governo Lula ‘também contém Marina Silva’”.

b) *ONGs* (1)

— “‘O Protocolo de Biossegurança já foi objeto de negociações por cinco anos e prorrogado por mais dois. Então, o agronegócio já teve sete anos para se adaptar’, disse a representante da Terra de Direitos, Maria Rita Reis”.

c) *entidades de classe* (2)

— “A CNI (Confederação Nacional da Indústria) não se manifestou diretamente sobre a decisão do governo brasileiro, mas reiterou que optar pela expressão ‘pode conter’ na identificação dos carregamentos seria o mais desejável do ponto de vista econômico”.

— “Gilman Viana, do Departamento de Comércio Exterior da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), condenou o que chama de ‘partidarização de um assunto técnico’ - segundo ele, a decisão, arbitrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, veio para agradecer os membros de seu próprio partido”.

d) *movimentos sociais organizados* (1)

— “Stedile (*João Pedro, líder nacional do MST*) afirmou que o governo brasileiro tem de fazer o agronegócio cumprir a exigência de rotulagem explícita nos alimentos que contêm OVMs e chegarão ao consumidor -aspecto não regulado pelo protocolo. ‘Não são eles que dizem que transgênico não faz mal à saúde? Então, por que têm vergonha?’”.

Descrição: a matéria aborda, de um lado, a comemoração da ministra Marina Silva e dos ambientalistas com o apoio do governo brasileiro à rotulagem dos transgênicos para exportação (“contém”); de outro, entidades de classe atacam a decisão como prejudicial ao desenvolvimento econômico do agronegócio.

Enquadramento:

a) Seleção – a matéria contextualiza a decisão do governo em apoiar o “contém” transgênicos para rotulagem de produtos para exportação ocorrida no início do MOP-3. Durante o período de transição de quatro anos para as adaptações, será usado o termo “pode conter”. Entidades de classe atacaram a decisão, que, segundo eles, “acarretaria um custo extra de US\$ 50 milhões por ano à indústria brasileira” e “tiraria a competitividade do país em relação a grandes exportadores de commodities como os EUA e a Argentina”. O argumento do governo de que essa medida poderia abrir as portas do mercado europeu também foi contestada, sustentando que a “Europa inteira quer o produto segregado, mas não paga um centavo a mais por isso”. Marina Silva afirmou que o prazo de quatro anos é para adaptação: “Você vai criando a estrutura para segregar [o produto transgênico] e para a preservação dos eventos e, ao mesmo tempo, vai fazendo a identificação”.

b) Ênfase – embora registre o clima de vitória dos ambientalistas com a decisão do governo em apoiar o termo “contém” transgênicos para rotulagem para exportação, a maté-

ria destaca argumentos contrários à medida. “A posição (...) recebeu críticas pesadas de empresários e representantes do agronegócio, que a classificaram de contrária aos interesses econômicos do país e até unilateral”, segundo o texto. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) reiterou que optar pela expressão ‘pode conter’ na identificação dos carregamentos seria o mais desejável do ponto de vista econômico. Em comunicado oficial, a CNI disse que a adesão ao contêiner acarretaria um custo extra de US\$ 50 milhões por ano à indústria brasileira, o que ‘tiraria a competitividade do país em relação a grandes exportadores de commodities como os EUA e a Argentina, que não são signatários do documento’.

c) Exclusão – A matéria não informa as razões que teriam fundamentado a posição do Ministério do Meio Ambiente.

Construção de agenda: a regulamentação da cadeia produtiva de transgênicos com medidas de preservação da biodiversidade figura como contrária à produtividade da economia do país, segundo a visão do setor industrial.

QUADRO 39

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 16/03/06

Título da matéria: Latino diz que não vai rotular transgênicos³⁹

Olho: Posição barra acordo

Editoria: ciência

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “O diplomata brasileiro Luiz Alberto Figueiredo Machado, diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, reconheceu ontem que o consenso não será fácil. Figueiredo disse que as conversas para que o grupo mu- de de posição já são intensas, mas que, ‘em negociação diplomática, nunca é fácil’”.

— “‘Não aceitamos regras que possam trazer prejuízos econômicos ao país’, disse Marco Antonio Meraz Ríos, integrante da delegação do governo mexicano”.

b) ONGs (1)

— “‘O México está pensando biossegurança com cabeça comercial’, disse Gustavo Ampugnani, ativista do Greenpeace”.

Descrição: a matéria se refere ao apoio de seis países ao termo “pode conter” transgênicos, nas discussões sobre o texto final do Protocolo de Cartagena, que poderá ser decidido no 3º Encontro das Partes (MOP-3) sobre Biossegurança, realizado em Curitiba. A decisão deve ser tomada em consenso. Caso contrário, com ao menos um país em desacordo sobre qual termo adotar, a decisão será adiada para a próxima reunião do grupo, que reúne representantes de 132 países-membros.

Enquadramento:

a) Seleção – Nova Zelândia, México, Peru, Paraguai, Nicarágua e El Salvador sinalizaram apoiar o termo “pode conter” transgênicos na decisão do texto final do Protocolo de Cartagena. Se ao menos um, dos 132 países-membros, não concordar com a escolha, a de-

cisão será adiada para a próxima reunião. Representante do México argumenta que não aceitaria regras que pudessem “trazer prejuízos econômicos ao país”. “A posição segue um acordo com EUA e Canadá, dois grandes exportadores e produtores de transgênicos que não integram o Protocolo de Cartagena”.

b) Ênfase – o texto enfatiza a defesa do setor econômico na discussão da rotulagem das cargas contendo transgênicos ao explicitar os argumentos dos países que o defendem.

c) Exclusão – a matéria não veicula de forma clara os argumentos dos que defendem o termo “contém” transgênicos, não fazendo qualquer referência à defesa da biodiversidade nem do meio ambiente, não qualificando, assim, um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: os transgênicos voltam a ser notícia com a explicitação de argumentos que defendem o setor econômico na rotulagem das cargas de OGMs para exportação.

QUADRO 40

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 18/03/06

Título da matéria: Obrigação de identificar produto transgênico só vale depois de 2012⁴⁰

Olho: Afrouxamento se deu por pressão mexicana

Editoria: ciência

Fontes: *a) oficiais (3)*

— “A ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, fechou a reunião dizendo lamentar que a posição da maioria dos 132 membros do protocolo não tenha sido seguida”.

— “A informação foi dada à Folha pelo secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco”.

— “O secretário-executivo da MOP-3/COP-8, o argelino Ahmed Djoghlaif, disse considerar superada a discussão da tendência ‘pode conter’ nos debates da MOP”.

b) ONGs (1)

— “O diretor de políticas públicas da ONG ambientalista Greenpeace, Sérgio Leitão, chamou de ‘chocho’ o texto final”.

c) entidades de classe (1)

— “A socióloga Marijane Lisboa, da Associação de Agricultura Orgânica, disse que os negociadores da MOP ‘fizeram tudo o que o México quis’”.

Descrição: a matéria informa a decisão dos países-membros do Protocolo de Cartagena sobre o termo “contém” transgênicos, no MOP-3. O prazo para que os países se adaptem à nova regra, entretanto, passou de quatro para seis anos. Outra mudança do texto proposto foi de que os países não signatários do protocolo fossem apenas “convidados” a adotarem as novas regras, ao invés de “exortados”, como previa o documento. Mesmo com a prorrogação do prazo para adaptação, o governo brasileiro já pretende abrir linhas de crédito para estimular a identificação de transgênicos entre produtores e exportadores de grãos.

Enquadramento:

a) Seleção – “Os países signatários do Protocolo de Cartagena sobre biossegurança decidiram adiar para 2012 o prazo de transição para a identificação clara de substância transgênica nas cargas de grãos destinadas à exportação. A redação final abre possibilidade para revisão dessa regra, caso a experiência de alguns países demonstre que a identificação é inviável técnica e economicamente”. Essa alteração no prazo de adaptação se deu devido às pressões do México, parceiro dos EUA e Canadá no Nafta, em defesa de seus interesses econômicos. Outra conquista mexicana foi o abrandamento da exigência de que países não signatários do termo aderissem às regras. “O documento só vai ‘convidar’ os não-signatários a adotar as regras do protocolo -o texto inicial propunha ‘exortar’”. “Mesmo com a prorrogação do prazo, o governo brasileiro pretende abrir já linhas de crédito especiais para estimular produtores e exportadores de grãos do país a fazer a identificação clara do produto transgênico”.

b) Ênfase – a reportagem salienta o resultado final das discussões do acordo internacional sobre a rotulagem de cargas de transgênicos para exportação como favorável aos interesses econômicos, obtido através da influência norte-americana.

c) Exclusão – a matéria não aborda os argumentos que justificavam o posicionamento do Brasil e da maioria dos países membros do acordo internacional em defesa do limite de quatro anos para adaptação às novas regras e imposição destas aos países não-signatários.

Construção de agenda: os transgênicos voltam a ser notícia com a decisão sobre um acordo internacional, que obriga a rotulagem de cargas para exportação, de abrandar suas regras para privilegiar os interesses econômicos dos exportadores.

QUADRO 41

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 21/03/06

Título da matéria: Transgênico só será identificado depois de 2012, conclui encontro⁴¹

Olho: (*sem olho*)

Editoria: ciência

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) fechou a reunião dizendo lamentar que a posição da maioria dos 132 membros do protocolo não tenha sido seguida”.

b) ONGs (1)

— “O diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão, chamou de ‘chocho’ o texto final”.

c) entidades de classe (1)

— “A socióloga Marijane Lisboa, da Associação de Agricultura Orgânica, disse que os negociadores ‘fizeram tudo o que o México quis’”.

Descrição: o texto informa que a 3ª Reunião das Partes (MOP-3), com representantes de 132 países, encerrou o último encontro com a decisão de prorrogar a data-limite para que exportadores identifiquem cargas contendo OGMs, com os termos “contém” transgênicos,

para 2012. O prazo previsto anteriormente seria até 2010. Segundo a matéria, isso ocorreu devido à pressão do México, que defendia interesses ligados ao Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e aos Estados Unidos e Canadá, países não-signatários ao acordo.

Enquadramento:

a) Seleção – “Os países-signatários do Protocolo de Cartagena sobre biossegurança decidiram estender para 2012 o prazo de transição para a identificação clara de substância transgênica em cargas destinadas à exportação”. “A dilação foi resultado da pressão do México. Parceiro dos EUA e do Canadá no Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), o país conseguiu abrandar, no texto final, a tentativa da maioria de exigir que países não-signatários do acordo seguissem as mesmas regras nas transações bilaterais. O documento só vai ‘convidar’ os não-signatários a adotar as regras do protocolo -o texto inicial propunha ‘exortar’”. “A socióloga Marijane Lisboa, da Associação de Agricultura Orgânica, disse que os negociadores ‘fizeram tudo o que o México quis’”.

b) Ênfase – o texto caracteriza o resultado da 3ª Reunião das Partes como “chocho”, devido às pressões impostas pelo México para abrandar “a tentativa da maioria de exigir que países não-signatários do acordo seguissem as mesmas regras nas transações bilaterais”, com o objetivo de favorecer os Estados Unidos e o Canadá, parceiros comerciais.

c) Exclusão – a matéria não apresenta fontes em defesa do prolongamento do prazo para rotulação das cargas transgênicas para exportação, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo texto, as propostas da maioria dos países signatários de um protocolo internacional que orienta as exportações de transgênicos não foram acatadas devido aos interesses comerciais dos Estados Unidos e Canadá, defendidos pelo México no encontro.

QUADRO 42

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 22/03/06

Título da matéria: Brasil quer vetar uso de semente "suicida"⁴²

Olho: País defende posição contra grão que produz planta transgênica estéril em reunião da ONU em Curitiba

Editoria: ciência

Fontes: a) oficiais (2)

— “O gerente de recursos genéticos do MMA (*Ministério do Meio Ambiente*), Lídio Coradin, disse que não houve divergências profundas porque a decisão ‘não é nenhuma novidade’, se considerado que o Brasil foi para Granada defendendo a proibição”.

— “‘Nós nos tornaremos escravos dos grandes laboratórios’, disse o representante do México, Alberto Gomes, da Unorca (União Nacional de Organizações Regionais Campesinas Autônomas)”.

b) empresas (1)

— “A empresa americana Delta & Pine Land -que faz uso dessa biotecnologia em experimentos de campo com algodão e soja- distribuiu um boletim em que afirma que a geração de plantas com sementes estéreis é a solução perfeita para a biossegurança, por impedir que em espaço mais longo de tempo ocorra o fluxo indesejado de genes de transgênicos para o cultivo convencional de alimentos”.

c) entidades de classe (1)

— “Em debates no Fórum Global de Entidades Sociais, ontem pela manhã, a Via Campesina condenou o uso dessa tecnologia como ‘a morte da agricultura tradicional e o controle da fome por transnacionais’”.

Descrição: segundo a matéria, no COP-8 (8ª Conferência dos Países Signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU) o Brasil se posicionaria contra a utilização de sementes transgênicas estéreis, que, após a primeira colheita, liberam uma toxina que impede sua segunda germinação. Os ambientalistas defendem que essa é uma medida tomada pelas empresas produtoras desses grãos para criar uma dependência comercial. As empresas alegam que a medida seria a solução para a biodiversidade, e impediria que grãos transgênicos contaminassem os tradicionais. O Brasil chegou a apoiar experiências com as sementes durante o COP-5, mas voltou atrás. A decisão sobre o assunto, segundo a matéria, ocorreria durante o COP-8.

Enquadramento:

a) Seleção – a matéria informa que o “governo brasileiro é contra a liberação de áreas de plantio experimental com uso de sementes estéreis, da chamada tecnologia terminator, e vai defender essa posição nos debates da COP-8”. Segundo a matéria, a semente “terminator” não se reproduz, isso quer dizer que, após a primeira colheita, o grão libera uma toxina que impede sua germinação. Para os ambientalistas, os interesses econômicos dos laboratórios que a desenvolveram se traduzem na criação de uma dependência comercial. As empresas alegam que a semente estéril seria um “mecanismo de controle da propagação desses organismos transgênicos”, traduzindo-se em proteção da biodiversidade. Uma empresa do ramo defende que “a geração de plantas com sementes estéreis é a solução perfeita para a biossegurança, por impedir que em espaço mais longo de tempo ocorra o fluxo indesejado de genes de transgênicos para o cultivo convencional de alimentos”.

b) Ênfase – a matéria parece enfatizar a correção do posicionamento defendido pelos laboratórios que produzem sementes transgênicas, ao reproduzir com clareza os argumentos apresentados por seus representantes.

c) Exclusão – o texto não esclarece os depoimentos que sustentam o posicionamento daqueles que se opõem à liberação de uma semente transgênica.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia quando os produtores de sementes modificadas apresentam argumentos convincentes em sua defesa, enquanto seus opositores são caracterizados sem a mesma clareza.

QUADRO 43

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 30/03/06

Título da matéria: Juíza libera soja modificada em Paranaguá⁴³

Olho: Liminar suspende proibição de embarque do produto pelo porto; governo do Paraná diz que irá recorrer

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “O procurador-geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, disse que o governo vai recorrer da decisão”.

b) juízes (1)

— “No despacho, a juíza diz que a ação do governo do Paraná contra os transgênicos "merece ser elogiada" por todos que prezam o ambiente e a soberania nacional, mas que o governo estadual não tem competência para ditar regras nem impedir a disseminação da cultura dos OVMs (organismos vivos modificados)”.

Descrição: a matéria informa que uma juíza federal teria considerado inconstitucional um decreto do Paraná que proibia movimentação de soja transgênica no porto de Paranaguá. Segundo a juíza, não seria de competência do Estado ditar regras sobre a cultura dos OGMs.

Enquadramento:

a) Seleção – “A juíza federal Giovanna Mayer concedeu liminar que suspende a proibição da movimentação de soja transgênica pelo porto de Paranaguá (PR), determinada pelo governo do Estado”. “No despacho, a juíza diz que a ação do governo do Paraná contra os transgênicos ‘merece ser elogiada’ por todos que prezam o ambiente e a soberania nacional, mas que o governo estadual não tem competência para ditar regras nem impedir a disseminação da cultura dos OVMs (organismos vivos modificados)”. “Depois de ver um decreto estadual que proibia a produção, o comércio e o transporte de soja transgênica no Paraná ser declarado inconstitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal), o governador Roberto Requião (PMDB) usou a lei federal de biossegurança para impedir o embarque desse tipo de soja pelo porto de Paranaguá”. “O procurador-geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, disse que o governo vai recorrer da decisão”, e teria afirmado que a “juíza usurpa a competência do administrador do porto e do governo do Estado”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza que “o governo estadual (*no caso, o do Paraná*) não tem competência para ditar regras nem impedir a disseminação da cultura dos OVMs”.

c) Exclusão – a matéria não abrange os argumentos oficiais do estado em defesa da medida que impedia a movimentação de soja transgênica no porto de Paranaguá, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: No cenário veiculado pela matéria, leis federais de regulação do transporte de transgênicos seriam contestadas pelo Paraná, mas finalmente foram reafirmadas pelo Poder Judiciário, que atenderia interesses de empresas de biotecnologia.

QUADRO 44

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 02/08/06

Título da matéria: Lentidão em transgênico favorece as multinacionais⁴⁴

Olho: Ministro da Agricultura afirma que crise no setor pode custar votos a Lula

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *oficiais (1)*

— “visto com certo pessimismo pelos produtores rurais após a indicação, Luís Carlos Guedes Pinto, o novo ministro da Agricultura, começa a ganhar a confiança de parte do setor devido à franqueza com que conduz o ministério”.

Descrição: a entrevista descreve as perspectivas do novo ministro da Agricultura. Sobre os transgênicos, ele se mostra favorável à liberação e critica a morosidade da CTNBio.

Enquadramento:

a) Seleção – da discussão sobre os transgênicos, o novo ministro acredita que “muitas pessoas não têm informações sobre o assunto (...) Os transgênicos já são usados há mais de dez anos no mundo e até hoje não foi identificado um mal-estar decorrente deles”. O ministro afirma que os integrantes do ministério estão “preocupados com essa questão da lentidão da CTNBio”. Ele explica que com os processos da Embrapa encaalhados na CTNBio, seus projetos ficam parados enquanto os de empresas multinacionais que já têm autorização da CTNBio continuam comercializando seus produtos e lucrando sem competitividade.

b) Ênfase – a entrevista salienta a posição favorável aos transgênicos apresentada pelo novo ministro da Agricultura. Ele ressalta que haveria muita falta de informação nesse meio, pois os transgênicos já seriam usados há mais de dez anos e ainda não havia apresentado sequer “um mal-estar decorrente deles”. Ele se posiciona contra a suposta morosidade da CTNBio em deliberar sobre a demanda de pedidos de transgênicos que, segundo o ministro, atrapalha entidades como a Embrapa no desenvolvimento de seus projetos.

c) Exclusão – (*nada a relacionar*)

Construção de agenda: os transgênicos são pautados na entrevista com o novo ministro da Agricultura como não prejudiciais à saúde, devido a sua utilização há longo tempo sem apresentar malefícios aos seres humanos. A CTNBio é pautada como lenta na deliberação dos transgênicos.

QUADRO 45

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 03/08/06

Título da matéria: CTNBio lenta abre margem a milho ilegal, diz analista⁴⁵

Olho 1: Para professor, morosidade de comissão é estímulo ao contrabando de transgênico

Olho 2: Tendência seria ocorrer o que houve com a soja em 2003, quando o volume era tão grande que o governo optou por liberar produto

Editoria: dinheiro

Fontes: *a)cientistas (1)*

— “Em mais quatro ou cinco anos, podemos ter uma situação semelhante à que ocorreu com a soja, quando o volume contrabandeado era tal que não houve outra solução senão liberar”, disse Ernesto Paterniani, professor da Esalq/USP e consultor do CIB (Conselho de Informações sobre Biotecnologia), ONG pró-transgênicos”.

b) empresas de consultoria (1)

— “Para o consultor Leonardo Sologuren, da Céleres, o Rio Grande do Sul deve ser mais uma vez o ‘pioneiro’ nessa tecnologia no país. ‘O milho transgênico tem aceitação alta entre os produtores e pode trazer relativamente mais benefícios do que a soja RR”.

c) ONGs (1)

— “Segundo Alda Lerayer, secretária-executiva do CIB (*Conselho de Informações sobre Biotecnologia*), o Brasil ainda não tem nenhuma semente desenvolvida no país aprovada pela CTNBio”.

Descrição: a matéria informa que a CTNBio seria lenta na liberação das solicitações de cultivo e comercialização de transgênicos. As conseqüências, segundo a matéria, seriam o contrabando e a comercialização ilegal de uma variedade do milho transgênico, vindo da Argentina.

Enquadramento:

a) Seleção – segundo a matéria, “a entrada de sementes contrabandeadas no país e a lentidão na aprovação de projetos pela CTNBio podem levar o Brasil a reviver com o milho o impasse ocorrido com a soja transgênica”. A preocupação é que o milho seja contrabandeado da Argentina e cultivado no Rio Grande do Sul. “Em 2003, constatou-se que mais de 20% da safra nacional (*de soja*) era composta por essa variedade e o governo acabou autorizando a venda”. A matéria sugere que “o Rio Grande do Sul deve ser mais uma vez o ‘pioneiro’ nessa tecnologia no país”. “O principal alvo das críticas dos defensores dos transgênicos tem sido a CTNBio, responsável pela aprovação de projetos de pesquisa e venda dessas sementes no país”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza negativamente a CTNBio por demorar a liberar pesquisas, cultivo e comercialização de transgênicos no Brasil. O Rio Grande do Sul figura como o estado inovador, pois contrabandeou da Argentina a soja transgênica quando ainda era proibida e agora, como afirma a matéria, “deve ser mais uma vez o ‘pioneiro’ nessa tecnologia no país”.

c) Exclusão – a matéria não abrange os argumentos da CTNBio que poderiam explicar a demora na deliberação.

Construção de agenda: os transgênicos são caracterizados positivamente na matéria ao figurarem como um bem que estaria tendo seu desenvolvimento contido devido à lentidão da CTNBio.

QUADRO 46

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 05/09/06

Título da matéria: Governo quer agilizar a análise de transgênicos⁴⁶

Olho 1: Furlan diz que intenção é acabar com a fila comum de processos na CTNBio

Olho 2: Segundo o ministro do Desenvolvimento, Embrapa está com pesquisas paradas devido à fila de processos em comissão

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “O ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) anunciou ontem, em Piracicaba (SP), que o governo federal vai acabar com a fila comum de processos na CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) para tentar agilizar a análise dos produtos transgênicos com fins comerciais”.

Descrição: a matéria se refere à decisão do governo de tentar agilizar a liberação de processos de pesquisa e comércio de transgênicos através da CTNBio, que vinha recebendo críticas pela demora na deliberação de OGMs. A solução, segundo o texto, é tornar a atual fila única de análises da comissão em três outras, segregando por categorias.

Enquadramento:

a) Seleção – a demora da CTNBio, segundo a matéria, prejudica a Embrapa, por exemplo, que “está com diversas pesquisas paradas por conta de uma fila de processos”. Em declaração, o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, afirma que o combinado “com diversos ministros envolvidos, e até por sugestão da ministra Marina Silva [Meio Ambiente], é dividir a pauta da CTNBio em três itens”. O ministro reafirma que “há uma reclamação de todos os centros de pesquisa, em particular da Embrapa, que tem mais de cem projetos que não pode levar adiante sem alteração prévia da CTNBio”. “Só estão autorizados no Brasil os cultivos de dois produtos geneticamente modificados: algodão e soja -desenvolvidos por multinacionais”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza negativamente a demora da CTNBio em liberar transgênicos para pesquisa e comércio. O texto enfatiza que essa morosidade é prejudicial em dois aspectos: atrasa pesquisas desenvolvidas por empresas públicas sobre OGMs e tira a competitividade de mercado dessas empresas, enquanto as multinacionais que já estão autorizadas continuam comercializando sem competitividade.

c) Exclusão – a matéria não apresenta argumentos que expliquem os possíveis motivos da demora para liberação da CTNBio.

Construção de agenda: a CTNBio se torna notícia quando sua atuação figura como obstáculo à evolução do cultivo de transgênicos no Brasil.

QUADRO 47

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 21/11/06

Título da matéria: Americano cria algodão transgênico comestível⁴⁷

Olho: Semente da planta é rica em proteína, mas tóxica

Editoria: ciência

Fontes: a) *cientistas (1)*

— “Para Rathore, a remoção de compostos tóxicos naturais da porção comestível de plantas não só as tornam mais seguras para consumo como pode também proporcionar um meio de satisfazer as necessidades de nutrição de uma população em crescimento, sem que seja necessário aumentar a produtividade ou a área plantada”.

Descrição: a matéria se refere ao desenvolvimento de uma variedade de algodão transgênico que propicia que sua semente (que, normalmente, é tóxica) seja comestível. A vantagem seria de que ela possuiria grande quantidade de proteínas. A semente convencional possui uma toxina chamada gossipol, que não está presente na semente transgênica. Os cientistas envolvidos argumentam que seria possível alimentar 500 milhões de pessoas diariamente com 50 gramas de proteínas vindas do algodão geneticamente modificado, sem que novos campos de cultivo fossem criados.

Enquadramento:

a) Seleção – “Além de ser a fibra vegetal favorita da humanidade, o algodão poderá ter mais uma utilidade: alimentar meio bilhão de pessoas com as suas sementes, graças a uma variedade transgênica da planta obtida por pesquisadores americanos”. “Há muito os cientistas procuram uma maneira de aproveitar o grande conteúdo de proteína nos caroços de algodão”. “A novidade agora é um algodão transgênico que mantém o gossipol na planta –especialmente nas folhas-, mas longe das sementes”. “Essa técnica, cuja descoberta deu o Prêmio Nobel deste ano aos americanos Andrew Fire e Craig Mello, permite usar pequenas moléculas de RNA (o primo-irmão do DNA) para silenciar genes específicos”. “Se os 44 milhões de toneladas de sementes produzidas anualmente pudessem ter sua proteína utilizada, seria suficiente para alimentar meio bilhão de pessoas com 50 gramas de proteína per capita por dia”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza o algodão transgênico como uma descoberta científica digna de Prêmio Nobel, porque, a partir dessa alteração genética, “os 44 milhões de toneladas de sementes produzidas anualmente” poderiam “ter sua proteína utilizada, seria suficiente para alimentar meio bilhão de pessoas com 50 gramas de proteína per capita por dia” sem que fosse necessário aumentar a produtividade ou a área plantada.

c) Exclusão – o texto não apresenta informações que comprovem que as sementes de algodão transgênico não ofereçam riscos à saúde, como relatórios e resultados de pesquisas científicas.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a variedade transgênica do algodão é caracterizada como descoberta científica digna de Prêmio Nobel por propiciar que sejam consumidas suas proteínas sem causar danos à saúde, diferente do que ocorre com a semente tradicional do algodão.

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 15/12/06

Título da matéria: Liminar da Justiça no PR barra milho transgênico⁴⁸

Olho 1: Juiz decide acatar o pedido de três organizações não-governamentais

Olho 2: CTNBio critica decisão e diz que, se veto continuar, sementes geneticamente modificadas entrarão no país através de contrabando

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *oficiais (1)*

— “O presidente da comissão, Walter Colli, criticou a decisão da Justiça e disse que, sem a mudança de regras de votação dos pedidos, dificilmente a CTNBio irá liberar o uso comercial de sementes. ‘Com o tempo, se a gente continuar proibindo, essas sementes [geneticamente modificadas] vão entrar no país por meio de contrabando’, prevê Colli”.

Descrição: a matéria se refere à ação judicial, através de uma liminar, impedindo a liberação de uma variedade de milho transgênico aprovada pela CTNBio. A liminar foi pedida por três ONGs. Segundo a matéria, nenhum pedido de uso comercial de transgênicos havia sido aprovado ainda. O presidente da comissão criticou a ação e afirmou que a CTNBio deve ter autonomia de liberar pesquisas e comercialização de transgênicos a partir da aprovação da maioria absoluta de seus membros, e não de dois terços, como vinha funcionando.

Enquadramento:

a) Seleção – “Uma liminar concedida pela Justiça Federal no Paraná barrou ontem a primeira liberação comercial de uma variedade de milho transgênico e levou a CTNBio, órgão responsável pela liberação de organismos geneticamente modificados, a um impasse”. “Pouco mais de um ano depois da regulamentação da Lei de Biossegurança, nenhum pedido de uso comercial de transgênicos foi aprovado”. “Colli (*presidente da comissão*) defendeu a redução do número mínimo de votos exigidos para as autorizações de pesquisas e a comercialização de transgênicos dos atuais dois terços para maioria absoluta (metade mais um dos votos) dos 27 membros”. “O juiz acatou o pedido de três ONGs (organizações não-governamentais) que defendem a realização de audiência pública antes de a comissão deliberar”. Mesmo um pedido que contava “com dez pareceres favoráveis e um contrário” não pôde ser liberado.

b) Ênfase – o texto enfatiza que a CTNBio não estaria conseguindo liberar transgênicos para plantio e comércio devido ao alto número de membros necessário para a autorização. A matéria salienta que nem mesmo um pedido que contava com “dez pareceres favoráveis e um contrário” pôde ser liberado, devido a esta regra excessiva.

c) Exclusão – a matéria não informa quais ONGs pediram na justiça a liminar que impediu a liberação da variação transgênica do milho, aprovada pela CTNBio, nem explica seus argumentos sobre o pedido. Também não apresenta os possíveis argumentos que teriam levado o juiz a decidir em favor das ONGs.

Construção de agenda: No cenário veiculado pela matéria, a CTNBio não estaria conseguindo exercer as funções para as quais foi criada, por dois fatores: as regras excessivamente duras para a liberação de transgênicos estariam emperrando o desenvolvimento do setor, e as decisões da comissão estariam sendo anuladas pela Justiça.

QUADRO 49

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 21/12/06

Título da matéria: Câmara facilita aprovação de transgênico⁴⁹

Olho 1: Projeto de lei reduz de 18 para 14 votos necessários em comissão de biossegurança para aprovar novos produtos

Olho 2: Sementes transgênicas de milho, algodão e arroz devem ser primeiras beneficiadas; Marina Silva pedirá veto de Lula

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “Em nome da ministra Marina Silva (Meio Ambiente), o secretário de Biodiversidade e Florestas, João Capobianco, criticou a decisão da Câmara e antecipou que o ministério defenderá o veto da mudança”.

— “O relator Paulo Pimenta (PT-RS) usou argumento semelhante: a exigência de dois terços dos votos ‘restringe sobremaneira’ as deliberações da CTNBio e impede o avanço do agronegócio”.

b) ONGs (1)

— “Essa votação é clara indicação do descaso do Congresso e do governo com a proteção ambiental, a biossegurança brasileira, as leis feitas pela própria casa e principalmente com a opinião da maioria dos eleitores, que não querem transgênicos no seu prato’, afirmou Gabriela Vuolo, do grupo ambientalista Greenpeace”.

Descrição: a matéria se refere à aprovação na Câmara dos Deputados da redução do número de votos entre os membros da CTNBio de 18 para 14 para que seja liberado mais facilmente o comércio de OGMs. A proposta ainda segue para o Senado e, depois, para sanção presidencial. Isso gerou outra dualidade dentro do governo, entre os que aprovam a diminuição (e são favoráveis à facilitação da liberação dos transgênicos) e os que desaprovam (e são favoráveis à preservação da biodiversidade).

Enquadramento:

a) Seleção – segundo a matéria, a mudança proposta pela Câmara dos Deputados “favorece num primeiro momento dez pedidos de autorização de uso comercial de sementes de milho, algodão e arroz apresentados por empresas multinacionais e que aguardam votação na comissão”. A matéria ilustra a situação lembrando que a “autorização para uma vacina contra a doença de Aujeszky, que ataca suínos, foi negada apesar de 17 votos favoráveis e apenas 4 contrários”. O secretário de Biodiversidade e Floresta, junto de integrantes do Greenpeace, criticou a ação. A matéria informa que o presidente da CTNBio já havia pedido a redução do quorum, argumentando que “o elevado número de votos exigidos na comissão impedia a aprovação dos pedidos e poderia levar ao plantio clandestino de sementes contrabandeadas”. O relator da Câmara afirmou que a regra vigente “impede o avanço do agronegócio”.

b) Ênfase – segundo a matéria, a CTNBio, embora tivesse sido recentemente criada por lei aprovada pelo Congresso, já se encontrava submetida a pressões por sua mudança, vindas das multinacionais produtoras de sementes transgênicas e exercidas através dos próprios deputados, apesar da oposição do Ministério do Meio Ambiente e de organizações como Greenpeace.

c) Exclusão – a matéria não apresenta as razões pelas quais a regulamentação da CTNBio exige originalmente que suas decisões sejam sustentadas por no mínimo dois terços de seus membros.

Construção de agenda: um projeto de lei proposto para alterar um aspecto da Lei de Biossegurança com o objetivo de facilitar a liberação do cultivo de transgênicos é caracterizado como necessário para o avanço do agronegócio no Brasil. A composição originalmente prevista para a CTNBio é tida como um entrave ao desenvolvimento do agronegócio.

QUADRO 50

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 22/12/06

Título da matéria: Regra da CTNBio só terá impacto na safra 2007/08⁵⁰

Olho: Produtor de algodão vê ano perdido, mas elogia mudança

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) empresas de consultoria (1)*

— “O cenário hoje é semelhante, segundo analistas. Estima-se que de 8% a 13% da produção de algodão nacional seja geneticamente modificada, afirmou Leonardo Sologuren, da consultoria Céleres”.

b) entidades de classe (2)

— “Ainda vai demorar um ou dois anos para que [produtores de algodão e milho] utilizem sementes modificadas. Só agora as empresas [que desenvolvem as sementes] poderão multiplicá-las, porque antes não havia autorização”, disse Iwao Miyamoto, presidente da Abrasem (Associação Brasileira de Sementes e Mudas)”.

— “Para o presidente da Abrapa (Associação Brasileira dos Produtores de Algodão), João Carlos Jacobsen Rodrigues, ‘mais um ano foi perdido’”.

Descrição: segundo a matéria, após a aprovação na Câmara de projeto que prevê a redução do número necessário de membros da CTNBio para aprovação de transgênicos para comercialização, a medida ainda demorará de um a dois anos para chegar efetivamente às plantações. Isso se traduziria, segundo a matéria, em perda econômica de mais um ano para o agronegócio.

Enquadramento:

a) Seleção – “a redução do número mínimo de votos necessários na CTNBio (...) para liberar a comercialização de transgênicos só deve ter impacto na safra 2007/08”. A medida foi aprovada na Câmara dos Deputados, mas ainda falta aprovação no Senado e a sanção do presidente. Em função disto, seria mais um ano “perdido” para a economia do

agronegócio. “A mudança é defendida pela CTNBio e pelo agronegócio, mas o Ministério do Meio Ambiente já informou que recomendará ao presidente que ela seja vetada”.

b) Ênfase – segundo a matéria, a proposta da Câmara de reduzir o número de membros da CTNBio necessário para liberar a comercialização de transgênicos é positiva, mas sua demora para entrar em vigor poderia prejudicar o setor econômico do agronegócio.

c) Exclusão – a matéria não apresenta os argumentos do Ministério do Meio Ambiente quando se refere à recomendação que seria dada pelo Ministério ao presidente para vetar a mudança do número necessário de votos para aprovação de OGMs pela CTNBio.

Construção de agenda: no cenário veiculado pela matéria, a composição da CTNBio é tida como entrave ao desenvolvimento do agronegócio.

QUADRO 51

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 19/01/07

Título da matéria: ONG vê risco de milho ter liberação “forçada”,⁵¹

Olho: (*sem olho*)

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *ONGs (1)*

— “O representante do ISAAA no Brasil, Anderson Galvão, disse que há registro de áreas plantadas com variedades de milho transgênico no Brasil, apesar de o plantio não ter sido autorizado no país”.

Descrição: a matéria informa a possível existência de plantações de milho transgênico, mesmo este tipo de cultura não sendo autorizada no país. Segundo a matéria, estaria se repetindo no Brasil o que ocorreu com a soja, que entrou clandestinamente no país, por meio de contrabando vindo da Argentina, e o governo teria sido obrigado a autorizar seu cultivo e comercialização devido à quantidade já existente no mercado.

Enquadramento:

a) Seleção – segundo a matéria, haveria “registro de áreas plantadas com variedades de milho transgênico no Brasil, apesar de o plantio não ter sido autorizado no país”, originadas de contrabando. “Estaria se repetindo com o milho a história do cultivo de variedades transgênicas de soja e algodão, que entraram no Brasil por meio de sementes clandestinas, trazidas da Argentina”. Anteriormente, “liminar concedida pela Justiça Federal no Paraná barrou a primeira liberação comercial (*da CTNBio*) de variedade de milho transgênico no país”. Na ocasião, o presidente da CTNBio criticou a medida, alertando para o possível risco da entrada ilegal do OGM no país.

b) Ênfase – segundo a matéria, a Justiça estaria criando empecilhos que dificultariam a liberação de milho transgênico no país e, devido à falta de autorização, plantações de OGMs contrabandeados estariam começando a surgir.

c) Exclusão – o texto não apresenta os argumentos da Justiça que poderiam justificar sua atuação com relação aos transgênicos.

Construção de agenda: a matéria veicula a idéia de que, se não fosse de forma legal, através da liberação da CTNBio, os transgênicos entrariam no país por meio de contrabando. A CTNBio é caracterizada com poderes limitados sobre a autorização de transgênicos ao liberar milho geneticamente modificado e este ser proibido pela Justiça.

QUADRO 52

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 19/01/07

Título da matéria: Área do Brasil cultivada com transgênicos aumenta 22%⁵²

Olho 1: País tem o terceiro maior crescimento no uso de sementes geneticamente modificadas

Olho 2: As lavouras transgênicas representam cerca de um quarto da extensão total plantada de grãos; dados incluem só algodão e soja

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *ONGs (1)*

— “Autorizado em 2005, o plantio de sementes de algodão resistente a insetos alcançou 120 mil hectares no ano passado, ou o equivalente a 15% da safra brasileira, estimou o representante da ISAAA no Brasil, Anderson Galvão”.

b) *pesquisas (1)*

— “Ainda de acordo com o relatório divulgado ontem, o crescimento das culturas transgênicas foi mais acentuado em países em desenvolvimento, que já respondem por 40% da área plantada com sementes geneticamente modificadas no mundo”.

Descrição: a matéria se refere ao aumento no Brasil e no mundo da área plantada com transgênicos. O país só teria entrado para a lista após a primeira plantação transgênica autorizada, em 2003. Segundo a matéria, só constavam na lista da ONG registros de cultivo de soja e algodão transgênicos, os únicos autorizados pelo governo. As plantações de milho geneticamente modificado não teriam sido contabilizadas porque não estavam legalizadas no país.

Enquadramento:

a) **Seleção** – a soja e o algodão transgênicos tiveram um aumento de 22% de área plantada no Brasil. “Em números absolutos, o crescimento desse tipo de cultura no Brasil só perdeu para os EUA e a Argentina”. As plantações de milho transgênico não foram contabilizadas porque não estariam legalizadas no país. “O Brasil só passou a integrar a pesquisa da ONG em 2003, depois da primeira autorização para a comercialização de safra de soja transgênica, concedida pelo governo Lula. No ranking divulgado em 2004, o país já aparecia em quarto lugar. Em 2005, o Brasil passou para terceiro lugar na lista da ONG. Comparado aos demais países, foi o que registrou então a maior expansão da área plantada”. “No ranking dos dez maiores produtores de transgênicos, o Brasil está ao lado dos outros três sócios principais do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai”. “Atualmente, 51 países autorizam o plantio ou importação de grãos transgênicos”.

b) Ênfase – o texto caracteriza o aumento da área plantada com transgênicos no Brasil e no mundo como uma competição, sugerindo que o país só havia “perdido” no crescimento para os EUA e Argentina. Desde que passou a fazer parte do relatório da ONG, o Brasil se encontraria em posição supostamente privilegiada no cenário mundial de OGMs, pois figuraria “no ranking dos dez maiores produtores de transgênicos” do mundo.

c) Exclusão – a matéria não apresenta argumentos que possivelmente seriam contrários ao aumento da área plantada com transgênicos.

Construção de agenda: os transgênicos são caracterizados de maneira positiva com a divulgação de relatório de uma ONG sobre o aumento da área plantada com OGMs no Brasil, que figura entre os maiores produtores de transgênicos, e no mundo.

QUADRO 53

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 06/02/07

Título da matéria: Demora em transgênicos custou US\$ 3,1 bi, diz estudo⁵³

Olho: (*sem olho*)

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “O presidente da CTNBio, Walter Colli, diz que um ‘excesso de divergências’ entre os membros da comissão impede a aprovação de projetos que autorizem o cultivo de outros tipos de transgênicos”.

b) ONGs (1)

— “Relatório divulgado ontem pelo Conselho de Informações sobre Biotecnologia, ONG ligada a empresas pró-transgênicos, estima também que o país vai deixar de faturar US\$ 9 bilhões na próxima década, caso a CTNBio -comissão do Ministério da Ciência e Tecnologia- não libere o plantio de milho e algodão transgênicos”.

c) empresas de consultoria (1)

— “‘Em consequência de fazer menos aplicação de defensivos químicos, você gasta menos trator, menos óleo, funcionários. Tem toda uma redução de custos colateral’, diz o coordenador da pesquisa, o engenheiro agrônomo Anderson Galvão, da consultora Céleres”.

Descrição: o texto se refere aos alegados prejuízos dos produtores de grãos nos últimos dez anos devido à não liberação do cultivo de transgênicos e às possíveis perdas que eles teriam nos próximos dez, caso a CTNBio não liberasse o plantio dos OGMs. Isso porque a cultura de organismos transgênicos dispensaria o uso de agrotóxicos, implementos, máquinas e força de trabalho.

Enquadramento:

a) Seleção – “Produtores de soja do Brasil deixaram de arrecadar US\$ 3,1 bilhões nos últimos dez anos por causa da demora do país em adotar tecnologia transgênica”. Uma ONG estima que “o país vai deixar de faturar US\$ 9 bilhões na próxima década, caso a CTNBio (...) não libere o plantio de milho e algodão transgênicos”. Os transgênicos eco-

nomizam em produtos químicos utilizados para controle de pragas, o que acarreta economia também de trator, óleo e funcionários. “O presidente da CTNBio, Walter Colli, diz que um ‘excesso de divergências’ entre os membros da comissão impede a aprovação de projetos que autorizem o cultivo de outros tipos de transgênicos”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza de forma negativa a demora de o país aderir às novas biotecnologias, gerando prejuízos aos produtores rurais. A demora até a implementação da CTNBio e, posteriormente, a morosidade da comissão em liberar somariam perdas de mais de 12 bilhões de dólares.

c) Exclusão – a matéria não esclarece os argumentos do presidente da CTNBio, que afirma existir um “excesso de divergências” entre os membros da comissão que “impede a aprovação de projetos que autorizem o cultivo de outros tipos de transgênicos”. Também não apresenta argumentos que possivelmente seriam contrários aos apresentados a favor do agronegócio, que defenderiam outros interesses ou que justificassem a situação enfrentada pelo governo.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia ao figurarem como necessários para o desenvolvimento do setor econômico do agronegócio e por supostamente esperarem excessivamente por autorização do governo.

QUADRO 54

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 28/02/07

Título da matéria: Senado aprova mudanças em biossegurança⁵⁴

Olho: *(sem olho)*

Editoria: dinheiro

Fontes: *(nenhuma fonte)*

Descrição: o texto informa que o Senado aprovou a redução do número de membros da CTNBio necessário para autorização de transgênicos.

Enquadramento:

a) Seleção – “O Senado aprovou ontem projeto de lei que legaliza o algodão transgênico no país e reduz o quórum necessário na CTNBio (...) para a liberação comercial de organismos geneticamente modificados”. “A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) quer que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vete essas mudanças”.

b) Ênfase – o texto salienta a aprovação do Senado do projeto que propõe a diminuição do quorum necessário de membros para a CTNBio liberar transgênicos no país.

c) Exclusão – o texto não esclarece os motivos que a ministra Marina Silva teria para pedir “que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vete essas mudanças”. Também não informa a relevância da aprovação do Senado para o cenário nacional dos transgênicos.

Construção de agenda: a CTNBio se torna notícia quando o Senado aprova o projeto que propõe a redução do número necessário de membros para a comissão liberar o uso comercial dos transgênicos.

QUADRO 55

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 22/03/07

Título da matéria: Mudança facilita liberar transgênico⁵⁵

Olho 1: Quantidade de votos exigidos na CTNBio para permitir a comercialização de organismos modificados cai de 18 para 14

Olho 2: Mudança foi sancionada ontem por Lula; CTNBio vota hoje pedido da Bayer para comercializar variedade de milho resistente a herbicida

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *oficiais* (1)

— “O Palácio do Planalto justificou o veto dizendo que a autorização criaria um ‘perigoso precedente’ na fiscalização do uso de organismos geneticamente modificados não autorizados”.

Descrição: a matéria informa que a proposta de redução do quorum de integrantes da CTNBio para liberação de transgênicos de 18 para 14 membros teria sido sancionada pelo presidente Lula, após ser aprovada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. A matéria informa que, apesar de não favorecer os ambientalistas, que esperavam que Lula vetasse esta Medida Provisória, o presidente vetou artigo que autorizava a comercialização de algodão transgênico plantado ilegalmente no país. A partir da próxima reunião, a CTNBio já funcionaria seguindo as novas regras para aprovação.

Enquadramento:

a) Seleção – “Com um número menor de votos necessários à liberação comercial de grãos geneticamente modificados -mudança sancionada ontem à noite pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva-, a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) vota hoje o pedido da multinacional Bayer para comercializar no país variedade de milho transgênica resistente a herbicida”. “Contrariando apelos feitos por entidades ambientalistas e a ministra Marina Silva (Meio Ambiente), cuja equipe solicitara o veto da medida, Lula avalizou decisão da Câmara e do Senado de reduzir de 18 para 14 o número de votos exigidos para liberar a comercialização de organismos geneticamente modificados no país”. “A CTNBio é composta de 27 membros e, desde a regulamentação da Lei de Biossegurança, não havia conseguido aprovar nenhum pedido de liberação comercial de transgênicos. A dificuldade foi atribuída ao elevado quórum exigido para as decisões, sempre polêmicas”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza que a não aprovação para uso comercial de transgênicos pela CTNBio desde a regulamentação da Lei de Biossegurança seria “atribuída ao elevado quórum exigido para as decisões”.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta os argumentos dos ambientalistas, que esperavam pelo veto de Lula à Medida Provisória que reduziu o quorum da CTNBio para aprovação de transgênicos, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, o problema que estaria atrasando as liberações comerciais dos transgênicos na CTNBio estaria resolvido com a redução do quorum de membros favoráveis à liberação necessários. Ao mesmo tempo, o texto vê uma derrota dos ambientalistas com a decisão do presidente Lula em sancionar a Medida Provisória que reduziu o quorum.

QUADRO 56

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 23/03/07

Título da matéria: “Invasão” adia a liberação de transgênico⁵⁶

Olho 1: Reunião da CTNBio, que analisaria a venda de milho geneticamente modificado, foi tumultuada por membros do Greenpeace

Olho 2: Decisão é adiada por um mês; primeiro item da pauta de ontem analisaria pedido da Bayer para comercializar milho resistente a herbicida

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *oficiais* (2)

— “A procuradora (*regional da República Maria Cordioli*) entende que as reuniões do colegiado deveriam ser públicas. Ela disse que faltou ‘transparência e ética’ na comissão e acusou o presidente da CTNBio, Walter Colli, de ‘abuso de autoridade’”.

— “Em nota, Colli classificou o gesto do Greenpeace de tentativa de ‘violentar’ o colegiado”.

Descrição: a matéria informa que, devido à presença não autorizada de integrantes do Greenpeace na primeira reunião da CTNBio após a redução do quorum para deliberações de transgênicos, a comissão teria adiado a votação por um mês. Segundo o texto, a CTNBio pode “convidar” representantes da sociedade civil a participarem das reuniões se assim achar necessário. O contrário do que defende a procuradora da República envolvida na discussão, que as reuniões deveriam ser abertas ao público.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “Numa suposta manobra para barrar a liberação comercial da primeira variedade de milho transgênico no país, dois representantes da ONG ambientalista Greenpeace tumultuaram a reunião de ontem da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança). Depois de um bate-boca e da presença de policiais, a reunião foi suspensa, e a decisão, adiada por um mês”. “A reunião de ontem seria a primeira a ser realizada com o novo quórum para deliberações”. “A Lei de Biossegurança prevê que representantes da comunidade científica, do setor público e de entidades da sociedade civil poderão ser ‘convidados’ a participar das reuniões da comissão, em caráter excepcional”. “Colli se recusou

a levar adiante a reunião na presença de ‘estranhos’’. “Em nota, Colli classificou o gesto do Greenpeace de tentativa de ‘violentar’ o colegiado”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza a ação do Greenpeace de invadir a sala de reuniões da CTNBio como uma “suposta manobra para barrar a liberação comercial da primeira variedade de milho transgênico no país”, e seus integrantes são caracterizados como causadores de tumulto e “bate-boca” na reunião da comissão.

c) Exclusão – o texto não apresenta o posicionamento dos integrantes do Greenpeace sobre sua presença não autorizada na reunião da CTNBio, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, o Greenpeace é caracterizado como causador de tumulto e “bate-boca”, atrapalhando o andamento dos processos de liberação comercial de transgênicos na CTNBio.

QUADRO 57

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 20/04/07

Título da matéria: CTNBio não aprova liberação de transgênicos⁵⁷

Olho: (*sem olho*)

Editoria: dinheiro

Fontes: (*nenhuma fonte*)

Descrição: o texto se refere à primeira reunião da CTNBio após o presidente Lula sancionar a lei que reduz o número necessário de membros da comissão favoráveis para liberar transgênicos. Nenhuma autorização de OGMs foi deliberada na reunião.

Enquadramento:

a) Seleção – “A CTNBio (...) encerrou ontem mais uma reunião mensal sem conseguir aprovar nenhum pedido de liberação comercial de variedades transgênicas ou mesmo de autorização para pesquisas de campo. Na fila há pedidos feitos há nove anos”. A reunião “foi a primeira depois de o presidente Lula sancionar a lei que reduz o número de votos necessários às liberações comerciais de transgênicos”.

b) Ênfase – o texto salienta que, mesmo com a redução do número necessário de membros para liberação de transgênicos, a CTNBio continua sem autorizar o uso comercial de OGMs. Segundo a matéria, a demora da comissão em autorizar transgênicos seguraria na fila “pedidos feitos há nove anos”.

c) Exclusão – o texto não esclarece os motivos que levaram a CTNBio a não autorizar nenhum pedido de liberação de transgênicos na reunião, nem quais (e quantos) pedidos foram analisados e o respectivo número de votos favoráveis e contra a liberação obtidos. Também não esclarece quais “temas polêmicos” que o presidente da comissão decidiu deixar de fora da reunião. E não explica a que se refere a “pressão para acolher no plenário pessoas que não integram a CTNBio”.

Construção de agenda: a CTNBio se torna notícia ao não liberar nenhum transgênico para pesquisa ou comercialização na primeira reunião realizada após a sanção da lei que reduz o número de membros da comissão necessário para autorizar a utilização de OGMs.

QUADRO 58

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 28/04/07

Título da matéria: Armazenagem atrasa embarque em Paranaguá⁵⁸

Olho: (*sem olho*)

Editoria: dinheiro

Fontes: a) *fonte indefinida (1)*

— “‘O armazém pode estocar até 100 mil toneladas, mas armazena apenas 15 mil atualmente’, disse um agente”.

Descrição: o texto se refere à segregação da armazenagem de soja transgênica da convencional imposta pelo governo do Paraná, no porto de Paranaguá, o que estaria atrasando o embarque do grão para exportação.

Enquadramento:

a) Seleção – “Um dos dois silos públicos de Paranaguá (PR), maior porto exportador de grãos do Brasil, tem sido subutilizado por restrições impostas a grãos geneticamente modificados nos depósitos do Estado”. Segundo a matéria, o silo, que tem capacidade de 100 mil toneladas, abrigaria apenas 15 mil. “A medida atrasa embarques de soja quando a temporada de exportação está perto do pico”. “O governo do Estado é contra os produtos geneticamente modificados. Segundo as leis portuárias, a armazenagem e transferência de grãos transgênicos deveriam ocorrer separadamente da de grãos convencionais”. Essa regra estaria “provocando lentidão no fluxo de exportação dos grãos e causando problemas logísticos”.

b) Ênfase – o texto enfatiza que as regras adotadas pelo governo do Paraná, no porto de Paranaguá, seriam prejudiciais às exportações de grãos, pois causariam lentidão e “problemas logísticos”.

c) Exclusão – a matéria não apresenta os argumentos do governo do Paraná que justificariam as regras adotadas de segregação dos grãos transgênicos dos tradicionais, reduzindo o posicionamento do governo como “contra os produtos geneticamente modificados”.

Construção de agenda: a matéria veicula a idéia de que as regras adotadas pelo governo do Paraná para segregação de transgênicos para exportação servem apenas para atrasar o fluxo de embarcação dos grãos exportados.

QUADRO 59

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 17/05/07

Título da matéria: Milho transgênico é aprovado pela CTNBio⁵⁹

Olho 1: Foi o primeiro pedido de liberação de organismo geneticamente modificado desde a regulamentação da Lei de Biossegurança

Olho 2: Milho resistente a herbicida deverá estar disponível para plantio em 2008; pedido da Bayer, feito em 1998, foi aprovado por 17 votos a 4

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) cientistas (1)*

— “Presente à reunião, a diretora-executiva do CIB (Conselho de Informações sobre Biotecnologia), Alda Larayer, disse que países como Argentina e Colômbia já plantam variedades de milho com dois ou três genes modificados”.

b) ONGs (1)

— “‘Repudiamos a decisão da CTNBio, que deu as costas para a biossegurança brasileira para atender aos interesses do agronegócio e das empresas multinacionais de biotecnologia’, disse Gabriela Vuolo, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace”.

c) pesquisas (1)

— “Estudo encomendado pelo CIB à consultoria Céleres calcula que agricultores brasileiros deixariam de ganhar US\$ 6,9 bilhões na próxima década caso variedades de milho transgênico continuassem proibidas no país”.

d) empresas (1)

— “Em nota, a multinacional Monsanto, que defende a liberação comercial de outras variedades comercializadas há cerca de dez anos em outros países, considerou a decisão ‘um passo importante para a agricultura brasileira’”.

e) entidades de classe (1)

— “A presidente da Associação Nacional de Biossegurança e pesquisadora da FioCruz, Leila Oda, elogiou a decisão. ‘É um alívio perceber que a biotecnologia terá campo para crescer no país’, afirmou”.

Descrição: a matéria se refere à aprovação pela CTNBio do primeiro pedido de liberação comercial de milho transgênico. A autorização foi possível devido à redução do número necessário de membros favoráveis da comissão para aprovação.

Enquadramento:

a) Seleção – “A CTNBio (...) aprovou ontem o primeiro pedido de liberação comercial de organismo geneticamente modificado desde a regulamentação da Lei de Biossegurança”. “A aprovação da variedade de milho contou com 17 votos a favor e 4 contra”, tendo os votos contrários sido “dados por representantes dos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca e do representante da sociedade civil para ambiente e agricultura familiar”. Segundo a matéria, a aprovação teria sido “um passo importante para a agricultura brasileira”.

b) Ênfase – A matéria enfatiza o aspecto positivo da decisão da CTNBio, com a citação de três fontes – segundo elas, outros países da América do Sul já plantam transgênicos, a medida da comissão é “um passo importante para a agricultura brasileira” e é “um alívio perceber que a biotecnologia terá campo para crescer no país”. Aspecto contrário foi

apresentado por apenas uma fonte, com menor espaço: a comissão teria dado “as costas para a biossegurança brasileira para atender aos interesses do agronegócio”.

c) Exclusão – a matéria não divide o espaço proporcionalmente entre os argumentos que defendem a aprovação do OGM e os contrários, favorecendo os adeptos aos transgênicos e não qualificando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: a liberação de milho geneticamente modificado pela CTNBio é caracterizada de maneira positiva, como “um passo importante para a agricultura brasileira”.

QUADRO 60

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 05/09/07

Título da matéria: Embrapa prevê liberação de feijão em 2009⁶⁰

Olho: (*sem olho*)

Editoria: dinheiro

Fontes: *a) cientistas (1)*

“Os testes, agora, precisam ser repetidos em uma escala maior. Mas a primeira fase mostrou que o feijão é totalmente viável e também seguro”, disse à Folha o pesquisador Francisco Aragão, da Embrapa”

Descrição: a matéria aborda a tentativa da liberação dos estudos e plantio de feijão transgênico pela Embrapa. Com a modificação gênica, segundo o texto, o feijão ficaria mais resistente ao vírus mosaico dourado, atualmente combatido com inseticidas tóxicos.

Enquadramento:

a) Seleção – segundo o texto, desde a década de 1990 a Embrapa “tenta terminar as pesquisas com a planta, a primeira geneticamente modificada feita por ela, sem parceria com a iniciativa privada”. Agora, há uma possibilidade de liberação prevista para 2009. O vegetal ficaria “resistente ao vírus mosaico dourado, transmitido pela mosca branca”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza como positiva a liberação de feijão transgênico, já que vai dispensar o uso de agrotóxicos e, segundo os testes realizados até então, “é totalmente viável e também seguro”.

c) Exclusão – a matéria não apresenta pluralidade, porque não oferece posição contrária à da fonte citada.

Construção de agenda: na matéria em questão, o cultivo de transgênicos se torna notícia ao figurar como medida positiva para o meio ambiente, porque dispensaria o uso de agrotóxicos.

5.2 Análise dos textos opinativos da Folha de S. Paulo

QUADRO 61

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 11/03/05

Título: RÓTULO EM TRANSGÊNICOS⁶¹

Editoria: Opinião (Editorial)

Descrição: o editorial sustenta que seria inadmissível que as empresas associadas à Abia desrespeitassem a lei que obriga a rotulagem de alimentos que contivessem mais de 1% de transgênico, como vinham fazendo devido ao seu desacordo com a norma.

Enquadramento:

a) Seleção – “É escandalosa a posição da Abia (Associação Brasileira da Indústria da Alimentação) em relação à norma que obriga a rotulagem de gêneros alimentícios que contenham em sua composição mais de 1% de organismos transgênicos”. Para o editorial, “numa democracia como é o Brasil, a organização pode propor as mudanças que julgue convenientes e advogar por elas. É inadmissível, contudo, que deixe de cumprir as exigências legais em vigor por delas discordar, como vêm criminosamente fazendo as suas afiliadas”. Como ninguém teria conseguido provar os possíveis benefícios ou malefícios dos transgênicos, “a lei sabiamente transferiu ao consumidor a decisão de ingeri-los ou não”. “O fato, contudo, é que tanto a legislação em vigor como a recém-aprovada Lei de Biossegurança determinam que são os produtos que possuem transgênicos que devem indicá-lo no rótulo”. “E é francamente inaceitável que a indústria alimentícia se arrogue o papel de escolher as leis que vai cumprir e as que ignorará”.

b) Ênfase – o editorial defende o direito dos cidadãos de serem informados sobre a existência de transgênicos nos produtos consumidos, condenando a posição da Abia e de suas empresas associadas que não estariam cumprindo a norma de rotulagem dos alimentos contendo mais de 1% de OGMs.

Construção de agenda: o editorial veicula a idéia de que a Associação Brasileira da Indústria da Alimentação e as empresas afiliadas estariam “criminosamente” descumprindo a legislação que obrigaria a rotulagem de produtos contendo mais de 1% de transgênicos.

QUADRO 62

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 30/04/05

Título: Reflexões transgênicas⁶²

Editoria: Ilustrada (Artigo de Drauzio Varela)

Descrição: o texto opinativo defende que as discussões sobre os transgênicos não poderiam ser meramente em âmbitos políticos ou de representantes de grupos a favor ou contra a liberação comercial, mas em universidades e entidades intelectualmente capacitadas para

estudar cientificamente os OGMs. O avanço que os transgênicos ofereceriam para o tratamento de doenças que afligem as sociedades estaria barrado nas discussões pouco fundamentadas entre políticos e ambientalistas, que não teriam como foco principal o desenvolvimento da biotecnologia, mas interesses econômicos e de preservação do meio ambiente, respectivamente.

Enquadramento:

a) Seleção – “Os alimentos transgênicos poderão representar, para a saúde pública dos próximos cem anos, avanço semelhante ao do saneamento básico no século 20”. “Inserir genes novos nos vegetais cria possibilidades concretas de obter plantas resistentes às pragas e às intempéries da natureza, capazes de produzir com mais eficiência e de fabricar compostos de interesse médico, como vitaminas, proteínas ou vacinas contra várias enfermidades”. Sobre os riscos ambientais, o texto sugere que “é fundamental uma legislação que estabeleça com clareza o conjunto de testes necessários para avaliar o impacto a curto e médio prazo da introdução de um transgênico em determinado meio”. “Essa questão é muito relevante para ser decidida por políticos despreparados ou por militantes repetidores de slogans a favor ou contra. Em nossas universidades e, especialmente, na Embrapa há cientistas com conhecimento suficiente para que o Brasil ocupe posição de destaque nessa área; basta um mínimo de vontade política”. “O benefício que os transgênicos poderão trazer à humanidade é de tal ordem que não admite discussões apaixonadas. O tema exige preparo intelectual e racionalidade nas decisões”.

b) Ênfase – o texto defende que os alimentos transgênicos “poderão representar, para a saúde pública dos próximos cem anos, avanço semelhante ao do saneamento básico no século 20”, capazes de “fabricar compostos de interesse médico, como vitaminas, proteínas ou vacinas contra várias enfermidades”. O autor defende que a discussão sobre os OGMs não compete a políticos despreparados e militantes repetidores de slogans, pois deveria ser estudada profundamente por cientistas capacitados intelectualmente.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, os transgênicos representariam um grande avanço para a saúde pública. Entretanto, as deliberações sobre OGMs deveriam se dar no meio científico e não no político.

QUADRO 63

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 27/05/05

Título: RISCO TRANSGÊNICO⁶³

Editoria: Opinião (editorial)

Descrição: o editorial sustenta que, em testes de laboratório, os órgãos internos de ratos teriam sido danificados devido à ingestão de uma variedade de milho transgênico. O texto defende, entretanto, que isso não deve ser interpretado como um risco que todos os OGMs proporcionariam à saúde humana, mas como um caso negativo no meio de outros que foram aprovados para consumo pela garantia de não oferecerem riscos à saúde. Este caso

negativo viria para reforçar a idéia de que devem ser realizados estudos exaustivos para satisfazer as exigências para prevenção de riscos à saúde humana.

Enquadramento:

a) Seleção – “Ratos alimentados com um tipo de milho geneticamente modificado desenvolveram anormalidades em seus órgãos internos e alterações hematológicas, de acordo com um estudo realizado pelo próprio fabricante do grão, a Monsanto”. “Antes de mais nada, cabe deixar claro que eles não dizem nada a respeito da tecnologia dos transgênicos em geral. Cada produto desenvolvido através dessa técnica deve ter seus riscos avaliados separadamente”. “Em termos gerais, o episódio serve para reforçar a necessidade de observar com rigor os procedimentos óbvios: todos os novos produtos, sejam eles obtidos através de transgenia, de outras técnicas de engenharia genética ou até de melhoramento convencional, precisam ser extensivamente testados antes de liberados para utilização comercial”.

b) Ênfase – o editorial enfatiza que as anormalidades desenvolvidas em ratos alimentados com transgênicos não seriam prejudiciais à imagem dos OGMs, mas reforçam a percepção de que cada produto geneticamente modificado deveria ter seus riscos avaliados separadamente.

Construção de agenda: o editorial veicula a idéia de que as anomalias identificadas em ratos alimentados com transgênicos não servem para julgar negativamente os transgênicos, mas para reforçar a necessidade de se testá-los antes de sua aprovação comercial.

QUADRO 64

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 07/08/05

Título: Erva daninha transgênica⁶⁴

Editoria: Ciência (Artigo de Marcelo Leite)

Descrição: o artigo sustenta que o noticiário a favor dos transgênicos não teria divulgado um efeito colateral da produção de OGMs identificado na Inglaterra, onde só são cultivados os organismos geneticamente modificados em caráter experimental. O problema é que o gene resistente ao herbicida glufosinato de amônia das plantas transgênicas teria cruzado com o de ervas daninhas e as teria tornado igualmente resistentes ao herbicida.

Enquadramento:

a) Seleção – “você sabia que na ilha do príncipe Charles até hoje não se cultivam transgênicos? Só experimentalmente. País atrasado...”. Teria sido identificado um cruzamento entre a canola transgênica e uma mostarda silvestre. “A aplicação de herbicida na plantação, que só deveria matar o mato e preservar a canola, agora poupa também -e seleciona- algumas ervas resistentes, que adquiriram a característica após fertilização com pólen da canola transgênica”. “O achado confirma também a utilidade de fazer estudos mais prolongados de biossegurança e impacto ambiental, inexistentes no Brasil, cujos governos, no entanto, vêm fazendo de tudo para liberar os cultivos geneticamente modificados”. “Não

é o fim do mundo, porém. O evento de transmissão do gene por pólen é raríssimo”. “As implicações dessa pesquisa para a situação brasileira são só indiretas. Por aqui, o principal cultivo transgênico é de soja, uma planta sem parentes silvestres no Brasil. Nada disso é justificativa, contudo, para omitir uma notícia negativa para a biotecnologia”.

b) Ênfase – o artigo critica a falta de divulgação do Conselho de Informações sobre Biotecnologia e da Associação Nacional de Biossegurança de “uma notícia negativa para a biotecnologia”. Por outro lado, sustenta que o problema não seria grave, visto que o “evento de transmissão do gene por pólen é raríssimo”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, o risco de contaminação transgênica de ervas daninhas é pequeno e não prejudicaria a imagem dos OGMs.

QUADRO 65

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 13/11/05

Título: A guerra obscura da CTNBio⁶⁵

Editoria: Ciência (Artigo de Marcelo Leite)

Descrição: segundo o texto, o embate político em torno dos transgênicos é prejudicial devido à demora para chegar a um consenso. O setor estaria aguardando por uma definição desde 1998, ano da primeira liberação comercial de soja geneticamente modificada. Depois da aprovação da Lei de Biossegurança, em março, a liberação de transgênicos esteve praticamente paralisada devido à falta de regras para o licenciamento dos produtos modificados. A esperança, como sustenta o texto, veio com o decreto de regulamentação da Lei de Biossegurança, que seria sancionado nos próximos dias.

Enquadramento:

a) Seleção – “Faz sete anos que o Brasil se debate, mais do que debate, com a questão dos transgênicos na agricultura. Desde a primeira liberação comercial autorizada, em 1998, várias batalhas foram travadas entre dois campos inconciliáveis, caricaturalmente representados como “cientistas” versus “ambientalistas”. Com o decreto de regulamentação da Lei de Biossegurança aguardado para estes dias, muita gente acredita que a última e decisiva batalha será travada”. “O único consenso, nessa história toda, é que o país inteiro saiu perdendo. Sete anos é tempo demais para tomar uma decisão desse calibre”. “Desde a aprovação da nova Lei de Biossegurança, em março, quase tudo esteve paralisado no setor, pois não havia regras para licenciamento de acordo com a nova legislação”.

b) Ênfase – o texto sustenta que “o país inteiro saiu perdendo” devido à quantidade de tempo perdida em intermináveis discussões no governo sobre os transgênicos. “Sete anos é tempo demais para tomar uma decisão desse calibre”, enfatiza o texto.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, as longas discussões políticas sobre transgênicos teriam prejudicado o país devido à sua morosidade.

QUADRO 66

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 29/11/05

Título: Votar, votar, votar⁶⁶

Editoria: Opinião (Artigo de Clóvis Rossi)

Descrição: o artigo parte da informação de que, em um referendo ocorrido na Suíça, 55% aprovaram uma moratória de cinco anos à introdução de OGMs na agricultura do país. A comparação com o Brasil parece inevitável: por aqui, segundo o texto, realizar um referendo poderia ser uma saída, tendo em vista que o governo não conseguiria chegar a um consenso sobre o assunto por estar dividido. O texto lembra que no referendo sobre as armas realizado no país, a população aprendeu sobre o assunto, que até então não dominava. O mesmo poderia acontecer com os transgênicos.

Enquadramento:

a) Seleção – “Os suíços foram domingo, pela milionésima vez, às urnas para uma penca de referendos, de âmbito local ou nacional. O mais chamativo foi a aprovação (55% dos votos) de uma moratória de cinco anos à introdução de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados) na agricultura suíça”. “No Brasil, é público que há divergências no ministério: Roberto Rodrigues (Agricultura) é a favor dos transgênicos (ou OGMs), mas Marina Silva (Meio Ambiente) é contra”. “Por que, então, não deixar que o eleitorado decida?”. “Além do mais, o recente referendo sobre as armas, com todos os defeitos e problemas que possa ter tido, tornou o brasileiro mais bem informado sobre o assunto. Todo processo eleitoral tem esse papel didático, nem sempre bem aproveitado”.

b) Ênfase – o artigo sustenta que o Brasil deveria seguir o exemplo da Suíça e realizar referendos para tomar decisões importantes, como a dos transgênicos. Ainda mais por ser “público que há divergências no ministério”. O texto enfatiza que esse processo “tem esse papel didático” e levaria informação à população, que muitas vezes mal conhece o assunto.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, o Brasil deveria seguir o exemplo da Suíça e estimular as consultas populares para tomar decisões importantes, como a dos transgênicos. Esse processo colaboraria para levar informação à população sobre assuntos que, em geral, seriam desconhecidos pelo povo.

QUADRO 67

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 13/02/06

Título: NOVA BATALHA NA OMC⁶⁷

Editoria: Opinião (Editorial)

Descrição: o editorial informa que ambientalistas teriam se manifestado contra a OMC, que considerou ilegais as restrições do mercado europeu aos alimentos transgênicos. Embo-

ra a decisão seja técnica, com mais de mil páginas de relatórios estudando a legalidade ou ilegalidade do embargo da União Européia sobre os OGMs, a decisão seria avaliada de acordo com suas implicações, que, para os europeus, significaria tirar seu direito de escolher o que consumir.

Enquadramento:

a) Seleção – “Grupos ambientalistas acabam de declarar guerra à Organização Mundial do Comércio (OMC). O motivo é a recente decisão do corpo judiciário desse órgão, que considerou ilegais certas restrições impostas por países europeus à importação de produtos transgênicos”. “O problema dessa decisão é que ela não será interpretada por suas virtudes técnicas, mas por suas implicações. E, na cabeça de muitos dos cidadãos europeus, que, por razões que não cabe aqui discutir, rejeitam alimentos com ingredientes transgênicos, aos quais chamam de "comida Frankenstein", a OMC está simplesmente dizendo que eles não têm o direito de decidir o que vão comer”. “É bastante provável que a moratória européia tenha mesmo ferido as regras internacionais, mas é preciso observar que não se trata de um simples ardil para obter vantagens comerciais. O que motiva as restrições é uma rejeição real do consumidor europeu aos alimentos transgênicos, verificável em pesquisas e nas gôndolas dos supermercados”.

b) Ênfase – o editorial sustenta que as “pessoas devem ser livres para decidir o que vão comer valendo-se dos critérios que bem entenderem”. Desta forma, defende que, apesar da possível ilegalidade da moratória aos OGMs da União Européia, ela defende “uma rejeição real do consumidor europeu aos alimentos transgênicos” e, por isso, seria legítima.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo editorial, o embargo europeu aos transgênicos representaria a rejeição do consumidor daquela região e, por isso, seria legítimo.

QUADRO 68

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 26/02/06

Título: Mais carnaval na CTNBio⁶⁸

Editoria: Ciência (Artigo de Marcelo Leite)

Descrição: o texto se refere à indicação do novo presidente da CTNBio, Walter Colli. Segundo o texto, devido ao fato de Colli ser favorável aos transgênicos, entidades ambientalistas e de defesa do consumidor já teriam se manifestado contrariamente à indicação. Ao que as circunstâncias indicariam, a renovação da comissão não ocorreria justamente por causa das preferências do novo presidente a favor da liberação dos OGMs. A indicação de Colli, segundo as entidades, não estaria clara.

Enquadramento:

a) Seleção – “Walter Colli, bioquímico e biólogo molecular, professor-titular da USP, começou com o pé esquerdo na nova CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) -ou começaram com o pé esquerdo dele, tanto faz”. “Colli declarou ao jornal "O

Estado de S.Paulo" que a reunião havia sido 'extremamente produtiva', mas que não tinha idéia de quanto tempo seria necessário para 'colocar ordem na casa' (a comissão ficou meses paralisada, enquanto a nova lei não era regulamentada)". "Convencidas de que Colli é um defensor dedicado dos alimentos transgênicos no estilo da velha e controversa CTNBio, entidades socioambientalistas como Greenpeace, Terra de Direitos e Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) estão questionando a lisura de sua indicação para a comissão, pelo Ministério da Saúde, como representante da sociedade civil atuante no setor". Segundo eles, a indicação não teria se dado de maneira clara. "Segundo Rubens Nodari, representante do Ministério do Meio Ambiente na comissão, Cordeiro foi o nome que surgiu consensualmente entre aqueles que defendem uma renovação do órgão regulador dos transgênicos. 'Mas a velha CTNBio parece que se renova na nova CTNBio', lamentou".

b) Ênfase – o artigo sustenta que a indicação do novo presidente da CTNBio teria sido falta de "um pouco de prudência, ou tino político", e a consequência seria "que a CTNBio continua um verdadeiro carnaval", com os mesmos defeitos verificados até então.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, a indicação do novo presidente da CTNBio não traria a renovação pretendida para a comissão, pois ele inclinaria-se a favor dos transgênicos.

QUADRO 69

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 16/03/06

Título: ROTULAGEM GRADATIVA⁶⁹

Editoria: Opinião (Editorial)

Descrição: segundo o editorial, a decisão governamental de apoiar a rotulação dos produtos transgênicos para exportação seria correta. O texto sustenta que o consumidor teria o direito de saber o que está consumindo. Apesar dos custos que essa decisão poderia gerar, o Brasil estaria em vantagem com relação aos demais países, por já conviver com os dois tipos de cultura: a tradicional e a transgênica. Além disso, dois dos principais mercados exigem a rotulação: o europeu e o chinês, o que poderia resultar numa abertura comercial para o país.

Enquadramento:

a) Seleção – "É correta a decisão do governo brasileiro de identificar claramente as cargas transgênicas remetidas ao exterior". "A distinção parece bizantina, mas envolve engenharia e muitos custos. Para assegurar que não haverá transgênicos nas cargas não-marcadas, será necessário segregar as duas cadeias produtivas. No caso da soja, as sementes transgênicas terão de ser separadas das não-manipuladas desde o plantio até os armazéns portuários onde serão embarcadas". "Mesmo assim, a decisão é acertada e poderá revelar-se economicamente útil.

b) Ênfase – o editorial enfatiza que a decisão do governo brasileiro sobre a rotulagem dos transgênicos é correta por garantir ao consumidor o "direito de saber o que está comprando" e por abrir a possibilidade de mercado com "dois dos principais mercados consumidores, a Europa e a China".

Construção de agenda: o editorial veicula a idéia de que a rotulação dos transgênicos seria favorável ao país por garantir o direito do consumidor de saber o que está consumindo e abriria mercado com países que exigem a segregação e identificação dos produtos geneticamente modificados.

QUADRO 70

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 19/03/06

Título: Pode conter Ned Ludd⁷⁰

Editoria: Ciência (Artigo de Marcelo Leite)

Descrição: o artigo rotula os movimentos sociais contrários aos transgênicos encabeçados por ONGs e pelo MST de “luddistas”, termo que se refere à posição de quem, segundo o texto, condena automaticamente os avanços tecnológicos. Conforme o artigo, essas entidades teriam comemorado a decisão do governo brasileiro de apoiar a rotulação de cargas transgênicas para exportação. E questiona se elas não estariam comemorando também a destruição “bárbara” de um laboratório de pesquisa sobre OGMs.

Enquadramento:

a) Seleção – O artigo sustenta que “a condenação automática dos ‘ludditas’, como se convencionou chamar genericamente os inimigos da tecnologia, é uma figura histórica. E que ela já nasceu com a missão de estigmatizar revoltas sociais como retrógradas”. Os luddistas “tornaram-se ‘inimigos do progresso’”. “O termo ‘luddita’ sempre vem à tona quando alguém se atreve a questionar supostos progressos como alimentos transgênicos, energia nuclear, células-tronco embrionárias, engenharia genética e por aí vai”. “A mensagem de fundo é: os cientistas é que sabem, confie neles”. Segundo o texto, “o MST comemorou uma vitória: durante reunião da ONU em Curitiba, o governo brasileiro anunciou que adotaria a rotulação de cargas internacionais de commodities com os dizeres ‘contém OVM’ (organismo vivo modificado), posição dada pelos fundamentalistas da biotecnologia como ‘luddita’. No campo ‘progressista’, defendia-se o rótulo ‘pode conter OVM’, que desobrigaria exportadores de pagar pela segregação e pelo teste de suas cargas”.

b) Ênfase – o artigo rotula os opositores aos transgênicos como luddistas, que teriam se tornado “inimigos do progresso”. O artigo considera um atrevimento “questionar supostos progressos como alimentos transgênicos”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, os transgênicos são caracterizados como um avanço científico e seus opositores são rotulados de “luddistas”, termo que significaria “inimigos do progresso”.

QUADRO 71

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 27/03/06

Título: CONFUSÃO DE OBJETIVOS⁷¹

Editoria: Opinião (Editorial)

Descrição: o editorial se posiciona contra o Ministério do Meio Ambiente que, segundo o texto, estaria se manifestando contra qualquer ação da indústria da biotecnologia em vez de se preocupar com a segurança da biodiversidade. A tecnologia “terminator”, segundo o texto, serviria para proteger a biodiversidade e não poderia ser proibida por completo, como desejaria o Ministério de Marina Silva, mas posta para análise da CTNBio, órgão responsável por verificar a segurança do produto antes de liberá-lo comercialmente.

Enquadramento:

a) Seleção – “É difícil compreender a filosofia que inspirou o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a colocar-se contra a utilização e até mesmo as pesquisas com a chamada tecnologia ‘terminator’, que induz as plantas transgênicas dela resultantes a produzirem sementes estéreis”. A motivação das empresas de biotecnologia seria o lucro. “Ocorre, porém, que a esterilidade de variedades transgênicas é também, em muitos casos, um inegável mecanismo de biossegurança. Uma das principais críticas à manipulação genética em escala comercial diz respeito ao risco de que sementes com genes alterados acabem invadindo o ambiente e levem a uma redução da biodiversidade”. “A posição mais sábia aqui é a de não proibir de forma absoluta a tecnologia. O ideal é deixar que a CNTBio, a comissão encarregada de licenciar produtos transgênicos, analise caso a caso cada produto”. “O MMA, porém, parece mais interessado em arrancar o aplauso de grupos que tendem a apoiá-lo -como a obscurantista Via Campesina- e em atacar as empresas de biotecnologia do que em assegurar maior proteção ambiental”.

b) Ênfase – o editorial sustenta que o Ministério do Meio Ambiente estaria errado em se posicionar contra a tecnologia de sementes transgênicas estéreis porque elas poderiam ser “um inegável mecanismo de biossegurança”.

Construção de agenda: o editorial caracteriza como contraditório o posicionamento do Ministério do Meio Ambiente contra sementes transgênicas “terminator”, por condenar uma tecnologia que favoreceria a biossegurança.

QUADRO 72

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 28/05/06

Título: Conhecimento transgênico⁷²

Editoria: Ciência (Artigo de Marcelo Leite)

Descrição: o artigo se refere ao lançamento de um livro que aborda os transgênicos. Diante das discussões que envolvem o assunto, como a dualidade dos posicionamentos a favor e contra essa tecnologia, o autor propõe que a ciência não seria isenta da interferência dos valores sociais. Por outro lado, “estratégias de pesquisa que valorizem outros objetivos hu-

manos -harmonia ambiental, autonomia, participação comunitária- são rebaixadas como 'ideológicas', como se apenas elas fossem tingidas por valores sociais”.

Enquadramento:

a) Seleção – “A semana que passou viu sair em português uma obra notável: ‘A Controvérsia dos Transgênicos’, de Hugh Lacey (Idéias & Letras, 239 págs., R\$ 36,60)”. “Não se iluda com o título de Lacey. Não se trata de mais uma obra de divulgação ou propaganda, contra ou a favor, sobre biotecnologia na agricultura. É peça de filosofia da ciência, mas também, caso raro, de intervenção”. “Trata-se daquilo que a maioria dos cientistas naturais -os epistemologicamente ingênuos- se recusa a ver e ouvir: a ciência não é uma atividade isenta da interferência de valores sociais, como prefere se apresentar ao mundo”. “O valor social e não-cognitivo que a ciência utilitarista contemporânea promove é o que Lacey chama de ‘valorização moderna do controle’. É com apoio nela que se estabelece a pesquisa experimental como modelo superior de cientificidade”. “Diante disso, estratégias de pesquisa que valorizem outros objetivos humanos -harmonia ambiental, autonomia, participação comunitária- são rebaixadas como ‘ideológicas’, como se apenas elas fossem tingidas por valores sociais”.

b) Ênfase – segundo o artigo, o autor do livro sobre transgênicos defende que “a ciência não é uma atividade isenta da interferência de valores sociais”, o que justificaria a dualidade de posicionamentos sobre a biotecnologia dos organismos geneticamente modificados.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, a explicação para tantas discussões envolvendo os transgênicos seria de que a ciência permitiria a interferência de valores sociais, e não uma atividade absoluta e fechada, como alguns cientistas prefeririam defender.

QUADRO 73

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 12/06/06

Título: A letargia continua⁷³

Olho: Polarização volta a paralisar a CTNBio, prolongando a indecisão sobre uma tecnologia agrícola promissora

Editoria: Opinião (Editorial)

Descrição: o texto sustenta que a CTNBio continuaria paralisada devido a conflitos internos e externos à comissão. Desde sua criação, não teria atuado da forma como se esperava, deliberando sobre os transgênicos com eficiência e rapidez. Segundo o texto, as alterações na Lei de Biossegurança sobre o quorum da comissão e o número de membros não traria resultados imediatos ou satisfatórios.

Enquadramento:

a) Seleção – “Pareceu a todos, então, que a querela dos organismos geneticamente modificados -OGMs, também conhecidos como transgênicos- finalmente seria objeto de

decisões transparentes e racionais, após mais de sete anos de controvérsia paralisante. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão regulador do Ministério da Ciência e Tecnologia, sairia da letargia imposta pela polarização entre ambientalistas e biotecnólogos para começar a limpar a pauta de centenas de processos, entre eles vários pedidos de licenciamento para a polêmica liberação de OGMs no ambiente. Um erro de avaliação, sabe-se hoje”. “Só houve até agora decisão em alguns processos de importância menor”. “Uma nova reunião ordinária da comissão está marcada para este mês”. “Mas é improvável que alguma coisa se decida”. “A CTNBio prossegue paralisada pelo mesmo conflito que a envenena desde a origem”. “A Lei de Biossegurança foi modificada para fazer a comissão funcionar e decidir o que precisa ser decidido, não para dar aos adversários da biotecnologia novos pretextos e manter todo um setor de ponta da agricultura refém da incerteza e da irresolução”.

b) Ênfase – o editorial salienta que a CTNBio seria um órgão paralisado devido à “letargia imposta pela polarização entre ambientalistas e biotecnólogos”. “A CTNBio prossegue paralisada pelo mesmo conflito que a envenena desde a origem”. Agora, contudo, a Lei de Biossegurança teria sido modificada “para fazer a comissão funcionar e decidir o que precisa ser decidido”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, a CTNBio é caracterizada como um órgão paralisado, que não exerce as funções para as quais foi criado.

QUADRO 74

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 29/10/06

Título: A gente não quer só comida⁷⁴

Editoria: Mais (Artigo de José Augusto Pádua)

Descrição: o artigo defende que a tecnologia tentaria impor sua agenda sobre as pessoas. Assim, estaria ocorrendo um movimento importante de discussão na sociedade sobre os valores adotados com relação a essas novas tecnologias. Como exemplo de reação de diversos setores sociais a uma imposição tecnológica, o texto cita os europeus, que se posicionaram contra os transgênicos. Para o texto, a oposição aos OGMs se concentraria contra sua disseminação precoce e não na censura de pesquisas que assegurassem a qualidade desses produtos. Neste contexto, os alimentos orgânicos estariam ganhando espaço na pesquisa tecnológica para desenvolvimento de técnicas que favorecessem a disseminação dessa cultura. O objetivo dos grupos empresariais com a difusão dos OGMs estaria na tentativa de monopolização da distribuição de sementes e, desta forma, da agricultura.

Enquadramento:

a) Seleção – “Não se trata de coibir a pesquisa acadêmica. O esforço de politização das novas tecnologias, com exceção de algumas poucas vozes especialmente radicais, não passa pela defesa de uma censura da investigação teórica ou experimental”. “O problema está na difusão social precoce, por motivos calcados essencialmente na busca por poder econômico, de técnicas perigosas que ainda estão sob intenso debate científico. “No setor

da produção orgânica, por exemplo, que está crescendo como uma alternativa ao modelo transgênico, existe hoje um grande investimento científico”. “Mas seria ingênuo supor que a polarização entre transgênicos e orgânicos esteja fundada em uma disputa apenas técnico-científica. Trata-se, mais do que tudo, de uma questão de poder. A agroecologia, por suas características concretas, não facilita a concentração de poder assim como não favorece o estabelecimento de monopólios, patentes e pacotes tecnológicos”. “No núcleo da pressão pelos transgênicos se encontra a fome de poder de um número restrito de enormes conglomerados empresariais, que, no limite, buscam usar as novas tecnologias para dominar a oferta de sementes e reduzir a autonomia dos agricultores e, por extensão, das sociedades”.

b) Ênfase – o artigo sustenta que a tentativa de imposição dos transgênicos na agricultura seria “uma questão de poder”, pois empresas multinacionais buscariam “usar as novas tecnologias para dominar a oferta de sementes e reduzir a autonomia dos agricultores e, por extensão, das sociedades”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a cultura de alimentos orgânicos seria uma saída para a tentativa de monopólio forçado das indústrias multinacionais sobre o mercado do agronegócio.

QUADRO 75

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 19/12/06

Título: O bom selvagem⁷⁵

Editoria: Opinião (Artigo de Denis Lerrer Rosenfield)

Descrição: o artigo sustenta que o posicionamento dos ambientalistas sobre o desenvolvimento de biotecnologia, caracterizado pelo princípio da precaução, seria o “princípio do imobilismo”. Para o autor, isso sugeriria que “quanto menos se fizer, melhor”. Como exemplo, o texto indica as não aprovações dos transgênicos na CTNBio, com o quorum de dois terços de seus membros. Segundo o artigo, seria errado um pedido de liberação que obteve 17 votos a favor e quatro contra ser negado pela comissão.

Enquadramento:

a) Seleção – “O PRINCÍPIO da precaução, utilizado tanto pelos ecofundamentalistas quanto pela ministra Marina, do Meio Ambiente, deveria ser mais propriamente denominado de princípio do imobilismo”. “As votações na CTNBio são uma clara demonstração disso”, pois “basta não haver quórum para que nada se decida. E, se alguma decisão intervir, ela será sempre favorável aos defensores do princípio do imobilismo. Em recente votação, uma vacina transgênica foi derrotada por 4 a 17”. “Ou seja, quatro votos valem mais do que 17, contando entre os últimos renomados cientistas”. “Literalmente, a pesquisa nacional sobre transgênicos vai para o espaço, junto com a independência da ciência em nosso país”.

b) Ênfase – o artigo caracteriza os ambientalistas como defensores do “princípio do imobilismo”, que barraria qualquer tentativa de avanço científico que afetasse o meio am-

biente, como os transgênicos. Do outro lado estão os “renomados cientistas” interessados na “independência da ciência em nosso país”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, os ambientalistas são caracterizados como obstáculos ao desenvolvimento científico, enquanto os cientistas a favor da biotecnologia são apresentados como interessados na independência científica do país.

QUADRO 76

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 21/12/06

Título: Impasse criado na origem⁷⁶

Editoria: Dinheiro (Artigo de Marcelo Leite)

Descrição: o texto sustenta que a proposta de mudança de quorum da CTNBio seria mais um capítulo do contínuo impasse em que a comissão estaria situada desde a sua criação. Segundo o texto, esta não seria a forma mais apropriada para reverter a situação de imobilidade do órgão. O ideal seria a difusão de informação que sustentasse a legitimidade das liberações de transgênicos.

Enquadramento:

a) Seleção – “O IMPASSE na CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) perdura por oito anos porque resulta de um vício de origem: já pelo seu próprio nome, o colegiado foi constituído para ser ‘técnico’ antes de ser ‘nacional’”. “Os defensores dos transgênicos alegam que uma minoria de apenas quatro membros da comissão (os indicados pelos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, decerto) detém efetivo poder de veto sobre as liberações comerciais”. “O impasse continuado é prejudicial para o país, mas apenas porque tem conduzido à irresolução. Parte dela decorre, contudo, da incapacidade de defensores a priori de transgênicos de aceitar que, numa democracia, certas tecnologias percebidas como ameaçadoras podem terminar temporária ou definitivamente recusadas. Sua única arma contra isso é informação, não golpes de autoridade”. “Esse impasse não desaparece com a nova mudança. Só começará a ser resolvido de fato quando entidades como a SBPC (...) e a ABC (...) entrarem em campo. Cabe a elas reunir um grupo de autoridades reconhecidas pelos fundamentalistas de ambos os lados como especialistas isentos, se ainda existirem, para auditar os procedimentos da comissão impugnados pelos obstrucionistas. No teatro da CTNBio, só há lugar para o mesmo enredo trágico-cômico encenado desde 1998”.

b) Ênfase – o texto salienta que a CTNBio estaria envolvida em um impasse desde sua criação e as propostas de resolução estariam sendo conduzidas à irresolução. Para que os transgênicos fossem liberados, como pretenderia boa parte dos integrantes da comissão, a saída seria a difusão de informação.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio superaria o impasse em que supostamente estaria envolvida quando os interessados na liberação de transgênicos investissem em medidas de informação sobre os OGMs.

QUADRO 77

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 24/12/06

Título: Barreira transgênica⁷⁷

Editoria: Opinião (Editorial)

Descrição: o editorial sustenta que a CTNBio estaria paralisada em meio à guerra de posições que opõe “cientistas” e “ambientalistas”. Esta paralisia teria acompanhado a comissão desde sua criação e, por essa razão, seriam necessárias mudanças para que o órgão pudesse atuar como se esperava.

Enquadramento:

a) Seleção – “A CONTROVÉRSIA sobre organismos transgênicos cristalizou-se numa divisão na opinião pública e no seio do próprio Estado que a cada dia se mostra mais difícil de superar. Transformou-se numa guerra de posições que opõe ‘cientistas’ e ‘ambientalistas’ há mais de oito anos. Por ora só resultou em paralisia decisória de autoridades acerca da biotecnologia”. “Não resta dúvida de que a CTNBio, paralisada como vinha, precisava mudar. Desde 1998, porém, muitos tropeços da biotecnologia tiveram origem na Justiça e no Ministério Público, quando não noutras quadras da Esplanada dos Ministérios. É incerto, assim, que a alteração de quórum possa derrubar uma barreira tão solidamente erigida”.

b) Ênfase – o editorial sustenta que os transgênicos estariam em meio à “guerra de posições que opõe ‘cientistas’ e ‘ambientalistas’ há mais de oito anos” referentes às discussões que envolveriam a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e, por isso, não restaria “dúvida de que a CTNBio, paralisada como vinha, precisava mudar”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio estaria paralisada devido à guerra entre as posições representadas por cientistas e ambientalistas e necessitaria de mudanças.

QUADRO 78

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 04/03/07

Título: Transgênicos na estante⁷⁸

Editoria: Ciência (Artigo de Marcelo Leite)

Descrição: o artigo retoma o conflito existente entre cientistas e ambientalistas no que se refere aos transgênicos antes da sanção de Lula à MP que traria mudanças à CTNBio. O texto contextualiza a dualidade do governo brasileiro sobre o assunto com a realidade dos EUA, que parece também passar por período de insistência por parte dos cientistas e resistência dos contrários aos transgênicos. Tanto que dois livros sobre o assunto foram lança-

dos: o primeiro traz uma investigação jornalística sobre os vieses interessados do discurso científico a fim de convencer que os transgênicos não oferecem riscos. O segundo é um romance em que forma-se um “panorama tenebroso da engenharia genética, no qual a ausência de escrúpulos enche o mundo de quimeras”.

Enquadramento:

a) Seleção – “Os adeptos incondicionais da biotecnologia no Brasil só não cantaram vitória a plenos pulmões, de imediato, porque a medida provisória 327 aprovada no Senado terça-feira ainda corria o risco de ter trechos vetados pelo presidente. É improvável, mas Lula poderia voltar a acolher a opinião de Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, contra a redução do quórum de aprovação de organismos transgênicos pela CTNBio, a comissão de biossegurança cunhada para ser técnica antes de ser nacional”. “Foi o enésimo capítulo de uma novela que se arrasta desde 1998. O enredo pobre opõe autodeclarados defensores da ciência e da racionalidade contra supostos obscurantistas inimigos do progresso”. “Biotecnólogos podem achar que estão ganhando a parada. Em certa medida, estão. O verdadeiro fruto social da engenharia genética -desconfiança perene- se manifesta de maneira aguda, porém, em dois livros recentes, e muito diversos, lançados nos Estados Unidos”. O primeiro é uma investigação jornalística que sustenta que o argumento dos cientistas não passa de “tecnocratismo galopante, que se esforça por encenar como luz da razão o que não passa de viés interessado”. O segundo é um romance em que forma-se um “panorama tenebroso da engenharia genética, no qual a ausência de escrúpulos enche o mundo de quimeras”.

b) Ênfase – o artigo enfatiza o conflito existente entre os “autodeclarados defensores da ciência e da racionalidade contra supostos obscurantistas inimigos do progresso”, representado também na CTNBio. O assunto é tratado como um “capítulo de uma novela que se arrasta desde 1998”.

Construção de agenda: o artigo confere tratamento de “capítulo de novela” aos conflitos entre os posicionamentos a favor e contra os OGMs. “Considerada por esse prisma maniqueísta, a controvérsia nasceu com irresolução inscrita no seu próprio DNA, por assim dizer”.

QUADRO 79

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 04/03/07

Título: Jornalista diz que a análise de risco favorável a produtos com DNA modificado não é objetiva⁷⁹

Editoria: Ciência (Artigo de Marcelo Leite)

Descrição: o artigo se refere às declarações da jornalista Denise Caruso e seu livro sobre transgênicos. Segundo as idéias defendidas pela jornalista e endossadas pelo artigo, a biotecnologia teria argumentado que se não fosse possível identificar diferenças entre o alimento tradicional e o transgênico, então, provavelmente, não seria possível identificar riscos à saúde na segunda opção. Com esta sustentação pouco científica, a biotecnologia teria ganhado espaço nas produções norte-americanas e em outras partes do mundo. Depois de

muito dinheiro investido no seu desenvolvimento, seria difícil voltar atrás e proibir os transgênicos. As defesas das novas variedades dos alimentos geneticamente modificados eram baseadas em juízos de valores dos cientistas desenvolvedores, ou seja, não passava por processos de verificação científica para comprovar sua isenção de riscos à saúde.

Enquadramento:

a) Seleção – “Caruso encontrou a chave para explicar a desconfiança do público com os organismos geneticamente modificados”. “A chave se encontra na definição e no controle da noção de risco, ou seja, daquilo que se considera pertinente medir para avaliar a segurança dos transgênicos”. “Em 1992, as empresas americanas interessadas em lançar transgênicos no mercado convenceram a poderosa FDA (agência de alimentos e fármacos dos EUA) de que apenas a composição tradicionalmente analisada de seus produtos deveria ser objeto de investigação de biossegurança. Se um tomate transgênico -como o Flavr Savr, de 1994- fosse indistinguível do tomate convencional pelos métodos usuais, seria licenciado de modo automático”. “Os transgênicos já chegaram desregulamentados ao mercado americano”. “É o paraíso da biotecnologia, que a indústria tentou espalhar pelo mundo. Deu certo, até demais, na Argentina. Na Europa, não, pois o conceito de autoridades reguladoras andava baixo por lá, em razão de alguns desastres. No Brasil, deu no beco sem saída da CTNBio”. “Inebriados com o poder autoconferido, biotecnólogos dos dois lados do balcão denunciam como ‘não-científicas’ e ‘ideológicas’ as dúvidas e objeções surgidas fora de sua repartição”. “(...) a análise de risco apresentada por especialistas -como os de biossegurança- como precisa e objetiva na realidade é sempre eivada de juízos de valor e considerações éticas ou políticas”. “Só até meados de 2005, ressalta Caruso, houve 62 casos, em 27 países, de contaminação transgênica, como a detecção de milho modificado para ração animal em tortilhas industrializadas para consumo humano. Certamente os prejuízos causados por esses episódios não foram computados nas análises “científicas” de risco e de custo-benefício efetuadas pelas especialistas”.

b) Ênfase – o artigo salienta que a rejeição da população pelos transgênicos estaria na “definição e no controle da noção de risco, ou seja, daquilo que se considera pertinente medir para avaliar a segurança dos transgênicos”. No caso, “a análise de risco apresentada por especialistas -como os de biossegurança- como precisa e objetiva na realidade é sempre eivada de juízos de valor e considerações éticas ou políticas”, portanto, não-científicas e desacreditadas pela população.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, a rejeição dos transgênicos seria motivada pela ausência de comprovação científica de que esses alimentos não ofereciam riscos à saúde humana.

QUADRO 80

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 23/03/07

Título: Guerra dos transgênicos⁸⁰

Editoria: Opinião (Editorial)

Descrição: o editorial sustenta que a sanção presidencial a uma lei que diminui o quorum para deliberação de transgênicos da CTNBio seria uma vitória para os favoráveis à biotecnologia. Entretanto, a comissão ainda não teria resolvido todo o problema, visto que ambientalistas representantes do Greenpeace continuavam a atrapalhar seu desenvolvimento, invadindo reuniões e entrando com recursos judiciais para impedir as deliberações racionais “sobre tecnologias almeçadas por um setor crucial da economia”.

Enquadramento:

a) Seleção – “O IMPASSE prolongado na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) talvez esteja chegando a termo. Com a sanção presidencial à medida provisória 327 (agora lei 11.460), que reduz de 18 para 14 votos o quórum para liberação comercial de transgênicos, a comissão de 27 membros pode enfim voltar a trabalhar. Ou melhor, talvez não: no primeiro dia da nova regra, terminou adiada a sessão para deliberar sobre variedade de milho geneticamente modificado. Representantes do Greenpeace pretendiam acompanhar a reunião, mas o presidente da CTNBio se recusou a iniciá-la”. “Adeptos extremados da biotecnologia recorreram então ao contrabando de sementes, passando a cultivar plantas transgênicas mesmo sem autorização da CTNBio”. “Um verdadeiro atestado de inoperância dos requisitos de biossegurança no país”. “A CTNBio só poderá cumprir sua função, porém, quando as alas abandonarem convicções fundamentalistas para deliberar racionalmente sobre tecnologias almeçadas por um setor crucial da economia”.

b) Ênfase – o editorial caracteriza a CTNBio como paralisada diante da ação de grupos ambientalistas, que impediriam a comissão de “deliberar racionalmente sobre tecnologias almeçadas por um setor crucial da economia”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio é caracterizada como órgão paralisado devido à ação de grupos ambientalistas que atrasam o avanço da biotecnologia e da economia agrícola.

QUADRO 81

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 18/05/07

Título: Mínimo avanço⁸¹

Editoria: Opinião (Editorial)

Descrição: o editorial sustenta que a CTNBio liberou comercialmente a utilização de milho geneticamente modificado, o que só teria sido possível graças à redução do quorum de dois terços para maioria absoluta para aprovação de transgênicos. Entretanto, a liberação ainda deveria ser aprovada pelo Conselho Nacional de Biossegurança, integrado por 11 ministros. Com isso, o aspecto de morosidade se continuaria presente, mesmo com as alterações da MP que reduziu o quorum da CTNBio.

Enquadramento:

a) Seleção – “O PAQUIDERME regulador de organismos transgênicos no Brasil deu mais um passo vacilante na quarta-feira, quando a Comissão Técnica Nacional de Bios-

segurança (CTNBio) autorizou o plantio comercial de variedade de milho geneticamente modificada para tornar-se resistente a herbicida”. “Não deixa de ser lamentável esse espetáculo de irresolução. A técnica da transgenia não constitui um bem nem um mal em si, mas seu potencial benéfico se perde com a polarização, que expulsa a racionalidade do debate. Que sua ausência ao menos não impeça indefinidamente o uso dessa tecnologia promissora -desde que se respeite o direito de escolha do consumidor”.

b) Ênfase – o editorial salienta a morosidade da CTNBio e dos demais responsáveis pela liberação de OGMs no país. O texto sustenta que “a técnica da transgenia não constitui um bem nem um mal em si, mas seu potencial benéfico se perde com a polarização, que expulsa a racionalidade do debate”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio volta a ser retratada como órgão incapaz de realizar suas funções devido à morosidade do processo de autorização e regularização dos transgênicos.

QUADRO 82

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 20/05/07

Título: Guerra de milho⁸²

Olho: “A coexistência entre cultivos GM e não-GM ainda está para ser implementada”

Editoria: Ciência (Artigo de Marcelo Leite)

Descrição: o artigo sustenta que a coexistência do milho transgênico com o tradicional está longe de ser implementada no Brasil por falta de debate público a respeito. Esta carência de discussão também causaria a falta de confiança que os consumidores teriam neste tipo de alimento. A coexistência é dificultada porque o milho espalha seu pólen com o vento, podendo fertilizar plantas próximas, transgênicas ou não.

Enquadramento:

a) Seleção – “Uma iniciativa mais ampla para promover a coexistência entre cultivos GM e não-GM ainda está para ser implementada”. “Tal iniciativa requererá considerável planejamento e coordenação, assim como infra-estrutura. Mas é improvável que chegue logo. (...) Nem está claro, no quadro de biossegurança do país, qual órgão regulador deveria assumir a liderança no estabelecimento de um esquema de coexistência”. Essa “ponderação representa o tipo de argumento que membros do Ministério Público e de organizações ambientalistas costumam levantar contra o que consideram ser o papel de mero homologador da CTNBio”. “Pés de milho espalham seu pólen com o vento, podendo fertilizar plantas próximas, GM ou não”. “Se houver um campo de milho orgânico na vizinhança, a contaminação é previsível, assim como o prejuízo do agricultor”. “A separação também pode ser temporal, ou seja, um intervalo mínimo entre a substituição de um cultivo por outro, para evitar que sementes sobranes no solo germinem em meio a outras. E também é preciso haver segregação no armazenamento e no transporte. Coexistência, enfim. Medidas como essas podem até estar em desenvolvimento ou aplicação no Brasil, mas seguramente não

aparecem no debate público. Se houvesse certeza em relação a elas, decerto a imagem dos transgênicos seria melhor”.

b) Ênfase – segundo o artigo, medidas para favorecer a coexistência de cultivos transgênicos e convencionais “podem até estar em desenvolvimento ou aplicação no Brasil, mas seguramente não aparecem no debate público”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, a coexistência entre milho geneticamente modificado e convencional é dificultada pela falta de debate público e esclarecimentos sobre o assunto.

QUADRO 83

Jornal: Folha de S.Paulo

Data: 30/09/07

Título: Cenas de revisão explícita⁸³

Editoria: Ciência (Artigo de Marcelo Leite)

Descrição: o artigo se refere à publicação de uma cientista que trazia indicações de que a soja transgênica teria prejudicado o desenvolvimento de ratos. Na mesma revista científica, outros cientistas teriam sido convidados a analisar o artigo publicado e teceram duras críticas a sua autora, questionando sua competência como pesquisadora.

Enquadramento:

a) Seleção – “Em sete páginas (981-987) de sua edição deste mês (vol. 25, nº 9), (*o periódico mensal Nature Biotechnology*) lançou ataque inusitado a um estudo polêmico sobre transgênicos de Irina Ermakova, neurocientista da Academia Russa de Ciências, anunciado em dezembro de 2005”. A pesquisadora sustentava que “ratos alimentados com soja transgênica geneticamente modificada tolerante ao herbicida glifosato (...) geravam filhotes com taxas reduzidas de sobrevivência e crescimento prejudicado”. “Era tudo que os adversários da transgenia queriam ouvir. A pesquisa russa foi adotada por vários grupos como a prova -científica- de que ao menos uma variedade de alimento geneticamente modificado trazia, sim, riscos potenciais à saúde humana. A ‘Nature Biotechnology’ tomou para si a tarefa de desdizê-la”. “Primeiro, pediu a Ermakova que fornecesse, em suas próprias palavras, detalhes sobre os experimentos. Depois, solicitou a quatro outros especialistas que comentassem suas informações. Por fim, juntou tudo no texto ‘Soja GM [geneticamente modificada] e Segurança de Saúde -Uma Controvérsia Reexaminada’, assinada por seu editor, Andrew Marshall”. “O resultado são cenas explícitas de lavagem de roupa suja. Pelo menos um dos críticos convidados tem ligações abertas com a indústria biotecnológica”.

b) Ênfase – o artigo enfatiza que cientistas ligados à indústria de biotecnologia teriam criticado o estudo de uma pesquisadora com possíveis evidências contrárias aos transgênicos. Devido à ligação de um dos cientistas com empresas que desenvolvem OGMs, segundo o texto, “não há surpresa, assim, na virulência das objeções do grupo”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, o tratamento hostil dispensado por cientistas a uma pesquisadora que apresenta supostas evidências de risco à saúde trazi-

do por OGMs se deveria em parte pela ligação de um deles com indústrias de biotecnologia.

5.3 Análise dos textos informativos do Estado de S. Paulo

QUADRO 84

Jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 03/06/05

Título da matéria: Ongs criticam rotulagem de transgênicos defendida por Brasil⁸⁴

Olho: (*sem olho*)

Editoria: cidades

Fontes: a) *oficiais (1)*

— “A delegação brasileira disse que a posição tem como objetivo ‘não criar dificuldades para o comércio de produtos da moderna biotecnologia’”.

b) *ONGs (1)*

— “‘A identificação detalhada permite a rápida identificação do produto em caso de problemas além de alertar cada país sobre o que estão comprando’, diz Gabriel Bianconi, assessor técnico da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), ONG que, junto do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), acompanhou a reunião em Montreal”.

Descrição: a matéria informa que o Brasil se posicionou à favor do termo “pode conter” transgênicos durante a “reunião do Protocolo de Cartagena de Biossegurança para Convenção de Biodiversidade Biológica, realizada em Montreal, no Canadá”, ao lado de Argentina, Nova Zelândia e Canadá. A outra opção, defendida por países europeus, asiáticos e africanos, com a informação “contém transgênicos”, traria também a especificação de cada alteração genética dos produtos.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “Organizações não-governamentais e entidades de defesa do consumidor criticaram nesta sexta-feira a posição do Brasil durante a reunião do Protocolo de Cartagena”. O objetivo da reunião era a decisão de regras para a “identificação de produtos transgênicos em processos de importação e exportação”. O Brasil teria defendido a rotulagem “mais genérica”, com o “pode conter” transgênicos. A matéria explica que a identificação detalhada permitiria “a rápida identificação do produto em caso de problemas além de alertar cada país sobre o que estão comprando”. O posicionamento do país sobre o assunto foi considerado “uma surpresa”. “A delegação brasileira disse que a posição tem como objetivo ‘não criar dificuldades para o comércio de produtos da moderna biotecnologia’”.

b) **Ênfase** – a matéria salienta o posicionamento das ONGs contra a decisão tomada pelo governo brasileiro em apoiar a rotulagem mais genérica dos transgênicos para exportação, com o “pode conter” transgênicos. Os argumentos das organizações não-governamentais estão claros, enquanto os argumentos oficiais, além de serem apresentados em espaço desproporcional, não deixam claros os motivos que levaram o país a defender tal posição.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta, de forma clara, os argumentos do governo ao defender o posicionamento adotado sobre o termo de um protocolo internacional sobre rotulagem de produtos para exportação. Portanto, não apresenta um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: a posição adotada pelo governo brasileiro sobre a decisão de rotulagem de transgênicos para exportação em um acordo internacional foi tratada com repúdio por ONGs que defendem que os OGMs sejam identificados claramente.

QUADRO 85

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 10/01/06

Título da matéria: Projeto visa alterar recém-aprovada Lei de Biossegurança⁸⁵

Olho: (*sem olho*)

Editoria: Vida &

Fontes: a) *projetos de lei (1)*

— “Para tentar reverter a situação, o projeto 5.964/2005 sugere que a atividade seja liberada ‘quando o uso da tecnologia comprovadamente se constituir numa medida de biossegurança benéfica à realização da atividade’”.

b) *cientistas (2)*

— “‘Às vezes é preciso impedir a reprodução por uma questão de segurança’, afirma o pesquisador Marcelo Menossi, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)”.

— “O cientista Francisco Aragão, da Embrapa Recursos Genéticos, acabou de depositar a patente de uma técnica para fazer alimentos sem sementes. (...) Aragão esperava testar a técnica em breve em mamão e melancia. ‘Agora o trabalho está parado’”.

c) *oficiais (2)*

— “O secretário de Biodiversidade e Floresta do ministério, João Paulo Capobianco, lembra que o conteúdo da regulamentação é resultado do consenso de um grupo interministerial. ‘Refuto veementemente a acusação leviana. O texto é responsabilidade de todos que montaram a lei’”.

— “Acontece que, no texto, a deputada (*não identificada na matéria*) pede a revogação do artigo que impede o plantio de soja transgênica em unidades de conservação e seu entorno. ‘Nada justifica vedar o plantio de sementes de soja geneticamente modificada nas áreas de unidades de conservação’, escreve”.

d) *advogados (1)*

— “A posição certamente encontrará resistência de setores do governo, a começar pelo Ministério do Meio Ambiente, alongando o problema, diz o advogado Ricardo Azevedo Sette. ‘Esse é um texto para início da discussão, que ainda passará por comissões dentro do Congresso, e que precisa de mais rigor na questão ambiental’”.

Descrição: a matéria informa que a Lei de Biossegurança proíbe a utilização de sementes transgênicas que não se reproduzam. De um lado, os agricultores não ficariam dependentes da indústria de OGMs em suas plantações. Por outro, seria prejudicial à produção científica, que utilizaria esse tipo de semente em determinados estudos, como o da produção da soja

que produz pró-insulina para ser usada no tratamento de diabéticos. Um projeto de lei foi proposto na Câmara dos Deputados para reverter o suposto problema. Este projeto abrange a “revogação do artigo que impede o plantio de soja transgênica em unidades de conservação e seu entorno”.

Enquadramento:

a) Seleção – a Lei de Biossegurança proíbe a utilização de sementes transgênicas que não se reproduzam: “a vantagem é que os agricultores podem aproveitar as novas sementes e não depender do fornecimento de grandes empresas. A desvantagem é que, com isso, impediu também outras tecnologias que trariam benefícios ao País”, como no caso da “soja que produz pró-insulina para ser usada no tratamento de diabéticos”. Esta regra, segundo a matéria, estaria atrapalhando “a pesquisa de transgênicos em geral” e sugere que o texto teria sido feito “por baixo dos panos pelo Ministério do Meio Ambiente”. O posicionamento é contestado pelo secretário de Biodiversidade e Floresta do ministério, que afirma que “o texto é responsabilidade de todos que montaram a lei”. A matéria reafirma que os trabalhos científicos estariam sendo “deixados para escanteio”. O projeto que busca solucionar o suposto problema também prevê a “revogação do artigo que impede o plantio de soja transgênica em unidades de conservação e seu entorno”, justificando que nada justificaria a proibição do “plantio de sementes de soja geneticamente modificada nas áreas de unidades de conservação”. O posicionamento oposto defende que se deve “preservar o futuro”.

b) Ênfase – a reportagem enfatiza que a Lei de Biossegurança traria prejuízos aos trabalhos científicos por proibir a utilização de sementes transgênicas que não se reproduzissem. O projeto que solucionaria o problema é visto de forma positiva por ser um “meio termo”, favorecendo produtores rurais e cientistas, ao sugerir que “que cada caso seja analisado isoladamente”.

c) Exclusão – apesar de presente no texto, a defesa do texto atual da Lei de Biossegurança não esclarece os argumentos que justificariam a proibição do uso de sementes transgênicas que não se reproduzem. A defesa do artigo que impede “o plantio de soja transgênica em unidades de conservação e seu entorno” é reduzida a uma questão de “preservar do futuro”.

Construção de agenda: a Lei de Biossegurança se torna notícia por conter um artigo que proíbe a utilização de sementes transgênicas incapazes de se reproduzirem, o que seria prejudicial às pesquisas científicas.

QUADRO 86

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 16/01/06

Título da matéria: Apec inaugura conferência sobre transgênicos⁸⁶

Olho: (sem olho)

Editoria: cidades

Fontes: a) oficiais (1)

— “O ministro de Agricultura das Filipinas, Domingo Panganiban, afirmou no discurso de inauguração que ‘esta conferência se dirige a melhorar as habilidades das economias do Apec para desenvolver sistemas de biosegurança e a promover enfoques harmonizados nos regulamentos agrícolas nesta matéria’”.

b) ONGs (1)

— “O documento, distribuído durante a inauguração, mostra que em 2005 a área total de cultivos destes produtos ocupou uma extensão de 90 milhões de hectares, 11% a mais do que as 81 milhões de hectares dedicadas no ano passado”.

Descrição: a matéria se refere a um fórum internacional sobre “políticas e segurança nos cultivos de alimentos geneticamente modificados”. A matéria aborda os dados referentes ao ano de 2005 das plantações de transgênicos no mundo, assim outras informações relacionadas, como número de produtores envolvidos com transgênicos e os resultados das colheitas.

Enquadramento:

a) Seleção – Segundo a matéria, “os cultivos geneticamente modificados ‘introduzem um aumento substancial na produção das colheitas por unidade de terra cultivada e aumentam a renda dos camponeses sem ter que expandir a área dedicada à agricultura’”. Os produtos transgênicos estariam completando aniversário de dez anos no mercado. A área total plantada com transgênicos em 2005 era de 90 milhões de hectares, 11% a mais que no ano anterior: com 81 milhões de hectares.

b) Ênfase – a matéria enfatiza a utilização internacional de transgênicos de maneira positiva, ao sustentar que “os cultivos geneticamente modificados ‘introduzem um aumento substancial na produção das colheitas por unidade de terra cultivada e aumentam a renda dos camponeses sem ter que expandir a área dedicada à agricultura’”.

c) Exclusão – a matéria não aborda possíveis posicionamentos contrários aos transgênicos, não qualificando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia ao figurarem de maneira positiva no cenário da produção internacional.

QUADRO 87

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 27/01/06

Título da matéria: Cresce área de plantio de culturas transgênicas no Brasil⁸⁷

Olho: (*sem olho*)

Editoria: cidades

Fontes: *a) ONGs (1)*

— “A área de plantio de transgênicos no país aumentou em 4,4 milhões de hectares no ano de 2005, segundo relatório da organização não-governamental norte-americana International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications (ISAAA)”.

Descrição: a matéria se refere à divulgação de uma ONG de dados sobre transgênicos no Brasil e no mundo. O país se destaca com o maior crescimento de oleaginosa geneticamente modificada. Segundo a matéria, o Brasil seria o terceiro maior produtor de transgênicos do mundo.

Enquadramento:

a) Seleção – “A área de plantio de transgênicos no país aumentou em 4,4 milhões de hectares no ano de 2005”. “O Brasil foi o país onde as culturas de oleaginosa geneticamente modificada mais cresceram em 2005”. O país figura como o terceiro maior produtor de transgênicos do mundo, precedido pelos Estados Unidos e Argentina.

b) Ênfase – a matéria caracteriza o cenário nacional dos transgênicos de maneira positiva, ao localizar o Brasil entre os maiores produtores de transgênicos do mundo, enfatizando os aumentos das áreas destinadas a plantações de OGMs no planeta e classificando em um ranking os países que mais produzem organismos transgênicos.

c) Exclusão – a matéria não aborda possíveis posicionamentos contrários ao aumento das áreas destinadas a plantações de transgênicos, não qualificando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: a produção brasileira de transgênicos é caracterizada de maneira positiva por figurar como a terceira maior do mundo.

QUADRO 88

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 15/02/06

Título da matéria: CTNBio retoma atividades hoje⁸⁸

Olho: Depois de meses de paralisia, comissão vai votar lista tríplice para presidência

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “‘Eu fiz o óbvio, que foi organizar os pedidos de acordo com sua ordem de chegada’, disse ao Estado o secretário-executivo da comissão, Jairon Santos do Nascimento”.

b) cientistas (1)

— “‘A agenda está lotada e a expectativa é enorme na comunidade científica e no setor produtivo’, diz o pesquisador Luiz Fernando Lima Reis, diretor de Ensino do Hospital do Câncer, em São Paulo, e ex-membro da CTNBio”.

c) ONGs (1)

— “‘O processo já começou mal’, disse a coordenadora da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace, Gabriela Couto, referindo-se à tentativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) de eleger o presidente da CTNBio já na primeira reunião da comissão, em dezembro”.

Descrição: a matéria informa que haveria uma reunião para decidir o novo presidente da CTNBio. Na primeira reunião depois da regularização da Lei de Biossegurança, não estaria

prevista nenhuma liberação comercial ou para pesquisa de organismos geneticamente modificados. Haveria apenas discussões sobre a regulamentação interna da comissão.

Enquadramento:

a) Seleção – “Quase oito anos depois de liberar a soja transgênica e mergulhar em um turbilhão de processos judiciais e administrativos”, a CTNBio volta a assumir a deliberação sobre transgênicos no país. “Entre os principais itens da pauta - congelada desde a liberação da soja transgênica, em outubro de 1998 - estão os pedidos de liberação comercial de oito variedades transgênicas de milho, algodão e arroz”. “Além das autorizações comerciais, há mais de 90 pedidos para liberação de pesquisas de campo com plantas transgênicas, envolvendo empresas internacionais e nacionais, como Embrapa, Coodetec, Suzano, Alellyx, International Paper do Brasil e Centro de Tecnologia Canavieira”. Uma das fontes argumenta que “já poderíamos ter produtos no mercado, se não tivéssemos perdido oito anos em discussões desfocadas e sem qualquer mérito científico”. Outra fonte defende que a CTNBio não “sirva só para carimbar a aprovação de novos transgênicos no Brasil”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza a demora para que a CTNBio exerça, de fato, as funções para as quais ela foi criada, ao sustentar que “quase oito anos depois de liberar a soja transgênica (...) a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) está pronta para reassumir o comando das atividades com organismos geneticamente modificados”, e ao se referir à lista de espera dos pedidos de liberação, sustentar que ela está “congelada desde a liberação da soja transgênica, em outubro de 1998”. Uma das fontes sustenta que “já poderíamos ter produtos no mercado, se não tivéssemos perdido oito anos em discussões desfocadas e sem qualquer mérito científico”.

c) Exclusão – a matéria não explica por que foi necessário reformular a Lei de Biossegurança e quais são os motivos que fundamentam a interrupção das atividades da CTNBio no período de reformulação.

Construção de agenda: a CTNBio se torna notícia devido à reunião para decidir seu novo presidente, após a regulamentação da nova Lei de Biossegurança. A comissão é caracterizada como ineficiente após oito anos sem autorizar nenhum transgênico e acumular, na lista de espera, “cerca de 500 processos, incluindo relatórios e pedidos de certificação em biossegurança para laboratórios”.

QUADRO 89

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 23/02/06

Título da matéria: Ibama interdita lavouras de transgênicos no Paraná⁸⁹

Olho: Os testes que comprovaram a transgenia foram feitos em grãos e folhas de soja

Editoria: cidades

Fontes: a) oficiais (1)

— “Segundo o superintendente do Ibama no Paraná, Marino Gonçalves, a lei considera crime o plantio de transgênicos em áreas de conservação e terras indígenas”.

Descrição: a matéria se refere à interdição de 13 lavouras de soja transgênica no Paraná realizada pelo Ibama. A Lei de Biossegurança proíbe que sejam plantados OGMs em um raio de 10 quilômetros de unidades de conservação, situação à qual as propriedades se encontravam em desacordo. A denúncia teria sido feita por uma ONG através de imagens por satélite. O Ibama informou que por não ter havido má-fé dos produtores em infringir a regra proposta pela Lei de Biossegurança, não seriam aplicados os rigores da norma em um primeiro momento.

Enquadramento:

a) Seleção – o Ibama “interditou 13 lavouras com soja transgênica em fiscalizações realizadas nos últimos dois dias no entorno do Parque Nacional do Iguazu, no oeste do Paraná. De acordo com o órgão, as propriedades estão dentro de um raio de 10 quilômetros da unidade de conservação, o que é proibido pela Lei de Biossegurança”. “Em razão da interdição, os produtores precisarão de autorização do Ibama para qualquer atividade dentro das lavouras. Segundo Gonçalves, caso seja dada autorização para colheita, haverá uma série de condicionantes, entre elas a segregação total do produto”. “Gonçalves disse que, apesar de o desconhecimento da lei não ser atenuante jurídica, neste primeiro momento não serão aplicados os rigores da norma, que poderia levar a multas pesadas e até prisão”.

b) Ênfase – a matéria salienta a ação do Ibama em defesa da Lei de Biossegurança que proíbe o plantio de transgênicos próximo a unidades de conservação.

c) Exclusão – a matéria não apresenta os argumentos dos produtores em sua defesa. Também não abrange o posicionamento da CTNBio.

Construção de agenda: a Lei de Biossegurança se torna notícia devido à ação do Ibama em favor da regra que proíbe o plantio de transgênicos próximo a áreas de conservação, infringida por produtores.

QUADRO 90

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 07/03/06

Título da matéria: Ministro prevê construção de sete usinas nucleares no Brasil⁹⁰

Olho: (*sem olho*)

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “O ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, defendeu em entrevista à BBC Brasil um plano nuclear para o Brasil que prevê a construção de até sete usinas nucleares”.

Descrição: a entrevista com o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, se refere, entre outros assuntos, à escolha do novo presidente da CTNBio, Walter Colli. Para o ministro, a escolha vem sendo criticada injustamente devido ao fato de Colli não ter “um perfil ambientalista”.

Enquadramento:

a) Seleção – “A escolha de Walter Colli, professor da Universidade de São Paulo, para presidir a comissão foi criticada por ONGs. Representantes de algumas organizações dizem que ele defende abertamente os transgênicos e que não teria isenção suficiente para ocupar o cargo”. Para o ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, “Colli é uma pessoa extremamente respeitada no mundo científico. Qualquer pessoa que não tivesse um perfil ambientalista, contra os transgênicos, seria criticada”. O ministro afirmou que Colli “está sendo bombardeado injustamente” e que “os transgênicos são uma realidade que veio para ficar”.

b) Ênfase – a entrevista salienta a defesa que o ministro faz do novo presidente da CTNBio, reduzindo o posicionamento contrário à falta de conhecimentos sobre o assunto e assessoramento ruim. O ministro afirma que os críticos não têm auxílio de “pessoas com formação científica e experiência internacional em outras áreas”.

c) Exclusão – a matéria não explicita os motivos que teriam levado as ONGs a criticarem a escolha do novo presidente da CTNBio, não qualificando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: a escolha do novo presidente da CTNBio se torna notícia em entrevista com o ministro da Ciência e Tecnologia, que a defende das acusações supostamente infundadas recebidas de ONGs. O novo presidente estaria associado, segundo críticas, aos interesses do agronegócio e “não teria isenção suficiente para ocupar o cargo”.

QUADRO 91

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 09/03/06

Título da matéria: Dirigente do MST defende destruição na Aracruz⁹¹

Olho: (*sem olho*)

Editoria: cidades

Fontes: *a) movimentos sociais organizados (1)*

— “‘Não estamos preocupados com a nossa imagem’, reagiu o líder regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Jaime Amorim, à depredação realizada ontem na Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul”.

Descrição: o texto se refere à depredação realizada pelo MST em uma central de pesquisa da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. O objetivo, segundo o líder regional do MST, seria levantar na sociedade a discussão sobre “sistema produtivo e os produtos transgênicos”.

Enquadramento:

a) Seleção – a Via Campesina e o MST depredaram uma central de pesquisas da Aracruz Celulose. Segundo a matéria, o líder regional do MST “não se sensibilizou com o choro de uma pesquisadora que viu anos de trabalho serem destruídos”. Ele explica que “se ela fosse uma pesquisadora séria não teria se vendido às multinacionais”. “Para ele, o im-

portante é que o ato realizado (...) ajude a sociedade a discutir o sistema produtivo e os produtos transgênicos”.

b) Ênfase – o texto enfatiza o posicionamento do líder regional do MST ao deprender um centro de pesquisa de uma empresa para levantar a discussão na sociedade sobre a conduta do sistema produtivo e da produção de transgênicos.

c) Exclusão – o texto não abrange as perdas da empresa com a depredação de seu centro de pesquisa. Não apresenta o posicionamento da empresa que sofreu a agressão nem da pesquisadora que “viu anos de trabalho serem destruídos”. Não contextualiza a importância da empresa no meio do sistema produtivo ou da produção de transgênicos.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia devido à depredação promovida pelo MST e pela Via Campesina, cujo objetivo teria sido levantar a discussão na sociedade sobre o sistema produtivo e os OGMs.

QUADRO 92

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 13/03/06

Título da matéria: Países discutem em Curitiba normas para comércio de transgênicos⁹²

Olho: (*sem olho*)

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “Segundo o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, na reunião de Curitiba estará em jogo ‘o grau de informação que o país exportador deve fornecer ao importador’”.

— “O secretário-executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, Ahmed Djoghlaif, sugeriu na semana passada aos países participantes da reunião que se esforcem para resolver os assuntos mais sensíveis, como a exportação de matérias-primas que contêm transgênicos”.

Descrição: a matéria se refere à realização de um encontro internacional para decidir algumas aplicações do Protocolo de Cartagena, acordo entre 131 nações, como a obrigatoriedade de etiquetar as cargas para exportação contendo transgênicos e a responsabilidade sobre o manejo e transporte internacional de OGMs com a sua devida compensação em caso de danos.

Enquadramento:

a) Seleção – “Representantes dos 131 países do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança se reunirão a desta segunda-feira em Curitiba para discutir os progressos em sua aplicação”. “Entre os assuntos que serão discutidos na reunião está a obrigatoriedade de etiquetar as cargas internacionais de organismos geneticamente modificados”. Para o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, será discutido “o grau de informação que o país exportador deve fornecer ao importador”. O secretário acrescen-

tou “que o Governo defende que essa informação seja a mais completa possível, de modo que os países expliquem com detalhes o que exportam”.

b) Ênfase – a matéria salienta a ocorrência da reunião entre os 131 países-membros de um acordo internacional, realizada no Brasil. Seria decidido sobre a etiquetagem de cargas para exportação. Segundo a matéria, o país defenderia que a informação fornecida fosse a mais completa possível obrigando o exportador a informar com detalhes a procedência do produto negociado.

c) Exclusão – a matéria não explicita quais são as possíveis formas de rotulagem dos produtos transgênicos para exportação e suas implicações sobre a economia.

Construção de agenda: o Brasil se posiciona de maneira favorável à rotulagem explícita de cargas contendo organismos transgênicos para exportação em acordo internacional.

QUADRO 93

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 13/03/06

Título da matéria: Brasil quer rótulo ‘contém transgênicos’ em 4 anos⁹³

Olho: (*sem olho*)

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “Acho que deixamos o Brasil em uma posição responsável em todos os sentidos”, disse Marina (*Silva*), em tom de vitória”.

— “Com relação aos custos envolvidos na segregação e rastreamento, o secretário de Biodiversidade e Florestas do ministério, João Paulo Capobianco, disse que são ‘bastante competitivos’”.

b) ONGs (1)

— “Essa falta de definição, com o tempo que havia para se resolver, mostra a esquizofrenia que toma o governo. De um lado, você tem o Brasil preocupado em preservar o ambiente e crescer de forma sustentável; de outro, o Brasil que deseja aumentar suas fronteiras agrícolas sem critérios”, disse Marcelo Furtado, do Greenpeace”.

Descrição: segundo a matéria, o Brasil decidiu apoiar a explícita rotulagem de cargas transgênicas para exportação. Os produtores agrícolas teriam quatro anos para se adaptarem à regra, informando que o produto “contém” transgênicos, quando for o caso.

Enquadramento:

a) Seleção – “Ao fim de mais uma disputa entre ministérios”, o Brasil “defenderá que os carregamentos contendo organismos geneticamente modificados sejam claramente identificados com a palavra “contém”, em vez de um simples “pode conter” - como vinha defendendo até agora”. As declarações da ministra Marina Silva são descritas na matéria como “em tom de vitória”. Os agronegociistas defendem que essa decisão implicaria um aumento dos custos e redução da competitividade brasileira no mercado externo. “Segundo Marina Silva, a opção pelo ‘contém’ não colocará o País em desvantagem, já que os outros

países exportadores também seriam obrigados a identificar seus carregamentos. Isso porque, mesmo estando fora do protocolo, a identificação seria exigida pelos países importadores que são signatários do acordo”. Os custos adicionais exigidos pela implementação da regra seriam, segundo o texto, “bastante competitivos”, não ultrapassando “US\$ 0,30 a mais por tonelada de soja”. Outro argumento em defesa da decisão seria que o governo poderia “oferecer incentivos, inclusive financeiros, para viabilizar a construção da infraestrutura necessária”.

b) Ênfase – a matéria salienta a defesa do posicionamento adotado pelo governo brasileiro a favor da rotulagem clara de transgênicos para cargas de exportação ao apresentar apenas depoimentos de fontes que defendem esta causa.

c) Exclusão – a matéria não apresenta os argumentos dos ambientalistas que justificariam a suposta necessidade de segregar as cargas transgênicas e rotulá-las para a exportação.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia com o apoio do Brasil, em acordo internacional, à rotulagem clara de cargas transgênicas para exportação.

QUADRO 94

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 14/03/06

Título da matéria: Greenpeace encontra arroz transgênico ilegal em papinha para bebês⁹⁴

Olho: (*sem olho*)

Editoria: cidades

Fontes: a) *ecologistas (1)*

— “O laboratório encontrou um ingrediente chamado ‘Bt’ que foi usado no México, em 2000, para provocar respostas alérgicas em ratos, segundo o ecologista Steven Ma. ‘Estamos totalmente comovidos. É a primeira vez que encontramos arroz transgênico ilegal em comida para bebês’, disse.”.

Descrição: a matéria informa que teria sido encontrado arroz geneticamente modificado em alimento para bebês na China. Como o país não possui lei que ampare a segurança de alimentos transgênicos, esse tipo de comércio é considerado ilegal.

Enquadramento:

a) Seleção – “O Greenpeace encontrou arroz geneticamente modificado nas papinhas de cereais para bebês da multinacional americana Heinz, comercializadas em Pequim”. Segundo um ecologista, que afirmou estar “comovido” com a situação, “é a primeira vez que encontramos arroz transgênico ilegal em comida para bebês”. Como “não existe uma lei em vigor que ampare a segurança desses alimentos” na China, “o comércio é considerado ilegal”.

b) Ênfase – o texto enfatiza que o comércio de alimentos transgênicos na China não é considerado legal por não estar baseado em normas que amparem a sua segurança.

c) **Exclusão** – o texto não apresenta os argumentos da empresa que fabricou a papi-
nha para bebês que possivelmente continha transgênicos, a fim de esclarecer seu posicio-
namento sobre o assunto.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia, de forma negativa, devido à
identificação de OGMs em produtos para bebês nos mercados da China, que não possui
normas que amparem sua segurança e, por isso, não os considera legais.

QUADRO 95

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 16/03/06

Título da matéria: Protesto do Greenpeace no Cristo Redentor acaba em prisão⁹⁵

Olho: Militantes foram detidos após pendurar uma faixa no braço da estátua

Editoria: cidades

Fontes: a) *ONGs (1)*

— “Segundo o Greenpeace, a faixa tinha 5 metros por 8 metros e foi colocada ‘para chamar
a atenção dos governos para a alarmante perda de biodiversidade e os riscos para a segu-
rança ambiental representada pelos transgênicos’”.

Descrição: o texto informa que seis integrantes da ONG Greenpeace forma detidos por
pendurarem uma faixa de protesto no Cristo Redentor alertando sobre “perda de biodiversi-
dade e os riscos para a segurança ambiental representada pelos transgênicos”.

Enquadramento:

a) **Seleção** – segundo a ONG Greenpeace, o protesto realizado na estátua do Cristo
Redentor tinha por objetivo “chamar a atenção dos governos para a alarmante perda de bio-
diversidade e os riscos para a segurança ambiental representada pelos transgênicos”. A
mensagem teria sido “endereçada aos representantes de governos de todo o mundo reunidos
em Curitiba para discutir medidas de proteção às diferentes formas de vida na Terra”.

b) **Ênfase** – o texto salienta a detenção de integrantes da ONG Greenpeace ao reali-
zarem protesto no Cristo Redentor em defesa da biodiversidade e contra os transgênicos.

c) **Exclusão** – o texto não apresenta os argumentos de fontes que possivelmente se
posicionassem contra o protesto do Greenpeace e fossem favoráveis aos transgênicos.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia devido a protesto do Greenpea-
ce. Os OGMs são caracterizados de maneira negativa devido à suposta “alarmante perda de
biodiversidade e os riscos para a segurança ambiental representada pelos transgênicos”.

QUADRO 96

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 16/03/06

Título da matéria: PF divulga nomes de ativistas do Greenpeace presos no Rio⁹⁶

Olho: Manifestantes irão responder por ‘conspurar monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico’

Editoria: cidades

Fontes: a) *oficiais (1)*

— “A Polícia Federal (PF) divulgou o nome dos cinco ativistas da organização ambientalista Greenpeace presos nesta quinta-feira quando protestavam no Cristo Redentor, no Morro do Corcovado”.

b) *ONGs (1)*

— “O objetivo do ato foi ‘chamar a atenção dos governos para a alarmante perda de biodiversidade do planeta e os riscos para a segurança ambiental representada pelos transgênicos’, segundo nota da entidade (*Greenpeace*)”.

Descrição: a matéria divulga os nomes dos integrantes do Greenpeace que penduraram uma faixa no Cristo Redentor em protesto em favor da biodiversidade e contra os transgênicos. O protesto foi endereçado aos representantes de vários países do mundo reunidos em Curitiba para decisão de um acordo internacional sobre Biossegurança.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Polícia Federal (PF) divulgou o nome dos cinco ativistas da organização ambientalista Greenpeace presos nesta quinta-feira quando protestavam no Cristo Redentor”. Segundo a ONG, o objetivo do protesto foi “chamar a atenção dos governos para a alarmante perda de biodiversidade do planeta e os riscos para a segurança ambiental representada pelos transgênicos”, e teria sido endereçado “às autoridades de todo mundo, que estão reunidas em Curitiba para discutir medidas de proteção às diferentes formas de vida na Terra”. “Os manifestantes, que já foram liberados, irão responder em liberdade pelo crime de ‘conspurar monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico’, cuja pena é de até um ano de prisão”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza que os ativistas do Greenpeace presos pela Polícia Federal após protesto no Cristo Redentor vão responder por crime contra monumento tombado “em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico”.

c) Exclusão – a matéria não apresenta as posições da defesa dos ativistas do Greenpeace, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia com a divulgação dos nomes dos integrantes do Greenpeace que protestaram contra os OGMs no Cristo Redentor.

QUADRO 97

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 17/03/06

Título da matéria: “Pode conter” vigora pelos próximos quatro anos⁹⁷

Olho: Será o “período de transição” até a palavra “contém”, que terá de ser adotada em até seis anos

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “‘O mais importante é que se saiu da posição anterior’, afirmou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva”.

— “Segundo o secretário de Ecossistemas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, o presidente sinalizou a necessidade de se estabelecer linhas de crédito para ajudar os produtores”.

b) ONGs (1)

— “Nos corredores, a oposição mexicana foi apelidada de ‘efeito tequila’. ‘O Brasil tomou um porre no ano passado, e agora sofre a ressaca’, brincou o diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sergio Leitão”.

c) entidades de classe (1)

— “‘O avanço é pequeno, com um compromisso mais moral do que real. O ganho real foi de quase nada’, disse Marijane Lisboa, da Associação de Agricultura Orgânica, ex-secretária do Ministério do Meio Ambiente”.

Descrição: a matéria informa que a reunião internacional do Protocolo de Cartagena definiu a rotulagem clara de cargas para exportação com o termo “contém” transgênicos. O período de transição chegará a seis anos. Os países que não são signatários ao acordo não serão obrigados a seguir as novas regras. A não-obrigatoriedade de inclusão desses países foi obtida pela pressão do México, parceiro comercial dos Estados Unidos, um dos principais interessados na não-rotulagem dos transgênicos.

Enquadramento:

a) Seleção – um acordo internacional estabelece “que os membros do protocolo usarão a expressão ‘pode conter’ na nota fiscal do carregamento de organismos geneticamente modificados (OGMs) nos próximos quatro anos, que funcionarão como um período de transição”. Depois, terão mais dois anos para se adotarem definitivamente a rotulagem com a expressão “contém transgênicos”. Outra decisão tomada foi a de que países não-signatários ao acordo não serão obrigados a aderirem às novas regras. Apesar de o governo acreditar que a decisão teria sido um avanço, entidades de classe sugeriram que o ganho real com a implementação das novas regras “foi de quase nada”. A matéria sustenta que o Brasil seria “pouco afetado num primeiro momento”, já que os produtos transgênicos exportados seriam destinados a alimentação animal e os países importadores ainda não exigiriam a identificação.

b) Ênfase – o texto salienta a decisão de um acordo internacional em rotular claramente as cargas de transgênicos para exportação com a expressão “contém” transgênicos. Segundo o texto, as regras não são rígidas, pois houve um abrandamento das decisões para favorecer alguns interesses econômicos, como o aumento do prazo para adesão ao termo e a não-obrigatoriedade de os países não-signatários aderirem às regras.

c) Exclusão – a matéria não apresenta os argumentos de representantes do agronegócio, que seriam diretamente afetados pela decisão, não caracterizando um quadro de pluralidade. Também não detalha a suposta “resistência interna forte do setor ruralista”.

Construção de agenda: a importação e a exportação de transgênicos se tornam notícia quando um acordo internacional flexibiliza as regras de comércio ao reduzir as exigências de identificação de cargas contendo OGMs, o que facilitaria as transações.

QUADRO 98

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 19/03/06

Título da matéria: Para o Greenpeace, reunião sobre biossegurança foi positiva⁹⁸

Olho: Ativista diz que legislação brasileira favorece o consumidor

Editoria: cidades

Fontes: a) *ONGs (1)*

— “Para a ativista Gabriela Couto, coordenadora da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace, a decisão foi positiva para o Brasil, já que o país possui uma legislação nacional que garante que qualquer variedade importada transgênica deve conter autorização, informação da carga e outras”.

b) *veículos de comunicação (1)*

— “Segundo a Radiobrás, a MOP-3 também terminou com o acordo de que, no comércio internacional de países não signatários com países membros do Protocolo de Cartagena, ficam valendo as regras do protocolo”.

Descrição: a matéria se refere ao acordo fechado pelos países-membros do Protocolo de Cartagena, um acordo internacional sobre a comercialização de transgênicos. Ficou decidido que, até 2012, os países deverão rotular com os termos “contém transgênicos” as cargas destinadas à exportação. Outra decisão tomada é a de que os países não-signatários também sigam as regras do protocolo.

Enquadramento:

a) Seleção – O acordo internacional prevê que os países rotulem, até 2012, as cargas destinadas a exportação com o termo “contém” transgênicos. A matéria sustenta que “a decisão foi positiva para o Brasil” e que “o país possui uma legislação nacional que garante que qualquer variedade importada transgênica deve conter autorização, informação da carga e outras”. Segundo a matéria, outro acordo fechado foi o de que, “no comércio internacional de países não signatários com países membros do Protocolo de Cartagena, ficam valendo as regras do protocolo”, o que seria prejudicial aos “países latino-americanos que ainda não têm uma legislação nacional sobre o tema”. Estaria evidente na reunião “a influência da indústria de biotecnologia, das grandes corporações e dos países que fazem parte da América do Norte como o Canadá e os Estados Unidos”, que estariam influenciando “de forma extrema a decisão de países como o México e os Estados Unidos”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza que a decisão de um acordo internacional sobre a comercialização de transgênicos acabou por ser favorável à biossegurança e ao consumidor, pois exigiria a rotulagem das cargas de OGMs para exportação e os países não-signatários estariam obrigados a seguir as regras do acordo em transações entre eles e os países membros.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta os argumentos de fontes que possivelmente seriam contrárias às decisões tomadas no acordo internacional, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: a rotulagem de transgênicos para exportação é caracterizada como positiva devido a um acordo firmado em reunião internacional, o que favoreceria a biossegurança e o consumidor.

QUADRO 99

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 22/03/06

Título da matéria: Paraná torna rotulagem de transgênicos obrigatória⁹⁹

Olho: Embalagens devem conter, em destaque, o nome dos ingredientes transgênicos e trazer símbolo definido pelo Ministério da Justiça

Editoria: cidades

Fontes: a) *ONGs (1)*

— ““O importador não quer transgênicos, o mercado interno também não. É por isso que as empresas lutam tanto contra a rotulagem’, avaliou um membro da organização não-governamental gaúcha Centro Ecológico, Maria José Guazzelli”.

b) *veículos de comunicação (1)*

— “Segundo a Agência Brasil, a regra entrará em vigor em 60 dias após a publicação no Diário Oficial estadual, mas ainda depende de atos administrativos sobre formas de fiscalização a serem resolvidos por secretarias estaduais”.

c) *produtores rurais (1)*

— ““A gente apóia essa lei. Somos contra os transgênicos’, afirmou o agricultor José Lima”.

Descrição: segundo a matéria, o Paraná seria o primeiro estado brasileiro a adotar a obrigatoriedade da rotulagem dos produtos transgênicos. Os produtos de origem transgênica ou derivados de OGMs deveriam conter o nome desses ingredientes e trazer o símbolo definido pelo Ministério da Justiça – o triângulo amarelo com a letra “T” ao centro.

Enquadramento:

a) **Seleção** – o governo do Paraná assinou um decreto que “obriga a identificação de produtos alimentícios que contenham elementos transgênicos e que sejam comercializados dentro do Estado. O Paraná é o primeiro do País a adotar essa medida”. A regulamentação também estabelece que “fica proibida no Paraná a venda de produtos sobre os quais haja ‘denúncia fundamentada’ de que contêm transgênicos sem a rotulagem devida”.

b) **Ênfase** – a matéria salienta de forma positiva a ação do governo do Paraná em adotar a obrigatoriedade de rotulagem para alimentos transgênicos ou derivados ao sustentar que “o importador não quer transgênicos, o mercado interno também não”, o que explicaria os motivos das empresas de transgênicos serem contra a rotulagem.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta os argumentos do governo do Paraná que o levaram a instituir o decreto de obrigatoriedade de rotulagem dos transgênicos e de seus derivados para comercialização dentro do estado. Também não apresenta os argumentos de possíveis opositores à medida tomada pelo governo. Por fim, não apresenta a defesa das empresas produtoras de transgênicos quando acusadas de não aceitarem a rotulagem devido à rejeição da população por esses produtos.

Construção de agenda: os OGMs se tornam notícia, de maneira positiva, devido a um decreto do governo do Paraná que institui a obrigatoriedade de rotulagem de produtos transgênicos ou derivados comercializados dentro do estado, o que é caracterizado uma medida de defesa do consumidor.

QUADRO 100

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 10/04/06

Título da matéria: STF mantém embarque de soja transgênica em Paranaguá¹⁰⁰

Olho: As atividades relacionadas à soja transgênica estão dentro da plena legalidade, disse a ministra Elen Gracie

Editoria: cidades

Fontes: a) *oficiais (1)*

— ““O assunto é sempre polêmico, porém não existe, no ordenamento jurídico pátrio, um conjunto de normas que oferecem ao poder público os instrumentos necessários para o controle das atividades de pesquisa, cultivo, industrialização e comercialização desses produtos”, sustentou a ministra (*Elen Gracie, presidente interina do Supremo Tribunal Federal – STF*)”.

Descrição: a matéria informa que a ministra Elen Gracie ratificou a liminar que autorizou o embarque de soja transgênica no porto de Paranaguá, cuja suspensão havia sido pedida pelo governo do estado do Paraná.

Enquadramento:

a) Seleção – “A presidente interina do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Elen Gracie, rejeitou um pedido do governo do Estado do Paraná que queria a suspensão de uma liminar que liberou o embarque de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá”. “Ao negar a liminar, Gracie argumentou que, na análise da ação movida pelo governo do Paraná, não encontrou espaço para discussões técnico-científicas a respeito do impacto dos transgênicos no meio ambiente e na saúde”. A matéria sustenta que “a liminar evita grave lesão à ordem jurídica e à economia pública, e empecilhos aos embarques podem afetar a balança comercial do País”.

b) Ênfase – a matéria salienta que o pedido de suspensão da liminar do governo do Paraná não está fundamentado cientificamente em possíveis prejuízos que os transgênicos causariam para o meio ambiente e para a saúde humana. A liminar é caracterizada como

responsável por evitar “grave lesão à ordem jurídica e à economia pública, e empecilhos aos embarques podem afetar a balança comercial do País”.

c) **Exclusão** – o texto não apresenta os argumentos do governo do Paraná que possivelmente explicariam o posicionamento contra o embarque de soja transgênica no porto de Paranaguá, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: a matéria veicula a idéia de que não existem fundamentações científicas que comprovem que os transgênicos degradem o meio ambiente ou prejudiquem a saúde humana, tornando-se assim, incoerente à ordem jurídica e à economia pública proibir os embarques de OGMs nos portos.

QUADRO 101

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 12/04/06

Título da matéria: Justiça obriga Porto de Paranaguá a liberar soja transgênica¹⁰¹

Olho: Administração do porto informou que estuda medidas para obedecer o mais rápido possível a decisão judicial

Editoria: cidades

Fontes: a) *administrações portuárias (1)*

— “A administração do Porto em Paranaguá informou que estuda medidas para obedecer o mais rápido possível a decisão judicial”.

Descrição: a matéria se refere à movimentação de soja transgênica no porto de Paranaguá, que havia sido proibida pelo governo do Paraná e liberada pela justiça em seguida. O porto ainda estaria embargando o embarque de cargas transgênicas.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “Foi determinado que o porto receba as cargas geneticamente modificadas e faça o embarque nos navios”. Os caminhos que aguardavam a liberação após a determinação judicial, mesmo com uma cópia do mandado nas mãos, continuaram aguardando.

b) **Ênfase** – a matéria enfatiza que, mesmo com a decisão judicial de aplicar multa diária de R\$ 5 mil, a soja transgênica ainda não havia sido embarcada no porto de Paranaguá.

c) **Exclusão** – a matéria não aborda a perspectiva dos caminhoneiros ou das empresas responsáveis pelos carregamentos argumentando sobre possíveis perdas econômicas que o embargo poderia causar. Também não apresenta o posicionamento do governo do Paraná sobre o embargo, que foi proibido pela justiça.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia com a decisão judicial de aplicar multa diária ao porto de Paranaguá caso não acatasse a liminar que autorizava a movimentação para embarque e desembarque de OGMs.

QUADRO 102

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 21/04/06

Título da matéria: China estimulará uso de transgênicos¹⁰²

Olho: O país assinou com a França um acordo de cooperação na área

Editoria: cidades

Fontes: *a) políticos internacionais (1)*

— “O vice-primeiro-ministro chinês Hui Lian Yu disse nesta sexta-feira que seu país estimulará o uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), ou transgênicos, em alguns produtos, mas que será "prudente" no caso dos alimentos”.

b) instituições internacionais (2)

— “A China é um dos principais países produtores de transgênicos, com 5% da produção mundial, embora ainda esteja distante dos EUA, com 59%, e da Argentina, com 20%, informa a ONU”.

— “A luta contra a gripe aviária também fará parte do acordo. A doença já chegou a humanos na China, com 17 casos registrados desde 2005, dos quais 12 morreram, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS)”.

Descrição: a matéria informa que a China teria assinado um acordo com a França que estimularia o uso de OGMs. Para o governo chinês, os transgênicos serviriam para melhorar alguns produtos, como o algodão, por exemplo, que seria mais resistente e contribuiria para o setor têxtil do país.

Enquadramento:

a) Seleção – “o vice-primeiro-ministro chinês Hui Lian Yu disse nesta sexta-feira que seu país estimulará o uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), ou transgênicos, em alguns produtos, mas que será "prudente" no caso dos alimentos”. A China firmou um acordo com a França “de cooperação na área em questão, especialmente na produção de trigo”. “O governante chinês disse que o estudo e a aplicação dos OGM acontecem em vários países, e afirma que sua iniciativa também é realizada com a intenção de melhorar alguns produtos. Ele mencionou a modificação genética do algodão, ‘para torná-lo mais resistente’, e colaborar com o setor têxtil do país”.

b) Ênfase – a matéria salienta, de maneira positiva, o acordo firmado entre a China e a França para o estímulo do uso dos transgênicos, pois traria benefícios à população chinesa, como no caso da modificação genética do algodão, que o tornaria mais resistente e contribuiria para o setor têxtil do país.

c) Exclusão – a matéria não apresenta fontes ou informações que possivelmente se posicionassem contra o acordo ou contra os benefícios trazidos pelos transgênicos, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia, de maneira positiva, devido a um acordo firmado entre a França e a China para estímulo e cooperação para o uso de OGMs.

QUADRO 103

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 16/05/06

Título da matéria: Arroz com gene humano causa furor nos EUA¹⁰³

Olho: Em 2004, as plantações de arroz da Califórnia tiraram a Ventria do Estado, temendo contaminação das lavouras

Editoria: cidades

Fontes: a) *empresas (1)*

— “A empresa (*Ventria Bioscience*) diz que a chance de seu arroz geneticamente modificado acabar na comida de alguém é remota, porque a companhia mói o arroz e extrai as proteínas antes de embarcar o produto”.

b) *entidades de classe (1)*

— “‘Queremos que sumam’, disse Bob Papanos, da Associação de Produtores de Arroz dos EUA”.

Descrição: a matéria informa que uma empresa estaria produzindo nos Estados Unidos arroz transgênico que conteria gene humano. O produto, segundo a empresa, serviria para auxiliar no tratamento de doenças intestinais. O argumento de ambientalistas defende que o cultivo poderia contaminar as lavouras comuns. Para os exportadores, o problema seria o risco de prejudicar o mercado externo do produto convencional e geneticamente modificado no país.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “Uma pequena empresa de biotecnologia trabalha para desenvolver uma droga promissora contra a diarreia, que ameaça diversas crianças nas partes mais pobres do mundo, mas vem acumulando um grande número de inimigos poderosos, porque cultiva a substância em arroz transgênico, que contém um gene humano”. “A Ventria, que tem 16 funcionários, e pratica “bioagricultura”, a modalidade mais polêmica da biotecnologia agrícola, porque seus praticantes operam fazendas de drogas a céu aberto, inserindo genes humanos em lavouras para produzir substâncias que podem ser transformadas em remédios”. “Mas fazendeiros, ambientalistas e outros temem que essas lavouras medicinais contaminem as plantações comuns, tornando os alimentos impróprios para consumo”. “Mas os plantadores de arroz nos EUA temem que importantes mercados no exterior parem de comprar o produto americano, temendo contaminação”.

b) **Ênfase** – a matéria caracteriza a produtora do arroz transgênico como uma “pequena empresa” que estaria colocando em risco de contaminação as plantações comuns e prejudicando as exportações do arroz norte-americano.

c) **Exclusão** – a matéria dedica espaço menor ao posicionamento da empresa, não apresentando seus argumentos em defesa do desenvolvimento do alimento transgênico.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, uma empresa produtora de arroz geneticamente modificado poderia causar danos às lavouras comuns e prejudicar as exportações norte-americanas.

QUADRO 104

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 21/05/06

Título da matéria: Europa viola regras ao impedir entrada de transgênicos¹⁰⁴

Olho: Os países que exportam os produtos alertavam que a moratória não era baseada em resultados científicos

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “A Europa continuará a estabelecer suas próprias regras sobre a importação e venda de alimentos transgênicos”, afirmou a Comissão Européia, que lembra que aprovou a comercialização de nove produtos com modificações genéticas desde maio de 2005”.

b) instituições internacionais (1)

— “A Organização Mundial do Comércio (OMC) concluiu que a Europa violou regras internacionais ao ter impedido a entrada de sementes transgênicas em seu mercado de produtos feitos”.

c) ONGs (1)

— “Está claro que americanos, canadenses e argentinos não conseguirão usar essa decisão para forçar outros países a aceitar produtos transgênicos”, afirmou um especialista do Greenpeace, Eric Gall”.

d) empresas (1)

— “De outro lado, a Monsanto afirmou ter ficado satisfeita com a decisão”.

Descrição: segundo a matéria, a Europa teria violado as regras de comércio internacional ao impedir a “entrada de sementes transgênicas em seu mercado de produtos feitos”. O embargo teria ocorrido entre 1998 e 2004 e os países exportadores de OGMs alertaram para a falta de fundamentação científica adotada pelos europeus.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Organização Mundial do Comércio (OMC) concluiu que a Europa violou regras internacionais ao ter impedido a entrada de sementes transgênicas em seu mercado de produtos feitos. Argentina, Canadá e Estados Unidos se queixaram à entidade máxima do comércio e agora conseguiram a condenação dos europeus”. A barreira, segundo os exportadores, não tinha embasamento científico. “Os Estados Unidos reclamam que perderam mais de US\$ 300 milhões por ano por causa das barreiras”. A intenção dos exportadores de OGMs é de que “toda a barreira que venha a ser estabelecida seja criada apenas a partir de razões científicas, e não motivos comerciais ou políticos”. O Greenpeace acredita que não seria possível “usar essa decisão para forçar outros países a aceitar produtos transgênicos”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento favorável aos transgênicos ao apresentar argumentos que justificariam a condenação do embargo da Europa às sementes geneticamente modificadas.

c) Exclusão – o texto não explica se haveria e qual seria a pena para a suposta infração cometida pela Europa. Também não apresenta os argumentos dos países europeus sobre a definição de sua política comercial de transgênicos, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia com um enquadramento favorável à sua comercialização internacional sem restrições quando a Organização Mundial do Comércio declara ilegal o embargo aos OGMs pela União Européia.

QUADRO 105

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 01/06/06

Título da matéria: Paraná mantém fiscalização de transgênicos¹⁰⁵

Olho: A identificação do produto deve ser feita no rótulo, com o "T" dentro de um triângulo amarelo

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “O governo do Paraná anunciou que, dentro de dez dias, equipes de técnicos de várias secretarias começarão a fiscalizar a rotulagem dos produtos que entrarem no Estado”.

— “A fiscalização de rótulos já é uma rotina em nosso trabalho”, disse o secretário da Agricultura, Newton Pohl Ribas”.

b) órgãos de defesa do consumidor (1)

— ““O foco de toda essa movimentação é o consumidor”, disse a coordenadora regional do Procon, Marta Favreto Paim”.

Descrição: a matéria informa que o governo do Paraná realizaria fiscalização sobre a rotulagem dos produtos que entrassem no estado. A medida seria uma adequação da proposta inicial do governo, de obrigar a rotulagem de alimentos contendo menos de 1% de transgênicos, o que foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Enquadramento:

a) Seleção – “O governo do Paraná anunciou que, dentro de dez dias, equipes de técnicos de várias secretarias começarão a fiscalizar a rotulagem dos produtos que entrarem no Estado. A base do trabalho é o Código de Defesa do Consumidor, que prevê o direito às informações sobre o produto, e a Portaria Ministerial que determina a rotulagem de alimentos com 1% ou mais de organismos geneticamente modificados. As empresas que descumprirem as normas estão sujeitas a multas entre R\$ 212,82 e R\$ 3,1 milhões”. Segundo uma representante do Procon, a medida seria para defender a “saúde do consumidor e o direito dele de saber se o alimento que vai comprar tem ou não organismos geneticamente modificados”.

b) Ênfase – o enquadramento da matéria é desfavorável aos transgênicos, porque salienta que a medida do governo de fiscalização da rotulagem dos produtos contendo OGMs seria destinada a defender “a saúde do consumidor e o direito dele de saber se o alimento que vai comprar tem ou não organismos geneticamente modificados”.

c) Exclusão – a matéria não apresenta avaliações contrárias à rotulagem de transgênicos como medida planejada pelo governo do Paraná.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia por representarem possíveis riscos à saúde das pessoas e por tornar necessária a fiscalização sobre sua rotulagem para informar à população sobre a existência de OGMs nos produtos comercializados.

QUADRO 106

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 19/06/06

Título da matéria: Paraná inicia fiscalização de transgênicos¹⁰⁶

Olho: O objetivo é checar se os produtos que possuem 1% ou mais de componentes geneticamente modificados trazem no rótulo a informação

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “Estamos acompanhando os relatórios de comercialização para rastrear as sementes. Em alguns casos vamos testar as sementes para garantir que não haja contaminação com grãos transgênicos”, disse o chefe de fiscalização dos transgênicos, Marcelo Silva”.

Descrição: a matéria informa que o estado do Paraná fiscalizaria a rotulagem dos produtos que poderiam conter organismos geneticamente modificados. Aqueles que contivessem mais de 1% de transgênicos deveriam apresentar na embalagem o símbolo de um triângulo amarelo com um “T” preto ao centro. Inicialmente, seriam analisados produtos à base de soja.

Enquadramento:

a) Seleção – “O governo do Paraná, em parceria com as prefeituras, iniciou nesta segunda-feira a fiscalização da rotulagem de transgênicos em cinco municípios”. “O objetivo é checar se os produtos com 1% ou mais de componentes geneticamente modificados trazem no rótulo a informação, por meio de um “T” preto dentro de um triângulo amarelo”. “Caso a norma federal não esteja sendo cumprida, o Procon abrirá processo administrativo para contatar o fabricante e garantir a rotulagem. A desobediência pode resultar em multa de R\$ 212,82 a R\$ 3,192 milhões”. Segundo uma fonte oficial, seria necessário testar “as sementes para garantir que não haja contaminação com grãos transgênicos”.

b) Ênfase – no contexto veiculado pela matéria, a rotulagem de transgênicos é caracterizada como medida de saúde pública.

c) Exclusão – a matéria não apresenta avaliações favoráveis ou desfavoráveis à medida do governo do Paraná.

Construção de agenda: os transgênicos são caracterizados como algo que oferece riscos potenciais à saúde, já que sua presença em alimentos deve ser sinalizada ao consumidor.

QUADRO 107

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 21/06/06

Título da matéria: CTNBio manda destruir lavouras transgênicas de algodão¹⁰⁷

Olho: De acordo com a Associação Brasileira de Sementes e Mudanças, pelo menos 50% das sementes plantadas hoje no Brasil estão sendo pirateadas

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “Segundo o setor de fiscalização do Ministério da Agricultura, apesar de terem sido interditados apenas 16 mil hectares, a área com plantio de sementes de algodão contrabandeadas pode chegar a 200 mil hectares”.

b) entidades de classe (1)

— “De acordo com a Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Abrasem), pelo menos 50% das sementes plantadas hoje no Brasil estão sendo pirateadas da Argentina e Paraguai, provocando queda na qualidade da fibra, baixa produtividade das lavouras e evasão fiscal”.

Descrição: a matéria informa que a CTNBio teria ordenado a destruição das lavouras de algodão transgênico plantadas ilegalmente e interditadas pelo Ministério da Agricultura. Presentes em cinco estados brasileiros, as plantações “piratas” obtinham sementes contrabandeadas da Argentina e do Paraguai. O Ministério da Agricultura interditou 16 mil hectares, mas suspeita da existência de 200 mil hectares de lavouras ilegais da variedade transgênica.

Enquadramento:

a) Seleção – “Cerca de 16 mil hectares de lavouras plantadas de algodão transgênico pirateado, que foram interditados pelo Ministério da Agricultura, serão destruídos, conforme orientação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)”. “Segundo o setor de fiscalização do Ministério da Agricultura, apesar de terem sido interditados apenas 16 mil hectares, a área com plantio de sementes de algodão contrabandeadas pode chegar a 200 mil hectares”. “De acordo com a Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Abrasem), pelo menos 50% das sementes plantadas hoje no Brasil estão sendo pirateadas da Argentina e Paraguai, provocando queda na qualidade da fibra, baixa produtividade das lavouras e evasão fiscal”.

b) Ênfase – a matéria salienta que pode chegar a 200 mil hectares a área plantada com algodão transgênico ilegal no país e que isso estaria “provocando queda na qualidade da fibra, baixa produtividade das lavouras e evasão fiscal”.

c) Exclusão – a matéria não apresenta posicionamento contrário à destruição das lavouras plantadas ilegalmente no país, que sustentassem alternativas ao destino das plantações irregulares.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio teria ordenado a destruição das lavouras de algodão transgênico plantado ilegalmente no país. Essas plantações apresentariam baixa produtividade e qualidade e evasão fiscal.

QUADRO 108

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 28/06/06

Título da matéria: Greenpeace pede que China proíba venda de arroz transgênico¹⁰⁸

Olho: Segundo a organização, o governo chinês está em uma encruzilhada

Editoria: cidades

Fontes: a) *ONGs (1)*

— “A indústria está ansiosa para ver a China abrir o mercado. Seria a primeira vez que um país aprovaria a comercialização de cultivos transgênicos de seu alimento básico”, disse Stephen Ma, responsável pela campanha da organização ambientalista (*Greenpeace*)”.

Descrição: a matéria informa que o Greenpeace está pedindo ao governo chinês que proíba a comercialização do arroz transgênico no país. Segundo a ONG ambientalista, proteínas no arroz geneticamente modificado poderiam causar alergias e seria necessário aguardar pesquisas de longo prazo.

Enquadramento:

a) Seleção – o Greenpeace pediu ao governo chinês que proibisse a comercialização de arroz transgênico. Segundo a ONG, a China estaria em conflito interno, pois “enquanto o Ministério de Ciência e Tecnologia defende a aprovação, já que é o principal investidor em pesquisas com transgênicos, o de Agricultura mostra uma atitude muito mais ‘cautelosa’”. Para um representante do Greenpeace, “existem ainda muitas incertezas sobre as consequências para a saúde e o ambiente dos cultivos de arroz transgênico. Uma das proteínas que contém, por exemplo, pode causar alergias”. A intenção é que o “governo de Pequim que espere ‘pesquisas a longo prazo’”. A ONG sugere que algumas companhias pretendiam “contaminar o mercado de produtos transgênicos, embora seja ilegal, para fazer a comercialização irreversível, como ocorreu no Brasil, com a soja transgênica, e na Índia com o algodão transgênico”.

b) Ênfase – o texto salienta o posicionamento do Greenpeace contra a liberação da comercialização do arroz transgênico na China, ao apresentar argumentos que justificam seu posicionamento sobre o assunto.

c) Exclusão – a matéria não apresenta argumentos opostos aos apresentados pelo Greenpeace, que é contra a liberação da comercialização do arroz transgênico, não caracterizando um quadro de pluralidade. Também não apresenta o posicionamento do governo chinês ao afirmar que este estaria em uma “encruzilhada”, com interesses opostos entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e o da Agricultura.

Construção de agenda: o arroz transgênico se torna notícia, de maneira desfavorável, ao figurar como possivelmente prejudicial à saúde humana, por poder causar alergias.

QUADRO 109

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 04/07/06

Título da matéria: Tabaco transgênico poderá produzir gel contra aids¹⁰⁹

Olho: Segundo os pesquisadores, a cianovirina-N pode ser uma arma eficaz na luta contra o HIV, porque evita que o vírus infecte as células

Editoria: cidades

Fontes: a) *cientistas (1)*

— “Segundo os pesquisadores, a cianovirina-N pode ser uma arma eficaz na luta contra o HIV, porque evita que o vírus infecte as células humanas”.

Descrição: segundo a matéria, uma pesquisa que utilizaria tabaco transgênico poderia resultar na produção de um gel que evitaria que o vírus HIV infectasse células humanas. Isso porque a planta geneticamente modificada produziria, em contato com uma bactéria, cianovirina-N, que poderia ser eficaz na luta contra HIV.

Enquadramento:

a) Seleção – “Uma plantação de tabaco geneticamente modificado, em Kent, no sul da Inglaterra, pode ter um papel importante na luta contra o vírus HIV, afirmou o jornal *The Guardian*”. “Se o projeto, com um orçamento de oito milhões de libras (12 milhões de euros), tiver sucesso, cada planta deste tipo de tabaco pode ser usada na produção de 20 doses de um gel germicida que pode ser usado como uma proteção de três meses contra o vírus”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza, de maneira favorável, o estudo com tabaco transgênico por considerar “importante na luta contra o vírus HIV”.

c) Exclusão – o texto não apresenta informações relevantes para a contextualização do assunto, como dados referentes a possíveis testes em animais ou humanos ou previsões para resultados sobre a eficiência do produto na luta contra o HIV.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os transgênicos são tidos como solução para diversos problemas: uma espécie de tabaco modificado ajudaria na luta contra o HIV por produzir uma proteína que inibe a ação do vírus.

QUADRO 110

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 26/07/06

Título da matéria: Algodão transgênico pode perder eficiência, sugere estudo¹¹⁰

Olho: Segundo os pesquisadores, o algodão não é resistente às pragas que surgiram nos últimos anos

Editoria: cidades

Fontes: a) *cientistas (1)*

— “O algodão transgênico é imune à praga bollworm, a mais destruidora deste tipo de cultivo, mas cientistas de Cornell disseram que, depois de vários anos, a população de outros insetos e parasitas aumentou tanto que os fazendeiros têm que pulverizar suas plantações até vinte vezes por estação”.

Descrição: a matéria informa que a variedade transgênica do algodão utilizada na China não estaria atingindo os resultados para que foi criada: dispensar o uso de pesticidas. Isso porque, desde que foi criada, a população de outros insetos e parasitas da planta aumentou tanto que os fazendeiros estariam tendo “que pulverizar suas plantações até vinte vezes por estação”.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “Um dos mais populares cultivos transgênicos está perdendo a sua eficiência em dispensar o uso de pesticidas, de acordo com pesquisadores da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos”, pois fazendeiros na China estariam tendo “que usar pesticidas tanto quanto em cultivos convencionais de algodão”. “Apesar do Algodão-Bt ser capaz de se defender do bollworm, ele não tem resistência a outras pragas”. Tanto que, devido à necessidade da utilização de pesticidas, “a renda obtida com a colheita é hoje 8% mais baixa do que a dos fazendeiros que cultivam variedades convencionais de algodão”. “Este estudo levanta sérias dúvidas sobre o futuro do Algodão-Bt”.

b) **Ênfase** – a matéria salienta que o algodão transgênico estaria com sua eficiência comprometida, ao apresentar apenas argumentos que favorecem esse posicionamento.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta avaliações contrárias às indicações do estudo em questão.

Construção de agenda: no cenário veiculado pela matéria, o cultivo de algodão transgênico pode perder eficiência e se tornar mais caro que a plantação de variedades tradicionais, segundo um estudo científico.

QUADRO 111

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 27/07/06

Título da matéria: Greenpeace marca campo de milho transgênico francês¹¹¹

Olho: O mapa que teve que ser retirado da página francesa do Greenpeace na internet foi transferido para a página internacional

Editoria: cidades

Fontes: a) *oficiais (1)*

— “Na quarta-feira, o juiz do Tribunal de Grande Instância de Paris disse que ‘nenhuma disposição justifica o ato do Greenpeace’”.

b) *ONGs (1)*

— “A cruz ‘é um sinal de que o Governo francês não respeita nem a lei europeia que obriga a informar o público sobre a localização’ dos campos de cultivo de transgênicos nem ‘os agricultores, a quem priva de meios para se proteger da contaminação genética’, afirmou a organização (*Greenpeace*) em comunicado”.

Descrição: a matéria informa que o Greenpeace demarcou áreas de cultivo de transgênicos na França. A ONG queria que o governo francês informasse onde estariam localizadas as plantações de transgênicos, o que estaria de acordo com uma lei europeia. O Greenpeace havia sido proibido de divulgar a localização do plantio de milho transgênico em seu site por decisão judicial.

Enquadramento:

a) Seleção – “Na quarta-feira, um tribunal de Paris obrigou o Greenpeace a retirar de seu site francês os dados sobre campos de milho geneticamente modificado”. Segundo o Greenpeace, “o Governo francês não respeita nem a lei europeia que obriga a informar o público sobre a localização” das plantações de OGMs nem “os agricultores, a quem priva de meios para se proteger da contaminação genética”. “A nota se refere à diretiva europeia 2001/18, que a França ainda não adotou em sua legislação nacional, três anos depois da aprovação”. “O tribunal aceitou o pedido de dois agricultores franceses, por considerar que a publicação do mapa aumentava o risco de que suas plantações fossem atacadas por opositores aos transgênicos e atentava contra sua privacidade, por divulgar seus dados”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza a ação do Greenpeace ao defender a lei europeia que obrigaria que fossem informadas as localizações dos campos de cultivo de transgênicos.

c) Exclusão – (*nada a relacionar*)

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia devido ao espaço concedido aos argumentos sustentados pelo Greenpeace sobre a necessidade de se respeitar uma lei europeia que obriga a informar a localização dos campos de cultivo de OGMs na França.

QUADRO 112

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 10/08/06

Título da matéria: Lula pede revisão do quórum da CTNBio¹¹²

Olho: Se o governo optar pelo quórum simples, será preciso que o presidente Lula publique um decreto com a mudança

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “O Ministério da Ciência e Tecnologia informou que o quórum exigido para liberação comercial de organismos geneticamente modificados poderá sofrer alterações”.

— “O presidente da CTNBio, Walter Colli, afirmou ao nesta semana que, sem tal alteração, dificilmente a comissão conseguiria aprovar a liberação do comércio de transgênicos”.

Descrição: a matéria informa que o presidente Lula teria proposto a redução do quorum exigido para a liberação comercial dos transgênicos devido à suposta lentidão da CTNBio em aprovar os OGMs. Segundo o presidente da comissão, sem esta alteração seria difícil obter aprovação de pedidos de liberação comercial de alimentos geneticamente modificados. Nos meses anteriores, o número de membros da CTNBio estaria diminuindo devido ao afastamento de alguns cientistas e a ausência de outros nas reuniões.

Enquadramento:

a) Seleção – “O Ministério da Ciência e Tecnologia informou que o quórum exigido para liberação comercial de organismos geneticamente modificados poderá sofrer alterações. A proposta de redução do quórum mínimo foi feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. As regras atuais, “na avaliação dos próprios integrantes da comissão, dificulta muito a aprovação comercial de OGMs”. Para o presidente da comissão, “sem tal alteração, dificilmente a comissão conseguiria aprovar a liberação do comércio de transgênicos”. Mesmo porque “o número de componentes da comissão vem minguando. Pelo menos três cientistas já comunicaram seu afastamento da comissão”. “Alguns observadores, porém, questionam se a providência de fato será adotada. Para eles, o anúncio feito pelo presidente está muito mais para um ‘afago’ nos cientistas do que algo que de fato será concretizado”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento favorável aos transgênicos ao enfatizar a necessidade de diminuir o quorum de membros da CTNBio necessário para a liberação comercial de OGMs.

c) Exclusão – a matéria não apresenta possíveis argumentos contrários à redução do quorum da CTNBio para liberação comercial de transgênicos.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a redução do quorum necessário para a CTNBio liberar comercialmente organismos transgênicos é apresentada como vantajosa tanto para o setor agrícola quanto para o de pesquisas.

QUADRO 113

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 16/08/06

Título da matéria: Grama transgênica escapa do laboratório nos EUA¹¹³

Olho: A grama, desenvolvida pelas empresas Scotts Miracle-Gro Company e Monsanto, foi criada para uso em campos de golfe

Editoria: cidades

Fontes: *a) ecologistas (1)*

— “Ecologistas da Agência de Proteção Ambiental (EPA) do governo americano, citados pelo Times, dizem ter descoberto a grama crescendo em áreas do estado do Oregon, perto de onde ocorreram os testes com a planta, anos atrás”.

b) veículos de comunicação (1)

— “Em outro caso, noticiado pelo website ScienceNOW, a Justiça dos EUA considerou irregulares os testes com plantas transgênicas biofarmacêuticas, realizados no Havaí”.

c) juízes (1)

— “Um juiz distrital concordou, acusando o Serviço de Inspeção de Saúde Animal e Vegetal de ‘completo desprezo por uma simples exigência investigativa’”.

Descrição: o texto informa que uma variedade transgênica de grama ainda não aprovada para uso comercial foi encontrada fora dos laboratórios. Sua utilização seria destinada para campos de golfe e teria resistência ao herbicida glifosato. O local em que a grama geneticamente modificada foi encontrada já havia sido utilizado para testes anteriormente. Em outro caso citado na matéria, ilhas do arquipélago do Havaí teriam sediado estudos envolvendo transgênicos para produção de vacinas e compostos contra o câncer. Grupos ambientalistas teriam processado os órgãos que autorizaram os estudos devido aos supostos riscos que causaria aos animais em extinção da região. Um juiz teria concordado com os ambientalistas no processo.

Enquadramento:

a) Seleção – “Um tipo de grama geneticamente modificada, ainda não aprovado para uso, foi encontrado em terreno selvagem”, podendo ter sido a primeira ocorrência do tipo nos EUA. “Os cientistas afirmam que a grama não representa perigo ecológico”. “Em outro caso, noticiado pelo website ScienceNOW, a Justiça dos EUA considerou irregulares os testes com plantas transgênicas biofarmacêuticas, realizados no Havaí”, cujo objetivo seria a produção de vacinas e compostos contra o câncer. “Grupos ambientalistas processaram os órgãos do governo americano que autorizaram os testes, afirmando que o risco potencial das plantas transgênicas para espécies ameaçadas de extinção não foi levado em conta antes da emissão das autorizações”. Um juiz teria concordado com os ambientalistas, afirmando que a autorização teria sido um “completo desprezo por uma simples exigência investigativa”.

b) Ênfase – a matéria veicula um enquadramento desfavorável aos OGMs ao enfatizar que, mesmo que a grama geneticamente modificada não ofereça perigos ecológicos, outros casos de transgênicos podem oferecer, como o que ocorreu em ilhas do arquipélago do Havaí, que apresentava riscos para espécies ameaçadas de extinção na região.

c) Exclusão – a matéria não apresenta argumentos contrários aos das fontes citadas

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os transgênicos representam riscos ecológicos quando não são investigadas, pelos órgãos que deliberam sobre eles, as possíveis consequências de sua liberação.

QUADRO 114

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 18/08/06

Título da matéria: Encontrada variedade transgênica em arroz exportado pelos EUA¹¹⁴

Olho: Autoridades dos EUA afirmam não haver necessidade de um “recall” do produto

Editoria: cidades

Fontes: a) oficiais (1)

— “Não há nenhuma preocupação de saúde humana, segurança alimentar ou ambiental associada a esse arroz”, disse o secretário de Agricultura, Mike Johanns”.

Descrição: a matéria informa que teria sido identificada uma variedade de arroz transgênico nos Estados Unidos não aprovada para consumo. Segundo o secretário da Agricultura dos EUA, não seria necessário um “recall” do produto porque ele não ofereceria riscos à saúde humana ou ao meio ambiente.

Enquadramento:

a) Seleção – “Amostras de arroz produzido nos Estados Unidos testaram positivo para a presença de uma variedade produzida por modificação genética ainda não aprovada para consumo, mas o fato não representa ameaça à saúde humana ou ao meio ambiente, de acordo com autoridades”. “A variedade descoberta não está aprovada para consumo humano dentro dos EUA, mas duas outras modalidades, com a mesma proteína gerada por alteração genética, estão”. “Não há nenhuma preocupação de saúde humana, segurança alimentar ou ambiental associada a esse arroz”, disse o secretário de Agricultura, Mike Johanns”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza que o arroz transgênico não aprovado para consumo encontrado nos Estados Unidos não ofereceria riscos à saúde humana ou ao meio ambiente.

c) Exclusão – a matéria não informa a quantidade de arroz geneticamente modificado plantado ilegalmente nos EUA. Também não apresenta contextualização sobre os possíveis prejuízos que essas lavouras irregulares poderiam causar para o setor agrícola.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo texto, o arroz transgênico plantado ilegalmente nos Estados Unidos é caracterizado como inofensivo à saúde humana e ao meio ambiente.

QUADRO 115

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 21/08/06

Título da matéria: Europa e Japão reagem a arroz transgênico dos EUA¹¹⁵

Olho: O Greenpeace defendeu um “embargo global” contra este produto

Editoria: cidades

Fontes: a) *órgãos internacionais (1)*

— “A descoberta foi comunicada na sexta-feira passada à CE pelo secretário do Departamento de Agricultura dos EUA, Mike Johanns, afirmou a Comissão Européia em comunicado”.

b) oficiais (1)

— “A variedade não autorizada é fabricada pela sociedade alemã Bayer CropScience e - segundo o governo dos EUA - seu aparecimento na carga de arroz pronto para o consumo não representa nenhum perigo para a saúde humana, nem para o meio ambiente”.

c) ONGs (1)

— “Este último escândalo de contaminação mostra novamente que a indústria dos produtos geneticamente modificados é incapaz de controlá-los”, afirmou o responsável da campanha do Greenpeace sobre os transgênicos, Jeremy Tager”.

Descrição: a matéria informa que teria sido identificada uma variação transgênica do arroz, exportada pelos Estados Unidos. A Europa teria pedido mais informações sobre a transgenia, enquanto o Japão, em medida cautelar, teria suspenso a importação de arroz norte-americano. Segundo os EUA, o arroz geneticamente modificado não é prejudicial à saúde. O Greenpeace defendeu um “embargo global” ao produto.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Comissão Européia (CE, órgão executivo da União Européia) pediu mais dados ao Governo dos Estados Unidos sobre o surgimento de um arroz geneticamente modificado não-autorizado para o consumo humano”. “A variedade não autorizada é fabricada pela sociedade alemã Bayer CropScience e - segundo o governo dos EUA - seu aparecimento na carga de arroz pronto para o consumo não representa nenhum perigo para a saúde humana, nem para o meio ambiente”. “No entanto, o Japão suspendeu cautelarmente a importação de arroz procedente dos EUA, e a organização ecológica Greenpeace defendeu um ‘embargo global’ contra este produto. Segundo a organização, esse arroz não tem autorização nem ‘para consumo, nem para cultivo em nenhum lugar do mundo’”. Para o Greenpeace, “a indústria dos produtos geneticamente modificados é incapaz de controlá-los”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento desfavorável aos transgênicos, pois enfatiza que o arroz geneticamente modificado comercializado pelos EUA não tem autorização nem para “consumo, nem para cultivo” e que as empresas desenvolvedoras de OGMs são incapazes de controlá-los.

c) Exclusão – a matéria não apresenta os argumentos dos produtores do arroz transgênico sobre as declarações do Greenpeace, que os acusa de incapazes de controlar os organismos geneticamente modificados produzidos.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia, de maneira desfavorável, devido à identificação de arroz geneticamente modificado não-autorizado em cargas de exportação dos Estados Unidos.

QUADRO 116

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 30/08/06

Título da matéria: Conab pode trocar semente de soja por grão do produtor¹¹⁶

Olho: Segundo o presidente da estatal, o governo poderá trocar sementes legalizadas de soja transgênica por grão produzido pelos próprios sojicultores

Editoria: cidades

Fontes: a) oficiais (1)

— “O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Jacinto Ferreira, disse nesta quarta-feira, em entrevista à Agência Estado, que o governo poderá trocar sementes legalizadas de soja transgênica por grão produzido pelos próprios sojicultores”.

b) oficiais não identificadas (1)

— “Fonte do Ministério da Agricultura afirmou nesta quarta que não existe motivo técnico para que o governo autorize o plantio de sementes de soja transgênicas próprias dos agricultores, ou seja, não legalizadas”.

c) empresas não identificadas (1)

— “Os produtores de sementes são contrários à autorização e alegam que investiram na produção para ampliar a oferta de sementes legalizadas”.

d) entidades de classe (1)

— “De acordo com dados da Associação dos Produtores e Comerciantes de Mudanças e Sementes do Rio Grande do Sul (Apassul), a oferta de sementes transgênicas certificadas cobria cerca de 10% da área a ser cultivada no Rio Grande do Sul na safra 2005/06”.

Descrição: a matéria informa que a Conab pretende colaborar com os agricultores do Rio Grande do Sul que pretendem utilizar sementes não-certificadas para as próximas safras. Segundo a matéria, a Conab compraria as sementes certificadas e trocaria por aquelas produzidas pelos produtores. Sem autorização para o plantio, os produtores não poderiam pedir financiamento de suas safras em bancos nem contratar seguros contra eventuais problemas climáticos.

Enquadramento:

a) Seleção – “Os grãos transgênicos guardados pelos agricultores de um ano-safra para outro são irregulares e os produtores do Rio Grande do Sul pedem uma ação do governo para que esse plantio seja legalizado”. Como não são legalizados, os produtores “não podem obter financiamento nos bancos para o custeio da safra” nem “contratar seguro contra eventuais problemas climáticos”. “Segundo Ferreira, a Conab vai tornar viável essa operação de troca. A estatal comprará o produto legalizado e o fornecerá aos produtores, em troca das sementes irregulares”. “Fonte do Ministério da Agricultura afirmou nesta quarta que não existe motivo técnico para que o governo autorize o plantio de sementes de soja transgênicas próprias dos agricultores, ou seja, não legalizadas”. “Os produtores de sementes são contrários à autorização e alegam que investiram na produção para ampliar a oferta de sementes legalizadas”. “A oferta de sementes transgênicas certificadas cobria cerca de 10% da área a ser cultivada no Rio Grande do Sul na safra 2005/06. Para o plantio 2006/07, o cálculo do setor é contar com sementes para aproximadamente 65% da área”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza uma possível solução apresentada pelo Ministério da Agricultura para as sementes geneticamente modificadas não-certificadas do Rio Grande do Sul: o governo disponibilizaria sementes transgênicas certificadas para a troca daquelas produzidas pelos agricultores.

c) Exclusão – a matéria não apresenta posicionamento contrário àquele adotado pelo Governo Federal.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os transgênicos são caracterizados de forma favorável devido ao apoio governamental ao plantio de OGMs através da troca de sementes produzidas pelos sojicultores por sementes transgênicas certificadas pelo Ministério da Agricultura.

QUADRO 117

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 01/09/06

Título da matéria: Guedes espera solução para sementes até dia 7¹¹⁷

Olho: Governo vai buscar uma solução ‘que melhor atenda aos interesses’ do Rio Grande do Sul, afirmou o ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “O governo vai buscar uma solução "que melhor atenda aos interesses" do Rio Grande do Sul no plantio dos grãos transgênicos de soja sem certificação, disse nesta sexta-feira o ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto”.

b) entidades de classe (2)

— “O uso dos grãos ‘deverá ser ajustado no sentido de um porcentual ou na totalidade, mas que vai sair, vai’, assegurou o presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, após a inauguração da Expointer”.

— “O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) do Rio Grande do Sul, Ezídio Pinheiro, disse que a idéia de realizar uma troca de sementes certificadas pelos grãos próprios chegou tarde, pois não haveria tempo, segundo ele, de colocá-la em operação antes do plantio, que começa em outubro no Estado”.

Descrição: a matéria se refere às declarações do ministro da Agricultura sobre uma possível solução para o plantio de sementes não-certificadas no Rio Grande do Sul. Alguns líderes rurais teriam interpretado as declarações como favoráveis à permissão do uso do material multiplicado nas propriedades. Para as entidades de classe, o que o Ministério da Agricultura proporia seria a troca de sementes não-certificadas por outras certificadas. Outra possibilidade seria a doação pelo governo das sementes certificadas.

Enquadramento:

a) Seleção – “O governo vai buscar uma solução ‘que melhor atenda aos interesses’ do Rio Grande do Sul no plantio dos grãos transgênicos de soja sem certificação, disse nesta sexta-feira o ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto”. “O discurso do ministro foi interpretado pelos líderes rurais do Estado como indicativo de que o governo irá permitir o uso do material multiplicado nas propriedades, que não tem origem declarada e não consta no Registro Nacional de Cultivares. Por essa razão, os agentes financeiros não podem conceder crédito para o plantio deste material, a não ser que haja autorização para isso. Guedes citou, em várias entrevistas ao longo da manhã, que o governo editou quatro medidas excepcionais consecutivas para autorizar o uso desses grãos no Estado nas últimas safras”. “O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) do Rio Grande do Sul, Ezídio Pinheiro, disse que a idéia de realizar uma troca de sementes certificadas pelos grãos próprios chegou tarde, pois não haveria tempo, segundo ele, de colocá-la em operação antes do plantio, que começa em outubro no Estado”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento favorável aos transgênicos devido às interpretações dos ruralistas e das entidades de classe sobre as declarações do ministro, que teriam entendido que o governo proporia a liberação do cultivo de sementes não-certificadas ou sua troca por outras certificadas, facilitando o agronegócio no Rio Grande do Sul.

c) Exclusão – a matéria não apresenta argumentos contrários às expectativas de agricultores que esperam do governo uma solução que os beneficie.

Construção de agenda: no contexto veiculado na matéria, os transgênicos são caracterizados de maneira favorável devido ao incentivo governamental aos agricultores do Rio Grande do Sul no cultivo dos OGMs.

QUADRO 118

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 05/09/06

Título da matéria: Decisão sobre transgênicos deve sair antes do feriado, diz Guedes¹¹⁸

Olho: Ministro da Agricultura terá reunião nesta tarde para discutir o uso de sementes próprias transgênicas de soja nesta safra

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “O ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, disse nesta terça-feira, em entrevista ao vivo ao AE Agronegócios, que terá uma reunião à tarde para discutir o uso de sementes próprias transgênicas de soja nesta safra”.

Descrição: segundo a matéria, o ministro da Agricultura participaria de uma reunião para discutir o uso de sementes próprias transgênicas de soja para a próxima safra no Rio Grande do Sul. O ministro declarou que o governo já havia aprovado três medidas provisórias e um decreto com força de lei nos anos anteriores sobre o assunto e, no momento, devia-se tomar uma decisão que não prorrogasse mais a discussão. O ministro também defendeu a reforma da política agrícola no país, construindo um novo modelo para diversificar as fontes de financiamento. Ele afirmou estar trabalhando junto com o Ministério da Fazenda para calcular quanto custaram ao Tesouro Nacional as crises do agronegócio, e disse que a soma já passa dos R\$ 4 bilhões. Para o ministro, a desaceleração na economia mundial não afetaria as exportações brasileiras do setor agrícola, por se tratar de produtos para alimentação ou alimentação animal.

Enquadramento:

a) Seleção – “O ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, disse nesta terça-feira, em entrevista ao vivo ao AE Agronegócios, que terá uma reunião à tarde para discutir o uso de sementes próprias transgênicas de soja nesta safra”. O ministro afirmou que “já houve quatro exceções neste processo. Foram três medidas provisórias e um decreto com força de lei. Por quatro anos o governo teve que abrir exceção’. Agora, enfatizou o ministro, se for aberta exceção ‘será a última vez”.

b) Ênfase – a matéria indica que a política pela qual o governo se via forçado a legislar com medidas de exceção para regularizar o cultivo ilegal de transgênicos chegaria possivelmente a um fim.

c) Exclusão – o texto não esclarece o problema do uso de sementes próprias transgênicas, não informando do que se tratam, por que não são consideradas legais, nem qual impacto econômico poderia causar para o agronegócio do Rio Grande do Sul.

Construção de agenda: no contexto veiculado na matéria, o governo poderia abrir nova exceção para permitir o uso de sementes transgênicas não-certificadas, mas a política do setor deveria ser revista para evitar entraves semelhantes no futuro.

QUADRO 119

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 07/09/06

Título da matéria: Grito dos Excluídos protesta contra transgênicos em Curitiba¹¹⁹

Olho: Manifestação contou com a presença de cerca de 200 pessoas, que protestaram com discursos, sons de apito e muitas bandeiras

Editoria: cidades

Fontes: *a) manifestações (1)*

— “‘Semear a terra, multiplicar o pão, a agroecologia é a nossa profissão’, foi uma das palavras de ordem mais gritadas. Sementes de girassol foram distribuídas”.

b) representantes religiosos (1)

— “‘Queremos uma reforma política em profundidade, da qual o povo possa participar, sobretudo nas questões de aplicação de dinheiro em obras sociais, geração de renda e trabalho, e também protestamos contra a corrupção e impunidade’, disse o bispo auxiliar de Curitiba, Dom Ladislau Biernaski”.

Descrição: a matéria se refere à manifestação realizada pelo Grito dos Excluídos, organização com cerca de 200 integrantes. O protesto teria sido contra os produtos transgênicos e por mais moradias populares.

Enquadramento:

a) Seleção – “O combate aos produtos transgênicos e um pedido por mais moradias populares foram as particularidades do Grito dos Excluídos, ocorrido nesta quinta-feira, em Curitiba”. Segundo o texto, foi “um desfile barulhento, com discursos, sons de apito e muitas bandeiras”. A marcha foi na avenida paralela àquela em que ocorria o desfile comemorativo de sete de setembro. “A possibilidade de marchar por ali foi negociada pelos organizadores do protesto com a Polícia Militar. E durante todo o percurso foram acompanhados pelos policiais, que não deixaram chegar perto do palanque oficial”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento desfavorável ao manifesto contra os transgênicos do Grito dos Excluídos, por caracterizar o movimento como “barulhento” e por ter sido acompanhado durante todo o percurso pelos policiais militares, “que não deixaram chegar perto do palanque oficial”.

c) **Exclusão** – o texto não apresenta os argumentos dos manifestantes contra os transgênicos.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, o manifesto contra os transgênicos é caracterizado de maneira desfavorável.

QUADRO 120

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 08/09/06

Título da matéria: Programa de troca de sementes no RS agrada produtores¹²⁰

Olho: “Queremos que o programa seja repetido nos próximos anos”, defendeu o presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudas, Iwao Miyamoto

Editoria: cidades

Fontes: a) *entidades de classe (2)*

— “O presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem), Iwao Miyamoto, avaliou que o programa beneficia o pequeno agricultor ao permitir acesso à tecnologia”.

— “‘Se existe acordo, a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) não participou dele’, disse o vice-presidente da entidade, Sérgio de Miranda, na quarta-feira”.

Descrição: a matéria se refere ao apoio governamental aos produtores familiares do Rio Grande do Sul para o uso de sementes transgênicas não-certificadas ou a troca por certificadas. A medida teria sido tomada para “salvar capital”.

Enquadramento:

a) Seleção – “O incentivo à troca de grãos transgênicos de soja sem certificação por sementes registradas, divulgado na quarta-feira pelo ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, e que valerá apenas para o Rio Grande do Sul, agradou aos produtores do insumo”. O programa beneficiaria “o pequeno agricultor ao permitir acesso à tecnologia”. “Além da vantagem de trocar um grão caseiro por semente certificada sem ônus, os pequenos produtores gaúchos terão benefício no pagamento de royalties”. “Os que optarem por usar os grãos transgênicos sem certificação guardados da safra anterior - medida que também foi autorizada - terão que descontar 2% do valor da saca no momento da comercialização para o pagamento à Monsanto, que detém a patente da tecnologia usada, explicou o dirigente. Quem optar pela troca dos grãos e cultivar as sementes registradas, receberá desconto de 22,5% no pagamento da taxa tecnológica”. “A medida é uma forma de ‘salvar capital’”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento favorável à proposta governamental de utilização de sementes transgênicas não-certificadas ou sua troca por certificadas, através de plano governamental, por apresentar apenas os argumentos que defendem esse posicionamento.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta os argumentos contrários à liberação do uso de sementes transgênicas não-certificadas ou a troca, através de plano governamental, por sementes certificadas sem custo de tecnologia.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os transgênicos são caracterizados de maneira favorável devido ao apoio governamental ao uso de sementes transgênicas não-certificadas ou sua troca por certificadas, através de um plano governamental.

QUADRO 121

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 14/09/06

Título da matéria: França detecta arroz transgênico ilegal em carga dos EUA¹²¹

Olho: A Comissão Européia havia pedido aos países da UE que confirmassem se haviam recebido o produto transgênico

Editoria: cidades

Fontes: a) *oficiais (1)*

— “O governo francês confirma a detecção de uma variedade de arroz modificado geneticamente proibida na União Européia (UE), em cargas importadas dos Estados Unidos”.

b) *ONGs (1)*

— “A organização ambientalista Greenpeace anunciou que publicará no domingo um novo guia de produtos transgênicos, para distribuição na França”.

Descrição: a matéria informa que a França detectou uma variedade de arroz transgênico não autorizado para consumo humano na União Européia em cargas importadas dos Estados Unidos. Os fornecedores iriam tirar do mercado o arroz transgênico até que fosse verificada a dimensão da contaminação.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “O governo francês confirma a detecção de uma variedade de arroz modificado geneticamente proibida na União Européia”. “A contaminação pelo grão transgênico foi constatada em sete de 19 amostras analisadas. As autoridades da França pedem que os importadores que comprem arroz dos EUA parem de distribuir o produto até que o tamanho da contaminação seja determinado”.

b) **Ênfase** – a matéria possui um enquadramento desfavorável aos transgênicos devido à detecção da contaminação de OGMs em cargas de arroz importadas pela França dos Estados Unidos. A distribuição do arroz seria interrompida para averiguações das dimensões da contaminação.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta argumentos possivelmente favoráveis aos transgênicos, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os transgênicos são caracterizados de maneira desfavorável devido à “contaminação” encontrada em cargas de arroz

importadas dos EUA e pela interrupção da sua comercialização para verificação das dimensões da contaminação.

QUADRO 122

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 29/09/06

Título da matéria: OMC condena embargo europeu contra sementes transgênicas¹²²

Olho: O caso foi levado à Organização Mundial do Comércio pelo Estados Unidos, Argentina e Canadá, preocupados com as barreiras impostas pelos europeus entre 1999 e 2004

Editoria: cidades

Fontes: a) *ONGs* (2)

— “O Greenpeace acusou a entidade de colocar as prioridades econômicas sobre os interesses ambientais ou de saúde”.

— “Para Adrian Bebb, da entidade Friends of the Earth, os consumidores europeus continuarão a rejeitar os produtos transgênicos, mesmo diante da decisão da OMC”.

Descrição: a matéria informa que a OMC condenou o embargo europeu à entrada de alimentos transgênicos entre 1999 e 2004. Os países já haviam reformado suas leis, permitindo que dez OGMs entrassem na Europa após avaliação e certificação dos produtos. Mesmo assim, os EUA, Argentina e Canadá insistiram com o processo, temendo que outros países seguissem o exemplo e também declarassem moratória em relação à importação de alimentos geneticamente modificados. Organizações não governamentais atacaram a decisão da OMC, por favorecerem, segundo as ONGs, os interesses financeiros e ignorarem os interesses ambientais ou de saúde.

Enquadramento:

a) Seleção – “Em um dos julgamentos mais polêmicos da história da Organização Mundial do Comércio (OMC) (...) os juízes da entidade concluíram que as leis européias que impunham um embargo contra o comércio de sementes transgênicas eram ilegais”. “O caso foi levado à OMC pelo Estados Unidos, Argentina e Canadá, preocupados com as barreiras impostas pelos europeus entre 1999 e 2004. Bruxelas havia declarado uma moratória total em relação à importação de alimentos e sementes transgênicas por não considerar que existiam informações suficientes se esses produtos traziam algum tipo de efeito negativo aos consumidores. Hoje, porém, a UE autoriza a importação, mas apenas após uma avaliação e o licenciamento de produtos”. “O temor dos exportadores era de que outros países seguissem a mesma tendência dos europeus e também aplicassem barreiras”. “(...) para o governo americano, os prejuízos com o embargo total na Europa somaram pelo menos US\$ 300 milhões a suas empresas exportadoras”. “O relatório da OMC vem em um momento em que surge o escândalo da descoberta de arroz transgênico em sacos do produto comercializado na Europa por empresas americanas”. “O Greenpeace acusou a entidade de colocar as prioridades econômicas sobre os interesses ambientais ou de saúde. Para Adrian Bebb, da entidade Friends of the Earth, os consumidores europeus continuarão a rejeitar os produtos transgênicos, mesmo diante da decisão da OMC”.

b) Ênfase – a matéria destaca que uma solução imposta pela OMC ao comércio internacional de transgênicos pretende por fim a uma questão controversa, de maneira a favorecer os países produtores de OGMs. “Em um dos julgamentos mais polêmicos da história da Organização Mundial do Comércio (OMC) e que envolveu até mesmos cientistas durante as audiências, os juízes da entidade concluíram que as leis européias que impunham um embargo contra o comércio de sementes transgênicas eram ilegais”.

c) Exclusão – *(nada a relacionar)*

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, restrições ao comércio internacional de transgênicos são caracterizadas como ilegais.

QUADRO 123

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 17/10/06

Título da matéria: CTNBio reúne-se para discutir liberação de transgênicos¹²³

Olho: Os produtores pedem as liberações alegando que o uso de sementes transgênicas reduzirá os custos

Editoria: cidades

Fontes: *(nenhuma fonte)*

Descrição: a matéria informa que a CTNBio realizaria uma reunião para discutir liberações de transgênicos. A reunião seria um marco para a comissão, mostrando a superação da crise que ela teria enfrentado nos últimos meses, devido às pressões de ambientalistas e ao abandono de membros da comissão. A CTNBio analisaria seis pedidos de liberação comercial.

Enquadramento:

a) Seleção – “Depois de uma crise que teve seu auge há três meses, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) deve analisar, nesta semana, seis pedidos para liberação comercial de milho e algodão transgênicos”. “A reunião representa um marco para integrantes da nova CTNBio, que desde janeiro amargam uma crise crescente, controlada apenas no último mês. As dificuldades começaram com o embate entre alguns ambientalistas e pesquisadores”. “No meio da crise, vários cientistas deixaram seus cargos. Para completar, a comissão assistiu a uma espécie de “intervenção branca” feita pelo Ministério Público (MP)”. “Os produtores pedem as liberações alegando que o uso de sementes transgênicas reduzirá os custos de produção no campo”. “Entre os processos, está o que analisa o pedido da Bayer Seeds para liberação comercial de milho tolerante ao glufosinato de amônio. A empresa aguarda a resposta há quase oito anos”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento desfavorável à CTNBio por caracterizar a suposta demora da comissão em liberar OGMs comercialmente como uma crise, gerando a idéia de que a CTNBio estaria paralisada em função de sua suposta ineficiência e estaria sendo vítima de conflito de interesses entre seus integrantes.

c) Exclusão – a matéria não apresenta posicionamentos de membros da CTNBio a respeito das críticas ali feitas à comissão.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio é caracterizada de maneira desfavorável devido à suposta ineficiência e aos supostos conflitos de interesses de seus integrantes, o que é apontado no texto como uma crise.

QUADRO 124

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 01/11/06

Título da matéria: Reduzida área de isolamento para transgênicos¹²⁴

Olho: Até agora, não se podia plantar transgênicos a menos de 10 km de parques

Editoria: cidades

Fontes: a) *ONGs (1)*

— “‘Se antes dessa medida, as zonas de amortecimento eram desrespeitadas, agora a situação só tende a piorar’, afirma Gabriela Vuolo, da campanha de engenharia genética do Greenpeace Brasil”.

b) *entidades de classe (1)*

— “Até agora, os produtores rurais não podiam plantar variedades transgênicas numa área de 10 quilômetros ao redor dos parques, a não ser que um plano de manejo específico determinasse zona menor (chamada tecnicamente de zona de amortecimento), explicaram técnicos da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep)”.

Descrição: a matéria informa que a área de isolamento para plantio de transgênicos ao redor de unidades de conservação diminuiu de 10 km para 500 metros no caso da soja e 800 metros no caso do algodão. A ONG ambientalista Greenpeace reprovou a decisão.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “O governo federal reduziu a distância no entorno das unidades de conservação em que é proibido cultivar sementes geneticamente modificadas de soja e algodão. No caso da soja, a distância foi reduzida para 500 metros; e para o algodão, a nova faixa limite mínima é de 800 metros”. “Em nota, o Greenpeace considerou a Medida Provisória ‘uma afronta ao princípio da precaução e não poderia ter sido tomada sem uma consulta à sociedade’”. “Para o Greenpeace, a MP é uma medida para agradar agricultores e multinacionais da área de biotecnologia, e terá como consequência a possível expansão da área de cultivo transgênico no sul do País”.

b) **Ênfase** – a matéria possui um enquadramento desfavorável à redução da área de isolamento de transgênicos ao redor de unidades de conservação devido à ênfase às críticas tecidas pelo Greenpeace à decisão governamental.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta os argumentos oficiais que possivelmente explicariam os motivos que fundamentaram a decisão de diminuir a área de isolamento de transgênicos ao redor de unidades de conservação.

Construção de agenda: a decisão do governo de diminuir a área de segurança para o plantio de transgênicos em áreas de conservação é caracterizada de maneira desfavorável pela matéria, em função do espaço concedido às críticas do Greenpeace à medida.

QUADRO 125

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 01/11/06

Título da matéria: Via Campesina desocupa fazenda após acordo com governo¹²⁵

Olho: A invasão foi um protesto contra os experimentos transgênicos da Syngenta Seeds

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “A Secretaria da Segurança Pública do Paraná informou nesta quarta-feira ter feito um acordo com a Via Campesina para que deixe pacificamente a fazenda da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, no oeste do Paraná”.

b) ONGs (1)

— “Segundo a Via Campesina, por estar dentro da área de 10 quilômetros do Parque Nacional do Iguaçu, a área é considerada como zona de amortecimento e não poderia cultivar produtos geneticamente modificados”.

c) empresas (1)

— “Segundo a Syngenta, as atividades de pesquisa seguem as legislações vigentes e são realizadas com Certificado de Qualidade de Biossegurança, concedido pela CTNBio”.

Descrição: a matéria informa que teria vencido o prazo para que o governo do Paraná retirasse os militantes da Via Campesina da fazenda de uma empresa que pesquisa transgênicos, invadida em protesto contra os transgênicos. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do estado, haveria um acordo para que a ONG desocupasse pacificamente o local. Os manifestantes pediram o direito de colherem o que plantaram durante o tempo de ocupação.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Secretaria da Segurança Pública do Paraná informou nesta quarta-feira ter feito um acordo com a Via Campesina para que deixe pacificamente a fazenda da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, no oeste do Paraná. A fazenda foi invadida no dia 14 de março e nesta quarta venceu o prazo dado pela Justiça para que o governo do Estado retirasse os militantes do movimento, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil”. “A invasão foi feita como protesto contra os experimentos com produtos transgênicos na fazenda. Segundo a Via Campesina, por estar dentro da área de 10 quilômetros do Parque Nacional do Iguaçu, a área é considerada como zona de amortecimento e não poderia cultivar produtos geneticamente modificados”. “Segundo a Syngenta, as atividades de pesquisa seguem as legislações vigentes e são realizadas com Certificado de Qualidade de Biossegurança, concedido pela CTNBio”.

b) Ênfase – a matéria salienta o caráter ilegal do protesto contra transgênicos. “A fazenda foi invadida no dia 14 de março e nesta quarta venceu o prazo dado pela Justiça para que o governo do Estado retirasse os militantes do movimento, sob pena de multa diária

ria de R\$ 50 mil”, segundo o texto. “De acordo com a secretaria, as negociações para a desocupação começaram na terça-feira com o comando do 6º. Batalhão da Polícia Militar de Cascavel, um oficial de Justiça e as lideranças do movimento”.

c) **Exclusão** – a matéria não detalha as exigências necessárias à obtenção do Certificado de Qualidade de Biossegurança.

Construção de agenda: segundo a matéria, meios ilegais como invasão de propriedades privadas estão sendo empregados por movimentos sociais como forma de protesto contra o cultivo de OGMs.

QUADRO 126

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 21/11/06

Título da matéria: Greenpeace faz protesto contra a Bayer em São Paulo¹²⁶

Olho: Organização promove manifestação contra comercialização de milho transgênico

Editoria: cidades

Fontes: a) *veículos de comunicação (1)*

— “De acordo com a Rádio Eldorado, os manifestantes ocuparam um jardim em frente à empresa e, vestidos de macacão amarelo e usando máscaras de oxigênio, fizeram uma simulação de uma plantação de milho”.

b) *ONGs (1)*

— “De acordo com o Greenpeace, o cultivo de sementes transgênicas, além de trazer prejuízos à saúde, também provoca danos ao meio ambiente”.

Descrição: a matéria se refere ao protesto do Greenpeace contra a liberação de uma variedade transgênica de milho pedido à CTNBio pela Bayer, nas vésperas de sua votação na comissão.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “O protesto era contra um pedido feito pela companhia à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio - para que seja liberado comercialmente um tipo de semente de milho transgênico no Brasil”. “De acordo com a Rádio Eldorado, os manifestantes ocuparam um jardim em frente à empresa e, vestidos de macacão amarelo e usando máscaras de oxigênio, fizeram uma simulação de uma plantação de milho. De acordo com o Greenpeace, o cultivo de sementes transgênicas, além de trazer prejuízos à saúde, também provoca danos ao meio ambiente”. “Sobre os problemas à saúde e ao meio ambiente, Gabriela falou que, entre outros males, o milho transgênico pode provocar náusea, diarreia, nascimento de fetos prematuros e até mesmo abortos”.

b) **Ênfase** – a matéria possui um enquadramento episódico da manifestação do Greenpeace contra a liberação de uma variedade de milho transgênico, dramatizando o protesto e deixando em segundo plano os motivos que levaram a ONG a se mobilizar.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta o posicionamento da empresa que estaria pleiteando a liberação do milho transgênico na CTNBio. Os argumentos apresentados pelos ativistas do Greenpeace não são esclarecedores.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a manifestação do Greenpeace é caracterizada pela encenação dos ativistas e não pelos argumentos em oposição à liberação de uma variedade transgênica de milho.

QUADRO 127

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 20/12/06

Título da matéria: Câmara aprova medida que legaliza algodão transgênico¹²⁷

Olho: Outra mudança em medida provisória estabelece a redução, de 18 para 14, nos votos necessários à liberação comercial de transgênicos por parte da CTNBio

Editoria: cidades

Fontes: a) *políticos (1)*

— “A MP já era ruim porque flexibilizava áreas amortecidas. Agora, conseguiu ficar muito pior, na medida em que o relator adotou posições ruralistas... e repetiu com o algodão o que aconteceu com a soja no passado, de legalizar o ilegal”, afirmou o deputado ambientalista João Alfredo (PSOL-CE)”.

b) *ONGs (1)*

— “O Greenpeace, organização que luta contra o avanço dos transgênicos, considera que as mudanças ferem o chamado princípio da precaução, pois não há estudos que comprovem que o manejo e o consumo de organismos geneticamente modificados não causam dano ao meio ambiente e à saúde”.

Descrição: a matéria se refere à Medida Provisória aprovada na Câmara dos Deputados que reduz a área que separa unidades de conservação de plantações transgênicas e autoriza a utilização da pluma de algodão plantado ilegalmente na última safra. Outra alteração da MP se refere à redução, na CTNBio, do quorum necessário para aprovações de transgênicos de 18 para 14 membros, passando dos então dois terços necessários para a maioria absoluta. Um deputado de oposição e uma ONG ambientalista criticaram a MP.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “A Câmara aprovou uma Medida Provisória que reduz a área que separa unidades de conservação de lavouras transgênicas e que autoriza o uso da pluma de algodão geneticamente modificado, plantado ilegalmente este ano”. Entre as alterações da MP está “a legalização de algodão transgênico plantado irregularmente na safra 2005/06. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) havia determinado a destruição dessa safra, e várias apreensões foram realizadas”. “A MP já era ruim porque flexibilizava áreas amortecidas. Agora, conseguiu ficar muito pior, na medida em que o relator adotou posições ruralistas... e repetiu com o algodão o que aconteceu com a soja no passado, de legalizar o ilegal”, afirmou o deputado ambientalista João Alfredo (PSOL-CE)”. “O Green-

peace, organização que luta contra o avanço dos transgênicos, considera que as mudanças ferem o chamado princípio da precaução, pois não há estudos que comprovem que o manejo e o consumo de organismos geneticamente modificados não causam dano ao meio ambiente e à saúde”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento desfavorável aos transgênicos por enfatizar os argumentos apresentados contra a MP que favoreceria os OGMs.

c) Exclusão – a matéria não abrange os argumentos do deputado que alterou o texto da MP para favorecer os transgênicos, que possivelmente explicaria os motivos de tal posicionamento. Portanto, não é possível identificar no texto características de pluralidade.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia, de maneira desfavorável, devido às críticas à MP aprovada na Câmara dos Deputados que favoreceria os OGMs.

QUADRO 128

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 15/01/07

Título da matéria: União Européia inspecionará soja transgênica brasileira¹²⁸

Olho: Missão de especialistas europeus desembarcará no País em março deste ano

Editoria: cidades

Fontes: *(nenhuma fonte)*

Descrição: o texto informa que a União Européia enviaria representantes ao Brasil para inspecionar a produção de transgênicos no país. Antes daqui, a UE já havia vistoriado esse setor na Argentina e Estados Unidos. O objetivo seria evitar que o país exportasse aos europeus produtos geneticamente modificados misturados aos não-transgênicos, como teria sido identificado em cargas de arroz dos Estados Unidos.

Enquadramento:

a) Seleção – “A União Européia (UE) irá inspecionar a produção e exportação de soja transgênica no Brasil”. “O País, na condição de maior fornecedor de produtos agrícolas para a UE entre os países emergentes, ainda será alvo de um número recorde de inspeções em 2007”. “Além dos setores tradicionais da agenda agrícola entre o bloco europeu e o Brasil, 2007 ainda irá inaugurar o debate sobre as exportações e produção de sementes transgênicas nacionais. O foco da Europa será o de conhecer como é feita a produção, quais leis existem para controlar o uso de sementes e, acima do tudo, se existe alguma medida para evitar que a produção de soja tradicional não seja misturada ao produto modificado”. “O tema, porém, ainda não está resolvido. Um dos debates se refere à exigência de que um selo seja colocado no produto para comprovar que não contem sementes modificadas. Outro temor que os europeus vêm mostrando é o da mistura das produções tradicionais com sementes transgênicas”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza a ação da União Européia em “inspecionar a produção e exportação de soja transgênica no Brasil”. O Brasil, “na condição de maior fornece-

dor de produtos agrícolas para a UE entre os países emergentes, ainda será alvo de um número recorde de inspeções em 2007”.

c) Exclusão – o texto não apresenta um quadro de contextualização do cenário brasileiro de transgênicos, com informações referentes à quantidade de OGMs legalizados no país, ao funcionamento da CTNBio nas deliberações dos transgênicos, à Lei de Biossegurança, que regulamenta a atividade etc.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a ação da União Européia de inspecionar a produção e exportação de transgênicos no Brasil evidencia a existência de mercados nos quais os OGMs não são bem-vindos.

QUADRO 129

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 18/01/07

Título da matéria: Plantação de transgênicos bate recorde mundial em 2006¹²⁹

Olho: Críticos dizem que o aumento do uso de transgênicos não aliviou a fome no mundo

Editoria: cidades

Fontes: *a) fontes indefinidas (2)*

— “Um grupo de defesa da biotecnologia informa que um número recorde de lavouras geneticamente modificadas foi plantado em todo o planeta no ano passado (...)”.

— “(...) ao mesmo tempo em que críticos das produções transgênicas afirmam que os supostos avanços não vão além da criação de variedades resistentes a pragas, não mais nutritivas, e que boa parte da produção foi destinada ao consumo animal, o que minaria a alegação de que a biotecnologia ajuda a reduzir a fome no mundo”.

b) ONGs (1)

— “A despeito das críticas, o grupo Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agrobiotecnológicas, apoiado pela indústria do setor, apresentou o recorde como evidência de que lavouras criadas para reduzir o uso de pesticidas podem aliviar a pobreza e beneficiar financeiramente os pequenos produtores”.

Descrição: a matéria caracteriza um cenário de dualidade entre favoráveis e contrários aos transgênicos. Os argumentos dos contrários aos OGMs sustentam que a produção seria destinada para a alimentação animal e não contribuiria para a diminuição da fome no planeta. Por outro lado, os favoráveis acreditam que o aumento recorde alcançado pelas lavouras de transgênicos representaria a aceitação e o avanço do setor.

Enquadramento:

a) Seleção – “Um grupo de defesa da biotecnologia informa que um número recorde de lavouras geneticamente modificadas foi plantado em todo o planeta no ano passado, ao mesmo tempo em que críticos das produções transgênicas afirmam que os supostos avanços não vão além da criação de variedades resistentes a pragas, não mais nutritivas, e que boa parte da produção foi destinada ao consumo animal, o que minaria a alegação de que a biotecnologia ajuda a reduzir a fome no mundo”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza o aumento do número de lavouras de transgênicos no planeta como positivo devido à ênfase aos dados que representam o crescimento do setor.

c) Exclusão – o texto dedica menor espaço aos argumentos do grupo contrário aos OGMs, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, as lavouras de transgênicos estão se multiplicando, o que representaria o avanço da biotecnologia e a aceitação desses produtos no mercado.

QUADRO 130

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 18/01/07

Título da matéria: Área de transgênicos no Brasil deve triplicar até 2015¹³⁰

Olho: Área de sementes transgênicas vai superar a marca de 36 milhões de hectares

Editoria: cidades

Fontes: a) *ONGs (1)*

— “A avaliação é do Serviço Internacional de Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA, na sigla em inglês), que divulgou seu relatório anual sobre a situação do cultivo transgênico no mundo”.

Descrição: a matéria se refere aos dados divulgados por uma ONG internacional sobre o aumento da área plantada com transgênicos nos últimos anos e as previsões até 2015 sobre o assunto.

Enquadramento:

a) Seleção – “A área plantada no Brasil com sementes transgênicas irá mais que triplicar até 2015 e irá superar a marca de 36 milhões de hectares”. “Com o aumento, o Brasil deve superar a Argentina e passar a ser o segundo maior local de cultivo de sementes modificadas no planeta, superado apenas pelos Estados Unidos”. “No total, a entidade estima que 200 milhões de hectares em todo o mundo estarão cultivados com a nova tecnologia até 2015, principalmente nos países em desenvolvimento. A área seria maior que todo o território da Grã-Bretanha, maior que toda a produção agrícola dos Estados Unidos hoje e equivalente a toda a região de pastagem existentes no Brasil”. “Entre 1996 e 2006, a área plantada com transgênicos cresceu 60 vezes”. “Pelos estimativas da entidade para 2015, 20 milhões de agricultores em 40 países estarão usando a tecnologia”. “Hoje, 90% dos usuários das sementes são pequenos agricultores ou estão em países em desenvolvimento”. “Hoje, o Brasil ocupa a terceira colocação no que se refere à plantação de sementes transgênicas e conta com 11,5 milhões de hectares, um aumento de 22% em relação a 2005. O crescimento é o maior da América do Sul, ainda que os argentinos tenham uma área total superior a do Brasil com sementes transgênicas”. “Para os especialistas, a resistência a pragas e secas estão entre os benefícios, além da produtividade. O argumento é contestado por ativistas ambientais”. “Mesmo na Europa, região tradicionalmente mais reticente ao uso da

tecnologia nas sementes, já são seis países que multiplicaram a área plantada por cinco nos últimos seis anos”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento favorável aos transgênicos devido à ênfase dedicada aos dados do crescimento do cultivo dos OGMs no Brasil e no mundo. A matéria trata o tema como uma “disputa” e o “vitorioso” seria aquele que plantasse mais transgênicos, como é possível notar no período: “Com o aumento, o Brasil deve superar a Argentina e passar a ser o segundo maior local de cultivo de sementes modificadas no planeta, superado apenas pelos Estados Unidos”.

c) Exclusão – a reportagem não apresenta o posicionamento dos ambientalistas sobre o aumento da área cultivada por transgênicos no mundo, nem mesmo ao citar que “o argumento é contestado por ativistas ambientais”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os transgênicos são caracterizados de maneira favorável devido ao crescimento da área de cultivo de OGMs em todo o mundo.

QUADRO 131

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 27/02/07

Título da matéria: Greenpeace pede que Senado derrube MP dos transgênicos¹³¹

Olho: O grupo apelou não só para os senadores contra a medida que flexibiliza regras para transgênicos, mas também para a primeira-dama, dona Marisa

Editoria: cidades

Fontes: a) *ONGs (1)*

— ““Se transgênicos são liberados para plantio em todo o País, por que não preservar pelo menos as unidades de conservação?”, questionou, então, Gabriela Vuolo, do Greenpeace”.

Descrição: a matéria se refere à mobilização do Greenpeace para que o Senado não aprove a MP que diminui a distância entre unidades de conservação e áreas de plantio de transgênicos, autoriza a utilização de algodão transgênicos plantado ilegalmente e diminui o quórum da CTNBio para aprovações de OGMs.

Enquadramento:

a) Seleção – “O Greenpeace realiza em Brasília um protesto para pedir que os senadores revertam a aprovação, pela Câmara, da Medida Provisória 327, que reduziu a distância mínima exigida entre uma plantação de organismos geneticamente modificados e uma área de preservação ambiental, além de autorizar a venda de algodão transgênico plantado ilegalmente e diminuir o quórum para decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)”. “O Ministério do Meio Ambiente havia lamentado a aprovação da MP pela Câmara, em dezembro, por conta das emendas referentes ao algodão e à CTNBio”. “Na época, ambientalistas, acusaram a MP de representar ameaça às unidades de conservação ambiental”. “O Greenpeace informa ter enviado e-mail aos senadores com um documento que questiona a edição de sucessivas MPs na área de biossegurança, ‘com o objetivo

de legalizar crimes ambientais cometidos por produtores rurais’, segundo o grupo ambientalista”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento desfavorável aos transgênicos devido à saliência do posicionamento dos ambientalistas contra a MP que favoreceria os OGMs.

c) Exclusão – a matéria não apresenta argumentos contrários ao posicionamento do Greenpeace com relação à MP que favorece os transgênicos, não caracterizado um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado na matéria, os transgênicos são caracterizados de maneira desfavorável devido à mobilização de uma ONG ambientalista contra uma MP que favoreceria os OGMs.

QUADRO 132

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 27/02/07

Título da matéria: Senado aprova MP que facilita plantio de transgênicos¹³²

Olho: Mais cedo, representantes do Greenpeace haviam distribuído pamonhas no Senado, em protesto contra a medida, que segue para sanção presidencial

Editoria: cidades

Fontes: a) *ONGs (1)*

— “Pela manhã, no Palácio da Alvorada, ambientalistas trajados com uniformes de mestrecuca e com o lema ‘Salvem a Nossa Polenta’ entregaram uma cesta de café da manhã endereçada à primeira-dama Marisa Letícia, com produtos derivados do milho, como broas, pamonhas e polenta, comidas típicas nacionais que, argumenta o grupo, podem sofrer com a abertura do País aos transgênicos”.

Descrição: a matéria informa que o Senado aprovou a Medida Provisória que facilita o plantio e a comercialização de transgênicos. Agora, a MP segue para sanção presidencial. Militantes do Greenpeace se manifestaram contra a MP, distribuindo pamonhas no Senado Federal. A ONG também enviou à primeira-dama, dona Marisa, uma cesta com produtos derivados do milho, como protesto.

Enquadramento:

a) Seleção – “O plenário do Senado aprovou a a Medida Provisória 327, que reduz a distância mínima entre o plantio de transgênicos e as unidades de conservação ambiental, além de autorizar a venda de algodão transgênico plantado ilegalmente e reduzir o total de votos, necessário na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), para a aprovação comercial de transgênicos”. “Mais cedo, representantes do Greenpeace haviam distribuído pamonhas no Senado Federal, em protesto contra a medida”. “Pela manhã, no Palácio da Alvorada, ambientalistas trajados com uniformes de mestrecuca e com o lema ‘Salvem a Nossa Polenta’ entregaram uma cesta de café da manhã endereçada à primeira-dama Marisa Letícia, com produtos derivados do milho”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento episódico, que reduz a controvérsia em questão a um fato pitoresco: “ambientalistas trajados com uniformes de mestre-coza e com o lema ‘Salvem a Nossa Polenta’ entregaram uma cesta de café da manhã endereçada à primeira-dama Marisa Letícia”.

c) Exclusão – o texto não apresenta argumentos que sustentam as posições envolvidas na questão enfocada.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os transgênicos são motivo de protesto de ONG ambiental.

QUADRO 133

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 28/02/07

Título da matéria: Ministro da Agricultura elogia votação sobre transgênicos¹³³

Olho: Luís Carlos Guedes Pinto acredita que a aprovação das novas regras para transgênicos facilitará a liberação comercial de variedades modificadas de milho

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “O ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, afirmou que o Senado ‘certamente tomou uma decisão racional’ ao aprovar, na terça-feira, 27, a Medida Provisória (MP) 327, que flexibiliza regras para a aprovação e plantio de transgênicos”.

Descrição: a matéria se refere à aprovação do Senado da Medida Provisória que facilitaria a aprovação dos transgênicos, que foi elogiada pelo ministro da Agricultura e caracterizada como uma “decisão racional”. Entre as mudanças, que afetam diretamente a CTNBio, estão a redução do quorum mínimo para aprovação de 18 para 14 membros da comissão, cria regras sobre plantio de transgênicos próximos a unidades de conservação e libera a comercialização de fibra de algodão geneticamente modificado.

Enquadramento:

a) Seleção – “O ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, afirmou que o Senado ‘certamente tomou uma decisão racional’ ao aprovar, na terça-feira, 27, a Medida Provisória (MP) 327, que flexibiliza regras para a aprovação e plantio de transgênicos”. As mudanças estabelecem a redução do quorum da CTNBio para liberação dos OGMs, de 18 para 14 membros, criam regras para o plantio de transgênicos próximos a unidades de conservação e libera a comercialização de fibra de algodão geneticamente modificado. “Ele acrescentou que a aprovação das novas regras para transgênicos facilitará a liberação comercial de variedades geneticamente modificadas de milho, por exemplo”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento favorável à aprovação pelo Senado da Medida Provisória que facilitaria a liberação comercial dos transgênicos devido às declarações do ministro da Agricultura favoráveis à decisão, enquanto, por outro lado, não são apresentados possíveis argumentos opostos.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta os posicionamentos contrários à Medida Provisória, que sustentariam as perspectivas opostas à facilitação da liberação comercial dos transgênicos.

Construção de agenda: os transgênicos são caracterizados de maneira favorável no contexto da matéria devido às declarações do ministro da Agricultura em favor da aprovação pelo Senado da Medida Provisória que facilitaria a liberação comercial de OGMs.

QUADRO 134

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 14/03/07

Título da matéria: Greenpeace quer proibir milho transgênico nas Filipinas¹³⁴

Olho: Grãos, produzidos pela Monsanto, contém elementos tóxicos para mamíferos

Editoria: cidades

Fontes: a) *pesquisas (1)*

— “Uma equipe de três especialistas independentes franceses verificou que a variante 863 do milho transgênico da Monsanto gerou toxinas nos rins e fígado de ratos de laboratório, informou um comunicado do grupo”.

b) *ONGs (1)*

— “A aprovação de um transgênico não é uma garantia de sua segurança’, ressaltou o representante para Engenharia Biogenética do Greenpeace no Sudeste Asiático, Daniel O-campo”.

Descrição: a matéria informa que o Greenpeace teria se manifestado a favor da retirada de uma variedade de milho transgênico do comércio das Filipinas, onde este OGMs seria liberado para consumo. Eles estariam amparados em uma pesquisa independente realizada por cientistas franceses que teriam constatado malefícios aos rins e fígado de ratos que teriam sido alimentados com o MON-863. Para a ONG, o fato de a variação transgênica ser liberada para consumo naquele país não indicaria nenhuma segurança para o consumidor.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “A organização ambientalista Greenpeace exigiu nesta quarta-feira, 14, a retirada de um tipo de milho transgênico aprovado para o consumo nas Filipinas que, segundo denuncia um novo estudo, contém elementos tóxicos para mamíferos. Uma equipe de três especialistas independentes franceses verificou que a variante 863 do milho transgênico da Monsanto gerou toxinas nos rins e fígado de ratos de laboratório, informou um comunicado do grupo”. Na União Européia, a variação teria sido liberada “apesar dos riscos para a saúde denunciados pelo Greenpeace e vários Estados-membros”. Para a ONG, “a aprovação de um transgênico não é uma garantia de sua segurança”. O Greenpeace “insistiu na periculosidade da manipulação genética dos alimentos, na falta de estudos a longo prazo sobre seus efeitos nas pessoas”. “A variedade de milho transgênico, destacou, é a primeira em que foi demonstrado que um produto aprovado para o consumo num mercado importan-

te como a União Européia provoca danos em órgãos internos, de acordo com a pesquisa dos cientistas franceses”.

b) Ênfase – o texto possui um enquadramento desfavorável aos transgênicos por enfatizar a denúncia do Greenpeace aos supostos malefícios que uma variedade de milho transgênico causaria em rins e fígados de mamíferos.

c) Exclusão – a matéria não apresenta o posicionamento da empresa que desenvolveu o milho geneticamente modificado.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os transgênicos são caracterizados de maneira desfavorável devido à manifestação do Greenpeace contra uma variedade de milho transgênico, que, segundo uma pesquisa científica independente, teria gerado toxinas nos rins e fígado de ratos de laboratório.

QUADRO 135

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 14/03/07

Título da matéria: Requião quer subsidiar soja normal e limitar cana¹³⁵

Olho: Governador não quer que o Paraná se transforme em um território de monocultura

Editoria: cidades

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “Mas Requião disse que não poupará recursos visando esses e outros objetivos dentro da ética de apoiar a agricultura familiar, em meio a um rompimento com os dirigentes do setor cooperativista, que segundo ele têm apoiado os transgênicos”.

— “Nos últimos dois anos, o governo federal gastou com o seguro rural da agricultura familiar R\$ 1,5 bilhão, sendo 90% desse valor na região Sul, afetada pela seca, segundo o novo secretário de Agricultura do Paraná, Valter Bianchini, ex-secretário nacional de Agricultura Familiar e militante do PT, empossado por Região no início do ano”.

Descrição: a matéria se refere às declarações do governador do Paraná, Roberto Requião, sobre sua proposta de incentivo à agricultura convencional. Para o governador, deve-se disciplinar o agronegócio para que o país não se torne uma “plantation”. A proposta do governador se estende à agricultura familiar, cuja idéia seria subsidiar quase que totalmente o seguro rural. Para Requião, que é contrário aos transgênicos, o mercado está aberto para a agricultura convencional, pois a Europa, por exemplo, não tem comprado os produtos norte-americanos devido à transgenia. Além dos problemas ambientais e à saúde que os transgênicos causariam, como defende o governador, o avanço das plantações de cana-de-açúcar também propiciaria danos ao meio ambiente.

Enquadramento:

a) Seleção – “O governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), determinou estudos para subsidiar a produção de soja convencional no Estado, o segundo produtor nacional, e manifestou intenção de disciplinar a produção de cana-de-açúcar, para que o território paranaense não seja tomado por uma monocultura, ou, como ele diz, uma "plantation" nos

moldes imperiais”. “Diante do crescimento do cultivo no Paraná da soja transgênica, que já ocupa cerca de metade da área da oleaginosa nesta safra, devido a custos mais baixos de produção e um mercado de prêmios pela convencional ainda incipiente, o governador contrário aos organismos geneticamente modificados promete reagir para garantir o cultivo da convencional de olho em um mercado internacional que rejeita os grãos alterados”. “Segundo Requião, o Paraná pagaria adicionalmente ao produtor de soja convencional um valor equivalente a metade do que o governo federal já oferece para subsidiar os investimentos no seguro rural”. “‘O prêmio da soja convencional já existe’, destacou Requião, lembrando que o armazém público no Porto de Paranaguá recebe apenas esse tipo de produto. ‘Mas o principal prêmio é a reserva de mercado. A soja convencional é permitida na União Européia, na França, na Inglaterra, na Suíça, e a soja transgênica é proibida’”. “‘Os Estados Unidos perderam no ano passado nas suas exportações cerca de 7 milhões de toneladas, porque na Europa não estão comprando a soja transgênica. Então nós temos um nicho’, afirmou”. “Além do argumento econômico contra os transgênicos, Requião afirmou que é preciso levar em conta os princípios da precaução, uma vez que há controvérsias sobre eventuais problemas à saúde humana que seriam causados pelos organismos alterados. Além disso, ele questiona possíveis desequilíbrios causados à natureza pela transgenia”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento desfavorável aos transgênicos devido à articulação do governador do Paraná, que é contra os OGMs, em dar apoio governamental ao cultivo convencional e à agricultura familiar e por considerar que a transgenia levantaria “controvérsias sobre eventuais problemas à saúde humana” e possibilitaria desequilíbrios à natureza.

c) Exclusão – a matéria não apresenta argumentos contrários aos do governador do Paraná, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os transgênicos poderiam ser prejudiciais à saúde humana e causar danos ambientais, enquanto os alimentos convencionais teriam o mercado europeu aberto para exportações e teriam o apoio do governo do Paraná para se desenvolver.

QUADRO 136

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 16/03/07

Título da matéria: Indicado para Agricultura defende plantio de transgênicos¹³⁶

Olho: Polêmica pode causar discórdia entre deputado Balbinotti e governador Requião

Editoria: cidades

Fontes: a) oficiais (1)

— “Na quinta-feira, 15, em solenidade no interior do Estado, Requião reafirmou que o Paraná e o País ganham com a indicação de Balbinotti, que coordenou a campanha dele no interior paranaense. ‘Eu e o Pessuti (Orlando Pessuti, vice-governador e ex-secretário da Agricultura) sabemos o que é ter um inimigo no Ministério da Agricultura, dizendo que o Paraná tinha febre aftosa apenas para beneficiar grandes frigoríficos, quebrar contratos e manter a lucratividade dos negócios’, criticou”.

b) entidades de classe (1)

— “O presidente da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Ágide Meneguette, espera que a amizade entre Requião e Balbinotti leve o governador a ‘refletir melhor’ sobre os transgênicos”.

Descrição: a matéria indica que poderia haver uma “discórdia” entre o governador do Paraná, Roberto Requião, e o indicado ao cargo de ministro da Agricultura, Odílio Balbinotti, apesar da amizade entre eles. Isso porque Requião é contra os transgênicos e Balbinotti é a favor. Segundo a matéria, Requião já teria se estranhado com outros ministros da Agricultura, como com Roberto Rodrigues, também favorável aos OGMs. Para a Faep, seria uma oportunidade de Requião “refletir melhor” sobre os organismos geneticamente modificados.

Enquadramento:

a) Seleção – “Amigo do governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), o deputado federal Odílio Balbinotti (PMDB-PR) teve seu apoio quando da indicação para o cargo de ministro da Agricultura. Mas a aliança pode sofrer abalos. O ministro indicado é favorável ao plantio de organismos geneticamente modificados, particularmente a soja. Requião é visceralmente contra e não perde a oportunidade de criticar quem pensa o contrário”. “Quando Roberto Rodrigues chefiava a pasta e fazia a mesma defesa que Balbinotti agora expressa, o governo do Paraná chegou a entrar com representação na Procuradoria-Geral da República contra o ministro”. “O presidente da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Ágide Meneguette, espera que a amizade entre Requião e Balbinotti leve o governador a “refletir melhor” sobre os transgênicos”.

b) Ênfase – o texto caracteriza o governador Roberto Requião como “visceralmente contra” os transgênicos e como quem “não perde a oportunidade de criticar quem pensa o contrário”. Assim, a suposta intransigência do governador poderia levar à discórdia com o indicado ao cargo de ministro da Agricultura, que é favorável aos OGMs.

c) Exclusão – a matéria não apresenta os argumentos do governador do Paraná sobre sua oposição aos transgênicos. Tampouco oferece o posicionamento do indicado ao cargo de ministro da Agricultura sobre seu suposto apoio aos OGMs.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, o posicionamento do governador do Paraná contra os transgênicos é reduzido à intransigência de sua conduta contra quem pensa o contrário.

QUADRO 137

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 19/03/07

Título da matéria: Audiência pública discute variedades de milho transgênicos¹³⁷

Olho: Audiência deverá definir se libera ou não o comércio das cultivares

Editoria: cidades

Fontes: (nenhuma fonte)

Descrição: a matéria informa que a CTNBio avaliaria, em audiência pública no Senado Federal, processos de liberação comercial de variedades de milho transgênico. A reunião estaria dividida em duas partes: na primeira, seria apresentado o funcionamento da comissão e do sistema nacional de biossegurança em engenharia genética; na segunda, seriam avaliados os pedidos de liberação das variedades transgênicas de milho. Seria a primeira reunião após a aprovação no Senado da Medida Provisória que prevê a redução do quorum necessário para aprovação de transgênicos pela comissão, de 18 para 14 membros – e que ainda não havia sido sancionada pelo presidente Lula.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) avaliará na terça-feira, 20, em audiência pública no Senado Federal, processos de liberação comercial de sete variedades comerciais de milho transgênico”. “A primeira parte da reunião será dedicada à apresentação do funcionamento da Comissão e do sistema nacional de biossegurança em engenharia genética”. “No começo deste mês, o Ministério Público Federal (MPF) solicitou todos os processos de liberação comercial de variedades transgênicas de milho. Após questionar vários pontos nos processos, respondidos pelo presidente da CTNBio, Walter Colli, o procurador da República Francisco Guilherme Bastos pediu cópias dos documentos, num total de 16 mil páginas. A assessoria da CTNBio informou que não há qualquer tipo questionamento ou ação que possa impedir a audiência”. “Se for realizado, o encontro será o primeiro após a aprovação, no Senado, da Medida Provisória (MP) nº 327, transformada em Projeto de Lei de Conversão nº 29. A lei, que ainda depende de sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reduz de 18 para 14 o quorum mínimo para liberação do plantio comercial de transgênicos na CTNBio”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza que o Ministério Público estaria questionando “vários pontos nos processos” de liberação comercial de transgênicos pela CTNBio.

c) Exclusão – o texto não esclarece por que o Ministério Público teria solicitado “todos os processos de liberação comercial de variedades transgênicas de milho”, nem apresenta quais foram os “vários pontos nos processos” questionados pelo MP.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio seria vista com desconfiança pelo Ministério Público, que teria questionado “vários pontos nos processos” de liberação comercial de milho transgênico.

QUADRO 138

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 21/03/07

Título da matéria: Lula veta venda de algodão transgênico plantado ilegalmente¹³⁸

Olho: Presidente aprovou, no entanto, projeto que reduz quórum da CTNBio exigido para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas

Editoria: cidades

Fontes: a) oficiais (4)

— “Nesta quarta, na justificativa do veto, o presidente afirmou que a liberação do algodão abriria um perigoso precedente para comercialização de sementes transgênicas irregularmente plantadas no País”.

— “No dia em que a proposta foi submetida à análise no plenário do Senado, a Marina (*Silva*) se referiu à proposta como ‘projeto geneticamente modificado’”.

— “Apesar das facilidades alcançadas pelo projeto, o presidente da CTNBio, Walter Colli, está convicto de que somente uma das várias pedras do caminho foram retiradas”.

— “O Ministério Público anteaontem mesmo afirmou que iria ingressar na Justiça com um pedido de anulação da audiência”.

Descrição: a matéria se refere à aprovação pelo presidente Lula da Medida Provisória que alteraria o quorum necessário para liberação comercial de transgênicos pela CTNBio, reduzindo-o de 18 para 14 membros da comissão. O presidente, entretanto, vetou o artigo que liberava a comercialização do algodão transgênico plantado ilegalmente no país e apreendido pelo Ministério da Agricultura. A MP também previa a redução da área de amortecimento entre unidades de conservação e plantações de transgênicos. De acordo com a matéria, a aprovação da MP representaria uma vitória para pesquisadores e uma derrota para ambientalistas. Os integrantes do Ministério do Meio Ambiente acreditavam que qualquer mudança feita no Congresso seria vetada por Lula, que, segundo eles, teria cumprido pela metade essa promessa. Para Colli, presidente da CTNBio, apenas uma parte do problema estaria resolvida, porque ambientalistas estariam recorrendo à Justiça para impedir que transgênicos fossem liberados. O Ministério Público teria manifestado a intenção de mover ação contra Colli, para afastá-lo da presidência da comissão. O argumento seria de que sua indicação não teria seguido o ritual exigido em lei.

Enquadramento:

a) Seleção – “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou, com vetos, o projeto que reduz o quórum da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) exigido para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas. O presidente vetou um dos artigos do projeto, que liberava o beneficiamento e venda de algodão transgênico ilegalmente plantado no País e que havia sido apreendido pelo Ministério da Agricultura, em 2006”. “A decisão do presidente (...) na prática representa uma vitória para pesquisadores e uma derrota para ambientalistas. Incluindo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva”. “Agricultores ficaram no empate. Não conseguiram o precedente da venda de algodão irregularmente plantado no País (...), mas, ao mesmo tempo, tiveram a garantia de que processos na CTNBio agora obedecerão critérios mais flexíveis”. “Caso o roteiro do encontro seja mantido, já valerá a regra de que, com a maioria dos votos de membros da comissão, a liberação comercial é aprovada”. “Desde que a CTNBio retomou seus trabalhos, em janeiro do ano passado, nenhum processo de liberação comercial de sementes transgênicas foi aprovado”. A mudança de quorum já vinha sendo discutida no Congresso “há tempos”. “O problema, no entanto, era administrar o desgaste que tal medida provocaria diante da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que sempre defendeu a manutenção do quorum de dois terços. A solução encontrada foi enxertar, numa Medida Provisória sobre a distância mínima exigida entre áreas de plantio de transgênicos e unidades de conservação, o artigo alterando o quorum”. “Nesta quarta, na justificativa do veto, o presidente afirmou que a liberação do algodão abriria um perigoso precedente para comercialização de sementes transgênicas irregularmente plantadas no País”. “Desde a edição da Medida Provisória, integrantes

do Ministério do Meio Ambiente estavam seguros de que, qualquer alteração sofrida no texto durante a tramitação no Congresso seria vetada pelo presidente. A promessa que segundo ambientalistas foi feita por Lula, foi cumprida pela metade”. Marina Silva teria se referido à proposta como “projeto geneticamente modificado”. “Apesar das facilidades alcançadas pelo projeto, o presidente da CTNBio, Walter Colli, está convicto de que somente uma das várias pedras do caminho foram retiradas”. Isso porque grupos ambientalistas estariam recorrendo à Justiça para impedir a liberação dos transgênicos. “Além de questionar a validade da audiência, o Ministério Público ingressou com uma ação civil pública para afastar o cientista Walter Colli da presidência da CTNBio. O argumento é de que sua indicação não seguiu o ritual exigido em lei”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza a CTNBio como em estado de paralisia em função de seus conflitos internos e externos, pois “desde que retomou seus trabalhos, em janeiro do ano passado, nenhum processo de liberação comercial de sementes transgênicas foi aprovado”.

c) Exclusão – a matéria esgota-se na construção de um enquadramento de conflito e não apresenta os argumentos que sustentam os posicionamentos presentes no texto.

Construção de agenda: a matéria veicula uma imagem de paralisia da CTNBio, motivada por conflitos internos e externos, por não haver liberações comerciais de transgênicos.

QUADRO 139

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 22/03/07

Título da matéria: Greenpeace invade reunião sobre liberação de transgênicos¹³⁹

Olho: Encontro ocorre em meio ao impacto da decisão de Lula em reduzir o quórum da CTNBio exigido para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas

Editoria: cidades

Fontes: a) *oficiais* (2)

— “Membros da CTNBio afirmaram que o Greenpeace invadiu a sala impedindo até mesmo o início da reunião, quando seria votado o pedido feito pelo grupo para participar do encontro como ouvinte. O especialista em biotecnologia indicado pelo Ministério da Agricultura, Alexandre Nepomuceno, disse que a maior parte dos membros da comissão se retirou do recinto enquanto se define a situação”.

— “Edílson Paiva, especialista em biotecnologia vegetal que representa o Ministério da Ciência e Tecnologia, observou que a lei da CTNBio contempla a participação de membros da sociedade civil, mas ela precisa antes ser votada pelos representantes da comissão”.

b) *ONGs* (1)

— “A assessoria de imprensa do Greenpeace informou que, na semana passada, foi enviado à comissão um requerimento solicitando a participação do grupo na reunião como ouvinte, mas não obteve resposta”.

Descrição: a matéria se refere à invasão de integrantes do Greenpeace à reunião da CTNBio que decidiria sobre sete pedidos de liberação de transgênicos. Os manifestantes alega-

ram ter entrado com pedido à comissão, por duas vezes, para participarem da reunião como ouvintes e não teriam obtido resposta. Membros da CTNBio, em contrapartida, afirmaram que a permissão para acompanhamento da reunião deveria ser decidida pelos integrantes antes da resposta aos requerentes.

Enquadramento:

a) Seleção – “O segundo dia da 100ª reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que seria realizada nesta quinta-feira, 22, em Brasília não foi iniciada porque representantes do Greenpeace invadiram a sala”. “O encontro ocorre em meio ao impacto da decisão tomada na última quarta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que sancionou, com vetos, o projeto que reduz o quórum da CTNBio, de 18 para 14 votos, exigido para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas”. “A assessoria de imprensa do Greenpeace informou que, na semana passada, foi enviado à comissão um requerimento solicitando a participação do grupo na reunião como ouvinte, mas não obteve resposta”. “Segundo o grupo, o pedido foi reforçado na última quarta-feira por meio de requerimento enviado pela procuradora do Ministério Público Federal Maria Cordioli”. “Membros da CTNBio afirmaram que o Greenpeace invadiu a sala impedindo até mesmo o início da reunião, quando seria votado o pedido feito pelo grupo para participar do encontro como ouvinte”. “Edílson Paiva, especialista em biotecnologia vegetal que representa o Ministério da Ciência e Tecnologia, observou que a lei da CTNBio contempla a participação de membros da sociedade civil, mas ela precisa antes ser votada pelos representantes da comissão”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza a CTNBio como um órgão que desconsidera a representação de entidades ligadas ao meio ambiente, como o Greenpeace, que teria enviado “à comissão um requerimento solicitando a participação do grupo na reunião como ouvinte, mas não obteve resposta”.

c) Exclusão – o posicionamento do Greenpeace sobre as questões em pauta na reunião da CTNBio não foi caracterizado pela matéria.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio figura como um órgão que não acolhe a expressão de entidades de defesa do meio ambiente.

QUADRO 140

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 22/03/07

Título da matéria: Após Greenpeace, chefe da CTNBio ameaça renunciar¹⁴⁰

Olho: Reunião em que teoricamente seria votada a liberação comercial de uma variedade de milho transgênico foi atrasada devido a protestos de membros do Greenpeace

Editoria: cidades

Fontes: *(nenhuma fonte)*

Descrição: o texto informa que, após manifestação do Greenpeace de invadir a sala de reuniões da CTNBio para acompanhar a votação de uma variedade de milho transgênico, o

presidente da comissão, Walter Colli, teria cogitado renunciar ao cargo. A polícia teria sido chamada ao local e os integrantes da CTNBio teriam ameaçado realizar a reunião em outro local, mas não o fizeram.

Enquadramento:

a) Seleção – “A reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), programada para 9h30, ainda não tinha começado ao meio-dia por causa de uma polêmica participação de integrantes do Greenpeace no encontro. Policiais foram chamados, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) foi ao local da reunião e o presidente da CTNBio, Walter Colli, chegou a ameaçar renunciar ao cargo”. “O presidente da CTNBio chegou a sugerir que a reunião fosse realizada em outro local, para evitar a presença dos integrantes do Greenpeace, mas quando os membros da comissão estavam a caminho dos seus carros, foram alertados de que uma reunião secreta não teria validade. Assim, retornaram ao auditório”.

b) Ênfase – o texto caracteriza a manifestação do Greenpeace como prejudicial ao desenvolvimento dos trabalhos da CTNBio, devido à invasão de militantes que teriam atrasado a reunião da comissão que decidiria sobre uma variedade de milho transgênico.

c) Exclusão – a matéria não apresenta os argumentos das partes envolvidas, como um representante da CTNBio e um integrante do Greenpeace, para defender seus posicionamentos.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio é caracterizada como órgão que não consegue desenvolver suas atividades devido à ação de grupos ambientalistas, como o Greenpeace, que não seguem protocolos e invadem a sala de reuniões da comissão.

QUADRO 141

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 23/03/07

Título da matéria: Presidente da CTNBio é acusado de abuso de autoridade¹⁴¹

Olho: Procuradora irá recorrer à Justiça para que próxima reunião seja aberta à população

Editoria: cidades

Fontes: a) *oficiais* (2)

— “A procuradora da República Maria Soares Camelo Cordioli reafirmou nesta sexta-feira, em nota, que vai recorrer à Justiça para garantir que a próxima reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) seja aberta à população, desde que seja na condição de ouvinte e sem direito a voto”.

— “O presidente da CTNBio, por sua vez, afirmou também na quinta que somente irá realizar nova reunião da comissão caso seja garantida a segurança dos seus integrantes e a tranquilidade do encontro”.

Descrição: a matéria se refere às declarações da procuradora da República, que representa o Ministério Público na CTNBio, sobre a possibilidade de abrir a próxima reunião da co-

missão à população, que poderia participar como ouvinte, sem direito a voto. Para o presidente da CTNBio, a Lei de Biossegurança estabelece que as reuniões podem ser abertas ao público, desde que em caráter excepcional e com o consenso de seus integrantes.

Enquadramento:

a) Seleção – “A procuradora da República Maria Soares Camelo Cordioli reafirmou nesta sexta-feira, em nota, que vai recorrer à Justiça para garantir que a próxima reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) seja aberta à população, desde que seja na condição de ouvinte e sem direito a voto”. “Maria Cordioli, que representa o Ministério Público na CNTBio, classificou como “deplorável” e “lastimável” a polêmica ocorrida na quinta-feira, durante a reunião da CTNBio e acusou o presidente da comissão, Walter Colli, por abuso de autoridade”. “Em entrevista concedida na quinta ao Estado, Maria Cordioli disse nunca ter presenciado, em seus 16 anos de carreira, uma situação como aquela. ‘Ao longo da minha vida profissional, já participei de várias reuniões de colegiados. Mas o nível de discussões da CTNBio às vezes carecem de tranquilidade’, disse”. “O presidente da CTNBio, por sua vez, afirmou também na quinta que somente irá realizar nova reunião da comissão caso seja garantida a segurança dos seus integrantes e a tranquilidade do encontro. Ele argumentou que a presença de pessoas estranhas à comissão somente pode ocorrer com a anuência de seus integrantes e em caráter excepcional, como determina o regimento interno da CTNBio e a própria Lei de Biossegurança”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza a comissão como um órgão tumultuado e sustenta que “o nível de discussões da CTNBio às vezes carecem de tranquilidade”.

c) Exclusão – o texto não informa por que os integrantes do Greenpeace queriam fazer parte da reunião da CTNBio. Também não contextualiza a dinâmica dos processos de deliberação no âmbito da comissão.

Construção de agenda: a CTNBio é caracterizada como órgão tumultuado e desorganizado e se torna notícia devido à manifestação de uma procuradora da República para que a reunião da comissão seja aberta à população.

QUADRO 142

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 23/03/07

Título da matéria: Sthephanes promete ajudar a pequenos produtores¹⁴²

Olho: Novo ministro afirma que presidente Lula lhe pediu para olhar pelos mais pobres, mas diz que é homem de diálogo e que irá procurar também os ruralistas

Editoria: cidades

Fontes: a) oficiais (1)

— “Ao ser questionado, logo após sua posse, sobre qual seria sua posição em relação ao tema, Stephanes disse que ‘o ministro não pode e nem deve ter posição própria e nem regional. Tem de cumprir a legislação, seguir as regras do governo e a política’”.

Descrição: o texto se refere às declarações do novo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, sobre sua nomeação e as primeiras medidas a serem tomadas no cargo. Sobre os transgênicos, o ministro afirmou não ter posicionamento devido a uma exigência do cargo que ocupa. Stephanes sustentou que existem uma lei e uma política governamental sobre os OGMs, além da CTNBio, que seriam responsáveis por sua conduta sobre o assunto.

Enquadramento:

a) Seleção – “O novo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse nesta sexta-feira que vai cumprir a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para centrar suas ações ‘nos (produtores) que não têm condições, para dar a eles a possibilidade de acesso à produção e ao mercado’”. “Ao ser questionado, logo após sua posse, sobre qual seria sua posição em relação ao tema (*transgênicos*), Stephanes disse que ‘o ministro não pode e nem deve ter posição própria e nem regional. Tem de cumprir a legislação, seguir as regras do governo e a política’”. “Stephanes não deixou claro, no entanto, se o termo “regional”, dito por ele em sua resposta, seria uma referência à posição contrária do governador Roberto Requião”. “Stephanes reafirmou ainda existir uma lei e uma política governamental sobre os transgênicos e ainda ‘uma Comissão (CTNBio) que cuida disso’, concluiu”.

b) Ênfase – o texto caracteriza o novo ministro da Agricultura como quem “não pode e nem deve ter posição própria” sobre os transgênicos, pois tem de “cumprir a legislação, seguir as regras do governo e a política”.

c) Exclusão – (*nada a relacionar*)

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, o novo ministro da Agricultura faria valer as leis e a política oficial do governo para o setor.

QUADRO 143

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 17/04/07

Título da matéria: Transgênicos: CTNBio avaliará variedades de milho, algodão e arroz¹⁴³

Olho: (*sem olho*)

Editoria: economia

Fontes: (*nenhuma fonte*)

Descrição: o texto se refere à pauta da próxima reunião da CTNBio, que analisará os pedidos de liberação de seis variedades transgênicas de milho, três de algodão e uma de arroz.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) analisará, na 101ª sessão ordinária, nesta quarta-feira (18) e quinta-feira (19), em Brasília (DF), os pedidos de liberação comercial de seis variedades transgênicas de milho, três de algodão e uma arroz. Será a primeira reunião após a polêmica causada no encontro anterior da CTNBio, que foi cancelado após protestos de ambientalistas contrários aos transgênicos”.

b) Ênfase – a matéria antecipa a pauta da próxima reunião da CTNBio, que analisaria pedidos de liberação comercial de transgênicos após o encontro anterior ter sido interrompido. “Será a primeira reunião após a polêmica causada no encontro anterior da CTNBio, que foi cancelado após protestos de ambientalistas contrários aos transgênicos”.

c) Exclusão – o texto não informa o contexto dos “protestos de ambientalistas contrários aos transgênicos” ocorridos na reunião anterior da CTNBio.

Construção de agenda: a pauta da próxima reunião da CTNBio motiva a publicação da matéria, que enfatiza que a reunião anterior fora prejudicada devido a protestos de ambientalistas.

QUADRO 144

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 20/06/07

Título da matéria: Justiça do PR proíbe liberação de milho transgênico¹⁴⁴

Olho: (*sem olho*)

Editoria: Economia

Fontes: (*nenhuma fonte*)

Descrição: o texto informa que a Justiça do Paraná teria proibido a CTNBio de liberar comercialmente qualquer variedade de milho transgênico. A ação teria sido movida por ONGs que alegaram que os riscos à saúde e ao meio ambiente associados ao OGM foram ignorados pela comissão.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Justiça Federal do Paraná proibiu anteontem em decisão liminar a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) de liberar qualquer variedade de milho transgênico para fins comerciais”. “As entidades (*ONGs*) alegam que os riscos à saúde e ao meio ambiente associados ao milho Liberty Link foram ignorados pela CTNBio”.

b) Ênfase – o texto indica que ONGs contestaram a liberação de uma variedade de milho transgênico pela CTNBio, que teria ignorado os riscos à saúde e ao meio ambiente que o OGM poderia causar.

c) Exclusão – o texto não apresenta o posicionamento da CTNBio sobre o assunto, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, as decisões da CTNBio são contestadas por ONGs.

QUADRO 145

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 25/06/07

Título da matéria: CTNBio libera plantio de eucalipto modificado¹⁴⁵

Olho: Liminar impede órgão de se manifestar sobre liberação de milho transgênico

Editoria: Vida & Meio Ambiente

Fontes: a) *oficiais (1)*

— “Segundo o coordenador Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Jairon Alcir do Nascimento, não existia expectativa em relação à aprovação ou não da liberação comercial dos milhos transgênicos da Monsanto e da Syngenta Seeds porque existia uma liminar na Justiça que impedia o órgão de se manifestar sobre o assunto”.

Descrição: a matéria informa que a CTNBio liberou o uso comercial de eucalipto transgênico em reunião. Algumas regras foram estabelecidas para o plantio, como “uma zona mínima de amortecimento de 100 metros de outras plantações e ainda respeitar a distância de um quilômetro em relação a outras áreas de silvicultura”, como informa o texto. Devido a uma liminar, os membros estariam impedidos de se manifestar sobre os pedidos de liberação do milho geneticamente modificado.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Comissão Nacional de Biotecnologia (CTNBio) aprovou nesta quinta-feira a liberação planejada do eucalipto, *Eucalyptus* geneticamente modificado”. Segundo o coordenador da CTNBio, “não existia expectativa em relação à aprovação ou não da liberação comercial dos milhos transgênicos da Monsanto e da Syngenta Seeds porque existia uma liminar na Justiça que impedia o órgão de se manifestar sobre o assunto”. “Jairon Alcir do Nascimento afirmou que, ‘salvo alguma liminar’, os dois processos devem voltar a ser analisados pela CTNBio na próxima reunião, marcada para os dias 18 e 19 de julho”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento favorável aos transgênicos porque enfatiza a liberação de eucalipto transgênico e informa que só não houve mais aprovações de OGMs na reunião realizada pela CTNBio “porque existia uma liminar na Justiça que impedia o órgão de se manifestar” sobre o milho transgênico.

c) Exclusão – a matéria não esclarece quem teria entrado com liminar contra a liberação do milho transgênico, nem por quê.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia devido à liberação para uso comercial, através da CTNBio, de eucalipto geneticamente modificado e da impossibilidade de a comissão deliberar sobre o milho transgênico por haver uma liminar na Justiça que a impedia de fazê-lo.

QUADRO 146

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 16/07/07

Título da matéria: Argentina libera produção de milho transgênico proibido na UE¹⁴⁶

Olho: Agricultores terão de notificar armazéns, exportadores e processadores da presença da transgenia

Editoria: Economia

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “A Argentina suspendeu a proibição ao cultivo do milho transgênico GA21, conforme resolução publicada no Boletim Oficial de hoje”.

— “No entanto, duas companhias locais também obtiveram a licença e fazem a comercialização. As informações são da Dow Jones”.

b) empresas (1)

— “A Syngenta conseguiu a aprovação do governo argentino para a semente GA21 em 2005, mas ainda não vendeu a variedade no país, segundo o porta-voz da companhia, Medard Schoenmaeckers”.

Descrição: a matéria informa que a Argentina teria suspenso a proibição da utilização comercial de uma variedade de milho transgênico. No entanto, o governo argentino teria exigido que os produtores identificassem seus produtos geneticamente modificados para que não fosse possível exportá-los a países que tivessem qualquer restrição aos OGMs.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Argentina suspendeu a proibição ao cultivo do milho transgênico GA21, conforme resolução publicada no Boletim Oficial de hoje”. “Agora, os produtores que usarem as sementes geneticamente modificadas terão de garantir que o milho produzido será usado apenas no mercado doméstico ou exportado para países onde não haja qualquer restrição ao consumo. De acordo com a resolução, os agricultores terão de notificar armazéns, exportadores e processadores da presença da transgenia antes de entregar a safra”.

b) Ênfase – o texto salienta a decisão do governo argentino em instituir regras para a produção de transgênicos no país, como a necessidade de os agricultores notificarem “armazéns, exportadores e processadores da presença da transgenia antes de entregar a safra”.

c) Exclusão – a matéria não contextualiza a decisão da Argentina, informando os possíveis benefícios e prejuízos à agricultura do país e ao mercado de exportação.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a Argentina teria instituído novas regras para a produção de alimentos transgênicos devido à rejeição de um de seus produtos no mercado europeu.

QUADRO 147

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 24/07/07

Título da matéria: Aprovado em maio, milho transgênico continua suspenso¹⁴⁷

Olho: Os membros da CTNBio não conseguiram chegar a um acordo para aprovação dos requisitos exigidos pela Justiça

Editoria: Vida & Meio Ambiente

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “Segundo a assessoria da CTNBio, entre a aprovação de uma variedade transgênica pela entidade e sua chegada ao mercado pode transcorrer em prazo de cerca de dois anos - fora as dificuldades jurídicas”.

Descrição: a matéria se refere à suspensão da liberação de milho transgênico, através de uma liminar, ocorrida em 18 de junho de 2007. A CTNBio havia aprovado o uso comercial desta variedade de milho geneticamente modificado em 16 de maio do mesmo ano. A liminar exigia estudos para “garantir a coexistência do milho transgênico com variedades orgânicas e convencionais, e regras para monitoramento da nova variedade”. O texto também informa sobre a cronologia da CTNBio, desde a sanção da Lei de Biossegurança até a suspensão da liberação do milho transgênico, através da CTNBio.

Enquadramento:

a) Seleção – “O milho Liberty Link, geneticamente modificado pela Bayer para resistir a herbicidas que usam a substância glufosinato de amônio, foi liberado para uso comercial no Brasil pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) em 16 de maio de 2007 - depois de nove anos de espera, foi a primeira variedade de milho transgênico autorizada no Brasil”. “Na prática, no entanto, a autorização para o plantio durou pouco: em 18 de junho, a Justiça Federal do Paraná suspendeu a liberação, por meio de liminar, exigindo estudos preliminares para garantir a coexistência do milho transgênico com variedades orgânicas e convencionais, e regras para monitoramento da nova variedade”. “Segundo a assessoria da CTNBio, entre a aprovação de uma variedade transgênica pela entidade e sua chegada ao mercado pode transcorrer em prazo de cerca de dois anos - fora as dificuldades jurídicas”. A Lei de Biossegurança foi sancionada em 24 de março de 2005. “O primeiro processo para liberação comercial de transgênico é avaliado pela CTNBio” apenas em 23 de novembro de 2006.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento desfavorável à CTNBio por enfatizar sua suposta morosidade na deliberação sobre os transgênicos. A matéria salienta que “depois de nove anos de espera, foi a primeira variedade de milho transgênico autorizada no Brasil”, e “entre a aprovação de uma variedade transgênica pela entidade e sua chegada ao mercado pode transcorrer em prazo de cerca de dois anos - fora as dificuldades jurídicas”.

c) Exclusão – a matéria não apresenta os argumentos de membros da CTNBio que possivelmente justificariam o tempo utilizado para deliberação dos transgênicos.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio é caracterizada de maneira negativa devido a sua morosidade na deliberação sobre os transgênicos.

QUADRO 148

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 29/07/07

Título da matéria: Governo cogita revogar Lei de Biossegurança¹⁴⁸

Olho: Medida pode ser tomada caso Anvisa se coloque à frente dos trabalhos da comissão técnica da área, a CTNBio

Editoria: Vida &

Fontes: a) *oficiais* (4)

— “‘Se a resolução for aprovada, será um desastre’, diz o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto de Castro”.

— “O diretor da Anvisa, Cláudio Maierovitch, por sua vez, observa que as análises dos processos não seguem nenhuma metodologia, apenas critérios pessoais dos conselheiros”.

— “‘Há uma certa impaciência e ingenuidade da ala favorável à agilidade dos processos. Sem alguns cuidados básicos, eles acabam se tornando alvo fácil. Para setores radicalmente contrários a transgênicos, qualquer falha é motivo para ação’, afirma um dos integrantes da CTNBio”.

— “‘Recurso não é sinal de desentendimento entre setores do governo. Ele está previsto em lei’, observa Margarido Neto (*presidente do Ibama*)”.

Descrição: a matéria se refere aos posicionamentos de fontes oficiais com relação à proposta da Anvisa de instituir um roteiro de questões que “deveria ser respondido por empresas interessadas em colocar seus produtos transgênicos no mercado”. Para o Ministério de Ciência e Tecnologia, a aprovação desta proposta seria prejudicial à CTNBio, órgão responsável por lei para a deliberação sobre transgênicos.

Enquadramento:

a) Seleção – “A disputa em torno dos transgênicos chegou a tal ponto dentro do governo que a idéia de revogar a Lei de Biossegurança começa a ser cogitada. A crise atingiu o auge nesta semana, com a notícia de que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) havia proposto um roteiro de questões que deveria ser respondido por empresas interessadas em colocar seus produtos transgênicos no mercado”. “‘Se a resolução for aprovada, será um desastre’, diz o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto de Castro”. “Barreto de Castro defende que, na próxima reunião do conselho de ministros, a proposta da Anvisa seja discutida. ‘Se o órgão máximo concordar com a proposta, é melhor dissolver a CTNBio’”.

b) Ênfase – a matéria enfatiza que a Anvisa estaria se colocando “à frente dos trabalhos da comissão técnica da área, a CTNBio”, ao sugerir um roteiro de questões para balizar a deliberação sobre transgênicos.

c) Exclusão – os argumentos em defesa do roteiro de questões para balizar a deliberação sobre transgênicos não são esclarecedores, não caracterizando a possível importância para o setor em instituir tal documento.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a interferência da Anvisa nos processos de avaliação da segurança de transgênicos no âmbito da CTNBio é motivo para um secretário do Ministério da Ciência e da Tecnologia insinuar que caberia a “revogação” da Lei de Biossegurança.

QUADRO 149

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 30/07/07

Título da matéria: Milho da Bayer volta à estaca zero¹⁴⁹

Olho: Após nove anos esperando para ser liberado comercialmente, produto transgênico volta para análise de comissão

Editoria: Vida &

Fontes: *a) oficiais (3)*

— “As manobras protelatórias certamente não vão acabar por agora’, afirmou um dos integrantes da comissão técnica”.

— “Não há dúvidas de que o Brasil é um dos mais conservadores nesta área’, afirma o Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antônio Barreto de Castro”.

— “Uma lista infindável de perguntas foi feita, consultores externos foram chamados’, relembra um dos integrantes da comissão, Edilson Paiva, pesquisador da Embrapa”.

Descrição: a matéria se refere à volta de uma variedade de milho transgênico à pauta da CTNBio, após avaliação do Conselho Nacional de Biossegurança. O objetivo é que se estabeleçam metas para o acompanhamento do comportamento da cultura no meio ambiente, para depois se definir como será a coexistência do milho com as outras variedades da semente. A demora de nove anos para deliberação sobre o milho geneticamente modificado seria resultado de uma série de fatores externos à comissão, como interferência judicial e pressão de ONGs ambientalistas.

Enquadramento:

a) Seleção – “Depois de nove anos percorrendo os caminhos da burocracia, de enfrentar recursos judiciais e a oposição de organizações não-governamentais, de esperar pela Lei de Biossegurança e de ser aprovado no ano passado na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), o milho transgênico desenvolvido pela Bayer, o Liberty Link, voltou à estaca zero”. “Os nove anos de espera do milho da Bayer refletem com perfeição o vaivém da política de transgênicos no País. Em 12 anos de existência da Lei de Biossegurança, que está em sua segunda versão, apenas três sementes transgênicas foram aprovadas: uma de soja, outra de algodão e, agora, mas sem conclusão, a do milho Liberty Link”. “Quando o processo estava prestes a ser julgado, uma liminar obrigou a CTNBio a fazer uma audiência pública. O pedido foi atendido, mas, para os ambientalistas, de forma incompleta - eles questionaram o fato de o processo de segurança do milho transgênico ter sido discutido em uma pauta que tratou de vários assuntos”. “Satisfeito mais esse pedido, e marcada, mais uma vez, a data para votação da liberação, foi a vez de organizações não-governamentais ingressarem na Justiça para que as reuniões fossem abertas ao público”. “Paiva não tem dúvida de que a resistência em permitir o uso comercial só traz prejuízos para ciência”. “Demorou tanto tempo que, comparado com sementes mais modernas, o Liberty Link pode ser comparado a uma carroça’, afirma Paiva. Mas mesmo assim, uma carroça bem-vinda”.

b) Ênfase – a reportagem caracteriza a CTNBio como um órgão paralisado devido à burocracia do setor, aos recursos judiciais e à oposição de organizações não-governamentais. Reflexo disso é que em “12 anos de existência da Lei de Biossegurança,

que está em sua segunda versão, apenas três sementes transgênicas foram aprovadas: uma de soja, outra de algodão e, agora, mas sem conclusão, a do milho Liberty Link”.

c) **Exclusão** – a matéria não aborda o posicionamento das ONGs contrárias aos transgênicos, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a CTNBio seria um órgão inoperante devido às interferências externas de ONGs e da Justiça.

QUADRO 150

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 01/08/07

Título da matéria: Campo espera a liberação de transgênicos¹⁵⁰

Olho: (*sem olho*)

Editoria: Suplementos / Agrícola

Fontes: a) *entidades de classe (1)*

— “O vice-presidente da Abrapa e presidente da Associação Goiana dos Produtores de Algodão (Agopa), Haroldo Rodrigues da Cunha, explica que a cotação do produto, em dólar, vem se mantendo num bom nível”.

Descrição: segundo a matéria, seria uma questão de necessidade a liberação de algodão transgênico, para que o produto brasileiro tivesse competitividade no mercado internacional. O que justificaria essa indispensabilidade da liberação do algodão geneticamente modificado seria a desvalorização do dólar frente ao real, o que colocaria a margem de lucro do produtor abaixo do esperado.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “Hoje, há apenas uma variedade liberada no mercado, o algodão Bollgard Evento 531, da Monsanto do Brasil, resistente a insetos. Apesar das discussões, produtores alegam que falta competitividade ao algodão brasileiro por causa dos altos custos de produção. As variedades geneticamente modificadas ajudariam, então, a diminuir as aplicações de herbicidas, reduzindo os custos”. O cálculo é que seria “possível reduzir em 20% os custos da lavoura”. “A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) discute outras três variedades de algodão transgênico”.

b) **Ênfase** – o texto possui um enquadramento favorável à liberação dos transgênicos por caracterizar a aprovação do uso comercial de algodão como uma necessidade para manter a competitividade do produto no mercado internacional.

c) **Exclusão** – a matéria não apresenta posicionamento contrário à liberação do algodão transgênico, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia, de maneira favorável, porque a liberação do algodão geneticamente modificado é caracterizada como uma questão de necessidade para manter a competitividade do produto no mercado internacional.

QUADRO 151

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 07/08/07

Título da matéria: Brasil desenvolve soja transgênica para exploração comercial¹⁵¹

Olho: Ainda sem nome comercial, a soja foi desenvolvida inteiramente no Brasil, em parceria da Embrapa com a Basf

Editoria: Vida & Meio Ambiente

Fontes: a) *cientistas (1)*

— “‘Estou muito feliz pelo Brasil; é uma demonstração de que somos capazes de produzir algo de alta tecnologia e com alto valor agregado’, disse Rech”.

b) *empresas (1)*

— “O gerente de biotecnologia da Basf no Brasil, Luiz Carlos Louzano, acredita que a nova soja poderá ganhar até 20% do mercado brasileiro. É a primeira planta transgênica da empresa, concorrente da Monsanto. ‘Queremos oferecer uma opção que seja economicamente e tecnologicamente interessante para o sojicultor’, disse”;

Descrição: a matéria informa que a Embrapa desenvolveu, em parceria com a multinacional química Basf, a primeira planta transgênica brasileira. Trata-se de uma variedade de soja geneticamente modificada tolerante a herbicidas. O OGM vem para concorrer comercialmente com a tecnologia Roundup Ready (RR), da Monsanto, e tem previsão para ser liberado comercialmente até 2012.

Enquadramento:

a) Seleção – “O Brasil já tem sua primeira planta transgênica. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a multinacional química Basf anunciaram nesta terça-feira, 7, um contrato para o desenvolvimento comercial de uma variedade de soja geneticamente modificada, tolerante a herbicidas”. “A nova soja contém um gene da planta *Arabidopsis thaliana* (uma planta modelo de laboratório, muito utilizada em pesquisas no mundo todo) que confere resistência a uma classe de herbicidas chamada imidazolinonas. Dessa forma, o herbicida pode ser aplicado para o controle de ervas daninhas sobre toda a lavoura, sem prejuízo para a soja”. “Vários testes de biossegurança já estão em andamento, tanto na área ambiental quanto alimentar”. “‘Estou muito feliz pelo Brasil; é uma demonstração de que somos capazes de produzir algo de alta tecnologia e com alto valor agregado’, disse Rech”. “O gerente de biotecnologia da Basf no Brasil, Luiz Carlos Louzano, acredita que a nova soja poderá ganhar até 20% do mercado brasileiro”. “‘Queremos oferecer uma opção que seja economicamente e tecnologicamente interessante para o sojicultor’, disse”.

b) Ênfase – a primeira planta transgênica brasileira é caracterizada pela matéria como de “alta tecnologia e com alto valor agregado” e seria uma opção “economicamente e tecnologicamente interessante para o sojicultor”.

c) Exclusão – o texto não apresenta posicionamento contrário ao desenvolvimento de plantas transgênicas, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a primeira planta transgênica brasileira é caracterizada como uma conquista para o país.

QUADRO 152

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 08/08/07

Título da matéria: Apesar de histórico da CTNBio, prazo para aprovação pode ser mais curto¹⁵²

Olho: (*sem olho*)

Editoria: Vida &

Fontes: a) *oficiais* (1)

— “‘Não somos apenas usuários, mas parceiros diretos na construção da tecnologia’, destacou o diretor-executivo da Embrapa, José Geraldo Eugênio de França”.

b) *empresas* (2)

— “‘Espero que não leve dez anos para conseguirmos a aprovação; isso certamente inviabilizaria investimentos futuros’, disse o gerente de Biotecnologia da Basf no Brasil, Luiz Carlos Louzano”.

— “‘Vivemos uma nova fase. Há dez anos não tínhamos ambiente para investimento’, observa o gerente-geral de Transferência de Tecnologia da empresa, José Roberto Rodrigues Peres”.

Descrição: segundo a matéria, o histórico de liberações de transgênicos da CTNBio é pouco animador para pesquisadores e empresas, porque em dez anos, apenas três variedades foram aprovadas para uso comercial. Mesmo assim, a Basf, empresa do ramo, investe na produção de novas biotecnologias. A Embrapa também está pesquisando variedades geneticamente modificadas de feijão, cana-de-açúcar, milho e algodão. O objetivo seria colocar no mercado brasileiro uma tecnologia desenvolvida pelo próprio país.

Enquadramento:

a) **Seleção** – “O histórico de tramitação dos pedidos de liberação comercial de plantas transgênicas na CTNBio é pouco animador para pesquisadores e empresas. Em mais de dez anos, apenas três produtos foram aprovados no País: uma variedade de soja, uma de algodão e uma de milho. Pelo menos dez outros produtos aguardam há anos na fila para serem levados ao mercado. A tecnologia enfrenta forte resistência de grupos ambientalistas e da agricultura familiar”. “Além da soja, outros projetos de plantas transgênicas estão em fase adiantada na Embrapa. O cartel de pesquisas inclui variedades geneticamente modificadas de feijão, cana-de-açúcar, milho e algodão”. “Peres reconhece que a estimativa para aprovação da nova soja transgênica é otimista. ‘Acreditamos que, nesse caso, o prazo para avaliação seja menor, sobretudo porque já há uma semente liberada para plantio e que é usada em larga escala’, disse”.

b) **Ênfase** – a matéria destaca que, apesar de a CTNBio ter um histórico de morosidade para a liberação de transgênicos, acredita-se que uma variedade de soja geneticamente modificada desenvolvida pela Basf, em parceria com a Embrapa, não demore tanto para ser aprovada pela comissão devido à existência de uma soja transgênica semelhante já liberada para uso comercial no Brasil.

c) **Exclusão** – o texto não contextualiza o que levaria a CTNBio a estar envolvida em um “histórico de tramitação dos pedidos de liberação comercial de plantas transgênicas (...) pouco animador para pesquisadores e empresas”. Também não apresenta posicionamento contrário ao desenvolvimento de transgênicos no Brasil, pela Embrapa, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a possibilidade de liberação mais rápida pela CTNBio de uma variedade transgênica produzida com tecnologia em parte brasileira é vista como esperança de que o órgão comece a aprovar mais pedidos de liberação de OGMs.

QUADRO 153

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 10/08/07

Título da matéria: Anvisa perde disputa de poder com a CTNBio¹⁵³

Olho: Para o ministro da Saúde, a resolução feita pela Anvisa feria os poderes da CTNBio, definidos por lei

Editoria: Vida & Meio Ambiente

Fontes: a) *oficiais (1)*

— “A consulta pública irá continuar, mas o roteiro para análise de processos sobre segurança de transgênicos será apenas um subsídio”, afirmou Temporão (*José Gomes, ministro da Saúde*) ao final do encontro do conselho”.

Descrição: a matéria se refere à decisão de que a resolução com normas para avaliação da segurança dos transgênicos proposta pela Anvisa seria apenas como documento consultivo, e não como obrigatório, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária pretendia. A decisão teria sido tomada pelo Conselho Nacional de Biossegurança, órgão máximo do país para deliberar sobre os transgênicos, formado por 11 ministros. A justificativa seria de que “a resolução feita pela Anvisa feria os poderes da CTNBio”.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) perdeu a queda-de-braço para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e não conseguiu ampliar seus poderes para controlar a liberação comercial de produtos transgênicos”. “A Anvisa admitiu transformar uma resolução com normas para avaliação da segurança de transgênicos em um documento consultivo, que apenas irá auxiliar decisões de representantes do Ministério da Saúde. O desfecho desarmou a crise que havia se instalado no governo e foi anunciado ontem por Temporão”. “A decisão foi tomada em uma reunião do Conselho Nacional de Biossegurança, convocada especialmente para encontrar uma solução para o problema”. “Para o ministro, a resolução feita pela Anvisa feria os poderes da CTNBio, definidos por lei”. “O impasse surgiu em julho, quando a Anvisa colocou em consulta pública um roteiro que teria de ser seguido por todas as empresas interessadas em ter seus

produtos transgênicos liberados comercialmente. Na justificativa, a Anvisa afirmava que entre suas atribuições estava zelar pela segurança dos alimentos”.

b) Ênfase – a matéria caracteriza a proposta da Anvisa de estabelecer “normas para avaliação da segurança de transgênicos” como uma tentativa de “ampliar seus poderes para controlar a liberação comercial de produtos transgênicos”. A proposta, segundo a matéria, teria instaurado uma “crise” no governo, que teria convocado uma reunião do Conselho Nacional de Biossegurança para “encontrar uma solução para o problema”.

c) Exclusão – a matéria não apresenta os argumentos da Anvisa que justificariam sua proposta de estabelecer “normas para avaliação da segurança de transgênicos”, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, a proposta da Anvisa de estabelecer “normas para avaliação da segurança de transgênicos” é caracterizada como um problema para o governo e estaria gerando uma crise de poderes entre a Anvisa e a CTNBio.

QUADRO 154

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 16/08/07

Título da matéria: CTNBio aprova liberação de milho transgênico da Monsanto¹⁵⁴

Olho: (*sem olho*)

Editoria: economia

Fontes: a) *oficiais* (1)

— “A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou nesta quinta-feira a liberação comercial do milho transgênico resistente a insetos da Monsanto, informou o órgão do governo”.

b) *ONGs* (1)

— “‘Tal variedade de milho aguardava avaliação há oito anos e, apesar de as análises terem sido concluídas pelos membros da CTNBio, somente hoje recebeu o parecer favorável definitivo. Com a aprovação, a Comissão dá aval de segurança alimentar humana, animal e para o meio ambiente’, informou o Conselho de Informações sobre Biotecnologia, uma entidade defensora dos transgênicos”.

Descrição: a matéria informa que a CTNBio teria aprovado a liberação comercial de uma variedade de milho transgênico resistente a insetos. “A liberação foi realizada logo após a aprovação pela comissão do Plano de Monitoramento Pós-Comercialização e da Proposta de Coexistência para milho transgênico”. Após a aprovação pela CTNBio, o processo segue para sanção do Conselho Nacional de Biossegurança, que analisa as questões de biossegurança do ponto de vista sócio-político.

Enquadramento:

a) Seleção – “A liberação (*de uma variedade de milho transgênico*) foi realizada logo após a aprovação pela comissão do Plano de Monitoramento Pós-Comercialização e

da Proposta de Coexistência para milho transgênico, também nesta quinta-feira. A aprovação desses planos foi uma exigência do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), que condicionou a liberação comercial de uma nova variedade a um projeto de monitoramento e coexistência”. Segundo uma ONG, “tal variedade de milho aguardava avaliação há oito anos e, apesar de as análises terem sido concluídas pelos membros da CTNBio, somente hoje recebeu o parecer favorável definitivo. Com a aprovação, a Comissão dá aval de segurança alimentar humana, animal e para o meio ambiente”. “Os produtos transgênicos são vistos por boa parte do setor agrícola como fatores de elevação da produtividade e de redução de custos”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento favorável aos transgênicos devido à aprovação da CTNBio a uma variedade de milho transgênico, classificada pela reportagem como “aval de segurança alimentar humana, animal e para o meio ambiente”.

c) Exclusão – a matéria não esclarece o que seriam o “Plano de Monitoramento Pós-Comercialização” e a “Proposta de Coexistência para milho transgênico”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, os transgênicos são caracterizados de maneira favorável devido à aprovação da liberação pela CTNBio de uma variedade de milho transgênico e por serem considerados pelo setor agrícola como responsáveis pela elevação da produtividade e pela redução de custos.

QUADRO 155

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 17/08/07

Título da matéria: CTNBio libera comercialmente mais um milho transgênico¹⁵⁵

Olho: Foi uma votação rápida e silenciosa. Mas a perspectiva é de que a decisão provoque ainda muita polêmica

Editoria: Vida & Meio Ambiente

Fontes: *a) oficiais (2)*

— “As duas regras foram votadas ontem e, de acordo com o presidente da CTNBio, Walter Colli, isso abriu caminho para que outros processos fossem avaliados”.

— “A representante do Ministério Público na CTNBio, Maria Soares Cordioli, preferiu analisar as votações de ontem antes de informar se ingressaria ou não com recursos na Justiça. ‘Há certa dúvida sobre a eficácia de tal decisão’, disse”.

b) ONGs (2)

— “‘A CTNBio é guardiã da bio-insegurança’, afirmou Gabriela Vuolo, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace”.

— “A advogada da organização não-governamental Terra de Direitos Maria Rita Reis questionou a legalidade da decisão”.

Descrição: a matéria informa que a CTNBio, em reunião, aprovou mais uma variedade de milho transgênico. O problema é que a Justiça do Paraná havia entrado com liminar impedindo que a comissão avaliasse os pedidos de liberação de milho geneticamente modificado

até que fossem criadas normas de monitoramento e de coexistência entre milho transgênico e cultura de milho convencional.

Enquadramento:

a) Seleção – “O pedido (*de avaliação do milho Guardian, da Monsanto*), depositado no conselho em 1999, foi votado diante de olhares perplexos do público que estava no auditório do Ministério da Ciência e Tecnologia, onde a reunião se realizava. Embora estivesse na pauta, a expectativa era que o assunto não fosse apreciado ontem”. “Foi uma votação rápida e silenciosa. Mas a perspectiva é de que a decisão provoque ainda muita polêmica. Ontem, horas depois da votação, o Greenpeace divulgou um comunicado repudiando a decisão”. “A advogada da organização não-governamental Terra de Direitos Maria Rita Reis questionou a legalidade da decisão”. “Uma liminar na Justiça Federal do Paraná havia determinado que a CTNBio não julgasse nenhum pedido de liberação comercial antes de criar normas de monitoramento e de coexistência entre milho geneticamente modificado e cultura de milho convencional”. “Para ela (*Maria Cordioli, representante do Ministério Público*), antes de colocar em julgamento outros processos, seria necessário que a Justiça do Paraná analisasse as duas instruções para verificar se as exigências da liminar foram satisfeitas. Somente com o aval a CTNBio poderia analisar outro pedido”.

b) Ênfase – segundo a matéria, a CTNBio não poderia ter deliberado sobre o milho transgênico porque havia uma liminar judicial que a impedia de fazê-lo.

c) Exclusão – os argumentos das ONGs contrárias à liberação do milho transgênico não são esclarecedores sobre seu posicionamento, assim como os argumentos dos que defendem a decisão da comissão não justificam claramente a ação dos membros da CTNBio de avaliar o pedido de liberação do OGM.

Construção de agenda: a CTNBio é caracterizada como órgão paralisado, cujas decisões podem ser questionadas na Justiça.

QUADRO 156

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 05/09/07

Título da matéria: Transgênicos ganharão mais espaço no Brasil em 07/08 -Monsanto¹⁵⁶

Olho: (*sem olho*)

Editoria: economia

Fontes: *a) oficiais (1)*

— “Em 06/07, o Brasil semeou, segundo dados do governo, 20,6 milhões de hectares de soja, dos quais pouco mais da metade geneticamente modificados”.

b) ONGs (1)

— “Na safra 05/06, a área com grão alterado foi de cerca de 9,5 milhões de hectares, e na temporada 06/07, de 11,4 milhões de hectares, segundo a instituição internacional que pesquisa transgênicos ISAAA”.

c) empresas (1)

— “O plantio de soja e algodão transgênicos no Brasil deverá ter um crescimento expressivo na safra 2007/08, previu nesta quarta-feira a multinacional Monsanto, única empresa que detém autorização para vender a tecnologia de grãos geneticamente modificados (GM) no país”.

Descrição: a matéria se refere ao possível aumento da área plantada com transgênicos no Brasil. Quem informa é a empresa multinacional Monsanto, a única que autorizada a comercializar OGMs no país. A empresa acredita que a soja transgênica teria um aumento de 10% da área plantada, enquanto que o algodão geneticamente modificado chegaria a quase dobrar sua área plantada. Sobre a possível diminuição de área plantada no Paraná, a empresa afirma que naquela região ocorreria apenas um crescimento mais lento.

Enquadramento:

a) Seleção – “O plantio de soja e algodão transgênicos no Brasil deverá ter um crescimento expressivo na safra 2007/08”. “A norte-americana Monsanto estima que a semeadura de soja transgênica crescerá de 51 por cento da área plantada em 06/07 para 60 por cento do plantio em 07/08”. “Considerando que a área plantada cresça 5 por cento em 07/08, como apontou uma projeção do Ministério da Agricultura na terça-feira, o Brasil plantaria neste ano cerca de 13 milhões de hectares com soja transgênica Roundup Ready, cujo gene proporciona resistência ao herbicida glifosato”. “Para o algodão Bollgard, com tecnologia Bt resistente a insetos, a Monsanto prevê que a área plantada com o transgênico “quase dobre” este ano, para 23 por cento da superfície semeada, contra 12 por cento em 06/07, quando o plantio atingiu 1,06 milhão de hectares”. “Segundo o presidente da Monsanto, o crescimento ano após ano das lavouras transgênicas no Brasil é prova de que a tecnologia reduz custos e apresenta bons resultados em termos de produtividade”. “A Monsanto informou que manterá para 07/08 em 30 centavos de reais por quilo de semente os royalties pagos pela semente de soja certificada, mesmo valor da safra 06/07. O sistema indenizatório para sementes “salvas” por produtores, que pagam 2 por cento do valor da saca (60 kg) na venda do grão, também será mantido”.

b) Ênfase – a matéria possui um enquadramento favorável aos transgênicos por enfatizar as declarações do presidente da Monsanto, que afirma que “o crescimento ano após ano das lavouras transgênicas no Brasil é prova de que a tecnologia reduz custos e apresenta bons resultados em termos de produtividade”.

c) Exclusão – a reportagem não apresenta posicionamento contrário ao crescimento da área plantada com transgênicos no país, não caracterizando um quadro de pluralidade.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia devido às declarações do presidente de uma multinacional e suas estimativas de crescimento da área plantada com OGMs no Brasil.

QUADRO 157

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 21/09/07

Título da matéria: CTNBio libera mais uma variedade de milho transgênico¹⁵⁷

Olho: Esta é a terceira liberação de variedades geneticamente modificadas do grão em quatro meses

Editoria: vida & ciência

Fontes: a) oficiais (1)

— “Ainda nesta quinta-feira, diante de divergências sobre a forma de condução da votação, integrantes da CTNBio afirmaram que poderiam questionar na Justiça a aprovação do milho da Syngenta, resistente a insetos”.

Descrição: a matéria informa que a CTNBio aprovou mais um pedido de liberação de milho geneticamente modificado. O grão vinha sendo motivo de controvérsias entre a comissão e a Justiça, que, através de liminar, impediu que a CTNBio o liberasse antes de “preparar um plano de coexistência do milho transgênico com outras espécies e um plano de monitoramento”. A Justiça também teria determinado “a realização de estudos para comprovar a segurança do plantio de sementes modificadas na região Norte e Nordeste”. As duas primeiras exigências teriam sido seguidas, enquanto esta última não.

Enquadramento:

a) Seleção – “Depois de uma manifestação contra transgênicos na sala de votação da qual participaram 30 mulheres, entre elas algumas gestantes, e de protestos de dois de seus integrantes, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou a liberação comercial do milho transgênico produzido pela Syngenta”. “A aprovação do primeiro milho, o da Bayer, no entanto, é alvo de uma discussão jurídica e ainda não está descartada a possibilidade de que as duas outras liberações sejam suspensas por determinação da Justiça”. “Ainda nesta quinta-feira, diante de divergências sobre a forma de condução da votação, integrantes da CTNBio afirmaram que poderiam questionar na Justiça a aprovação do milho da Syngenta, resistente a insetos”. “Neste mês, o Tribunal Regional Federal confirmou a liminar que havia sido concedida pela Justiça do Paraná, que suspendia a liberação do milho transgênico da Bayer, o primeiro a ser aprovado, até que condições fossem satisfeitas: a CTNBio teria de preparar um plano de coexistência do milho transgênico com outras espécies e um plano de monitoramento. Além disso, a decisão determinou a realização de estudos para comprovar a segurança do plantio de sementes modificadas na região Norte e Nordeste. As duas primeiras condições foram satisfeitas”. “Na Justiça, o Ministério de Ciência e Tecnologia, a quem a CTNBio está ligada, argumentou que não cabe a eles cumprirem a terceira exigência”.

b) Ênfase – o texto enfatiza as divergências que estariam ocorrendo entre a Justiça e a CTNBio com relação à liberação do milho transgênico. “O Tribunal Regional Federal confirmou a liminar que havia sido concedida pela Justiça do Paraná, que suspendia a liberação do milho transgênico da Bayer, o primeiro a ser aprovado (*pela comissão*), até que condições fossem satisfeitas: a CTNBio teria de preparar um plano de coexistência do milho transgênico com outras espécies e um plano de monitoramento”.

c) Exclusão – a matéria não esclarece os motivos da manifestação contra os transgênicos na reunião da CTNBio, nem a autoria e nem as ações adotadas pelos manifestantes. Também não esclarece por que dois integrantes da comissão teriam protestado contra a aprovação do milho transgênico.

Construção de agenda: os transgênicos se tornam notícia devido aos embates entre a CTNBio e a Justiça sobre a liberação do milho geneticamente modificado.

QUADRO 158

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 21/09/07

Título da matéria: Justiça manda empresas rotular óleo com soja transgênica¹⁵⁸

Olho: A decisão, de primeira instância, foi tomada em São Paulo. Empresas podem recorrer

Editoria: Vida & Meio Ambiente

Fontes: *(nenhuma fonte)*

Descrição: a texto informa que a Justiça de São Paulo teria determinado que duas empresas fabricantes de óleo de soja identificassem nos rótulos de seus produtos a informação de que eles seriam produzidos a partir de soja transgênica, quando fosse o caso, com um triângulo amarelo e um T no meio.

Enquadramento:

a) Seleção – “A Justiça de São Paulo determinou que as duas maiores fabricantes de óleo de soja do Brasil, Bunge Alimentos e Cargill Agrícola, informem no rótulo da embalagem se o óleo de soja vendido por ambas é fabricado a partir de grão geneticamente modificado”. “Deve constar dos rótulos a imagem do triângulo amarelo com um T no meio e a informação de que o produto foi fabricado com matéria-prima transgênica”. “As empresas podem recorrer”.

b) Ênfase – o texto salienta que as empresas produtoras de óleo de soja podem recorrer da decisão judicial que as obriga a rotular seus produtos, caso sejam produzidos a partir de grãos transgênicos, com um triângulo amarelo e um T no meio.

c) Exclusão – A matéria não esclarece o contexto de riscos não conhecidos em que se exige a identificação de transgênicos ao consumo humano.

Construção de agenda: no contexto veiculado pela matéria, alimentos que contenham transgênicos devem sinalizá-lo ao consumidor.

5.4 Análise dos textos opinativos do Estado de S. Paulo

QUADRO 159

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 06/07/06

Título: Algodão transgênico: destruir não é solução razoável¹⁵⁹

Editoria: Economia (Artigo)

Descrição: o artigo defende que o algodão transgênico ilegal identificado pelo Ministério da Agricultura não deveria ser descartado. O texto sugere que, a princípio, seria necessário comprovar que o produto contém mais de 1% de organismos geneticamente modificados. A seguir, poderia ser aproveitado para a produção de biodiesel, para evitar prejuízos ao agricultor. Isso possibilitaria que o Estado aplicasse, para as próximas safras, as regras de biossegurança.

Enquadramento:

a) Seleção – “Diferente, portanto, do que tem sido noticiado, a CTNBio não determinou a destruição das lavouras de algodão geneticamente modificado. A decisão de destruir ou não o material caberá ao MAPA, após criteriosa análise, dentro do processo administrativo”. “Antes, portanto, de tomar qualquer decisão, o MAPA primeiro deve certificar se a presença de algodão transgênico nas lavouras fiscalizadas é superior ou inferior a 1%”. “Após a colheita da safra, o comércio da pluma (que não é um OGM) e a destruição total das sementes do algodão (que é um OGM) em processo de produção de biodiesel, é uma alternativa viável para todos”. “O agricultor não teria tamanho prejuízo, a indústria de sementes não seria prejudicada, visto que as sementes irregulares seriam destruídas, e o Estado teria condições de retomar o controle das atividades, inclusive aplicando as medidas de biossegurança, que constam do parecer da CTNBio”. “Para concluir, o que precisa ser destruída é a incompetência do Governo Federal na condução de uma área estratégica como a biotecnologia moderna aplicável à agricultura”.

b) Ênfase – o artigo salienta que a proposta da CTNBio de enterrar o algodão geneticamente modificado plantado ilegalmente no país não seria a melhor opção, pois a própria comissão não estaria certa de que esta seria a única solução possível. Por isso, o Governo Federal e a CTNBio são caracterizados como incompetentes “na condução de uma área estratégica como a biotecnologia moderna aplicável à agricultura”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, a CTNBio não teria apresentado uma solução adequada para o algodão transgênico plantado ilegalmente no país, o que colocaria em dúvida a competência do órgão com relação à deliberação sobre a biotecnologia no Brasil.

QUADRO 160

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 27/10/06

Título: CTNBio: quem pagará essa conta?¹⁶⁰

Editoria: Economia (Artigo)

Descrição: o artigo sustenta que existiriam dois grupos dentro da CTNBio: um dos interessados no desenvolvimento da biotecnologia e outro com o único objetivo de retardar o andamento dos processos. Diante desta dualidade, o artigo exalta o posicionamento do primeiro grupo de maneira a valorizar seus argumentos, enquanto o segundo grupo é criticado.

Enquadramento:

a) Seleção – “A verdade é que, todos somos sabedores, existem dois grupos dentro da CTNBio se digladiando o tempo todo: um deles querendo agilizar os trabalhos e o outro com o único compromisso de retardar o andamento dos processos. Diante disso, o que podem fazer os pesquisadores sérios que precisam dar continuidade a seus trabalhos e não podem ficar à mercê de um órgão regulatório, que não consegue dar andamento aos processos de avaliação para poder liberar ou não os inúmeros pedidos para a realização de pesquisas de campo na área de biotecnologia?”. “(...) os representantes ambientalistas da CTNBio afirmam que não existe atraso algum na avaliação dos processos e, sim, uma busca de maior segurança. O que parece passar despercebido para esses militantes são as grandes perdas ambientais e econômicas para o País, que é quem pagará a conta dessa atitude. Com isso, o que conseguem é impedir o acesso brasileiro a uma tecnologia que há mais de 10 anos vem provando agredir menos o meio ambiente, que economiza a água do planeta, causa menos erosão e, ainda, economiza o uso de defensivos”.

b) Ênfase – o artigo sustenta que existiriam dois grupos dentro da CTNBio: “um deles querendo agilizar os trabalhos e o outro com o único compromisso de retardar o andamento dos processos”. O primeiro grupo é caracterizado como “pesquisadores sérios que precisam dar continuidade a seus trabalhos” e o retardamento dessas funções resultaria em “atraso significativo em P&D de biotecnologia no Brasil, que perderá em capacitação técnico-científica, em formação acadêmica, em geração de empregos e em captação de royalties na exportação de produtos biotecnológicos”. O segundo grupo é caracterizado como responsável por “impedir o acesso brasileiro a uma tecnologia que há mais de 10 anos vem provando agredir menos o meio ambiente, que economiza a água do planeta, causa menos erosão e, ainda, economiza o uso de defensivos”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, alguns membros da CTNBio são caracterizados como contrários às liberações de transgênicos e suas ações estariam prejudicando o desenvolvimento do país.

QUADRO 161

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 22/12/06

Título: Deliberações da CTNBio: entre biossegurança e “Biopalco”¹⁶¹

Editoria: Economia (Artigo)

Descrição: segundo o artigo, ONGs teriam conseguido liminar para suspender “o andamento do processo de liberação comercial de milho geneticamente modificado” em trâmite na CTNBio “desde 1998, até que seja realizada audiência pública sobre o tema”. Esta medida seria inconstitucional, segundo o artigo, pois feriria a Lei de Biossegurança, que prevê que a comissão teria o poder de decidir sobre a necessidade de audiência pública ou não. Esse tipo de medida, conforme o texto, serviria para obstruir o avanço do país no segmento da biotecnologia.

Enquadramento:

a) Seleção – “Embora a Lei 11.105/05 - Lei de Biossegurança - seja clara ao estabelecer que a CTNBio poderá, e não que deverá, realizar audiência pública, no caso de liberação comercial de organismo geneticamente modificado - OGM, o texto legal foi desconsiderado e o Juiz exigiu a realização de audiência pública”. Segundo o artigo, a audiência pública “em nada vai contribuir para a biossegurança do milho geneticamente modificado em análise”. “Esta decisão judicial se baseou em uma lógica inaceitável, totalmente inconsistente, que não pode prevalecer”. “Cabe lembrar que no Estado Democrático de Direito, que é o modelo de Estado escolhido pelo Constituinte de 1988, prevalece a regra de que a lei que foi legitimada pelo procedimento democrático, até que seja considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou modificada pelo Congresso Nacional, deve ser cumprida”.

b) Ênfase – o artigo sustenta que a decisão judicial, por meio de liminar, de exigir que a CTNBio realize audiência pública para decidir sobre a liberação do milho transgênico teria “desconsiderado” a Lei de Biossegurança, que confere à comissão o direito de optar pela realização da audiência pública ou não. Segundo o artigo, a decisão judicial estaria prejudicando o funcionamento estabelecido em lei da CTNBio e feriria “de morte qualquer possibilidade do país avançar neste promissor segmento da economia baseada no conhecimento”.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo artigo, a decisão da Justiça teria sido inconstitucional ao obrigar a CTNBio a realizar audiência pública para avaliar o processo do milho transgênico, pois a comissão teria sustentação na legislação vigente para decidir sobre a realização ou não da audiência. Isso estaria retardando a atuação, “baseada no conhecimento”, da CTNBio na deliberação dos OGMs.

QUADRO 162

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 26/07/07

Título: Ciumeira e obscurantismo¹⁶²

Editoria: Opinião (Editorial)

Descrição: o editorial sustenta que a proposta da Anvisa de submeter as empresas interessadas em obter a liberação de seus produtos transgênicos a responder 119 questões se refere a uma disputa de poder que deveria ter a intervenção do presidente Lula. Segundo o editorial, tendo a política atual o objetivo de incentivar o desenvolvimento da tecnologia, qualquer

adversário da CTNBio deveria ser impedido de agir pelo presidente, principalmente se fossem órgãos governamentais.

Enquadramento:

a) Seleção – “A novidade, agora, é a intervenção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), motivada por uma indisfarçável disputa de poder”. “A iniciativa da Anvisa é uma invasão das atribuições legais da CTNBio”. “Criada para funcionar como um órgão técnico e científico, a CTNBio foi desde o início de sua atividade submetida a pressões de tipo ideológico. Isso foi possível graças a um erro do presidente Lula. Ele deixou a comissão transformar-se num organismo político, aberto à influência de grupos contrários tanto ao agronegócio quanto à adoção de inovações geradas pela biotecnologia”. “O presidente da República tem autoridade formal para decidir quais são os objetivos do governo e como devem articular-se os organismos da máquina federal. Ele dispõe de leis e de meios administrativos para impor a necessária disciplina e impedir conflitos entre os vários setores do serviço público”. “Se a modernização tecnológica é um objetivo do governo, a ação dos grupos adversários da CTNBio põe em xeque uma das linhas fundamentais da política oficial”.

b) Ênfase – o editorial caracteriza a proposta da Anvisa de instituir um roteiro de avaliação de segurança às empresas que busquem a liberação comercial de seus produtos transgênicos como uma “indisfarçável disputa de poder” e uma “invasão das atribuições legais da CTNBio”. A Anvisa é retratada como adversária do agronegócio e da adoção “de inovações geradas pela biotecnologia” e deveria ser disciplinada pelo presidente Lula.

Construção de agenda: no contexto veiculado pelo editorial, a Anvisa estaria disputando poder com a CTNBio sobre a deliberação dos transgênicos, o que poderia prejudicar o desenvolvimento da biotecnologia. A proposta da agência de instituir um roteiro de avaliação de segurança às empresas que busquem a liberação comercial de OGMs estaria em desacordo com a Lei de Biossegurança e, portanto, seria injustificável.

QUADRO 163

Jornal: O Estado de S.Paulo

Data: 12/08/07

Título: Uma façanha da Embrapa¹⁶³

Editoria: Opinião (Editorial)

Descrição: o editorial sustenta que o desenvolvimento de uma variedade de soja transgênica pela Embrapa seria um feito para se comemorar, mas alguns fatores estariam prejudicando esta comemoração. Mesmo sabendo, conforme o texto, que seria um concorrente nacional para a soja transgênica da Monsanto, única comercialmente liberada no país, e que isso significaria um avanço para a ciência nacional, possivelmente órgãos contrários à liberação dos OGMs impediriam que esta variedade fosse aprovada para utilização comercial no país, resultando na exportação da biotecnologia brasileira para 20 nações e deixando de utilizá-la em seu país de origem.

Enquadramento:

a) Seleção – “(...) a notícia, no Estado da quarta-feira, dia 8, de um grande avanço brasileiro no setor de ponta do século 21- a biotecnologia - merece dupla comemoração: pela proeza científica, naturalmente, mas também por ela representar um mais do que bem-vindo contraponto ao relato das desventuras que o País experimenta em seqüência, vindas quase todas das instituições de governo”. Trata-se do desenvolvimento, pela Embrapa, de uma variedade transgênica de soja. “(...) na linha dos estudos de vanguarda em biotecnologia em curso nos países desenvolvidos, a empresa trabalha para incorporar à sua soja propriedades medicinais, a fim de torná-la um insumo economicamente vantajoso à indústria farmacêutica”. O problema, segundo o texto, é que “têm aliados dentro do governo (...) e fora dele (...), cujos preconceitos contra a biotecnologia aplicada à agricultura parecem imunes às evidências empíricas de sua inocuidade e ao saber teórico que a fundamenta”. “Ao combater a liberação de transgênicos cuja segurança foi verificada em pesquisas no exterior, alegam que elas precisam ser repetidas no Brasil. (...) A amarga ironia é que a nova soja poderá ser liberada em 20 países, porém aqui não”.

b) Ênfase – o editorial caracteriza o desenvolvimento de uma variedade de soja transgênica pela Embrapa como “de um grande avanço brasileiro no setor de ponta do século 21- a biotecnologia”, mas, apesar de explícito o progresso tecnológico, segundo o texto, grupos contrários à liberação dos transgênicos, “cujos preconceitos contra a biotecnologia aplicada à agricultura parecem imunes às evidências empíricas de sua inocuidade e ao saber teórico que a fundamenta”, poderiam criar barreiras para a sua liberação comercial dentro do país. Segundo o editorial, a CTNBio teria conflitos internos que dificultariam o pleno funcionamento da comissão, pois parte de seus membros invocariam o “princípio da precaução” para “impedir, na prática, a liberação comercial de qualquer transgênico”.

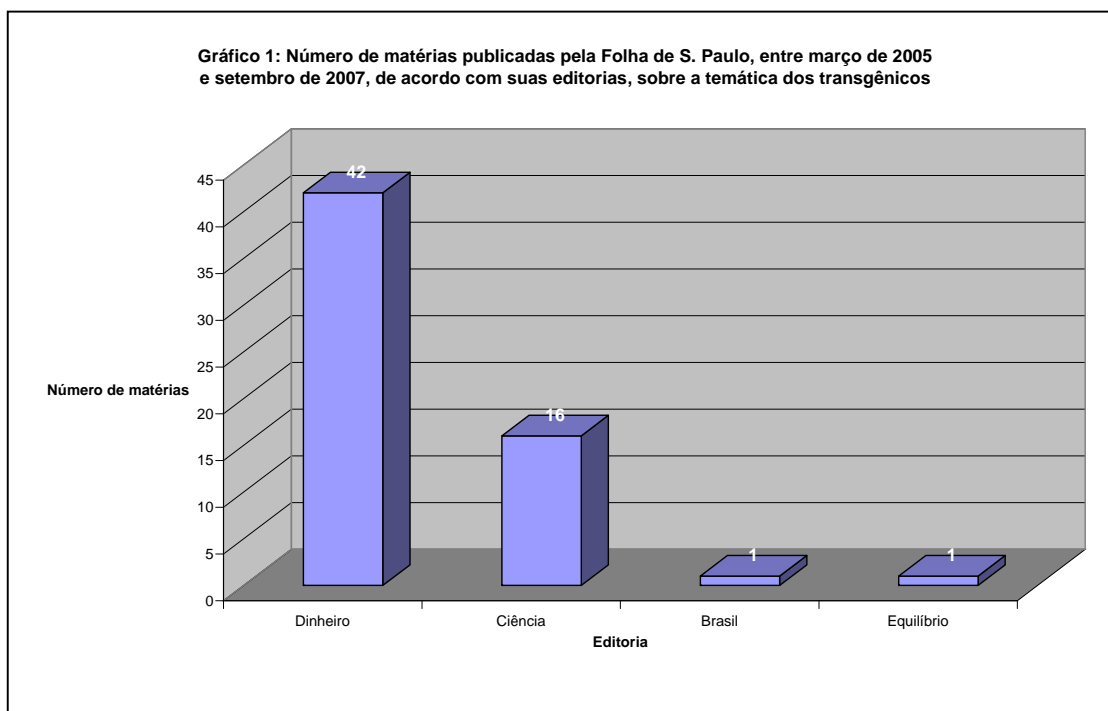
Construção de agenda: no contexto veiculado pelo editorial, os supostos obstáculos ao funcionamento da CTNBio viriam de parte de seus membros, que seriam contrários a qualquer liberação comercial de transgênicos e ignorariam “evidências empíricas de sua inocuidade”.

6. Discussão dos resultados

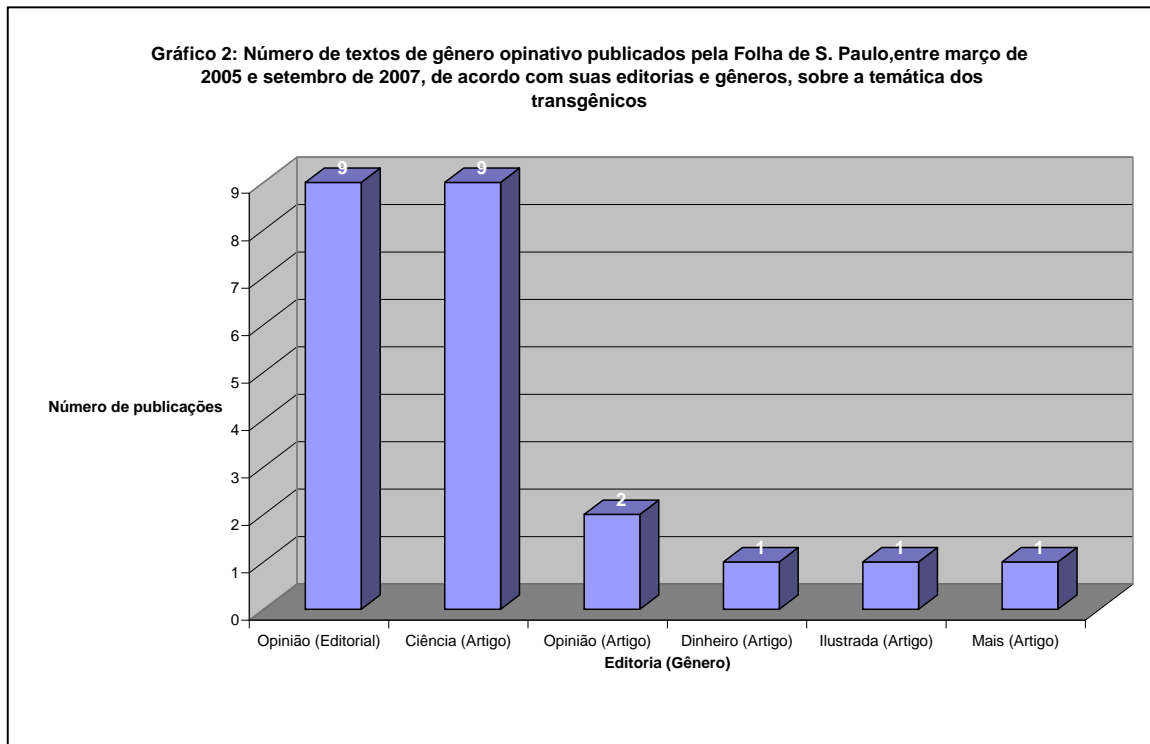
Este capítulo apresenta a interpretação dos quadros de descrição de enquadramentos e agendas das 163 matérias analisadas. A discussão se dá em três eixos: 6.1) perspectivas simbólicas veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo; 6.2) perspectivas simbólicas veiculadas pelo jornal O Estado de S. Paulo; 6.3) significados e implicações do enquadramento adotado pelo poder público na formulação do texto da consulta pública Anvisa nº 63 e semelhanças e contrastes entre enquadramentos e agendas construídos pelos jornais sobre a temática dos transgênicos no período analisado, e análise de possíveis interesses relacionados.

6.1 Discussão dos resultados: Folha de S. Paulo

O jornal Folha de S. Paulo cobriu a temática em questão principalmente através das editorias de economia e ciência. O veículo publicou 60 matérias informativas sobre o assunto, no período analisado, das quais 70% no caderno Dinheiro (*Gráfico 1*). O caderno Ciência publicou 26,7% das matérias sobre o assunto. Apenas 1,6% das matérias foi publicado no caderno Brasil.

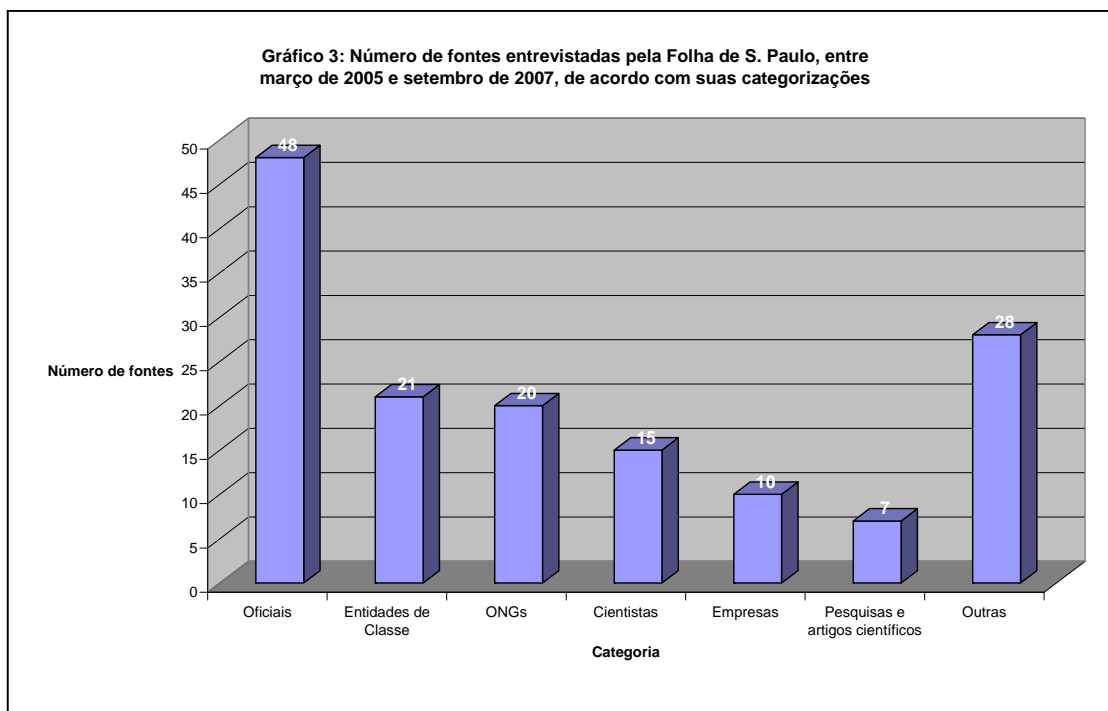


Foram 23 textos opinativos, sendo nove editoriais e 14 artigos (*Gráfico 2*).



A Folha publicou, portanto, 83 matérias e textos opinativos no período analisado sobre a temática em questão. O periódico dedicou espaço suficiente para criar enquadramentos e agendas significativos como subsídio à participação na consulta pública *online* nº 63 da Anvisa, aberta entre julho e setembro de 2007 para receber contribuições à Proposta de Regulamento Técnico de avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de organismo geneticamente modificado.

A Folha entrevistou 149 fontes para as 60 matérias informativas publicadas. A categoria mais freqüente foi a de fontes oficiais, ou seja, aquelas que representam órgãos governamentais, como a CTNBio ou os Ministérios, e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, totalizando 32,2% das entrevistadas. As entidades de classe representam 14% das fontes e as ONGs, 13,4%. A quarta categoria mais procurada pelo meio de comunicação foram os cientistas, representando 10%, seguida de empresas ligadas à biotecnologia, com 6,7% das fontes (*Gráfico 3*).



Dois pontos de vista se destacam na cobertura sobre transgênicos na Folha de S. Paulo: por um lado, um enquadramento que caracteriza os OGMs como produto do avanço tecnológico, benéficos para a economia e potencialmente capazes de solucionar problemas da sociedade, como a fome e a desnutrição; por outro lado, em menor proporção, um enquadramento que sugere a possibilidade de transgênicos causarem prejuízos à saúde humana e à biodiversidade.

Para uma melhor visualização destas perspectivas, elas são exemplificadas com trechos dos textos informativos e opinativos publicados pelo jornal no período analisado, de março de 2005 a setembro de 2007.

Os principais enquadramentos que se alinham na perspectiva geral a favor dos OGMs, presente em 60% dos textos informativos e 56,3% dos textos opinativos publicados pela Folha, são representados por: a) tratamento favorável dedicado aos transgênicos, pela caracterização negativa da CTNBio por supostamente retardar as liberações comerciais de transgênicos; b) caracterização desfavorável da rotulagem explícita dos OGMs por supostamente prejudicar a economia do setor; c) caracterização positiva da redução do quorum para votações da CTNBio, por ser necessária à suposta agilidade da comissão para a libera-

ção do cultivo de transgênicos no país. Estes enquadramentos são comentados a partir da descrição das matérias mais representativas de tais perspectivas no item 6.1.1.

Os principais enquadramentos alinhados à perspectiva geral que sugere a existência de riscos no cultivo de OGMs, presente em 20% dos textos informativos e 21,7% dos opinativos publicados pela Folha de S. Paulo no período, são representados por: a) caracterização do embargo do mercado europeu aos produtos geneticamente modificados, por ser um indicador dos possíveis riscos advindos do cultivo de transgênicos; b) pela manifestação de organizações contrárias ao desenvolvimento dos OGMs, que sustentam a necessidade de a sociedade ter cautela diante da popularização do cultivo de transgênicos. Estes enquadramentos são comentados a partir da descrição das matérias mais representativas de tais perspectivas no item 6.1.2.

Outras perspectivas identificadas na cobertura da Folha de S. Paulo (20% dos informativos e 22% dos opinativos) que não se enquadram nestas tendências predominantes são comentadas no item 6.1.3.

Estes números são representados no *Gráfico 4*, que se refere às matérias informativas da Folha publicadas entre março de 2005 e setembro de 2007, e no *Gráfico 5*, que apresenta os dados referentes aos textos de gênero opinativo publicados pela Folha de S. Paulo, no mesmo período.

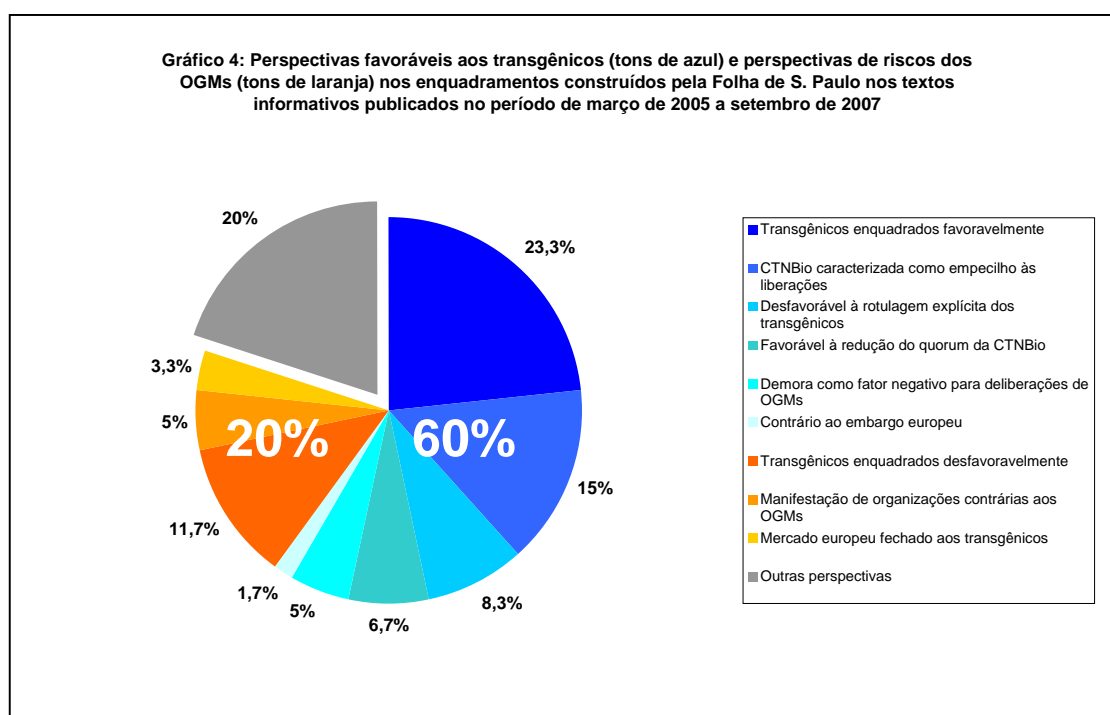
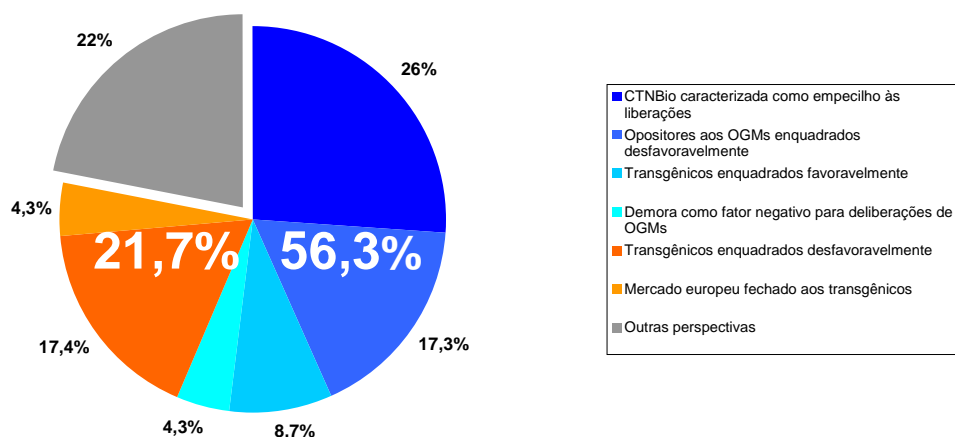


Gráfico 5: Perspectivas favoráveis aos transgênicos (tons de azul) e perspectivas de risco dos OGMs (tons de laranja) nos quadros construídos pela Folha de S. Paulo nos textos de gênero opinativo publicados no período de março de 2005 a setembro de 2007



A pluralidade de fontes serve à produção de enquadramentos temáticos. A cobertura que dedica espaço para fontes que defendam os diversos posicionamentos relevantes para o assunto em questão em determinada matéria é mais completa, contendo mais informações e caracterizando-se como meio potencial de formação mais abrangente do leitor.

A falta de pluralidade ocorre quando as matérias deixam de apresentar os argumentos subjacentes aos posicionamentos relevantes para o contexto noticiado. Estas exclusões resultam em enquadramentos fragmentados. O problema foi detectado na cobertura analisada em 63,3% das matérias.

6.1.1 Transgênicos enquadrados favoravelmente

Matéria de 9 de março de 2005 (“Embrapa deve lançar nova soja transgênica”) é exemplo de um enquadramento que exclui fontes que defendessem interesses contrários à difusão dos transgênicos. O texto se refere ao lançamento de uma variedade de soja transgênica desenvolvida pela Embrapa. Segundo a matéria, a “data para o início da comercialização do produto ainda não foi fixada, mas seu lançamento deve abocanhar uma fatia do mercado de sementes de soja hoje dominado pela Monsanto”. Elíbio Rech, pesquisador da

Embrapa, afirma: “[a]inda não marcamos a data para chegar ao mercado porque ainda estamos na fase de análise da questão de segurança alimentar, mas será breve”.

A semente da Embrapa teria sido desenvolvida para o clima brasileiro e apresentaria vantagem em relação à utilizada pela Monsanto, que foi desenvolvida para as lavouras norte-americanas. O texto explica que, antes da Lei de Biossegurança, a soja transgênica entrava no país por meio de contrabando vindo da Argentina.

Agora, entretanto, “analistas estimam que empresas como Basf, DuPont e Syngenta entrem no mercado brasileiro de biotecnologia”. O texto salienta que “a Embrapa também desenvolve mamão e feijão transgênicos resistentes a doenças causadas por vírus”.

O feijão desenvolvido pela Embrapa seria resistente ao vírus causador de praga que assola 90% das plantações de feijão no Brasil, segundo a matéria. Também figuraria entre os projetos da empresa uma variedade de algodão transgênico resistente a insetos. Os argumentos que sustentassem possíveis riscos do plantio de soja transgênica não são apresentados. Desta forma, a matéria sugere a inexistência de opositores ao fato noticiado ou ausência de riscos do plantio, propiciando um enquadramento favorável aos transgênicos.

Artigo de 30 de abril de 2005 (“Reflexões transgênicas”) é representativo dos enquadramentos em que OGMs são caracterizados como produto do avanço científico e livres de riscos à saúde humana.

Segundo avaliação do articulista, os “alimentos transgênicos poderão representar, para a saúde pública dos próximos cem anos, avanço semelhante ao do saneamento básico no século 20”. Ele explica: “A constatação de que os genes possuem estruturas quimicamente idênticas em todos os seres criou a possibilidade de transplantá-los de uma espécie para outra, tecnologia batizada com o nome de DNA recombinante”.

O artigo explica que, a partir destas descobertas, começou-se a produzir, na década de 1980, “proteínas humanas em bactérias escravas: o gene do interferon humano, transplantado para *Escherichia coli*, permitiu que uma reles bactéria presente nas fezes produzisse interferon recombinante para tratamento de hepatites, câncer e outras doenças”. Hoje, conforma sustenta o texto, através da mesma tecnologia “são produzidas proteínas preciosas como a insulina, a interleucina 2 e muitas outras”.

Segundo o texto, “as técnicas para introduzir genes humanos no gado leiteiro com a finalidade de obter proteínas de interesse médico, excretadas no leite, chegam à fase de implantação comercial”. O autor salienta que:

Mas nenhuma aplicação da biotecnologia tem a abrangência da produção de alimentos transgênicos. Inserir genes novos nos vegetais cria possibilidades concretas de obter plantas resistentes às pragas e às intempéries da natureza, capazes de produzir com mais eficiência e de fabricar compostos de interesse médico, como vitaminas, proteínas ou vacinas contra várias enfermidades.

A explicação se baseia na produção de vacinas em vegetais, que poderia “modificar a história da saúde pública. Por exemplo, introduzir nas bananeiras genes que codificam proteínas existentes na cápsula do vírus da hepatite B pode estimular a produção de anticorpos contra essa doença epidêmica em populações inteiras”. O autor enfatiza a caracterização dos transgênicos como avanço científico em benefício à saúde pública:

Alimentos transgênicos ricos em micronutrientes para combater deficiências nutricionais responsáveis por patologias graves como o câncer, assim como a possibilidade de vacinar grandes massas populacionais contra a maioria das doenças infecciosas através da ingestão de tomate, alface ou batatas transgênicas, tornam absurda a idéia de abirmos mão do estudo e desenvolvimento de pesquisas com DNA recombinante.

O autor sugere que as discussões em torno dos transgênicos se baseiam sobre duas perguntas: “Plantas transgênicas causarão transtornos ecológicos?” e “Alimentos transgênicos farão mal à saúde?”. E responde: “A primeira pergunta deve ser respondida objetivamente pelos estudos de impacto ambiental”. Segundo o artigo, é fundamental que exista “uma legislação que estabeleça com clareza o conjunto de testes necessários para avaliar o impacto a curto e médio prazo da introdução de um transgênico em determinado meio”. O texto enfatiza que “até hoje jamais foi descrito qualquer agravo à saúde provocado pela ingestão de transgênicos”.

Segundo o artigo, estudos positivos (aqueles que verificam se um produto faz bem à saúde) são mais fáceis e rápidos de se fazer, enquanto estudos negativos (que avaliam se determinado produto faz mal à saúde) são caros, demorados e limitados. Afinal, não seria possível responder com certeza a questões como: “Quanto precisarão comê-la? Milhares ou milhões? Deverão ser acompanhados por quantos anos para ficarmos tranquilos? Será

seguro comê-las diariamente, ou apenas uma vez por semana, ou uma vez por mês? Quantas dúvidas persistirão no final de um estudo desses?”.

O autor argumenta que aquelas que “exigem estudos negativos, para demonstrar que os transgênicos não causarão problemas de saúde a longo prazo, desconhecem a complexidade do tema e ignoram a inexistência de provas semelhantes para a carne, para o arroz ou para a cenoura”.

O artigo sustenta que essa discussão não deve ser abordada sob a ótica política, mas científica. “O benefício que os transgênicos poderão trazer à humanidade é de tal ordem que não admite discussões apaixonadas. O tema exige preparo intelectual e racionalidade nas decisões”. O enquadramento construído pelo artigo sugere que os OGMs representariam grande avanço para a saúde pública.

Matéria em 20 de outubro de 2005 (“Você tem fome de quê?”) consulta dez fontes para sustentar que alimentos orgânicos e transgênicos possuem semelhanças, como o objetivo de diminuir o uso de agrotóxicos nas plantações. Isso é sugerido pelo olho da matéria: “Num embate filosófico, defensores de alimentos orgânicos e transgênicos assumem posições antagônicas, sem saber que os dois tipos de cultivo têm pontos em comum”.

O texto questiona se o leitor tende a preferir alimentos orgânicos ou transgênicos e faz uma descrição dos possíveis simpatizantes de cada um desses alimentos:

Do lado dos orgânicos, enfileiram-se aqueles que seguem as premissas de uma vida de retorno à natureza. São pessoas preocupadas com o colapso do planeta, simpáticas à alimentação vegetariana - ou pelo menos combatentes do consumo exacerbado da carne vermelha -, desconfiadas dos artifícios da indústria, avessas a remédios alopáticos, economizadoras de água e praticantes da reciclagem.

Sob a bandeira dos transgênicos, panfletam os adoradores da tecnologia. São aqueles que louvam a modernidade e acham que as criações humanas “têm mais é de ser aproveitadas”. Duvidam que estejam sujeitos a sofrer mutações por ingerir alimentos geneticamente modificados, não sofrem crises de consciência ao tomar analgésicos para aplacar uma dor de cabeça insuportável e consideram a ovelha Dolly um advento interessante.

Os posicionamentos começam a ser representados por personagens reais, que compartilham suas experiências. “A funcionária pública Daniela Ishikawa, 27, faz parte do primeiro grupo. Vegetariana, ela costuma dar preferência ao consumo de alimentos orgânicos certificados, mas reclama dos preços altos dos produtos”, seguido de um depoimento da fonte reafirmando o parágrafo da matéria. A fonte descreve o alimento orgânico: “Eles são

menores que os convencionais, mas são bem mais gostosos. Como não como carne, meu paladar é mais aguçado para os vegetais e percebo isso com clareza”. E acrescenta: “Também enxergo uma vantagem ecológica embutida no orgânico. Não entendo direito os detalhes técnicos do uso de agrotóxicos, mas acredito que não façam mal apenas para nós humanos, devem ter um impacto grande no ambiente também”. Ela afirma ser contra os transgênicos, mas por ter sua alimentação baseada na soja, assume correr o risco de ingerir o grão geneticamente modificado sem saber.

Uma segunda fonte defende posicionamento semelhante. “Pôr o gene do peixe no arroz parece ótimo, mas não é só isso. O que acontecerá aos pássaros que se alimentam dessa lavoura transgênica? Para mim, a pergunta básica é: será que isso é necessário?”. Segundo ele, a transgenia poderia incentivar o comodismo na manutenção de dietas alimentares inadequadas.

A terceira fonte apresentada pela matéria é defensora dos transgênicos. Ela afirma ter ficado “muito decepcionada” com os orgânicos por eles estragarem “bem mais rápido”. Ela defende que “a tecnologia está aí para ser usada. Um alimento transgênico só é aprovado depois de muitos estudos e comprovações. Acho que uma coisa assim não vai vir parar na minha mesa se faz mal. Não acredito que liberem um alimento perigoso para a saúde”. A entrevistada ressalta:

Se, finalmente, os cientistas inventaram um jeito de produzir mais comida, com características mais nutritivas e que pode chegar à população com um preço mais baixo, acho admirável. Na minha opinião, o mais importante é achar um meio de alimentar as pessoas. A fome dói e é degradante.

A matéria destaca, em olho interno, que “nem todas as populações têm a mesma resistência ao consumo de transgênicos; na China, esses alimentos são bem-recebidos por serem considerados ‘modernos’”. Em seguida, o texto explica o que são os produtos, conhecidos por agrotóxicos, utilizados nas plantações convencionais para protegê-las de ataques de pragas. E enfatiza que essa proteção “é normalmente feita com substâncias tóxicas e não há, no país, controle rigoroso desse procedimento”. Finalmente, o texto apresenta seu enquadramento principal: “É aí que, curiosamente, surge o ponto que aproxima orgânicos e transgênicos: os dois tipos de alimento têm como meta a redução do uso de agrotóxicos na

produção agrícola”. Em seguida, o texto caracteriza as duas formas de cultura, orgânica e transgênica, com o objetivo de comparar as técnicas:

Para evitar o indesejável uso dos pesticidas, há dois caminhos: o primeiro é simplesmente não aplicá-los nas plantas e criar outros mecanismos de controle às pragas, como o cuidado meticuloso com a plantação e o reforço na adubação por esterco, gerando um modelo de produção mais dispendioso. Esse é o método adotado na produção de alimentos orgânicos. (...) A outra maneira de evitar os pesticidas é fazer com que as plantas já nasçam resistentes às pragas e, dessa forma, dispensem a proteção química. É foi essa a perspectiva que a biotecnologia descortinou para a agricultura e que originou os alimentos transgênicos.

Além de parecer mais simples, a cultura de transgênicos é menos dispendiosa, segundo a matéria. Os argumentos a favor dos transgênicos ganham forma e os contrários são excluídos da agenda. Uma fonte sustenta: “Apóio a transgenia porque acredito que esse é o próximo passo da agricultura. Com os alimentos transgênicos, quebramos a previsão malthusiana de que, com o crescimento populacional, em breve faltaria comida no planeta”. Ele acrescenta que prefere “comer transgênicos a ingerir resíduos de agrotóxico”. A mesma fonte argumenta que “nos Estados Unidos, come-se soja e milho transgênico há dez anos. E, até agora, não há relatos de aumento de incidência de câncer ou de ocorrência de má-formações fetais por isso”.

A matéria apresenta mais uma fonte, um professor da USP (Universidade de São Paulo), defendendo que “há um lado muito bom desses alimentos (*transgênicos*) que é o fato de estarem sendo submetidos a protocolos de segurança muito mais rígidos do que os que avaliam os alimentos tradicionais”. Segundo ele, a “população ainda é muito desinformada sobre ciência (...). Então surge logo a visão do cientista louco, descabelado, criando comidas ‘Frankstein’”.

Um professor de genética e evolução da Unicamp (Universidade de Campinas) argumenta: “A transgenia existe na natureza. Um tomate orgânico nada mais é do que o resultado da manipulação genética que ocorre ao longo da seleção natural”. A próxima fonte apresentada pelo texto é uma pesquisa científica que aponta que “o plantio de transgênicos reduziu em 14% a área afetada por agroquímicos em 18 países que comercializam esse tipo de alimento”.

A solução sugerida pela matéria é a “Organotransgenia”, uma fusão entre as culturas orgânica e transgênica. “O conceito de orgânico está deturpado no Brasil. Orgânico é um

alimento produzido sem química. Em nenhum momento se afirma que orgânico não pode ser transgênico’, diz Alda Lerayer”. Ela acrescenta:

Temos 25 anos de transgenia na indústria farmacêutica, com microrganismos transgênicos que permitiram chegar à insulina e aos antibióticos; 20 anos de transgenia na indústria de higiene, potencializando a ação do desengordurante ou do sabão em pó.

O parágrafo final do texto enfatiza:

Enquanto a discussão divide gregos e troianos, a próxima geração de transgênicos promete turbinar a capacidade nutricional da comida. Em cinco anos, o arroz vai ganhar ômega-3 do peixe; frutas e verduras serão acrescidas de vitaminas de outras espécies; os industrializados feitos a partir desses alimentos terão menos gordura trans. Você engole?

Esta matéria pode ser dividida em duas partes para a compreensão dos argumentos apresentados. Na primeira, as fontes entrevistadas são pessoas comuns, não especializadas para avaliar os transgênicos e orgânicos. As poucas críticas aos OGMs contidas no texto aparecem neste trecho. A partir de certo momento, apenas fontes especializadas em transgênicos são consultadas para discutir o tema. O enquadramento resultante, portanto, é favorável aos OGMs, por apenas apresentar argumentos positivos. Representantes do posicionamento contrário são excluídos da agenda, que deixa de abranger questões que poderiam caracterizar um cenário diferente para a realidade vivenciada no mundo sobre os alimentos geneticamente modificados.

Os transgênicos são representados como benéficos à saúde humana, positivos em função do avanço de suas plantações pelo Brasil e o mundo e por permitirem a expansão econômica.

Matéria do dia 12 de janeiro de 2006 (“Brasil vira terceiro maior produtor de transgênicos”) salienta o avanço das plantações de transgênicos. O aumento da produção brasileira é caracterizado em tom de vitória pela reportagem.

A área plantada de variedades transgênicas aumentou 11% em 2005 e o Brasil passou do quarto para o terceiro lugar entre os países que mais cultivam transgênicos, de acordo com dados do ISAAA (Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agri-biotech, na sigla em inglês).

O texto indica o crescimento mundial do setor. A ênfase recai sobre o suposto progresso do Brasil na área: “Entre os países em que os transgênicos são cultivados, a maior expansão na área plantada desses produtos no ano passado aconteceu no Brasil”. O enquadramento adotado, que privilegia os dados do crescimento das plantações e ignora sua contextualização, favorece os OGMs. Segundo o texto, “a área de soja transgênica plantada no país teve aumento de 88%”.

A única fonte apresentada pelo jornal é a pesquisa do ISAAA, ONG internacional que investiga a quantidade de transgênicos plantada pelo mundo. Outros dados da ONG são apresentados, como a quantidade de produtores que investiram nesta tecnologia e os alimentos cultivados pelos maiores produtores internacionais.

O avanço das plantações de transgênicos é caracterizado favoravelmente, como um avanço da agricultura. O texto é apresentado com enquadramento de jogo, em que os primeiros colocados representam os que possuem a maior produção. No caso, os que mais plantam transgênicos seriam aqueles que estariam à frente na disputa.

Outra perspectiva encontrada nos textos informativos da Folha de S. Paulo é o enquadramento desfavorável à rotulagem explícita dos transgênicos. Os posicionamentos verificados se referem à utilização de dois termos (“contém”, para a rotulagem explícita; “pode conter” para a genérica) para a etiquetagem das cargas contendo transgênicos destinados à exportação. Os textos com enquadramento desfavorável à rotulagem explícita foram compostos de duas maneiras: de forma que apresentassem argumentos contrários à utilização do termo “contém” OGMs ou enfatizando a adequação do termo “pode conter”.

Texto publicado pela Folha em 23 de fevereiro de 2006 (“Acordo internacional eleva o custo Brasil”) possui perspectiva desfavorável à rotulagem explícita dos OGMs, com ênfase no termo “pode conter”.

“Criado para preservar a biodiversidade, o Protocolo de Cartagena poderá ser mais uma fonte de custos para a produção de commodities. E esses custos afetam principalmente o Brasil, único signatário do acordo entre os grandes produtores de grãos”, aponta o texto.

Após contextualização sobre o evento realizado em Curitiba sobre biodiversidade, a reportagem informa que seria “decidida a obrigatoriedade de ser informado se a commodity ‘contém OVMs (organismos vivos modificados)’, ou seja, transgênicos, ou se ‘pode conter OVMs’”.

O jornal aponta a dualidade:

O “pode conter” dá informações necessárias para que o país importador evite danos ao ambiente. Mas se a decisão do protocolo for pelo “contém”, o país produtor será obrigado a fazer testes rigorosos para apontar todos os tipos de transgenia existentes e aprovados com base em análises de risco, diz Rodrigo Lima, pesquisador do Ícone (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais).

E a matéria se posiciona a favor do “pode conter” ao afirmar que seria “fácil para o Brasil eliminar a segunda cláusula, a menos favorável, já que a decisão tem de ser unânime entre os países”. O problema, segundo o texto, seria de que os “11 órgãos que devem decidir a posição brasileira pendem para os dois lados. Os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia se definiram por ‘pode conter’, o menos prejudicial”.

A reportagem apresenta dados que sustentem a predileção pelo termo que rotularia as cargas de maneira mais genérica: “na melhor hipótese, a aprovação do ‘pode conter’ geraria custo adicional equivalente a 0,2% do valor das exportações (caso da soja). Com o ‘contém’, o adicional pode chegar a 8,6% nas regiões mais distantes”.

O texto apresenta mais uma fonte defendendo o “pode conter”. “Para Carlo Loatelli, da Abag e da Abiove, além de servir como mais uma barreira não-tarifária para os importadores, o protocolo pode reduzir ainda mais a margem de lucro de produtores e indústrias, que já está apertada”.

Matéria de 13 de março de 2006 (“Brasil dividido abre hoje encontro da ONU”) possui perspectiva semelhante. O texto descreve a importância do 3º Encontro das Partes (MOP-3), reunião internacional para discussão sobre Biossegurança na qual seriam decididos os termos do Protocolo de Cartagena, acordo entre os países membros para regulamentar o comércio de transgênicos. A matéria aponta o suposto posicionamento brasileiro sobre o assunto:

O país ainda não sanou sua crise de identidade: é ao mesmo tempo dono de grande biodiversidade (e, portanto, favorável a regras mais rígidas sobre o comércio de alimentos transgênicos) e grande exportador de grãos (o que o torna interessado, ao menos teoricamente, em menos burocracia nessa área).

A discórdia sustentada pela reportagem estaria no termo utilizado na redação do Protocolo de Cartagena. No momento, estaria estabelecido que as cargas destinadas para exportação deveriam apresentar a informação “pode conter” transgênicos. Os países signatários, contudo, estariam a favor de substituí-lo por “contém” OGMs.

Os que preferem a posição mais liberal dizem que a necessidade de testes exaustivos aumentaria os custos de produção no Brasil (...). Já os países com grande biodiversidade, ao lado dos quais normalmente se coloca o Brasil, dizem preferir a versão mais estrita da classificação, como forma de controlar possíveis riscos de troca de material genético entre os organismos modificados e as espécies nativas de cada país.

“Para Capobianco (*João Paulo, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*), o fato de o Brasil ser o único grande exportador de grãos que aderiu ao protocolo o coloca numa posição especial nas negociações”. Outra fonte apresentada na matéria apresenta posicionamento contrário ao termo “contém”.

Segundo Viana (*Gilman, do Departamento de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Agricultura*), o país já comete um equívoco ao subscrever o protocolo, e estará sendo submisso se decidir pelo “contém”. “O mundo tem quatro grandes exportadores de grãos: Brasil, EUA, Canadá e Argentina. Só o Brasil faz parte do Protocolo de Cartagena. Então, nós vamos ser contidos enquanto nossos concorrentes estarão livres”, afirma Viana.

A reportagem informa sobre a 8ª Conferência das Partes (COP-8) da Convenção da Biodiversidade da ONU, evento que ocorre após o MOP-3. “Mais uma vez, há divergências sobre uma posição mais ou menos liberal”.

Segundo o enquadramento construído, o Brasil estaria se prejudicando por fazer parte do acordo, visto que os outros grandes produtores de grãos, como EUA, Canadá e Argentina, não eram signatários e ficariam livres de concorrência. Apoiar o “contém” significaria ser submisso. Desta forma, o texto apresenta ênfase sobre os prejuízos que a adoção da rotulagem explícita causaria.

Outra perspectiva que indica enquadramento favorável aos OGMs é encontrada em matéria de 18 de março de 2006 (“Obrigação de identificar produto transgênico só vale depois de 2012”). O texto se refere à decisão tomada por países signatários de um acordo internacional que estabelece regras para a importação e exportação de transgênicos. Segundo o texto, os “países signatários do Protocolo de Cartagena sobre biossegurança decidiram

adiar para 2012 o prazo de transição para a identificação clara de substância transgênica nas cargas de grãos destinadas à exportação”.

A matéria explica que o “afrouxamento do prazo protela a adoção de regras rígidas para movimento de cargas transfronteiriças, incluindo as realizadas com países não-signatários, como os Estados Unidos”. O texto proposto pelo Brasil defendia a progressiva adoção do termo “contém” transgênicos, para rotulagem das cargas para exportação, por quatro anos.

A dilação foi resultado da pressão do México. Parceiro dos Estados Unidos e do Canadá no Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), o México conseguiu abrandar, no texto final, a tentativa da maioria de exigir que países não-signatários do acordo seguissem as mesmas regras nas transações comerciais bilaterais.

Para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, seria de se lamentar que a vontade da maioria não tivesse prevalecido sob os interesses econômicos, mas que, mesmo assim, o resultado poderia ser considerado um avanço. Outras duas fontes comentaram a decisão do acordo internacional: “A socióloga Marijane Lisboa, da Associação de Agricultura Orgânica, disse que os negociadores da MOP ‘fizeram tudo o que o México quis’. O diretor de políticas públicas da ONG ambientalista Greenpeace, Sérgio Leitão, chamou de ‘chocho’ o texto final”.

A matéria informa que “o governo brasileiro pretende abrir já linhas de crédito especiais para estimular produtores e exportadores de grãos do país a fazer a identificação clara do produto transgênico”, transcrevendo depoimento do secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, que confirma a informação. Uma fonte ligada à organização do MOP-3/COP-8 é entrevistada e afirma que as discussões sobre a rotulagem de cargas contendo transgênicos com “contém” e “pode conter” estariam superadas.

Os interesses econômicos apresentados pela matéria como norteadores para o acordo estabelecido pelo Protocolo de Cartagena são caracterizados de maneira que favoreça os transgênicos. O abrandamento do tempo de adaptação é considerado necessário e o resultado final poderia não agradar todas as partes, mas representaria uma reunião “histórica por atrair o maior número de delegações oficiais para debater o assunto”.

A cobertura da Folha também apresentou enquadramento desfavorável aos opositores dos transgênicos. Artigo publicado em 19 de março de 2006 (“Pode conter Ned Ludd”) é exemplo desta perspectiva. O contexto abordado pelo articulista se refere à manifestação de representantes da Via Campesina, movimento social organizado, que destruiu um centro de pesquisa de melhoramentos das plantações de eucalipto no Rio Grande do Sul. O artigo se posiciona contrariamente ao manifesto violento.

O artigo caracteriza os manifestantes como “luddistas”, que se refere a “como se convencionou chamar genericamente os inimigos da tecnologia”. Em olho interno, o artigo destaca que o “termo ‘luddita’ sempre vem à tona quando alguém se atreve a questionar supostos progressos como transgênicos”.

O autor explica que “Ned Lud (ou Ludd) é ele próprio personagem nebuloso, talvez um simples débil mental que destruiu dois teares em 1779, na Inglaterra, para vingar-se da mãe de duas crianças que o atormentavam”. Porém, teria se tornado um representante dos movimentos sociais contra as condições de trabalho nas fábricas britânicas. “Em poucas palavras, tornaram-se ‘inimigos do progresso’”.

Segundo o artigo, classificar um manifestante de “luddista” é “uma operação retórica e ideológica para calar todo e qualquer debate público e controle social sobre a tecnociência. A mensagem de fundo é: os cientistas é que sabem, confie neles”. O MST teria influenciado a Via Campesina a se manifestar contra as novas tecnologias.

Na mesma semana, o MST comemorou uma vitória: durante reunião da ONU em Curitiba, o governo brasileiro anunciou que adotaria a rotulação de cargas internacionais de commodities com os dizeres “contém OVM” (organismo vivo modificado), posição dada pelos fundamentalistas da biotecnologia como “luddita”.

O rótulo de “luddista” direcionado aos opositores dos transgênicos é pejorativo. A ênfase em caracterizar os ambientalistas de “inimigos do progresso” e “inimigos da tecnologia” torna evidente o enquadramento desfavorável aos opositores dos OGMs. No contexto veiculado pela matéria, os transgênicos são caracterizados como um avanço científico.

Outra característica presente nos textos da Folha é o enquadramento da CTNBio de maneira desfavorável. As principais críticas tecidas através das matérias se referem à suposta morosidade da comissão sobre as deliberações de transgênicos e as supostas in-

terferências externas que prejudicariam o desenvolvimento dos processos envolvendo transgênicos que tramitavam na CTNBio.

A matéria de 5 de setembro de 2006 (“Governo quer agilizar a análise de transgênicos”) é emblemática a respeito do enquadramento construído pelo veículo de comunicação.

O ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) anunciou ontem, em Piracicaba (SP), que o governo federal vai acabar com a fila comum de processos na CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) para tentar agilizar a análise dos produtos transgênicos com fins comerciais.

Depois de uma breve explicação sobre a função da CTNBio de prestar “assessoramento na formulação, na atualização e na implementação da Política Nacional de Biossegurança”, Furlan volta a criticar a comissão. Segundo ele, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) estaria “com diversas pesquisas paradas por conta de uma fila de processos na CTNBio”.

Pautada pelas explicações do ministro, a matéria explica que a sugestão para agilizar os processos da comissão seria modificar o critério de análise. Em vez de utilizar o critério de antigüidade, passar-se-ia a “dividir a pauta da CTNBio em três itens”. Desta forma, não haveria fila única para as deliberações, mas cada pedido de liberação teria sua avaliação separadamente.

O texto afirma que o “atraso da CTNBio em aprovar o cultivo comercial de transgênicos já havia sido alvo de críticas do ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto”. A informação de que apenas dois produtos geneticamente modificados estariam legalizados no país enfatiza a suposta morosidade da CTNBio.

A exclusão do posicionamento da CTNBio na matéria é fundamental para compor o cenário proposto pelo texto, de uma comissão emperrada. A matéria constrói uma agenda segundo a qual a CTNBio seria lenta nas deliberações, e as mudanças sugeridas pelo ministro seriam necessárias para o progresso dos transgênicos no país.

O jornal também enquadra os OGMs como benéficos para a humanidade, como ocorre na matéria de 21 de novembro de 2006 (“Americano cria algodão transgênico comestível”). A reportagem informa que, “além de ser a fibra vegetal favorita da humanidade, o algodão poderá ter mais uma utilidade: alimentar meio bilhão de pessoas com as suas sementes, graças a uma variedade transgênica da planta obtida por pesquisadores america-

nos”. Segundo o texto, existe “grande conteúdo de proteína nos caroços de algodão. Eles não são comestíveis por produzirem grande quantidade de uma toxina, o gossipol, presente em toda a planta”. Essa toxina é importante para o algodão como defesa contra insetos.

A matéria explica que a “novidade agora é um algodão transgênico que mantém o gossipol na planta - especialmente nas folhas -, mas longe das sementes”. A técnica resultará num Prêmio Nobel aos seus desenvolvedores. O texto sustenta que se “os 44 milhões de toneladas de sementes produzidas anualmente pudessem ter sua proteína utilizada, seria suficiente para alimentar meio bilhão de pessoas com 50 gramas de proteína per capita por dia”. Segundo o criador da variedade transgênica do algodão, ele pode “proporcionar um meio de satisfazer as necessidades de nutrição de uma população em crescimento, sem que seja necessário aumentar a produtividade ou a área plantada”.

Desta forma, a matéria caracteriza esta variedade transgênica do algodão como uma descoberta científica digna de Prêmio Nobel por propiciar que sejam consumidas suas proteínas sem danos à saúde. Os transgênicos representam, segundo o enquadramento construído pela matéria, a resolução de problemas da humanidade, como a fome e a desnutrição.

Em artigo publicado em 19 de dezembro de 2006 (“O bom selvagem”), os ambientalistas são caracterizados como defensores do “princípio do imobilismo”, que barraria qualquer tentativa de avanço científico que afetasse o meio ambiente, como os transgênicos.

O artigo sustenta que “o princípio da precaução, utilizado tanto pelos ecofundamentalistas quanto pela ministra Marina, do Meio Ambiente, deveria ser mais propriamente denominado de princípio do imobilismo”. Segundo o texto, os ambientalistas defenderiam que “quanto menos se fizer, melhor”.

O autor critica a influência dos opositores aos transgênicos na CTNBio:

Os ecofundamentalistas conseguiram fazer passar a regra de que toda aprovação de transgênicos tem como condição a sua validação por dois terços dos membros desse conselho. Logo, basta não haver quórum para que nada se decida. E, se alguma decisão intervir, ela será sempre favorável aos defensores do princípio do imobilismo. Em recente votação, uma vacina transgênica foi derrotada por 4 a 17. Ou seja, quatro votos valem mais do que 17, contando entre os últimos renomados cientistas.

O artigo segue criticando órgãos ligados aos defensores do meio ambiente, como o Ibama. O texto o caracteriza como “um refúgio do politicamente correto”. Segundo o autor,

“os fiscais do Ibama e seu corpo técnico, tendo à frente a ministra, revelam posições anti-capitalistas e antiempresas”.

Não nos faltam nem os bons selvagens. Indígenas, que já ocupam uma franja mais do que significativa do território nacional, maior do que vários Estados europeus juntos, mas para uma população infinitamente menor, se tornam uma espécie de exemplo que deve ser seguido.

O articulista questiona a ação de indígenas que teriam invadido um porto da Aracruz, no Espírito Santo, sem que nenhuma atitude tivesse sido tomada pelas autoridades. A Companhia Vale do Rio Doce também teria, segundo o artigo, problemas semelhantes. O autor salienta que, neste caso, a manifestação viria de “índios que usam automóveis, celulares e outros objetos da civilização. O bom selvagem já não é tão bom, mas isso não importa na defesa de uma causa que se volta, hoje, contra grandes empresas e o agronegócio; amanhã, contra os empreendedores rurais em geral”.

O autor defende que o que estaria se desenhando no horizonte, “se o imobilismo for triunfante”, seria “um novo apagão. O país se coloca diante de uma escolha: aumentar a oferta de energia pela construção de novas usinas, hidrelétricas ou nucleares, ou viver o romantismo de que nada deve ser feito”. E conclui solicitando um referendo, para que a decisão fosse tomada por todos, e não apenas pelos “iluminados do imobilismo”.

Neste contexto, os ambientalistas são caracterizados como obstáculos ao desenvolvimento científico, enquanto os cientistas a favor da biotecnologia são apresentados como interessados na independência científica do país.

Outra característica verificada nas reportagens da Folha de S. Paulo se refere ao enquadramento favorável da redução do quorum da CTNBio para deliberações de transgênicos. Neste contexto, o quorum é caracterizado como entrave ao desenvolvimento dos OGMs, e sua redução é necessária para o avanço dos transgênicos.

Um exemplo da construção deste enquadramento é a matéria de 21 de dezembro de 2006 (“Câmara facilita aprovação de transgênico”). A redução do quorum significa a necessidade de um número menor de membros da CTNBio favoráveis à liberação de um OGMs para que haja sua aprovação. Como explica a matéria, “Projeto de lei aprovado ontem pela Câmara reduz de 18 para 14 o número de votos da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) necessários à liberação comercial de organismos geneticamente mo-

dificados”. Com o objetivo de contextualizar as deliberações da CTNBio sobre transgênicos, o texto ressalta:

Desde a regulamentação da Lei de Biossegurança, há mais de um ano, a CTNBio não aprovou nenhum pedido de uso comercial de transgênicos. Em novembro, a autorização para uma vacina contra a doença de Aujeszky, que ataca suínos, foi negada apesar de 17 votos favoráveis e apenas 4 contrários.

O projeto de redução havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e seguiria para análise do Senado. Por fim, seria submetido à sanção presidencial. “Em nome da ministra Marina Silva (Meio Ambiente), o secretário de Biodiversidade e Florestas, João Capobianco, criticou a decisão da Câmara e antecipou que o ministério defenderá o veto da mudança”. Outra fonte, ligada ao Greenpeace, defende posicionamento semelhante: “Essa votação é clara indicação do descaso do Congresso e do governo com a proteção ambiental, a biossegurança brasileira, as leis feitas pela própria casa e principalmente com a opinião da maioria dos eleitores, que não querem transgênicos no seu prato”.

A matéria explica que, na ocasião, a CTNBio necessitava de dois terços de seus membros para aprovar o uso de transgênicos. O projeto de lei defendia a redução deste quórum para a maioria absoluta, ou seja, metade dos integrantes mais um. A matéria apresenta o depoimento do presidente da comissão:

A mudança do quórum foi defendida na semana passada com veemência pelo presidente da CTNBio, Walter Colli. Ele argumentou que o elevado número de votos exigidos na comissão impedia a aprovação dos pedidos e poderia levar ao plantio clandestino de sementes contrabandeadas, como aconteceu com a soja e o algodão - os dois únicos grãos que têm variedades transgênicas liberadas no país.

Outra fonte entrevistada pelo jornal enfatiza o posicionamento de Colli: “a exigência de dois terços dos votos ‘restringe sobremaneira’ as deliberações da CTNBio e impede o avanço do agronegócio”.

A matéria caracteriza outras medidas que o projeto de lei englobaria, como o aproveitamento das plantações de algodão transgênico plantadas ilegalmente. A matéria destaca que um parecer “assinado por entidades como Greenpeace e MST diz que a redução do quórum ameaça a segurança do uso de transgênicos no país e favorece multinacionais”.

Neste contexto, o projeto de lei proposto para alterar um aspecto da Lei de Biossegurança com o objetivo de facilitar a liberação do cultivo de transgênicos é caracterizado como necessário para o avanço do agronegócio no Brasil.

Editorial de 24 de dezembro de 2006 (“Barreira transgênica”) sustenta que os transgênicos estariam em meio à “guerra de posições que opõe ‘cientistas’ e ‘ambientalistas’ há mais de oito anos”. O texto apresenta um cenário de controvérsia sobre os OGMs em meio à opinião pública. Sustenta que essa dualidade estaria presente no próprio Estado. “Por ora só resultou em paralisia decisória de autoridades acerca da biotecnologia”. O editorial apresenta seu ponto de vista sobre o contexto em que o tema estaria inserido:

Cantam agora vitória os adeptos da modificação genética de seres vivos, como soja, milho e algodão tornados resistentes a herbicidas ou insetos. Lograram incluir em medida provisória sob exame na Câmara, além da absurda legalização de algodão transgênico ilegalmente cultivado, a redução do quórum para liberação comercial pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

O jornal informa as alterações que a redução do quorum traria para a CTNBio, como a necessidade de 14 membros da CTNBio, e não mais 18, para liberar transgênicos. “Nenhuma liberação comercial foi desde então aprovada. Ponto para os adversários da biotecnologia”. Segundo o texto, a dicotomia entre cientistas e ambientalistas frequentemente citada pelos veículos estaria gradualmente desaparecendo. “Existem tanto pesquisadores que consideram frouxos os procedimentos homologatórios da CTNBio quanto há defensores do ambiente que não recusam a priori a engenharia genética”.

O editorial enfatiza que não restaria “dúvida de que a CTNBio, paralisada como vinha, precisava mudar”. E conclui: “Desde 1998, porém, muitos tropeços da biotecnologia tiveram origem na Justiça e no Ministério Público, quando não noutras quadras da Esplanada dos Ministérios. É incerto, assim, que a alteração de quórum possa derrubar uma barreira tão solidamente erigida”.

É verificável que a Folha se refere à CTNBio como paralisada em dois momentos: quando afirma que nenhuma liberação comercial havia sido aprovada desde a regulamentação do quorum de dois terços de seus membros, e no final, em que salienta que “a CTNBio, paralisada como vinha, precisava mudar”.

Outro editorial que traz a mesma caracterização da CTNBio como órgão paralisado é “Guerra dos transgênicos”, de 23 de março de 2007. O texto sugere que o suposto impasse vivido pela comissão poderia ter fim devido à sanção presidencial à medida provisória 327 (lei 11.460), que reduzira de 18 para 14 votos o quorum para liberação comercial de transgênicos. O jornal ironiza, afirmando que “a comissão de 27 membros pode enfim voltar a trabalhar”. O parágrafo seguinte apresenta o posicionamento do editorial:

Ou melhor, talvez não: no primeiro dia da nova regra, terminou adiada a sessão para deliberar sobre variedade de milho geneticamente modificado. Representantes do Greenpeace pretendiam acompanhar a reunião, mas o presidente da CTNBio se recusou a iniciá-la.

Assim como no editorial analisado anteriormente, a Folha sustenta que desde que passou a valer o quorum qualificado para deliberação, precisando de dois terços para aprovação, “nenhum cultivo transgênico havia sido aprovado desde então”.

“A incapacidade de decidir vem de 1998, quando foi aprovada -e logo questionada na Justiça- a primeira variedade transgênica de soja. Começava a queda-de-braço que paralisaria o setor”. O jornal explica que os adeptos da biotecnologia passaram a contrabandear sementes geneticamente modificadas, mesmo sem autorização da CTNBio. “Um verdadeiro atestado de inoperância dos requisitos de biossegurança no país”. A conclusão do editorial é favorável aos transgênicos:

Nessa enésima batalha, os defensores dos transgênicos saíram vitoriosos. A CTNBio só poderá cumprir sua função, porém, quando as alas abandonarem convicções fundamentalistas para deliberar racionalmente sobre tecnologias almeçadas por um setor crucial da economia.

Como é possível verificar, o texto sustenta que a CTNBio estaria paralisada em cinco períodos. A comissão é caracterizada como incapaz de deliberar sobre transgênicos devido à queda-de-braço contra opositores dos OGMs, o que seria responsável pela paralisação do setor. O contrabando de transgênicos é, segundo o veículo de comunicação, um “atestado de inoperância”.

6.1.2 Ênfase sobre possíveis riscos relacionados à utilização de transgênicos

Matéria de 10 de março de 2005 (“CTNBio pode liberar três tipos de algodão modificado”) informa as datas das próximas reuniões da comissão, em que seria discutida a liberação de três variedades de algodão transgênico.

O texto explica que o poder de deliberação sobre transgênicos está nas mãos da comissão desde 2004, depois de suas funções terem sido suspensas em 1998 “em decorrência de uma liminar obtida pelas organizações não-governamentais Greenpeace e Idec (Instituto de Defesa do Consumidor)”. Com a Lei de Biossegurança, a CTNBio “terá sua composição ampliada de 18 para 27 membros”. A matéria não apura os motivos que teriam levado o Greenpeace e o Idec a entrar com liminar pedindo a suspensão dos poderes da CTNBio na liberação dos transgênicos.

O texto discorre sobre as atividades da comissão. “Em novembro, em sua primeira decisão depois da disputa judicial, a CTNBio autorizou a venda de lotes de sementes de algodão com até 1% de material geneticamente modificado”. A matéria apresenta uma contextualização do cenário de transgênicos plantados ilegalmente no país, problema que estaria ocorrendo com o algodão.

Diferentemente da soja, o cultivo clandestino do algodão transgênico representa risco para lavouras próximas porque o pólen de uma planta geneticamente modificada pode contaminar espécies nativas. Por isso, a liberação do algodão transgênico preocupa bem mais os ambientalistas.

Matéria de 22 de março de 2005 (“Plantio modificado prejudica via selvagem, diz pesquisa britânica”) é emblemática a respeito dos enquadramentos em que os transgênicos oferecem riscos à biodiversidade. “A conclusão da maior série de estudos do impacto de plantações de alimentos transgênicos mostrou que há danos à biodiversidade em três de quatro diferentes plantios geneticamente modificados”, segundo o texto. “A série mostrou que os superpoderosos pesticidas a que as plantações geneticamente modificadas são projetadas para resistir trariam mais danos para as regiões já devastadas pela agricultura intensiva”.

Segundo a matéria, apenas um dos quatro testes em plantações verificou que seria possível que a plantação transgênica fosse menos danosa para pássaros, flores e insetos do que o equivalente não-modificado. Mesmo assim, “o agrotóxico exigido por aquela planta-

ção em particular (uma variedade de milho transgênico criada pela companhia Bayer) era tão destrutivo que estava para ser banido na União Européia”.

A matéria contextualiza a pesquisa com outras realizadas recentemente, como a que verificou, em plantações de canola geneticamente modificada, que “o plantio causa danos significativos a flores selvagens, borboletas, abelhas e provavelmente pássaros, todos dependentes, direta ou indiretamente, das ervas daninhas que surgiam nas plantações e são eliminadas pelo pesticida”. O texto apresenta o depoimento de um dos pesquisadores que desenvolveram este último estudo.

Embora o experimento não tenha feito menção à catastrófica perda de pássaros que habitavam regiões agrárias do Reino Unido nos últimos 50 anos, os ornitólogos alertam: os resultados sugerem que cultivar canola transgênica poderia quase certamente exacerbar o problema.

O enquadramento enfatiza as conseqüências negativas das plantações transgênicas e exclui posicionamento diverso. O resultado é um enquadramento desfavorável aos OGMs.

O mesmo ocorre na matéria de 23 de maio de 2005 (“Milho transgênico causa alteração em rato”). O texto possui um enquadramento desfavorável aos transgênicos devido à ênfase, em tom de alarme, às possíveis anormalidades causadas em ratos alimentados com milho transgênico.

Ratos alimentados com uma dieta rica em milho geneticamente modificado desenvolveram anormalidades em seus órgãos internos e alterações em seu sangue, segundo um estudo. Os resultados trazem à tona os velhos temores de que a saúde humana possa ser afetada pelo consumo de alimentos transgênicos.

As informações seriam do jornal britânico *The Independent*, que teve acesso ao resultado da pesquisa sigilosa realizada pela Monsanto. “Segundo o relatório confidencial de 1.139 páginas, os problemas de saúde não apareceram em outro conjunto de roedores, alimentados com produtos não-modificados para servir de grupo de controle para comparação dos resultados”.

A matéria contextualiza o cenário europeu referente aos transgênicos, em que outros países reivindicariam a publicação do estudo. Eles argumentam que o momento é de avaliação para liberação do milho para consumo humano.

O texto caracteriza o posicionamento da União Européia como dividida entre a liberação e a não-liberação do comércio de transgênicos no continente. Em votação recente, o Reino Unido e outros nove países teriam se posicionado a favor da aprovação.

No entanto, a revelação dos efeitos médicos sobre os ratos da Monsanto intensificou o debate sobre se é possível dizer que o milho é seguro para consumo sem mais pesquisas. Médicos dizem que as mudanças no sangue dos roedores indicam que o sistema imunológico do rato foi danificado ou que uma doença como um tumor havia surgido e o sistema lutava para combatê-la.

Uma especialista em anatomia humana e biologia celular da Universidade de Liverpool diz que o sumário da pesquisa dava “motivos para preocupação”. Um especialista em genética molecular na Escola Médica do Guy’s Hospital, no Reino Unido, descreveu as descobertas como “muito preocupantes do ponto de vista médico”.

“Os ambientalistas encaram as descobertas como confirmação de um estudo britânico de sete anos atrás, que sugeria que ratos alimentados com batatas transgênicas sofriam danos à saúde”, sustenta a matéria, que contextualiza a pesquisa citada afirmando que o pesquisador teria sido obrigado a se aposentar após realizar estudo desfavorável aos transgênicos.

A Monsanto afirma que o milho transgênico alvo das discussões é resistente a uma larva de besouro, descrito como “uma das pragas mais perniciosas a afetar plantações de milho ao redor do mundo”. Segundo a matéria, os “detalhes completos da pesquisa com os ratos estão no relatório principal, que a Monsanto se recusa a divulgar por considerar que ele ‘contém informações confidenciais de negócios que poderiam ter uso comercial por nossos competidores’”. A reportagem apresenta o posicionamento da empresa sobre o assunto:

Se algum desses conhecidos críticos antibiotecnologia tinha dúvidas sobre a credibilidade desses estudos, elas deveriam ter sido apontadas aos [órgãos] reguladores. Afinal, o MON 863 não é novo, e já foi aprovado como tão seguro quanto o milho convencional por nove outras autoridades globais desde 2003.

Apesar de ser uma matéria que apresenta os diversos posicionamentos abordados pelo assunto, não caracterizando um quadro de exclusão, é enfatizada a preocupação dos

políticos europeus, devido ao espaço dedicado a esses argumentos, com os possíveis riscos à saúde que a variedade de milho transgênico apresentaria. Isso é significativo para que a reportagem se coloque desfavoravelmente aos OGMs.

Sobre esta perspectiva menos favorável, são identificáveis características que balizam seu enquadramento, como a possibilidade de OGMs oferecerem riscos à saúde humana.

Editorial de 27 de maio de 2005 (“Risco Transgênico”) pode ser tomado como exemplo desta caracterização. Segundo o jornal, ratos “alimentados com um tipo de milho geneticamente modificado desenvolveram anormalidades em seus órgãos internos e alterações hematológicas, de acordo com um estudo realizado pelo próprio fabricante do grão, a Monsanto”. O editorial enfatiza que o estudo não teria sido divulgado “por razões óbvias”. O assunto teria se tornado público devido à publicação do jornal britânico “The Independent”, que tivera acesso à pesquisa.

O jornal pondera: “Antes de mais nada, cabe deixar claro que eles não dizem nada a respeito da tecnologia dos transgênicos em geral. Cada produto desenvolvido através dessa técnica deve ter seus riscos avaliados separadamente”. O editorial enfatiza que o “produto que deve ficar sob suspeita com esse estudo é o milho MON 863, modificado para tornar-se imune à larva de um besouro”. E ressalta:

Em termos gerais, o episódio serve para reforçar a necessidade de observar com rigor os procedimentos óbvios: todos os novos produtos, sejam eles obtidos através de transgenia, de outras técnicas de engenharia genética ou até de melhoramento convencional, precisam ser extensivamente testados antes de liberados para utilização comercial. Mesmo depois, é preciso que continuem sendo monitorados, a exemplo do que se faz com medicamentos.

O artigo afirma que é necessário pressionar as empresas de biotecnologia para que divulguem para a comunidade científica os resultados de suas pesquisas, independentemente de resultados favoráveis ou contrários a seus produtos. “Lida-se, afinal, com saúde pública. A rigor, é do próprio interesse das empresas retirar o quanto antes de circulação os itens que possam provocar problemas sanitários - e, conseqüentemente, motivar processos pedindo grandes indenizações”. Neste contexto, a variedade transgênica em questão poderia oferecer riscos à saúde humana devido à detecção de anormalidades causadas em ratos. O

erro da empresa, segundo o editorial, seria deixar de divulgar a pesquisa que teria constatado tal risco.

Outra característica que compõe um cenário desfavorável aos transgênicos pode ser exemplificada pelo artigo de 13 de novembro de 2005 (“A guerra obscura da CTNBio”). Aqui, a demora resultante de burocracia instituída pelo governo sobre os transgênicos estaria sendo prejudicial para o desenvolvimento dos OGMs. “Faz sete anos que o Brasil se debate, mais do que debate, com a questão dos transgênicos na agricultura”.

Os posicionamentos, segundo o autor, estariam representados caricaturalmente pelos “cientistas” e pelos “ambientalistas”. “O único consenso, nessa história toda, é que o país inteiro saiu perdendo. Sete anos é tempo demais para tomar uma decisão desse calibre”. Segundo o autor, “muita energia foi desperdiçada num arremedo de discussão pública”.

O artigo sustenta que desde “a aprovação da nova Lei de Biossegurança, em março, quase tudo esteve paralisado no setor, pois não havia regras para licenciamento de acordo com a nova legislação”. O autor salienta que “sete meses de paralisia num laboratório, no ambiente já notoriamente burocratizado da pesquisa brasileira, pode pôr a perder anos de trabalho”. A regulamentação da Lei de Biossegurança estaria causando ansiedade nos setores responsáveis do governo. “Tudo indica que *(os favoráveis aos transgênicos)* terão de ceder uma fatia do controle que mantinham sobre a comissão de biossegurança vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), aquela que sempre foi técnica antes de ser nacional, desde o batismo”.

A da regulamentação, que deveria decidir a guerra, está emperrada na questão do quórum necessário para a CTNBio deliberar sobre liberação comercial de cultivares transgênicos. Uns defendem que seja qualificado, de dois terços dos membros. Outros preferem maioria absoluta.

Devido à visita do então presidente norte-americano George W. Bush, teria ocorrido “novo adiamento, para a semana passada, mas até a noite de quinta-feira nada estava definido sobre o decreto de regulamentação”. O tempo utilizado pelo governo, de acordo com o enquadramento construído pelo artigo, seria prejudicial para o desenvolvimento dos OGMs no país.

Outro exemplo de publicação opinativa que enquadrou os transgênicos desfavoravelmente é o artigo de 29 de outubro de 2006 (“A gente não quer só comida”). O texto se refere aos dizeres expostos no portal da Feira Mundial de Chicago, em 1933: “A ciência descobre, a tecnologia executa, o homem obedece”. Essas palavras, de acordo com o texto, “sintetizam a postura submissa que ainda caracteriza a relação de importantes setores da opinião pública contemporânea com as inovações tecnológicas”.

Segundo o articulista, em comparação com as explicações religiosas de outrora, “a ciência tornou-se para muitos a única fonte confiável de verdade. É irônico observar, porém, que o próprio movimento da modernidade global age no sentido de dissolver a aura de devoção construída em torno do complexo ciência & tecnologia”. Isso se deveria, de acordo com o texto, ao aumento de escolaridade das pessoas e à velocidade dos meios de comunicação em propiciar espaços para confronto de opiniões.

Segundo o autor, “a surpreendentemente forte reação de diversos atores sociais aos alimentos transgênicos, especialmente dos consumidores europeus, representa um caso paradigmático”. O texto enfatiza:

A pressão democrática para que a produção de organismos geneticamente modificados seja debatida de forma intensa e transparente, com uma moratória no seu uso, contribui para dar visibilidade aos condicionantes econômicos que controlam grande parte da atual pesquisa técnico-científica.

O autor justifica que não seria o caso de coibir a pesquisa acadêmica sobre transgênicos.

O problema está na difusão social precoce, por motivos calcados essencialmente na busca por poder econômico, de técnicas perigosas que ainda estão sob intenso debate científico. Ou seja, uma clara violação empresarial do chamado "princípio da precaução", que estabelece, diante da incerteza, que não se devem adotar atividades ou técnicas cujas conseqüências, se negativas, podem ser irreversíveis ou além da nossa capacidade de controle.

Segundo o artigo, os OGMs são seres vivos e poderiam “mesclar-se com outros organismos e penetrar nas cadeias ecológicas planetárias, reproduzindo-se de forma descontrolada”. Para ele, não é possível associar os transgênicos à modernidade e os orgânicos ao arcaísmo. Os orgânicos estariam sendo beneficiados por investimentos tecnológicos para seu desenvolvimento, como uma alternativa aos transgênicos. “Mas seria ingênuo supor

que a polarização entre transgênicos e orgânicos esteja fundada em uma disputa apenas técnico-científica. Trata-se, mais do que tudo, de uma questão de poder”. O articulista enfatiza:

No núcleo da pressão pelos transgênicos se encontra a fome de poder de um número restrito de enormes conglomerados empresariais, que, no limite, buscam usar as novas tecnologias para dominar a oferta de sementes e reduzir a autonomia dos agricultores e, por extensão, das sociedades.

Para o artigo, é “assustador imaginar um futuro em que algo tão vital como as sementes - assim como as fontes da alimentação em geral - estejam nas mãos de pouquíssimas corporações”. Desta forma, é possível visualizar o enquadramento construído pelo artigo, segundo o qual os transgênicos poderiam ser usados como arma para monopolizar o mercado.

6.1.3 Outras perspectivas da cobertura da Folha sobre transgênicos

Os principais enquadramentos construídos pela Folha de S. Paulo, como visto nos tópicos anteriores, referem-se à ênfase de elementos favoráveis aos transgênicos, por um lado, e cautelosos quanto aos riscos que eles podem oferecer, por outro. Outras agendas, menos representativas, também figuram na cobertura do jornal sobre o assunto entre março de 2005 e setembro de 2007.

Nas matérias informativas, estas perspectivas representam 20% dos textos publicados. A divulgação da liberação de variedades transgênicas pela CTNBio, por exemplo, figura em 5% das matérias¹, que não possuem enquadramento explicitamente favorável ou contrário aos OGMs.

Em dois textos², o que representa 3,3% daqueles publicados no período analisado, há enquadramento de conflito entre favoráveis e contrários aos transgênicos, representados por cientistas e ambientalistas, respectivamente. Essas matérias não apresentam características que as qualifiquem a favor ou contra um dos posicionamentos envolvidos.

¹ Quadros 1, 10, 59

² Quadros 9, 26

Uma matéria³ defende que a Lei de Biossegurança estaria prejudicando os transgênicos por exigir sua rotulagem em produtos contendo mais de 1% de OGMs. Outra caracteriza a CTNBio como órgão favorável à liberação comercial de transgênicos⁴.

Outra perspectiva verificada se refere ao enquadramento desfavorável ao Governo, que teria ignorado os pedidos da sociedade civil contra os transgênicos⁵. Uma matéria constrói agenda favorável à rotulagem explícita dos OGMs⁶. Em outra, um acordo internacional teria favorecido os interesses econômicos com relação aos transgênicos, o que é criticado pela matéria por não representar a vontade da maior parte de seus signatários⁷.

Nos textos de gênero opinativo, 22% do conteúdo veiculado pela Folha de S. Paulo no período analisado representam perspectivas diversas. Assim como nas matérias informativas, foi verificada perspectiva favorável à rotulagem explícita dos transgênicos⁸ e enquadramento de conflito entre favoráveis e contrários aos OGMs⁹.

Um artigo¹⁰ sugere que a decisão sobre o consumo de alimentos geneticamente modificados seria de responsabilidade da população. O governo, segundo o artigo, deveria proporcionar um referendo para levantar a opinião popular sobre o assunto. Outra perspectiva identificada na cobertura da Folha caracteriza a falta de debate público sobre transgênicos como vilã para a coexistência entre OGMs e convencionais¹¹.

Um artigo¹² sustenta que a ciência estaria sujeita a decisões de cunho social, podendo sofrer interferências em seus resultados. A população seria livre de amarras científicas para decidir sobre o que consumir. A

Assim, mesmo que a ciência provasse que os transgênicos fossem benéficos para a humanidade ou que, ao menos, que não oferecessem riscos à saúde, caberia às pessoas decidir sobre a utilização ou não desses produtos. A ciência, por sua vez, seguiria de acordo com as escolhas realizadas pela população.

³ Quadro 6

⁴ Quadro 7

⁵ Quadro 28

⁶ Quadro 36

⁷ Quadro 41

⁸ Quadros 61, 69

⁹ Quadros 77, 78

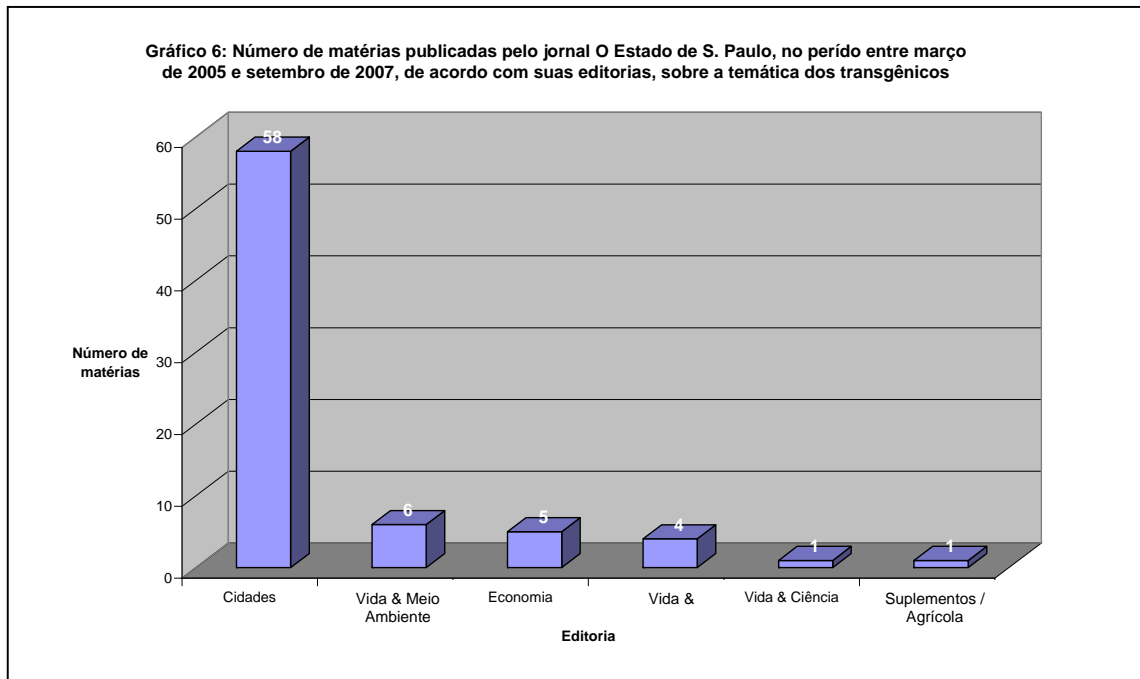
¹⁰ Quadro 66

¹¹ Quadro 82

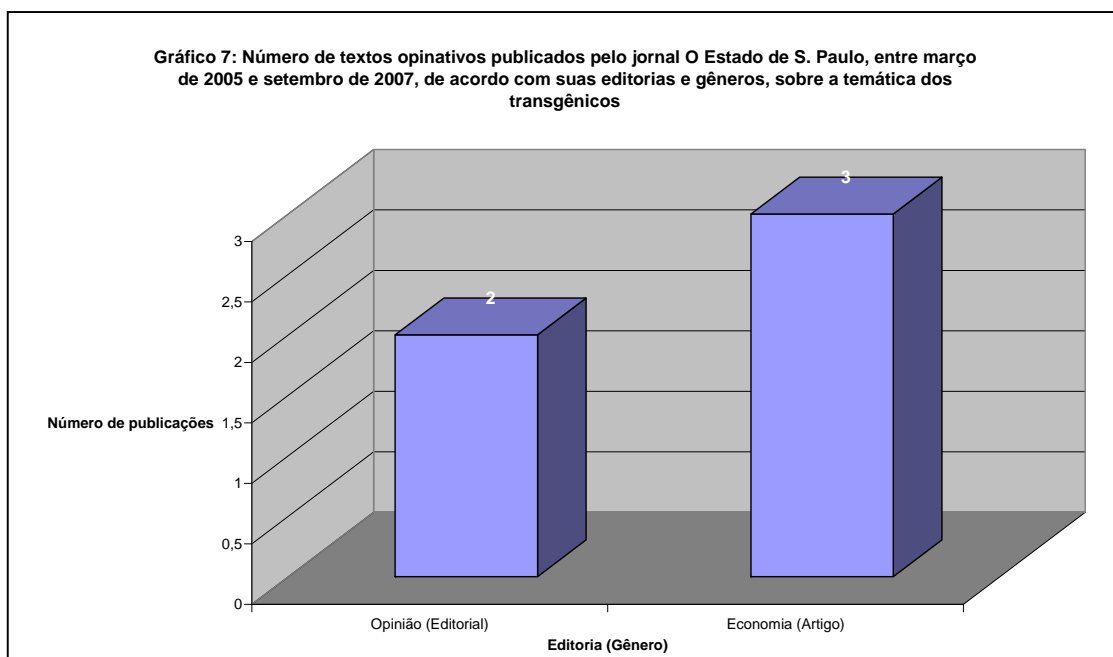
¹² Quadro 72

6.2 Discussão dos resultados: O Estado de S. Paulo

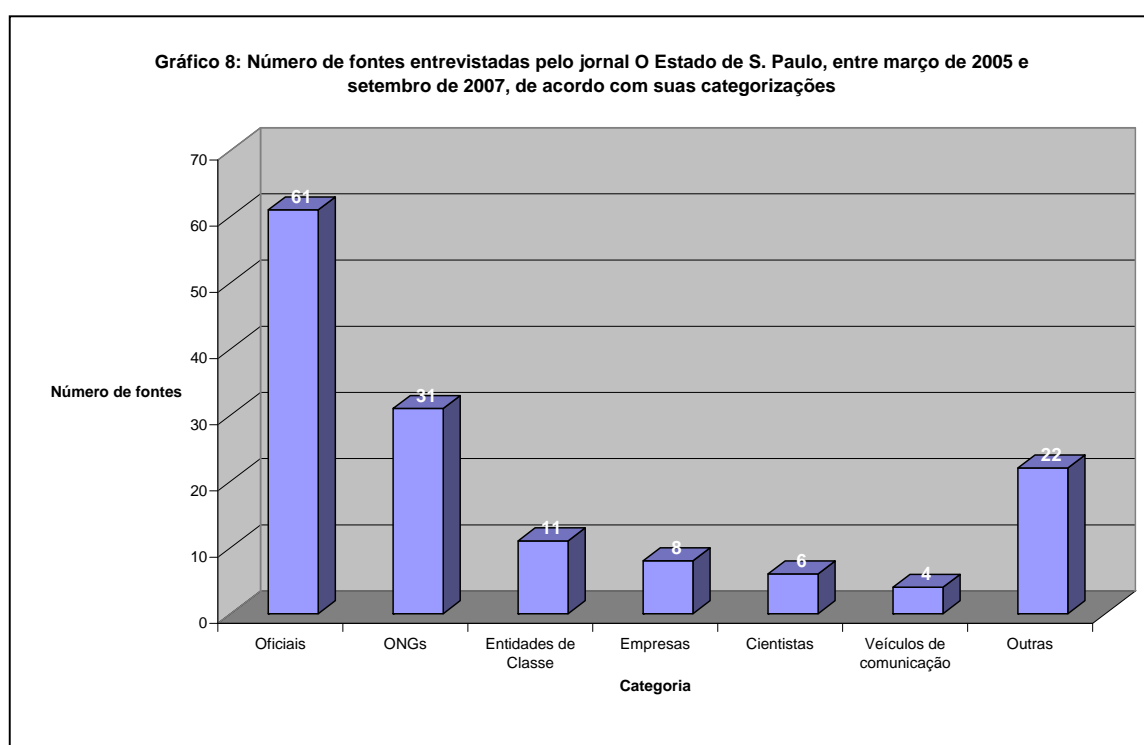
O Estadão publicou 75 matérias sobre a temática em questão no período analisado. Destas, 77,3% foram veiculadas no caderno Cidades. O caderno Vida & Meio Ambiente publicou 8% das matérias, seguido pelos cadernos Economia, com 6,7% das publicações; Vida &, com 5,3%; Vida & Ciência e Suplementos/Agrícola, com 1,3% cada (Gráfico 6).



São cinco textos de gênero opinativo, sendo dois editoriais e três artigos (Gráfico 7).



O Estadão publicou, portanto, 80 matérias e textos opinativos no período analisado sobre a temática em questão. O veículo entrevistou 143 fontes nas 75 matérias informativas publicadas. A categoria mais freqüente foi a de fontes oficiais, ou seja, aquelas que representam órgãos governamentais, como a CTNBio ou os Ministérios, e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, totalizando 42,6% das entrevistadas. As ONGs representam 21,7% das fontes e as entidades de classe, 7,7%. A quarta categoria mais procurada pelo meio de comunicação foram as empresas ligadas à biotecnologia, representando 5,6%, seguida de cientistas, com 4,2% das fontes (*Gráfico 8*).



A exemplo da Folha, duas perspectivas se destacam na cobertura sobre transgênicos do jornal Estado de S. Paulo, na ótica de análise adotada aqui: por um lado, um enquadramento que caracteriza os OGMs como produto do avanço tecnológico e benéficos para a economia; por outro lado, um enquadramento que sugere a possibilidade de transgênicos causarem prejuízos à saúde humana e à biodiversidade.

Para uma melhor visualização deste cenário e seguindo a metodologia utilizada na análise dos enquadramentos da Folha, serão caracterizadas a seguir as perspectivas do Estadão com trechos dos textos informativos e opinativos que melhor as representam.

Os principais enquadramentos que se alinham na perspectiva geral a favor dos OGMs, presente em 44% dos textos informativos e 80% dos opinativos publicados pelo Estadão, são representados por: a) tratamento favorável dedicado aos transgênicos; b) caracterização negativa da CTNBio por supostamente retardar as liberações comerciais de transgênicos; c) caracterização positiva da redução do quorum para votações da CTNBio, por ser necessária à suposta agilidade da comissão para a liberação do cultivo de transgênicos no país; d) caracterização negativa da consulta pública *online* nº 63 da Anvisa para baliar as deliberações sobre transgênicos. Estes enquadramentos são comentados a partir da descrição das matérias mais representativas de tais perspectivas no item 6.2.1.

Os principais enquadramentos alinhados à perspectiva geral que sugere a existência de riscos no cultivo de OGMs, presente em 36% dos textos informativos – e ausente nos opinativos – publicados pelo Estado de S. Paulo no período analisado, são representados por: a) caracterização desfavorável aos OGMs; b) pela manifestação de organizações contrárias ao desenvolvimento dos transgênicos, que sustentam a necessidade de a sociedade ter cautela diante da popularização do cultivo de OGMs. Estes enquadramentos são comentados a partir da descrição das matérias mais representativas de tais perspectivas no item 6.2.2.

Outra perspectiva que será analisada, neste contexto, é proveniente da cobertura que o jornal dedicou à consulta pública *online* nº 63 da Anvisa para receber contribuições à Proposta de Regulamento Técnico de avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de organismo geneticamente modificado. O Estadão publicou duas matérias informativas sobre o assunto e um editorial, que serão analisadas no item 6.2.3.

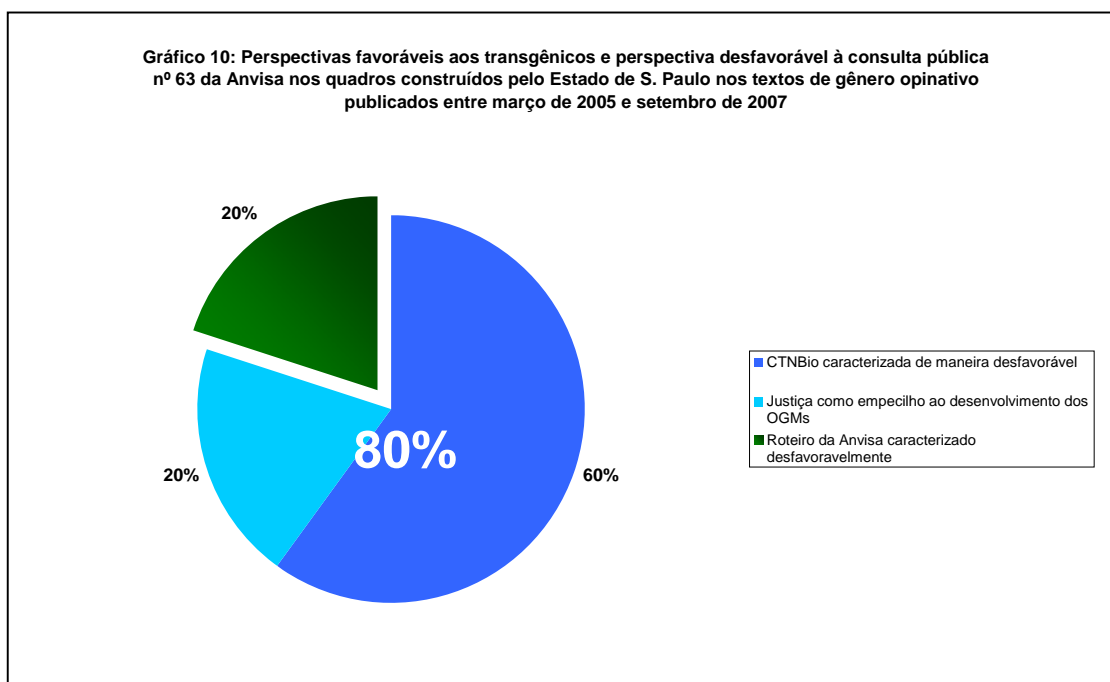
Outras perspectivas identificadas na cobertura do Estado de S. Paulo que não se enquadram nestas tendências predominantes serão descritas no item 6.2.4.

Falta de pluralidade foi constatada em 74,7% das matérias do veículo analisadas.

É possível visualizar estes resultados no *Gráfico 9*, que se refere às matérias informativas do Estadão publicadas entre março de 2005 e setembro de 2007.



O *Gráfico 10* apresenta os dados referentes aos textos de gênero opinativo publicados pelo Estado de S. Paulo, no período de março de 2005 a setembro de 2007.



6.2.1 Transgênicos enquadrados favoravelmente

A caracterização favorável aos transgênicos ocorreu, na cobertura do Estadão, como forma de endossar o apoio de setores do governo aos OGMs, à valorização do crescimento da produção transgênica brasileira e devido à caracterização dos OGMs como benéficos para a saúde humana.

Matéria de 27 de janeiro de 2006 (“Cresce área de plantio de culturas transgênicas no Brasil”) pode ser tomada como exemplo de perspectiva favorável aos transgênicos em função do desempenho da produção brasileira de OGMs.

A área de plantio de transgênicos no país aumentou em 4,4 milhões de hectares no ano de 2005, segundo relatório da organização não-governamental norte-americana International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications (ISAAA). O Brasil foi o país onde as culturas de oleaginosa geneticamente modificada mais cresceram em 2005, chegando a 9,4 milhões de hectares, contra 5 milhões de hectares do período anterior.

O texto contextualiza o progressivo crescimento das plantações de OGMs com dados de anos anteriores. “Hoje, cinco países cultivam quase 95% - 85,4 milhões de hectares - de toda área do planeta destinada a transgênicos, informa a ISAAA”. O enquadramento sugere que os países estariam disputando a liderança na produção.

Em primeiro lugar estão os Estados Unidos, com 49,8 milhões de hectares. Em segundo, aparece a Argentina, com 17,1 milhões de hectares. Depois vem o Brasil, com 9,4 milhões de hectares; Canadá, com 5,8 milhões de hectares; e China, com 3,3 milhões de hectares.

A soja é apontada pela pesquisa da ONG internacional como o alimento transgênico mais cultivado, seguida do milho, algodão e canola. Segundo o texto, o “plantio comercial de produtos transgênicos no Brasil começou em 2004, no Rio Grande do Sul”.

A matéria caracteriza o cenário nacional dos transgênicos de maneira positiva, ao localizar o Brasil entre os maiores produtores de transgênicos do mundo, enfatizando o aumento das áreas destinadas a plantações de OGMs no planeta e classificando em um ranking os países que mais produzem organismos transgênicos.

Matéria do dia 10 de abril de 2006 (“STF mantém embarque de soja transgênica em Paranaguá”) também exclui posicionamento do governo do Paraná de sua agenda. Segundo o texto, a “presidente interina do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Elen Gracie,

rejeitou um pedido do governo do Estado do Paraná que queria a suspensão de uma liminar que liberou o embarque de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá”. Segundo a entrevistada, ela não teria encontrado espaço para discussões técnico-científicas a respeito do impacto dos organismos geneticamente modificados no meio ambiente e na saúde.

“O assunto é sempre polêmico, porém não existe, no ordenamento jurídico pátrio, um conjunto de normas que oferecem ao poder público os instrumentos necessários para o controle das atividades de pesquisa, cultivo, industrialização e comercialização desses produtos”, sustentou a ministra. “No caso, as atividades relacionadas à soja transgênica, até o presente momento, estão dentro da plena legalidade”, arremata Gracie.

A liminar teria sido concedida anteriormente por um juiz federal de Paranaguá e posteriormente confirmada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, conforme a matéria. “Segundo Gracie, a liminar evita grave lesão à ordem jurídica e à economia pública, e empecilhos aos embarques podem afetar a balança comercial do País”.

O texto não apresenta os argumentos do governo do Paraná que possivelmente explicariam o posicionamento contra o embarque de soja transgênica no porto de Paranaguá, o que caracteriza a falta de pluralidade nesta matéria.

Matéria do dia 4 de julho de 2006 (“Tabaco transgênico poderá produzir gel contra aids”) retrata os transgênicos como benéficos para a saúde. Segundo a matéria, uma “plantação de tabaco geneticamente modificado, em Kent, no sul da Inglaterra, pode ter um papel importante na luta contra o vírus HIV”. O texto afirma que, se for comprovada a eficácia do produto, “cada planta deste tipo de tabaco pode ser usada na produção de 20 doses de um gel germicida que pode ser usado como uma proteção de três meses contra o vírus”. Os pesquisadores estariam usando a folha da planta de tabaco no experimento.

Quando a bactéria infecta as folhas, introduz alguns de seus genes no DNA da planta, que começa a produzir novas proteínas. Em estado natural, estas proteínas formam tumores que matam a planta, mas, no laboratório, os cientistas tornaram a bactéria inofensiva, de forma que, em vez de desenvolver tumores, a planta produz cianovirina-N.

Segundo a matéria, “a cianovirina-N pode ser uma arma eficaz na luta contra o HIV, porque evita que o vírus infecte as células humanas”. Desta forma, segundo o enquadra-

mento construído pela matéria, a espécie de tabaco modificado ajudaria na luta contra o HIV por produzir uma proteína que inibe a ação do vírus.

Os textos de gênero opinativo do Estado de S. Paulo se dividem entre editoriais e artigos, assim como os da Folha. A principal agenda construída refere-se à caracterização desfavorável da CTNBio. Esta perspectiva está presente em dois artigos e um editorial, o que representa 60% dos textos opinativos publicados pelo Estadão no período analisado.

Artigo de 6 de julho de 2006 (“Algodão transgênico: destruir não é solução razoável”) enquadra a CTNBio como incompetente no que se refere às deliberações de transgênicos. Segundo o articulista, o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) teria identificado plantações de algodão geneticamente modificado e embargado sua utilização comercial. “Em seguida, o MAPA solicitou à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, orientação sobre alternativas de descarte ou destruição das lavouras com presença de algodão transgênico”. Após reunião, a comissão teria enviado parecer ao Ministério.

“Diferente, portanto, do que tem sido noticiado, a CTNBio não determinou a destruição das lavouras de algodão geneticamente modificado”. Isso seria, segundo o artigo, decidido pelo próprio Ministério. “Cabe ressaltar que nem a lei de sementes e mudas nem a lei que regulamenta as atividades com OGMs determina como única alternativa a destruição do material apreendido”.

O articulista salienta que a presença de até 1% de transgenia é tolerada pela CTNBio para produtos já avaliados internacionalmente. Assim, o Ministério da Agricultura, de acordo com o artigo, deveria se certificar de que as lavouras apresentariam mais de 1% de transgenia.

“Porém, um ponto chama a atenção no parecer da CTNBio. Em determinado momento, a Comissão argumenta que em hipótese alguma o produto colhido (sementes e fibras) deverá ser utilizado e sim totalmente enterrado”. Assim a CTNBio “não demonstrou de forma inequívoca porque entende que só enterrando o produto colhido a biossegurança estaria garantida, o que abre espaço para outras alternativas sejam propostas”. O texto sugere:

Após a colheita da safra, o comércio da pluma (que não é um OGM) e a destruição total das sementes do algodão (que é um OGM) em processo de pro-

dução de biodiesel, é uma alternativa viável para todos. O agricultor não teria tamanho prejuízo, a indústria de sementes não seria prejudicada, visto que as sementes irregulares seriam destruídas, e o Estado teria condições de retomar o controle das atividades, inclusive aplicando as medidas de biossegurança, que constam do parecer da CTNBio.

Segundo o artigo, não é possível saber se as plumas importadas pelo Brasil são provenientes de plantações transgênicas. “Para concluir, o que precisa ser destruída é a incompetência do Governo Federal na condução de uma área estratégica como a biotecnologia moderna aplicável à agricultura”. A CTNBio não teria apresentado uma solução adequada para o algodão transgênico plantado ilegalmente no país, o que colocaria em dúvida a competência do órgão com relação à deliberação sobre a biotecnologia no Brasil.

O autor atribui aos integrantes da CTNBio ligados aos interesses ambientalistas a responsabilidade sobre a falta de liberação comercial de transgênicos pela comissão.

A CTNBio também é criticada em matéria informativa que caracteriza favoravelmente a redução de seu quorum para aprovação de transgênicos. O texto foi publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo em 10 de agosto de 2006 (“Lula pede revisão do quórum da CTNBio”).

Segundo a matéria, a “proposta de redução do quórum mínimo foi feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante uma cerimônia realizada, quarta à noite, com cientistas”. Pelas regras então vigentes, a aprovação comercial somente era autorizada se houvesse a anuência de dois terços dos integrantes da CTNBio. “Tal exigência, na avaliação dos próprios integrantes da comissão, dificulta muito a aprovação comercial de OGMs”.

“O presidente da CTNBio, Walter Colli, afirmou ao nesta semana que, sem tal alteração, dificilmente a comissão conseguiria aprovar a liberação do comércio de transgênicos”. Outro problema estaria agravando a situação da comissão: pelo menos três cientistas já haviam comunicado seu afastamento. “A mudança no quórum vem sendo pedida há pelo menos três semanas, tanto por pesquisadores quanto pelo setor agrícola, insatisfeito com a lentidão para avaliação de pesquisas e pedidos de liberação de comércio de transgênicos”.

De acordo com o texto, teria ocorrido uma reunião entre onze ministros no Palácio do Planalto para “tentar tornar mais rápida a análise de processos da CTNBio”, mas a redução do quorum não teria sido abordada. “Alguns observadores, porém, questionam se a providência de fato será adotada. Para eles, o anúncio feito pelo presidente está muito mais para um ‘afago’ nos cientistas do que algo que de fato será concretizado”.

Segundo a agenda construída pela matéria, a redução do quorum necessário para a CTNBio liberar comercialmente organismos transgênicos é vantajosa tanto para o setor agrícola quanto para o de ciência e tecnologia.

Em matéria informativa do dia 30 de agosto de 2006 (“Conab pode trocar semente de soja por grão do produtor”), o enquadramento identificado é favorável aos transgênicos. O cenário ali construído endossa o apoio de setores do governo ao plantio de organismos geneticamente modificados.

De acordo com a matéria, “o governo poderá trocar sementes legalizadas de soja transgênica por grão produzido pelos próprios sojicultores”. Os grãos transgênicos produzidos pelos agricultores de um ano-safra para outro são considerados irregulares por não terem sido comprados diretamente de empresa desenvolvedora. Os produtores do Rio Grande do Sul estariam solicitando ao governo que interviesse para que esse plantio fosse legalizado.

Como as sementes próprias dos agricultores não têm registro, eles não podem obter financiamento nos bancos para o custeio da safra. Segundo Ferreira, a Conab vai tornar viável essa operação de troca. A estatal comprará o produto legalizado e o fornecerá aos produtores, em troca das sementes irregulares.

A medida estaria prestes a ser anunciada pelo ministro da Agricultura. “Fonte do Ministério da Agricultura afirmou nesta quarta que não existe motivo técnico para que o governo autorize o plantio de sementes de soja transgênicas próprias dos agricultores, ou seja, não legalizadas”. A fonte não creditada afirmou que a “autorização só se justifica caso não houvesse oferta, o que não é o caso”. Segundo o texto, os produtores estariam solicitando ao governo que editasse uma medida provisória autorizando o plantio. Enquanto o plantio estivesse irregular, além de não poder fazer financiamentos das safras, os agricultores não poderiam fazer seguro contra problemas climáticos. “Os produtores de sementes são contrários à autorização e alegam que investiram na produção para ampliar a oferta de sementes legalizadas”. O texto informa que a oferta de sementes legalizadas seria aumentada pelas empresas para as safras seguintes.

Neste contexto, os transgênicos são caracterizados de forma favorável de forma a endossar o apoio de setores do governo ao plantio de OGMs através da troca de sementes

produzidas pelos sojicultores por sementes transgênicas certificadas pelo Ministério da Agricultura.

Outra perspectiva que favorece a cobertura positiva dos transgênicos é a caracterização da CTNBio de maneira desfavorável, presente em 13,3% dos textos informativos publicados pelo Estadão. A principal crítica tecida através das matérias se refere à suposta morosidade da comissão sobre as deliberações de transgênicos. Neste contexto, a comissão é caracterizada como paralisada e incapaz de liberar comercialmente OGMs.

Matéria de 17 de outubro de 2006 (“CTNBio reúne-se para discutir liberação de transgênicos”) reflete esta perspectiva. “Depois de uma crise que teve seu auge há três meses, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) deve analisar, nesta semana, seis pedidos para liberação comercial de milho e algodão transgênicos”. O texto explica que, após aprovação de OGMs pela comissão, os processos ainda seriam remetidos para avaliação do Conselho Nacional de Biossegurança, composto por 11 ministros, com o objetivo de analisar as vantagens econômicas e sociais da liberação.

Segundo a matéria, a “reunião representa um marco para integrantes da nova CTNBio, que desde janeiro amargam uma crise crescente, controlada apenas no último mês. As dificuldades começaram com o embate entre alguns ambientalistas e pesquisadores”. Essa disputa teria resultado na falta de aprovações comerciais de transgênicos nas primeiras reuniões. “No meio da crise, vários cientistas deixaram seus cargos”.

“Agora, o grupo vai enfim avaliar pedidos de liberação comercial. Os produtores pedem as liberações alegando que o uso de sementes transgênicas reduzirá os custos de produção no campo”. A maior parte dos pedidos que aguardam parecer da CTNBio são de variedades de milho. De acordo com a matéria, dois produtos geneticamente modificados são permitidos no país: a soja e uma espécie de algodão transgênico.

E é justamente o algodão geneticamente modificado o alvo de maior pressão de produtores. Apesar de a autorização já ter sido liberada, há um caminho longo a percorrer. Só na próxima safra é que produtores poderão usar sementes transgênicas. Isso, legalmente. Hoje, um número significativo de plantadores de algodão usa sementes pirateadas. Sobretudo transgênicas.

Neste contexto, a CTNBio é caracterizada como ineficiente devido aos supostos conflitos de interesses de seus integrantes, o que é apontado no texto como uma crise.

Artigo de 27 de outubro de 2006 (“CTNBio: quem pagará essa conta?”) também possui enquadramento desfavorável à CTNBio. A perspectiva verificada aqui, entretanto, refere-se à caracterização de parte dos membros da comissão como contrários aos transgênicos. O artigo apresenta o suposto problema em que a comissão estaria envolvida:

Quando o presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Walter Colli, vem a público dizer que "são praticamente nulas as possibilidades de o País ter este ano alguma nova decisão sobre liberação comercial de sementes transgênicas" e, ao mesmo tempo, ainda precisa fazer um apelo para que os integrantes da CTNBio compareçam às reuniões, conforme matéria publicada em O Estado de S.Paulo do último domingo, dia 22, é possível se ter uma dimensão dos problemas que a Comissão está enfrentando na tentativa de realizar o seu trabalho.

O texto explica que, para haver aprovação de pedidos de uso comercial de transgênico, “são necessários 18 votos favoráveis, com a presença de dois terços dos titulares”. Segundo o artigo, “como tem sido bem alto o índice de absenteísmo nas reuniões, acaba não sendo possível fazer as votações”. O artigo faz referência às declarações do presidente da CTNBio, Walter Colli: “O problema está na lei. Em vez de uma comissão, eles criaram uma assembléia geral”.

A verdade é que, todos somos sabedores, existem dois grupos dentro da CTNBio se digladiando o tempo todo: um deles querendo agilizar os trabalhos e o outro com o único compromisso de retardar o andamento dos processos. Diante disso, o que podem fazer os pesquisadores sérios que precisam dar continuidade a seus trabalhos e não podem ficar à mercê de um órgão regulatório, que não consegue dar andamento aos processos de avaliação para poder liberar ou não os inúmeros pedidos para a realização de pesquisas de campo na área de biotecnologia?

Segundo o artigo, instituições “[p]úblicas e [p]rivadas debateram outro problema gravíssimo do setor, que são os atentados a estações experimentais e laboratórios de pesquisa provocados por vândalos empenhados em destruir a ciência brasileira”. O texto sustenta que pesquisadores estariam optando por desenvolver seus estudos em países onde eles são legalizados, como Argentina. Isso seria prejudicial ao país, que perderia em qualidade de pesquisas científicas.

“Como se não bastassem as dificuldades para a continuidade da análise dos atuais processos pendentes em sua pauta, a CTNBio também criou normas internas que contribuem para sua inércia”. O texto exemplifica: “para fazer uma pequena ampliação em seu la-

boratório, por exemplo, é preciso encaminhar para aprovação da CTNBio (...), gerando um novo processo que vai contribuir para avançar ainda mais a continuidade de avaliação dos processos”.

O articulista enfatiza:

O que é ainda mais grave é que os representantes ambientalistas da CTNBio afirmam que não existe atraso algum na avaliação dos processos e, sim, uma busca de maior segurança. O que parece passar despercebido para esses militantes são as grandes perdas ambientais e econômicas para o País, que é quem pagará a conta dessa atitude.

Com essa medida, o que os ambientalistas estariam impedindo seria “o acesso brasileiro a uma tecnologia que há mais de 10 anos vem provando agredir menos o meio ambiente, que economiza a água do planeta, causa menos erosão e, ainda, economiza o uso de defensivos”. O artigo sugere que seria “preciso refletir sobre o risco de não se ter a tecnologia e não apenas no risco de introduzi-la”.

Neste contexto, alguns membros da CTNBio são caracterizados como contrários às liberações de transgênicos e suas ações estariam prejudicando o desenvolvimento do país. Esta perspectiva contribui para a construção de uma agenda favorável aos transgênicos.

Outra perspectiva identificada nos textos opinativos do Estadão se refere à caracterização da Justiça como empecilho aos transgênicos. Artigo de 22 de dezembro de 2006 (“Deliberações da CTNBio: entre biossegurança e ‘Biopalco’”) é exemplo desta perspectiva. O artigo enfatiza:

Embora a Lei 11.105/05 - Lei de Biossegurança - seja clara ao estabelecer que a CTNBio poderá, e não que deverá, realizar audiência pública, no caso de liberação comercial de organismo geneticamente modificado - OGM, o texto legal foi desconsiderado e o Juiz exigiu a realização de audiência pública.

O juiz teria determinado que a comissão realizasse audiência pública para discutir a liberação de uma variedade de milho transgênico. O articulista critica a ação judicial:

Decididamente, o instituto da interpretação aberta dos sistemas jurídicos, muito trabalhado por juristas que são críticos da interpretação fechada dos sistemas normativos, não deve ser utilizado para desprestigiar uma norma, legitimada pelo procedimento democrático, para simplesmente impor a realização de audiência pública que seguramente em nada vai contribuir para a

biossegurança do milho geneticamente modificado em análise.

Segundo o artigo, a “regra estabelecida pelo Poder Legislativo, sob pena de criar insegurança jurídica, não pode ser modificada pelo casuísmo ou por interpretação equivocada do texto legal”. De acordo com o articulista, a CTNBio teria avaliado a situação e decidido, com amparo legal, que a realização de audiência não caberia neste caso. Segundo o autor, a “decisão judicial se baseou em uma lógica inaceitável, totalmente inconsistente, que não pode prevalecer”.

O artigo argumenta que a “celeuma negativa que se instalou no campo da regulamentação do desenvolvimento e do uso dos produtos oriundos da engenharia genética fere de morte qualquer possibilidade do país avançar neste promissor segmento da economia baseada no conhecimento”. O artigo considera inaceitável a intervenção judicial, semelhante a esta, ocorrida anteriormente:

Em 1998, um Juiz Federal proibiu a CTNBio de emitir parecer técnico em projeto de liberação comercial de OGM, e em suas razões argumentou: “Sem contabilizar exageros, creio que a velocidade irresponsável que se pretende imprimir nos avanços da engenharia genética, nos dias atuais, guiada pela desregulamentação gananciosa da globalização econômica, poderá gerir, nos albores do novo milênio, uma esquisita civilização de ‘aliens hospedeiros’, com fisionomia peçonhenta, a comprometer, definitivamente, em termos reais, e não fictícios, a sobrevivência das futuras gerações de nosso planeta”.

O artigo conclui: “Todavia, os que insistem trilhar o caminho do obscurantismo vêm explorando, em alguns casos com sucesso, os caminhos da pendenga regimental e da aventura jurídica”. Neste contexto, a intervenção judicial é considerada prejudicial ao desenvolvimento dos transgênicos.

Em outro texto informativo, a CTNBio volta a ser caracterizada desfavoravelmente. Na matéria de 22 de março de 2007 (“Após Greenpeace, chefe da CTNBio ameaça renunciar”), a comissão também é caracterizada como paralisada devido a interferências externas.

A reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), programada para 9h30, ainda não tinha começado ao meio-dia por causa de uma polêmica participação de integrantes do Greenpeace no encontro. Policiais foram chamados, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) foi ao local da reunião e o presidente da CTNBio, Walter Colli, chegou a ameaçar renunciar ao cargo.

De acordo com o texto, o Greenpeace havia solicitado formalmente à CTNBio a participação da reunião. “Como não houve resposta da Comissão, dois advogados do movimento foram ao local e, com o auxílio da representante do Ministério Público na CTNBio, Maria Soares Cardiorio, ingressaram na reunião”. A sessão não se iniciou, e a polícia teria sido acionada.

O presidente da CTNBio chegou a sugerir que a reunião fosse realizada em outro local, para evitar a presença dos integrantes do Greenpeace, mas quando os membros da comissão estavam a caminho dos seus carros, foram alertados de que uma reunião secreta não teria validade. Assim, retornaram ao auditório.

Segundo a matéria, Colli teria contatado o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, por telefone, para tentar encontrar uma solução. A agenda construída pela matéria é a de que a CTNBio não conseguiria desenvolver suas atividades devido à ação de grupos ambientalistas, como o Greenpeace, que não teriam seguido protocolos por ter invadido a sala de reuniões da comissão.

Editorial de 12 de agosto de 2007 (“Uma façanha da Embrapa”) possui enquadramento semelhante. O jornal enfatiza que, em meio ao noticiário desanimador supostamente verificado no período, a informação “de um grande avanço brasileiro no setor de ponta do século 21- a biotecnologia - merece dupla comemoração”. E explica a natureza das comemorações: “pela proeza científica, naturalmente, mas também por ela representar um mais do que bem-vindo contraponto ao relato das desventuras que o País experimenta em seqüência, vindas quase todas das instituições de governo”. O texto afirma que a notícia, entretanto, ainda não estaria completa.

O assunto a que o editorial se refere é que “depois de 10 anos de pesquisa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com a multinacional alemã da área química Basf, criou a primeira variedade de soja transgênica tolerante a herbicidas made in Brasil”. A tecnologia, segundo o texto, “é uma atividade amplamente dominada pelos gigantes mundiais da engenharia genética”. E informa que a Monsanto era a única empresa a ter a utilização de um produto transgênico liberado no país. Mesmo assim, “a muitíssimo custo”, conforme enfatiza o jornal.

Além disso, na linha dos estudos de vanguarda em biotecnologia em curso nos países desenvolvidos, a empresa trabalha para incorporar à sua soja propriedades medicinais, a fim de torná-la um insumo economicamente vantajoso à indústria farmacêutica. Nessa frente, a Embrapa se associou a universidades brasileiras e ao instituto nacional de saúde dos Estados Unidos.

Segundo o editorial, as atividades da Embrapa podem ser consideradas adultas no ramo da transgenia. “O problema é que se pode dizer tudo, menos isso, do desempenho da agência federal incumbida de avaliar os seus riscos para a saúde e o ambiente, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)”. O jornal salienta o foco do suposto problema da comissão: “Não por culpa dos cientistas que a integram, diga-se desde logo, mas pelos seus membros que invocam o sensato princípio da precaução nas decisões a respeito apenas para impedir, na prática, a liberação comercial de qualquer transgênico”.

Têm aliados dentro do governo (a ministra do Meio Ambiente, o Ibama, a Anvisa) e fora dele (procuradores e juízes federais, entidades ambientalistas e de consumidores), cujos preconceitos contra a biotecnologia aplicada à agricultura parecem imunes às evidências empíricas de sua inocuidade e ao saber teórico que a fundamenta.

Isso, segundo o texto, justificaria o porquê de a notícia não estar completa. Um exemplo viria do milho transgênico liberado pela comissão e embargado judicialmente em seguida, por pressão da Anvisa e do Ibama. Segundo o jornal, ao “combater a liberação de transgênicos cuja segurança foi verificada em pesquisas no exterior, (*os opositores aos OGMs*) alegam que elas precisam ser repetidas no Brasil. Agora, nesse caso em que as pesquisas já são feitas em território nacional, dizem ‘nada muda’”. O editorial conclui que a “amarga ironia é que a nova soja poderá ser liberada em 20 países, porém aqui não”.

Neste contexto, os supostos obstáculos ao funcionamento da CTNBio viriam de parte de seus membros, que seriam contrários a qualquer liberação comercial de transgênicos e ignorariam “evidências empíricas de sua inocuidade”.

6.2.2 Ênfase sobre possíveis riscos relacionados à utilização de transgênicos

A falta de pluralidade ocorre quando as matérias deixam de apresentar os argumentos subjacentes aos posicionamentos relevantes para o contexto noticiado. O problema também é comum na cobertura do Estado de S. Paulo sobre a temática em questão.

Exemplo de falta de pluralidade pode ser encontrado em matéria do dia 23 de fevereiro de 2006 (“Ibama interdita lavouras de transgênicos no Paraná”). O texto informa que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) teria interditado “13 lavouras com soja transgênica em fiscalizações realizadas nos últimos dois dias no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, no oeste do Paraná”. A irregularidade se devia, segundo o órgão, por as plantações estarem “dentro de um raio de 10 quilômetros da unidade de conservação, o que é proibido pela Lei de Biossegurança”.

Segundo o superintendente do Ibama no Paraná, Marino Gonçalves, “a lei considera crime o plantio de transgênicos em áreas de conservação e terras indígenas. O temor é que o produto possa provocar desequilíbrio ambiental e mutação em espécies preservadas”. A ONG Terra de Direitos teria denunciado as plantações através de observação de imagens de satélites. “Em razão da interdição, os produtores precisarão de autorização do Ibama para qualquer atividade dentro das lavouras”.

Segundo a fonte, haveria “uma série de condicionantes, entre elas a segregação total do produto”, caso fosse autorizada a colheita. “Em razão da extensão do parque - 185 mil hectares - o superintendente acredita que o problema seja maior, e pretende atacá-lo na raiz, realizando reuniões com os produtores e as entidades que os representam, a fim de passar todas as informações legais”.

De acordo com Gonçalves, o desconhecimento sobre a lei não serve como atenuante jurídico. Mesmo assim, não seriam aplicados “os rigores da norma, que poderia levar a multas pesadas e até prisão. ‘Eles não querem contrariar a legislação. Não há má-fé no que fizeram’, afirmou. Os testes que comprovaram a transgenia foram feitos em grãos e folhas de soja”.

A matéria não apresenta os argumentos dos produtores em sua defesa. Também não abrange o posicionamento da CTNBio.

Outro exemplo de falta de pluralidade verificada nos textos do Estadão se encontra em matéria de 9 de março de 2006 (“Dirigente do MST defende destruição na Aracruz”). O texto se refere a um protesto realizado no Rio Grande do Sul por Via Campesina e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) contra os transgênicos. Na ocasião, as duas organizações teriam invadido e destruído um centro de pesquisa da empresa Aracruz.

“Não estamos preocupados com a nossa imagem”, reagiu o líder regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Jaime Amorim, à depredação realizada ontem na Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. Ele também não se sensibilizou com o choro de uma pesquisadora que viu anos de trabalho serem destruídos. “Se ela fosse uma pesquisadora séria não teria se vendido às multinacionais”, afirmou. “Ela representa esse tipo de venda de soberania”.

Segundo Amorim, o importante seria que o ato ajudasse a sociedade a discutir o sistema produtivo e os produtos transgênicos. ““O Brasil não pode ficar refém das florestas homogêneas, como a de eucalipto, nem de monoculturas como a da cana-de-açúcar, que destroem o meio ambiente’, defendeu”. O argumento se baseia na noção de que as florestas de eucalipto, para fabricação de celulose, ressecariam a terra e impediriam a existência de fauna.

O texto não abrange as perdas da empresa com a depredação de seu centro de pesquisa. Desta forma, não apresenta seu posicionamento nem o da pesquisadora que teria visto “anos de trabalho serem destruídos”.

Matéria de 1º de junho de 2006 (“Paraná mantém fiscalização de transgênicos”) pode ser tomada como exemplo de enquadramento que enfatiza possíveis riscos à saúde propiciada pelo consumo de transgênicos.

O governo do Paraná anunciou que, dentro de dez dias, equipes de técnicos de várias secretarias começarão a fiscalizar a rotulagem dos produtos que entrarem no Estado. A base do trabalho é o Código de Defesa do Consumidor, que prevê o direito às informações sobre o produto, e a Portaria Ministerial que determina a rotulagem de alimentos com 1% ou mais de organismos geneticamente modificados.

O governo do Estado do Paraná teria adequado a fiscalização à lei que estabelece que produtos contendo menos de 1% de OGMs não precisam ser rotulados, após o Supremo Tribunal Federal ter considerado inconstitucional a lei paranaense que obrigava a rotulagem também de produtos com menos de 1% de transgênicos.

“O foco de toda essa movimentação é o consumidor”, disse a coordenadora regional do Procon, Marta Favreto Paim. “Estamos defendendo a saúde do consumidor e o direito dele de saber se o alimento que vai comprar tem ou não organismos geneticamente modificados”.

Segundo fonte entrevistada pelo jornal, a fiscalização de rótulos já faria parte da rotina de trabalho da Secretaria da Agricultura. “A identificação do produto deve ser feita com o ‘T’ dentro de um triângulo amarelo”.

O enquadramento enfatiza que a medida de fiscalização da rotulagem dos produtos contendo OGMs seria destinada a defender “a saúde do consumidor e o direito dele de saber se o alimento que vai comprar tem ou não organismos geneticamente modificados”.

Matéria do dia 19 de junho de 2006 (“Paraná inicia fiscalização de transgênicos”) possui enquadramento semelhante.

O governo do Paraná, em parceria com as prefeituras, iniciou nesta segunda-feira a fiscalização da rotulagem de transgênicos em cinco municípios - Cascavel, Pato Branco, Cornélio Procopio, Ponta Grossa e Umuarama. O objetivo é checar se os produtos com 1% ou mais de componentes geneticamente modificados trazem no rótulo a informação, por meio de um "T" preto dentro de um triângulo amarelo.

Inicialmente, segundo a matéria, seriam vistoriados em supermercados produtos à base de soja. As amostras seriam analisadas na Fundação Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro. “Caso a norma federal não esteja sendo cumprida, o Procon abrirá processo administrativo para contatar o fabricante e garantir a rotulagem. A desobediência pode resultar em multa de R\$ 212,82 a R\$ 3,192 milhões”.

O chefe de fiscalização dos transgênicos da Secretaria da Agricultura afirmou estar “acompanhando os relatórios de comercialização para rastrear as sementes. Em alguns casos vamos testar as sementes para garantir que não haja contaminação com grãos transgênicos”. Segundo o texto, nas semanas seguintes a fiscalização se estenderia para outros municípios.

A agenda construída pelo jornal caracteriza os transgênicos como algo que oferece riscos potenciais à saúde, já que sua presença em alimentos deve ser sinalizada ao consumidor.

Outra perspectiva que contribui para um enquadramento desfavorável dos transgênicos é identificada na matéria de 26 de julho de 2006 (“Algodão transgênico pode perder eficiência, sugere estudo”). Segundo o texto, um “dos mais populares cultivos transgênicos está perdendo a sua eficiência em dispensar o uso de pesticidas, de acordo com pesquisadores da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos”. Eles teriam identificado que “mais de

cinco milhões de fazendeiros na China - que usam uma semente chamada Algodão-Bt - estão tendo que usar pesticidas tanto quanto em cultivos convencionais de algodão”.

A matéria salienta que esta variedade de algodão geneticamente modificado custaria o triplo do preço do convencional devido a sua resistência a doenças e teria sido “considerada um grande avanço para os agricultores quando começou a ser plantada comercialmente, em 1996”.

O algodão transgênico é imune à praga bollworm, a mais destruidora deste tipo de cultivo, mas cientistas de Cornell disseram que, depois de vários anos, a população de outros insetos e parasitas aumentou tanto que os fazendeiros têm que pulverizar suas plantações até vinte vezes por estação.

Esta variedade transgênica representaria 35% da produção mundial de algodão. Segundo os pesquisadores, quando lançado, o algodão utilizava 70% menos pesticida e obtinha renda 36% mais alta sobre aqueles que utilizavam algodão convencional. O problema seria de que, apesar de combater o bollworm, o algodão seria vulnerável a outras pragas. Segundo os pesquisadores, “depois de sete anos, a população de alguns insetos aumentou tanto que eles têm que pulverizar as colheitas com pesticidas, e a renda obtida com a colheita é hoje 8% mais baixa do que a dos fazendeiros que cultivam variedades convencionais de algodão”.

“Os pesquisadores destacam que estes problemas com pragas secundárias podem se tornar uma grande ameaça para culturas em países onde ele é plantado em vastas áreas”. Neste contexto, a agenda construída pelo jornal sugere que o cultivo de algodão transgênico pode perder eficiência e se tornar mais caro que a plantação de variedades tradicionais, segundo um estudo científico.

Os transgênicos também são caracterizados com algo que oferece riscos à biodiversidade. Esta perspectiva está presente em matéria do dia 16 de agosto de 2006 (“Grana transgênica escapa do laboratório nos EUA”). Segundo o texto, um “tipo de grana geneticamente modificada, ainda não aprovado para uso, foi encontrado em terreno selvagem”, podendo “representar o primeiro caso, nos EUA, em que uma planta criada por biotecnologia aparece fora da fazenda”.

Ecologistas da Agência de Proteção Ambiental (EPA) do governo americano, citados pelo Times (*jornal de onde o Estadão retirou as informações*), dizem

ter descoberto a grama crescendo em áreas do estado do Oregon, perto de onde ocorreram os testes com a planta, anos atrás. Os cientistas afirmam que a grama não representa perigo ecológico, mas o caso dará impulso aos críticos que afirmam que o plantio de transgênicos não pode ser controlado.

A variedade da grama teria sido criada para a utilização em campos de golfe. Em outro caso exemplificado pelo jornal, a Justiça dos EUA teria considerado “irregulares os testes com plantas transgênicas biofarmacêuticas, realizados no Havaí. Essas plantas foram geneticamente modificadas para produzir vacinas e compostos contra o câncer. O plantio ocorreu anos atrás em quatro ilhas do arquipélago havaiano”. De acordo com grupos ambientalistas, que teriam processado os órgãos do governo americano que autorizaram os testes, não teriam sido levados em conta no momento da emissão das autorizações os riscos potenciais das plantas transgênicas para espécies ameaçadas de extinção. “Um juiz distrital concordou, acusando o Serviço de Inspeção de Saúde Animal e Vegetal de ‘completo desprezo por uma simples exigência investigativa’”.

O enquadramento construído sugere que os transgênicos representariam riscos ecológicos quando não fossem investigadas, pelos órgãos que deliberam sobre eles, as possíveis conseqüências de sua liberação.

Também foi identificado enquadramento favorável à mobilização de ONGs contrárias aos OGMs, o que contribui para a construção de uma agenda desfavorável aos transgênicos. Exemplo desta perspectiva é a matéria de 21 de novembro de 2006 (“Greenpeace faz protesto contra a Bayer em São Paulo”). De acordo com o texto, o “protesto era contra um pedido feito pela companhia à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio - para que seja liberado comercialmente um tipo de semente de milho transgênico no Brasil”.

De acordo com a Rádio Eldorado, os manifestantes ocuparam um jardim em frente à empresa e, vestidos de macacão amarelo e usando máscaras de oxigênio, fizeram uma simulação de uma plantação de milho. De acordo com o Greenpeace, o cultivo de sementes transgênicas, além de trazer prejuízos à saúde, também provoca danos ao meio ambiente.

Segundo a coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace, Gabriela Vuolo, o milho da Bayer “foi fabricado para ser resistente ao agrotóxico. Então, a Bayer vende o seu milho, patentado, e vende o agrotóxico também”. A integrante da ONG acrescentou: “Sobre os problemas à saúde e ao meio ambiente, Gabriela falou que, entre outros males, o milho transgênico pode provocar náusea, diarreia, nascimento de fetos pre-

maturados e até mesmo abortos”. De acordo com a matéria, a CTNBio iria analisar naquela semana o pedido da Bayer para liberação das sementes geneticamente modificadas.

Matéria de 27 de fevereiro de 2007 (“Greenpeace pede que Senado derrube MP dos transgênicos”) possui enquadramento semelhante:

O Greenpeace realiza em Brasília um protesto para pedir que os senadores revertam a aprovação, pela Câmara, da Medida Provisória 327, que reduziu a distância mínima exigida entre uma plantação de organismos geneticamente modificados e uma área de preservação ambiental, além de autorizar a venda de algodão transgênico plantado ilegalmente e diminuir o quórum para decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Segundo a reportagem, o Ministério do Meio Ambiente teria lamentado a aprovação da MP na Câmara dos Deputados e teria esperança de que, caso o Senado também aprovasse, o presidente Lula a vetasse. “Na época, ambientalistas acusaram a MP de representar ameaça às unidades de conservação ambiental. A soja transgênica, que deveria ser plantada a uma distância mínima de 10 km dessas unidades, com a nova regra poderá ser plantada a 500 metros”. A integrante do Greenpeace Gabriela Vuolo questiona: “Se transgênicos são liberados para plantio em todo o País, por que não preservar pelo menos as unidades de conservação?”.

O Greenpeace teria apelado não só para os senadores, mas também para a primeira-dama. “Parlamentares receberam carta e documento com argumentos contra a MP, e a organização buscou ainda entregar à mulher do presidente uma cesta com produtos típicos nacionais que, argumenta o grupo, podem sofrer com a abertura do País aos transgênicos”. De acordo com a matéria, o “Greenpeace informa ter enviado e-mail aos senadores com um documento que questiona a edição de sucessivas MPs na área de biossegurança, ‘com o objetivo de legalizar crimes ambientais cometidos por produtores rurais’, segundo o grupo ambientalista”. A agenda construída pelo texto salienta o posicionamento dos ambientalistas contra a MP que favoreceria os OGMs.

Outra perspectiva identificada nos textos informativos do Estadão se refere à rejeição do mercado europeu aos produtos transgênicos. Exemplo desta caracterização é uma matéria de 16 de julho de 2007 (“Argentina libera produção de milho transgênico proibido na UE”). Segundo o texto, a Argentina “suspendeu a proibição ao cultivo do milho transgênico GA21, conforme resolução publicada no Boletim Oficial de hoje. O governo do país

proibiu o plantio da variedade no final de maio, depois que a Espanha rejeitou um carregamento de milho argentino”. A variedade transgênica não é liberada para consumo na União Européia.

“Agora, os produtores que usarem as sementes geneticamente modificadas terão de garantir que o milho produzido será usado apenas no mercado doméstico ou exportado para países onde não haja qualquer restrição ao consumo”. Segundo a matéria, “os agricultores terão de notificar armazéns, exportadores e processadores da presença da transgenia antes de entregar a safra”. De acordo com a agenda construída pelo texto, a Argentina teria instituído novas regras para a produção de alimentos transgênicos devido à rejeição de um de seus produtos no mercado europeu.

6.2.3 Enquadramento sobre a consulta pública *online* nº 63 da Anvisa

O Estadão publicou duas matérias informativas e um editorial sobre a consulta pública *online* nº 63 da Anvisa para receber contribuições à Proposta de Regulamento Técnico de avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de organismo geneticamente modificado.

Em editorial publicado em 26 de julho de 2007 (“Ciumeira e obscurantismo”), o enquadramento é desfavorável à proposta por entender que ela representaria uma forma de a Anvisa retirar poderes da CTNBio.

De acordo com o editorial, nem só de “obscurantismo e ideologia, mas também de ciumeira, se alimenta a campanha contra a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), responsável pela avaliação de organismos geneticamente modificados”. O jornal enfatiza que a “novidade, agora, é a intervenção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), motivada por uma indisfarçável disputa de poder”.

O editorial contextualiza a consulta pública aberta pela Anvisa. “De acordo com resolução da Anvisa, as empresas interessadas na liberação dos produtos teriam de responder a 119 questões”. Segundo o texto, o parecer seria encaminhado ao Ministério da Saúde e repassado à CTNBio. “Com essa iniciativa, escancara-se diante do presidente da República mais uma briga política entre órgãos da administração federal”. O jornal salienta:

A iniciativa da Anvisa é uma invasão das atribuições legais da CTNBio. Esse fato é reconhecido indiretamente pelo presidente em exercício da agência,

Cláudio Maierovitch. Segundo ele, a Lei de Biossegurança expropriou da Anvisa e do Ibama a competência para a normatização no campo dos transgênicos. De acordo com seu raciocínio, trata-se agora de retomar o terreno.

De acordo com o editorial, a CTNBio trabalharia em meio a pressões ideológicas desde que criada devido a um erro do presidente Lula, que teria permitido que ela se transformasse “num organismo político, aberto à influência de grupos contrários tanto ao agro-negócio quanto à adoção de inovações geradas pela biotecnologia”. O problema teria sido tamanho que o presidente teria se visto obrigado a reduzir o quorum para aprovações de transgênicos.

O jornal sustenta que o presidente da República tem “autoridade formal para decidir quais são os objetivos do governo e como devem articular-se os organismos da máquina federal. Ele dispõe de leis e de meios administrativos para impor a necessária disciplina e impedir conflitos entre os vários setores do serviço público”. De acordo com o editorial, como a modernização tecnológica é uma meta do governo, a intervenção do executivo é essencial “não só para pacificar a administração federal e restabelecer a disciplina, mas também para reafirmar e fazer valer as metas do governo”.

Seguindo a mesma linha editorial desfavorável à consulta pública, o Estado de S. Paulo publicou matéria no dia 29 de julho de 2007 (“Governo cogita revogar Lei de Biossegurança”). O jornal apresenta a seguinte contextualização:

A disputa em torno dos transgênicos chegou a tal ponto dentro do governo que a idéia de revogar a Lei de Biossegurança começa a ser cogitada. A crise atingiu o auge nesta semana, com a notícia de que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) havia proposto um roteiro de questões que deveria ser respondido por empresas interessadas em colocar seus produtos transgênicos no mercado.

Em defesa da CTNBio, a matéria sustenta que, de acordo com a proposta, “empresas teriam de atender às exigências da Anvisa antes mesmo de o pedido ser apreciado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)- a encarregada, por lei, de analisar o assunto”. Para o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto de Castro, se “a resolução for aprovada, será um desastre”. Ele acrescenta que se “tal caminho for seguido, é melhor que se revogue a Lei de Biossegurança”. A fonte considera a proposta da Anvisa uma afronta à competência da CTNBio. E ressalta que a morosidade dos processos poderia crescer.

Segundo o texto, mesmo tendo sido criada “há dois anos para tentar resolver conflito de competência entre setores do governo e longas batalhas judiciais na área de transgênicos, a Lei de Biossegurança até agora pouca coisa conseguiu mudar”.

Desde que a CTNBio - comissão formada por especialistas para avaliar a segurança de pesquisas e comércio de produtos com organismos geneticamente modificados - passou a se reunir, em dezembro de 2006, a disputa entre o setor pró e contra transgênicos tornou-se escancarada e o caminho das brigas judiciais voltou a ser usado com maestria pelos ambientalistas.

A matéria faz um balanço da situação dos transgênicos no país: “somente uma liberação comercial foi aprovada. Mas não entrou em prática. Ibama e Anvisa recorreram ao Conselho Nacional de Biossegurança, composto por 11 ministérios, contra a decisão. E uma ação na Justiça também suspendeu os efeitos da votação”.

Segundo o texto, o Conselho Nacional de Biossegurança (CNB), formado por 11 ministros, teria agendado uma reunião para discutir a proposta da Anvisa. “Se o órgão máximo (CNB) concordar com a proposta, é melhor dissolver a CTNBio. Aí cada ministério avalia sua área: a saúde, o ambiente, a agricultura”, afirma a fonte.

“O diretor da Anvisa, Cláudio Maierovitch, por sua vez, observa que as análises dos processos não seguem nenhuma metodologia, apenas critérios pessoais dos conselheiros. Algo, em parte, admitido por Barreto de Castro. ‘Estamos revendo este processo’”. Maierovitch acrescenta: “Fizemos uma instrução normativa para a pesquisa mais flexível e está em fase final outra instrução para liberação comercial”. Mas não descarta a possibilidade de até mesmo os roteiros serem insuficientes, visto que, segundo ele, em cada processo haveria peculiaridades.

Para alguns observadores, a falta de regras próprias pra liberação comercial acaba reforçando os argumentos de ambientalistas. “Há uma certa impaciência e ingenuidade da ala favorável à agilidade dos processos. Sem alguns cuidados básicos, eles acabam se tornando alvo fácil. Para setores radicalmente contrários a transgênicos, qualquer falha é motivo para ação”, afirma um dos integrantes da CTNBio.

De acordo com a matéria, o presidente do Ibama, Basileu Margarido Neto, teria apontado falhas no processo de liberação comercial do milho geneticamente modificado, que acabaram levando o órgão a ingressar com recurso. “Entre os problemas citados, estão a

inexistência de estudos sobre a segurança do milho feitos no País e o fato de que a tradução para o português de estudos que instruíam o processo somente foram anexados na fase final de discussão”. Para Margarido Neto, a função do Ibama é prestar “assessoria para a equipe do Ministério do Meio Ambiente que compõe a CTNBio”.

Para Barreto de Castro, setores que são, por princípio, contrários a qualquer tipo de transgênico não apresentariam avaliações racionais. “O milho liberado pela CTNBio é usado há mais de dez anos por vários países. A pergunta que nenhum ambientalista fez foi: nesses lugares, alguém morreu? Houve contaminação, aumento de doenças?”

Neste contexto, a interferência da Anvisa nos processos de avaliação da segurança de transgênicos no âmbito da CTNBio é motivo para um secretário do Ministério da Ciência e da Tecnologia insinuar que caberia a “revogação” da Lei de Biossegurança.

Matéria do dia 10 de agosto de 2007 (“Anvisa perde disputa de poder com a CTNBio”) possui enquadramento semelhante. O olho do texto é enquadrado de maneira desfavorável à consulta: “Para o ministro da Saúde, a resolução feita pela Anvisa fere os poderes da CTNBio, definidos por lei”.

O lide antecipa a construção desta perspectiva: “A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) perdeu a queda-de-braço para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e não conseguiu ampliar seus poderes para controlar a liberação comercial de produtos transgênicos”. De acordo com o texto, a Anvisa teria admitido “transformar uma resolução com normas para avaliação da segurança de transgênicos em um documento consultivo” para apenas auxiliar decisões de representantes do Ministério da Saúde. “O desfecho desarmou a crise que havia se instalado no governo e foi anunciado ontem por Temporão”.

A decisão teria sido tomada pelo Conselho Nacional de Biossegurança, convocada especialmente para decidir o assunto. “A consulta pública irá continuar, mas o roteiro para análise de processos sobre segurança de transgênicos será apenas um subsídio”, afirmou Temporão ao final do encontro do conselho”. A matéria afirma que, segundo o próprio ministro da Saúde, a resolução feita pela Anvisa feriria os poderes da CTNBio, definidos pela Lei de Biossegurança.

Formado por 11 ministérios, o Conselho Nacional de Biossegurança é o órgão máximo do País para decidir sobre a liberação comercial de produtos

transgênicos. O impasse surgiu em julho, quando a Anvisa colocou em consulta pública um roteiro que teria de ser seguido por todas as empresas interessadas em ter seus produtos transgênicos liberados comercialmente. Na justificativa, a Anvisa afirmava que entre suas atribuições estava zelar pela segurança dos alimentos.

No cenário apresentado pelo jornal, a proposta da Anvisa de estabelecer “normas para avaliação da segurança de transgênicos” é caracterizada como um problema para o governo e estaria gerando uma crise de poderes entre a Anvisa e a CTNBio.

6.2.4 Outras perspectivas da cobertura do Estadão sobre transgênicos

Os principais enquadramentos construídos pelo Estado de S. Paulo, como visto nos tópicos anteriores, referem-se à ênfase de elementos favoráveis aos transgênicos, por um lado, e cautelosos quanto aos riscos que eles podem oferecer, por outro. Outras agendas, menos representativas, também figuram na cobertura do jornal sobre o assunto entre março de 2005 e setembro de 2007.

Nas matérias informativas, estas perspectivas representam 17,3% dos textos publicados. Os textos de gênero opinativo não apresentaram outras perspectivas além das citadas nos tópicos anteriores. Neste contexto, 9,3% das matérias publicadas continham enquadramento favorável à rotulagem explícita das cargas contendo transgênicos para exportação¹³. Ser favorável à rotulagem, por si só, não caracteriza a cobertura como positiva ou negativa quanto aos transgênicos.

Também é verificável enquadramento de conflito entre favoráveis e contrários aos transgênicos¹⁴. Os posicionamentos, neste caso, dividem-se entre ambientalistas, ONGs e o governo do Paraná, de um lado, e Governo Federal, ministro da Agricultura e agronegociatas de outro.

Outra perspectiva se refere ao enquadramento favorável da CTNBio sustentado por declarações do ministro de Ciência e Tecnologia e devido à possibilidade de a comissão deliberar mais rapidamente sobre transgênicos¹⁵.

¹³ Quadros 84, 92, 93, 97, 98, 100, 158

¹⁴ Quadros 84, 136, 138, 157

¹⁵ Quadros 90, 152

Duas matérias¹⁶ enfatizaram os interesses econômicos como prioridade para as tomadas de decisão com relação aos transgênicos. Neste cenário, as matérias se posicionaram contra o embargo paranaense ao embarque de OGMs nos portos do Estado.

Outras duas matérias¹⁷ apresentaram enquadramento neutro com relação aos transgênicos. Em uma delas, o novo ministro da Agricultura não se posiciona em relação aos transgênicos e afirma que seu objetivo seria fazer valer as leis e a política oficial do governo para o setor. Outra se refere à pauta da reunião da CTNBio, o que, por si só, não é parâmetro para valoração positiva ou negativa dos transgênicos.

A Lei de Biossegurança é enquadrada desfavoravelmente por conter um artigo que proibiria a utilização de sementes transgênicas incapazes de se reproduzirem, o que seria prejudicial às pesquisas científicas¹⁸.

Outra matéria possui enquadramento oposto, em que a Lei de Biossegurança é caracterizada favoravelmente, devido à ação do Ibama em favor da regra presente na lei que proíbe o plantio de transgênicos próximo a áreas de conservação, infringida por produtores¹⁹.

¹⁶ Quadros 100, 101

¹⁷ Quadros 142, 143

¹⁸ Quadro 85

¹⁹ Quadro 89

6.3 Perspectivas simbólicas, política pública e interesses

Neste item, serão discutidas as semelhanças e oposições entre os enquadramentos e agendas construídos pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo no período analisado. Também será comentado o enquadramento imposto pela Anvisa ao texto da consulta pública nº 63. Finalmente, serão estimados os possíveis interesses dos veículos estudados na construção de agendas e enquadramentos identificados.

Entre julho e setembro de 2007, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) manteve aberta a consulta pública *online* nº 63, para receber contribuições à Proposta de Regulamento Técnico de avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de organismo geneticamente modificado (OGM) e de alimentos contendo ou consistindo de produtos derivados de animais alimentados com OGM ou com seus produtos derivados.

O regulamento foi proposto para subsidiar a deliberação sobre uso comercial de OGMs, função conferida à CTNBio pela Lei de Biossegurança, de 24 de março de 2005. Ele serviria para embasar procedimentos de verificação de segurança na avaliação de pedidos de liberação para uso comercial de transgênicos, não sendo cabível para avaliação de outros pedidos de aprovação, como os de pesquisas científicas envolvendo OGMs, por exemplo.

O texto enfatiza a necessidade de um “constante aperfeiçoamento das ações de vigilância sanitária na área de alimentos, visando a proteção à saúde da população” e a necessidade de “criar mecanismos visando a avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de OGM ou de seus derivados”.

A consulta indica a preocupação da Anvisa com a segurança alimentar, que estaria sendo colocada em risco por transgênicos liberados sem a devida avaliação. Neste contexto, a Anvisa sugere que a forma como as deliberações estariam sendo conduzidas pela CTNBio poderia não ser a mais adequada, o que tornaria necessária a criação do Regulamento. O objetivo seria instituir “procedimentos para avaliação de segurança de alimentos para o consumo humano, contendo ou consistindo de OGM ou de seus derivados”, de maneira que a análise seria “feita pela ANVISA nos processos oriundos da CTNBio”.

A Lei de Biossegurança prevê que outros órgãos, além da comissão, estejam envolvidos nos processos de deliberação, oferecendo subsídios para que os membros da CTNBio analisem e decidam sobre a aprovação ou não de pedidos relacionados a transgênicos. A proposta da Anvisa é de que o Regulamento Técnico servisse como subsídio para a avaliação de OGMs, com a função de fundamentar o indeferimento de pedidos que não correspondessem às exigências presentes no documento.

A Anvisa realizaria sua avaliação antes mesmo da CTNBio, o que lhe conferiria poderes sobre a deliberação de transgênicos, com a possibilidade de justificar um possível indeferimento de pedidos de liberação comercial de OGMs antes que chegassem à alçada da comissão. O indeferimento ocorreria caso fossem apresentados dados incompletos, não válidos ou insuficientes para sustentar a segurança de uso do alimento para o consumo humano e se chegasse à conclusão de que a modificação genética poderia não ter atingido o objetivo proposto.

Este Regulamento não eximiria um pedido de passar por processos de aprovação da CTNBio ou outros órgãos que subsidiassem a deliberação. Isso quer dizer que, mesmo que aprovado pela Anvisa, o pedido de liberação poderia ser indeferido pela comissão.

A consulta apresenta um roteiro de 119 perguntas referentes a cinco eixos: (a) questões relativas à modificação genética; (b) questões relativas ao organismo receptor; (c) questões relativas à segurança alimentar aplicáveis ao organismo receptor e ao OGM; (d) questões relativas à segurança de alimentos contendo ou consistindo de microorganismo geneticamente modificado; (e) questões relativas à qualidade nutricional.

Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo publicaram 163 textos, entre opinativos e informativos, sobre a temática dos transgênicos, entre março de 2005 e setembro de 2007, com informações e enquadramentos que podem ter contribuído para subsidiar a participação política em torno dos cinco eixos propostos pela consulta pública nº 63.

Entre os informativos, a Folha publicou porcentagem maior de matérias com enquadramentos que contribuem para a construção de uma agenda favorável aos transgênicos que o Estadão, com 60% contra 44%. Textos caracterizados por enquadramentos sobre os possíveis riscos que os OGMs poderiam causar à saúde humana e à biodiversidade tiveram mais espaço entre as matérias do Estadão, somando 36%. A Folha dedicou 20% a esta perspectiva. O Estadão apresentou mais equilíbrio, entre os textos informativos publicados,

entre as perspectivas principais identificadas na cobertura dos jornais sobre a temática dos transgênicos.

Já entre os textos de gênero opinativo, a Folha apresentou relação semelhante com relação às matérias informativas: 56,3% de textos favoráveis aos transgênicos contra 21,7% de textos que sugerem cautela quanto aos possíveis riscos que eles poderiam causar. O Estado de S. Paulo, entretanto, dedicou 80% de seus artigos e editoriais sobre a temática para um enquadramento favorável aos OGMs. Os outros 20% se referiram à consulta pública *online* nº 63 da Anvisa, que foi caracterizada de maneira desfavorável. A partir destes dados, é possível concluir que os jornais tenderam a caracterizar os transgênicos de maneira favorável.

Para entender o cenário composto pelos jornais sobre a temática e poder avaliar a qualidade das informações apresentadas, é necessário comparar cada etapa e característica de sua cobertura. Neste contexto, uma questão relevante é a pluralidade de fontes.

A falta de pluralidade pode comprometer a qualidade da informação, tornando a notícia fragmentada e, portanto, não contribuindo como subsídio para a participação política, como no caso da consulta pública que é objeto desta pesquisa.

A Folha de S. Paulo se caracterizou por ausência de pluralidade em 63,3% de suas matérias informativas analisadas. A tendência é a construção de enquadramentos favoráveis aos transgênicos.

O Estado de S. Paulo se caracterizou por ausência de pluralidade em 74,7% de suas matérias, o que se manifesta na criação de contextos fragmentados sobre a temática em questão, tendendo a prejudicar a formação do leitor.

Segundo a Folha, a agenda favorável aos transgênicos se justifica principalmente devido aos supostos benefícios para a humanidade que os OGMs trariam e ao avanço das plantações de transgênicos no Brasil e no mundo. Segundo os enquadramentos majoritariamente construídos pelo jornal, os alimentos geneticamente modificados representariam avanços científicos e não causariam prejuízos à saúde humana.

Sob a ótica do avanço das plantações de transgênicos, a ênfase recai sobre o suposto progresso do Brasil na área, como neste exemplo de matéria da Folha: “[e]ntre os países em que os transgênicos são cultivados, a maior expansão na área plantada desses produtos no ano passado aconteceu no Brasil” (Quadro 29).

Um exemplo de enquadramento de OGMs como benéficos para a humanidade é a matéria (Quadro 47) que enfatiza que uma variedade transgênica de algodão poderia alimentar grande quantidade de pessoas por dia e reduzir problemas como a desnutrição e a fome. Segundo a Folha, “além de ser a fibra vegetal favorita da humanidade, o algodão poderá ter mais uma utilidade: alimentar meio bilhão de pessoas com as suas sementes, graças a uma variedade transgênica da planta obtida por pesquisadores americanos”.

O Estadão sustenta uma agenda favorável aos OGMs de maneira a endossar o apoio que eles teriam recebido de setores do governo, com enquadramentos que caracterizam de forma positiva o desempenho da produção brasileira e sustentam as expectativas de sua liberação para cultivo e comercialização. Segundo este cenário, o governo estaria incentivando o plantio de OGMs ao trocar as sementes não-certificadas dos produtores por sementes legalizadas. De acordo com a matéria (Quadro 116), “o governo poderá trocar sementes legalizadas de soja transgênica por grão produzido pelos próprios sojicultores”.

Outra agenda presente na cobertura da Folha e do Estadão sobre a temática dos transgênicos foi construída com enquadramentos desfavoráveis à CTNBio. A Folha caracteriza a comissão como morosa na deliberação sobre os transgênicos e como órgão que sofre interferências externas na atuação de suas funções. Os textos de gênero opinativo da Folha chegam a considerar a CTNBio como um órgão paralisado.

Segundo matéria (Quadro 46) que possui enquadramento da CTNBio como órgão paralisado, a Embrapa estaria “com diversas pesquisas paradas por conta de uma fila de processos na CTNBio”.

O Estado de S. Paulo constrói agenda semelhante, enfatizando que a comissão seria um órgão incapaz de deliberar sobre transgênicos.

A preocupação dos jornais em torno do período supostamente excessivo para a CTNBio deliberar sobre um OGM é justificada da seguinte maneira: se a CTNBio liberasse transgênicos para uso comercial, isso seria um sinal de que a comissão estaria funcionando bem. Como ela não aprovou praticamente nenhuma variedade transgênica no período de dois anos, isso significaria que ela não seria competente para executar as funções para as quais teria sido criada.

De acordo com a agenda de ambos os jornais a respeito do assunto, principalmente por ambos terem publicado editoriais que o evidenciam, a CTNBio funcionaria bem se fos-

se imune às interferências de ONGs contrárias aos transgênicos – e por diversas vezes, caracterizadas como inimigas do progresso – e tivesse um quorum para aprovação mais flexível, para facilitar o alegado progresso da biotecnologia no país.

Neste contexto, a redução do quorum da CTNBio para deliberação dos transgênicos é caracterizada favoravelmente por ambos os jornais. Essa medida é considerada como a solução para o suposto entrave estabelecido pela comissão. Os jornais não levam em consideração argumentos opostos à redução do quorum, segundo os quais um número maior de membros na comissão seria importante para o processo de deliberação segura sobre OGMs.

A Folha de S. Paulo apresentou agenda desfavorável à rotulagem explícita dos transgênicos para exportação, com enquadramentos que sustentaram que tal medida prejudicaria a imagem dos OGMs, além de desfavorecer a economia do setor por tornar a produção mais dispendiosa.

O Estadão enquadrado o assunto de maneira diferente. De acordo com este jornal, seria importante para o desenvolvimento dos OGMs que eles fossem devidamente rotulados, para que os importadores e consumidores tivessem consciência do que estariam comprando. Este posicionamento coincide com o do governo brasileiro, que apoiou a rotulagem explícita em acordo internacional assinado por 132 países.

Os possíveis riscos trazidos por OGMs são enfatizados por 20% dos textos informativos e 21,7% dos textos opinativos da Folha de S. Paulo. Com agenda similar, o Estadão apresenta 36% dos informativos e nenhum opinativo.

Segundo matéria (Quadro 8) da Folha com esta perspectiva, a “conclusão da maior série de estudos do impacto de plantações de alimentos transgênicos mostrou que há danos à biodiversidade em três de quatro diferentes plantios geneticamente modificados”. O enquadramento enfatiza as conseqüências negativas das plantações transgênicas e exclui posicionamento diverso. O resultado é um enquadramento desfavorável aos OGMs.

Segundo argumentos de matérias do Estadão, os OGMs seriam prejudiciais à biodiversidade, à saúde humana e ao setor econômico, devido à identificação de plantações ilegais e ao protesto de ONGs contrárias aos transgênicos. De acordo com matéria que possui este enquadramento (Quadro 105), o governo do Paraná realizaria testes para verificar a presença de OGMs em produtos não rotulados. “Estamos defendendo a saúde do consumi-

dor e o direito dele de saber se o alimento que vai comprar tem ou não organismos geneticamente modificados”, argumentou uma fonte entrevistada pelo jornal.

Em geral, segundo os enquadramentos analisados, os riscos seriam apontados por pesquisas científicas e experiências internacionais, ou seriam decorrência da identificação de plantações ilegais de OGMs, com sementes não avaliadas pelo órgão competente.

Outro enquadramento que compõe a agenda que sugere cautela diante dos transgênicos se refere ao embargo europeu aos OGMs. As matérias apontam o mercado europeu como fechado aos transgênicos até que testes comprovassem sua segurança para consumo humano.

O Estado de S. Paulo publicou duas matérias informativas (Quadros 148 e 153) e um editorial (Quadro 162) sobre a consulta pública *online* nº 63 da Anvisa. Os três textos possuem enquadramentos desfavoráveis à consulta, que é caracterizada como uma tentativa ilegítima de a Anvisa se apropriar de poderes de deliberação de transgênicos competentes à CTNBio.

A proposta foi enquadrada pelo jornal como prejudicial ao desenvolvimento dos transgênicos, pois dificultaria sua liberação comercial, já que sugeria que o produtor do organismo geneticamente modificado respondesse a um questionário de 119 questões para assegurar que o OGM não ofereceria riscos à biodiversidade e à saúde humana. Segundo o enquadramento do jornal, o processo ficaria ainda mais moroso, e a CTNBio se tornaria um órgão para meramente homologar as decisões provenientes dos resultados do questionário. Os textos excluem informações sobre, por exemplo, a possível contribuição que o roteiro de perguntas traria para a verificação de segurança do OGMs ou a identificação de riscos sobre determinadas variedades encaminhadas com solicitação de aprovação comercial à comissão.

De acordo com a agenda dos jornais, os interesses econômicos são privilegiados em comparação aos ambientais. Os veículos de comunicação caracterizam os posicionamentos contrastantes que a temática envolve, como “agronegocistas”, de um lado, e “ambientalistas”, de outro. É possível perceber o favorecimento ao primeiro grupo na cobertura de ambos os jornais. Os “ambientalistas” são caracterizados por argumentos pouco representativos e criticados por serem supostamente “ideológicos”, enquanto os “agronegocistas” têm espaço para apresentar seus argumentos de maneira mais convincente e palpável.

Os transgênicos são tratados como avanço científico, e a preocupação ambiental gira em torno do “princípio da precaução”, utilizado por posições alegadamente marcadas por falta de cientificidade e preconceito contra as novas tecnologias.

Pode-se indicar que o cenário edificado pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sobre a temática dos transgênicos se apresenta, em ampla medida, fragmentado, favorável aos transgênicos e crítico aos opositores de sua perspectiva. Com isto, pode-se sugerir que a cobertura destes jornais poderia não ser suficiente para subsidiar, de maneira abrangente, plural e com equilíbrio entre os diversos posicionamentos em jogo, a participação política na apreciação da proposta da Anvisa.

A agenda majoritariamente construída por aqueles veículos tendeu a favorecer determinada perspectiva de apoio à expansão dos transgênicos, o que poderia fundamentar a rejeição da proposta, implícita no texto da consulta pública nº 63, de ampliar os poderes da Anvisa sobre as deliberações a respeito da liberação de OGMs na CTNBio.

As perspectivas favoráveis aos transgênicos foram motivadas por circunstâncias diferentes em cada jornal. O Estado de S. Paulo tendeu a caracterizar positivamente os transgênicos como forma de endossar o apoio de setores do governo federal aos OGMs. Por outro lado, a Folha de S. Paulo tendeu a privilegiar interesses do agronegócio ao construir enquadramentos favoráveis aos OGMs.

Como exemplo do alinhamento do Estadão ao posicionamento de setores do governo federal, uma matéria (Quadro 116) explica que, como “as sementes próprias dos agricultores não têm registro, eles não podem obter financiamento nos bancos para o custeio da safra”. Os produtores que optassem por plantar as sementes não-certificadas, ou seja, aquelas que eles produzissem a partir do plantio de soja transgênica, estariam trabalhando na irregularidade. A solução seria uma medida do governo: “a Conab (*Companhia Nacional de Abastecimento*) vai tornar viável essa operação de troca. A estatal comprará o produto legalizado e o fornecerá aos produtores, em troca das sementes irregulares”. Neste contexto, os transgênicos são caracterizados de forma favorável como meio de endossar o apoio de setores do governo federal ao plantio de OGMs através da troca de sementes produzidas pelos sojicultores por sementes transgênicas certificadas pelo Ministério da Agricultura.

A Folha, por outro lado, favoreceu os transgênicos ao construir enquadramentos que tenderam a privilegiar os interesses do agronegócio. Uma matéria (Quadro 43) explica que

a “juíza federal Giovanna Mayer concedeu liminar que suspende a proibição da movimentação de soja transgênica pelo porto de Paranaguá (PR), determinada pelo governo do Estado”. O governo do Paraná teria impedido a movimentação e o embarque de soja transgênica não segregada no porto de Paranaguá. Segundo a juíza, “o governo estadual não tem competência para ditar regras nem impedir a disseminação da cultura dos OVMs (organismos vivos modificados)”. As leis federais de regulação do transporte de transgênicos que teriam sido contestadas pelo governo paranaense teriam sido reafirmadas pelo Poder Judiciário, que estaria atendendo a interesses de empresas de biotecnologia.

Os enquadramentos arquitetados pelos jornais que justificariam o posicionamento favorável aos OGMs ocorrem, principalmente, em duas agendas: na caracterização dos transgênicos como um avanço tecnológico capaz de desenvolver a economia do setor agrícola; na caracterização dos transgênicos como alimentos benéficos para a humanidade por propiciarem vantagens de crescimento da produção sem aumentar a área plantada e minimizarem problemas da humanidade como a fome e a desnutrição.

Os veículos de comunicação são empresas e tendem a favorecer setores com objetivos de crescimento e desenvolvimento econômico. Ao favorecerem os transgênicos, eles estariam construindo uma agenda favorável ao avanço tecnológico, ao desenvolvimento econômico e contribuindo para a realização da política de setores do governo federal de apoio à expansão do agronegócio.

De acordo com os enquadramentos identificados nos jornais analisados, o governo brasileiro teria posicionamentos antagônicos com relação aos transgênicos. Setores governamentais estariam interessados no avanço tecnológico, desenvolvimento econômico e outros benefícios que os OGMs alegadamente ofereceriam. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é um exemplo de órgão governamental que apoiaria esta perspectiva.

Mas outros setores do governo teriam posicionamento contrário ao desenvolvimento dos transgênicos devido aos possíveis riscos à saúde e ao meio ambiente que eles ofereceriam, como o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama.

A própria CTNBio estaria paralisada em função dos conflitos advindos dessa suposta divisão: parte de seus membros teriam interesses na difusão de transgênicos e outra parte favoreceria os interesses dos ambientalistas.

Os interesses do jornal O Estado de S. Paulo se alinharam aos dos setores do governo favoráveis às liberações de transgênicos. Segundo o jornal, este posicionamento representaria a política agrária oficial do governo Lula.

Enquadramentos majoritários do Estadão favoreceram posicionamentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em defesa da liberação da pesquisa e cultivo de OGMs. Os argumentos dos setores governamentais contrários aos organismos geneticamente modificados apareceram em menor proporção e, em alguns casos, foram enquadrados de maneira desfavorável. Isso justificaria por que o Estadão cobriu a temática dos OGMs, majoritariamente, através do caderno dedicado à cobertura política.

A Folha de S. Paulo tendeu a caracterizar os OGMs como avanço tecnológico que propiciaria o desenvolvimento econômico. O setor do agronegócio seria beneficiado pelo desenvolvimento dos transgênicos e, conseqüentemente, traria desenvolvimento para a economia do país. Estes enquadramentos explicariam por que a Folha cobriu, principalmente, a temática dos transgênicos pelo caderno de economia.

7. Considerações finais

A democracia digital está presente no cenário político atual como uma ferramenta capaz de minimizar uma suposta crise existente nas práticas democráticas e formas institucionais de representação política. A distância entre as esferas civil e política estaria assumindo grandes proporções, dificultando o aprofundamento da experiência democrática.

Os mecanismos de consulta pública *online* apresentam-se atualmente como modo de reverter o processo de erosão da legitimidade do processo democrático, ao permitirem que a sociedade se manifeste na formulação de políticas públicas, contribuindo na produção da decisão política.

A participação, entretanto, deve estar sustentada em conhecimentos concretos, a fim de que a contribuição seja relevante. Os meios de comunicação, neste contexto, revelam-se importantes na formação dos cidadãos através da divulgação de informações sobre as mais variadas temáticas e podem subsidiar a participação política, caso apresentem pluralidade e equilíbrio em sua cobertura dos diversos temas.

A consulta pública *online* nº 63 da Anvisa esteve aberta entre julho e setembro de 2007 com o objetivo de receber contribuições à Proposta de Regulamento Técnico de avaliação de segurança para o consumo humano de alimentos contendo ou consistindo de organismo geneticamente modificado (OGM) e de alimentos contendo ou consistindo de produtos derivados de animais alimentados com OGM ou com seus produtos derivados.

De acordo com o texto da consulta, é preciso aperfeiçoar as ações de vigilância sanitária na área de alimentos, com o objetivo de proteger a saúde da população. A Anvisa teria o objetivo de expandir seus poderes sobre a deliberação de OGMs, função conferida à CTNBio pela Lei de Biossegurança, de 2005. Os pedidos de liberação comercial de OGMs teriam de cumprir as etapas previstas no Regulamento Técnico antes da avaliação da comissão e poderiam ser indeferidos caso não atendessem às exigências do questionário de 119 questões.

A hipótese da *agenda-setting* sugere a possibilidade de a mídia orientar a agenda do público, sem a intenção de persuadir ou manipular o pensamento das pessoas. De acordo com Azevedo (2004, p. 52), “ao adotar enquadramentos positivos ou negativos sobre os temas, acontecimentos e atores, (*a mídia*) constrói atributos (positivos e negativos) sobre

esses objetos”. Isso significa que a mídia não apenas ofereceria aos leitores assuntos sobre os quais pensar, mas também sobre como pensar a respeito deles.

Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo construíram enquadramentos e agendas favoráveis aos transgênicos. Enquadramento é a construção simbólica que seleciona certos aspectos do fato ou acontecimento enfocado, enfatiza parte deles e exclui outros. A agenda é formada pelo conjunto de enquadramentos apresentados nas matérias, em certo período de tempo, que relacionam informações com a mesma temática.

A agenda de 60% dos textos informativos e 56,3% dos de gênero opinativo publicados na Folha de S. Paulo é favorável aos OGMs. Isso quer dizer que o veículo apresentou conjuntos de enquadramentos que caracterizaram os transgênicos como benéficos para a humanidade, por serem melhores economicamente que os tradicionais e por serem considerados um avanço tecnológico capaz de minimizar problemas como a fome e a desnutrição. Órgãos que estariam atrapalhando o desenvolvimento dos OGMs receberam enquadramentos negativos, como a CTNBio, que seria morosa na deliberação de pedidos de aprovação de organismos geneticamente modificados, e ONGs contrárias aos transgênicos, que foram caracterizadas como ideológicas e inimigas do progresso.

A agenda de 44% dos textos informativos e 80% dos opinativos publicados pelo Estadão é favorável aos transgênicos. O jornal também caracterizou majoritariamente os OGMs como benéficos para a saúde humana e para a biodiversidade e como eficientes economicamente, e criticou órgãos que, supostamente, estariam atrapalhando seu desenvolvimento.

A análise destas agendas permite sugerir que as principais perspectivas simbólicas veiculadas pelos jornais analisados, no período entre março de 2005 e setembro de 2007, caracterizam os transgênicos como benéficos à humanidade, que reduzem gastos e favorecem o crescimento da economia do país, que podem multiplicar a produção sem que sejam aumentadas as áreas plantadas.

De acordo com Entman (1993, p. 52), “enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e fazer deles mais salientes num texto comunicativo”. O autor sugere que esta ênfase serviria para tornar a informação mais noticiável e atraente para a audiência.

Convenciona-se que o jornalista busque isenção ao compor sua matéria. Mesmo assim, suas convicções podem estar presentes no texto através do enquadramento adotado. A escolha das fontes é uma maneira de o jornalista apresentar idéias que considera relevantes sem se posicionar explicitamente sobre elas.

Segundo Porto (2004, p. 94), os enquadramentos “não se referem apenas a processos de manipulação, mas são parte de qualquer processo comunicativo, uma forma inevitável através da qual atores fazem sentido de suas experiências”.

Conforme revisado na bibliografia fundamental deste trabalho, a maior parte da influência econômica e cultural das mensagens jornalísticas tem origem no pensamento das elites. Isso porque, de acordo com Carragee e Roefs (2004), há uma tendência de os repórteres concederem mais credibilidade a fontes oficiais e grande parte do noticiário buscar instituições como fontes.

É, entretanto, função da pesquisa verificar a existência de movimentos sociais que constroem enquadramentos que desafiam a ideologia hegemônica. Segundo Carragee e Roefs (2004), os enquadramentos construídos por movimentos geralmente são ignorados.

A desvalorização de fontes provenientes de movimentos sociais foi percebida na amostra analisada. ONGs contrárias aos transgênicos receberam enquadramento desfavorável. Os jornais não apresentaram, por diversas vezes, representantes de ONGs como fontes de informação sobre a temática discutida.

De acordo com Gorp (2007), se os receptores entendem a mensagem de acordo com os enquadramentos pretendidos pelo jornalista, seguem um sentido pré-estabelecido. Assim, os resultados prováveis de uma resposta do receptor sobre o tema tratado serão relacionados de forma cognitiva, afetiva e comportamental com o *frame*.

Segundo Bourdieu, as disputas simbólicas ocorrem em dois campos: diretamente entre as classes ou por meio dos especialistas do poder simbólico, como os jornalistas, através de sua atividade profissional, com a utilização da violência simbólica legítima. Uma forma elementar de exercício de poder simbólico está na capacidade de *nomeação* do campo político.

Os jornais exerceram poder simbólico ao construir agendas favoráveis aos transgênicos. A maior parte das fontes entrevistadas era oficiais, o que foi utilizado pelos veículos de comunicação como forma de nomeação do campo político. A publicação de editoriais

também representa uma forma de violência simbólica legítima. Neste cenário, a credibilidade apresentada pelo jornal perante seu público é direcionada para o enquadramento adotado nos textos de gênero opinativo. A maior parte dos editoriais analisados é favorável ao desenvolvimento dos transgênicos.

Já os enquadramentos alinhados à agenda que sugere a existência de riscos no cultivo de OGMs correspondem a 20% dos textos informativos e a 21,7% dos opinativos publicados pelo jornal Folha de S. Paulo, e a 36% dos textos informativos do Estado de S. Paulo (ausentes dos textos opinativos deste veículo). Segundo esta agenda minoritária, os OGMs trariam prejuízos à saúde e à biodiversidade.

Considerando a totalidade das 163 matérias analisadas neste estudo, pode-se indicar que o conteúdo apresentado por Folha e Estadão é, em geral, fragmentado, já que 70% das matérias, em média, não são suficientemente plurais e oferecem visões incompletas sobre o contexto da consulta pública. A formação propiciada pelos jornais sobre a temática dos transgênicos poderia colaborar em parte para subsidiar a participação política de setores e indivíduos, mas seria necessário, para haver uma participação mais consistente, que fossem buscadas informações que complementassem as lacunas deixadas pela cobertura dos veículos de comunicação estudados.

Houve certo equilíbrio, principalmente na cobertura do jornal O Estado de S. Paulo, entre o total de textos com enquadramentos favoráveis aos OGMs e o total de textos com enquadramentos em que os OGMs representariam riscos à saúde e à biodiversidade.

No entanto, em ambos os jornais, o que contribuiu para que a cobertura em geral contivesse lacunas sobre a temática em questão foi a ausência de textos mais equilibrados, que explorassem ambos os posicionamentos ao mesmo tempo, apresentando variados argumentos relevantes para o contexto da discussão em uma mesma abordagem.

A transgenia é uma tecnologia ainda em desenvolvimento e sem respostas para todas as incertezas que a discussão envolve. Por isso, quanto maior o espaço dedicado ao confronto de idéias a respeito do assunto, melhores e mais rápidas serão as respostas sobre sua contribuição para a sociedade e sobre os verdadeiros riscos que exigem precaução.

Os transgênicos podem, simultaneamente, representar vantagens ou riscos. Cada variedade geneticamente modificada possui características próprias e pode contribuir tanto para o desenvolvimento de uma cultura e da economia quanto oferecer riscos à saúde. A

cobertura dos jornais pode contribuir para a compreensão de questões controversas como essa. Folha e Estadão informaram que certas variedades transgênicas podem, de fato, representar avanços para a tecnologia e medicina, enquanto outras seriam prejudiciais e não deveriam ser liberadas para uso comercial. A participação política poderia ser subsidiada, tendo em vista estas informações, de maneira que favorecesse o desenvolvimento de OGMs benéficos para a humanidade e a interdição daqueles que oferecessem riscos.

Os veículos de comunicação estudados também apresentaram enquadramentos que favoreceram a conscientização a respeito de certos aspectos relacionados aos OGMs, como a necessidade de se rotular explicitamente os produtos contendo transgênicos, enfatizada pelo Estadão, e que os transgênicos dispensariam o uso de agrotóxicos e outros químicos em suas lavouras, o que tornaria a produção menos dispendiosa e traria benefícios à saúde, enfatizada pela Folha.

Pode-se indicar que, mesmo com uma cobertura fragmentada e que tendeu a enquadrar majoritariamente os OGMs de maneira favorável, o que confronta os princípios éticos de pluralidade e equilíbrio necessários ao jornalismo, Folha e Estadão ofereceram subsídio relevante à participação política e figuram como fontes de informação significativas para a compreensão de complexas temáticas referentes ao desenvolvimento sustentável na atualidade.

No entanto, para que a participação política em torno da consulta pública *online* Anvisa nº 63 fosse embasada de maneira mais plural, abrangente e equilibrada, outras fontes de informação deveriam ser consultadas, tais como outros meios de comunicação, sítios governamentais, instrumentos de comunicação pública de empresas como Embrapa e textos científicos. A identificação de enquadramentos e agendas destas fontes constitui-se como um objetivo de grande importância, a ser explorado por pesquisas futuras.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIOSI, Patrícia F. *Os significados construídos pela mídia sobre a política nacional de biossegurança*. [Monografia de Iniciação Científica] Universidade do Sagrado Coração, Bauru, SP, 2005.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *Agendamento da política*. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.
- BARROS FILHO, Clóvis de, MARTINO, Luís Mauro Sá. *O habitus da comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- BRAGATTO, Rachel Callai; VEIGA, Luciana. Participação democrática e novas tecnologias de comunicação: mapeando diretrizes políticas e o uso da internet pelos governos do Brasil e da Argentina. In: *Anais do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2006.
- CARRAGEE, Kevin M., ROEFS, Wim. The neglect of power in recent framing research. *Journal of Communication*, 2004, p. 214-233.
- CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- DAVIES, Aeron. Whither mass media and power? Evidence for a critical elite theory alternative. *Media, Culture & Society*, vol. 25, 2002, p. 669-690.
- ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, Vol. 43, n. 4, 1993, p. 51-58.
- _____. Framing bias: media in the distribution of power. *Journal of Communication*. Vol. 57, n. 1, 2007, p. 163-173.
- GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*. São Leopoldo, vol. 7, n. 3, 2005, p. 214-222.
- GORP, Baldwin Van. The Constructionist Approach to Framing: Bringing Culture Back. *Journal of Communication*. Vol. 57, n. 1, 2007, p. 60–78.
- HALL, Stuart. Codificação / Decodificação. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MARCOLINO, Eliana; FRANCO, Fabiana. Transgênicos: a falta de informação pode into-

xicar o leitor. *Comunicação & Saúde*. V. 1, n. 1, 2004.

MARINHO, Carmem L. C. e MINAYO-GOMEZ, Carlos. Decisões conflitantes na liberação dos transgênicos no Brasil. *São Paulo em perspectiva*. Vol. 18, n. 3, 2004, p. 96-102.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública*. V. 12, n. 1, 2006, p. 164-187.

MEDEIROS, Flavia Natércia da Silva. Um debate que saiu do eixo científico: a cobertura dos transgênicos pela imprensa brasileira em dois momentos. In: *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Rio de Janeiro, 2005.

_____. As páginas de ciência de prestígio papers brasileiros na cobertura dos transgênicos em anos de 'hype' (1999-2000). *Revista Brasileira de Ciências e Comunicação*. Vol. 30, n.1, 2007, p. 71-93.

MIGUEL, Luis Felipe. *Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia*. Comunicação & Política. V. 22, n. 3, 2004, p. 129-147.

NELSON, Thomas E.; OXLEY, Zoe M. Issue framing effects on belief importance and opinion. *The Journal of Politics*. Vol. 61, n. 4, 1999, p. 1040-1067.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia. In: RUBIM, Antonio A. C. (org.) *Comunicação e política – conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.

REESE, Stephen D. The framing project: a bridging model for media research revised. *Journal of Communication*. Vol. 57, n. 1, 2007, 148-154.

ROTHBERG, Danilo. Enquadramento e metodologia crítica de mídia. In: *Anais do 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

_____. Método e objeto na pesquisa em comunicação. In: *Anais do XIII Encontro Anual da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. São Bernardo do Campo, 2004.

_____. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. *Opinião Pública*. Vol. 14, n. 1, 2008, p. 149-172.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*. Vol. 49, n. 1, 1999, p. 103-122.

SCHEUFELE, Dietram A.; Tewksbury, David. Framing, agenda-setting, and priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*. Vol. 57, n. 1, 2007, p. 9-20.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*. Vol. 11, n. 2, 2005, p. 450-468.

SOARES, Murilo C. Análise de enquadramento. In: *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação social*. São Paulo: Atlas, 2006.

WEAVER, David H. Thoughts on agenda-setting, framing, and priming. *Journal of Communication*. Vol. 57, n. 1, 2007, p. 142-147.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Anexos

¹Folha de S.Paulo - 03/03/05

Aprovação também vale para transgênico

A liberação da pesquisa, do plantio e da venda de transgênicos com autorização da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) também foi aprovada, sem alterações em relação ao texto do Senado.

Deputados contrários aos poderes dados à CTNBio na liberação dos transgênicos chegaram a apresentar dois destaques sobre o assunto, mas eles foram rejeitados.

Parlamentares do PT, PV, PSOL e PC do B chegaram a divulgar uma declaração de voto dizendo que "o substitutivo do Senado dá superpoderes à CTNBio e retira atribuições importantes do Ministério do Meio Ambiente". O PT liberou o voto devido às divergências. Com a nova lei, a CTNBio passará a contar com 27 integrantes, sendo 12 indicados por entidades científicas, nove pelos ministérios e seis por organizações da sociedade civil. O mandato dos membros é de dois anos, renovável por até mais dois períodos consecutivos.

Caso a comissão dê um parecer favorável aos transgênicos e algum ministério discorde, é possível recorrer ao Conselho Nacional de Biossegurança, formado por 11 ministérios e presidido pelo ministro-chefe da Casa Civil.

²Folha de S.Paulo - 04/03/05

Marina Silva critica legislação e fala em desequilíbrio de poderes

Depois de ter sua posição derrotada no Congresso em relação aos transgênicos, o Ministério do Meio Ambiente divulgou ontem uma dura nota em que fala de cassação de competência do setor e sério desequilíbrio no poder de tomada de decisões. Também diz da obrigação em apontar à sociedade brasileira potenciais riscos ambientais com a aprovação do projeto de lei.

"O Ministério do Meio Ambiente entende que o modelo de regulação adotado [com a lei aprovada] cassa a competência do Sistema Nacional de Meio Ambiente para avaliar impactos ambientais decorrentes da liberação de transgênicos", diz a nota ao tratar dos poderes concedidos à CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança).

De acordo com o texto aprovado na Câmara anteontem e que vai à sanção presidencial, a liberação da pesquisa, do plantio e da comercialização de transgênicos será feita com autorização da comissão. Caberá recurso ao Conselho Nacional de Biossegurança, formado por 11 ministérios e presidido pela Casa Civil.

E completa a nota: "Cria-se, com isso, sério desequilíbrio no processo de tomada de decisão a respeito dos OGMs, em prejuízo das precauções necessárias para lidar com tecnologias cujas conseqüências nos ecossistemas brasileiros ainda não estão devidamente identificadas".

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defendia a redução de poderes da CTNBio e a exigência de estudos de impacto ambiental antes de liberar o plantio comercial dos transgênicos. Posição oposta foi defendida por Roberto Rodrigues (Agricultura).

"Ciente da plena competência constitucional do Congresso de aprovar democraticamente as normas legais que regem o país, o Ministério do Meio Ambiente sente-se na obrigação de apontar à sociedade os potenciais riscos ambientais envolvidos no projeto de lei aprovado", afirma o documento da pasta.

Deputados do PT até tentaram mudar o texto, apresentando dois destaques, mas eles foram derrotados na votação do plenário.

O partido liberou o voto sobre o projeto de lei devido às divergências envolvendo os produtos geneticamente modificados. Na próxima semana, os deputados petistas contrários a esse trecho do projeto devem se reunir para discutir medidas a adotarem.

Mobilização

O Greenpeace defendeu ontem que o texto aprovado no Congresso seja vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Vamos fazer uma campanha pública pelo veto da lei. Foi uma infelicidade misturar as duas coisas [transgênicos e células-tronco embrionárias]. Quase ninguém falou dos transgênicos na votação da Câmara", afirmou Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace.

³Folha de S.Paulo - 04/03/05

Soja tradicional será luxo, afirma CNA

Entidade de produtores diz que consumidor que quiser grão não-transgênico, mais caro, deverá pagar mais

Os agricultores comemoraram a liberação do plantio da soja transgênica prevista no projeto de Lei de Biossegurança, aprovado na última quarta-feira, e avaliam que o consumo de soja convencional poderá vir a se tornar um luxo. De acordo com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), não haverá necessariamente uma explosão no plantio de soja com a liberação, e sim "afrouxamento da tensão" dos produtores. O Brasil produz ao redor de 52 milhões de toneladas de soja. Estima-se que até 30% desse total possa ser transgênico. Há 40 tipos de sementes geneticamente modificadas registradas no Ministério da Agricultura, todas resistentes ao defensivo agrícola RR.

A CNA avalia que os agricultores não precisam mais assinar os termos de compromisso para plantar soja e o governo não deveria multar os que descumpriram a proibição, sob pena de ter mais despesa. Pela lei que está em vigor até a sanção da nova legislação, os produtores tinham que assinar um termo de compromisso se responsabilizando por danos ao ambiente para plantar soja transgênica, sob pena de pagar multas.

"Se se perpetuar a multa a esses agricultores, vamos entrar com um pedido ao governo de que se crie uma linha de crédito para financiar o pagamento da multa. Vamos tomar atitude de anular os efeitos disso [das limitações ao plantio] e dar tranqüilidade para quem está produzindo", disse Carlos Rivaci Sperotto, vice-presidente da CNA e presidente da Farsul (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul).

De acordo com Marcus Vinícius Coelho, coordenador de biossegurança do Ministério da Agricultura, até que a lei seja sancionada pelo presidente Lula, os agricultores estão obrigados a assinar os termos de compromisso.

Quando a lei for sancionada, o ministério irá avaliar se os termos são necessários ou não para a safra atual. Para as próximas safras, o entendimento é que não será mais preciso assinar documento.

Previsões

Sperotto evitou fazer previsões sobre o crescimento do mercado no Brasil com a aprovação do plantio de soja transgênica. "É o mercado que vai dizer", avaliou.

Na avaliação da CNA, o consumo de soja tradicional poderá ser tornar um luxo. "Se existem nichos de consumidores que queiram ter o luxo de produtos que sigam certa tecnologia [sem transgênicos, mais cara], que seja agregado ao custo de consumo deles, e não ao custo básico de produção os valores", afirmou. "Quem quiser custos mais elevados que pratique isso na gôndola [do supermercado]."

O Ministério da Agricultura informou que está valendo a regulamentação que obriga que os produtos que contenham mais de 1% de soja modificada tenham indicação no rótulo.

⁴ Folha de S.Paulo - 09/03/05

Embrapa deve lançar nova soja transgênica

Mamão e feijão resistentes a vírus e algodão geneticamente modificado também estão na lista de projetos Na esteira da aprovação da Lei de Biossegurança, que prevê a liberação do plantio da soja transgênica no Brasil, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) prepara o lançamento comercial de uma variedade de soja geneticamente modificada resistente a herbicida.

A data para o início da comercialização do produto ainda não foi fixada, mas seu lançamento deve abocanhar uma fatia do mercado de sementes de soja hoje dominado pela Monsanto.

"Ainda não marcamos a data para chegar ao mercado porque ainda estamos na fase de análise da questão de segurança alimentar, mas será breve", diz Elíbio Rech, pesquisador da Embrapa. A soja desenvolvida pela empresa é adaptada para o clima brasileiro e resistente a um tipo de herbicida diferente do da soja RR da Monsanto, que foi desenvolvida para as lavouras norte-americanas.

Antes da Lei de Biossegurança e de sucessivas medidas provisórias para a liberação dos transgênicos assinadas no governo Lula, a soja geneticamente modificada era plantada ilegalmente no Brasil. A origem desses grãos, segundo os produtores, eram sementes contrabandeadas da Argentina.

Mas, com a nova Lei de Biossegurança, analistas estimam que empresas como Basf, DuPont e Syngenta entrem no mercado brasileiro de biotecnologia.

Outros produtos

Além da soja, a Embrapa também desenvolve mamão e feijão transgênicos resistentes a doenças causadas por vírus. Esses dois produtos, entretanto, ainda estão longe das mãos dos produtores. As pesquisas ainda não chegaram à fase de análise ambiental. O processo de pesquisa é caro, avalia o pesquisador da Embrapa. "Entre a fase inicial [de manipulação do gene] até chegar ao mercado, o desenvolvimento de um projeto desses não sai por menos de US\$ 3 milhões", afirmou Rech.

No caso do mamão e do feijão, que são produtos típicos da agricultura de pequeno porte, as possibilidades de retorno desse investimento com a cobrança de royalties tornam-se mais difíceis. "Esse ainda é um debate

forte: quem vai pagar a conta dos pequenos produtores? Mas esses produtos são muito importantes e teriam um grande impacto social", diz Rech. O feijão desenvolvido pela Embrapa é resistente ao vírus causador do mosaico dourado, praga que assola 90% das plantações de feijão no Brasil.

Um algodão transgênico resistente a insetos também figura na lista de projetos da Embrapa.

Queda-de-braço

A Embrapa argumenta que pretende reverter para o investimento em pesquisas os lucros obtidos com os royalties da soja.

Na última safra, a Monsanto instituiu a cobrança de uma taxa por uso da tecnologia de suas sementes de R\$ 0,60 por saca de 60 kg no Rio Grande do Sul. Como é estimado que a produção de soja transgênica está em 20 milhões de sacas, o equivalente a 30% da produção nacional, analistas calculam que a Monsanto teria obtido R\$ 12 milhões só com a cobrança da taxa. A empresa afirma que só se pronunciará sobre o retorno com o mercado de soja transgênica no Brasil após a assinatura da Lei de Biossegurança pelo presidente Lula. Para a próxima safra, a empresa e os agricultores ainda negociam o preço da taxa. Os produtores, especialmente os gaúchos, defendem R\$ 0,30 por saca.

⁵ Folha de S.Paulo - 10/03/05

CTNBio pode liberar três tipos de algodão modificado

Autorizações de plantio poderão sair antes da mudanças na comissão por causa de Lei de Biossegurança

Antes mesmo de ter sua composição alterada pela Lei de Biossegurança, a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) poderá liberar a comercialização de três variedades de algodão resistentes a insetos e a inseticidas, cujos genes pertencem às multinacionais Bayer e Monsanto.

Os pedidos estão no topo da lista de processos analisados pela comissão e são tema da reunião marcada para as próximas terça e quarta-feira, informou o Ministério de Ciência e Tecnologia, ao qual o órgão está vinculado. A decisão pode ocorrer na reunião seguinte.

A CTNBio recuperou na Justiça o poder de decidir sobre transgênicos no país e desde setembro do ano passado voltou a deliberar sobre pedidos de liberação de plantio e comercialização de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados).

Esse poder havia sido suspenso em 1998, em decorrência de uma liminar obtida pelas organizações não-governamentais Greenpeace e Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) contra a liberação do cultivo comercial da soja geneticamente modificada.

Em novembro, em sua primeira decisão depois da disputa judicial, a CTNBio autorizou a venda de lotes de sementes de algodão com até 1% de material geneticamente modificado. De acordo com o secretário-executivo da comissão, Jairon Nascimento, a autorização decorreu da constatação de que havia uma contaminação generalizada das sementes disponíveis no Brasil.

Contrabando

Apesar de o cultivo e a comercialização do algodão transgênico continuarem proibidos, sementes geneticamente modificadas difundiram-se no país nos últimos anos por meio de contrabando, num fenômeno semelhante ao da soja transgênica. O cultivo clandestino já havia sido constatado por fiscais do Ministério da Agricultura no ano passado.

Diferentemente da soja, o cultivo clandestino do algodão transgênico representa risco para lavouras próximas porque o pólen de uma planta geneticamente modificada pode contaminar espécies nativas. Por isso, a liberação do algodão transgênico preocupa bem mais os ambientalistas.

Milho e arroz

A CTNBio também analisa pedidos de liberação de variedades geneticamente modificadas de milho e arroz das multinacionais Monsanto, Syngenta e Bayer, resistentes a insetos e inseticidas.

Um dos pedidos partiu da própria Abia. A Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação pede que a comissão libere a comercialização de soja e milho transgênicos.

A partir da sanção da Lei de Biossegurança, a CTNBio terá sua composição ampliada de 18 para 27 membros. Especialistas com notório saber nas áreas de biossegurança, biotecnologia, biologia, saúde humana e animal ou meio ambiente serão escolhidos por meio de listas tripartites, assim como os especialistas indicados pelos ministérios da Justiça, Saúde, Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Trabalho. A designação dos novos membros não tem data marcada.

Pela lei, a CTNBio tem competência para liberar o plantio e a comercialização de transgênicos. No caso de algum parecer ser contestado no governo, a palavra final caberá ao Conselho Nacional de Biossegurança, integrado por 15 ministros e presidido pela Casa Civil. (MARTA SALOMON)

SAIBA MAIS

Derivado de soja está na maioria dos industrializados

DA REPORTAGEM LOCAL

A maioria dos produtos encontrados nas prateleiras dos supermercados tem derivados de soja em sua composição.

A lecitina de soja, um estabilizante, pode ser encontrada em balas e chocolates, por exemplo. Já a gordura vegetal é usada em margarinas e biscoitos.

Entidades de direito do consumidor defendem a rotulagem de artigos que tenham mais de 1% de soja transgênica. Mas em produtos como óleos vegetais é impossível detectar traços de grãos transgênicos após o beneficiamento.

Para os defensores da biotecnologia, alimentos à base de transgênicos são seguros e amparados em anos de pesquisa. Já os contrários defendem estudos mais longos em seres humanos.

O Greenpeace oferece uma lista de alimentos que podem conter traços de transgênicos. Eles estão no site: www.greenpeace.org.br

⁶ Folha de S.Paulo - 10/03/05

Indústria resiste à rotulagem de transgênico

Setor de alimentos diz que triângulo amarelo com T no meio passa imagem de produto perigoso; governo aceita negociar

Derrotada na votação da Lei de Biossegurança, que exige informação aos consumidores nas embalagens de produtos que contenham organismos geneticamente modificados, a Abia (Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação) quer mudar o triângulo amarelo com um T no meio -símbolo que há um ano deveria acompanhar as embalagens dos produtos que contenham mais de 1% de transgênicos.

"[A exigência de rotulagem] está em vigor, mas não está incorporada, porque a indústria não quer unir a sua marca a um alerta, como se fosse coisa perigosa", disse o diretor jurídico da Abia, Paulo Nicolellis Junior.

A Abia quer negociar a revisão do rótulo, assim como o percentual máximo fixado para dispensar a informação ao consumidor. Para a entidade, a legislação deveria tolerar até 4% de transgênicos na composição de alimentos, percentual que superaria a contaminação involuntária de insumos usados na indústria de alimentos. "O tal símbolo incomoda: não é informação, é um alerta. Incomoda também o tal 1%, gostaríamos que fosse 4%. Vamos tentar reconversar", disse Nicolellis.

Desde março de 2004, quando entrou em vigor a portaria do Ministério da Justiça que obriga a impressão do símbolo de transgênico no rótulo dos produtos, já após prazo concedido para adaptação, não há notícia de que o triângulo amarelo tenha aparecido nos supermercados.

Em outubro do ano passado, o ministério começou a fiscalizar o cumprimento da portaria. Desde então, foram feitos 345 testes para detectar a presença de organismos geneticamente modificados em amostras de 294 produtos recolhidas em vários Estados. Os produtos foram escolhidos com base em lista do Ministério da Agricultura com produtos com maior probabilidade de conterem alteração genética. Nenhum dos testes indicou a presença de transgênicos acima de 1%.

O Ministério da Justiça mantém, porém, em sigilo novos testes em amostras recolhidas pelo Procon de Minas Gerais e que detectou a presença de organismos geneticamente modificados em produto não rotulado, informou Daniel Goldberg, secretário de Direito Econômico do ministério.

O fato de os testes contratados pelo ministério ao laboratório SGS (Société Générale de Surveillance) não terem encontrado vestígios de soja transgênica em amostras não significa que o grão modificado não tenha sido usado. Goldberg citou o exemplo do óleo de soja, cujo processo industrial elimina registros do gene da soja.

O secretário de Direito Econômico disse que o ministério está disposto a negociar a eventual substituição do rótulo definido por portaria em dezembro de 2003, após processo de consulta pública. "Estamos absolutamente dispostos a conversar com a Abia para reduzir o alarmismo, desde que o direito do consumidor à informação seja respeitado", afirmou o secretário. "O que não aceitamos é não cumprir a regulamentação", completou.

Quanto ao limite máximo de presença de transgênicos que dispensa a rotulagem do produto, Goldberg alegou que 1% é o percentual usado em vários países do mundo. A União Européia, por exemplo, exige rotulagem acima de 0,9% de transgênicos na composição de determinado produto.

Favorável à liberação do plantio e da comercialização de organismos geneticamente modificados, a Abia fez campanha contra o artigo da Lei de Biossegurança que reforçou a exigência de rotulagem dos produtos que contenham transgênicos.

Em carta a deputados e senadores, a Abia se manifestou "temerosa que se mantenha no projeto a desarrazoada orientação que se quer imprimir à rotulagem de alimentos contendo OGMs" e classificou o símbolo adotado após "malfadada" consulta pública de "aviltante".

A carta, assinada pelo presidente da Abia, Edmundo Klotz, diz que o símbolo de transgênicos "traz prejuízos à imagem dos produtos".

⁷ Folha de S.Paulo - 18/03/05

CTNBio libera venda de algodão transgênico

Meio Ambiente votou contra, mas comissão liberou plantio e comercialização de variedade da Monsanto. Poucos dias da sanção da Lei de Biossegurança, que vai alterar a composição da CTNBio, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança liberou ontem à noite o plantio e a comercialização de uma variedade de algodão transgênico patenteada pela multinacional Monsanto. O Ministério do Meio Ambiente votou contra. A variedade Bollgard, também conhecida por Bt, é resistente a insetos. Na avaliação de ambientalistas, a planta transgênica pode contaminar espécies nativas de algodão e comprometer a cadeia ecológica do cerrado. "Não podíamos cruzar os braços à espera da sanção da Lei de Biossegurança", disse Jairon Nascimento, coordenador-geral da CTNBio. Segundo ele, a comissão já discutia internamente a liberação do algodão transgênico desde setembro do ano passado e, por isso, se sentiu confortável para decidir.

Ainda estão pendentes os pedidos de liberação de outras duas variedades de algodão transgênico das multinacionais Monsanto e Bayer.

Em novembro do ano passado, em sua primeira decisão depois de ter restabelecido o poder de decidir sobre transgênicos, objeto de uma longa batalha judicial, a CTNBio autorizou a venda de lotes de sementes de algodão com até 1% de material geneticamente modificado.

Na ocasião, a comissão já constatava contaminação generalizada das sementes disponíveis, embora o algodão transgênico ainda estivesse proibido no Brasil. Num processo semelhante ao que aconteceu com a soja, os organismos geneticamente modificados entraram no país de forma clandestina.

Em nota, a CTNBio informou que a liberação do algodão Bollgard está condicionada à exclusão de algumas áreas para plantio e ao estabelecimento de áreas de refúgio nas plantações. A comissão também cobra da Monsanto um plano para prevenir eventuais impactos do uso da tecnologia. O ato de liberação da variedade transgênica deverá ser publicado no "Diário Oficial" da União na próxima semana.

Na terça-feira, haverá uma reunião extraordinária da CTNBio para continuar a análise dos pedidos de liberação de organismos geneticamente modificados. A expectativa é que sejam liberadas novas pesquisas com transgênicos.

⁸ Folha de S.Paulo - 22/03/05

Plantio modificado prejudica vida selvagem, diz pesquisa britânica

Estudo é o mais extenso já feito no mundo

A conclusão da maior série de estudos do impacto de plantações de alimentos transgênicos mostrou que há danos à biodiversidade em três de quatro diferentes plantios geneticamente modificados. Todas as pesquisas foram realizadas no Reino Unido.

A série mostrou que os superpoderosos pesticidas a que as plantações geneticamente modificadas são projetadas para resistir trariam mais danos para as regiões já devastadas pela agricultura intensiva.

Apenas um dos quatro testes em grande escala, conduzidos por quase cinco anos, mostrou que o cultivo de OGMs pode ser menos danoso para pássaros, flores e insetos do que o equivalente não-modificado -e até mesmo esse foi considerado falho, porque o agrotóxico exigido por aquela plantação em particular (uma variedade de milho transgênico criada pela companhia Bayer) era tão destrutivo que estava para ser banido na União Européia.

Além do estudo do milho, já haviam sido divulgados outros dois, um com beterraba e outro com canola, em outubro de 2003.

O quarto e último experimento de massa foi feito com uma outra variedade de canola, a de inverno. Os resultados foram divulgados ontem e ganharão publicação no periódico "Proceedings of the Royal Society B".

Segundo o estudo, o plantio causa danos significativos a flores selvagens, borboletas, abelhas e provavelmente

te pássaros, todos dependentes, direta ou indiretamente, das ervas daninhas que surgiam nas plantações e são eliminadas pelo pesticida.

De acordo com os resultados, o número de borboletas caiu em dois terços e as populações de abelhas se reduziram à metade.

"Os estudos destacaram que o que é bom para o fazendeiro não é sempre bom para as populações de ervas, insetos e pássaros que dividem aquele espaço", disse Chris Pollock, chefe do comitê de direcionamento científico da série de estudos, que consumiu 6 milhões de libras (R\$ 31 milhões).

As versões estudadas de canola, fabricadas pela Bayer, já são plantadas nos EUA. A companhia diz não ter intenção de requerer autorização para plantá-las na Europa.

Embora o experimento não tenha feito menção à catastrófica perda de pássaros que habitavam regiões agrárias do Reino Unido nos últimos 50 anos, os ornitólogos alertam: os resultados sugerem que cultivar canola transgênica poderia quase certamente exacerbar o problema.

⁹ Folha de S.Paulo - 22/03/05

Soja traz riqueza e problema à América do Sul

Cadeia produtiva discute, em Foz do Iguaçu, efeitos perversos da produção extensiva da oleaginosa ao ambiente

Nem tudo vai bem no novo paraíso do "ouro verde": a soja. O cultivo do produto, que cresceu aceleradamente na América do Sul, trouxe vários benefícios para a região, mas também problemas.

É o que constatarem os 205 participantes do primeiro fórum sobre a sustentabilidade da soja, realizado na semana passada em Foz do Iguaçu (PR).

A proposta do evento foi estabelecer critérios mínimos de incremento do cultivo da soja sem degradar o ambiente, respeitando a diversidade social e cultural das populações agrícolas.

Toda a cadeia produtiva participou do evento: agricultura familiar, grandes produtores, organizações sociais, indústrias, importadores, entidades de pesquisas e cadeias de supermercados.

De início, ficou clara a dificuldade em estabelecer o que é sustentabilidade. Para os pequenos produtores, implica uma não-dependência da soja e, muito menos, da soja transgênica.

Para os grandes produtores, uma agricultura sustentável é a que segue padrões de bom manejo. O transgênico é consequência de uma evolução tecnológica e pode perfeitamente ser inserido no contexto de sustentabilidade.

Para a indústria, a produção é sustentável. E é possível, inclusive, uma produção diferenciada de soja tradicional e de transgênica, o que gera custos extras -e alguém tem de pagar por isso.

No início, uma surpresa. Yolanda Kakabadse, presidente do fórum, pede a quem nunca viu um pé de soja que levante a mão. Foi a única a levantá-la.

Por não fazer parte desse mercado, era a pessoa ideal para "escutar as vozes dos vários atores envolvidos nesse processo, mas dependentes uns dos outros", como ela mesmo definiu o fórum.

A produção de soja sustentável é a que leva em consideração as questões econômicas, sociais, culturais e ambientais, define ela.

Altemir Tortelli, da Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul), destaca as profundas diferenças entre os participantes. Ele destaca que o sistema atual beneficia apenas o grande produtor e os complexos agroindustriais. Tortelli diz que o governo vive uma dualidade: ora tem os olhos no agronegócio exportador ora na agricultura familiar.

Segundo Tortelli, "o produtor não tem culpa de produzir o que o mercado paga melhor, mas falta uma regulamentação do Estado para resguardar o ambiente".

Atravessando fronteiras

A soja, que atravessa fronteiras, também espalha problemas. Sílvia Molinas Maldonado, secretário-executivo de Meio Ambiente do Paraguai, diz que o país tem a maior taxa de desmatamento da região. E culpa a soja.

Alberto Yanosky, da Guyra Paraguay, diz que a soja é o produto que mais cresce no Paraguai, mas traz um impacto social perverso para as regiões de pequenos produtores, principalmente nas dominadas pelos brasileiros.

Luis Cubilla, da Capeco (associação dos exportadores paraguaios), diz que "a culpa não é da soja, mas do homem, que não a maneja bem".

Roberto Peiretti, da Aapresid (associação de plantio direto da Argentina), diz que as condições atuais da cultura são melhores do que no passado. Ele compara as condições da agricultura na América do Sul com as da

Europa. Na Holanda, são usados 20,8 quilos de insumos químicos por ano por hectare. Na Argentina, 1 quilo; no Brasil, apenas 800 gramas.

Já para Fábio Trigueirinho, da Abiove (associação das indústrias brasileiras), a soja é amigável com o ambiente e a destruição da floresta amazônica está longe de ser consumada. Da área da Amazônia Legal, apenas 2% foram ocupados e o maior produtor do Brasil, o Mato Grosso, tem apenas 6% de sua área ocupada com soja.

Trigueirinho diz que a soja é importante para o país. Produzida em 17 Estados, as exportações do complexo soja representaram 12% das receitas brasileiras com as vendas externas em 2004.

O Brasil já ocupa 22 milhões de hectares com soja e essa área deverá subir para 30 milhões em 2020, quando a produção deverá atingir 105 milhões de toneladas.

Desmatamento avança

Rosa Lemos de Sá, do WWF Brasil, diz que até 2020 o desmatamento mundial poderá atingir 22 milhões de hectares. Pelo menos 10 milhões serão em áreas de cerrado. Segundo ela, é necessário melhorar a produtividade, adotando novas práticas de produção, para uma redução das novas áreas a serem ocupadas.

Os sistemas de comércio não incluem os custos sociais e ambientais do produtor, diz o holandês Jan Maartem Dros, do AID Environment. "Os europeus têm de ter a mesma regra para todos."

Os EUA destinam US\$ 2 bilhões em subsídios a programas ambientais por ano. Os europeus destinam pelo menos US\$ 8 bilhões por ano, segundo a OMC.

Nessa discussão de agricultura familiar ou grandes produtores, Bruno Maggi Pissollo, do grupo Amaggi, diz que há espaço para os dois. "Quem vai regular é o mercado." Acrescenta que é necessária uma especialização e verticalização em dois ou três produtos. Quanto aos transgênicos, diz que a única coisa que preocupa é a centralização da produção.

Ocimar de Camargo Villela, do grupo Amaggi, diz que há muita emoção nessas discussões. "As ONGs têm de se aproximar mais do setor produtivo." Ele diz que o grupo Maggi planta 130 mil hectares e tem 110 mil de mata legal.

Brigit Hofer, da rede de supermercados Coop, da Suíça, diz que a diferença entre transgênicos e não-transgênicos é importante. Os primeiros não são comercializados na rede.

No final do evento, pouco de prático foi aprovado, mas ficou a promessa de a discussão continuar, em novos encontros, para fortalecer a cadeia produtiva de "soja responsável".

¹⁰ Folha de S.Paulo - 23/03/05

País importará milho transgênico

A CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) aprovou ontem, em reunião extraordinária, a importação de 370 mil toneladas de milho geneticamente modificado da Argentina.

Os grãos, resistentes a insetos e a herbicidas, serão usados para a produção de ração animal.

O pedido partiu da Associação Avícola de Pernambuco e foi analisado na última reunião da CTNBio antes da sanção da Lei de Biossegurança, que vai ampliar a composição da comissão de 18 para 27 membros e permitir recursos de suas decisões a um conselho de ministros, coordenado pela Casa Civil. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem prazo até amanhã para sancionar a lei.

Embora não haja prazo para a escolha dos novos integrantes da comissão, os atuais membros da CTNBio só voltarão a se reunir se o governo determinar sua sobrevivência num período de transição.

Ficaram pendentes pedidos de liberação do plantio e da comercialização de milho e arroz geneticamente modificados, além de duas outras variedades de algodão transgênico das multinacionais Bayer e Monsanto.

Na semana passada, a CTNBio liberou a variedade de algodão Bollgard, também conhecida como Bt, da Monsanto. O plantio e a comercialização da variedade resistente a insetos foram aprovados com o voto contrário do Ministério do Meio Ambiente e forte crítica dos ambientalistas.

Depois de uma batalha judicial de seis anos, a CTNBio recuperou no ano passado o poder de deliberar sobre pedidos de cultivo e comercialização de transgênicos. Em novembro, liberou a venda de sementes de algodão com até 1% de material geneticamente modificado. Na ocasião, constatou a contaminação de lavouras, apesar de o plantio ser proibido no país.

A decisão de ontem, a ser publicada nos próximos dias no "Diário Oficial" da União, foi acompanhada de recomendações da CTNBio. As regras são as mesmas da liberação anterior de compra do grão da Argentina, em 2000, devido à quebra da safra de milho.

O transporte dos grãos e o processamento das rações serão acompanhados de "cuidadosa contenção" para evitar a dispersão no meio, segundo a CTNBio.

¹¹ Folha de S.Paulo - 25/03/05

Planalto faz concessões a ambientalistas

Lula sanciona Lei de Biossegurança com modificações que incluem fim de prazo para recursos e ampliação da CTNBio

Ao vetar ontem sete dispositivos da Lei de Biossegurança, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um pequeno agrado aos ambientalistas, insatisfeitos com os superpoderes concedidos à CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) para deliberar sobre o plantio e a comercialização de organismos geneticamente modificados.

Caiu do texto final da lei o prazo máximo de 45 dias para que o Conselho Nacional de Biossegurança, a ser formado por 11 ministros, aprecie recursos contrários a decisões da CTNBio, assim como o prazo de 30 dias para a apresentação de eventuais recursos.

Esses prazos limitavam a ação de ambientalistas para contestar eventuais decisões da comissão, que terá sua composição ampliada dos atuais 18 para 27 membros a partir da sanção da lei, debatida durante mais de um ano no Congresso. Outro veto impede que decisões da CTNBio sejam tomadas "por apenas oito brasileiros", justificou Lula, que baixará decreto impondo quórum mais elevado para as deliberações.

A Lei de Biossegurança autoriza o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas destinadas à cura de doenças degenerativas. Poderão ser usados embriões humanos produzidos por fertilização in vitro, que sejam considerados inviáveis há pelo menos três anos e após autorização dos pais.

O uso de embriões em desacordo com as regras é considerado crime sujeito a pena de detenção de até três anos. O texto da lei proíbe a clonagem humana, assim como experiências de engenharia genética. O pedido de veto apresentado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) foi desconsiderado pelo presidente da República.

Lula também negou os principais pedidos de vetos encaminhados pelo Ministério do Meio Ambiente e cujo principal alvo eram os poderes concedidos à CTNBio para deliberar "em última e definitiva instância" sobre a necessidade de promover licenciamento ambiental antes de liberar a comercialização ou o plantio de determinada variedade transgênica.

Um dos artigos que o presidente manteve ao sancionar a lei determina que a decisão técnica da comissão "vincula os demais órgãos e entidades da administração", como o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

No início do mês, o Ministério do Meio Ambiente afirmou, em nota, que o texto aprovado pelo Congresso impunha riscos ambientais e relegava os órgãos públicos que atuam nas áreas de ambiente e saúde a um papel secundário. "Não se trata de vitória ou de derrota, continuamos entendendo que a Lei de Biossegurança não revoga o complexo Sistema Nacional de Meio Ambiente, e os Estados ainda podem exigir o licenciamento ambiental independentemente dos pareceres da CTNBio", disse João Capobianco, um dos principais assessores da ministra Marina Silva.

Antes mesmo da sanção da Lei de Biossegurança, a CTNBio já havia recuperado na Justiça poderes para deliberar sobre transgênicos. Desde o final do ano passado, liberou o uso de sementes de algodão com até 1% de organismos geneticamente modificados e o plantio e a comercialização da variedade Bollgard, de algodão resistente a insetos, da multinacional Monsanto, além da importação de 370 mil toneladas de milho transgênico da Argentina.

A lei libera em definitivo o plantio e a comercialização da soja transgênica, após oito safras colhidas a partir de sementes contrabandeadas da Argentina.

¹² Folha de S.Paulo - 16/04/05

EUA reagem a nova regra da UE para milho

Os Estados Unidos reagiram ontem à decisão da União Européia de bloquear importações de milho transgênico em grão e para rações, dizendo que a regra é um "exagero".

A partir da próxima semana, a UE exigirá que alguns produtos de milho tenham certificação de que estão livres de milho Bt-10, variedade não autorizada pela UE.

Os EUA exportam anualmente cerca de 3,5 milhões de toneladas de ração de glúten de milho, um dos produtos em questão, à União Européia.

"Nós não podemos e não vamos autorizar um OGM [organismo geneticamente modificado] que não passou pelo nosso rigoroso processo de autorização a entrar no mercado", disse Markos Kyprianou, comissário de Saúde e Proteção do Consumidor da União Européia.

O porta-voz da missão dos EUA na UE, Edward Kemp, afirmou que "não há razão para esperar impacto negativo devido à pequena quantidade de milho Bt-10 que pode ter entrado na UE".

¹³ Folha de S.Paulo - 07/05/05

Milho transgênico causa atrito no governo

Presidente da CTNBio aprova compra sem votação na transição para nova lei; Anvisa e Meio Ambiente contestam decisão

A importação de seis variedades de milho transgênico para uso em ração animal foi liberada no país sem votação (ad referendum) pelo presidente da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), Jorge Almeida Guimarães, no período de transição para as novas regras de análise e liberação do plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados.

O ato do presidente da CTNBio foi publicado na edição do "Diário Oficial" da União de 4 de abril, nove dias depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionar a Lei de Biossegurança. A lei amplia a composição da CTNBio de 18 para 27 membros. Oficialmente, as atividades da comissão estão suspensas até que a lei seja regulamentada e os novos membros sejam nomeados.

A decisão ad referendum é contestada pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), vinculada ao Ministério da Saúde. Os dois órgãos recorreram ao Conselho Nacional de Biossegurança, criado pela nova lei, composto por 11 ministros de Estado e presidido pelo chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O Ministério do Meio Ambiente e a Anvisa respeitaram o prazo de 30 dias para apresentar o recurso; o conselho tem prazo para analisá-lo. Entre os motivos apresentados para contestar a liberação do milho transgênico, estão a falta de análises de risco para o ambiente e a falta de medidas para evitar a contaminação de alimentos de consumo humano.

As variedades de milho que tiveram a importação liberada destinam-se à ração animal. Continuam sob análise os pedidos para liberar as variedades de milho resistentes a insetos das multinacionais Syngenta e Monsanto, além do milho tolerante ao herbicida glufosinato de amônio da Bayer.

O pedido original de liberação das variedades de milho partiu da Associação Avícola do Estado de Pernambuco. A entidade alegou a quebra da safra no país e a redução de custos para defender a importação de 400 mil toneladas do produto. Em reunião extraordinária realizada em 22 de março, três dias antes da sanção da Lei de Biossegurança, a CTNBio autorizou a importação de seis variedades resistentes a insetos e tolerantes aos herbicidas glufosinato de amônio e glifosate.

Dias depois, ao publicar o parecer técnico no "DOU", Guimarães acrescentou que "eventuais solicitações da mesma natureza" ficariam isentas de nova avaliação por parte da comissão. Em nota, o presidente da CTNBio afirma ter decidido ad referendum da comissão por entender que "o perigo da demora representaria profundos danos ao setor".

O primeiro carregamento do milho transgênico desembarcou da Argentina na terça-feira em Recife (PE), segundo informação do adido agrícola da embaixada, Fernando Urbani. Em 2000, sete navios com carregamento de milho transgênico da Argentina tiveram o desembarque proibido e depois liberado por decisão da Justiça. Desde então, o Ministério Público vem exigindo estudos de impacto ambiental e rotulagem.

No parecer técnico, a CTNBio alega que não há indicações de que os grãos de milho geneticamente modificados tenham efeitos danosos quando usados em ração animal. O parecer também determina cuidados no desembarque, transporte, estocagem, processamento e descarte dos grãos. São responsáveis pela segurança os importadores, transportadores e processadores do milho.

A Folha tentou localizar anteontem Jorge Almeida Guimarães, mas ele estava em férias.

SAIBA MAIS

Lei aprova semente geneticamente modificada

DA REDAÇÃO

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 24, a Lei de Biossegurança contém dois temas importantes: a permissão para pesquisa em embriões e a regulamentação do plantio, comercialização e pesquisas com sementes transgênicas.

O projeto provoca divergência entre grandes produtores e ambientalistas. Entidades como o Greenpeace, por exemplo, acreditam que, ao dar poder à CNTBio, o projeto elimina na prática a necessidade de estudo ambiental para essas iniciativas.

Já os produtores acreditam que os transgênicos vão contribuir para a redução dos custos na produção agrícola e aumentar a produtividade.

¹⁴ Folha de S.Paulo - 08/03/05

Produtores da região se preparam para o plantio de soja transgênica

O plantio de transgênicos está chegando mais cedo do que se imaginava às novas fronteiras agrícolas. Antônio Trento diz que, enquanto foi produtor no Paraná, nunca desrespeitou a lei, mas agora vai experimentar essas novas variedades no Piauí.

Semente não vai faltar. José Antônio Gørgen, o Zezão, que tem acordos com a Embrapa e a Monsoy, deverá começar a multiplicar as sementes geneticamente modificadas a partir desta safra.

Grande produtor de sementes convencionais, Zezão não parece muito entusiasmado com a transgênica. "É tudo uma questão de produtividade e de custo. Vamos experimentar em pequenas áreas. Se der resultados, ampliamos."

O caminho para os produtores que chegam ao Piauí começa invariavelmente pelo plantio de arroz, produto menos exigente. No segundo ano, vem a soja. O terceiro passo é o milho, seguido do algodão. Este só agora começa a ter os primeiros experimentos de plantio na região.

As vantagens para quem planta no Piauí são grandes. A terra bruta custa de 15 a 30 sacas de soja, dependendo da região. O Banco do Nordeste financia todo o projeto a taxas de 9,43% ao ano. Rogério Rocha da Costa, gerente da instituição, diz que neste ano a disponibilidade de crédito é de R\$ 5 bilhões.

As multinacionais, já presentes e atuando na compra de grãos e no fornecimento de crédito, também são um braço de apoio ao financiamento.

Outras vantagens destacadas pelos agricultores são a boa produtividade da região -próxima de 50 sacas por hectare-, o clima favorável e a saída do produto por Itaqui (São Luís - MA), um porto moderno a 700 quilômetros de distância.

O avanço da soja no Piauí é um fator de desenvolvimento da região, mas os moradores locais têm duas preocupações: com o ambiente e com a mão-de-obra local. No caso do ambiente, Fianco diz que o Ibama é rígido e as regras estabelecidas estão sendo respeitadas.

No caso da mão-de-obra, Trento diz que aos poucos parte dos 30 trabalhadores locais que emprega vai assumindo funções mais especializadas, como o trabalho com máquinas.

Muitas dificuldades

Mas o Piauí não traz só vantagens. Apesar da terra barata, os investimentos iniciais são elevados. O primeiro plantio exige de seis a oito toneladas de calcário por hectare para a "correção da terra", e a tonelada do produto custa R\$ 45, bem acima dos R\$ 15 no Paraná.

A infra-estrutura da região também não é boa. O melhor de Uruçuí é um motel transformado em hotel.

Dois outros sérios problemas são a falta de estradas e de energia. Alguns blecautes chegam a durar 12 horas, segundo os moradores. O escoamento da produção é por uma balsa, onde os caminhões perdem várias horas na fila.

A região é desprovida, ainda, de pesquisas. A Embrapa está começando agora, diz Altair Domingos Fianco, do Sindicato Rural de Uruçuí. Segundo ele, os produtores da região estão fazendo um fundo para auxiliar a Embrapa: um quilo da produção por hectare é destinado a esse fundo. (MZ)

¹⁵ Folha de S.Paulo - 23/05/05

Milho transgênico causa alteração em rato

Estudo da Monsanto é mantido em segredo; companhia alega razões comerciais para não divulgar dados

Ratos alimentados com uma dieta rica em milho geneticamente modificado desenvolveram anormalidades em seus órgãos internos e alterações em seu sangue, segundo um estudo. Os resultados trazem à tona os velhos temores de que a saúde humana possa ser afetada pelo consumo de alimentos transgênicos.

O jornal britânico "The Independent" obteve detalhes de um estudo secreto realizado pela companhia Monsanto, uma gigante no ramo de alimentos geneticamente modificados, que mostra que ratos alimentados com o milho alterado tinham rins menores e variações na composição de seu sangue.

Segundo o relatório confidencial de 1.139 páginas, esses problemas de saúde não apareceram em outro conjunto de roedores, alimentados com produtos não-modificados para servir de grupo de controle para comparação dos resultados.

As revelações surgem em meio a pedidos para que os resultados sejam tornados públicos, enquanto os países europeus se preparam para votar sobre se o milho modificado deve ou não ser colocado no mercado para consumo por seres humanos.

Impasse na Europa

Uma votação conduzida na semana passada pela União Européia não conseguiu chegar a um acordo sobre se o produto deveria ou não ser comercializado no continente. O Reino Unido e outros nove países votaram a favor da liberação.

No entanto, a revelação dos efeitos médicos sobre os ratos da Monsanto intensificou o debate sobre se é possível dizer que o milho é seguro para consumo sem mais pesquisas. Médicos dizem que as mudanças no sangue dos roedores indicam que o sistema imunológico do rato foi danificado ou que uma doença como um tumor havia surgido e o sistema lutava para combatê-la.

Preocupação

Vyvyan Howard, especialista em anatomia humana e biologia celular da Universidade de Liverpool, pediu a publicação completa do estudo, dizendo que o sumário da pesquisa dava "motivos para preocupação".

Michael Antoniu, especialista em genética molecular na Escola Médica do Guy's Hospital, no Reino Unido, descreveu as descobertas como "muito preocupantes do ponto de vista médico", complementando: "Eu fiquei impressionado pelo número de diferenças significativas que eles encontraram [no experimento de ratos]".

Embora a Monsanto descarte as anormalidades observadas nos ratos como insignificantes e aleatórias, uma fonte no governo britânico disse que os ministros estavam tão preocupados pelas descobertas que estavam requisitando mais informações.

Os ambientalistas encaram as descobertas como confirmação de um estudo britânico de sete anos atrás, que sugeria que ratos alimentados com batatas transgênicas sofriam danos à saúde. Aquela pesquisa, severamente criticada pela comunidade científica britânica, foi interrompida, e Arpad Pusztai, o cientista que liderou o estudo, foi forçado a se aposentar. Pusztai também reportou uma "enorme lista de diferenças significativas" entre ratos alimentados com milho convencional e modificado.

Produto antigo

O novo estudo da Monsanto é feito com um milho, com codinome MON 863, que foi modificado para se proteger contra uma larva de besouro, que a companhia descreve como "uma das pragas mais perniciosas a afetar plantações de milho ao redor do mundo".

Agora, no entanto, qualquer decisão de permitir que o milho seja comercializado no Reino Unido irá causar alerta generalizado. Os detalhes completos da pesquisa com os ratos estão no relatório principal, que a Monsanto se recusa a divulgar por considerar que ele "contém informações confidenciais de negócios que poderiam ter uso comercial por nossos competidores".

Um porta-voz da Monsanto disse no final da semana passada: "Se algum desses conhecidos críticos antibio-tecnologia tinha dúvidas sobre a credibilidade desses estudos, elas deveriam ter sido apontadas aos [órgãos] reguladores. Afinal, o MON 863 não é novo, e já foi aprovado como tão seguro quanto o milho convencional por nove outras autoridades globais desde 2003".

¹⁶ Folha de S.Paulo - 28/05/05

Importação de milho é suspensa

Conselho de ministros barra compra automática, decidida pela CTNBio

O Conselho Nacional de Biossegurança suspendeu ontem decisão da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) de liberar a importação automática de variedades de milho transgênico para uso em ração animal.

Composto por 11 ministros e presidido por José Dirceu (Casa Civil), o conselho reviu a decisão do presidente da CTNBio, Jorge Almeida Guimarães, e deixou para a próxima reunião do grupo a análise do mérito da questão, o que pode acontecer em 30 dias.

Para evitar que a decisão da CTNBio passasse a valer, o grupo de ministros tinha de se manifestar em até 60 dias após a medida. Na reunião, o conselho decidiu por suspender a importação.

"O conselho achou que essa é uma questão que não deveria ser decidida hoje, mas nas próximas reuniões.

Mas, por enquanto, está suspensa [a importação automática]", declarou Johaness Eck, subchefe-adjunto de análise e acompanhamento de políticas governamentais da Casa Civil.

Sem votação da CTNBio, Guimarães liberara a importação de seis variedades de milho transgênico para uso em ração animal, no período de transição para as novas regras de análise e liberação do plantio e comerciali-

zação de organismos geneticamente modificados. O ato foi publicado na edição do "Diário Oficial" da União de 4 de abril, nove dias depois de o presidente Lula sancionar a Lei de Biossegurança.

Ao publicar o parecer técnico do "DOU", Guimarães acrescentou que "eventuais solicitações da mesma natureza" ficariam isentas de nova avaliação pela CTNBio, o que foi suspenso ontem.

"A CTNBio não poderá dizer que um caso vale para todos. Por enquanto terá de analisar caso a caso", completou Johannes Eck.

O pedido original de liberação de variedades de milho com destino à ração animal partiu da Associação Avícola do Estado de Pernambuco, que alegou quebra da safra no país e redução de custos para defender a importação de 400 mil toneladas do produto.

Na reunião de ontem, o conselho decidiu manter a autorização da importação de milho transgênico pedido pela associação (Cry1Ac e Cry1Ab). O grupo analisou recurso do Ministério do Ambiente e da Anvisa contra a decisão da comissão.

¹⁷ Folha de S.Paulo - 29/05/05

Greenpeace lança campanha para que consumidor pressione Bunge

Empresa diz que produtos estão dentro da lei

O Greenpeace lançou ontem uma campanha incentivando os consumidores a pressionarem a empresa Bunge, líder na produção de óleos e margarinas, para que sua produção seja livre de transgênicos (organismos geneticamente modificados).

A ONG (organização não-governamental) é contrária ao plantio de soja transgênica, que é utilizada pela Bunge na produção de itens como a margarina Delícia e o óleo Soya.

A Bunge diz, no entanto, que esses produtos, por não conterem proteínas (onde estaria o material geneticamente modificado), estão de acordo com a legislação brasileira, que prevê rotulagem apenas para produtos com mais de 1% de transgênicos. "Garantimos que nossos produtos finais têm abaixo de 1% de transgênicos", diz Adalgiso Telles, diretor-corporativo de comunicação da Bunge.

De acordo com Gabriela Couto, coordenadora da campanha contra os transgênicos do Greenpeace, a Bunge tem duas linhas de produtos, uma delas para clientes que exigem produtos livres de transgênicos.

Telles diz que apenas soja em grão, farelo e óleo bruto, que podem conter proteínas e, portanto, material geneticamente modificado, são vendidos aos clientes que exigem a certificação de que os produtos são livres de transgênicos, a um custo maior.

O Greenpeace diz que sete empresas passaram em maio a integrar a "lista verde" da organização ao garantir produtos sem transgênicos: Bauducco, Dr. Oetker, Ducoco, Fritex, Kopenhagen, Massa Leve e Visconti.

¹⁸ Folha de S.Paulo - 30/05/05

Ciência neutra não existe, afirma Gleiser

Físico brasileiro residente nos EUA diz que o Estado tem dificuldades para controlar avanços tecnológicos de forma imparcial

Os cientistas costumam apregoar que a ciência veste o manto da imparcialidade. Mas os meios pelos quais ela é administrada sob a forma de tecnologia apresentam falhas, e a neutralidade científica é quase uma utopia. Essa é a visão do físico Marcelo Gleiser, apresentada em sabatina promovida pela Folha anteontem em São Paulo. Compuseram a mesa Vinicius Torres Freire, secretário de Redação da Folha, Claudio Angelo, editor de Ciência, e Laura Capriglione e Ricardo Bonalume Neto, repórteres especiais.

O cientista de 46 anos, 23 dos quais vividos nos Estados Unidos, onde é professor do Dartmouth College, em Hanover (Estado de New Hampshire), se formou em física pela PUC-RJ e é doutor pelo King's College da Inglaterra. Também já trabalhou no Laboratório Nacional Fermi, em Chicago. Para ele, o controle sobre os avanços da ciência de ponta -transgenia, clonagem, pesquisa de células-tronco- em princípio cabe ao Estado. "Mas o Estado tem de estar desinteressado, e aí a coisa fica mais complicada."

Lembrando que boa parte da pesquisa científica recebe financiamentos do governo, Gleiser apontou que os cientistas nem sempre têm condição de controlar os frutos de seu trabalho. O maior exemplo é o do desenvolvimento da bomba atômica -feito por um grupo de cientistas financiados pelos Estados Unidos no final da Segunda Guerra Mundial. Segundo Gleiser, "[J. Robert] Oppenheimer [líder da equipe que criou a bomba] sugeriu ao governo que fosse feita uma demonstração no Pacífico, para forçar o Japão a se render". "Mas não fizeram isso, por várias razões", complementou. A maior delas era mostrar o poderio bélico americano para a União Soviética.

Em meio às discussões sobre a confiabilidade da ciência, também surgiu a polêmica da manipulação de resultados de pesquisa por companhias farmacêuticas. Sem ignorar as mazelas do sistema, Gleiser destacou a importância do "peer review" nas publicações científicas -o fato de que, para um artigo ser publicado, ele precisa antes ser aprovado por outros especialistas. "Se isso não funcionar, então nós estamos totalmente perdidos", concluiu.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Gleiser qualificou a importância da inclusão da sociedade nas discussões sobre os rumos da ciência e - sobretudo- das tecnologias dela derivadas. E criticou a falta de destaque que o assunto tem no principal meio de comunicação acessível aos brasileiros, a televisão aberta. "O único programa de TV que há é o "Globo Ciência", que passa no sábado, às sete horas da manhã. Que jovem, depois da madrugada anterior, vai ver? Nenhum. Só se ele varar a noite e pegar o programa de manhã."

Nessa cruzada pela divulgação científica, além de sua coluna no caderno Mais!, Gleiser se dedica a escrever livros. O último, recém-lançado pela Publifolha, é "Micro Macro - Reflexões Sobre o Homem, o Tempo e o Espaço".

O cientista também co-roteiriza um filme sobre um astrofísico brasileiro que vive nos EUA e volta ao país para descobrir suas origens. Jura que o personagem não é autobiográfico.

CRACIONISMO

Logo no início da sabatina, ele também tocou no tema da recente onda do ensino do criacionismo nas escolas -forte nos EUA, mas presente também no Brasil- como alternativa à teoria da evolução de Charles Darwin. Ele diz repudiar a mistura entre conceitos religiosos e científicos no ensino e atribui ao menos parte do problema à falta de reação dos cientistas, que muitas vezes se recusam a entrar em conflito com os criacionistas (que defendem a interpretação literal da narrativa bíblica da criação do mundo). "Eles pensam, no momento em que você coloca um criacionista para debater, você está dando uma credibilidade que ele não merece", afirmou Gleiser.

EDUCAÇÃO

Gleiser criticou a maneira como a ciência é ensinada às crianças no Brasil hoje. "Até os 13 anos, as crianças têm um interesse muito grande nessas questões profundas. Por que o céu é azul? Do que uma nuvem é feita? E por aí vai."

Segundo o físico brasileiro, a primeira coisa que um educador deveria fazer para melhorar a educação de ciência é aproveitar esse interesse. "O professor deveria levar as crianças para fora. Usar a natureza como sala de aula." Essa seria a menor maneira de alimentar a curiosidade científica dos jovens e incentivá-los a perseguir futuras carreiras na área. Infelizmente, não costuma ser muito praticada. "Eu me formei, cheguei ao vestibular, sem fazer uma experiência", disse Gleiser.

"A única que eu fiz, e eu tenho certeza que foi a que todo mundo aqui já fez, foi aquela de colocar o feijãozinho no algodão." Os risos na platéia não o deixaram mentir.

Gleiser não considera a falta de recursos financeiros o principal impedimento a esse tipo de prática de ensino.

"Tem experiências básicas, que você pode fazer amarrando uma pedra num barbante", afirmou o cientista.

"Você não precisa de muitos recursos para fazer isso."

Para atingir as pessoas que já saíram da escola e levar a elas as grandes discussões da ciência moderna, Gleiser atribui o papel maior à divulgação pela mídia.

VIDA EXTRATERRESTRE

Um dos temas que mais evocaram reações e perguntas da platéia foi a possibilidade da existência de vida extraterrestre -área de pesquisa pela qual Gleiser agora anda mais interessado. Ele divide a questão em duas vertentes.

"O Sol é uma estrela trivial. Não há nada especial sobre ele. E há na Via Láctea, a galáxia em que nós vivemos, cerca de 200 bilhões de estrelas. O nosso Universo, no horizonte que podemos observar, tem um raio de 14 bilhões de anos-luz. Só nesse horizonte estima-se que haja centenas de bilhões de galáxias. Então, se você faz as contas, é muito provável que exista vida em outro lugar", afirma o cientista.

"No entanto, eu sei que a pessoa que fez essa pergunta não está pensando nesse tipo de vida. A pergunta é: há vida inteligente fora da Terra?"

A essa questão, segundo Gleiser, ninguém ainda tem elementos suficientes para dar uma resposta precisa. Ele acredita que as evidências científicas hoje sugerem que os passos exigidos para o surgimento de espécies inteligentes e conscientes, como a espécie humana, sejam improváveis demais para que tenham se repetido em algum outro lugar.

O físico carioca encerrou o assunto lembrando uma piada saída dos quadrinhos, mais precisamente dos personagens Calvin e Haroldo. Ironizando a falta de sabedoria dos seres humanos, o personagem dizia que a maior evidência de que havia extraterrestres inteligentes em outras partes do Universo é que eles jamais tinham vindo nos visitar.

TRANSGÊNICOS

Gleiser alertou para os riscos de experimentos pouco controlados ou insuficientes, no que diz respeito à proliferação dos organismos geneticamente modificados.

"Houve um experimento um tanto controverso que mostrou que uma espécie de borboleta -a borboleta-monarca- morria muito mais ao ingerir pólen de milho transgênico do que quando ingeria pólen normal", afirmou.

Mas, com isso, ele não defende a interrupção das pesquisas na área. Muito ao contrário, acha que elas deviam ser incentivadas, justamente para dar o entendimento necessário sobre os riscos que essas criaturas oferecem. "Sempre que você introduz uma coisa diferente no ambiente, há um risco envolvido."

Gleiser reconheceu que, desgraça ambiental por desgraça ambiental, a introdução da agricultura, há milênios, pelos seres humanos já causou um impacto na natureza imensamente maior do que tudo que os transgênicos podem ou poderão causar no futuro previsível. "Mas nós temos de comer, fazer o quê, né?"

Pelo visto, o cientista não está tão confiante nas garantias dadas pelos órgãos governamentais de que os transgênicos são seguros. Quando perguntado, a seco, se ele comia transgênicos, respondeu com cautela: "Ainda não".

DEUS

Sobre uma possível incompatibilidade entre ciência e religião, Gleiser, que já escreveu um livro sobre as visões religiosa e científica do apocalipse ("O Fim da Terra e do Céu"), diz: "Eu tenho vários amigos, colegas cientistas, que são religiosos e não vêem conflito algum entre a profissão e a fé deles. Eles vão à igreja, à mesquita, à sinagoga, no sábado, no domingo, e na segunda-feira estão lá, escrevendo as suas equações".

Com isso, se esquivou de dar uma resposta a respeito de sua crença pessoal. Mas não por muito tempo. Nem bem havia terminado de responder quando veio a inevitável pergunta. "Você acredita em Deus?"

Gleiser admitiu que não, considerando a busca dos segredos da natureza pela ciência uma busca suficientemente transcendente. Mas confessou já ter tido muitas oportunidades de celebrar as diferenças entre o racionalismo científico e crenças de outras esferas do pensamento humano. "Eu já tive uma namorada astróloga", cita, reforçando que não há razão científica para acreditar que a posição dos astros tenha alguma influência sobre o destino e a personalidade dos seres humanos.

"Até seria legal se tivesse, se fôssemos assim tão importantes", disse. "Mas nós entendemos as principais forças que regem o mundo e nada leva a crer que o posicionamento dos planetas possa influenciar as pessoas."

¹⁹ Folha de S.Paulo - 09/08/05

Monsanto tem permissão para importar milho

A Monsanto, desenvolvedora de sementes geneticamente modificadas, deu um passo adiante para obter aprovação para comercializar uma de suas variedades de milho na União Européia.

A Comissão Européia, o braço executivo da UE, concedeu hoje uma permissão condicional para que a planta conhecida como MON863 seja importada pelo bloco, formado por 25 países, disse hoje Barbara Helfferich, porta-voz da comissão em Bruxelas. A planta, desenvolvida pela Monsanto para resistir a um parasita que ataca a raiz do milho, só poderá ser vendida na UE quando os cientistas a declararem segura para o consumo humano.

O plantio e a importação de alimentos transgênicos sofre forte oposição da opinião pública na UE. Em 1998, o bloco interrompeu a concessão de aprovações para produtos geneticamente modificados para reavaliar seus processos. O sistema foi reiniciado em 2004 e, desde então, apenas três variedades tiveram sua importação aprovada.

²⁰ Folha de S.Paulo - 13/08/05

Mexicano falha em detectar contaminação em milho

Quatro anos após denúncia de poluição genética, pesquisa não encontra OGMs em variedades tradicionais
Quatro anos depois da suposta descoberta de contaminação de milho nativo do México por pólen de milho transgênico, um novo estudo falhou em encontrar traços de organismos geneticamente modificados na região que é o berço do cereal. O trabalho, no entanto, enfatiza que suas conclusões só refletem condições recentes - e não o futuro.

O estudo foi publicado neste mês pela revista da Academia Nacional de Ciências dos EUA, a "PNAS". Ele foi realizado nas montanhas do Estado de Oaxaca, a mesma região onde, em 2000, pesquisadores independentes encontraram evidências de contaminação por transgênicos.

Os autores do estudo, liderado por pesquisadores do Ministério do Ambiente do México, disseram não ter achado "evidência de que milho geneticamente modificado tenha invadido plantios locais" em Oaxaca em 2003 e 2004. Foram analisadas 850 plantas em 125 campos de cultivo.

Segundo eles, preocupações sobre efeitos desconhecidos ou indesejáveis do milho alterado "podem ser descontadas no momento, ao menos na área amostrada".

Mas os cientistas acrescentaram que as conclusões não deveriam ser aplicadas a outras regiões do México, nem que a situação atual deve se manter necessariamente estática. "Transgenes no milho mexicano poderiam estar presentes em outras localidades ou em outros anos", disseram.

O novo trabalho é mais um desdobramento da polêmica iniciada pelo estudo de David Quist e Ignacio Chapela, da Universidade da Califórnia em Berkeley, que publicaram na revista "Nature" em 2001 indícios de contaminação gênica em variedades tradicionais de milho plantadas pelos camponeses de Oaxaca. Em 2002, a "Nature" pediu retratação do trabalho por falta de evidências.

"É bom que eles não tenham encontrado contaminação nos lugares de onde tiraram amostras", disse Gustavo Ampugnani, do Greenpeace México. Mas, segundo ele, enquanto o país continuar importando milho transgênico, "as portas para a contaminação continuarão abertas".

²¹ Folha de S.Paulo - 03/09/05

Produtor quer liberar algodão transgênico

Redução de custos é vista pelos cotonicultores brasileiros como principal vantagem da variação genética da fibra

Se é possível dizer que há uma unanimidade no setor de algodão no país, ela pode ser assim definida: aprovação de transgênicos para a cultura. Produtores presentes ao 5º Congresso Brasileiro de Algodão, que foi realizado nesta semana em Salvador (BA), dizem que a falta de aprovação da tecnologia para a fibra ameaça a cotonicultura do país.

O produtor Edio Brunetta afirma que, se os transgênicos não forem aprovados no Brasil até a safra 2006/7, haverá forte perda no plantio nacional de algodão.

Ele mesmo pretende diminuir em 50% a área plantada com algodão na safra 2005/6, migrando para outras culturas.

Para o consultor Newton Roda, como a soja é a menina-dos-olhos da produção agrícola brasileira, a aprovação da transgenia nessa cultura é mais fácil. Roda avalia que, por não ser um produto ingerido pelo homem, o debate sobre o algodão transgênico deveria ocorrer de forma mais fácil.

A vantagem do uso dos transgênicos, segundo seus defensores, é a redução de custos possibilitada pela menor aplicação de defensivos agrícolas em plantas mais resistentes a pragas. Na outra ponta, os grupos contrários à aprovação dizem que não há estudos que comprovem a segurança das plantas modificadas.

Segundo João Carlos Jacobsen Rodrigues, presidente do Fundeagro (Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão), a cotonicultura brasileira apresenta alta competitividade no mercado externo, mas está sendo prejudicada por uma política fraca e pela questão ambiental no caso da liberação dos transgênicos.

"A aprovação do transgênico não é a solução definitiva para melhorar a competitividade da produção brasileira, mas é uma importantíssima ferramenta para a consolidação do mercado brasileiro de algodão", afirmou.

Walter Horita, presidente da Associação Baiana de Produtores de Algodão, vai mais longe. "Não é possível competir com países que já usam transgênicos", diz. Mas faz uma ressalva: "Não adianta deter a tecnologia se os produtores não souberem manuseá-la corretamente".

²² Folha de S.Paulo - 20/10/05

Você tem fome de quê?

Num embate filosófico, defensores de alimentos orgânicos e transgênicos assumem posições antagônicas, sem saber que os dois tipos de cultivo têm pontos em comum

Responda rápido: você é orgânico ou transgênico? Facilmente haverá identificação com uma ou outra palavra. E mais: se o leitor se autotrans classificou "orgânico", é muito provável que nutra uma antipatia quase natural pelo termo "transgênico". Ou vice-versa. Na raiz da polêmica que aparta os defensores de cada tipo de alimento, a semente é filosófica.

Do lado dos orgânicos, enfileiram-se aqueles que seguem as premissas de uma vida de retorno à natureza. São pessoas preocupadas com o colapso do planeta, simpáticas à alimentação vegetariana -ou pelo menos combatentes do consumo exacerbado da carne vermelha-, desconfiadas dos artifícios da indústria, avessas a remédios alopatícos, economizadoras de água e praticantes da reciclagem.

Sob a bandeira dos transgênicos, panfletam os adoradores da tecnologia. São aqueles que louvam a modernidade e acham que as criações humanas "têm mais é de ser aproveitadas". Duvidam que estejam sujeitos a sofrer mutações por ingerir alimentos geneticamente modificados, não sofrem crises de consciência ao tomar analgésicos para aplacar uma dor de cabeça insuportável e consideram a ovelha Dolly um advento interessante.

A funcionária pública Daniela Ishikawa, 27, faz parte do primeiro grupo. Vegetariana, ela costuma dar preferência ao consumo de alimentos orgânicos certificados, mas reclama dos preços altos dos produtos. "Se pudesse, só teria orgânicos na minha geladeira", diz. "Depende um pouco da grana, afinal, eles são bem mais caros. Mas valem a pena."

Para Daniela, o sabor é um diferencial. "Eles são menores que os convencionais, mas são bem mais gostosos. Como não como carne, meu paladar é mais aguçado para os vegetais e percebo isso com clareza", observa. A preocupação com o ambiente também tem um impacto na hora de ela escolher o que pôr no carrinho do supermercado. "Também enxergo uma vantagem ecológica embutida no orgânico. Não entendo direito os detalhes técnicos do uso de agrotóxicos, mas acredito que não façam mal apenas para nós humanos, devem ter um impacto grande no ambiente também", completa. Transgênicos? "Sou contra", resume. "Mas, como sou vegetariana, tenho de comer soja e sei que grande parte da soja do país é transgênica. Preferiria, porém, não ingerir nada geneticamente modificado."

George Guimarães, 31, nutricionista especializado em dietas vegetarianas, junta-se a Daniela. Vegetariano desde a infância e há 11 anos abstémio também de derivados de leites e de ovos, ele acredita que o alimento orgânico têm propriedades nutricionais superiores às dos alimentos convencionais.

"Como não usa o defensivo agrícola, a planta orgânica tem de ser muito bem nutrida para resistir às pragas. Por isso, ela é mais forte. O alimento convencional, por sua vez, é como um organismo doente que é mantido por drogas", compara. Sobre a transgenia, as ressalvas são em relação ao impacto em macroescala.

"Pôr o gene do peixe no arroz parece ótimo, mas não é só isso. O que acontecerá aos pássaros que se alimentam dessa lavoura transgênica? Para mim, a pergunta básica é: será que isso é necessário? Talvez comer arroz, espinafre e cenoura bastasse em vez de ingerir arroz geneticamente modificado", diz.

Para Guimarães, a transgenia pode ainda incentivar o comodismo na manutenção de dietas alimentares inadequadas. "Com esses alimentos, fica mais fácil manter hábitos errados e perpetuá-los. Na verdade, cada um deveria reavaliar suas opções alimentares e tentar se aproximar de um dieta adequada. A agricultura orgânica tem potencial para ser realizada em grande escala e isso seria muito mais interessante para a humanidade", opina.

Na única vez em que a artista plástica Fernanda Abdalla, 33, comprou verduras orgânicas, ela diz ter ficado "muito decepcionada". "Estragaram-se bem mais rápido. Comi fora alguns dias da semana e, quando vi, tinha perdido tudo. Para mim, se o alimento não dura, não facilita minha vida. Cheguei à conclusão que eu adoro um agrotóxico", diverte-se.

Fernanda se autodefine como "totalmente transgênica". "Ninguém é Deus, mas a tecnologia está aí para ser usada. Um alimento transgênico só é aprovado depois de muitos estudos e comprovações. Acho que uma coisa assim não vai vir parar na minha mesa se faz mal. Não acredito que liberem um alimento perigoso para a saúde", diz.

Para ela, a modificação genética dos alimentos deve ser encarada como um avanço. "Não vejo o menor problema em comer um prato de soja transgênica. Eu gosto de novidade, uso tudo ultramoderno, aproveito as invenções tecnológicas todas", comenta ela, que louva principalmente as criações em prol da estética. "Já usei ácidos na pele e tomei remédios para o cabelo ganhar brilho. Se precisasse, faria "ontem" aplicações de Botox ou cirurgia plástica", diz.

Nem todas as populações têm a mesma resistência ao consumo de transgênicos; na China, esses alimentos são bem-recebidos por serem considerados "modernos"

"Minha preocupação em ter uma alimentação que seja à base de comidas naturais é zero", enfatiza. E explica que vê nos transgênicos ainda uma vantagem social.

"Se, finalmente, os cientista inventaram um jeito de produzir mais comida, com características mais nutritivas e que pode chegar à população com um preço mais baixo, acho admirável. Na minha opinião, o mais importante é achar um meio de alimentar as pessoas. A fome dói e é degradante", diz ela.

VENENO

Agrotóxico. Pesticida. Defensivo agrícola. Muitos são os nomes usados para definir a mesma coisa: substâncias usadas nas plantações a fim de protegê-las do ataque de pragas.

Segundo a definição adotada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), é classificado como agrotóxico pela lei 7.802 de 1989 qualquer "produto químico ou biológico, utilizado nas áreas de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais".

Ainda de acordo com a lei, a finalidade do agrotóxico é "alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos nocivos." Essa "proteção", entretanto, é normalmente feita com substâncias tóxicas e não há, no país, controle rigoroso desse procedimento, dizem os especialistas.

É aí que, curiosamente, surge o ponto que aproxima orgânicos e transgênicos: os dois tipos de alimento têm como meta a redução do uso de agrotóxicos na produção agrícola. A crítica ao emprego indiscriminado de defensivos agrícolas não é novidade. Em 1962, no livro "A Primavera Silenciosa", a escritora e cientista norte-americana Rachel Carson mostrou como o DDT (diclorodifeniltricloroetano) penetrava na cadeia alimentar e acumulava-se nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive do homem, alastrando o risco de câncer e de danos genéticos. Naquela época, a presença do DDT já havia sido detectada até mesmo no leite materno. Para evitar o indesejável uso dos pesticidas, há dois caminhos: o primeiro é simplesmente não aplicá-los nas plantas e criar outros mecanismos de controle às pragas, como o cuidado meticuloso com a plantação e o reforço na adubação por esterco, gerando um modelo de produção mais dispendioso. Esse é o método adotado na produção de alimentos orgânicos.

"Na agricultura orgânica, a idéia é que o produtor tenha controle sobre o que está produzindo. Alguns agrotóxicos como micronutrientes à base de cobre, enxofre e microorganismos para controle biológico podem ser usados, porém em doses muito baixas, algo em torno de 0,5 ppm (partes por milhão)", esclarece Álvaro Garcia, engenheiro agrônomo e gerente de certificação do IBD (Instituto Biodinâmico), que confere o selo "orgânico" a produtos brasileiros.

O instituto calcula ter hoje 650 projetos certificados ou em processo de certificação, envolvendo cerca de 4.000 produtores.

A outra maneira de evitar os pesticidas é fazer com que as plantas já nasçam resistentes às pragas e, dessa forma, dispensem a proteção química. E foi essa a perspectiva que a biotecnologia descortinou para a agricultura e que originou os alimentos transgênicos.

SEM MEDO

Na despensa do engenheiro agrônomo Fábio Bueno, 36, sempre há proteína de soja. E ele diz não estar nem um pouco amedrontado com o fato de ser soja transgênica. "Apóio a transgenia porque acredito que esse é o próximo passo da agricultura. Com os alimentos transgênicos, quebramos a previsão malthusiana de que, com o crescimento populacional, em breve faltaria comida no planeta", observa.

Para Bueno, a antipatia em relação à palavra "transgênico" é fruto da influência de uma onda de temor gratuito que acometeu a população e resultado de análises superficiais sobre o tema. "Prefiro comer transgênicos a ingerir resíduos de agrotóxico", explica.

Tanto os alimentos orgânicos quanto os transgênicos trazem, em seus conceitos, a meta de promover uma redução nos níveis de uso de agrotóxicos

O engenheiro agrônomo afirma acreditar que, além da soja -único alimento transgênico com produção oficialmente liberada do país- o consumidor brasileiro já compra nos supermercados outros itens que são resultado de transgenia.

"O tomate longa vida é transgênico, e outras hortaliças que estão nas prateleiras também são", comenta. "Nos Estados Unidos, come-se soja e milho transgênico há dez anos. E, até agora, não há relatos de aumento de incidência de câncer ou de ocorrência de más-formações fetais por isso", ressalta.

SEGURANÇA

Franco Lajolo, professor do departamento de alimentos e nutrição da Universidade de São Paulo, aponta que ainda não há, na literatura científica, nenhum argumento convincente de que os transgênicos sejam desencadeadores de problemas de saúde.

"Na realidade, há um lado muito bom desses alimentos que é o fato de estarem sendo submetidos a protocolos de segurança muito mais rígidos do que os que avaliam os alimentos tradicionais", comenta.

"A população ainda é muito desinformada sobre ciência", opina. "Então surge logo a visão do cientista louco, descabelado, criando comidas "Frankstein", brinca.

A resistência ao consumo de transgênicos, entretanto, não é realidade em todos os países. "Na China, por exemplo, a população prefere o transgênico porque o recebe como sinônimo de modernidade. Trata-se de um modelo de agricultura que tem mais rendimento e usa menos pesticidas. Além de ser um passo necessário à modernização, para o Brasil, é ainda um elemento decisivo para a competitividade internacional", diz Lajolo. "A transgenia existe na natureza. Um tomate orgânico nada mais é do que o resultado da manipulação genética que ocorre ao longo da seleção natural", esclarece Gonçalo Pereira, chefe do departamento de genética e evolução da Unicamp (Universidade de Campinas).

IMPACTO AMBIENTAL

O estudo "Lavouras GM: Impactos Econômicos e Ambientais - Os Primeiros Nove Anos", feito pela PG Economics (consultoria independente especializada em impacto econômico e ambiental de tecnologias de agricultura) e divulgado neste mês, em Londres, apontou que o plantio de transgênicos reduziu em 14% a área afetada por agroquímicos em 18 países que comercializam esse tipo de alimento. O relatório está disponível em inglês no site www.pgeconomics.co.uk.

"Ainda é possível ir mais longe. Se tivermos espécies que dispensem o uso de adubo nitrogenado, por exemplo, reduz-se o consumo de petróleo no planeta", diz Gonçalo Pereira.

Ainda segundo o estudo da PG Economics, desde 1996, as lavouras de transgênicos reduziram em 6% o volume de pulverização de agroquímicos no mundo -o equivalente a 172,5 milhões de quilos de pesticida.

"ORGANOTRANGENIA"

Não contramão do posicionamento antagonista, cientistas como o suíço Klaus Ammann, presidente de biodiversidade da Federação Européia de Biotecnologia e diretor do jardim botânico da Universidade de Berna sugerem a adoção de sementes geneticamente modificadas nas lavouras orgânicas, gerando o que seria uma geração de "organotransgênicos".

"Os produtores de orgânicos estão perdendo a oportunidade de ter melhores rendimentos ao deixarem de incorporar determinados genes em suas sementes", diz Ammann. Ele levou a idéia para as fechadas sociedades religiosas dos Amish, no interior dos Estados Unidos, que mantêm os hábitos agrícolas do século 17, sem nenhuma tecnologia moderna. Algumas dessas fazendas já estão testando o uso de batatas geneticamente melhoradas.

"O conceito de orgânico está deturpado no Brasil. Orgânico é um alimento produzido sem química. Em nenhum momento se afirma que orgânico não pode ser transgênico", diz Alda Lerayer, doutora em genética de microrganismos e melhoramento de plantas pela Universidade de São Paulo e secretária-executiva do CIB (Conselho de Informações sobre Biotecnologia). Ela lembra que a transgenia não está entrando na vida das pessoas agora.

"Temos 25 anos de transgenia na indústria farmacêutica, com microrganismos transgênicos que permitiram chegar à insulina e aos antibióticos; 20 anos de transgenia na indústria de higiene, potencializando a ação do desengordurante ou do sabão em pó", elenca.

"Quinze anos de transgenia na indústria alimentícia, com microrganismos transgênicos que produzem enzimas, vitaminas, proteínas e carboidratos. Dos produtos que estão nas prateleiras dos supermercados, cerca de 75% contêm algum componente transgênico."

Sócia-proprietária do Empório Siriuba, casa de alimentação orgânica inaugurada recentemente no Jardim Paulista, em São Paulo, Cenia Salles rebate: "Não dá para misturar, orgânico e transgênico são opostos. O orgânico é a volta à segurança da simplicidade, é a comidinha da sua bisavó."

Enquanto a discussão divide gregos e troianos, a próxima geração de transgênicos promete turbinar a capacidade nutricional da comida. Em cinco anos, o arroz vai ganhar ômega-3 do peixe; frutas e verduras serão acrescidas de vitaminas de outras espécies; os industrializados feitos a partir desses alimentos terão menos gordura trans. Você engole?

²³ Folha de S.Paulo - 27/10/05

Governo define área para algodão transgênico

Toda a região Norte e partes de MA, BA, RN e PB e MT e MS estão proibidas de cultivar fibra modificada. Instrução normativa do Ministério da Agricultura proíbe plantio de algodão transgênico em alguns Estados do país.

A proibição se estende por toda a região Norte e parte do Maranhão, por partes do Estado da Bahia, por partes de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e por partes de Paraíba e Rio Grande do Norte.

A instrução define todos os municípios brasileiros autorizados a plantar algodão transgênico e a zona de exclusão para os organismos geneticamente modificados. O zoneamento foi realizado pela Embrapa.

"Nessas áreas fica proibida a circulação de sementes, grãos, algodão em caroço e outras partes que propaguem algodoeiros transgênicos. Isso porque, se uma semente cair de um caminhão durante o transporte, poderia, por exemplo, originar uma planta de algodão na beira da estrada", explica o pesquisador Paulo Barroso, da Embrapa Algodão, de Campina Grande (PB).

Para elaborar a proposta das zonas de exclusão do algodoeiro transgênico no Brasil, a Embrapa considerou a distribuição das espécies *Gossypium*, a importância biológica das populações e o zoneamento agrícola publicado pelo Ministério da Agricultura para o ano 2004/05 e por instituições de pesquisas dos Estados de São Paulo e Paraná.

Segundo os técnicos da Embrapa, o objetivo da criação das zonas de exclusão é evitar o fluxo gênico a partir de cultivares transgênicas para espécies nativas e naturalizadas do Brasil.

O isolamento geográfico entre cultivares é a forma mais eficiente de evitar cruzamentos, afirmam. A cada safra o zoneamento será atualizado, podendo ser incluídas ou retiradas áreas da zona de exclusão de OGMs. O estudo da Embrapa considerou três espécies de algodoeiro: *Gossypium mustelinum*, a única selvagem e nativa do país; *Gossypium barbadense*, que ocorre basicamente em fundos de quintal; e populações do algodoeiro mocó, que se tornaram selvagens após suas lavouras terem sido abandonadas, mostra a Embrapa.

Pesquisas

As pesquisas sobre fluxo gênico feitas pela Embrapa integram um projeto em rede denominado biossegurança de organismos geneticamente modificados e contam com o financiamento de instituições como a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), Ministério do Meio Ambiente e Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, além de entidades estaduais ligadas ao setor.

²⁴ Folha de S.Paulo - 01/11/05

BIOTECNOLOGIA

Planta recebeu genes de pólen para "acostumar" animais ao contato com substâncias causadoras da reação. Arroz transgênico imuniza roedores contra alergia

Pelo menos um grupo de mamíferos, os camundongos de laboratório japoneses, já pode cantarolar à vontade sem temer um ataque de alergia a pólen. Basta comer o arroz transgênico especial que um grupo de cientistas acaba de preparar -ele contém uma vacina que impede as crises.

Para variar, os roedores mais uma vez são os maiores privilegiados na busca de remédio para uma doença, mas, claro, o objetivo final dos cientistas é mesmo desenvolver uma vacina antialérgica para os humanos. Mas ninguém deve prender a respiração.

"Testes clínicos serão exigidos para estender nossas descobertas para o desenvolvimento de vacinas baseadas em arroz como uma imunoterapia para o controle da alergia [em humanos]", dizem Hidenori Takagi, do Insti-

tuto Nacional de Ciências Agrobiológicas do Japão, e colegas, num artigo publicado na última edição do periódico da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, "PNAS" (www.pnas.org).

O que os cientistas fizeram foi introduzir no arroz genes que trazem a receita para a fabricação de dois pequenos pedaços de proteínas contidas no pólen de uma espécie de planta conhecida como o cedro japonês (espécie *Cryptomeria japonica*). Sabe-se que esses dois arremedos protéicos, quando inalados na forma de pólen, se encaixam nas células-T -os leões-de-chácara do sistema de defesa do organismo- e disparam a reação alérgica.

Em compensação, camundongos alimentados com o arroz contendo essas substâncias não só não passaram pela típica alergia mas também acabaram por "interpretar" os tais compostos como inofensivos -o organismo passou a ignorá-los.

Depois das refeições de arroz transgênico, o resultado foi batata: os animais expostos ao pólen de verdade não sofriram da reação alérgica, pois o organismo havia aprendido a ignorar os sinais que disparam o sistema imunológico.

Os cientistas agora pretendem desenvolver e testar um arroz transgênico com as mesmas propriedades em humanos. Eles destacam as vantagens de usar uma planta como forma de administrar a vacina. "Sementes de arroz podem servir como um novo e eficiente veículo para a entrega de moléculas farmacêuticas", dizem.

²⁵ Folha de S.Paulo – 24/11/05

Ex-advogado de múlti trabalhou no decreto

Funcionário da Casa Civil prestou serviços por cinco anos para a Monsanto, companhia interessada nos transgênicos

Beto Ferreira Martins Vasconcelos -funcionário da Casa Civil encarregado de preparar o decreto que regulamentou a Lei de Biossegurança, publicado ontem no "Diário Oficial" da União- trabalhou por cinco anos como advogado da Monsanto, uma das principais interessadas na abertura do país aos transgênicos.

A Folha teve acesso à procuração por meio da qual o atual subchefe-adjunto para assuntos jurídicos da Casa Civil representou a Monsanto e uma de suas subsidiárias, a Monsoy. Segundo a Casa Civil e a assessoria da empresa, a procuração valeu de 1998 a 2002 e se estendeu a outros advogados de grande escritório paulista.

Vasconcelos integrou o grupo de trabalho formado por representantes de outras nove pastas e coordenado pela Casa Civil. Apesar de oito meses de debate, a minuta de decreto produzida pelo grupo chegou sem consenso às mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que arbitrou favoravelmente aos ambientalistas.

Apesar de o debate sobre conflito de interesses estar presente na elaboração do decreto, a Casa Civil e a Monsanto avaliam que a presença do ex-advogado da multinacional na coordenação do grupo de trabalho encarregado de regulamentar a Lei de Biossegurança não compromete o trabalho (leia texto abaixo).

O decreto obriga os membros da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) a assinar uma "declaração de conduta", documento que explicitará eventuais conflitos de interesse.

Ainda de acordo com o decreto, os integrantes da comissão -a quem cabe liberar pesquisas e a comercialização de transgênicos- ficam proibidos de julgar questões com as quais "tenham algum envolvimento de ordem profissional ou pessoal, sob pena de perda de mandato". É um instrumento usado em outros países na busca de decisões imparciais.

O Meio Ambiente defendia proposta mais radical: ficariam barrados de participar de determinado julgamento os membros da CTNBio que "tenham ou tenham tido" envolvimento com as questões em análise.

A Monsanto é uma das principais personagens do debate sobre a liberação dos transgênicos do país. Esse debate ganhou fôlego no governo Lula, com a autorização presidencial para a venda da primeira safra de soja transgênica no país, obtida a partir de sementes contrabandeadas da Argentina, menos de quatro meses depois do início do mandato.

Em abril de 2004, a multinacional começou a cobrar royalties dos produtores que usavam as sementes contrabandeadas. A Monsanto é dona do direito de propriedade intelectual sobre o gene de soja transgênica. Os produtores que usam sementes de origem contrabandeadas têm de pagar uma indenização de 2% do valor do grão no momento da venda; já os produtores licenciados de semente pagam R\$ 0,88 por quilo de soja transgênica. O preço vale para a safra deste ano e a de 2006. (MARTA SALOMON)

OUTRO LADO

Monsanto e governo negam que haja conflito de interesse
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Sem revelar quanto já lucrou ou pretende lucrar com a liberação dos transgênicos no país, a Monsanto avalia que não há conflito de interesses na presença de um ex-advogado da multinacional no grupo de trabalho que elaborou o decreto de regulamentação da Lei de Biossegurança.

Segundo Cristina Rappa, gerente de Comunicação da empresa, Beto Vasconcelos "não tem vínculo com a empresa e é só parte do grupo responsável por elaborar o decreto".

A Monsanto é dona da patente da soja RR, resistente ao herbicida Roundup, produzido pela empresa, e faturou, no ano passado, US\$ 890 milhões no país. A empresa não revela dados sobre faturamento com os direitos de propriedade intelectual, os royalties.

A Casa Civil, que coordena o debate do decreto de biossegurança, reagiu de forma semelhante à multinacional. Por meio de nota, a assessoria da ministra Dilma Rousseff disse que o advogado "possui competência e formação acadêmica inquestionável para desenvolver qualquer trabalho jurídico imparcial acerca do assunto". Procurado pela Folha na semana passada, Vasconcelos não quis se manifestar. (MS)

²⁶ Folha de S.Paulo – 24/11/05

Lei de transgênico atende a ambientalista

Sai decreto que regula biossegurança, e Lula arquiva pedido de uso de organismos modificados que não passem na CTNBio

Depois de oito meses de debate no governo, o presidente Lula atendeu a apelos de ambientalistas ao baixar decreto que regulamenta a Lei de Biossegurança.

Publicado na edição de ontem do "Diário Oficial" da União, o decreto determina o arquivamento de pedidos de uso comercial de organismos geneticamente modificados que não obtenham os votos favoráveis de ao menos dois integrantes da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança).

As autorizações para pesquisas e comercialização de transgênicos no país estão suspensas desde maio, à espera da regulamentação da lei sancionada em março.

No conjunto, as regras são mais favoráveis aos defensores dos transgênicos, sobretudo pelos poderes dados à CTNBio para liberar atividades de pesquisa e uso comercial de organismos geneticamente modificados.

A comissão terá 27 membros, 12 deles especialistas com "notório saber científico e técnico". Só casos mais polêmicos serão encaminhados à decisão de um conselho de ministros.

Embora a proposta de decreto tenha sido discutida por oito meses, chegou sem acordo a Lula num de seus principais dispositivos. A minuta do decreto apresentada ao presidente dava uma segunda chance de análise a pedidos de autorização de uso comercial que não obtivessem apoio de dois terços dos membros da CTNBio. Em vez de rejeitado, o pedido seria submetido a novo parecer. Os ambientalistas reagiram, e Lula lhes deu razão. Sem dois terços dos votos favoráveis, os pedidos serão arquivados.

O quórum para as decisões da CTNBio ficou em aberto na lei por conta de veto de Lula. "Não há razoabilidade para que questões polêmicas e complexas que afetam a saúde pública e o ambiente possam ser decididas por apenas oito brasileiros", dizia a justificativa do veto, considerando a hipótese de uma decisão tomada pela maioria entre 14 membros -o número mínimo de presentes para o início das sessões.

Na edição do decreto, Lula não acatou outros pedidos dos ambientalistas, como o critério de escolha dos 12 membros especialistas da comissão. Esses especialistas serão escolhidos a partir de lista tríplice elaborada pela ABC (Academia Brasileira de Ciências), a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e outras sociedades científicas.

O detalhamento da lei dividiu o governo entre os defensores da biotecnologia (presentes na Casa Civil e nos ministérios da Agricultura e de Ciência e Tecnologia) e os ambientalistas (comandados pelo Ministério do Meio Ambiente e com apoio na Saúde).

A polêmica se arrasta há anos, e a falta de regras claras permitiu o plantio clandestino de soja transgênica contrabandeada da Argentina a partir do final dos anos 90. A soja geneticamente modificada para resistir a um herbicida produzido pela Monsanto foi liberada no país no início do governo Lula, sem estudos prévios dos impactos sobre o ambiente e a saúde.

Pelo decreto publicado ontem, quem contrariar as novas regras de Biossegurança poderá ter de pagar multa de até R\$ 1,5 milhão, dobrada em caso de reincidência.

A lei e o decreto prevêem que só casos mais polêmicos serão encaminhados ao Conselho Nacional de Biossegurança, integrado por 11 ministros. Segundo o decreto objeto de acordo, o conselho terá 60 dias para decidir, e esse prazo poderá ser interrompido para a confecção de pareceres.

²⁷ Folha de S.Paulo – 06/12/05

BIOTECNOLOGIA

Ministérios da Agricultura e Público Federal iniciam operação para ver se plantações usam sementes proibidas

Governo investiga milho transgênico no RS

Depois da polêmica envolvendo a soja transgênica, o Ministério da Agricultura e o Ministério Público Federal abriram, na semana passada, uma operação sigilosa para investigar a presença de milho transgênico nos campos gaúchos.

O plantio de milho transgênico é proibido, e a pena para quem praticá-lo é de um a dois anos de prisão mais multa. Não há variedade de milho transgênico aprovado no Brasil. Atualmente, cinco esperam liberação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Duas das modalidades sob análise são resistentes a herbicidas, e três são resistentes a insetos.

É provável que o milho transgênico existente no Rio Grande do Sul seja resultante de contrabando da Argentina. A entrada, portanto, ocorre de forma semelhante à da soja transgênica no final da década passada. Mas o poder de contaminação do milho em outras lavouras da mesma cultura (mas não transgênicas) é maior.

No milho, o pólen (masculino) de uma planta pode fecundar o óvulo (feminino) que se encontra na espiga de outra planta. O pólen não se dissemina por uma distância superior a 300 metros, o que é uma atenuante.

As primeiras denúncias sobre a presença de milho transgênico no Estado, confirmadas a partir de exame clínico de sementes, partiram do deputado estadual Frei Sérgio Górgen (PT), ligado ao MST (Momento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Como houve a comprovação, o Ministério Público e o Ministério da Agricultura se interessaram pelo assunto. O governo federal colocou, em um primeiro momento, três fiscais para a apuração.

"Pode ser uma medida drástica e antipática, mas, se acharmos lavouras de milho transgênico, vamos destruí-las", adiantou o delegado regional do Ministério da Agricultura, Francisco Signor, que na última sexta-feira pediu o apoio da Polícia Federal.

Entidades que defenderam a entrada da soja transgênica no Rio Grande do Sul, como a Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul) e a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), não defendem o milho transgênico.

"Temos uma legislação e pretendemos cumpri-la", diz o presidente da Farsul, Carlos Sperotto.

²⁸ Folha de S.Paulo – 13/12/05

Governo decepciona ONGs e não ouve demandas sociais, diz estudo

Projeto analisa participação da sociedade

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é incapaz de escutar as demandas populares que ecoam pelo país. Esta é uma das conclusões do projeto Mapas (Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade), elaborado por 13 organizações não-governamentais e coordenado pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

O projeto analisou canais de participação da sociedade na elaboração de políticas públicas e 11 conflitos sociais no país -do desmatamento da Amazônia à segurança no Rio de Janeiro.

O constatado "desinteresse" do governo petista em dar voz aos movimentos de base vem acompanhado de um sentimento de frustração por parte dos organizadores do estudo e participantes do seminário "Caminhos e Descaminhos da Democracia", que ocorreu ontem no Rio de Janeiro para divulgar o Mapas.

Fundador do PT, Plínio de Arruda Sampaio afirmou que o projeto documenta os motivos que o levaram a deixar o partido em setembro deste ano. "Não há nem a intenção de promover uma transformação social. O governo deixou de dialogar com o setor popular. Ele seduz, oferece migalhas, mas não dialoga. Com a classe dominante está dialogando bem, de modo fraterno", afirmou.

Questionado sobre uma possível escolha entre PT e PSDB na próxima eleição, Sampaio demonstrou decepção. "Prefiro ir para as ruas fazer a revolução ou ir embora para o Paraguai."

O diretor do Ibase, Cândido Grzybowski, disse que o espaço que o governo dá é fruto da retórica petista, mas "não vai além, não resulta em conseqüências práticas". "Acho que o PT vai virar o PMDB. Uma máquina de ganhar eleições aqui e ali, mas sem um projeto para mudar o país."

Grzybowski destacou que a forte expectativa com o governo Lula não se concretizou. "Este governo não é o início de uma nova etapa, mas o fim de uma." Segundo ele, os conflitos sociais devem aumentar pela falta de resposta às demandas da sociedade.

Uma das áreas onde o governo mais teria "decepcionado" foi a do meio ambiente. O fato de ter apoiado os transgênicos ilustraria a falta de comprometimento com os apelos da sociedade civil, que se manifestou contra esses produtos durante a Conferência Nacional do Meio Ambiente.

O processo do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) foi também considerado pífio: "O processo de consultas do PPA resultou decepcionante, pois, além de problemas de desorganização, logística, continuidade e legitimação, entre outros, o PPA foi, no Congresso Nacional, submetido pelo governo federal à lógica do superávit primário, e acabou não contribuindo para a construção de um projeto de desenvolvimento nacional", diz o documento.

A deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), que ficou por 17 anos no PT, criticou as alianças que seu ex-partido fez quando chegou ao poder.

²⁹ Folha de S.Paulo – 12/01/06

Brasil vira terceiro maior produtor de transgênicos

A área plantada de variedades transgênicas aumentou 11% em 2005 e o Brasil passou do quarto para o terceiro lugar entre os países que mais cultivam transgênicos, de acordo com dados do ISAAA (Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agri-biotech, na sigla em inglês).

O mundo passou a ter 90 milhões de hectares de variedades transgênicas plantadas no ano passado, ante 81 milhões de hectares em 2004.

Entre os países em que os transgênicos são cultivados, a maior expansão na área plantada desses produtos no ano passado aconteceu no Brasil. A área passou de 5 milhões de hectares em 2004 para 9,4 milhões de hectares em 2005.

De acordo com o ISAAA, a área de soja transgênica plantada no país teve aumento de 88%. Além disso, o Brasil passou a cultivar o algodão geneticamente modificado no ano passado, o que também contribuiu para o aumento da área cultivada.

A soja resistente a herbicidas, o mesmo tipo que é cultivado no Brasil, é a planta transgênica mais cultivada no mundo, respondendo por 60% da área plantada.

Em 2005 houve aumento do número de países que cultivam variedades geneticamente modificadas, de 17 para 21 países. Os países que passaram a adotar os transgênicos foram Portugal, França, República Tcheca e Irã.

No entanto, a expansão da área plantada em 2005, de 11%, foi a menor desde 2000, quando também houve crescimento de 11%. Em 2004, o aumento na área plantada foi de 20% em relação ao ano anterior.

As lavouras geneticamente modificadas foram cultivadas por cerca de 8,5 milhões de fazendeiros no ano passado, ante 8,25 milhões no ano anterior, de acordo com os dados da ISAAA.

O maior produtor mundial de variedades geneticamente modificadas é os Estados Unidos, que cultiva 49,8 milhões de hectares de soja, milho, algodão, canola, abóbora e papaia transgênicos.

A soja geneticamente modificada resistente a herbicida da empresa Monsanto é plantada no Brasil de forma clandestina desde o final dos anos 90, a partir de sementes contrabandeadas da Argentina.

O plantio da variedade foi autorizado no país no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

³⁰ Folha de S.Paulo – 17/01/06

Ministério define áreas vetadas à plantação de algodão transgênico

Proibição total ou parcial atinge 13 Estados

Com base em pareceres da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) e em estudo da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o Ministério da Agricultura definiu zonas de exclusão para o cultivo de algodão transgênico.

Portaria assinada pelo ministro Roberto Rodrigues e publicada ontem no "Diário Oficial" da União lista 13 Estados nos quais está proibido o cultivo de algodão (semente ou caroço) geneticamente modificado ou com traços de modificação genética.

Em sete Estados (AC, AP, AM, PA, RO, RR e TO), a proibição do cultivo é total; nos outros seis (BA, MA, MS, MT, PB e RN) está limitada a alguns municípios.

"Essa decisão [das zonas proibidas de cultivar algodão transgênico] tem como objetivo a preservação de recursos genéticos do algodão", explicou o coordenador de biossegurança e organismos geneticamente modificados do Ministério da Agricultura, Marcus Vinícius Coelho.

Relacionada a transgênicos, a medida só pôde ser publicada em tão pouco tempo após a instauração da nova CTNBio, no final de dezembro, por não ter ligação direta com a nova legislação, já que os pareceres foram feitos antes da aprovação da lei, em março.

A nova CTNBio foi criada pela Lei de Biossegurança. Aprovada em março, a lei só foi regulamentada em novembro, após oito meses de debates em um grupo de trabalho formado por integrantes de 11 ministérios. Com o impasse, autorizações de pesquisa e a comercialização dos transgênicos ficaram suspensas.

A Lei de Biossegurança estabelece diretrizes para controle dos produtos geneticamente modificados e prevê sua fiscalização.

Após a demora para a regulamentação da lei, a nova CTNBio só foi instaurada no dia 27 de dezembro. A comissão produz relatórios técnicos sobre a segurança de produtos geneticamente modificados e pesquisas de células-tronco e clonagem.

³¹ Folha de S.Paulo – 07/02/06

Para OMC, veto da UE a transgênicos é ilegal

Decisão de hoje deve ditar tendência mundial sobre regulamentação de produtos geneticamente modificados. Os árbitros da OMC (Organização Mundial de Comércio) deverão concluir hoje que a União Européia mantém ilegalmente as sementes transgênicas da Monsanto e da DuPont fora das prateleiras e das terras cultivadas.

A decisão, confidencial, não deverá obrigar a abertura do mercado europeu às sementes transgênicas, onde alguns governos já estão combatendo a adoção de normas válidas para toda a (UE). Mesmo assim, ela está sendo atentamente acompanhada por países como Índia, Japão, China e Austrália, em busca de indicações sobre como a OMC encara as normas que distinguem os produtos agrícolas transgênicos dos convencionais. "Esse será o caso que ditará a tendência no mundo inteiro sobre como a biotecnologia será regulamentada", disse Christian Verschuere, diretor-geral da CropLife International de Bruxelas, na Bélgica, que representa empresas como a Monsanto. "Outros governos estarão atentos e esperamos que a decisão envie uma mensagem eloqüente de que as medidas têm de se basear em conceitos científicos."

A decisão da OMC provém de um contencioso sobre as políticas da UE aberto pelos três países que mais cultivam produtos agrícolas transgênicos -Estados Unidos, Argentina e Canadá. A decisão, inicialmente marcada para março de 2005, foi adiada por seis vezes e deverá conter várias centenas de páginas de análises. Apesar de os 25 países que formam a UE possuírem 98 milhões de hectares de terras cultivadas -extensão apenas inferior à dos EUA-, o bloco produz menos de 1% da oferta mundial de produtos transgênicos. As vendas mundiais desses produtos totalizarão US\$ 5,5 bilhões em 2006.

A Comissão Européia, o braço executivo da UE, diz que foram aprovadas novas leis em 2004 que já permitem que os produtos sejam plantados, identificados e rotulados. Ela responsabiliza alguns governos da UE por continuar a barrar as aprovações, motivados em parte pelo fato de que mais de metade dos 450 milhões de consumidores da UE estão convencidos de que alimentos transgênicos são "perigosos", segundo pesquisa conduzida na UE em junho passado.

³² Folha de S.Paulo – 23/02/06

Acordo internacional eleva o custo Brasil

Protocolo de Cartagena gera adicionais, afeta produção de commodities e reduz margem de ganho do setor. Criado para preservar a biodiversidade, o Protocolo de Cartagena poderá ser mais uma fonte de custos para a produção de commodities. E esses custos afetam principalmente o Brasil, único signatário do acordo entre os grandes produtores de grãos.

Entre os dias 13 e 17 de março, os representantes dos 132 países-membros estarão reunidos em Curitiba (PR) para mais uma rodada de discussões sobre o formato final do acordo.

E esse formato contém uma discussão que, embora pareça irrelevante, é chave para os brasileiros. Será decidida a obrigatoriedade de ser informado se a commodity "contém OVMs (organismos vivos modificados)", ou seja, transgênicos, ou se "pode conter OVMs". A diferença entre os dois enunciados é grande.

O "pode conter" dá informações necessárias para que o país importador evite danos ao ambiente. Mas se a decisão do protocolo for pelo "contém", o país produtor será obrigado a fazer testes rigorosos para apontar todos os tipos de transgenia existentes e aprovados com base em análises de risco, diz Rodrigo Lima, pesquisador do Icone (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais).

Seria fácil para o Brasil eliminar a segunda cláusula, a menos favorável, já que a decisão tem de ser unânime entre os países. O problema é que nem o Brasil sabe o que quer. Os 11 órgãos que devem decidir a posição

brasileira pendem para os dois lados. Os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia se definiram por "pode conter", o menos prejudicial. Estudo do professor José Maria da Silveira (Unicamp) e do Icone mostra que, na melhor hipótese, a aprovação do "pode conter" geraria custo adicional equivalente a 0,2% do valor das exportações (caso da soja). Com o "contém", o adicional pode chegar a 8,6% nas regiões mais distantes, devido a novos gastos com testes e transporte e armazenagem segregados. Para Carlo Lovatelli, da Abag e da Abiove, além de servir como mais uma barreira não-tarifária para os importadores, o protocolo pode reduzir ainda mais a margem de lucro de produtores e indústrias, que já está apertada.

³³ Folha de S.Paulo – 25/02/06

Ibama interdita fazendas com transgênicos

Propriedades no Paraná desrespeitaram proibição de plantio de soja geneticamente modificada em raio de 10 km de parque

O Ibama (Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) interditou 13 propriedades em três municípios no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, depois de denúncia da ONG (organização não-governamental) Terra de Direitos.

As propriedades desrespeitavam a proibição do plantio de sementes geneticamente modificadas em um raio de 10 quilômetros de unidades de conservação.

Segundo o superintendente do Ibama no Paraná, Marino Gonçalves, os agricultores autuados podem ter a colheita apreendida, perder incentivo fiscal ou ser multados em até R\$ 1,5 milhão.

Mas o Ibama, diz Gonçalves, abrandará a punição, pois os produtores "teriam sido induzidos a comprar as sementes pelos fornecedores e dizem que desconheciam a proibição". Ele afirmou que o Ibama não tem responsabilidade de divulgar a legislação.

A assessora jurídica da Terra de Direitos, Maria Rita Reis, disse ontem que o Ibama vistoriou só três dos 14 municípios vizinhos ao parque e que plantam soja com a tecnologia Monsanto RR.

A Folha apurou que as sementes plantadas foram produzidas pela Codetec (Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola), de Cascavel (420 km de Curitiba). No caso de quatro dos 13 produtores, as sementes foram multiplicadas pela Cooperativa Agroindustrial Lar, de Medianeira (oeste do PR).

Outro lado

A Monsanto emitiu nota em que contesta a competência do Ibama para fiscalizar sementes transgênicas. "Nos termos da Lei nº 11.105 de 24.3.2005, compete exclusivamente à CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia) identificar atividades e produtos da biotecnologia potencialmente causadores de degradação [...] e fixar medidas de segurança e restrição ao seu uso."

O diretor-secretário da Cooperativa Agroindustrial Lar, Lauro Soethe, disse esperar que o Ibama libere a colheita, "pois não havia conhecimento por parte deles, ou da cooperativa, da proibição".

Dirce Inês Sincler de Camargo, do Departamento Jurídico da Codetec, afirmou que a cooperativa vai esperar a representação judicial para se manifestar.

³⁴ Folha de S.Paulo – 04/03/06

Brasil ruma dividido a encontro da ONU

País recebe em Curitiba delegados de 188 nações para debater proteção às espécies, mas patina sobre transgênicos

Daqui a nove dias o Brasil será sede de uma conferência das Nações Unidas pela primeira vez desde 1992. De 13 a 31 deste mês, acontecem em Curitiba a 8ª Conferência das Partes (COP-8) da Convenção da Biodiversidade e o 3º Encontro das Partes (MOP-3) do protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Além dos embates Norte-Sul, tradicionais nesse tipo de encontro, há um impasse também dentro do governo brasileiro -entre um setor com posições conservacionistas e outro interessado em exportar transgênicos.

Encabeçando a divisão estão o Ministério do Meio Ambiente, de um lado, e o Ministério da Agricultura, do outro. O objeto da querela é aparentemente banal: uma única expressão numa única linha de um tratado internacional que regulamenta a exportação de organismos vivos modificados.

A frase polêmica está no artigo 18A do texto do Protocolo de Cartagena. Os membros do acordo se reunirão em Curitiba para resolver se o texto dirá que determinada carga "contém" ou "pode conter" transgênicos.

A sutileza esconde uma grande questão econômica, já que a obrigatoriedade da identificação das exportações com "contém transgênicos" forçará os países exportadores -como o Brasil- a rastrear toda a produção de grãos como soja, por exemplo, e separar a produção transgênica da convencional. Isso custa dinheiro: até 8,6% do valor das exportações, segundo um estudo de José Maria da Silveira (Unicamp). A pasta da Agricultura teme que a medida afete a competitividade das exportações brasileiras e seja usada como barreira não-tarifária à produção nacional, e defende o "pode conter" no texto. A posição é compartilhada por ministérios como o da Ciência e Tecnologia.

Grandes exportadores de transgênicos, como EUA e Argentina, não são membros do protocolo, visto também por eles como prejudicial ao setor agrícola.

Já os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário defendem "contém", segregação e rotulagem, posição compartilhada pelos países detentores do maior quinhão da biodiversidade do planeta (os chamados megadiversos). Segundo Rubens Nodari, responsável por biossegurança no ministério, um levantamento recente feito pela pasta indica que os custos de segregação de produtores de soja que já fazem isso no Paraná é de apenas US\$ 0,50 por tonelada.

Seria apenas mais um capítulo da discussão entre esses dois grupos no governo, não fosse um detalhe: após a MOP-3, durante a COP-8, o Brasil fechará posição com outros países do Terceiro Mundo em defesa da repartição de benefícios advindos da exploração da biodiversidade. Caso a posição do setor econômico prevaleça e o país opte por "pode conter" em vez de "contém", o anfitrião pode ficar numa saia-justa perante outras nações.

"Defender os transgênicos na MOP-3 seria uma punhalada nos países em desenvolvimento", diz Marcelo Furtado, coordenador de campanhas do Greenpeace no Brasil. "O Brasil pode virar o país que enterrou o protocolo de biossegurança", continua.

O país já bloqueou no ano passado, durante uma reunião do Protocolo de Cartagena no Canadá, uma proposta de consenso que se encaminhava para o "contém". Segundo Furtado, esse tipo de movimento é raro para o Brasil em negociações do tipo.

Marina Silva

Outro ponto delicado em jogo em Curitiba é o fato de que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, assume durante a COP-8 a presidência da Convenção da Biodiversidade (que tem 188 países-membros e abriga o Protocolo de Cartagena), por dois anos. A ministra já se recusou a assumir a liderança da MOP-3.

Marina tem buscado fazer o dever-de-casa para a Conferência das Partes: anteontem, conseguiu a sanção presidencial da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que considera vital para a Amazônia. No mês passado, emplacou a criação de 15 milhões de hectares de unidades de conservação ao longo da rodovia BR-163. Também propôs, ainda no ano passado, um projeto de lei que trata do acesso aos recursos genéticos e à repartição de benefícios oriundos da exploração da biodiversidade.

O árbitro da questão será o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que terá de optar entre o prestígio do Brasil - e de sua ministra- como anfitrião e as necessidades mais práticas do agronegócio.

Lula deverá decidir nos próximos dias, em reunião com os ministros do Conselho de Biossegurança, qual será a posição do Brasil. Enquanto isso, o Itamaraty tenta negociar uma proposta que seja um meio-termo entre as duas e encerrar o conflito.

Segundo informou ontem o jornal "Valor Econômico", a "terceira via" do Itamaraty prevê o uso de "contém" nas cadeias produtivas onde a segregação seja possível e "pode conter" nas demais. A Folha apurou que a proposta ainda não resolve a controvérsia entre os dois setores.

³⁵ Folha de S.Paulo – 13/03/06

Brasil dividido abre hoje encontro da ONU

Desacordo sobre regras para exportação de transgênicos não foi sanado no governo; reunião vai até dia 17
O Brasil, anfitrião do 3º Encontro das Partes (MOP-3) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, continua dividido sobre que posição assumir durante o evento das Nações Unidas, que começa hoje em Curitiba. O país ainda não sanou sua crise de identidade: é ao mesmo tempo dono de grande biodiversidade (e, portanto, favorável a regras mais rígidas sobre o comércio de alimentos transgênicos) e grande exportador de grãos (o que o torna interessado, ao menos teoricamente, em menos burocracia nessa área).

Até o fechamento desta edição, o governo brasileiro ainda não havia chegado a um consenso sobre qual posição defender durante o encontro, que vai até o dia 17. O pomo da discórdia está no artigo 18 do protocolo,

que entrou em vigor em 2003. Hoje, o texto estabelece que os países exportadores de alimentos devem informar os importadores caso seus carregamentos "possam conter" organismos geneticamente modificados.

Contêm?

A dúvida é se tal informação deve ser mudada para "contêm", num grau de certeza que exija o teste detalhado de cada carregamento. Os que preferem a posição mais liberal dizem que a necessidade de testes exaustivos aumentaria os custos de produção no Brasil (em especial os da soja, principal lavoura de exportação do país hoje e com tendência a ser dominada pelos cultivares transgênicos).

Já os países com grande biodiversidade, ao lado dos quais normalmente se coloca o Brasil, dizem preferir a versão mais estrita da classificação, como forma de controlar possíveis riscos de troca de material genético entre os organismos modificados e as espécies nativas de cada país.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve arbitrar a divisão de opiniões dentro do governo brasileiro, mas, às vésperas do início do encontro, ainda não havia se manifestado. "Ainda não fomos informados sobre a posição do presidente", disse à Folha João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. "Infelizmente, não se chegou a um entendimento em torno de uma proposta intermediária."

Para Capobianco, o fato de o Brasil ser o único grande exportador de grãos que aderiu ao protocolo o coloca numa posição especial nas negociações. "Além do mais, o que for decidido também terá implicações para as não-partes [os países que não assinaram o acordo]. Por isso há tanta pressão sobre o Brasil", afirma.

Já Gilman Viana, do Departamento de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Agricultura, compara o Protocolo de Cartagena à sugestão do humorista José Vasconcellos de mudar toda a população do Sul do Brasil para o Norte e vice-versa: "Não dá vantagem nenhuma, mas faz um movimento danado", brinca.

Segundo Viana, o país já comete um equívoco ao subscrever o protocolo, e estará sendo submisso se decidir pelo "contém". "O mundo tem quatro grandes exportadores de grãos: Brasil, EUA, Canadá e Argentina. Só o Brasil faz parte do Protocolo de Cartagena. Então, nós vamos ser contidos enquanto nossos concorrentes estarão livres", afirma Viana.

É provável que a divisão se aprofunde durante a COP-8 (8ª Conferência das Partes) da Convenção da Biodiversidade da ONU, que acontece logo depois da MOP-3 em Curitiba. Em pauta estarão regras para o uso de recursos da biodiversidade (como fármacos, por exemplo) que rendam benefícios para os países detentores desses recursos. Mais uma vez, há divergências sobre uma posição mais ou menos liberal. (REINALDO JOSÉ LOPES)

³⁶ Folha de S.Paulo – 14/03/06

País defende rastreamento de transgênico

Criticado em abertura de encontro da ONU, Brasil opta por controle; indústria terá 4 anos para se adaptar
O Brasil defenderá regras mais estritas para o comércio internacional de transgênicos durante a MOP-3 (3º Encontro das Partes) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, reunião da ONU aberta ontem em Curitiba. A decisão foi anunciada ontem à noite em São Paulo pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu ontem, em reunião com Marina e com os ministros Roberto Rodrigues (Agricultura) e Dilma Rousseff (Casa Civil), que o país defenderá o uso do termo "contém" organismos vivos modificados no artigo 18 do texto do protocolo nas cargas de produtos agrícolas destinadas à exportação.

A expressão era motivo de briga dentro e fora do governo. O uso de "contém" significa que o país terá de segregar grãos transgênicos dos convencionais na cadeia produtiva -o que, segundo a indústria e o Ministério da Agricultura, onera a produção nacional.

Pela posição brasileira, os produtores que já segregam os grãos transgênicos dos convencionais deverão rotular suas cargas com "contém" assim que a regra entrar em vigor. Quem ainda não segrega -ou seja, a maior parte da indústria- terá um prazo de quatro anos para se adaptar.

"Seria uma incoerência agir de outro jeito. Essa proposta faz jus à potência ambiental que é o Brasil", declarou Marina durante entrevista coletiva. Para a ministra, a posição também daria flexibilidade econômica à agricultura brasileira. "Hoje nós somos o único país onde ambos os modelos, o transgênico e o não-transgênico, podem conviver."

"A médio prazo, essa opção protege a produção brasileira e mundial", argumentou João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas, citando o caso do mercado chinês -que não é contra transgênicos, mas quer saber exatamente o que consome. "Isso impede, inclusive, futuras barreiras não-tarifárias."

Ainda não se sabe se o "contém" OVM (organismo vivo modificado) será efetivamente incorporado pelo Protocolo de Cartagena. "É claro que se trata de uma decisão multilateral, mas acreditamos que a nossa postura é inovadora e tira o protocolo do impasse", afirmou Marina Silva. Impasse gerado, em parte, pelo próprio Brasil: na reunião anterior, em Montreal, o país, ao lado da Nova Zelândia, bloqueou uma decisão que já se encaminhava para o "contém".

A ONG ambientalista Greenpeace classificou a posição de "grande vitória para a biossegurança do planeta", mas considerou que o período de transição é "inaceitável". O Greenpeace combate a transgenia e trata produtos modificados como contaminantes. Confederações que representam o setor agrícola atacaram a decisão. A indefinição do governo brasileiro dominou ontem os discursos de abertura da MOP-3, que se realiza até sexta-feira em Pinhais (zona metropolitana de Curitiba).

Na primeira saia justa do encontro, o governo recebeu críticas do anfitrião, o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB).

Mais ou menos

Ele abriu seu discurso de ontem dizendo que em temas como biodiversidade e biossegurança "não se admitem posições dúbias, atitudes mais ou menos, decisões conciliatórias ou pusilânimes". Requião disse que "o eufemismo falso do "pode conter", se transplantado para produtos à venda no supermercado, poderia fazer com que rotulássemos uma embalagem de carne em conserva com a frase "pode conter carne estragada". E o organismo do consumidor que resolva".

A MOP-3 precede a COP-8 (8ª Conferência das Partes) da Convenção sobre Diversidade Biológica, que segue até o dia 31.

³⁷ Folha de S.Paulo – 14/03/06

Via Campesina e MST fazem evento paralelo
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CURITIBA

Cerca de mil integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens) e de outros movimentos sociais iniciaram ontem, em um toldo branco nos fundos do Expo Trade de Pinhais, um evento paralelo de protesto contra as conferências da ONU sobre biossegurança e biodiversidade.

"Vamos ficar aqui debatendo os mesmos temas, o tempo que as reuniões durarem lá dentro", disse o representante da Via Campesina e coordenador do MST Roberto Baggio. Estão programados protestos e passeatas, além dos debates, até 31 deste mês -dia de encerramento da COP-8.

A Via Campesina está à frente do chamado Fórum Global da Sociedade Civil, que acontece nas tendas.

Baggio não respondeu se está programado algum ato agressivo, como o quebra-quebra promovido nos laboratórios da Aracruz, no Rio Grande do Sul, semana passada. "O que é agressivo? O que pretendemos é deixar claro que estamos discutindo projetos diferentes para a preservação da biodiversidade", disse. (MT)

³⁸ Folha de S.Paulo – 15/03/06

Apoio a rótulo foi unilateral, diz indústria

Ministra comemora decisão de exigir rastreamento em transgênico; para empresário, voto de Lula foi "partidário"

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, comemorou ontem ao lado de movimentos sociais a decisão do governo brasileiro de defender a adoção do termo "contém OVMs (organismos vivos modificados)" nos rótulos de produtos transgênicos para exportação. A posição, no entanto, recebeu críticas pesadas de empresários e representantes do agronegócio, que a classificaram de contrária aos interesses econômicos do país e até unilateral.

Anunciada anteontem à noite, a decisão será defendida pelo país durante a MOP-3 (3º Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena), reunião da ONU sobre biossegurança que acontece em Curitiba. A posição brasileira sugere um período de quatro anos para a transição, durante a qual será usada a expressão "pode conter" nos casos em que ainda não é feita a separação entre produtos com e sem OVMs.

Mesmo assim, a proposta foi recebida como uma vitória dos ambientalistas -não só por Marina, mas também pelas entidades que participam do Fórum Global da Sociedade Civil, em evento paralelo à MOP-3. Na mesa, ao lado de Marina, estavam o líder nacional do MST, João Pedro Stedile, e o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB).

O apoio à ministra veio com uma crítica aos quatro anos de transição. Uma nota conjunta de todos os participantes do fórum diz que as entidades ficaram "alarmadas" com o prazo. "O Protocolo de Biossegurança já foi objeto de negociações por cinco anos e prorrogado por mais dois. Então, o agronegócio já teve sete anos para se adaptar", disse a representante da Terra de Direitos, Maria Rita Reis.

Contraponto

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) não se manifestou diretamente sobre a decisão do governo brasileiro, mas reiterou que optar pela expressão "pode conter" na identificação dos carregamentos seria o mais desejável do ponto de vista econômico.

Em comunicado oficial, a CNI disse que a adesão ao contém acarretaria um custo extra de US\$ 50 milhões por ano à indústria brasileira, o que "tiraria a competitividade do país em relação a grandes exportadores de commodities como os EUA e a Argentina, que não são signatários do documento". Para a confederação, o custo para fazer a triagem deveria ir para o importador, e não para os países exportadores.

Gilman Viana, do Departamento de Comércio Exterior da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), condenou o que chama de "partidarização de um assunto técnico" -segundo ele, a decisão, arbitrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, veio para agradar os membros de seu próprio partido. "A maioria dos ministros estava contra o "contém", foi uma decisão centralizadora."

Viana também contestou o argumento de que o critério mais restritivo abriria as portas de mercados como o europeu, que exige o rastreamento, para a soja transgênica brasileira. "A Europa inteira quer o produto segregado, mas não paga um centavo a mais por isso." Em tese, os grandes produtores de grãos que estão fora do Protocolo de Cartagena (como EUA e Argentina) seriam forçados a se adequar às novas regras, coisa da qual Viana duvida. "É impossível atender a demanda só com a produção dos membros do protocolo", diz.

Marina Silva disse que o prazo proposto não significa esperar quatro anos para se fazer a identificação. "Ela é cumulativa e processual. Você vai criando a estrutura para segregar [o produto transgênico] e para a preservação dos eventos e, ao mesmo tempo, vai fazendo a identificação."

"Não podemos mais sacrificar os recursos [naturais] de milhões e milhões de anos pelo lucro de alguns anos", disse a ministra aos participantes. Segundo ela, foi com essa convicção que aceitou ser ministra do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O rótulo que confirma a presença de transgênicos em cargas para exportação é a regra defendida pela maioria dos 132 países signatários do protocolo. Espera-se que a nova posição brasileira acabe com o impasse sobre a questão -antes, o país era um dos únicos a defender o "pode conter".

"Contém Marina"

O governador Roberto Requião disse que, depois de "um discurso duro" contra o governo na abertura da MOP-3, contra a posição dúbia do Brasil, precisou reconhecer que o governo Lula "também contém Marina Silva".

Stedile afirmou que o governo brasileiro tem de fazer o agronegócio cumprir a exigência de rotulagem explícita nos alimentos que contêm OVMs e chegarão ao consumidor -aspecto não regulado pelo protocolo. "Não são eles que dizem que transgênico não faz mal à saúde? Então, por que têm vergonha?"

³⁹ Folha de S.Paulo – 16/03/06

Latino diz que não vai rotular transgênicos

Posição barra acordo

Delegações da Nova Zelândia, do México e de mais quatro países latino-americanos sinalizaram ontem que podem inviabilizar o consenso entre os signatários do Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança para adoção do termo "contém" transgênicos na identificação de produtos agrícolas destinados à exportação.

Os negociadores da MOP-3 (reunião dos signatários do acordo da ONU, que acontece em Curitiba) têm até amanhã para fazer esses países mudarem de idéia.

Basta um só não concordar para que se instale o impasse. Nessa hipótese, a discussão do texto sobre a regra única para o comércio internacional de alimentos contendo organismos vivos modificados, os OVMs, terá de ser protelada para o próximo encontro.

O diplomata brasileiro Luiz Alberto Figueiredo Machado, diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, reconheceu ontem que o consenso não será fácil. Figueiredo disse que as conversas para que o grupo mude de posição já são intensas, mas que, "em negociação diplomática, nunca é fácil".

A Nova Zelândia defende a expressão "pode conter" e não "contém" OVM nas cargas transportadas entre países.

Na segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva endossou a posição dos ambientalistas do governo e adotou a identificação clara de OVMs como proposta brasileira para a MOP-3. O texto sugere, porém, um prazo de adaptação de quatro anos.

Dedo americano

A mesma posição da Nova Zelândia -pela adoção do "pode conter"- é defendida pelo grupo liderado pelo México, composto por Peru, Paraguai, Nicarágua e El Salvador. A posição segue um acordo com EUA e Canadá, dois grandes exportadores e produtores de transgênicos que não integram o Protocolo de Cartagena. "Não aceitamos regras que possam trazer prejuízos econômicos ao país", disse Marco Antonio Meraz Ríos, integrante da delegação do governo mexicano. Até ontem, delegados da Nova Zelândia mantinham silêncio nas plenárias, sem se manifestar.

Militantes de organizações não-governamentais protestaram contra a posição dos seis países, nas dependências da Expotrade de Pinhais (região metropolitana de Curitiba), onde ocorre até amanhã a reunião das Nações Unidas. "O México está pensando biossegurança com cabeça comercial", disse Gustavo Ampugnani, ativista do Greenpeace.

O Protocolo de Cartagena tem 132 países signatários. Do grupo dos quatro grandes exportadores de grãos, o Brasil é o único participante. Estados Unidos, Canadá e Argentina não aderiram, mas estão presentes na MOP como observadores e influenciam tomadas de posição de alguns parceiros comerciais.

⁴⁰ Folha de S.Paulo – 18/03/06

Obrigação de identificar produto transgênico só vale depois de 2012

Afrouxamento se deu por pressão mexicana

Os países signatários do Protocolo de Cartagena sobre biossegurança decidiram adiar para 2012 o prazo de transi o para a identifica o clara de substância transgênica nas cargas de grãos destinadas   exporta o. A reda o final abre possibilidade para revisão dessa regra, caso a experiência de alguns países demonstre que a identifica o   inviável técnica e economicamente.

Aprovada em plenário, essa decisão fechou ontem em Curitiba a MOP-3 (3  Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança), que precedeu a COP-8 (8  Conven o das Partes da Conferência sobre Biodiversidade), que começa na segunda-feira, também em Curitiba.

O afrouxamento do prazo protela a ado o de regras rígidas para movimento de cargas transfronteiriças, incluindo as realizadas com países não-signatários, como os Estados Unidos. Nenhum dos participantes, porém, admite fracasso das negocia es.

O texto do governo do Brasil que orientou o debate propunha limite de quatro anos para adapta o da informa o. Ele defendia a progressiva ado o do termo "cont m" OVM (organismo vivo modificado) até 2010. A dila o foi resultado da pressão do México. Parceiro dos Estados Unidos e do Canadá no Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), o México conseguiu abrandar, no texto final, a tentativa da maioria de exigir que países não-signatários do acordo seguissem as mesmas regras nas transa es comerciais bilaterais. O documento só vai "convidar" os não-signatários a adotar as regras do protocolo -o texto inicial propunha "exortar".

Divergências nesse ponto entre Brasil e México arrastaram a plenária para além das 21h.

A ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, fechou a reunião dizendo lamentar que a posi o da maioria dos 132 membros do protocolo não tenha sido seguida. Ainda assim, considerou o resultado "um avanço".

A socióloga Marijane Lisboa, da Associa o de Agricultura Orgânica, disse que os negociadores da MOP "fizeram tudo o que o México quis". O diretor de políticas públicas da ONG ambientalista Greenpeace, Sérgio Leitão, chamou de "chocho" o texto final.

Transi o já

Mesmo com a prorroga o do prazo, o governo brasileiro pretende abrir já linhas de crédito especiais para estimular produtores e exportadores de gr os do país a fazer a identifica o clara do produto transgênico. A informa o foi dada   Folha pelo secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco.

"O presidente Lula disse que deve abrir linhas de crédito para iniciar o processo de construção desse mecanismo", afirmou ele à tarde, quando ainda havia impasse nas negociações. Parceira do Brasil na defesa do termo "pode conter" OVM em Montréal, no ano passado, a Nova Zelândia não impôs nenhum obstáculo à adoção do "contém" no último dia dos debates. O secretário-executivo da MOP-3/COP-8, o argelino Ahmed Djoghlaif, disse considerar superada a discussão da tendência "pode conter" nos debates da MOP. Para ele, o texto aprovado "não agrada a todas as partes nem exprime um consenso pleno", mas, ainda assim, "a reunião foi histórica por atrair o maior número de delegações oficiais para debater o assunto". São 94 delegações participantes. Segundo Djoghlaif, a ONU estuda o financiamento de países pobres para capacitar técnicos e desenvolver a logística para a segregação dos transgênicos.

Biodiversidade sagrada

Outro projeto das Nações Unidas gastará US\$ 1,7 milhão para proteger vários locais tidos como sagrados por populações locais. O objetivo é, com isso, salvaguardar a biodiversidade global. Segundo ecólogos, esses lugares tiveram sua fauna e sua flora mais bem-preservadas em razão da reverência dos humanos que ali vivem.

⁴¹ Folha de S.Paulo – 21/03/06

Transgênico só será identificado depois de 2012, conclui encontro

Os países-signatários do Protocolo de Cartagena sobre biossegurança decidiram estender para 2012 o prazo de transição para a identificação clara de substância transgênica em cargas destinadas à exportação. A redação final abre possibilidade para revisão dessa regra, caso a experiência de alguns países demonstre que a identificação é inviável.

Aprovada em plenário, essa decisão fechou na noite de sexta-feira a MOP-3 (3ª Reunião das Partes) do protocolo. O afrouxamento do prazo protela a adoção de regras rígidas para movimento de cargas transfronteiriças, incluindo as realizadas com países não-signatários, como os EUA. Nenhum dos participantes, porém, admitiu fracasso das negociações.

O texto do governo do Brasil que orientou o debate propunha limite de quatro anos para adaptação da informação. Ele defendia a progressiva adoção do termo "contém" OVM (organismo vivo modificado) até 2010. A dilatação foi resultado da pressão do México. Parceiro dos EUA e do Canadá no Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), o país conseguiu abrandar, no texto final, a tentativa da maioria de exigir que países não-signatários do acordo seguissem as mesmas regras nas transações bilaterais. O documento só vai "convidar" os não-signatários a adotar as regras do protocolo -o texto inicial propunha "exortar".

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) fechou a reunião dizendo lamentar que a posição da maioria dos 132 membros do protocolo não tenha sido seguida.

A socióloga Marijane Lisboa, da Associação de Agricultura Orgânica, disse que os negociadores "fizeram tudo o que o México quis". O diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão, chamou de "chocho" o texto final.

Mesmo com a prorrogação do prazo, o governo brasileiro pretende abrir já linhas de crédito especiais para estimular produtores e exportadores a fazer a identificação clara do produto transgênico.

⁴² Folha de S.Paulo – 22/03/06

Brasil quer vetar uso de semente "suicida"

País defende posição contra grão que produz planta transgênica estéril em reunião da ONU em Curitiba

O governo brasileiro é contra a liberação de áreas de plantio experimental com uso de sementes estéreis, da chamada tecnologia terminator, e vai defender essa posição nos debates da COP-8 (8ª Conferência dos Países Signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU), que segue em Curitiba até o dia 31.

Desenvolvida pela nascente biotecnologia, a semente "terminator" é um grão modificado geneticamente que não se reproduz. O grão libera uma toxina que impede sua germinação depois da primeira colheita. Seu desenvolvimento e o uso em escala, na opinião de ambientalistas e movimentos em defesa da biodiversidade, se deu por interesses comerciais de grandes laboratórios.

Os detentores da patente genética, por sua vez, apresentam as sementes estéreis como mecanismo de controle da propagação desses organismos transgênicos e dizem que isso se traduz em proteção da biodiversidade.

O fechamento da posição do Brasil pela proibição das experiências com as também chamadas "sementes suicidas" -ou ainda Gurts ("técnicas genéticas de restrição de uso", na sigla em inglês) foi definido em uma reunião ontem à tarde entre representantes do governo.

A decisão tira o governo brasileiro da dubiedade de posição em que se encontrava. Em 2000, em Nairobi (Quênia), durante a COP-5, a delegação do Brasil defendeu a moratória para experiências neste campo. Há dois meses, porém, numa reunião da CDB (Conferência sobre Diversidade Biológica) que retomou o debate em Granada (Espanha), a delegação brasileira acompanhou a da Austrália e passou a aceitar o estudo de "caso a caso" para licenças de testes em campo.

A ministra Marina Silva, do MMA (Ministério do Meio Ambiente), é a principal defensora das teses ambientalistas no governo. Ela não participou da reunião em que a posição brasileira foi definida. A reunião foi conduzida pelo diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado.

O gerente de recursos genéticos do MMA, Lídio Coradin, disse que não houve divergências profundas porque a decisão "não é nenhuma novidade", se considerado que o Brasil foi para Granada defendendo a proibição. O uso da tecnologia "terminator" vai para a pauta da COP entre hoje e amanhã, mas já é tema de discussões acaloradas em eventos paralelos. Em debates no Fórum Global de Entidades Sociais, ontem pela manhã, a Via Campesina condenou o uso dessa tecnologia como "a morte da agricultura tradicional e o controle da fome por transnacionais". "Nós nos tornaremos escravos dos grandes laboratórios", disse o representante do México, Alberto Gomes, da Unorca (União Nacional de Organizações Regionais Campesinas Autônomas). O temor das organizações não-governamentais é que essas sementes estéreis contaminem toda a cadeia produtiva. A empresa americana Delta & Pine Land -que faz uso dessa biotecnologia em experimentos de campo com algodão e soja- distribuiu um boletim em que afirma que a geração de plantas com sementes estéreis é a solução perfeita para a biossegurança, por impedir que em espaço mais longo de tempo ocorra o fluxo indesejado de genes de transgênicos para o cultivo convencional de alimentos.

⁴³ Folha de S.Paulo – 30/03/06

Juíza libera soja modificada em Paranaguá

Liminar suspende proibição de embarque do produto pelo porto; governo do Paraná diz que irá recorrer

A juíza federal Giovanna Mayer concedeu liminar que suspende a proibição da movimentação de soja transgênica pelo porto de Paranaguá (PR), determinada pelo governo do Estado.

A decisão foi tomada anteontem, a três dias do encerramento, em Curitiba, da COP-8 (8ª Reunião das Partes) da Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade, o maior fórum de discussão internacional sobre preservação ambiental.

Mayer deu a liminar em um mandado de segurança impetrado pela ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários), entidade criada há um ano e que, no caso, representou os interesses da Cargill. A proibição havia sido imposta em outubro de 2003.

No despacho, a juíza diz que a ação do governo do Paraná contra os transgênicos "merece ser elogiada" por todos que prezam o ambiente e a soberania nacional, mas que o governo estadual não tem competência para ditar regras nem impedir a disseminação da cultura dos OVMs (organismos vivos modificados).

Depois de ver um decreto estadual que proibia a produção, o comércio e o transporte de soja transgênica no Paraná ser declarado inconstitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal), o governador Roberto Requião (PMDB) usou a lei federal de biossegurança para impedir o embarque desse tipo de soja pelo porto de Paranaguá.

O porto passou a exigir a segregação do produto transgênico para evitar contaminação de cargas de soja convencional, condição prevista na Lei de Biossegurança. E delegou aos exportadores a responsabilidade pela separação. Sem os silos exclusivos, as cargas não podiam ser embarcadas e passaram a ser desviadas para os portos de São Francisco do Sul (SC) e de Santos (SP).

Para a juíza, cabe ao Estado estabelecer um regime que garanta o transporte seguro.

O procurador-geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, disse que o governo vai recorrer da decisão. Ele lembrou que o Estado conseguiu derrubar decisão semelhante obtida pela Faep (federação dos grandes agricultores do Paraná). "A juíza usurpa a competência do administrador do porto e do governo do Estado", disse.

⁴⁴ Folha de S.Paulo – 02/08/06

Lentidão em transgênico favorece as multinacionais

Ministro da Agricultura afirma que crise no setor pode custar votos a Lula

VISTO COM certo pessimismo pelos produtores rurais após a indicação, Luís Carlos Guedes Pinto, o novo ministro da Agricultura, começa a ganhar a confiança de parte do setor devido à franqueza com que conduz o ministério. Franqueza que permitiu ao ministro dizer ontem à Folha que a morosidade da CTNBio na avaliação dos 536 projetos para serem avaliados favorece as multinacionais, em detrimento das pesquisas nacionais. O ministro afirmou, ainda, que o atraso do governo no socorro à agricultura trouxe insatisfação a algumas áreas rurais, o que pode gerar perda de votos ao Lula, embora pequena.

FOLHA - Como é assumir um ministério da importância da Agricultura em meio a uma das maiores crises da história do setor no país?

LUÍS CARLOS GUEDES PINTO - Esse desafio, sem dúvida, é bastante significativo. Mas, por eu estar participando da administração do governo e da do [ex] ministro Roberto Rodrigues desde o primeiro dia, o impacto foi um pouco reduzido.

FOLHA - As coisas estão mais calmas, os produtores se desmobilizaram. A que o senhor atribui isso neste momento?

GUEDES PINTO - Olha, eu acredito que há vários fatores. Um deles, sem dúvida, foi o conjunto de ações que foram desencadeadas pelo governo. Essa crise é fruto de dois anos.

FOLHA - Ante tantos problemas...

GUEDES PINTO - Então, nesses dois anos, o governo colocou em prática medidas de apoio, principalmente neste ano, porque a crise se agravou. No conjunto de medidas, foram prorrogados débitos da ordem de R\$ 20 bilhões e um apoio à comercialização que deve ultrapassar R\$ 2 bilhões. De alguma maneira, amenizaram a crise e alcançaram, eu diria, a grande maioria dos produtores rurais.

FOLHA - A dívida está sendo empurrada para a frente. O quanto essa crise vai comprometer a agricultura?

GUEDES PINTO - Olha, eu acredito que, nessa próxima safra, seja possível que tenhamos uma redução na área plantada. Mas eu acho que é um pouco prematuro para qualquer afirmação. Os produtores devem usar também um pouco menos insumos, e isso talvez tenha um impacto na produtividade e, como consequência, na produção.

FOLHA - Ministro, houve um desacerto, na época de Rodrigues, entre a Agricultura e outros ministérios, e o governo acabou chegando tarde com o dinheiro para a agricultura. Isso pode atrapalhar a reeleição do presidente Lula?

GUEDES PINTO - Olha, de fato, há uma consciência de que esses recursos teriam tido um efeito mais positivo se tivessem sido liberados com maior antecedência, conforme havia uma proposição do próprio Ministério da Agricultura. Sem dúvida, isso gerou uma certa insatisfação no setor rural e é possível que esses setores também se sintam não atendidos, digamos, como gostariam, por parte da administração do presidente Lula. Então, é possível que haja algum impacto em algumas áreas, mas, por outro lado, há um reconhecimento, por parte de uma parcela significativa do setor, de que o governo, dentro das suas possibilidades, pôs em prática tudo que era possível..

FOLHA - O que fazer se a agricultura retomar de novo um ritmo forte de crescimento?

GUEDES PINTO - Bem, eu creio que nós temos um problema sério de infra-estrutura, isso é inequívoco, não é? A nossa situação se complica na logística, escoamento da produção. Nós temos problemas nos portos. A demora, a taxa de permanência dos navios é elevada. Acho que o problema primeiro é esse. Espero que, ao longo do tempo, à medida que as taxas de juros estão sendo reduzidas, nossos custos também, comparando com os nossos concorrentes, sejam reduzidos.

FOLHA - A aftosa retornou a Mato Grosso do Sul em 2005. A Newcastle, ao Rio Grande do Sul, em julho, e a "scrapie", a Mato Grosso do Sul. Por que essas doenças continuam ocorrendo? A falha é dos governos federal, estadual ou municipal ou o produtor também tem culpa?

GUEDES PINTO - Ah, sem dúvida. Vou começar pela parte final. Acho que há uma responsabilidade também dos produtores. No caso da aftosa, se todos os produtores vacinassem os seus animais corretamente, nas épocas recomendadas tecnicamente... Todos nós sabemos que, além de vacinar, a vacinação tem que ser correta, na época certa e com a vacina numa temperatura recomendada. E, muitas vezes, há produtores que não

vacinam ou não o fazem de forma correta. A vacina fica ao sol, perde o seu valor etc., então, inevitavelmente, há uma responsabilidade dos produtores nesse processo. O caso do Newcastle é a mesma coisa. O foco foi numa pequena propriedade em que os animais não foram vacinados.

FOLHA - E a função do governo?

GUEDES PINTO - Sem dúvida alguma, há uma responsabilidade tanto do governo federal quanto do estadual, na medida em que nos cabe ser mais rigorosos na supervisão do processo de vacinação e de controle.

FOLHA - O senhor chegou visto como um defensor do MST e da agricultura familiar e vem surpreendendo na defesa dos transgênicos, que, por ora, ainda é uma tecnologia voltada mais para o grande produtor. Como o senhor vê essa nova tecnologia dos transgênicos no país?

GUEDES PINTO - O que eu tenho procurado é fazer com que a discussão dos transgênicos seja feita com mais objetividade e base científica. Porque o que nós verificamos é que há muitas manifestações sobre esse tema sem o embasamento adequado. Muitas pessoas não têm informações sobre o assunto. Eu vou dar um exemplo: a quase totalidade da insulina consumida no mundo pelos diabéticos é transgênica. Os transgênicos já são usados há mais de dez anos no mundo e até hoje não foi identificado um mal-estar decorrente deles. Nós precisamos colocar esse debate num plano muito mais racional.

FOLHA - O senhor acha que deveria ser liberado o plantio para outros produtos?

GUEDES PINTO - A nossa posição é que a CTNBio, que é o órgão criado pelo governo com esse propósito, manifeste-se sobre isso. A CTNBio é composta por estudiosos, e cabe a eles essas decisões. Acredito que, em autorizando o plantio de algodão ou outras espécies com transgênicos, isso deve ser feito.

FOLHA - Para todos os produtos que já tenham essa tecnologia?

GUEDES PINTO - Não, veja bem, eu sou favorável a que esse plantio seja feito com prévia autorização da CTNBio, que é composta por 27 membros, representantes dos mais variados segmentos da sociedade. Cabe a ela tomar essa decisão e levar em conta todos os aspectos relativos ao impacto do uso de transgênicos.

FOLHA - A CTNBio não está um pouco morosa nas apreciações?

GUEDES PINTO - É verdade, é verdade, e nós estamos preocupados com essa questão da lentidão da CTNBio, e essa é a razão pela qual amanhã [hoje] haverá uma reunião de nove ministros, coordenados pela ministra Dilma [Rousseff, da Casa Civil], para tratar exatamente desse tema. Há necessidade de que a CTNBio dê vazão a essas 536 demandas. Nós estamos preocupados porque muitos trabalhos de pesquisa da Embrapa estão paralisados.

FOLHA - E com isso se perdem as pesquisas já realizadas?

GUEDES PINTO - Ao contrário do que pensam alguns, que, paralisando as pesquisas, resguardam-se os interesses nacionais em prejuízo das multinacionais, eu diria que é o inverso. Algumas multinacionais é que detêm o conhecimento, a informação e as variedades transgênicas. E a Embrapa, uma empresa pública, pode pôr à disposição da sociedade toda, sem ônus, variedades mais produtivas e, eventualmente, transgênicas, desde que aprovadas pela CTNBio. A Embrapa não está podendo desenvolver suas pesquisas pois não está autorizada. Então, na prática, essa posição de paralisia da CTNBio prejudica a maioria dos produtores nacionais e favorece o interesse daqueles que já detêm variedades transgênicas já autorizadas para plantio no Brasil.

FOLHA - Então, nesse vácuo dessa legislação, a pesquisa brasileira não avança, o que não ocorre com as multinacionais que têm projetos em outras áreas e chegam com os produtos quase prontos.

GUEDES PINTO - Exatamente, e muitas vezes entram no mercado como entrou a soja, via outros países, irregularmente, e depois...

FOLHA - Toda vez em que se fala em índice de produtividade, o agricultor empresarial fica apreensivo. Eles já estão definidos?

GUEDES PINTO - Esse tema foi estudado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério da Agricultura no final do ano passado, início deste ano. Houve várias reuniões técnicas sobre isso de grupos técnicos dos dois ministérios e esses estudos foram posteriormente analisados em conjunto pela Casa Civil.

FOLHA - O senhor era considerado defensor dos movimentos sociais, trazendo desconfiança dos grandes produtores. Como o senhor avalia esses movimentos sociais?

GUEDES PINTO - Ao longo da minha vida, eu trabalhei em várias instituições. Na universidade, estudei a questão agrária brasileira, a reforma agrária e, por via de consequência, os movimentos sociais dos trabalhadores rurais há 30, 40 anos, e, mais recentemente, acompanhando esses novos movimentos, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No Ministério da Agricultura, o objetivo é manter o diálogo com todos os segmentos da sociedade, inclusive com os movimentos sociais. Os trabalhadores rurais sem terra também se organizaram para defender seus interesses. Então, acho que o movimento, como os demais, é representativo de determinados setores.

FOLHA - O senhor não acha que esses movimentos, às vezes, exageram um pouco nas invasões ou até nas depredações de área de experimentos?

GUEDES PINTO - Eu acredito que, o que caracteriza uma sociedade organizada como a nossa são normas de convivência entre as pessoas. Houve ocasiões em que alguns desses segmentos talvez tenham ultrapassado os limites previstos nessas normas, e eu acho que cabe ao poder público mantê-las.

FOLHA - E a bioenergia?

GUEDES PINTO - Ah, sem dúvida, é prioridade absoluta.

FOLHA - O avanço da bioenergia pode elevar o preço dos alimentos?

GUEDES PINTO - Eu acredito que o Brasil tem uma posição peculiar no mundo. No Brasil, nós temos dezenas de milhões de hectares de terras agricultáveis, que não estão sendo utilizadas. Esse ponto não nos preocupa.

FOLHA - Se o senhor iniciasse 2007 como ministro da Agricultura, quais seriam as prioridades?

GUEDES PINTO - Olha, primeiro eu acho que essa hipótese não existe...

⁴⁵ Folha de S.Paulo – 03/08/06

CTNBio lenta abre margem a milho ilegal, diz analista

Para professor, morosidade de comissão é estímulo ao contrabando de transgênico

Tendência seria ocorrer o que houve com a soja em 2003, quando o volume era tão grande que o governo optou por liberar produto

A entrada de sementes contrabandeadas no país e a lentidão na aprovação de projetos pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) podem levar o Brasil a reviver com o milho o impasse ocorrido com a soja transgênica, disseram analistas e defensores da biotecnologia na quarta-feira.

Desde a última safra há registros do uso de sementes de milho geneticamente modificadas vendidas ilegalmente, sobretudo no Rio Grande do Sul. A variedade encontrada, o milho Bt, resistente a alguns insetos, é uma das cinco que aguardam liberação pela CTNBio e estaria entrando pela Argentina.

"Em mais quatro ou cinco anos, podemos ter uma situação semelhante à que ocorreu com a soja, quando o volume contrabandeado era tal que não houve outra solução senão liberar", disse Ernesto Paterniani, professor da Esalq/USP e consultor do CIB (Conselho de Informações sobre Biotecnologia), ONG pró-transgênicos.

A soja transgênica foi objeto de guerra jurídica e de legislações provisórias até ser regulamentada com a nova Lei de Biossegurança. Em 2003, constatou-se que mais de 20% da safra nacional era composta por essa variedade e o governo acabou autorizando a venda. A maior parte da soja transgênica era plantada no Rio Grande do Sul com sementes contrabandeadas da Argentina. "Espero que isso não aconteça com o milho, porque sou contrário ao contrabando. Mas acho inevitável", disse o professor.

Para o consultor Leonardo Sologuren, da Céleres, o Rio Grande do Sul deve ser mais uma vez o "pioneiro" nessa tecnologia no país. "O milho transgênico tem aceitação alta entre os produtores e pode trazer relativamente mais benefícios do que a soja RR."

O principal alvo das críticas dos defensores dos transgênicos tem sido a CTNBio, responsável pela aprovação de projetos de pesquisa e venda dessas sementes no país. Segundo Alda Lerayer, secretária-executiva do CIB, o Brasil ainda não tem nenhuma semente desenvolvida no país aprovada pela CTNBio. Enquanto isso, concorrentes como os EUA e a Argentina já começam a apresentar projetos da chamada segunda geração de transgênicos (com ganhos nutricionais).

Paterniani afirma que a liberação dos transgênicos hoje no Brasil está ainda mais difícil do que na década passada. "Antes, a CTNBio aprovava e as ONGs entravam com liminar na Justiça. Hoje, esses projetos não passam nem na CTNBio."

Em entrevista à Folha, ontem, o ministro da Agricultura, Luís Carlos Pinto, disse estar preocupado com a questão.

⁴⁶ Folha de S.Paulo – 05/09/06

Governo quer agilizar a análise de transgênicos

Furlan diz que intenção é acabar com a fila comum de processos na CTNBio

Segundo o ministro do Desenvolvimento, Embrapa está com pesquisas paradas devido à fila de processos em comissão

O ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) anunciou ontem, em Piracicaba (SP), que o governo federal vai acabar com a fila comum de processos na CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) para tentar agilizar a análise dos produtos transgênicos com fins comerciais.

Furlan disse que já conversou pessoalmente sobre as mudanças com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As análises dos cultivos são feitas pela CTNBio, órgão que presta assessoramento na formulação, na atualização e na implementação da Política Nacional de Biossegurança.

Segundo Furlan, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), por exemplo, está com diversas pesquisas paradas por conta de uma fila de processos na CTNBio.

"A CTNBio tinha uma agenda, e essa agenda era voltada a partir de um critério de processos de antigüidade.

O que nós combinamos há pouco tempo com diversos ministros envolvidos, e até por sugestão da ministra Marina Silva [Meio Ambiente], é dividir a pauta da CTNBio em três itens."

Para Furlan, essa é uma reivindicação de diversos centros de pesquisa e deve evitar que haja uma fila comum de processos.

"Hoje, há uma reclamação de todos os centros de pesquisa, em particular da Embrapa, que tem mais de cem projetos que não pode levar adiante sem alteração prévia da CTNBio."

O atraso da CTNBio em aprovar o cultivo comercial de transgênicos já havia sido alvo de críticas do ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto. Só estão autorizados no Brasil os cultivos de dois produtos geneticamente modificados: algodão e soja -desenvolvidos por multinacionais.

Alcool

O ministro disse ainda que o governo federal padronizará em seis meses a produção de álcool (etanol) no país.

"Nós demos prioridade a essa especificação porque hoje o setor perde com essa variação de qualidade de produto e muitas vezes enfrenta problemas de barreiras de entrada em outros países, além de prejudicar o consumidor", disse.

"Nós fizemos um programa de certificação de qualidade e de padronização do setor de álcool e a gente espera que nos próximos seis meses essa padronização e certificação esteja pronta para ser implantada."

⁴⁷ Folha de S.Paulo – 21/11/06

Americano cria algodão transgênico comestível

Semente da planta é rica em proteína, mas tóxica

Além de ser a fibra vegetal favorita da humanidade, o algodão poderá ter mais uma utilidade: alimentar meio bilhão de pessoas com as suas sementes, graças a uma variedade transgênica da planta obtida por pesquisadores americanos.

Há muito os cientistas procuram uma maneira de aproveitar o grande conteúdo de proteína nos caroços de algodão. Eles não são comestíveis por produzirem grande quantidade de uma toxina, o gossipol, presente em toda a planta.

Quando foi divulgada em 1954 uma variedade de algodão sem gossipol, parecia que a possibilidade de aproveitar a proteína das sementes estava próxima. Mas o gossipol não está presente no algodão à toa. Ele é fundamental para a defesa do algodoeiro contra insetos.

A novidade agora é um algodão transgênico que mantém o gossipol na planta -especialmente nas folhas-, mas longe das sementes. Isso foi possível porque os pesquisadores usaram uma técnica específica de engenharia genética, a interferência de RNA (RNAi).

Essa técnica, cuja descoberta deu o Prêmio Nobel deste ano aos americanos Andrew Fire e Craig Mello, permite usar pequenas moléculas de RNA (o primo-irmão do DNA) para silenciar genes específicos.

O algodão transgênico foi criado por Keerti Rathore, do Instituto para Genômica de Plantas e Biotecnologia, da Universidade A&M do Texas, nos EUA. Rathore e mais quatro colegas descrevem a descoberta na última edição dos anais da academia de ciências dos EUA, a revista "PNAS".

Eles argumentam que para cada quilo de fibra se produz 1,65 kg de caroços, que contêm 21% de óleo e 23% de proteína.

Se os 44 milhões de toneladas de sementes produzidas anualmente pudessem ter sua proteína utilizada, seria suficiente para alimentar meio bilhão de pessoas com 50 gramas de proteína per capita por dia.

Para Rathore, a remoção de compostos tóxicos naturais da porção comestível de plantas não só as tornam mais seguras para consumo como pode também proporcionar um meio de satisfazer as necessidades de nutrição de uma população em crescimento, sem que seja necessário aumentar a produtividade ou a área plantada.

⁴⁸ Folha de S.Paulo – 15/12/06

Liminar da Justiça no PR barra milho transgênico

Juiz decide acatar o pedido de três organizações não-governamentais

CTNBio critica decisão e diz que, se veto continuar, sementes geneticamente modificadas entrarão no país através de contrabando

Uma liminar concedida pela Justiça Federal no Paraná barrou ontem a primeira liberação comercial de uma variedade de milho transgênico e levou a CTNBio, órgão responsável pela liberação de organismos geneticamente modificados, a um impasse.

Pouco mais de um ano depois da regulamentação da Lei de Biossegurança, nenhum pedido de uso comercial de transgênicos foi aprovado.

O presidente da comissão, Walter Colli, criticou a decisão da Justiça e disse que, sem a mudança de regras de votação dos pedidos, dificilmente a CTNBio irá liberar o uso comercial de sementes. "Com o tempo, se a gente continuar proibindo, essas sementes [geneticamente modificadas] vão entrar no país por meio de contrabando", prevê Colli.

O contrabando de sementes precedeu a autorização para o plantio e a comercialização de soja e de algodão transgênicos. As duas variedades de grãos geneticamente modificados liberadas no país foram autorizadas antes da regulamentação da Lei de Biossegurança, em novembro do ano passado.

A CTNBio só deve voltar a deliberar em março do ano que vem. Colli defendeu a redução do número mínimo de votos exigidos para as autorizações de pesquisas e a comercialização de transgênicos dos atuais dois terços para maioria absoluta (metade mais um dos votos) dos 27 membros.

Atualmente, tramitam na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança nove pedidos de liberação de transgênicos para uso comercial: cinco variedades de milho, duas de algodão e mais uma variedade de arroz.

A variedade de milho da multinacional Bayer tolerante ao herbicida glufosinato de amônio chegou a entrar na pauta da última reunião do ano da CTNBio. Apresentado em 1998, o pedido contava com dez pareceres favoráveis e um contrário, segundo balanço de Colli. Mas a aprovação foi suspensa por liminar concedida pelo juiz federal Nicolau Konkel Júnior.

O juiz acatou o pedido de três ONGs (organizações não-governamentais) que defendem a realização de audiência pública antes de a comissão deliberar.

⁴⁹ Folha de S.Paulo – 21/12/06

Câmara facilita aprovação de transgênico

Projeto de lei reduz de 18 para 14 votos necessários em comissão de biossegurança para aprovar novos produtos

Sementes transgênicas de milho, algodão e arroz devem ser primeiras beneficiadas; Marina Silva pedirá veto de Lula

Projeto de lei aprovado ontem pela Câmara reduz de 18 para 14 o número de votos da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) necessários à liberação comercial de organismos geneticamente modificados. A mudança favorece num primeiro momento dez pedidos de autorização de uso comercial de sementes de milho, algodão e arroz apresentados por empresas multinacionais e que aguardam votação na comissão.

Desde a regulamentação da Lei de Biossegurança, há mais de um ano, a CTNBio não aprovou nenhum pedido de uso comercial de transgênicos. Em novembro, a autorização para uma vacina contra a doença de Aujeszky, que ataca suínos, foi negada apesar de 17 votos favoráveis e apenas 4 contrários.

A mudança no quórum de votação da CTNBio, defendida pelo agronegócio, obteve 247 votos na Câmara; 103 votaram contra. O projeto seguiu ontem para votação no Senado. Depois irá à sanção presidencial.

Em nome da ministra Marina Silva (Meio Ambiente), o secretário de Biodiversidade e Florestas, João Capobianco, criticou a decisão da Câmara e antecipou que o ministério defenderá o veto da mudança. "É lamentável que mudem uma lei ainda em fase de implementação." A mudança não estava prevista na versão original da medida provisória 237.

"Essa votação é clara indicação do descaso do Congresso e do governo com a proteção ambiental, a biossegurança brasileira, as leis feitas pela própria casa e principalmente com a opinião da maioria dos eleitores, que não querem transgênicos no seu prato", afirmou Gabriela Vuolo, do grupo ambientalista Greenpeace.

Decreto assinado pelo presidente Lula em novembro do ano passado exige dois terços dos votos dos 27 membros da CTNBio para a liberação de uso comercial de transgênicos. Na ocasião da regulamentação da Lei de Biossegurança, Lula vetou o dispositivo que fixava quórum de maioria dos presentes. A decisão de ontem da Câmara representa um meio termo ao exigir maioria absoluta dos votos, ou seja, o apoio mínimo de 14 membros da CTNBio.

A mudança do quórum foi defendida na semana passada com veemência pelo presidente da CTNBio, Walter Colli. Ele argumentou que o elevado número de votos exigidos na comissão impedia a aprovação dos pedidos e poderia levar ao plantio clandestino de sementes contrabandeadas, como aconteceu com a soja e o algodão - os dois únicos grãos que têm variedades transgênicas liberadas no país.

O relator Paulo Pimenta (PT-RS) usou argumento semelhante: a exigência de dois terços dos votos "restringe sobremaneira" as deliberações da CTNBio e impede o avanço do agronegócio.

O texto aprovado ontem também autoriza a comercialização do algodão transgênico colhido em 2006 a partir de sementes contrabandeadas. As fibras poderão ser comercializadas, e os caroços serão usados na produção de biodiesel. Decisão anterior da CTNBio descartava esses produtos.

Parecer assinado por entidades como Greenpeace e MST diz que a redução do quórum ameaça a segurança do uso de transgênicos no país e favorece multinacionais. Entre os pedidos de uso comercial que aguardam votação estão três variedades da Bayer, três da Monsanto, três da Syngenta e uma da Dow AgroSciences. Seis dos dez pedidos tratam de variedades de milho resistentes a herbicidas e a insetos.

⁵⁰ Folha de S.Paulo – 22/12/06

Regra da CTNBio só terá impacto na safra 2007/08

Produtor de algodão vê ano perdido, mas elogia mudança

A redução do número mínimo de votos necessários na CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) para liberar a comercialização de transgênicos só deve ter impacto na safra 2007/08, segundo especialistas e produtores.

A razão é que há tempo escasso para planejamento e para empresas atenderem a uma eventual demanda de produtores por sementes geneticamente modificadas, em especial de algodão e milho, as culturas que mais devem ser afetadas.

Na última quarta-feira, a Câmara aprovou projeto de lei que reduz de 18 para 14, dentro de um universo de 27 membros da CTNBio, o número de votos necessários para liberar o uso comercial de transgênicos. O projeto ainda necessita ser aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente Lula.

A mudança é defendida pela CTNBio e pelo agronegócio, mas o Ministério do Meio Ambiente já informou que recomendará ao presidente que ela seja vetada.

"Ainda vai demorar um ou dois anos para que [produtores de algodão e milho] utilizem sementes modificadas. Só agora as empresas [que desenvolvem as sementes] poderão multiplicá-las, porque antes não havia autorização", disse Iwao Miyamoto, presidente da Abrasem (Associação Brasileira de Sementes e Mudanças). Para o presidente da Abrapa (Associação Brasileira dos Produtores de Algodão), João Carlos Jacobsen Rodrigues, "mais um ano foi perdido." Ele diz, porém, que a comissão "agora terá viabilidade, porque antes não se aprovava nada".

Miyamoto, entretanto, faz uma ressalva. Ele diz temer que ocorra com o algodão o mesmo que sucedeu com a soja há cerca de três anos, quando foi liberado, por meio de medida provisória, o plantio de sementes "piratas". À época, o plantio de soja transgênica estava disseminado, em especial no Rio Grande do Sul, antes até que a liberação fosse oficializada.

O cenário hoje é semelhante, segundo analistas. Estima-se que de 8% a 13% da produção de algodão nacional seja geneticamente modificada, afirmou Leonardo Sologuren, da consultoria Céleres. Ele alerta, por exemplo, para a menor produtividade de tais sementes produzidas ilegalmente.

A hipótese da legalização forçada é negada pela Abrapa. "Não vamos usar o fato consumado como argumento para nada", afirmou Rodrigues.

Na fila

A Bayer pode ser a primeira empresa a receber autorização para a comercialização de organismos geneticamente modificados no ano que vem.

O pedido da multinacional para comercializar milho transgênico resistente a agrotóxicos é o mais adiantado entre os dez processos, de quatro empresas distintas, que aguardam decisão da CTNBio: já recebeu os pareceres necessários e só precisa ser analisado pelos membros da comissão.

Desde a regulamentação da Lei de Biossegurança, no ano passado, nenhum pedido de uso comercial de transgênicos foi aprovado pela CTNBio. A Bayer possui três pedidos de liberação que aguardam resposta da comissão, mesmo número de requisições feitos pela Monsanto e pela Syngenta.

Depois da Bayer, o pedido de liberação do milho resistente a insetos da Monsanto é o que está mais perto de ser aprovado. Dos dez pedidos em análise, seis se referem à comercialização de milho, três tratam de algodão, e um, de arroz.

⁵¹ Folha de S.Paulo – 19/01/07

ONG vê risco de milho ter liberação "forçada"

O representante do ISAAA no Brasil, Anderson Galvão, disse que há registro de áreas plantadas com variedades de milho transgênico no Brasil, apesar de o plantio não ter sido autorizado no país. Por ter origem em contrabando, essas lavouras não foram consideradas no relatório mundial da organização não-governamental. Estaria se repetindo com o milho a história do cultivo de variedades transgênicas de soja e algodão, que entraram no Brasil por meio de sementes clandestinas, trazidas da Argentina. No caso da soja e do algodão, as culturas ilegais acabaram forçando a liberação oficial, durante o primeiro mandato do presidente Lula. O ritmo de crescimento das culturas clandestinas de milho seria menos acelerado, afirmou o representante da ONG, porque as sementes não podem ser guardadas de uma safra para outra. "Existem lavouras clandestinas, mas as áreas são pouco significativas por causa dessa limitação: o produtor tem de comprar sementes todo ano."

Em dezembro, liminar concedida pela Justiça Federal no Paraná barrou a primeira liberação comercial de variedade de milho transgênico no país.

Na ocasião, o presidente da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), Walter Colli, criticou a decisão da Justiça e previu que, sem autorização legal, as sementes geneticamente modificadas entrariam no país por meio de contrabando. (MS)

⁵² Folha de S.Paulo – 19/01/07

Área do Brasil cultivada com transgênicos aumenta 22%

País tem o terceiro maior crescimento no uso de sementes geneticamente modificadas

As lavouras transgênicas representam cerca de um quarto da extensão total plantada de grãos; dados incluem só algodão e soja

A área plantada com variedades transgênicas no Brasil passou a 11,5 milhões de hectares no ano passado, após registrar o terceiro maior crescimento no mundo, informa relatório divulgado ontem pela ISAAA (sigla em inglês para Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia).

Autorizado em 2005, o plantio de sementes de algodão resistente a insetos alcançou 120 mil hectares no ano passado, ou o equivalente a 15% da safra brasileira, estimou o representante da ISAAA no Brasil, Anderson Galvão.

Mas o maior crescimento ocorreu nas lavouras de soja geneticamente modificada para tolerar herbicidas, que confirmou no ano passado a posição de maior cultura transgênica no mundo. Somadas, as lavouras transgênicas representam no Brasil cerca da quarta parte da área total plantada de grãos.

Em 2006, o país aumentou a área plantada com variedades de soja e algodão transgênicos em 2,1 milhões de hectares -alta de 22%. Em números absolutos, o crescimento desse tipo de cultura no Brasil só perdeu para os EUA e a Argentina.

O relatório da ISAAA -organização não-governamental defensora dos transgênicos- só considera as culturas liberadas oficialmente nos países pesquisados. No caso do Brasil, o documento não considerou áreas plantadas com sementes de milho geneticamente modificados, embora haja registro de culturas clandestinas do grão.

O Brasil só passou a integrar a pesquisa da ONG em 2003, depois da primeira autorização para a comercialização de safra de soja transgênica, concedida pelo governo Lula. No ranking divulgado em 2004, o país já aparecia em quarto lugar.

Em 2005, o Brasil passou para terceiro lugar na lista da ONG. Comparado aos demais países, foi o que registrou então a maior expansão da área plantada. Embora acelerado, o ritmo de crescimento das lavouras não se manteve em 2006.

No mundo todo, a área semeada com transgênicos no ano passado aumentou 12 milhões de hectares ou 13% em relação a 2005. A área total de cultivo atingiu 102 milhões de hectares. O maior aumento proporcional foi registrado na Índia, que quase triplicou a área plantada. No ranking dos dez maiores produtores de transgênicos, o Brasil está ao lado dos outros três sócios principais do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Ainda de acordo com o relatório divulgado ontem, o crescimento das culturas transgênicas foi mais acentuado em países em desenvolvimento, que já respondem por 40% da área plantada com sementes geneticamente modificadas no mundo.

Atualmente, 51 países autorizam o plantio ou importação de grãos transgênicos.

⁵³ Folha de S.Paulo – 06/02/07

Demora em transgênicos custou US\$ 3,1 bi, diz estudo

Produtores de soja do Brasil deixaram de arrecadar US\$ 3,1 bilhões nos últimos dez anos por causa da demora do país em adotar tecnologia transgênica, segundo a indústria do setor.

Relatório divulgado ontem pelo Conselho de Informações sobre Biotecnologia, ONG ligada a empresas pró-transgênicos, estima também que o país vai deixar de faturar US\$ 9 bilhões na próxima década, caso a CTNBio -comissão do Ministério da Ciência e Tecnologia- não libere o plantio de milho e algodão transgênicos.

A estimativa leva em conta os gastos dos produtores com produtos químicos para controle de pragas -no caso da soja, ervas daninhas. Em dez anos, essa despesa para os produtores de soja foi de US\$ 4,6 bilhões.

A quantia economizada nesse período com o cultivo de plantas resistentes foi de US\$ 1,5 bilhão, de acordo com o Conselho. Atualmente, 56% das plantações de soja no Brasil contêm organismos transgênicos, de acordo com a ONG.

"Em consequência de fazer menos aplicação de defensivos químicos, você gasta menos trator, menos óleo, funcionários. Tem toda uma redução de custos colateral", diz o coordenador da pesquisa, o engenheiro agrônomo Anderson Galvão, da consultora Céleres.

O presidente da CTNBio, Walter Colli, diz que um "excesso de divergências" entre os membros da comissão impede a aprovação de projetos que autorizem o cultivo de outros tipos de transgênicos.

⁵⁴ Folha de S.Paulo – 28/02/07

Senado aprova mudanças em biossegurança

O Senado aprovou ontem projeto de lei que legaliza o algodão transgênico no país e reduz o quórum necessário na CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para a liberação comercial de organismos geneticamente modificados. A matéria foi encaminhada à sanção presidencial.

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) quer que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vete essas mudanças, feitas pelo relator da medida provisória na Câmara, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), e mantidas no Senado. Empresas multinacionais esperam autorização de uso comercial de sementes de milho, algodão e arroz geneticamente modificadas.

⁵⁵ Folha de S.Paulo – 22/03/07

Mudança facilita liberar transgênico

Quantidade de votos exigidos na CTNBio para permitir a comercialização de organismos modificados cai de 18 para 14

Mudança foi sancionada ontem por Lula; CTNBio vota hoje pedido da Bayer para comercializar variedade de milho resistente a herbicida

Com um número menor de votos necessários à liberação comercial de grãos geneticamente modificados - mudança sancionada ontem à noite pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva-, a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) vota hoje o pedido da multinacional Bayer para comercializar no país variedade de milho transgênica resistente a herbicida.

Contrariando apelos feitos por entidades ambientalistas e a ministra Marina Silva (Meio Ambiente), cuja equipe solicitara o veto da medida, Lula avalizou decisão da Câmara e do Senado de reduzir de 18 para 14 o número de votos exigidos para liberar a comercialização de organismos geneticamente modificados no país. A CTNBio é composta de 27 membros e, desde a regulamentação da Lei de Biossegurança, não havia conseguido aprovar nenhum pedido de liberação comercial de transgênicos. A dificuldade foi atribuída ao elevado quórum exigido para as decisões, sempre polêmicas.

A ministra do Meio Ambiente obteve, no entanto, uma vitória parcial com o veto de Lula a outra decisão do Congresso, que autorizava a comercialização de algodão colhido em 2006 a partir de sementes contrabandeadas. Trata-se de uma safra ilegal de variedade, da multinacional Monsanto, resistente a herbicida. Em 2005, a CTNBio autorizou a comercialização de outra variedade de algodão da Monsanto, resistente a insetos.

O Palácio do Planalto justificou o veto dizendo que a autorização criaria um "perigoso precedente" na fiscalização do uso de organismos geneticamente modificados não autorizados. O algodão ilegal havia sido detectado pela fiscalização do Ministério da Agricultura em cerca de 100 mil hectares. A colheita terá de ser descartada.

Primeira decisão

A reunião de hoje da CTNBio já poderá aplicar o novo quórum para as decisões sancionado ontem à noite por Lula. O primeiro item da pauta é o pedido apresentado em 1998 pela multinacional Bayer para comercializar milho transgênico resistente a herbicida.

Outros nove pedidos de liberação comercial de variedades de milho, algodão e arroz resistentes a insetos e a herbicidas estão na pauta. Mas a chance de serem votados hoje é pequena.

Pelas regras da CTNBio que valiam até ontem, fixadas pelo próprio Lula por decreto de 2005, a liberação comercial de transgênicos dependia dos votos favoráveis de dois terços dos membros da comissão.

⁵⁶ Folha de S.Paulo – 23/03/07

“Invasão” adia a liberação de transgênico

Reunião da CTNBio, que analisaria a venda de milho geneticamente modificado, foi tumultuada por membros do Greenpeace

Decisão é adiada por um mês; primeiro item da pauta de ontem analisaria pedido da Bayer para comercializar milho resistente a herbicida

Numa suposta manobra para barrar a liberação comercial da primeira variedade de milho transgênico no país, dois representantes da ONG ambientalista Greenpeace tumultuaram a reunião de ontem da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança). Depois de um bate-boca e da presença de policiais, a reunião foi suspensa, e a decisão, adiada por um mês.

A reunião de ontem seria a primeira a ser realizada com o novo quórum para deliberações. O presidente Lula havia sancionado, na véspera, mudança aprovada pelo Congresso que reduzia de 18 para 14 o número de votos necessários na CTNBio para a liberação comercial de organismos geneticamente modificados.

O primeiro item da pauta era o pedido para comercialização do milho resistente a herbicida, apresentado pela multinacional Bayer.

Com o apoio da procuradora regional da República Maria Cordioli, dois integrantes do Greenpeace tentaram participar da reunião. A Lei de Biossegurança prevê que representantes da comunidade científica, do setor público e de entidades da sociedade civil poderão ser "convidados" a participar das reuniões da comissão, em caráter excepcional.

A procuradora entende que as reuniões do colegiado deveriam ser públicas. Ela disse que faltou "transparência e ética" na comissão e acusou o presidente da CTNBio, Walter Colli, de "abuso de autoridade". Se a reunião prosperasse e aprovasse a liberação do milho, Cordioli pediria sua impugnação. Ela já tentou outros recursos para barrar a deliberação.

Colli se recusou a levar adiante a reunião na presença de "estranhos". Pediu que os integrantes do Greenpeace deixassem a sala até que o plenário votasse o requerimento para que participassem da sessão. O advogado da ONG João Alfredo Melo disse que não sairia.

O bate-boca envolveu o deputado Ivan Valente (PSOL-SP). A transcrição dos diálogos será encaminhada hoje ao Ministério Público pela equipe do ministro Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia).

Em nota, Colli classificou o gesto do Greenpeace de tentativa de "violentar" o colegiado. A nota diz que a próxima reunião, marcada para abril, só ocorrerá se houver segurança aos membros da comissão.

⁵⁷ Folha de S.Paulo – 20/04/07

CTNBio não aprova liberação de transgênicos

A CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) encerrou ontem mais uma reunião mensal sem conseguir aprovar nenhum pedido de liberação comercial de variedades transgênicas ou mesmo de autorização para pesquisas de campo. Na fila há pedidos feitos há nove anos. A maior parte dos pedidos trata de variedades de milho geneticamente modificado.

A reunião iniciada na última terça-feira foi a primeira depois de o presidente Lula sancionar a lei que reduz o número de votos necessários às liberações comerciais de transgênicos. Mas o presidente da comissão, Walter Colli, optou por deixar fora da pauta temas polêmicos diante da pressão para acolher no plenário pessoas que não integram a CTNBio.

Além de analisar relatórios de pesquisas, a CTNBio autorizou a importação de vírus pelo Instituto Butantã para a fabricação de vacina contra a dengue e liberou pesquisa de vacina contra a hepatite B.

⁵⁸ Folha de S.Paulo – 28/04/07

Armazenagem atrasa embarque em Paranaguá

Um dos dois silos públicos de Paranaguá (PR), maior porto exportador de grãos do Brasil, tem sido subutilizado por restrições impostas a grãos geneticamente modificados nos depósitos do Estado, disseram agentes embarcadores ontem. "O armazém pode estocar até 100 mil toneladas, mas armazena apenas 15 mil atualmente", disse um agente.

A medida atrasa embarques de soja quando a temporada de exportação está perto do pico, no mês que vem. O governo do Estado é contra os produtos geneticamente modificados.

Segundo as leis portuárias, a armazenagem e transferência de grãos transgênicos deve ocorrer separadamente da de dos grãos convencionais.

"É ridículo, já que a maioria dos compradores não se importa se os grãos são convencionais ou transgênicos", avaliou o agente. "As regras estão provocando lentidão no fluxo de exportação dos grãos e causando problemas logísticos."

A regra em Paranaguá para os transgênicos, que podem ser estocados apenas nos silos privados do porto, já vale desde a safra passada. Porém nas duas temporadas anteriores a produção de grãos do Paraná foi menor, reduzida fortemente pela estiagem.

⁵⁹ Folha de S.Paulo – 17/05/07

Milho transgênico é aprovado pela CTNBio

Foi o primeiro pedido de liberação de organismo geneticamente modificado desde a regulamentação da Lei de Biossegurança

Milho resistente a herbicida deverá estar disponível para plantio em 2008; pedido da Bayer, feito em 1998, foi aprovado por 17 votos a 4

A CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) aprovou ontem o primeiro pedido de liberação comercial de organismo geneticamente modificado desde a regulamentação da Lei de Biossegurança, há um ano e meio. Variedade de milho transgênico resistente a herbicida deverá estar disponível para plantio em 2008.

O pedido havia sido apresentado em 1998 pela multinacional Bayer. Essa variedade de milho é considerada uma espécie "avó" dos milhos transgênicos. Antes do registro da variedade pelo Ministério da Agricultura, a liberação comercial ainda será submetida a uma avaliação de oportunidade política e socioeconômica em conselho composto por 11 ministros e chefiado por Dilma Rousseff (Casa Civil).

A aprovação da variedade de milho contou com 17 votos a favor e 4 contra, o mesmo quórum que, no ano passado, rejeitou a autorização de vacina contra a doença de Aujeszky. Os votos contrários de ontem foram dados por representantes dos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca e do representante da sociedade civil para ambiente e agricultura familiar. Desta vez o resultado foi favorável à liberação devido à redução (de 18 para 14) do número mínimo de votos na CTNBio, mudança sancionada em março pelo presidente Lula.

Duas outras variedades transgênicas comercializadas no país (soja e algodão) foram autorizadas no governo Lula depois de constatado plantio clandestino com sementes contrabandeadas da Argentina.

Críticas e elogios

A decisão de ontem foi criticada por entidades e organizações não-governamentais como o Greenpeace e o MST. "Repudiamos a decisão da CTNBio, que deu as costas para a biossegurança brasileira para atender aos interesses do agronegócio e das empresas multinacionais de biotecnologia", disse Gabriela Vuolo, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace.

Presente à reunião, a diretora-executiva do CIB (Conselho de Informações sobre Biotecnologia), Alda Laryer, disse que países como Argentina e Colômbia já plantam variedades de milho com dois ou três genes modificados. Estudo encomendado pelo CIB à consultoria Céleres calcula que agricultores brasileiros deixariam de ganhar US\$ 6,9 bilhões na próxima década caso variedades de milho transgênico continuassem proibidas no país.

Em nota, a multinacional Monsanto, que defende a liberação comercial de outras variedades comercializadas há cerca de dez anos em outros países, considerou a decisão "um passo importante para a agricultura brasileira".

A presidente da Associação Nacional de Biossegurança e pesquisadora da FioCruz, Leila Oda, elogiou a decisão. "É um alívio perceber que a biotecnologia terá campo para crescer no país", afirmou.

⁶⁰ Folha de S.Paulo – 05/09/07

Embrapa prevê liberação de feijão em 2009

A novela do feijão transgênico da Embrapa se aproxima dos últimos capítulos. Desde os anos 1990, a instituição tenta terminar as pesquisas com a planta, a primeira geneticamente modificada feita por ela, sem parceria com a iniciativa privada.

"Os testes, agora, precisam ser repetidos em uma escala maior. Mas a primeira fase mostrou que o feijão é totalmente viável e também seguro", disse à Folha o pesquisador Francisco Aragão, da Embrapa. "Tudo indica que até o final de 2009 será pedida a liberação comercial do feijão. O problema a partir daí, o de saber quando ocorrerá a liberação, já não será mais nosso."

A modificação gênica feita pelos técnicos da Embrapa no feijão é para que o vegetal fique resistente ao vírus mosaico dourado, transmitido pela mosca branca. A doença ocorre em vários países da América Latina. "O combate ao inseto é feito com inseticidas bastante tóxicos."

Segundo Aragão, por causa da discussão sobre as plantas gênicas, principalmente no final dos anos 1990 e início desta década, as pesquisas da Embrapa com o feijão ficaram paradas por quatro anos.

⁶¹ Folha de S.Paulo – 11/03/05

RÓTULO EM TRANSGÊNICOS

É escandalosa a posição da Abia (Associação Brasileira da Indústria da Alimentação) em relação à norma que obriga a rotulagem de gêneros alimentícios que contenham em sua composição mais de 1% de organismos transgênicos.

A entidade tem, como é óbvio, o direito de não gostar da lei. Mais do que isso, numa democracia como é o Brasil, a organização pode propor as mudanças que julgue convenientes e advogar por elas. É inadmissível, contudo, que deixe de cumprir as exigências legais em vigor por delas discordar, como vêm criminosamente fazendo as suas afiliadas.

É muito possível que o alerta para transgênicos demandado pela legislação de fato traga prejuízos de imagem à marca. É convincente o argumento de que ninguém quer ver o seu produto associado a um sinal que indica poder haver perigo para quem consumi-lo.

A questão é que nem os defensores dos transgênicos nem seus críticos apresentaram provas conclusivas. É impossível afirmar com certeza que os transgênicos façam mal à saúde assim como é impossível sustentar o contrário. Daí que a lei sabiamente transferiu ao consumidor a decisão de ingeri-los ou não. E a rotulagem é necessária para que o cidadão possa exercer os seus direitos.

Não teria sido nenhum despropósito inverter a regra, deixando para os produtos livres de transgênicos a incumbência de anunciar sua condição mais "natural". O fato, contudo, é que tanto a legislação em vigor como a recém-aprovada Lei de Biossegurança determinam que são os produtos que possuem transgênicos que devem indicá-lo no rótulo.

E é francamente inaceitável que a indústria alimentícia se arrogue o papel de escolher as leis que vai cumprir e as que ignorará. Até que suas sugestões sejam eventualmente acatadas pelo Parlamento, as empresas associadas à Abia não têm escolha que não a de obedecer à legislação, mesmo que isso ofenda seus departamentos de marketing.

⁶² Folha de S.Paulo – 30/04/05

Reflexões transgênicas
DRAUZIO VARELLA

Os alimentos transgênicos poderão representar, para a saúde pública dos próximos cem anos, avanço semelhante ao do saneamento básico no século 20.

A descrição da molécula de DNA, nos anos 1950, rapidamente levou às conclusões que criaram as bases da transgenia:

- 1) Das bactérias ao Homo sapiens, os genes estão localizados entre as duas hélices da molécula de DNA.
- 2) Os genes de todos os seres vivos têm estruturas químicas semelhantes.

A constatação de que os genes possuem estruturas quimicamente idênticas em todos os seres criou a possibilidade de transplantá-los de uma espécie para outra, tecnologia batizada com o nome de DNA recombinante. Já na década de 1980, essas descobertas levaram à produção de proteínas humanas em bactérias escravas: o gene do interferon humano, transplantado para Escherichia coli, permitiu que uma rele bactéria presente nas fezes produzisse interferon recombinante para tratamento de hepatites, câncer e outras doenças. Pela mesma tecnologia, hoje, são produzidas proteínas preciosas como a insulina, a interleucina 2 e muitas outras.

Da mesma forma, as técnicas para introduzir genes humanos no gado leiteiro com a finalidade de obter proteínas de interesse médico, excretadas no leite, chegam à fase de implantação comercial.

Mas nenhuma aplicação da biotecnologia tem a abrangência da produção de alimentos transgênicos. Inserir genes novos nos vegetais cria possibilidades concretas de obter plantas resistentes às pragas e às intempéries da natureza, capazes de produzir com mais eficiência e de fabricar compostos de interesse médico, como vitaminas, proteínas ou vacinas contra várias enfermidades.

A produção de vacinas em vegetais poderá modificar a história da saúde pública. Por exemplo, introduzir nas bananeiras genes que codificam proteínas existentes na cápsula do vírus da hepatite B pode estimular a produção de anticorpos contra essa doença epidêmica em populações inteiras.

Alimentos transgênicos ricos em micronutrientes para combater deficiências nutricionais responsáveis por patologias graves como o câncer, assim como a possibilidade de vacinar grandes massas populacionais contra a maioria das doenças infecciosas através da ingestão de tomate, alface ou batatas transgênicas, tornam absurda a idéia de abrirmos mão do estudo e desenvolvimento de pesquisas com DNA recombinante.

Por que, então, tanta polêmica sobre os transgênicos?

Por causa de duas preocupações totalmente justificadas:

- 1) Plantas transgênicas causarão transtornos ecológicos?
- 2) Alimentos transgênicos farão mal à saúde?

A primeira pergunta deve ser respondida objetivamente pelos estudos de impacto ambiental. É fundamental uma legislação que estabeleça com clareza o conjunto de testes necessários para avaliar o impacto a curto e médio prazo da introdução de um transgênico em determinado meio. Desastres ecológicos não interessam a ninguém, muito menos aos cientistas.

Quanto aos consumidores, não podemos esquecer que até hoje jamais foi descrito qualquer agravo à saúde provocado pela ingestão de transgênicos. E que, nos Estados Unidos, país de legislação bastante rigorosa, pelo menos 70% de todos os produtos alimentícios contêm algum ingrediente geneticamente modificado.

Quanto à exigência da prova de que eles não fazem mal à saúde, é preciso não esquecer que estudos positivos são fáceis de serem feitos, enquanto os negativos são difíceis de elaborar, excessivamente dispendiosos e demorados.

Explico melhor: provar que sardinha enlatada faz mal é fácil; basta saber se quem comeu ficou doente (estudo positivo). Agora, provar que não faz mal (estudo negativo) é outra história. Quantos precisarão comê-la? Milhares ou milhões? Deverão ser acompanhados por quantos anos para ficarmos tranquilos? Será seguro comê-las diariamente, ou apenas uma vez por semana, ou uma vez por mês? Quantas dúvidas persistirão no final de um estudo desses?

Só para dar uma idéia das dificuldades, tomemos o exemplo da carne vermelha. Os epidemiologistas da Universidade de Harvard estimam que um estudo programado para definir se a ingestão de carne vermelha aumenta a incidência de ataques cardíacos deveria envolver pelo menos 100 mil consumidores de carne e um número equivalente de abstinentes (grupo controle). Seria necessário acompanhá-los por pelo menos 20 anos, a um custo aproximado de 1 bilhão de dólares.

Enquanto não surgirem voluntários para patrocinar uma pesquisa dessas, continuaremos sem saber se comer carne faz mal para o coração. E a carne é conhecida de nossa espécie há 5 milhões de anos!

Os que exigem estudos negativos, para demonstrar que os transgênicos não causarão problemas de saúde a longo prazo, desconhecem a complexidade do tema e ignoram a inexistência de provas semelhantes para a carne, para o arroz ou para a cenoura.

Essa questão é muito relevante para ser decidida por políticos despreparados ou por militantes repetidores de slogans a favor ou contra. Em nossas universidades e, especialmente, na Embrapa há cientistas com conhecimento suficiente para que o Brasil ocupe posição de destaque nessa área; basta um mínimo de vontade política.

O benefício que os transgênicos poderão trazer à humanidade é de tal ordem que não admite discussões apaixonadas. O tema exige preparo intelectual e racionalidade nas decisões.

⁶³ Folha de S.Paulo – 27/05/05

RISCO TRANSGÊNICO

Ratos alimentados com um tipo de milho geneticamente modificado desenvolveram anormalidades em seus órgãos internos e alterações hematológicas, de acordo com um estudo realizado pelo próprio fabricante do grão, a Monsanto. O trabalho, por razões óbvias, não teve divulgação. Só veio a público porque repórteres do jornal britânico "The Independent" tiveram acesso à pesquisa e fizeram uma reportagem.

É preciso algum cuidado na interpretação dos resultados. Antes de mais nada, cabe deixar claro que eles não dizem nada a respeito da tecnologia dos transgênicos em geral. Cada produto desenvolvido através dessa técnica deve ter seus riscos avaliados separadamente. A única semelhança entre a soja "roundup ready" e o algodão Bt, por exemplo, é que ambos receberam genes de outras espécies. São, contudo, organismos distintos. O produto que deve ficar sob suspeita com esse estudo é o milho MON 863, modificado para tornar-se imune à larva de um besouro.

Em termos gerais, o episódio serve para reforçar a necessidade de observar com rigor os procedimentos óbvios: todos os novos produtos, sejam eles obtidos através de transgenia, de outras técnicas de engenharia genética ou até de melhoramento convencional, precisam ser extensivamente testados antes de liberados para utilização comercial. Mesmo depois, é preciso que continuem sendo monitorados, a exemplo do que se faz com medicamentos.

A propósito, no mesmo sentido das pressões que hoje se exercem sobre laboratórios farmacêuticos, é preciso cobrar das empresas que trabalham com transgênicos a divulgação para a comunidade científica dos resultados de todas as suas pesquisas, sejam elas favoráveis ou não ao produto. Lida-se, afinal, com saúde pública. A rigor, é do próprio interesse das empresas retirar o quanto antes de circulação os itens que possam provocar problemas sanitários -e, conseqüentemente, motivar processos pedindo grandes indenizações.

⁶⁴ Folha de S.Paulo – 07/08/05

Erva daninha transgênica

É um pesadelo agrônômico. O herbicida seleciona pragas resistentes

MARCELO LEITE

COLUNISTA DA FOLHA

Esta notícia ninguém vai encontrar nas páginas de propaganda em favor da agricultura transgênica, como as do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (www.cib.org.br) e da Associação Nacional de Biossegurança (www.anbio.org.br): o Reino Unido já tem a sua supererva daninha.

Aliás, você sabia que na ilha do príncipe Charles até hoje não se cultivam transgênicos? Só experimentalmente. País atrasado...

Para a sorte do público, existem serviços de propaganda com o sinal trocado, como a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos (www.aspta.org.br/publico/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm). Essa, pelo menos, não traz no nome nenhuma promessa descumprida de imparcialidade. Foi por um boletim da campanha que os brasileiros ficaram sabendo do relatório britânico do final de julho, dando conta de que plantas da oleaginosa colza (ou canola, Brassica napus) resistentes ao herbicida glufosinato de amônia tinham cruzado com uma mostarda silvestre (*Sinapis arvensis*).

Não chega a ser uma tremenda novidade. No Canadá, a canola resistente a herbicidas é plantada há tempos e a transmissão do gene que confere a resistência para ervas daninhas já havia sido constatada. No caso, para outras mostardas silvestres, como a Brassica rapa, parente mais próxima da oleaginosa (como se percebe pelo primeiro nome, o do gênero).

É um pesadelo agrônomo. A aplicação de herbicida na plantação, que só deveria matar o mato e preservar a canola, agora poupa também -e seleciona- algumas ervas resistentes, que adquiriram a característica após fertilização com pólen da canola transgênica. Na propaganda antitransgênicos, esse efeito não-pretendido da biotecnologia foi apelidado de "superervas daninhas".

No Reino Unido, chama a atenção que o problema tenha surgido em uma planta ainda menos aparentada com a canola. O achado confirma também a utilidade de fazer estudos mais prolongados de biossegurança e impacto ambiental, inexistentes no Brasil, cujos governos, no entanto, vêm fazendo de tudo para liberar os cultivos geneticamente modificados.

No caso britânico, a hibridização da canola com a mostarda silvestre só foi verificada cinco anos depois de iniciados os chamados estudos de campo de larga escala. Eles foram patrocinados pelo governo para tentar demonstrar a segurança dos transgênicos e com isso diminuir a resistência do público.

Não é o fim do mundo, porém. O evento de transmissão do gene por pólen é raríssimo. Mas também é verdade que o emprego continuado do glufosinato manterá uma pressão seletiva favorável à erva daninha transgênica, que deverá multiplicar sua população rapidamente.

As implicações dessa pesquisa para a situação brasileira são só indiretas. Por aqui, o principal cultivo transgênico é de soja, uma planta sem parentes silvestres no Brasil. Nada disso é justificativa, contudo, para omitir uma notícia negativa para a biotecnologia. O estudo britânico pode ser obtido -em inglês, claro- na internet: www.genewatch.org/CropsAndFood/Charlock%20fses%20epg_1-5-151.pdf.

⁶⁵ Folha de S.Paulo – 13/11/05

A guerra obscura da CTNBio

MARCELO LEITE

COLUNISTA DA FOLHA

Faz sete anos que o Brasil se debate, mais do que debate, com a questão dos transgênicos na agricultura. Desde a primeira liberação comercial autorizada, em 1998, várias batalhas foram travadas entre dois campos inconciliáveis, caricaturalmente representados como "cientistas" versus "ambientalistas". Com o decreto de regulamentação da Lei de Biossegurança aguardado para estes dias, muita gente acredita que a última e decisiva batalha será travada. Tomara.

Muita energia foi desperdiçada num arremedo de discussão pública sobre os organismos transgênicos

O único consenso, nessa história toda, é que o país inteiro saiu perdendo. Sete anos é tempo demais para tomar uma decisão desse calibre. Mesmo que não se trate de uma tecnologia tão fundamental assim (afinal, nesse meio tempo o país se tornou o maior exportador de soja sem oficializar por completo as variedades transgênicas), muita energia foi desperdiçada num arremedo de discussão pública. Para não falar do envenenamento das relações entre setores importantes da sociedade, como certos institutos de pesquisa e algumas ONGs, e da terra arrasada que restou entre eles.

Desde a aprovação da nova Lei de Biossegurança, em março, quase tudo esteve paralisado no setor, pois não havia regras para licenciamento de acordo com a nova legislação. Nenhum experimento envolvendo organismo transgênico podia ser aprovado, como os que envolvem produção de camundongos com genes modificados -uma das ferramentas mais usadas hoje, em pesquisa biomédica, para desvendar o papel de certos genes na manifestação de doenças. Sete meses de paralisia num laboratório, no ambiente já notoriamente burocratizado da pesquisa brasileira, pode pôr a perder anos de trabalho.

Entende-se, assim, a ansiedade com que a regulamentação é aguardada por pesquisadores. Se a CTNBio e os biotecnólogos cantarem vitória, porém, desconfie.

Tudo indica que terão de ceder uma fatia do controle que mantinham sobre a comissão de biossegurança vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), aquela que sempre foi técnica antes de ser nacional, desde o batismo. Sociedades científicas menos automaticamente alinhadas com a biotecnologia, como a SBPC, deverão ter papel de destaque na indicação de nomes para compor as listas tríplexes que serão submetidas ao Executivo para preencher os 12 postos de representantes na nova CTNBio (outros 15 são destinados aos ministérios afetados e a outros setores sociais, como consumidores).

Novas batalhas à vista, portanto.

A da regulamentação, que deveria decidir a guerra, está emperrada na questão do quórum necessário para a CTNBio deliberar sobre liberação comercial de cultivares transgênicos. Uns defendem que seja qualificado, de dois terços dos membros. Outros preferem maioria absoluta. A Casa Civil trabalha por um meio termo,

mas não foi capaz de resolver a pendenga antes da visita de George W. Bush. Novo adiamento, para a semana passada, mas até a noite de quinta-feira nada estava definido sobre o decreto de regulamentação. Se fosse travada à luz do dia, talvez essa guerra já estivesse terminada.

⁶⁶ Folha de S.Paulo – 29/11/05

Votar, votar, votar

CLÓVIS ROSSI

GENEBRA - Os suíços foram domingo, pela milionésima vez, às urnas para uma penca de referendos, de âmbito local ou nacional. O mais chamativo foi a aprovação (55% dos votos) de uma moratória de cinco anos à introdução de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados) na agricultura suíça.

Eis um belo exemplo. No Brasil, é público que há divergências no ministério: Roberto Rodrigues (Agricultura) é a favor dos transgênicos (ou OGMs), mas Marina Silva (Meio Ambiente) é contra. O presidente da República fica de árbitro, embora não se tenha bem certeza do lado que adota, já que flutua mais que biruta de aeroporto em dia de vento.

Por que, então, não deixar que o eleitorado decida? Dirão alguns que, se nem os especialistas conseguem pôr-se inteiramente de acordo sobre a questão, o que dirá do tal de povo, na média pouco informado ou mal informado? É um argumento poderoso, admito, mas, levado às últimas conseqüências, leva à anulação da democracia.

Se o eleitor não está em condições de decidir sobre OGMs menos ainda estará para escolher quem (presidente e parlamentares) vai acabar decidindo o assunto, entre mil outros.

Já se viu que não deu nada certo essa tese sibilina de que o povo não está preparado para votar.

Além do mais, o recente referendo sobre as armas, com todos os defeitos e problemas que possa ter tido, tornou o brasileiro mais bem informado sobre o assunto. Todo processo eleitoral tem esse papel didático, nem sempre bem aproveitado.

Lembro que não se trata de palpite ou gosto pessoal. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) lhe dá amparo jurídico ao encampar iniciativa de Fábio Konder Comparato, que busca aumentar as consultas populares. Por mim, jogaria para o tal de povo decidir, por exemplo, o destino de José Dirceu. Acabaria com a onda de que não é democrático puni-lo ou de que não puni-lo será uma formidável pizza.

⁶⁷ Folha de S.Paulo – 13/02/06

NOVA BATALHA NA OMC

Grupos ambientalistas acabam de declarar guerra à Organização Mundial do Comércio (OMC). O motivo é a recente decisão do corpo judiciário desse órgão, que considerou ilegais certas restrições impostas por países europeus à importação de produtos transgênicos.

A manifestação da OMC ocorre por provocação da Argentina, dos EUA e do Canadá, que contestaram a moratória "de facto" aplicada pela União Européia (UE) a organismos geneticamente modificados (OGMs) entre 1998 e 2003 e ainda observada por seis Estados membros.

A decisão, que ainda não foi divulgada oficialmente -embora já tenha vazado para a imprensa-, é altamente técnica. São mais de mil páginas que procuram analisar se a moratória constitui uma barreira comercial injusta e se tem ou não fundamentação científica, como exigem a legislação da UE e da OMC.

O problema dessa decisão é que ela não será interpretada por suas virtudes técnicas, mas por suas implicações. E, na cabeça de muitos dos cidadãos europeus, que, por razões que não cabe aqui discutir, rejeitam alimentos com ingredientes transgênicos, aos quais chamam de "comida Frankenstein", a OMC está simplesmente dizendo que eles não têm o direito de decidir o que vão comer.

É bastante provável que a moratória européia tenha mesmo ferido as regras internacionais, mas é preciso observar que não se trata de um simples ardil para obter vantagens comerciais. O que motiva as restrições é uma rejeição real do consumidor europeu aos alimentos transgênicos, verificável em pesquisas e nas gôndolas dos supermercados.

Também é verdade que essa rejeição não tem bases científicas -ninguém jamais provou que a soja geneticamente modificada, por exemplo, faça mal à saúde-, mas as pessoas devem ser livres para decidir o que vão comer valendo-se dos critérios que bem entenderem.

⁶⁸ Folha de S.Paulo – 26/02/06

Mais carnaval na CTNBio

MARCELO LEITE

Não faltam credenciais a Colli para dirigir a famigerada comissão

Walter Colli, bioquímico e biólogo molecular, professor-titular da USP, começou com o pé esquerdo na nova CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) -ou começaram com o pé esquerdo dele, tanto faz. Na primeira reunião plena após a regulamentação da nova Lei de Biossegurança (número 11.105), há dez dias, Colli foi incluído no topo da lista tríplice de nomes para presidir a comissão que, pelo visto, continuará a ser técnica antes de ser nacional. Sem perda de tempo, foi nomeado presidente pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende.

Colli declarou ao jornal "O Estado de S.Paulo" que a reunião havia sido "extremamente produtiva", mas que não tinha idéia de quanto tempo seria necessário para "colocar ordem na casa" (a comissão ficou meses paralisada, enquanto a nova lei não era regulamentada).

Descrivendo-se a si mesmo como um cientista de grande reputação ("Sou muito respeitado"), disse que os ambientalistas não têm razão para preocupar-se com sua gestão: "Eles vão gostar de mim".

Não é o que parece. Convencidas de que Colli é um defensor dedicado dos alimentos transgênicos no estilo da velha e controversa CTNBio, entidades socioambientalistas como Greenpeace, Terra de Direitos e Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) estão questionando a lisura de sua indicação para a comissão, pelo Ministério da Saúde, como representante da sociedade civil atuante no setor. Segundo disse a ambientalista Gabriela Couto ao jornal "Correio Braziliense", o Ministério da Saúde alega que teria recolhido sugestões de 98 entidades, mas sem informar quais. As ONGs ameaçam entrar na Justiça para impugnar a indicação.

O segundo candidato mais votado foi o bioquímico Renato Cordeiro, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Cordeiro perdeu para Colli por quatro votos (teve 11, contra 15 do colega da USP). Segundo Rubens Nodari, representante do Ministério do Meio Ambiente na comissão, Cordeiro foi o nome que surgiu consensualmente entre aqueles que defendem uma renovação do órgão regulador dos transgênicos. "Mas a velha CTNBio parece que se renova na nova CTNBio", lamentou.

A objeção quanto ao processo formal da inclusão de Colli na CTNBio já havia sido apresentada ao MCT em 27 de dezembro, quando Rezende empossara a nova comissão. A data, entre o Natal e o Ano Novo, pareceu escolhida a dedo para atenuar repercussões negativas. De todo modo, o Idec apresentou na ocasião ao ministro da Saúde, Saraiva Felipe, um pedido de esclarecimentos sobre o processo de indicação de Colli. Era perfeitamente previsível, assim, que sua indicação para presidir o órgão enfrentaria resistência.

Não faltam credenciais a Colli para dirigir a famigerada comissão. Tampouco parece impeditivo para integrá-la, ou presidi-la, o fato de alguém ser favorável por princípio à modificação genética de produtos agrícolas. No máximo se poderia dizer que faltou um pouco de prudência, ou tino político, na escolha.

O resumo do enredo é que a CTNBio continua um verdadeiro carnaval.

⁶⁹ Folha de S.Paulo – 16/03/06

ROTULAGEM GRADATIVA

É correta a decisão do governo brasileiro de identificar claramente as cargas transgênicas remetidas ao exterior. Até aqui, a posição oficial era a de etiquetar as exportações de organismos vivos com a expressão "pode conter" transgênicos. Mas agora, aproveitando a visibilidade conferida pela MOP-3 (3º Encontro das Partes) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, reunião da ONU aberta esta semana em Curitiba, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou que o Brasil vai defender a utilização do termo "contém" transgênicos. Os agricultores terão quatro anos para adaptar-se. Até lá, vale o "pode conter".

A distinção parece bizantina, mas envolve engenharia e muitos custos. Para assegurar que não haverá transgênicos nas cargas não-marcadas, será necessário segregar as duas cadeias produtivas. No caso da soja, as sementes transgênicas terão de ser separadas das não-manipuladas desde o plantio até os armazéns portuários onde serão embarcadas. Isso exigirá dos agricultores brasileiros modificações logísticas e até a duplicação de algumas estruturas.

Mesmo assim, a decisão é acertada e poderá revelar-se economicamente útil. O consumidor, nacional ou estrangeiro, tem direito de saber o que está comprando. Ainda que o temor sobre os transgênicos seja exagerado e até irracional, cada um tem a prerrogativa de escolher o que vai ingerir.

De resto, dois dos principais mercados consumidores, a Europa e a China, tendem a exigir rotulagem cada vez mais cuidadosa. Boa parte dos europeus se recusa a adquirir produtos contendo transgênicos. Os chineses não são tão radicais, mas preferem comprar de fornecedores que separem os dois tipos de grãos.

Ao antecipar-se a essa tendência, o Brasil se consolida como único país a operar com os dois modelos de cultivo e sai à frente da concorrência, que muito provavelmente terá de seguir pelo mesmo caminho.

⁷⁰ Folha de S.Paulo – 19/03/06

Pode conter Ned Ludd

MARCELO LEITE

COLUNISTA DA FOLHA

Manter um blog tem muitas desvantagens, como ser xingado no próprio canal aberto para o leitor, mas vez por outra também aparecem surpresas boas. Não faz muito, um leitor que se identifica só como "carcamano" reagiu a uma provocação sobre a destruição de instalações de pesquisa por mulheres da Via Campesina, no Dia Internacional da Mulher (8 de março), citando um verso do romântico Lord Byron, em 1816: "And down with all kings but King Ludd!" (tradução livre: "E abaixo todos os reis, a não ser pelo Rei Ludd!").

O leitor letrado deixou claro que não endossava a ação bárbara das amigas do MST contra a pesquisa no Rio Grande do Sul. Mas sua intervenção fez o favor de lembrar que a condenação automática dos "ludditas", como se convencionou chamar genericamente os inimigos da tecnologia, é uma figura histórica. E que ela já nasceu com a missão de estigmatizar revoltas sociais como retrógradas.

O termo "luddita" sempre vem à tona quando alguém se atreve a questionar supostos progressos como transgênicos

Ned Lud (ou Ludd) é ele próprio personagem nebuloso, talvez um simples débil mental que destruiu dois teares em 1779, na Inglaterra, para vingar-se da mãe de duas crianças que o atormentavam. Ou ainda, quem sabe, um líder social. Seu nome foi reconsagrado no imaginário popular com as revoltas contra condições de trabalho nas fábricas britânicas, três décadas depois, que principiavam pela destruição de máquinas. Em poucas palavras, tornaram-se "inimigos do progresso".

O termo "luddita" sempre vem à tona quando alguém se atreve a questionar supostos progressos como alimentos transgênicos, energia nuclear, células-tronco embrionárias, engenharia genética e por aí vai. É uma operação retórica e ideológica para calar todo e qualquer debate público e controle social sobre a tecnociência. A mensagem de fundo é: os cientistas é que sabem, confie neles.

O MST adora vestir a carapuça de Ludd, pois isso traz farta exposição na TV. Já teve até "guest star", José Bové. Desta vez, usou a mão das gatas da Via Campesina para atacar um tigre do papel, o eucalipto (que não é das árvores favoritas desta coluna, lugar reservado às araucárias, às piúvas e aos manacás-da-serra). Depois, apoiou, com a sutileza esperável de um João Stedile, a destruição dos laboratórios em que se estudavam novas variedades da planta (não-transgênicas) para aumentar o rendimento na produção de celulose.

Na mesma semana, o MST comemorou uma vitória: durante reunião da ONU em Curitiba, o governo brasileiro anunciou que adotaria a rotulagem de cargas internacionais de commodities com os dizeres "contém OVM" (organismo vivo modificado), posição dada pelos fundamentalistas da biotecnologia como "luddita". No campo "progressista", defendia-se o rótulo "pode conter OVM", que desobrigaria exportadores de pagar pela segregação e pelo teste de suas cargas.

Como o MST, ONGs e a ministra Marina Silva comemoraram essa vitória da transparência, que em última análise beneficia consumidores de países importadores. Seria interessante saber se também festejaram com a Via Campesina, privadamente, a destruição do laboratório. Em público, ao menos, não chegaram a condená-la.

⁷¹ Folha de S.Paulo – 27/03/06

CONFUSÃO DE OBJETIVOS

É difícil compreender a filosofia que inspirou o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a colocar-se contra a utilização e até mesmo as pesquisas com a chamada tecnologia "terminator", que induz as plantas transgênicas dela resultantes a produzirem sementes estéreis. É essa a posição, já inscrita na nossa Lei de Biossegurança, que o Brasil levou para a COP-8 (8ª Conferência dos Países Signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU), que ocorre em Curitiba.

Não há dúvida de que a principal motivação das empresas de biotecnologia para desenvolver cultivos estéreis é o lucro. O agricultor que opta pelos grãos transgênicos é obrigado a comprar novas sementes a cada plantio. É a receita perfeita para criar um mercado cativo.

Ocorre, porém, que a esterilidade de variedades transgênicas é também, em muitos casos, um inegável mecanismo de biossegurança. Uma das principais críticas à manipulação genética em escala comercial diz respeito ao risco de que sementes com genes alterados acabem invadindo o ambiente e levem a uma redução da biodiversidade.

Os que se opõem à tecnologia falam no perigo de o próprio gene da esterilidade sair de controle, tornando inférteis culturas tradicionais. Em teoria, é possível, ainda que a hipótese seja algo remota.

A posição mais sábia aqui é a de não proibir de forma absoluta a tecnologia. O ideal é deixar que a CNTBio, a comissão encarregada de licenciar produtos transgênicos, analise caso a caso cada produto. Haverá situações em que a esterilidade reforçará a biossegurança e outras em que o efeito pode ser o contrário.

O MMA, porém, parece mais interessado em arrancar o aplauso de grupos que tendem a apoiá-lo -como a obscurantista Via Campesina- e em atacar as empresas de biotecnologia do que em assegurar maior proteção ambiental.

Não há dúvida de que, muitas vezes, é preciso mesmo enfrentar os interesses da indústria. É importante que o ministério continue exigindo dela que demonstre a segurança de seus produtos antes do licenciamento e insista na necessidade de segregar e rotular devidamente os transgênicos. Mas a preocupação deve ser com o ambiente, e não com a revolução no campo ou o combate ao capitalismo transnacional.

⁷² Folha de S.Paulo – 28/05/06
Conhecimento transgênico

Não há neutralidade científica que resista aos disparos certos de Lacey

A semana que passou viu sair em português uma obra notável: "A Controvérsia dos Transgênicos", de Hugh Lacey (Idéias & Letras, 239 págs., R\$ 36,60). Na impossibilidade de resenhá-la apropriadamente, segue neste curto espaço algo como um convite à leitura.

Para não desentortar a boca crítica, porém, ele vai acompanhado de uma questão. Como os convites de casamento, que costumam trazer preso com clipe minúsculo o salvo-conduto para aquilo que realmente importa (a festa depois da missa), este também traz anexado o que a mordacidade popular já apelidou de "vale-empada". Não se iluda com o título de Lacey. Não se trata de mais uma obra de divulgação ou propaganda, contra ou a favor, sobre biotecnologia na agricultura. É peça de filosofia da ciência, mas também, caso raro, de intervenção. Uma análise rigorosa aplicada à interpretação de uma questão da hora, que por sua vez exemplifica e faz circular o sangue numa explicação da pesquisa científica contemporânea capaz de superar alguns becos sem saída da crítica de ciência.

Lacey retoma aqui, de modo mais substancial, o que havia exposto num livro curto de 1998 ("Valores e Atividade Científica") e com toda a formalidade filosófica em dois volumes lançados nos EUA ("Is Science Value Free?", de 1999, e "Values and Objectivity in Science", de 2005). Trata-se daquilo que a maioria dos cientistas naturais -os epistemologicamente ingênuos- se recusa a ver e ouvir: a ciência não é uma atividade isenta da interferência de valores sociais, como prefere se apresentar ao mundo.

É na escolha de suas estratégias de pesquisa (o que e como observar ou medir) que tais valores se insinuam. E isso só se torna pecado se for omitido, pois nada impede que qualquer estratégia restrita produza teorias e resultados aceitáveis segundo os mais altos valores cognitivos. Pode-se questionar uma estratégia, mas seus produtos só podem ser julgados por critérios do próprio conhecimento.

O valor social e não-cognitivo que a ciência utilitarista contemporânea promove é o que Lacey chama de "valorização moderna do controle". É com apoio nela que se estabelece a pesquisa experimental como modelo superior de cientificidade.

Diante disso, estratégias de pesquisa que valorizem outros objetivos humanos -harmonia ambiental, autonomia, participação comunitária- são rebaixadas como "ideológicas", como se apenas elas fossem tingidas por valores sociais.

Seu contra-exemplo é o da agroecologia. Sem dúvida é possível planejar a realizar muitas pesquisas empiricamente irretocáveis -e ambientalmente sustentáveis- sem envolver transgenia, mas a hegemonia conquistada pela biotecnologia agrícola na prática o impede. Lacey, além disso, identifica essa perspectiva menos obcecada com o controle da natureza aos movimentos de trabalhadores agrícolas contrários ao avanço dos organismos geneticamente modificados.

Seria o caso de questionar, então, se não haveria aí alguma idealização desses movimentos. É difícil conciliar tal visão mais abrangente de ciência com a auto-atribuída autoridade de um MST, por exemplo, para julgar o que seja pesquisa contra e a favor do povo.

Não há valores cognitivos que resistam a pauladas e chutes, assim como não há neutralidade científica que resista aos disparos certos de Lacey contra a metafísica envergonhada.

⁷³ Folha de S.Paulo – 12/06/06

A letargia continua

Polarização volta a paralisar a CTNBio, prolongando a indecisão sobre uma tecnologia agrícola promissora. O SETOR de biotecnologia agrícola e a comunidade científica comemoraram cedo demais a aprovação e a regulamentação da nova Lei de Biossegurança (nº 11.105), em março e novembro do ano passado.

Pareceu a todos, então, que a querela dos organismos geneticamente modificados -OGMs, também conhecidos como transgênicos- finalmente seria objeto de decisões transparentes e racionais, após mais de sete anos de controvérsia paralisante. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão regulador do Ministério da Ciência e Tecnologia, sairia da letargia imposta pela polarização entre ambientalistas e biotecnólogos para começar a limpar a pauta de centenas de processos, entre eles vários pedidos de licenciamento para a polêmica liberação de OGMs no ambiente.

Um erro de avaliação, sabe-se hoje. Só houve até agora decisão em alguns processos de importância menor. Em cinco reuniões da CTNBio sob a égide da Lei 11.105, nada se decidiu sobre o que importa: autorizações para experimentos ou cultivo comercial de transgênicos ao ar livre.

Uma nova reunião ordinária da comissão está marcada para este mês. Na pauta, nada menos que 225 itens, dos quais 80 contemplam estudos e pesquisas. Outros 42 pedidos do mesmo tipo e 11 de liberação comercial - os mais controversos- aguardam a vez. Mas é improvável que alguma coisa se decida.

A CTNBio prossegue paralisada pelo mesmo conflito que a envenena desde a origem. De pouco serviu, até o presente, sua ampliação para um total de 27 membros, na esperança de aumentar-lhe a representatividade e apagar a imagem de mero órgão homologador. Tampouco parece ter surtido efeito a elevação do quórum para aprovação de liberações comerciais, hoje de 2/3.

Na última reunião, a maioria pró-biotecnologia da CTNBio reagiu negativamente à inédita presença de uma representante do Ministério Público Federal, que já emitiu pareceres contrários a decisões de alcance ambiental pela comissão. Esse é o verdadeiro ponto de discórdia.

A próxima batalha se travará, anuncia-se, em torno de uma variedade de algodão transgênico. A CTNBio licenciou seu plantio comercial em março do ano passado, quando a lei nº 11.105 estava aprovada, mas não regulamentada. O Ministério do Meio Ambiente, que tem assento na comissão, pleiteia que a decisão seja revista, abrindo nova crise.

A presença de um procurador nas reuniões, se tem amparo legal, não pode e não deve ser tomada como uma afronta pelos membros da CTNBio. Ao contrário, dará ainda mais transparência às suas decisões amparadas no melhor conhecimento técnico. Caso represente mais uma manobra tática da parte sistematicamente vencida nas votações, merece pleno repúdio.

A Lei de Biossegurança foi modificada para fazer a comissão funcionar e decidir o que precisa ser decidido, não para dar aos adversários da biotecnologia novos pretextos e manter todo um setor de ponta da agricultura refém da incerteza e da irresolução.

⁷⁴ Folha de S.Paulo – 29/10/06

Orgânicos X Transgênicos

A gente não quer só comida

JOSÉ AUGUSTO PÁDUA

ESPECIAL PARA A FOLHA

“A ciência descobre, a tecnologia executa, o homem obedece.” As palavras escritas no portal da Feira Mundial de Chicago, em 1933, sintetizam a postura submissa que ainda caracteriza a relação de importantes setores da opinião pública contemporânea com as inovações tecnológicas.

No vazio das antigas certezas religiosas, a ciência tornou-se para muitos a única fonte confiável de verdade. É irônico observar, porém, que o próprio movimento da modernidade global age no sentido de dissolver a aura de devoção construída em torno do complexo ciência & tecnologia.

O número cada vez maior de pessoas escolarizadas, a velocidade e a intensidade dos meios de comunicação, o estabelecimento de múltiplos espaços para o confronto de opiniões vêm contribuindo para gerar sociedades que discutem cada vez mais seu presente e futuro.

O que está sendo discutido, na verdade, não são os limites da ciência, mas sim o alcance da democracia na alta modernidade. Nesse sentido, a surpreendentemente forte reação de diversos atores sociais aos alimentos transgênicos, especialmente dos consumidores europeus, representa um caso paradigmático.

A pressão democrática para que a produção de organismos geneticamente modificados seja debatida de forma intensa e transparente, com uma moratória no seu uso, contribui para dar visibilidade aos condicionantes econômicos que controlam grande parte da atual pesquisa técnico-científica.

E serve também para expor o uso da ideologia da pureza do progresso científico como instrumento para justificar decisões empresariais fundadas em objetivos bem menos etéreos, tais como o aumento dos lucros e o controle dos mercados.

Princípio de precaução

Não se trata de coibir a pesquisa acadêmica. O esforço de politização das novas tecnologias, com exceção de algumas poucas vezes especialmente radicais, não passa pela defesa de uma censura da investigação teórica ou experimental.

O problema está na difusão social precoce, por motivos calcados essencialmente na busca por poder econômico, de técnicas perigosas que ainda estão sob intenso debate científico. Ou seja, uma clara violação empresarial do chamado "princípio da precaução", que estabelece, diante da incerteza, que não se devem adotar atividades ou técnicas cujas conseqüências, se negativas, podem ser irreversíveis ou além da nossa capacidade de controle.

Os organismos geneticamente modificados, na medida em que são seres vivos, podem mesclar-se com outros organismos e penetrar nas cadeias ecológicas planetárias, reproduzindo-se de forma descontrolada. É tolice, pois, associar os transgênicos à modernidade e os orgânicos ao arcaísmo.

No setor da produção orgânica, por exemplo, que está crescendo como uma alternativa ao modelo transgênico, existe hoje um grande investimento científico. Não se trata de aceitar passivamente os movimentos da natureza, mas sim de buscar ativamente, por meio de um conhecimento ecológico fino e sofisticado, formas de potencializar a produtividade e a capacidade de sustentação das lavouras.

Mas seria ingênuo supor que a polarização entre transgênicos e orgânicos esteja fundada em uma disputa apenas técnico-científica. Trata-se, mais do que tudo, de uma questão de poder. A agroecologia, por suas características concretas, não facilita a concentração de poder assim como não favorece o estabelecimento de monopólios, patentes e pacotes tecnológicos.

A gestão ecológica da agricultura requer desenhos locais, que dialoguem com as condições específicas de cada domínio do território. Seus insumos, além disso, são renováveis e recicláveis.

No núcleo da pressão pelos transgênicos se encontra a fome de poder de um número restrito de enormes conglomerados empresariais, que, no limite, buscam usar as novas tecnologias para dominar a oferta de sementes e reduzir a autonomia dos agricultores e, por extensão, das sociedades.

É assustador imaginar um futuro em que algo tão vital como as sementes -assim como as fontes da alimentação em geral- estejam nas mãos de pouquíssimas corporações. O consumidor, ao optar pelo que comer e por qual modelo favorecer, pode estar fazendo política no mais alto grau.

⁷⁵ Folha de S.Paulo – 19/12/06

TENDÊNCIAS/DEBATES

O bom selvagem

DENIS LERRER ROSENFELD

Desenha-se, se o imobilismo triunfar, um novo apagão. Cabe saber se os brasileiros estão dispostos a jantar à luz de velas 365 dias por ano

O PRINCÍPIO da precaução, utilizado tanto pelos ecofundamentalistas quanto pela ministra Marina, do Meio Ambiente, deveria ser mais propriamente denominado de princípio do imobilismo. Uma outra versão sua seria: "Quanto menos se fizer, melhor!".

As votações na CTNBio são uma clara demonstração disso. Os ecofundamentalistas conseguiram fazer passar a regra de que toda aprovação de transgênicos tem como condição a sua validação por dois terços dos mem-

bros desse conselho. Logo, basta não haver quórum para que nada se decida. E, se alguma decisão intervir, ela será sempre favorável aos defensores do princípio do imobilismo. Em recente votação, uma vacina transgênica foi derrotada por 4 a 17. Ou seja, quatro votos valem mais do que 17, contando entre os últimos renomados cientistas. Literalmente, a pesquisa nacional sobre transgênicos vai para o espaço, junto com a independência da ciência em nosso país.

Há toda uma ideologia que sustenta essa atitude, num curioso amálgama de marxismo e rousseauísmo. O Ibama se tornou um refúgio do politicamente correto, como se uma causa universal estivesse em jogo. Evidentemente, excessos foram cometidos em nosso país e no mundo todo contra a natureza. Um balanço justo deve ser claramente estabelecido, e medidas, tomadas. Querer, no entanto, atribuir ao capitalismo e à propriedade privada a responsabilidade exclusiva por esses fatos é um contra-senso histórico.

Se ao capitalismo pode ser atribuída a responsabilidade por devastações ambientais, o mesmo se pode dizer do socialismo. Nos países que o implantaram, houve devastações ambientais enormes. Os casos da ex-União Soviética, da China e dos países do Leste Europeu são exemplares. Porém, os fiscais do Ibama e seu corpo técnico, tendo à frente a ministra, revelam posições anticapitalistas e antiempresas. Travar uma usina hidrelétrica, por exemplo, é considerado um ato que segue posições revolucionárias, como se a luta socialista continuasse por esses meios ditos ambientais. Na verdade, eles defendem uma atitude anticapitalista que apregoa uma volta ao pré-capitalismo a partir de uma luta pelo socialismo.

Esse aparente paradoxo não é, porém, novo -já surgiu em outros momentos históricos. No movimento socialista ludista, no século 19, na Inglaterra, os operários destruíam as máquinas, numa luta contra o advento da nova tecnologia que mudava as relações sociais existentes. Mais especificamente, é como se Rousseau reaparecesse como guia dessas ações. Não nos faltam nem os bons selvagens. Indígenas, que já ocupam uma franja mais do que significativa do território nacional, maior do que vários Estados europeus juntos, mas para uma população infinitamente menor, se tornam uma espécie de exemplo que deve ser seguido.

A tolerância governamental, ou melhor, o apoio explícito da Funai, termina autorizando que um grupo de índios invada um porto da Aracruz no Espírito Santo sem que nada seja feito. Há um esboço de conflito entre trabalhadores e indígenas. Está se tornando moda reivindicar por simples declaração uma determinada propriedade que foi comprada e negociada livremente.

A Companhia Vale do Rio Doce tem problemas semelhantes com índios que usam automóveis, celulares e outros objetos da civilização. O bom selvagem já não é tão bom, mas isso não importa na defesa de uma causa que se volta, hoje, contra grandes empresas e o agronegócio; amanhã, contra os empreendedores rurais em geral.

É cada vez mais evidente que o país enfrenta um problema de gargalo do crescimento econômico que passa pela questão central da energia. O país não voltará a crescer a altos índices se nada for feito no que diz respeito à construção de novas usinas. O que se desenha no horizonte, se o imobilismo for triunfante, será um novo apagão. O país se coloca diante de uma escolha: aumentar a oferta de energia pela construção de novas usinas, hidrelétricas ou nucleares, ou viver o romantismo de que nada deve ser feito. O Brasil deverá optar entre avançar ou voltar para uma espécie de passado idílico, anterior à propriedade privada, à economia de mercado e à civilização em geral.

A escolha é válida, só que ela deve ser proposta à sociedade em seu conjunto, e não ficar restrita às mãos dos iluminados do imobilismo. É romântico um jantar à luz de velas. Cabe, no entanto, saber se a sociedade brasileira está disposta a jantar à luz de velas 365 dias por ano. Um referendo poderia colocar essa questão ao conjunto dos cidadãos.

⁷⁶ Folha de S.Paulo – 21/12/06

Impasse criado na origem

MARCELO LEITE

COLUNISTA DA FOLHA

O IMPASSE na CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) perdura por oito anos porque resulta de um vício de origem: já pelo seu próprio nome, o colegiado foi constituído para ser "técnico" antes de ser "nacional". Ou seja, para circunscrever decisões sobre um tema política e ideologicamente carregado -os transgênicos- ao controle daqueles que são por vocação favoráveis à transformação genética de organismos. Esqueceram-se de combinar com os russos, quer dizer, com aqueles que se acreditam representantes dos interesses difusos na sociedade.

O que principiou como um erro tático -subestimar a capacidade de obstrução por ONGs e procuradores com convicções ambientalistas- revelou-se um equívoco de conseqüências estratégicas. Desde a primeira liberação

comercial de um organismo transgênico, em setembro de 1998, a soja resistente a herbicida da Monsanto, os arautos do progresso tentam retomar o controle perdido, sem sucesso. Primeiro, na Justiça. Depois, no Congresso.

Agora voltam à carga, num final melancólico de legislatura, contrabandeando para dentro de uma medida provisória duas iniciativas polêmicas: a legalização de algodão transgênico ilegalmente cultivado, por não contar ainda com licenciamento da própria CTNBio (repetindo a política do fato consumado posta em prática com a soja modificada), e a redução do quórum para aprovar liberações comerciais de organismos transgênicos (para não falar da inclusão, no voto transgênico do deputado Paulo Pimenta, de item sobre descanso remunerado de comerciários...).

A legalização do algodão ilegal nem merece comentário: é a velha tradição de premiar quem comete ilícitos, como o perdão de dívidas tributárias, a permissão para que assassinos confessos e condenados por júri popular aguardem julgamento de recursos em liberdade etc. O quórum qualificado, por sua vez, tem só 13 meses de vida (está no artigo 19 do decreto nº 5.591, de 22/11/2005).

Os defensores dos transgênicos alegam que uma minoria de apenas quatro membros da comissão (os indicados pelos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, decerto) detém efetivo poder de veto sobre as liberações comerciais. Não é um argumento inteiramente honesto, porque no caso da vacina veterinária não aprovada foi a sua facção que não conseguiu reunir os 18 votos necessários. Estiveram presentes à votação somente 21 dos 27 integrantes da CTNBio (15 dos quais indicados pelo governo federal). Diante da dificuldade, mesmo tendo maioria na comissão, querem agora mudar a regra. Nada de novo.

Regras podem e devem ser mudadas, eventualmente. O impasse continuado é prejudicial para o país, mas apenas porque tem conduzido à irresolução. Parte dela decorre, contudo, da incapacidade de defensores a priori de transgênicos de aceitar que, numa democracia, certas tecnologias percebidas como ameaçadoras podem terminar temporária ou definitivamente recusadas. Sua única arma contra isso é informação, não golpes de autoridade.

Outra parte, decerto, vem da incapacidade do lado oposto de abandonar a prevenção um tanto ideológica contra a transgenia. A soja, por exemplo, não conta com parentes silvestres no Brasil (ao contrário do algodão) nem condições fisiológicas de contaminar lavouras convencionais ou "orgânicas" por meio de pólen (como ocorre com o milho).

Cada transgênico é um organismo diverso, que passa a produzir substâncias diferentes umas das outras, dependendo da modificação genética realizada. Precisam ser ponderadas caso a caso. Aceitar participar de uma comissão legalmente constituída para avaliar riscos de biossegurança de transgênicos só para obstruí-los não ajuda ninguém a formar reputação de coerência científica.

Esse impasse não desaparece com a nova mudança. Só começará a ser resolvido de fato quando entidades como a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e a ABC (Academia Brasileira de Ciências) entrarem em campo. Cabe a elas reunir um grupo de autoridades reconhecidas pelos fundamentalistas de ambos os lados como especialistas isentos, se ainda existirem, para auditar os procedimentos da comissão impugnados pelos obstrucionistas. No teatro da CTNBio, só há lugar para o mesmo enredo tragicômico encenado desde 1998.

⁷⁷ Folha de S.Paulo – 24/12/06

Barreira transgênica

A CONTROVÉRSIA sobre organismos transgênicos cristalizou-se numa divisão na opinião pública e no seio do próprio Estado que a cada dia se mostra mais difícil de superar. Transformou-se numa guerra de posições que opõe "cientistas" e "ambientalistas" há mais de oito anos. Por ora só resultou em paralisia decisória de autoridades acerca da biotecnologia.

Cantam agora vitória os adeptos da modificação genética de seres vivos, como soja, milho e algodão tornados resistentes a herbicidas ou insetos. Lograram incluir em medida provisória sob exame na Câmara, além da absurda legalização de algodão transgênico ilegalmente cultivado, a redução do quórum para liberação comercial pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Se vingar, a medida permitirá que 14 de 27 membros do colegiado federal aprovem licenças. A partir de novembro de 2005, era necessário o quórum qualificado de 18 votos. Nenhuma liberação comercial foi desde então aprovada. Ponto para os adversários da biotecnologia.

O uso das aspas se justifica pelo tanto de artificial que há na dicotomia entre "cientistas" e "ambientalistas". Existem tanto pesquisadores que consideram frouxos os procedimentos homologatórios da CTNBio quanto há

defensores do ambiente que não recusam a priori a engenharia genética. Esse contingente mais razoável, contudo, caminha célere para a extinção.

Não resta dúvida de que a CTNBio, paralisada como vinha, precisava mudar. Desde 1998, porém, muitos troços da biotecnologia tiveram origem na Justiça e no Ministério Público, quando não noutras quadras da Esplanada dos Ministérios. É incerto, assim, que a alteração de quórum possa derrubar uma barreira tão solidamente erigida.

⁷⁸ 04/03/07

Transgênicos na estante

MARCELO LEITE

COLUNISTA DA FOLHA

Os adeptos incondicionais da biotecnologia no Brasil só não cantaram vitória a plenos pulmões, de imediato, porque a medida provisória 327 aprovada no Senado terça-feira ainda corria o risco de ter trechos vetados pelo presidente. É improvável, mas Lula poderia voltar a acolher a opinião de Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, contra a redução do quórum de aprovação de organismos transgênicos pela CTNBio, a comissão de biossegurança cunhada para ser técnica antes de ser nacional.

No momento em que se comemora o décimo ano do advento de Dolly, emblema e estigma da tecnobiologia, o Brasil ainda não sabe o que quer dela.

Foi o enésimo capítulo de uma novela que se arrasta desde 1998. O enredo pobre opõe autodeclarados defensores da ciência e da racionalidade contra supostos obscurantistas inimigos do progresso. Considerada por esse prisma maniqueísta, a controvérsia nasceu com irresolução inscrita no seu próprio DNA, por assim dizer. Biotecnólogos podem achar que estão ganhando a parada. Em certa medida, estão. O verdadeiro fruto social da engenharia genética -desconfiança perene- se manifesta de maneira aguda, porém, em dois livros recentes, e muito diversos, lançados nos Estados Unidos.

É incerto que o primeiro, "Intervention" (Intervenção), de Denise Caruso, seja traduzido e lançado no Brasil. Quanto ao segundo, "Next" (Próximo), de Michael Crichton, sai pela Editora Rocco ainda este ano.

Os autores são tão díspares e semelhantes quanto um pé de soja convencional ao lado de outro transgênico. À primeira vista, não se distinguem: ambos desferem golpes vigorosos contra a biotecnologia.

Caruso, jornalista, esmiúça a investida controladora lançada pela indústria biotecnológica para cima dos coniventes órgãos reguladores dos EUA (paralelos com o Brasil ficam por conta do leitor). Seu diagnóstico é que a aparente objetividade das análises de risco em favor dos transgênicos não é mais que isso -aparência, sintoma de tecnocratismo galopante, que se esforça por encenar como luz da razão o que não passa de viés interessado.

Crichton, romancista best seller e consultor científico de George W. Bush, pinta um panorama tenebroso da engenharia genética, no qual a ausência de escrúpulos enche o mundo de quimeras. Se em seu livro anterior atacava arautos do apocalipse climático, alistando-se entre os céticos, agora se torna ele mesmo apocalíptico. Mantém, contudo, o propósito de influenciar políticas públicas para cercear a ciência.

A jornalista se sai melhor que o escritor, mas ambos devem ser lidos por quem se interessar pelo futuro da imagem pública da biologia.

⁷⁹ Folha de S.Paulo – 04/03/07

Jornalista diz que a análise de risco favorável a produtos com DNA modificado não é objetiva

DO COLUNISTA DA FOLHA

Reza uma velha piada que o bêbado procurava as chaves do carro junto de um poste, longe do bar. Quando alguém lhe perguntou por que não estendia a busca para o restante do trajeto desde o bar, respondeu: "Porque é aqui que tem luz".

Denise Caruso talvez não seja a primeira a lembrar a anedota para iluminar os impasses públicos sobre a segurança de organismos transgênicos. Poucos, no entanto, se afastaram tanto do poste oposto quanto a jornalista, ao escrever o livro "Intervention" (Intervenção). Caruso encontrou a chave para explicar a desconfiança do público com os organismos geneticamente modificados.

A chave se encontra na definição e no controle da noção de risco, ou seja, daquilo que se considera pertinente medir para avaliar a segurança dos transgênicos. Para voltar à piada: sob qual poste empreender a procura. A diferença com relação ao bêbado é que a improbabilidade de encontrar algo decorre mais de astúcia do que de embotamento das faculdades intelectuais.

Em 1992, as empresas americanas interessadas em lançar transgênicos no mercado convenceram a poderosa FDA (agência de alimentos e fármacos dos EUA) de que apenas a composição tradicionalmente analisada de seus produtos deveria ser objeto de investigação de biossegurança. Se um tomate transgênico -como o Flavr Savr, de 1994- fosse indistinguível do tomate convencional pelos métodos usuais, seria licenciado de modo automático. Nascia a doutrina da "equivalência substancial", cega para o método de obtenção do produto (modificação genética).

Os transgênicos já chegaram desregulamentados ao mercado americano. As empresas fornecem voluntariamente informações sobre os novos produtos ao poder regulador e se responsabilizam por sua segurança. Não só não precisam rotulá-los como não há meios de fazê-lo, uma vez que são "substancialmente equivalentes" aos congêneres "genericamente considerados seguros".

É o paraíso da biotecnologia, que a indústria tentou espalhar pelo mundo. Deu certo, até demais, na Argentina. Na Europa, não, pois o conceito de autoridades reguladoras andava baixo por lá, em razão de alguns desastres. No Brasil, deu no beco sem saída da CTNBio. Reeditou, como farsa, a tentativa de manter a aprovação de transgênicos sob o controle de quem já era favorável a eles.

Leia o que disse a respeito dessa forma de controle exclusivo Dan Glickman, que chefiou o Departamento de Agricultura dos EUA na administração Clinton: "O que eu via genericamente, no lado pró-biotecnologia, era a atitude de que a tecnologia era boa e de que era quase imoral dizer que não era boa, porque ela iria resolver os problemas da raça humana, alimentar os famintos e vestir os descamisados", afirmou numa entrevista recuperada por Caruso. "E havia um bocado de dinheiro investido nisso; se você fosse contra, era um ludita, um estúpido."

Mais? "Este, francamente, era o lado em que se achava o nosso governo. Sem pensar, nós havíamos tomado esse problema como uma questão de comércio e que "eles", quem quer que fossem "eles", queriam manter nosso produto fora de seu mercado", disse Glickman na entrevista. "Você se sentia como se fosse quase um alienígena, alguém desleal, por tentar manter uma visão aberta acerca de algumas questões que eram levantadas."

Caruso critica sem dó a promiscuidade entre regulados e reguladores. Seu "modus operandi" é a sistemática desconsideração de possíveis efeitos danosos do método de transformação usado. Não há como investigar se novos compostos capazes de causar alergias surgem neste ou naquele alimento transgênico, após a modificação genética, se a análise considera só alergênicos conhecidos.

Inebriados com o poder autoconferido, biotecnólogos dos dois lados do balcão denunciam como "não-científicas" e "ideológicas" as dúvidas e objeções surgidas fora de sua repartição. Confundem a luz do poste com a luz da razão. No Brasil são arduamente defendidos até pela SBPC e pela Academia Brasileira de Ciências, que deveriam representar a classe científica como um todo.

A autora de "Interventions" revela que um dos documentos cruciais para abrir os seus olhos foi produzido em 1996 a pedido do Conselho Nacional de Pesquisa, ligado à academia de ciência americana. Seu título: "Understanding Risk: Informing Decisions in a Democratic Society" (Entendendo risco: Informando decisões numa sociedade democrática).

Nele se afirma claramente, relata, que a análise de risco apresentada por especialistas -como os de biossegurança- como precisa e objetiva na realidade é sempre eivada de juízos de valor e considerações éticas ou políticas. Deveria, portanto, envolver muitos mais gente e especialidades do que são representadas nas comissões "técnicas".

Caruso não se limita a denunciar as limitações do modelo predominante de avaliação de tecnologias novas, como a transgenia. Ela fundou o Instituto de Vigor Híbrido, nome estranho para uma organização que pretende delinear formas alternativas de investigar e regular coisas como nanotecnologia (manipulação de átomos e moléculas na escala do bilionésimo de metro, como já se faz na indústria cosmética) e biologia sintética (construção de organismos do zero, como pretende o "savant terrible" da genômica, Craig Venter).

Ela até já testou suas idéias num projeto piloto sobre xenotransplantes, mais exatamente a proposta de modificar geneticamente porcos para que forneçam órgãos para seres humanos sem provocar rejeição. Um tanto cética com iniciativas de consulta e informação pública como "GM Nation?", na qual o governo britânico despejou meio milhão de libras em 2003, Caruso reuniu em seu instituto um amplo espectro de especialistas para que levantassem cenários problemáticos sobre os xenotransplantes.

Surgiu uma enxurrada de interrogações. Os questionamentos foram muito além do risco que tende a ser privilegiado pelos proponentes dessas biotecnologia -o de que vírus embutidos no genoma do porco "ressuscitem" e dêem origem a doenças desconhecidas e imprevisíveis.

Projetaram-se problemas aparentemente prosaicos, como o que fazer com toneladas de carcaças e de esterco que, por conter DNA modificado, seriam considerados material biológico contaminante. A tendência do especialista que propôs a nova biotecnologia é supor que há técnicas para dar conta dos riscos, como o confinamento, e deixar de fora de seus cálculos o sempre provável erro humano.

Só até meados de 2005, ressalta Caruso, houve 62 casos, em 27 países, de contaminação transgênica, como a detecção de milho modificado para ração animal em tortilhas industrializadas para consumo humano. Certamente os prejuízos causados por esses episódios não foram computados nas análises "científicas" de risco e de custo-benefício efetuadas pelas especialistas.

Um dito alemão afirma que confiança é uma coisa boa, mas controle é melhor ("Vertrauen ist gut, aber Kontrolle ist besser"). Caruso aponta caminhos para que a sociedade reconquiste algum controle sobre a biotecnologia, agora que a desconfiança é geral. Os que já se inebriam com o leite e o mel da nanotecnologia e da biologia sintética fariam bem em dar uma passada sob o poste de Caruso. Eles também correm o risco de não chegar a lugar algum. (ML)

⁸⁰ Folha de S.Paulo – 23/03/07

Guerra dos transgênicos

O IMPASSE prolongado na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) talvez esteja chegando a termo. Com a sanção presidencial à medida provisória 327 (agora lei 11.460), que reduz de 18 para 14 votos o quórum para liberação comercial de transgênicos, a comissão de 27 membros pode enfim voltar a trabalhar. Ou melhor, talvez não: no primeiro dia da nova regra, terminou adiada a sessão para deliberar sobre variedade de milho geneticamente modificado. Representantes do Greenpeace pretendiam acompanhar a reunião, mas o presidente da CTNBio se recusou a iniciá-la.

Foi um novo entrevero no longo rol de encontros inconclusivos aberto no final de 2005, quando passou a valer o quórum qualificado de deliberação. Nenhum cultivo transgênico havia sido aprovado desde então.

A incapacidade de decidir vem de 1998, quando foi aprovada -e logo questionada na Justiça- a primeira variedade transgênica de soja. Começava a queda-de-braço que paralisaria o setor.

Adeptos extremados da biotecnologia recorreram então ao contrabando de sementes, passando a cultivar plantas transgênicas mesmo sem autorização da CTNBio. Aconteceu já com uma variedade de soja e duas de algodão. Um verdadeiro atestado de inoperância dos requisitos de biossegurança no país. Ao sancionar a medida provisória 327, porém, Lula vetou a comercialização da safra clandestina. Rendeu-se, desta vez, à constatação óbvia de que representaria "perigoso precedente".

Nessa enésima batalha, os defensores dos transgênicos saíram vitoriosos. A CTNBio só poderá cumprir sua função, porém, quando as alas abandonarem convicções fundamentalistas para deliberar racionalmente sobre tecnologias almeçadas por um setor crucial da economia.

⁸¹ Folha de S.Paulo – 18/05/07

Mínimo avanço

O PAQUIDERME regulador de organismos transgênicos no Brasil deu mais um passo vacilante na quarta-feira, quando a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) autorizou o plantio comercial de variedade de milho geneticamente modificada para tornar-se resistente a herbicida. O pedido havia sido protocolado nove anos atrás.

A decisão só se tornou possível com a lei federal 11.460, que rebaixou para maioria simples, em março, o quórum de tais votações na CTNBio. Antes eram necessários dois terços dos votos dos conselheiros. A licença para o milho transgênico é a terceira concedida desde 1998, quando surgiram as solicitações.

É cedo para adeptos dos transgênicos arregaçarem as mangas. A autorização precisa primeiro ser referendada pelo Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), integrado por 11 ministros. Além disso, a variedade terá de obter registro do Ministério da Agricultura. A CTNBio, por fim, prepara minuta das regras de monitoramento pós-colheita e para prevenir a contaminação de variedades convencionais por pólen transgênico.

O Ministério Público anunciou a intenção de questionar na Justiça a deliberação desta semana. Argumentos contrários aos transgênicos não teriam sido devidamente ponderados pela comissão, alega o partido do voto vencido. Prossegue a queda-de-braço, milímetro a milímetro.

Não deixa de ser lamentável esse espetáculo de irresolução. A técnica da transgenia não constitui um bem nem um mal em si, mas seu potencial benéfico se perde com a polarização, que expulsa a racionalidade do debate. Que sua ausência ao menos não impeça indefinidamente o uso dessa tecnologia promissora -desde que se respeite o direito de escolha do consumidor.

⁸² Folha de S.Paulo – 20/05/07

+ Marcelo Leite

Guerra de milho

"A coexistência entre cultivos GM e não-GM ainda está para ser implementada"

Na semana em que fundamentalistas pró-transgênicos soltam rojões pela aprovação do plantio comercial da primeira variedade de milho geneticamente modificado ("GM", para facilitar) no Brasil, nada como ouvir uma voz ponderada. Aqui vai a de Eliana Fontes, pesquisadora de quatro costados da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). "Uma iniciativa mais ampla para promover a coexistência entre cultivos GM e não-GM ainda está para ser implementada", escreveu Fontes no artigo "Mistura saudável", publicado no portal sobre ciência e desenvolvimento SciDev.Net (www.scidev.net/coexistence).

Referindo-se ao Brasil, prossegue: "Tal iniciativa requererá considerável planejamento e coordenação, assim como infra-estrutura. Mas é improvável que chegue logo. (...) Nem está claro, no quadro de biossegurança do país, qual órgão regulador deveria assumir a liderança no estabelecimento de um esquema de coexistência".

Não tivesse Fontes sido membro (1997-1999) da CTNBio -aquela comissão de biossegurança que é técnica antes de ser nacional-, um integrante atual da maioria pró-GM poderia concluir serem essas as palavras de um fundamentalista do campo oposto.

Afinal, sua ponderação representa o tipo de argumento que membros do Ministério Público e de organizações ambientalistas costumam levantar contra o que consideram ser o papel de mero homologador da CTNBio.

Tome-se o caso do milho transgênico aprovado, da variedade Liberty Link (modificado para adquirir resistência ao herbicida glufosinato de amônia, de modo que o defensivo possa ser usado na lavoura sem matar a própria). Pés de milho espalham seu pólen com o vento, podendo fertilizar plantas próximas, GM ou não.

Vegetais são para lá de promíscuos.

Se houver um campo de milho orgânico na vizinhança, a contaminação é previsível, assim como o prejuízo do agricultor. Nenhum consumidor disposto a pagar um prêmio pelo produto que lhe parece mais "natural" aceitará fazê-lo para ingerir algo tão estigmatizado quanto os "transgênicos". O mesmo pode valer para milho convencional, se o comprador fizer questão de suprimento não-GM. Para isso existem medidas de contenção, como distância mínima entre campos transgênicos e convencionais.

A separação também pode ser temporal, ou seja, um intervalo mínimo entre a substituição de um cultivo por outro, para evitar que sementes sobranes no solo germinem em meio a outras. E também é preciso haver segregação no armazenamento e no transporte. Coexistência, enfim. Medidas como essas podem até estar em desenvolvimento ou aplicação no Brasil, mas seguramente não aparecem no debate público. Se houvesse certeza em relação a elas, decerto a imagem dos transgênicos seria melhor. Seus partidários, contudo, nunca se preocuparam em convencer as pessoas de que merecem confiança mais pelo que fazem do que pelo que são ("técnicos", "autoridades").

Outro exemplo abordado por Fontes no artigo é o do algodão GM já licenciado no país. A Embrapa organizou em 2005 uma oficina de análise de riscos, que resultou num plano de ação para proteger variedades locais de eventual contaminação. Quem viu? Num país onde toneladas de sementes GM clandestinas atravessaram as fronteiras e foram ilegalmente plantadas durante anos a fio (para não falar de bois com febre aftosa...), não é de todo maluco supor que tal plano fique só no papel.

⁸³ Folha de S.Paulo – 30/09/07

Marcelo Leite

Cenas de revisão explícita

Ataque a artigo sobre transgênico vira lavagem de roupa suja

A crítica pública compõe parte essencial dos usos e costumes no campo da pesquisa científica. Há uma exceção importante a essa prática, a chamada revisão por pares ("peer review", em inglês), em que auditores anônimos auxiliam editores de periódicos científicos na decisão de publicar ou não um artigo, ou de solicitar alterações para que seja aceito.

O sigilo dá margem a distorções e manipulações, mas o método ainda goza de grande prestígio entre pesquisadores de ciências naturais. Para eles, não se inventou ainda coisa melhor. É uma espécie de pedra-de-toque: se não passou por "peer review", não vale. Quando se abre exceção à regra do segredo, é porque há algo sério em jogo -ou porque vem chumbo grosso por aí.

O periódico mensal "Nature Biotechnology" enveredou pelo segundo caminho, embora em aparência trilhando o primeiro. Em sete páginas (981-987) de sua edição deste mês (vol. 25, nº 9), lançou ataque inusitado a um estudo polêmico sobre transgênicos de Irina Ermakova, neurocientista da Academia Russa de Ciências, anunciado em dezembro de 2005.

O trabalho de Ermakova ganhou repercussão depois de apresentado numa conferência de especialistas em Frankfurt, na Alemanha. De acordo com ela, ratos alimentados com soja transgênica geneticamente modificada tolerante ao herbicida glifosato (de tipo similar ao que causa controvérsia no Brasil há nove anos) geravam filhotes com taxas reduzidas de sobrevivência e crescimento prejudicado.

Era tudo que os adversários da transgenia queriam ouvir. A pesquisa russa foi adotada por vários grupos como a prova -científica- de que ao menos uma variedade de alimento geneticamente modificado trazia, sim, riscos potenciais à saúde humana. A "Nature Biotechnology" tomou para si a tarefa de desdizê-la.

Primeiro, pediu a Ermakova que fornecesse, em suas próprias palavras, detalhes sobre os experimentos. Depois, solicitou a quatro outros especialistas que comentassem suas informações. Por fim, juntou tudo no texto "Soja GM [geneticamente modificada] e Segurança de Saúde -Uma Controvérsia Reexaminada", assinada por seu editor, Andrew Marshall.

O resultado são cenas explícitas de lavagem de roupa suja. Pelo menos um dos críticos convidados tem ligações abertas com a indústria biotecnológica. Não há surpresa, assim, na virulência das objeções do grupo. Um parágrafo exemplar: "O planejamento do experimento não segue protocolos internacionalmente reconhecidos que foram desenvolvidos para guiar pesquisadores no planejamento adequado. A natureza do material original [soja GM] é desconhecida, o consumo de cada animal é desconhecido, e a composição da dieta é desconhecida. Muito poucos animais foram estudados, e as diferenças de gênero não foram registradas. As taxas de mortalidade anormalmente altas e as baixas taxas de crescimento nos grupos de controle indicam cuidados deficientes com os animais."

Não é preciso ser versado em jargão científico para perceber que a acusam, pura e simplesmente, de incompetência. Ou coisa pior: "Se ela tinha dúvidas sobre seus próprios resultados, como diz, não deveria ter devotado tanto tempo dando publicidade a estudos que são patentemente falhos".

É espantoso que cientistas naturais se dirijam uns aos outros, em público, nesses termos. Mais espantoso ainda é que a "Nature Biotechnology" publique o ataque sem mostrá-lo antes a Ermakova e sem dar-lhe direito à réplica na mesma edição.

⁸⁴ O Estado de S.Paulo – 03/06/05

Ongs criticam rotulagem de transgênicos defendida por Brasil

Organizações não-governamentais e entidades de defesa do consumidor criticaram nesta sexta-feira a posição do Brasil durante a reunião do Protocolo de Cartagena de Biossegurança para Convenção de Biodiversidade Biológica, realizada em Montreal, no Canadá. A reunião tinha como objetivo discutir, entre outros assuntos, as regras para identificação de produtos transgênicos em processos de importação e exportação.

Durante as discussões, o Brasil se alinhou à Argentina, Canadá e Nova Zelândia e defendeu uma rotulagem mais genérica para transgênicos enquanto países europeus, da Ásia e da África defenderam uma rotulagem mais detalhada, com especificação exata dos tipos de transgênicos exportados.

Até o início da reunião no Canadá, o Brasil não tinha posição formada sobre o assunto, mas acabou optando pela disposição que já existe no texto do protocolo. O artigo 18.2 prevê que os produtos destinados à exportação devem ser rotulados com os dizeres "pode conter transgênicos". Europeus, asiáticos e africanos - e também ambientalistas - defendem a mudança para "contém transgênicos", seguida da especificação de cada alteração genética dos produtos.

"A identificação detalhada permite a rápida identificação do produto em caso de problemas além de alertar cada país sobre o que estão comprando", diz Gabriel Bianconi, assessor técnico da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), ONG que, junto do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), acompanhou a reunião em Montreal. As duas entidades defendem a discriminação detalhada. "A posição brasileira foi uma surpresa", acrescenta ele. A delegação brasileira disse que a posição tem como objetivo "não criar dificuldades para o comércio de produtos da moderna biotecnologia".

A disputa ainda não está totalmente encerrada. A assunto deve voltar a ser discutido no ano que vêm em nova reunião do protocolo, prevista para acontecer no Brasil.

⁸⁵ O Estado de S.Paulo – 10/01/06

Projeto visa alterar recém-aprovada Lei de Biossegurança

O governo federal acertou o que não viu com a regulamentação, válida há menos de dois meses. Ela proíbe o uso de plantas transgênicas que não se reproduzem: a vantagem é que os agricultores podem aproveitar as novas sementes e não depender do fornecimento de grandes empresas. A desvantagem é que, com isso, impediu também outras tecnologias que trariam benefícios ao País. Para tentar reverter a situação, o projeto 5.964/2005 sugere que a atividade seja liberada "quando o uso da tecnologia comprovadamente se constituir numa medida de biossegurança benéfica à realização da atividade", ou seja, que cada caso seja analisado isoladamente. Permitiria dessa maneira que os cientistas fizessem frutos sem semente com engenharia genética e produzissem remédios em grãos, por exemplo, mantendo a independência do agricultor.

Segurança

"Às vezes é preciso impedir a reprodução por uma questão de segurança", afirma o pesquisador Marcelo Menossi, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O caso mais óbvio é o dos biofármacos, como a soja que produz pró-insulina para ser usada no tratamento de diabéticos. Ela tem o gene de reprodução desligado para que não se corra o risco de cair na cadeia alimentar. Uma vez que a regulamentação agora proíbe plantas transgênicas inférteis, o projeto - em fase avançada na Unicamp - volta para a gaveta. Segundo Menossi, esse tipo de restrição atrapalha a pesquisa de transgênicos em geral. "Algumas mudanças nos genes até obtemos com outras técnicas, mas elas são absurdamente aleatórias. Com a engenharia genética é menos complicado", afirma. "Esse texto foi feito por baixo dos panos pelo Ministério do Meio Ambiente."

Consenso

O secretário de Biodiversidade e Floresta do ministério, João Paulo Capobianco, lembra que o conteúdo da regulamentação é resultado do consenso de um grupo interministerial. "Refuto veementemente a acusação leviana. O texto é responsabilidade de todos que montaram a lei." A despeito da discussão, trabalhos científicos são deixados para escanteio, diversos deles que aplicam verbas federais ou estaduais, como as da Fapesp, e são conduzidos em instituições públicas, como a Embrapa, ligada ao Ministério de Agricultura. O cientista Francisco Aragão, da Embrapa Recursos Genéticos, acabou de depositar a patente de uma técnica para fazer alimentos sem sementes. Ele bloqueia a expressão do gene do ácido fítico, composto antinutricional que remove elementos como cálcio e ferro dos alimentos e impede sua absorção pelo corpo. Quando a ação do gene é nocautada, o embrião não se desenvolve e, por consequência, não tem o ácido. Aragão esperava testar a técnica em breve em mamão e melancia. "Agora o trabalho está parado."

Chances

O projeto de lei foi levado ao Comitê de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Porém, ele pode não ser aprovado. Acontece que, no texto, a deputada pede a revogação do artigo que impede o plantio de soja transgênica em unidades de conservação e seu entorno. "Nada justifica vedar o plantio de sementes de soja geneticamente modificada nas áreas de unidades de conservação", escreve. A posição certamente encontrará resistência de setores do governo, a começar pelo Ministério do Meio Ambiente, alongando o problema, diz o advogado Ricardo Azevedo Sette. "Esse é um texto para início da discussão, que ainda passará por comissões dentro do Congresso, e que precisa de mais rigor na questão ambiental", diz ele. "Não podemos plantar transgênicos do lado de mananciais. Temos de preservar o futuro."

⁸⁶ O Estado de S.Paulo – 16/01/06

Apec inaugura conferência sobre transgênicos

Uma conferência sobre políticas e segurança nos cultivos de alimentos geneticamente modificados organizada pelo Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (Apec) foi inaugurada nesta segunda-feira, em Manila, com a presença de especialistas dos Estados Unidos, Peru, Chile e da Austrália, entre outros países.

O ministro de Agricultura das Filipinas, Domingo Panganiban, afirmou no discurso de inauguração que "esta conferência se dirige a melhorar as habilidades das economias do Apec para desenvolver sistemas de biossegurança e a promover enfoques harmonizados nos regulamentos agrícolas nesta matéria".

Panganiban disse que atualmente as Filipinas estão no grupo das 12 nações do mundo onde mais de 85% do solo está submetido ao uso intensivo, seja agrícola, industrial ou por habitação.

Disse ainda que os cultivos geneticamente modificados "introduzem um aumento substancial na produção das colheitas por unidade de terra cultivada e aumentam a renda dos camponeses sem ter que expandir a área dedicada à agricultura".

O ano de 2005 marcou o décimo aniversário do início da comercialização dos produtos alterados geneticamente, como assinalado no último estudo de ISAAA, (Serviço Internacional para a aquisição de aplicações de biotecnologia agrícola), entidade patrocinada entre outros pelas multinacionais Monsanto, Bayer, Syngenta, Pioneer Hi-Bred e a Fundação Rockefeller dos EUA.

O documento, distribuído durante a inauguração, mostra que em 2005 a área total de cultivos destes produtos ocupou uma extensão de 90 milhões de hectares, 11% a mais do que as 81 milhões de hectares dedicadas no ano passado.

Cerca de 8,5 milhões de agricultores em 21 países se dedicaram a esta atividade em 2005, frente aos 8,25 milhões em 17 países do ano passado.

O relatório também diz que China e Irã são os principais países na comercialização de arroz geneticamente modificado, mas os EUA mantêm a liderança nestes cultivos, com 55% do total de toda a terra cultivada no mundo, ou seja, 49,8 milhões de hectares plantados.

Os 21 países do mundo que permitem estes cultivos são, segundo a quantidade de solo dedicado: EUA, Argentina, Brasil, Canadá, China, Paraguai, Índia, África do Sul, Uruguai, Austrália, México, Romênia, Filipinas, Espanha, Colômbia, Irã, Honduras, Portugal, Alemanha, França e a República Tcheca.

A conferência se encerra na próxima quarta-feira.

⁸⁷ O Estado de S.Paulo – 27/01/06

Cresce área de plantio de culturas transgênicas no Brasil

A área de plantio de transgênicos no país aumentou em 4,4 milhões de hectares no ano de 2005, segundo relatório da organização não-governamental norte-americana International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications (ISAAA). O Brasil foi o país onde as culturas de oleaginosa geneticamente modificada mais cresceram em 2005, chegando a 9,4 milhões de hectares, contra 5 milhões de hectares do período anterior.

No ano passado, o plantio de organismos geneticamente modificados (OGMs) ocupou 90 milhões de hectares no mundo, um acréscimo 9 milhões de hectares em relação a 2004. Hoje, cinco países cultivam quase 95% - 85,4 milhões de hectares - de toda área do planeta destinada a transgênicos, informa a ISAAA.

Em primeiro lugar estão os Estados Unidos, com 49,8 milhões de hectares. Em segundo, aparece a Argentina, com 17,1 milhões de hectares. Depois vem o Brasil, com 9,4 milhões de hectares; Canadá, com 5,8 milhões de hectares; e China, com 3,3 milhões de hectares. No ano passado, França, Portugal, Checoslováquia e Irã também passaram a plantar organismos geneticamente modificados.

A soja lidera o ranking dos produtos transgênicos mais cultivados no mundo, destaca a ONG norte-americana. Seguida do milho, algodão e canola. De acordo com a ISAAA, 90% dos produtores de OGMs são trabalhadores pobres de países em desenvolvimento.

O plantio comercial de produtos transgênicos no Brasil começou em 2004, no Rio Grande do Sul.

⁸⁸ O Estado de S.Paulo – 15/02/06

CTNBio retoma atividades hoje

Depois de meses de paralisia, comissão vai votar lista tríplice para presidência

Quase oito anos depois de liberar a soja transgênica e mergulhar em um turbilhão de processos judiciais e administrativos, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) está pronta para reassumir o comando das atividades com organismos geneticamente modificados (OGMs) no Brasil. Reinstalada em dezembro, a partir da regulamentação da nova Lei de Biossegurança, a comissão deverá se reunir hoje e amanhã para a votação da lista tríplice que vai eleger seu novo presidente.

O nome será escolhido pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende. Só então a comissão estará livre para voltar a emitir pareceres técnicos, incluindo a liberação de OGMs para pesquisa e comercialização.

Entre os principais itens da pauta - congelada desde a liberação da soja transgênica, em outubro de 1998 - estão os pedidos de liberação comercial de oito variedades transgênicas de milho, algodão e arroz, produzidas pelas empresas multinacionais Monsanto, Bayer e Syngenta.

A lista de espera inclui cerca de 500 processos, incluindo relatórios e pedidos de certificação em biossegurança para laboratórios. Além das autorizações comerciais, há mais de 90 pedidos para liberação de pesquisas de campo com plantas transgênicas, envolvendo empresas internacionais e nacionais, como Embrapa, Coodetec, Suzano, Alellyx, International Paper do Brasil e Centro de Tecnologia Canavieira. Os produtos incluem soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, eucalipto, feijão e batata.

"A agenda está lotada e a expectativa é enorme na comunidade científica e no setor produtivo", diz o pesquisador Luiz Fernando Lima Reis, diretor de Ensino do Hospital do Câncer, em São Paulo, e ex-membro da CTNBio. "Já poderíamos ter produtos no mercado, se não tivéssemos perdido oito anos em discussões desfechadas e sem qualquer mérito científico."

Uma das principais dúvidas será quanto à ordem da fila de avaliação dos processos. "Eu fiz o óbvio, que foi organizar os pedidos de acordo com sua ordem de chegada", disse ao Estado o secretário-executivo da comissão, Jairon Santos do Nascimento. "Caberá ao plenário da CTNBio avaliar se essa será a ordem adequada ou se outros critérios prevalecerão."

Segundo ele, houve uma explosão no número de pedidos protocolados desde a publicação do decreto de regulamentação da Lei de Biossegurança, em novembro. Em menos de três meses, mais de 80 pedidos foram encaminhados à CTNBio, enquanto a média anual, em 2004 e 2005, foi de 30 processos. "Interpreto isso como o fluxo de uma demanda que estava represada, assim como um reflexo da confiança no marco legal estabelecido", disse Nascimento.

Nenhum processo deverá ser avaliado já nesta reunião. Além da indicação dos nomes para presidente, o encontro será dedicado principalmente à revisão do regimento interno e das instruções normativas da comissão - ou seja, as regras pelas quais a CTNBio vai funcionar daqui para frente, dentro da nova lei.

PREOCUPAÇÃO

Formada por representantes da comunidade científica, empresarial, sociedade civil e vários ministérios, a nova CTNBio será certamente, mais uma vez, o palco de acirradas disputas entre interesses econômicos, científicos, políticos e ambientais.

"O processo já começou mal", disse a coordenadora da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace, Gabriela Couto, referindo-se à tentativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) de eleger o presidente da CTNBio já na primeira reunião da comissão, em dezembro. "Tentaram atropelar tudo, mas houve uma organização das ONGs para impedir isso."

A maior preocupação dos ambientalistas, segundo ela, é que o escolhido para presidir a comissão seja o representante titular do MCT, Luiz Antônio Barreto de Castro, que era o presidente na época em que a soja transgênica foi aprovada (e depois barrada por ações judiciais movidas pelo Greenpeace e pelo Instituto de Defesa do Consumidor), em 1998.

Plantada ilegalmente desde então, a soja transgênica só foi definitivamente legalizada no ano passado, com a nova Lei de Biossegurança. Ações na Justiça impediam a CTNBio de emitir novos pareceres, travando tanto os processos de liberação comercial quanto os de pesquisa.

"Não queremos que a CTNBio sirva só para carimbar a aprovação de novos transgênicos no Brasil", diz Gabriela.

⁸⁹ O Estado de S.Paulo – 23/02/06

Ibama interdita lavouras de transgênicos no Paraná

Os testes que comprovaram a transgenia foram feitos em grãos e folhas de soja

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) interditou 13 lavouras com soja transgênica em fiscalizações realizadas nos últimos dois dias no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, no oeste do Paraná. De acordo com o órgão, as propriedades estão dentro de um raio de 10 quilômetros da unidade de conservação, o que é proibido pela Lei de Biossegurança.

Segundo o superintendente do Ibama no Paraná, Marino Gonçalves, a lei considera crime o plantio de transgênicos em áreas de conservação e terras indígenas. O temor é que o produto possa provocar desequilíbrio ambiental e mutação em espécies preservadas. A denúncia para o Ibama foi feita pela ONG Terra de Direitos, de Curitiba, com imagens de satélite. Outros cinco plantios que tinham sido denunciados deram resultado negativo.

Em razão da interdição, os produtores precisarão de autorização do Ibama para qualquer atividade dentro das lavouras. Segundo Gonçalves, caso seja dada autorização para colheita, haverá uma série de condicionantes, entre elas a segregação total do produto. Em razão da extensão do parque - 185 mil hectares - o superintendente acredita que o problema seja maior, e pretende atacá-lo na raiz, realizando reuniões com os produtores e as entidades que os representam, a fim de passar todas as informações legais.

Gonçalves disse que, apesar de o desconhecimento da lei não ser atenuante jurídica, neste primeiro momento não serão aplicados os rigores da norma, que poderia levar a multas pesadas e até prisão. "Eles não querem

contrariar a legislação. Não há má-fé no que fizeram", afirmou. Os testes que comprovaram a transgenia foram feitos em grãos e folhas de soja.

⁹⁰ O Estado de S.Paulo – 07/03/06

Ministro prevê construção de sete usinas nucleares no Brasil

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, defendeu em entrevista à BBC Brasil um plano nuclear para o Brasil que prevê a construção de até sete usinas nucleares.

Rezende afirmou que quer ver o projeto, que incluiria duas instalações no Nordeste, aprovado "em todas as instâncias até o fim do primeiro semestre deste ano".

"O Plano Nacional de Energia Nuclear propõe sete usinas nucleares (...) Esse plano começa com a decisão de retomar a construção de Angra 3 e fazer então um escalonamento para que, em média, a cada dois, três anos seja implantada uma nova usina. Então, é um plano para dez, 15 anos."

O ministro afirma que, com isso, pretende ampliar a participação da energia nuclear na matriz energética.

Segundo ele, a participação no Brasil é hoje da ordem de 1% a 2%.

"O ideal é que ela fosse mais próxima de 5%."

"Não defendo que ela (a energia nuclear) seja prioridade número um", disse o ministro. "Estou defendendo que ela tenha alguma prioridade (...) a energia nuclear tem que ser considerada e colocada na matriz energética brasileira. Ela não pode mais ser encarada como patinho feio."

Polêmica

Nos planos do ministro, está a construção de duas usinas nucleares às margens do Rio São Francisco, cujas águas passam por hidrelétricas que abastecem a região Nordeste de energia.

"Não dá para fazer nenhuma outra hidrelétrica no São Francisco, mas a região vai continuar crescendo, precisando de energia. As águas do rio podem ser usadas para refrigerar um sistema de usinas nucleares de menor porte. É um plano perfeitamente viável", disse o ministro.

Para começar a valer, explicou o ministro, a proposta nuclear precisa passar pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), do qual participam vários ministérios, pelo Presidente da República e pelo Congresso.

Apesar de se dizer confiante, o ministro admite que não faltará polêmica às discussões sobre o tema.

"Polêmica não vai faltar. Mas isso era um tabu até um tempo atrás e, cada vez mais, há uma percepção de que a energia nuclear é uma fonte viável de energia", disse.

Sobre os custos, Rezende disse que o "renascimento" no mundo da área nuclear, com a construção de novas usinas, vai baratear o custo da tecnologia.

Além disso, acidentes do passado, tornaram mais eficiente a segurança em torno das usinas, segundo ele.

Na comparação com a energia hidrelétrica, o ministro afirmou que ela continuará sendo a principal fonte no país. Destacou, porém, o que ele chamou de "desvantagens" em relação à energia nuclear.

"A energia hidrelétrica está ficando cada vez mais cara. Outra desvantagem é que a fonte, geralmente, está distante dos centros consumidores. Já as usinas nucleares podem ser construídas perto dos grandes centros", disse.

Urânio

O ministro disse também que a inauguração oficial da produção de urânio em escala industrial na fábrica de Resende (RJ), com a presença do presidente Lula, deve acontecer em abril, depois dos vários adiamentos.

Se os planos do governo se concretizarem, o urânio enriquecido produzido pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) será suficiente para suprir 60% das necessidades de Angra 1 e 2 em 2010.

"O que foi adiada é a inauguração formal pelo Presidente da República. A produção já começou, porém não em grande quantidade", explicou o ministro.

Ele negou que os adiamentos tenham alguma relação com uma tentativa do governo de se distanciar da atual polêmica envolvendo o programa nuclear do Irã.

"Houve, simplesmente, um problema de agenda do presidente. Não há nenhuma suspeita em relação à atitude brasileira. Já temos o aval da Agência Internacional de Energia Atômica, e o que o Brasil fez já foi mais do que suficiente", disse.

Uma pesquisa encomendada em 2004 pelo Greenpeace ao ISER - Instituto de Estudos da Religião - indicou que 82,3% dos brasileiros são contrários às usinas nucleares no país.

Transgênicos

O ministro comentou também outro assunto polêmico: a escolha do presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que terá a palavra final sobre, por exemplo, o cultivo de transgênicos no Brasil. A escolha de Walter Colli, professor da Universidade de São Paulo, para presidir a comissão foi criticada por ONGs. Representantes de algumas organizações dizem que ele defende abertamente os transgênicos e que não teria isenção suficiente para ocupar o cargo.

"Walter Colli é uma pessoa extremamente respeitada no mundo científico. Qualquer pessoa que não tivesse um perfil ambientalista, contra os transgênicos, seria criticada. Ele está sendo bombardeado injustamente", disse, acrescentando que "os transgênicos são uma realidade que veio para ficar".

Para o ministro, os críticos têm boas intenções, mas estão mal assessorados.

"Os mesmos setores que são contra os transgênicos não querem ouvir falar em energia nuclear. Normalmente, são pessoas que têm a melhor das intenções, mas que, normalmente, não têm em torno delas pessoas com formação científica e experiência internacional em outras áreas", criticou o ministro.

Sérgio Rezende está em Londres, onde integra a comitiva que acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita de estado à Grã-Bretanha.

Ele é doutor em Física pelo MIT (Massachusetts Institute Of Technology) e formado em Engenharia Eletrônica na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

⁹¹ O Estado de S.Paulo – 09/03/06

Dirigente do MST defende destruição na Aracruz

"Não estamos preocupados com a nossa imagem", reagiu o líder regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Jaime Amorim, à depredação realizada ontem na Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. Ele também não se sensibilizou com o choro de uma pesquisadora que viu anos de trabalho serem destruídos. "Se ela fosse uma pesquisadora séria não teria se vendido às multinacionais", afirmou. "Ela representa esse tipo de venda de soberania".

Para ele, o importante é que o ato realizado pela Via Campesina e pelo MST ajude a sociedade a discutir o sistema produtivo e os produtos transgênicos (geneticamente modificados). "O Brasil não pode ficar refém das florestas homogêneas, como a de eucalipto, nem de monoculturas como a da cana-de-açúcar, que destroem o meio ambiente", defendeu, ao observar que as florestas de eucalipto, para fabricação de celulose, ressecam a terra e impedem a existência de fauna.

⁹² O Estado de S.Paulo – 13/03/06

Países discutem em Curitiba normas para comércio de transgênicos

Representantes dos 131 países do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança se reunirão a desta segunda-feira em Curitiba para discutir os progressos em sua aplicação.

O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, o primeiro acordo que regula o comércio internacional de organismos modificados geneticamente, foi assinado em janeiro de 2000 a pedido das Nações Unidas, e entrou em vigor em setembro de 2003.

A reunião na capital paranaense, que se estende até a próxima sexta-feira, é terceira dos países membros do Protocolo, que tem como objetivo assegurar que as modificações em organismos vivos sejam inofensivas à biodiversidade e à saúde humana.

Entre os assuntos que serão discutidos na reunião está a obrigatoriedade de etiquetar as cargas internacionais de organismos geneticamente modificados (OGMs), norma aprovada na Primeira Conferência Mundial sobre o Protocolo de Cartagena, realizada em fevereiro de 2004 em Kuala Lumpur, e que devia entrar em vigor no ano passado.

Também será discutida a responsabilidade no transporte internacional de OGMs e a reparação ou compensação em caso de danos resultantes do mesmo, assim como o manejo e a comunicação de fatores de risco.

Segundo o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, na reunião de Curitiba estará em jogo "o grau de informação que o país exportador deve fornecer ao importador".

Capobianco acrescentou que o Governo defende que essa informação seja a mais completa possível, de modo que os países expliquem com detalhes o que exportam.

O secretário-executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, Ahmed Djoghlaif, sugeriu na semana passada aos países participantes da reunião que se esforcem para resolver os assuntos mais sensíveis, como a exportação de matérias-primas que contêm transgênicos.

"Isso é necessário para dar fim à incerteza que ainda persiste no mercado internacional em relação a esses produtos, causada pela falta de consenso", disse Djoghlaif na sede da ONU em Nova York. Três dias depois da Terceira Reunião dos integrantes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Curitiba abrigará outra reunião internacional do mesmo gênero, também observada pela ONU. Trata-se da Oitava Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada entre 20 e 31 de março com a participação de delegados de 187 países e da União Européia (UE). Nos quatro últimos dias do encontro (26 a 29 de março), será feita uma reunião de alto nível sobre a convenção, à qual está prevista a presença de uma centena de ministros do Meio Ambiente.

⁹³ O Estado de S.Paulo – 13/03/06

Brasil quer rótulo 'contém transgênicos' em 4 anos

Ao fim de mais uma disputa entre ministérios, e com a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP 3) já em andamento em Curitiba, o governo brasileiro mudou sua posição com relação à identificação de cargas transgênicas para o comércio exterior. A partir de agora, o País defenderá que os carregamentos contendo organismos geneticamente modificados sejam claramente identificados com a palavra "contém", em vez de um simples "pode conter" - como vinha defendendo até agora. O agronegócio e a indústria, entretanto, teriam quatro anos para se adaptar à exigência.

A proposta foi anunciada no início da noite de hoje pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante passagem por São Paulo. A decisão política, segundo ela, foi tomada durante a manhã pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília, durante reunião com ela e os ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e da Casa Civil, Dilma Rousseff. "Acho que deixamos o Brasil em uma posição responsável em todos os sentidos", disse Marina, em tom de vitória. A proposta será apresentada na MOP 3 para negociação com os outros países signatários do protocolo.

Como tem sido a regra em Brasília no caso dos transgênicos, a discussão dividiu opiniões do setor agrícola (favorável ao "pode conter") e do setor ambiental (favorável ao "contém"). A decisão pelo "contém" implica na segregação e rastreamento de toda a produção de soja brasileira - assim como para outros produtos transgênicos que sejam aprovados no futuro. Algo que, segundo o agronegócio, poderá aumentar os custos e reduzir a competitividade brasileira.

Posição incomum

O Brasil é o único dos quatro maiores exportadores mundiais de grãos a seguir o Protocolo de Cartagena e se encontra em uma posição incomum internacionalmente. O País tem a tradição de intenso defensor ambiental em reuniões globais, e com frequência acompanha os interesses dos países em desenvolvimento, reunidos no G-77, que preferem o "contém OVMs (organismos vivos modificados)".

A posição do "pode conter" tem o potencial de estremecer essas relações - como aconteceu no ano passado na MOP-2, em Montreal, quando essa possibilidade foi apresentada. Por outro lado, os outros três grandes exportadores (Argentina, Canadá e Estados Unidos, todos pró-transgênicos) são influenciados pela decisão tomada pelos participantes do acordo, e portanto pressionam o Brasil por uma posição favorável a eles.

Segundo Marina Silva, a opção pelo "contém" não colocará o País em desvantagem, já que os outros países exportadores também seriam obrigados a identificar seus carregamentos. Isso porque, mesmo estando fora do protocolo, a identificação seria exigida pelos países importadores que são signatários do acordo. "Se isso for aprovado, todos os países terão de operar nesse sistema, direta ou indiretamente", disse.

Com relação aos custos envolvidos na segregação e rastreamento, o secretário de Biodiversidade e Florestas do ministério, João Paulo Capobianco, disse que são "bastante competitivos". Segundo ele, a experiência de pequenas e médias cooperativas que já fazem a segregação (para garantir uma produção "livre de transgênicos") gastam menos de US\$ 0,30 a mais por tonelada de soja.

Marina Silva disse que o governo poderá oferecer incentivos, inclusive financeiros, para viabilizar a construção da infra-estrutura necessária.

Ausência

Por causa do impasse, a ministra faltou à abertura da MOP 3, em Curitiba, quando receberia a presidência da Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica. A falta foi observada pelos delegados dos outros países como uma demonstração da indecisão brasileira sobre o assunto.

Até então, a delegação brasileira não sabia qual posição seria defendida na reunião. Curiosamente, a indefinição provocou um consenso improvável entre ambientalistas e indústria. "Essa falta de definição, com o tempo

que havia para se resolver, mostra a esquizofrenia que toma o governo. De um lado, você tem o Brasil preocupado em preservar o ambiente e crescer de forma sustentável; de outro, o Brasil que deseja aumentar suas fronteiras agrícolas sem critérios", disse Marcelo Furtado, do Greenpeace. "Essa esquizofrenia está nos ministérios, que tiveram de levar a decisão para o presidente. A tal transversalidade, que a ministra defende, não existe."

⁹⁴ O Estado de S.Paulo – 14/03/06

Greenpeace encontra arroz transgênico ilegal em papinha para bebês

O Greenpeace encontrou arroz geneticamente modificado nas papinhas de cereais para bebês da multinacional americana Heinz, comercializadas em Pequim. De acordo com a agência de notícias Xinhua, o grupo recolheu nos supermercados da capital chinesa 19 amostras que foram analisadas pelo laboratório GeneScan, com sede na Alemanha, onde foi detectado que a comida com validade para 12 de março do 2007 continha arroz modificado geneticamente para resistir às pragas agrícolas.

O laboratório encontrou um ingrediente chamado "Bt" que foi usado no México, em 2000, para provocar respostas alérgicas em ratos, segundo o ecologista Steven Ma. "Estamos totalmente comovidos. É a primeira vez que encontramos arroz transgênico ilegal em comida para bebês", disse.

O Greenpeace comunicou sua descoberta à Heinz em 1º de março e está à espera de uma resposta da multinacional. A organização realiza uma campanha contra o uso de transgênicos e já conseguiu fazer com que mais de cem marcas se comprometessem a não comercializar esse tipo de produto no país.

Em maio de 2005, a China ratificou o protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que obriga os exportadores a identificar e fornecer informações sobre os transgênicos, mas ainda não existe uma lei em vigor que ampare a segurança desses alimentos, por isso o comércio é considerado ilegal.

⁹⁵ O Estado de S.Paulo – 16/03/06

Protesto do Greenpeace no Cristo Redentor acaba em prisão

Militantes foram detidos após pendurar uma faixa no braço da estátua

Seis integrantes do Greenpeace foram presos na manhã desta quinta-feira pela Polícia Federal quando faziam protesto no Cristo Redentor.

Eles foram detidos após pendurar uma faixa no braço da estátua com a faixa "O futuro do planeta está em suas mãos".

Segundo o Greenpeace, a faixa tinha 5 metros por 8 metros e foi colocada "para chamar a atenção dos governos para a alarmante perda de biodiversidade e os riscos para a segurança ambiental representada pelos transgênicos".

O site da organização não-governamental diz que a mensagem "foi endereçada aos representantes de governos de todo o mundo reunidos em Curitiba para discutir medidas de proteção às diferentes formas de vida na Terra".

⁹⁶ O Estado de S.Paulo – 16/03/06

PF divulga nomes de ativistas do Greenpeace presos no Rio

Manifestantes irão responder por "conspurar monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico"

A Polícia Federal (PF) divulgou o nome dos cinco ativistas da organização ambientalista Greenpeace presos nesta quinta-feira quando protestavam no Cristo Redentor, no Morro do Corcovado. Os nomes são: Verônica Rameck, de 20 anos; Lia Contido, 20; Arthur Garcia, 20; o inglês Huw William, 29; e Agnaldo Almeida, 25. Eles penduraram uma faixa no braço da estátua com a inscrição "O futuro do planeta está em suas mãos". O objetivo do ato foi "chamar a atenção dos governos para a alarmante perda de biodiversidade do planeta e os riscos para a segurança ambiental representada pelos transgênicos", segundo nota da entidade.

De acordo com os manifestantes, a mensagem foi endereçada "às autoridades de todo mundo, que estão reunidas em Curitiba para discutir medidas de proteção às diferentes formas de vida na Terra". A capital do Paraná está sediando a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena, tratado internacional de biossegurança, e a 8ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB).

Os ativistas chegaram na quarta-feira à noite no Corcovado e ficaram por lá até o amanhecer, contou um integrante da organização. Por volta das 6 horas da manhã, quebraram o cadeado da porta que dá acesso à parte interna da estátua, onde há uma escada que leva ao topo do monumento. Quatro pessoas subiram no braço do Cristo, onde a faixa foi estendida. Três desceram de rapel.

Os manifestantes, que já foram liberados, irão responder em liberdade pelo crime de "conspurar monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico", cuja pena é de até um ano de prisão.

⁹⁷ O Estado de S.Paulo – 17/03/06

"Pode conter" vigora pelos próximos quatro anos

Será o "período de transição" até a palavra "contém", que terá de ser adotada em até seis anos

Os países que participam da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP 3), em Curitiba (PR), concordaram em identificar as cargas transgênicas voltadas para o mercado externo. Mas só vão adotar a regra, na prática, em seis anos, e com uma exceção que beneficia os países que não fazem parte do acordo. O texto estabelece que os membros do protocolo usarão a expressão "pode conter" na nota fiscal do carregamento de organismos geneticamente modificados (OGMs) nos próximos quatro anos, que funcionarão como um período de transição. A posição permite um controle mais livre da cadeia produtiva, pois não exige a identificação clara do produto. Depois desse tempo, os países terão mais dois anos para adotar definitivamente a palavra "contém".

Além disso, quando um país que é parte do acordo, como o México, importar cargas de um país não-participante, como os Estados Unidos, a regra é afrouxada para atender aos interesses bilaterais e pode ou não ser seguida. Dessa maneira, o México conserva seus compromissos no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e os americanos, quando exportarem grãos para o vizinho de baixo, não terão de se preocupar com a identificação do carregamento.

A inclusão do item foi a única maneira de convencer os mexicanos a aceitarem a proposta. Eles mantiveram a oposição até o último minuto da reunião, que terminou às 21h20 de desta sexta.

"O avanço é pequeno, com um compromisso mais moral do que real. O ganho real foi de quase nada", disse Marijane Lisboa, da Associação de Agricultura Orgânica, ex-secretária do Ministério do Meio Ambiente. O governo brasileiro avalia que o acordo faz com que o protocolo avance - a decisão sobre a identificação de transgênicos deveria ter sido tomada até setembro do ano passado. "O mais importante é que se saiu da posição anterior", afirmou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O texto aceito é baseado em uma proposta brasileira que seguiu um caminho contrário ao defendido na reunião anterior, em 2005. Na ocasião, o País lutou pelo "pode conter" transgênicos ao lado da Nova Zelândia, o que travou as negociações - exatamente como o México fez agora. Nos corredores, a oposição mexicana foi apelidada de "efeito tequila". "O Brasil tomou um porre no ano passado, e agora sofre a ressaca", brincou o diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sergio Leitão.

Desafio

O Brasil será pouco afetado num primeiro momento. O principal produto transgênico brasileiro, a soja, é quase toda usada para a alimentação animal em países asiáticos, como a China e o Japão. Enquanto eles não pedirem a identificação clara de qual carga tem grãos modificados, os produtores nacionais continuarão exportando uma produção mista, sem nenhum tipo de controle rígido e sem serem prejudicados nos negócios. O ritmo terá de ser dado pelo governo, que enfrenta de antemão uma resistência interna forte do setor ruralista. Segundo o secretário de Ecossistemas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, o presidente sinalizou a necessidade de se estabelecer linhas de crédito para ajudar os produtores. "Esse processo é cumulativo nas duas pontas, no importador e no exportador, e o Brasil passa a atuar com essa perspectiva", disse.

⁹⁸ O Estado de S.Paulo – 19/03/06

Para o Greenpeace, reunião sobre biossegurança foi positiva

Ativista diz que legislação brasileira favorece o consumidor

A rotulagem de organismos vivos modificados (OVMs), ou transgênicos, foi o tema mais polêmico da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-3), encerrada na sexta-feira, dia 17, em Curitiba (PR). No final da reunião, ficou acordado que, até 2012, os países que já tem capacidade técnica e econômica devem informar a presença de transgênicos e adotar a expressão "contém", e os que ainda não estão capacitados para essa rotulagem receberão ajuda pra implementar as regras e adotarão o termo "pode conter" para exportações e importações de produtos geneticamente modificados.

Para a ativista Gabriela Couto, coordenadora da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace, a decisão foi positiva para o Brasil, já que o país possui uma legislação nacional que garante que qualquer variedade

importada transgênica deve conter autorização, informação da carga e outras. "Graças à legislação nacional, no momento em que países como os Estados Unidos exportarem para o Brasil cargas e variedades transgênicas teremos o direito à informação", afirma.

Segundo a Radiobrás, a MOP-3 também terminou com o acordo de que, no comércio internacional de países não signatários com países membros do Protocolo de Cartagena, ficam valendo as regras do protocolo. Para Gabriela, essa decisão prejudica os países latino-americanos que ainda não têm uma legislação nacional sobre o tema.

"Isso prejudica extremamente os países na sua grande maioria latino-americanos que não têm legislação nacional e que não têm como exigir, no momento em que o produto chega nos seus portos, no seu país, a identificação dessas cargas", afirma.

Participaram da reunião 97 países com direito a tomarem decisões e outros 13 que assinaram a convenção, mas não a ratificaram, como os Estados Unidos, a Argentina e o Canadá. A proposta final foi aceita por 92 países, exceto pelo Paraguai, México, Canadá, Estados Unidos e Argentina.

"Ficou extremamente claro para as ONGs e para todos que estavam lá a influência da indústria de biotecnologia, das grandes corporações e dos países que fazem parte da América do Norte como o Canadá e os Estados Unidos estavam influenciando de forma extrema a decisão de países como o México e os Estados Unidos", afirma a ativista.

Até 2012, os países membros do Protocolo de Cartagena deverão adotar em definitivo o termo "contém" e a identificação detalhada dos produtos exportados e importados.

⁹⁹ O Estado de S.Paulo – 22/03/06

Paraná torna rotulagem de transgênicos obrigatória

Embalagens devem conter, em destaque, o nome dos ingredientes transgênicos e trazer símbolo definido pelo Ministério da Justiça

O governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB) assinou nesta quarta-feira, no terceiro dia da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8), um decreto que obriga a identificação de produtos alimentícios que contenham elementos transgênicos e que sejam comercializados dentro do Estado. O Paraná é o primeiro do País a adotar essa medida.

Segundo a Agência Brasil, a regra entrará em vigor em 60 dias após a publicação no Diário Oficial estadual, mas ainda depende de atos administrativos sobre formas de fiscalização a serem resolvidos por secretarias estaduais.

Regras

As embalagens de alimentos destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir dos organismos geneticamente modificados devem possuir, em destaque, o nome desses ingredientes e trazer o símbolo definido pelo Ministério da Justiça (o triângulo amarelo, com a letra "t" dentro).

Além disso, elas devem conter o nome científico e o nome comum da espécie doadora do gene responsável pela modificação. As mesmas regras valem para alimentos produzidos a partir de animais alimentados com ração feita a partir de ingredientes transgênicos. No caso de alimentos vendidos in natura em feiras ou supermercados, essas informações devem estar expostas de forma permanente e visível ao consumidor.

A regulamentação estabelece ainda que fica proibida no Paraná a venda de produtos sobre os quais haja "denúncia fundamentada" de que contêm transgênicos sem a rotulagem devida.

Membros do MST e da Via Campesina assistiram à assinatura do decreto. "A gente apóia essa lei. Somos contra os transgênicos", afirmou o agricultor José Lima. "O importador não quer transgênicos, o mercado interno também não. É por isso que as empresas lutam tanto contra a rotulagem", avaliou um membro da organização não-governamental gaúcha Centro Ecológico, Maria José Guazzelli.

¹⁰⁰ O Estado de S.Paulo – 10/04/06

STF mantém embarque de soja transgênica em Paranaguá

As atividades relacionadas à soja transgênica estão dentro da plena legalidade, disse a ministra Elen Gracie A presidente interina do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Elen Gracie, rejeitou um pedido do governo do Estado do Paraná que queria a suspensão de uma liminar que liberou o embarque de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá. A liminar foi obtida pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABPT). Ao negar a liminar, Gracie argumentou que, na análise da ação movida pelo governo do Paraná, não encon-

trou espaço para discussões técnico-científicas a respeito do impacto dos transgênicos no meio ambiente e na saúde.

"O assunto é sempre polêmico, porém não existe, no ordenamento jurídico pátrio, um conjunto de normas que oferecem ao poder público os instrumentos necessários para o controle das atividades de pesquisa, cultivo, industrialização e comercialização desses produtos", sustentou a ministra. "No caso, as atividades relacionadas à soja transgênica, até o presente momento, estão dentro da plena legalidade", arremata Gracie. A liminar foi concedida anteriormente por um juiz federal de Paranaguá e posteriormente confirmada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, com sede em Porto Alegre. Segundo Gracie, a liminar evita grave lesão à ordem jurídica e à economia pública, e empecilhos aos embarques podem afetar a balança comercial do País.

¹⁰¹ O Estado de S.Paulo – 12/04/06

Justiça obriga Porto de Paranaguá a liberar soja transgênica

Administração do porto informou que estuda medidas para obedecer o mais rápido possível a decisão judicial. O Porto de Paranaguá (PR) está sujeito a uma multa de R\$ 5 mil por dia, desde o final da tarde de terça-feira, após uma decisão judicial que obriga o porto a liberar a movimentação de soja transgênica nos terminais. Foi determinado que o porto receba as cargas geneticamente modificadas e faça o embarque nos navios.

Pelo menos 15 carretas que aguardavam em postos de gasolina o sinal verde para entregar a soja transgênica em terminais da área portuária entraram no pátio de triagem do Porto de Paranaguá no início da manhã de terça-feira e, sem sucesso, passaram o dia aguardando a liberação para descarga.

A administração do Porto em Paranaguá informou que estuda medidas para obedecer o mais rápido possível a decisão judicial. Antes de serem autorizados pelos terminais para entrar no pátio, os caminhoneiros receberam cópias do mandado judicial que determina à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) a liberação da movimentação do produto dentro da área portuária.

Um grupo de motoristas havia formado uma espécie de caravana que retirou a soja em Dourados (MS) para entregá-la no terminal da Cargill em Paranaguá. Outras empresas, como a Cotriguaçu, também tinham caminhões com os grãos geneticamente modificados à espera da permissão para entrar no porto. As cargas foram refugadas a partir de sexta-feira porque não apresentaram o laudo indicando que não continham transgênicos.

¹⁰² O Estado de S.Paulo – 21/04/06

China estimulará uso de transgênicos

O país assinou com a França um acordo de cooperação na área

O vice-primeiro-ministro chinês Hui Lian Yu disse nesta sexta-feira que seu país estimulará o uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), ou transgênicos, em alguns produtos, mas que será "prudente" no caso dos alimentos. Hi Lian Yu afirmou isto após se reunir com o ministro da Agricultura da França, Dominique Bussereau, com quem assinou um acordo de cooperação na área em questão, especialmente na produção de trigo.

A China é um dos principais países produtores de transgênicos, com 5% da produção mundial, embora ainda esteja distante dos EUA, com 59%, e da Argentina, com 20%, informa a ONU.

O governante chinês disse que o estudo e a aplicação dos OGM acontecem em vários países, e afirma que sua iniciativa também é realizada com a intenção de melhorar alguns produtos.

Ele mencionou a modificação genética do algodão, "para torná-lo mais resistente", e colaborar com o setor têxtil do país.

Acordo

França e China assinaram nesta sexta um acordo que representa a criação, em Pequim, de um centro piloto sobre a produção de trigo, que terá técnicos dos dois países para investigar o genoma do cereal, melhorar sua qualidade, o rendimento dos cultivos e a resistência às doenças.

A China sofre com a falta de terras cultiváveis, que representam de 13,9% do país, com tendência de redução nos próximos cinco anos. A França vendeu, em 2005, meio milhão de toneladas de trigo para a China, e o vice-primeiro-ministro expressou seu desejo de manter essa colaboração comercial.

Por causa de uma declaração assinada nesta sexta pelos dois ministros, o acordo franco-chinês será aplicada a outras esferas, como a do vinho, a da genética animal e da saúde veterinária.

A luta contra a gripe aviária também fará parte do acordo. A doença já chegou a humanos na China, com 17 casos registrados desde 2005, dos quais 12 morreram, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Hui Lian Yu evitou fazer mais comentários sobre a doença e se limitou a dizer que "ultrapassou as fronteiras dos países. É importante reforçar a cooperação internacional. Com a França haverá contatos sobre saúde animal, com vacinas, tratamento de animais e sensibilização da população".

¹⁰³ O Estado de S.Paulo – 16/05/06

Arroz com gene humano causa furor nos EUA

Em 2004, as plantações de arroz da Califórnia tiraram a Ventria do Estado, temendo contaminação das lavouras

Uma pequena empresa de biotecnologia trabalha para desenvolver uma droga promissora contra a diarreia, que ameaça diversas crianças nas partes mais pobres do mundo, mas vem acumulando um grande número de inimigos poderosos, porque cultiva a substância em arroz transgênico, que contém um gene humano.

Grupos ambientalistas, grandes empresas do setor de alimentos e fazendeiros de boa parte dos Estados Unidos já obtiveram sucesso em expulsar as fazendas da Ventria Bioscience de dois Estados. Os críticos afirmam que a Ventria age de forma irresponsável, insistindo numa tecnologia experimental que ameaça a segurança das lavouras normais.

"Queremos que sumam", disse Bob Papanos, da Associação de Produtores de Arroz dos EUA. "Esta empresinha pode causar grandes problemas".

A Ventria, que tem 16 funcionários, e pratica "bioagricultura", a modalidade mais polêmica da biotecnologia agrícola, porque seus praticantes operam fazendas de drogas a céu aberto, inserindo genes humanos em lavouras para produzir substâncias que podem ser transformadas em remédios.

O arroz da Ventria produz duas proteínas encontradas no leite materno, saliva e lágrimas, que ajudam as pessoas a se manter hidratadas e reduzem a gravidade e duração dos ataques de diarreia.

Mas fazendeiros, ambientalistas e outros temem que essas lavouras medicinais contaminem as plantações comuns, tornando os alimentos impróprios para consumo.

A empresa diz que a chance de seu arroz geneticamente modificado acabar na comida de alguém é remota, porque a companhia mói o arroz e extrai as proteínas antes de embarcar o produto.

Mas os plantadores de arroz nos EUA temem que importantes mercados no exterior parem de comprar o produto americano, temendo contaminação. As exportações são 50% da renda anual de US\$ 1,18 bilhão do setor. Em 2004, as plantações de arroz da Califórnia tiraram a Ventria do Estado, depois que importadores japoneses disseram que não comprariam mais o produto se a empresa fosse autorizada a plantar lá. Anheuser-Busch Inc. e Riceland Foods Inc., a maior beneficiadora de arroz do mundo, estiveram entre as grandes corporações que pressionaram a empresa a abandonar os planos de montar uma fazenda no Missouri em 2005.

Mas a empresa não se deixou bater: ela finalmente se instalou em Greenville, Carolina do Norte, e em março obteve autorização federal para plantar até 335 acres.

Enquanto enfrenta os ambientalistas, a empresa pediu à FDA (órgão que regulamenta o mercado de drogas e alimentos nos EUA) que aprove seu pó de arroz como um "alimento medicinal", em vez de "medicamento". Nessa categoria, a empresa não precisaria realizar testes científicos exaustivos para provar que o produto funciona - mas apenas que ele não faz mal.

¹⁰⁴ O Estado de S.Paulo – 11/05/06

Europa viola regras ao impedir entrada de transgênicos

Os países que exportam os produtos alertavam que a moratória não era baseada em resultados científicos

A Organização Mundial do Comércio (OMC) concluiu que a Europa violou regras internacionais ao ter impedido a entrada de sementes transgênicas em seu mercado de produtos feitos. Argentina, Canadá e Estados Unidos se queixaram à entidade máxima do comércio e agora conseguiram a condenação dos europeus. O Brasil participou do caso como terceira parte interessada, já que a decisão poderá orientar a política que o País adotará nos próximos anos em relação ao setor.

A barreira aos produtos foi imposta pela Europa entre 1998 e 2004. Mas os países que exportam produtos transgênicos alertavam que a moratória não era baseada em resultados científicos, e tinha como objetivo apenas fechar o mercado europeu contra a concorrência externa.

Apesar da condenação, os europeus já alertaram que a decisão na OMC não afetará suas políticas no setor. "A Europa continuará a estabelecer suas próprias regras sobre a importação e venda de alimentos transgênicos",

afirmou a Comissão Europeia, que lembra que aprovou a comercialização de nove produtos com modificações genéticas desde maio de 2005.

Perdas

Os Estados Unidos reclamam que perderam mais de US\$ 300 milhões por ano por causa das barreiras. A moratória europeia acabou em 2004, mas os países exportadores de produtos agrícolas decidiram manter a disputa na OMC para garantir agora que toda a barreira que venha a ser estabelecida seja criada apenas a partir de razões científicas, e não motivos comerciais ou políticos.

Em seu relatório de mais de mil páginas, a OMC não entra no debate se as sementes transgênicas são seguras ou não em termos de consumo. "Está claro que americanos, canadenses e argentinos não conseguirão usar essa decisão para forçar outros países a aceitar produtos transgênicos", afirmou um especialista do Greenpeace, Eric Gall. De outro lado, a Monsanto afirmou ter ficado satisfeita com a decisão.

¹⁰⁵ O Estado de S.Paulo – 01/06/06

Paraná mantém fiscalização de transgênicos

A identificação do produto deve ser feita no rótulo, com o "T" dentro de um triângulo amarelo

O governo do Paraná anunciou que, dentro de dez dias, equipes de técnicos de várias secretarias começarão a fiscalizar a rotulagem dos produtos que entrarem no Estado. A base do trabalho é o Código de Defesa do Consumidor, que prevê o direito às informações sobre o produto, e a Portaria Ministerial que determina a rotulagem de alimentos com 1% ou mais de organismos geneticamente modificados. As empresas que descumprirem as normas estão sujeitas a multas entre R\$ 212,82 e R\$ 3,1 milhões.

O governo mudou a base da fiscalização, em razão de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter declarado inconstitucional a lei paranaense que previa rotulagem em produtos com menos de 1% de OGM. O governo deve enviar à Assembléia Legislativa um novo projeto de lei, adequando-se à lei federal, que tolera até 1% de transgenia. "O foco de toda essa movimentação é o consumidor", disse a coordenadora regional do Procon, Marta Favreto Paim. "Estamos defendendo a saúde do consumidor e o direito dele de saber se o alimento que vai comprar tem ou não organismos geneticamente modificados."

Segundo o governo, a fiscalização será feita por amostragem em todas as fases da cadeia produtiva, desde a propriedade, transporte, armazenamento, distribuição e varejo. "A fiscalização de rótulos já é uma rotina em nosso trabalho", disse o secretário da Agricultura, Newton Pohl Ribas. A identificação do produto deve ser feita com o "T" dentro de um triângulo amarelo. Na semana passada, o governo já tinha conversado com representantes da iniciativa privada sobre a fiscalização. Os exames serão feitos no laboratório da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no Rio de Janeiro. Os resultados saem entre dez e 15 dias.

¹⁰⁶ O Estado de S.Paulo – 19/06/06

Paraná inicia fiscalização de transgênicos

O objetivo é checar se os produtos que possuem 1% ou mais de componentes geneticamente modificados trazem no rótulo a informação

O governo do Paraná, em parceria com as prefeituras, iniciou nesta segunda-feira a fiscalização da rotulagem de transgênicos em cinco municípios - Cascavel, Pato Branco, Cornélio Procópio, Ponta Grossa e Umuarama. O objetivo é checar se os produtos com 1% ou mais de componentes geneticamente modificados trazem no rótulo a informação, por meio de um "T" preto dentro de um triângulo amarelo.

Equipes da Vigilância Sanitária visitam supermercados para analisar inicialmente produtos à base de soja - farinha, fibra, proteína texturizada, extrato de soja em grão. As amostras estão sendo enviadas para o laboratório da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. A expectativa é que os resultados saiam em 10 dias. Caso a norma federal não esteja sendo cumprida, o Procon abrirá processo administrativo para contatar o fabricante e garantir a rotulagem. A desobediência pode resultar em multa de R\$ 212,82 a R\$ 3,192 milhões.

A Secretaria da Agricultura também está fiscalizando o comércio de sementes. "Estamos acompanhando os relatórios de comercialização para rastrear as sementes. Em alguns casos vamos testar as sementes para garantir que não haja contaminação com grãos transgênicos", disse o chefe de fiscalização dos transgênicos, Marcelo Silva.

Técnicos da Secretaria da Saúde do Estado estão entrando em contato com as empresas produtoras de alimentos e embaladoras para alertá-las sobre as exigências. Indústrias também estão sendo visitadas para conferir, nas notas fiscais, a existência de ingredientes transgênicos. Na próxima semana, a fiscalização se estenderá para outros municípios.

¹⁰⁷ O Estado de S.Paulo – 21/06/06

CTNBio manda destruir lavouras transgênicas de algodão

De acordo com a Associação Brasileira de Sementes e Mudas, pelo menos 50% das sementes plantadas hoje no Brasil estão sendo pirateadas

Cerca de 16 mil hectares de lavouras plantadas de algodão transgênico pirateado, que foram interditados pelo Ministério da Agricultura, serão destruídos, conforme orientação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). A destruição acontecerá de forma química e mecânica em lavouras de 20 propriedades que estavam utilizando sementes geneticamente modificadas contrabandeadas, principalmente, do Paraguai e Argentina.

As plantações ficam nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. Segundo o setor de fiscalização do Ministério da Agricultura, apesar de terem sido interditados apenas 16 mil hectares, a área com plantio de sementes de algodão contrabandeadas pode chegar a 200 mil hectares. A decisão de destruir as lavouras aconteceu na reunião da CTNBio realizada na noite da última terça-feira, em Brasília, que teve a participação da Procuradoria República.

As investigações estão sendo feitas desde maio. Um dos primeiros lotes encontrados foi de 450 hectares de algodão transgênico pirata em uma lavoura na fazenda Milagre, município de Centralina (MG). A plantação era mantida sob irrigação e estava escondida entre grandes lotes de cana-de-açúcar, que serviam como uma muralha natural.

No local foram diagnosticadas sementes com a tecnologia BR, da Monsanto, que ainda não tem a comercialização permitida no País. A suspeita é que da fazenda Milagre estivesse saindo a maior parte da semente pirata comercializada no Estado de Goiás e no Triângulo Mineiro. Segundo a assessoria de Imprensa do Ministério da Agricultura, as fiscalizações aumentarão no País, principalmente nos Estados da Bahia, Mato Grosso e Goiás.

De acordo com a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem), pelo menos 50% das sementes plantadas hoje no Brasil estão sendo pirateadas da Argentina e Paraguai, provocando queda na qualidade da fibra, baixa produtividade das lavouras e evasão fiscal.

¹⁰⁸ O Estado de S.Paulo – 28/06/06

Greenpeace pede que China proíba venda de arroz transgênico

Segundo a organização, o governo chinês está em uma encruzilhada

O Greenpeace pediu nesta quarta-feira às autoridades da China que impeçam a comercialização de arroz transgênico, no mesmo dia em que o Comitê Estatal de Biossegurança em Cultivos Transgênicos chinês começou a debater o assunto.

"A indústria está ansiosa para ver a China abrir o mercado. Seria a primeira vez que um país aprovaria a comercialização de cultivos transgênicos de seu alimento básico", disse Stephen Ma, responsável pela campanha da organização ambientalista. Ma denunciou que um grupo de cientistas chineses, ligado a companhias de biotecnologia, está desenvolvendo o arroz transgênico e defende a aprovação da comercialização.

Para ele, o governo chinês está numa "encruzilhada". Enquanto o Ministério de Ciência e Tecnologia defende a aprovação, já que é o principal investidor em pesquisas com transgênicos, o de Agricultura mostra uma atitude muito mais "cautelosa".

"Existem ainda muitas incertezas sobre as conseqüências para a saúde e o ambiente dos cultivos de arroz transgênico. Uma das proteínas que contém, por exemplo, pode causar alergias", ressaltou Ma.

Outra especialista do Greenpeace, Isabelle Meister, pediu ao governo de Pequim que espere "pesquisas a longo prazo".

A China comercializa, em grande escala, algodão geneticamente modificado, e importa soja e milho transgênicos da Argentina, Brasil e EUA.

Segundo Ma, algumas companhias pretendem "contaminar o mercado de produtos transgênicos, embora seja ilegal, para fazer a comercialização irreversível, como ocorreu no Brasil, com a soja transgênica, e na Índia com o algodão transgênico".

Em maio de 2005, a China ratificou o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que obriga os exportadores a identificar e fornecer informação sobre os transgênicos.

¹⁰⁹ O Estado de S.Paulo – 04/07/06

Tabaco transgênico poderá produzir gel contra aids

Segundo os pesquisadores, a cianovirina-N pode ser uma arma eficaz na luta contra o HIV, porque evita que o vírus infecte as células

Uma planta de tabaco geneticamente modificada, em Kent, no sul da Inglaterra, pode ter um papel importante na luta contra o vírus HIV, afirmou o jornal *The Guardian*.

Se o projeto, com um orçamento de oito milhões de libras (12 milhões de euros), tiver sucesso, cada planta deste tipo de tabaco pode ser usada na produção de 20 doses de um gel germicida que pode ser usado como uma proteção de três meses contra o vírus.

Para desenvolver o remédio, a equipe do centro de infecções do hospital de Saint George, em Londres, fez furos nas folhas das plantas de tabaco e depois as colocou em contato com uma bactéria geneticamente modificada.

Quando a bactéria infecta as folhas, introduz alguns de seus genes no DNA da planta, que começa a produzir novas proteínas. Em estado natural, estas proteínas formam tumores que matam a planta, mas, no laboratório, os cientistas tornaram a bactéria inofensiva, de forma que, em vez de desenvolver tumores, a planta produz cianovirina-N. Segundo os pesquisadores, a cianovirina-N pode ser uma arma eficaz na luta contra o HIV, porque evita que o vírus infecte as células humanas. Os cientistas pretendem criar um creme germicida, ou seja, um gel vaginal feito com esta substância.

¹¹⁰ O Estado de S.Paulo – 26/07/06

Algodão transgênico pode perder eficiência, sugere estudo

Segundo os pesquisadores, o algodão não é resistente às pragas que surgiram nos últimos anos

Um dos mais populares cultivos transgênicos está perdendo a sua eficiência em dispensar o uso de pesticidas, de acordo com pesquisadores da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.

Eles descobriram que mais de cinco milhões de fazendeiros na China - que usam uma semente chamada Algodão-Bt - estão tendo que usar pesticidas tanto quanto em cultivos convencionais de algodão.

A semente Algodão-Bt custa o triplo da de algodão convencional por sua resistência a doenças, e foi considerada um grande avanço para os agricultores quando começou a ser plantada comercialmente, em 1996.

O algodão transgênico é imune à praga bollworm, a mais destruidora deste tipo de cultivo, mas cientistas de Cornell disseram que, depois de vários anos, a população de outros insetos e parasitas aumentou tanto que os fazendeiros têm que pulverizar suas plantações até vinte vezes por estação.

Vários dos maiores produtores de algodão do mundo, como a China e os Estados Unidos, adotaram esta tecnologia e a variedade Bt responde hoje por 35% da produção mundial de algodão.

Sete anos

Na China, esta cultura transgênica produziu, inicialmente, resultados muito positivos, de acordo com o estudo de Cornell. Os pesquisadores constataram que, no terceiro ano de plantio, os fazendeiros usavam uma quantidade 70% menor de pesticidas e obtinham uma renda 36% mais alta do que os que cultivavam algodão convencional.

Mas, apesar do Algodão-Bt ser capaz de se defender do bollworm, ele não tem resistência a outras pragas. Os pesquisadores descobriram que, depois de sete anos, a população de alguns insetos aumentou tanto que eles têm que pulverizar as colheitas com pesticidas, e a renda obtida com a colheita é hoje 8% mais baixa do que a dos fazendeiros que cultivam variedades convencionais de algodão.

Este estudo levanta sérias dúvidas sobre o futuro do Algodão-Bt. Os pesquisadores destacam que estes problemas com pragas secundárias podem se tornar uma grande ameaça para culturas em países onde ele é plantado em vastas áreas.

O estudo foi apresentado em uma reunião da Associação Americana de Economia Agrônoma, na Califórnia.

¹¹¹ O Estado de S.Paulo – 27/07/06

Greenpeace marca campo de milho transgênico francês

O mapa que teve que ser retirado da página francesa do Greenpeace na internet foi transferido para a página internacional

Ativistas do Greenpeace cortaram, durante a madrugada, uma grande cruz, cercada por um círculo, em uma plantação de Grézet-Cavagnan, no sul da França, para marcar campos de milho transgênico, depois da proibição de divulgar informações sobre a localização dessas áreas na internet.

Na quarta-feira, um tribunal de Paris obrigou o Greenpeace a retirar de seu site francês os dados sobre campos de milho geneticamente modificado.

A cruz "é um sinal de que o Governo francês não respeita nem a lei europeia que obriga a informar o público sobre a localização" dos campos de cultivo de transgênicos nem "os agricultores, a quem priva de meios para se proteger da contaminação genética", afirmou a organização em comunicado.

A nota se refere à diretiva europeia 2001/18, que a França ainda não adotou em sua legislação nacional, três anos depois da aprovação. O Greenpeace defende a divulgação de dados sobre campos de transgênicos.

Na quarta-feira, o juiz do Tribunal de Grande Instância de Paris disse que "nenhuma disposição justifica o ato do Greenpeace".

O tribunal aceitou o pedido de dois agricultores franceses, por considerar que a publicação do mapa aumentava o risco de que suas plantações fossem atacadas por opositores aos transgênicos e atentava contra sua privacidade, por divulgar seus dados.

A organização manterá a estratégia de mostrar onde o milho transgênico é cultivando "até que o governo francês assumira sua responsabilidade".

O mapa que teve que ser retirado da página francesa do Greenpeace foi transferido para a página internacional da organização e será enviado em massa por e-mail, anunciou o grupo.

¹¹² O Estado de S.Paulo – 10/08/06

Lula pede revisão do quórum da CTNBio

Se o governo optar pelo quórum simples, será preciso que o presidente Lula publique um decreto com a mudança

O Ministério da Ciência e Tecnologia informou que o quórum exigido para liberação comercial de organismos geneticamente modificados poderá sofrer alterações. A proposta de redução do quórum mínimo foi feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante uma cerimônia realizada, quarta à noite, com cientistas.

Pelas regras atuais, a liberação comercial somente pode ser autorizada se houver a anuência de dois terços dos integrantes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Tal exigência, na avaliação dos próprios integrantes da comissão, dificulta muito a aprovação comercial de OGMs.

O presidente da CTNBio, Walter Colli, afirmou ao nesta semana que, sem tal alteração, dificilmente a comissão conseguiria aprovar a liberação do comércio de transgênicos. Desde janeiro, o número de componentes da comissão vem diminuindo. Pelo menos três cientistas já comunicaram seu afastamento da comissão. Além disso, as reuniões vêm recebendo um número cada vez mais reduzido de participantes.

A mudança no quórum vem sendo pedida há pelo menos três semanas, tanto por pesquisadores quanto pelo setor agrícola, insatisfeito com a lentidão para avaliação de pesquisas e pedidos de liberação de comércio de transgênicos. Na semana passada, uma reunião entre onze ministros foi feita, no Palácio do Planalto, para tentar tornar mais rápida a análise de processos da CTNBio. O assunto da revisão do quórum, no entanto, não foi abordado.

Se o governo optar pelo quórum simples, será preciso que o presidente Lula publique um decreto com a mudança.

Alguns observadores, porém, questionam se a providência de fato será adotada. Para eles, o anúncio feito pelo presidente está muito mais para um "afago" nos cientistas do que algo que de fato será concretizado.

Na próxima semana, a CTNBio deverá se reunir quatro dias, a começar de segunda-feira. Neste dia, serão reavaliadas questões normativas do conselho - uma providência que segue uma recomendação preparada durante a reunião do conselho de ministros.

¹¹³ O Estado de S.Paulo – 16/08/06

Gramma transgênica escapa do laboratório nos EUA

A grama, desenvolvida pelas empresas Scotts Miracle-Gro Company e Monsanto, foi criada para uso em campos de golfe

Um tipo de grama geneticamente modificada, ainda não aprovado para uso, foi encontrado em terreno selvagem, informa o jornal The New York Times, afirmando ainda que este pode representar o primeiro caso, nos EUA, em que uma planta criada por biotecnologia aparece fora da fazenda.

Ecologistas da Agência de Proteção Ambiental (EPA) do governo americano, citados pelo Times, dizem ter descoberto a grama crescendo em áreas do estado do Oregon, perto de onde ocorreram os testes com a planta, anos atrás. Os cientistas afirmam que a grama não representa perigo ecológico, mas o caso dará impulso aos críticos que afirmam que o plantio de transgênicos não pode ser controlado.

A grama, desenvolvida pelas empresas Scotts Miracle-Gro Company e Monsanto, foi criada para uso em campos de golfe, e é resistente ao herbicida glifosato.

Em outro caso, noticiado pelo website ScienceNOW, a Justiça dos EUA considerou irregulares os testes com plantas transgênicas biofarmacêuticas, realizados no Havaí. Essas plantas foram geneticamente modificadas para produzir vacinas e compostos contra o câncer. O plantio ocorreu anos atrás em quatro ilhas do arquipélago havaiano.

Grupos ambientalistas processaram os órgãos do governo americano que autorizaram os testes, afirmando que o risco potencial das plantas transgênicas para espécies ameaçadas de extinção não foi levado em conta antes da emissão das autorizações. Um juiz distrital concordou, acusando o Serviço de Inspeção de Saúde Animal e Vegetal de "completo desprezo por uma simples exigência investigativa".

¹¹⁴ O Estado de S.Paulo – 18/08/06

Encontrada variedade transgênica em arroz exportado pelos EUA

Autoridades dos EUA afirmam não haver necessidade de um "recall" do produto

Amostras de arroz produzido nos Estados Unidos testaram positivo para a presença de uma variedade produzida por modificação genética ainda não aprovada para consumo, mas o fato não representa ameaça à saúde humana ou ao meio ambiente, de acordo com autoridades. O arroz transgênico foi detectado pela empresa alemã Bayer CropScience AG. A variedade descoberta não está aprovada para consumo humano dentro dos EUA, mas duas outras modalidades, com a mesma proteína gerada por alteração genética, estão.

Autoridades americanas dizem ter entrado em contato com parceiros comerciais para assegurar que o produto é seguro. O arroz foi produzido para resistir a um tipo específico de herbicida. "Não há nenhuma preocupação de saúde humana, segurança alimentar ou ambiental associada a esse arroz", disse o secretário de Agricultura, Mike Johanns. Ele afirmou que não vê necessidade de emitir um "recall" do produto.

A amostra vem da safra de 2005. Johanns disse não saber da onde veio o produto, nem quanto foi comercializado dentro dos EUA ou exportado.

¹¹⁵ O Estado de S.Paulo – 21/08/06

Europa e Japão reagem a arroz transgênico dos EUA

O Greenpeace defendeu um "embargo global" contra este produto

A Comissão Européia (CE, órgão executivo da União Européia) pediu mais dados ao Governo dos Estados Unidos sobre o surgimento de um arroz geneticamente modificado não-autorizado para o consumo humano. A variedade foi detectada em meio a remessas de arroz de grão longo, prontos para comercialização.

A descoberta foi comunicada na sexta-feira passada à CE pelo secretário do Departamento de Agricultura dos EUA, Mike Johanns, afirmou a Comissão Européia em comunicado.

A variedade não autorizada é fabricada pela sociedade alemã Bayer CropScience e - segundo o governo dos EUA - seu aparecimento na carga de arroz pronto para o consumo não representa nenhum perigo para a saúde humana, nem para o meio ambiente.

No entanto, o Japão suspendeu cautelarmente a importação de arroz procedente dos EUA, e a organização ecológica Greenpeace defendeu um "embargo global" contra este produto. Segundo a organização, esse arroz não tem autorização nem "para consumo, nem para cultivo em nenhum lugar do mundo".

"Este último escândalo de contaminação mostra novamente que a indústria dos produtos geneticamente modificados é incapaz de controlá-los", afirmou o responsável da campanha do Greenpeace sobre os transgênicos, Jeremy Tager.

¹¹⁶ O Estado de S.Paulo – 30/08/06

Conab pode trocar semente de soja por grão do produtor

Segundo o presidente da estatal, o governo poderá trocar sementes legalizadas de soja transgênica por grão produzido pelos próprios sojicultores

O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Jacinto Ferreira, disse nesta quarta-feira, em entrevista à Agência Estado, que o governo poderá trocar sementes legalizadas de soja transgênica por grão produzido pelos próprios sojicultores. Os grãos transgênicos guardados pelos agricultores de um ano-safra para outro são irregulares e os produtores do Rio Grande do Sul pedem uma ação do governo para que esse plantio seja legalizado.

Como as sementes próprias dos agricultores não têm registro, eles não podem obter financiamento nos bancos para o custeio da safra. Segundo Ferreira, a Conab vai tornar viável essa operação de troca. A estatal comprará o produto legalizado e o fornecerá aos produtores, em troca das sementes irregulares.

A medida, segundo o presidente da Conab, pode ser anunciada nesta quinta-feira pelo ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, que visitará a Exposição Internacional de Animais do Rio Grande do Sul (Expoin-ter), que é realizada em Esteio, no Rio Grande do Sul.

Crítica

Fonte do Ministério da Agricultura afirmou nesta quarta que não existe motivo técnico para que o governo autorize o plantio de sementes de soja transgênicas próprias dos agricultores, ou seja, não legalizadas. "Essa autorização só se justifica caso não houvesse oferta, o que não é o caso", afirmou.

Os produtores do Rio Grande do Sul têm pressionado o governo a editar uma medida provisória (MP) autorizando esse plantio. Como não constam no Registro Nacional de Cultivares - já que não têm origem identifica-da - o cultivo destes grãos não pode ser financiado pelos bancos.

Além disso, os produtores que usarem este material não podem contratar seguro contra eventuais problemas climáticos. Os produtores de sementes são contrários à autorização e alegam que investiram na produção para ampliar a oferta de sementes legalizadas. De acordo com dados da Associação dos Produtores e Comercian-tes de Mudas e Sementes do Rio Grande do Sul (Apassul), a oferta de sementes transgênicas certificadas cobria cerca de 10% da área a ser cultivada no Rio Grande do Sul na safra 2005/06. Para o plantio 2006/07, o cálculo do setor é contar com sementes para aproximadamente 65% da área.

¹¹⁷ O Estado de S.Paulo – 01/09/06

Guedes espera solução para sementes até dia 7

Governo vai buscar uma solução "que melhor atenda aos interesses" do Rio Grande do Sul, afirmou o minis-tero da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto

O governo vai buscar uma solução "que melhor atenda aos interesses" do Rio Grande do Sul no plantio dos grãos transgênicos de soja sem certificação, disse nesta sexta-feira o ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, durante a inauguração oficial da 29ª Expoin-ter (Exposição Internacional de Animais, Máqui-nas, Implementos e Produtos Agropecuários), em Esteio (RS). Guedes não adiantou que tipo de acordo irá buscar, mas disse esperar que a negociação seja concluída antes do feriado do dia 7 de setembro. O ministro informou que uma discussão técnica foi marcada para terça-feira, em local ainda não definido, e poderá haver uma reunião preliminar na segunda-feira.

O discurso do ministro foi interpretado pelos líderes rurais do Estado como indicativo de que o governo irá permitir o uso do material multiplicado nas propriedades, que não tem origem declarada e não consta no Re-gistro Nacional de Cultivares. Por essa razão, os agentes financeiros não podem conceder crédito para o plan-tio deste material, a não ser que haja autorização para isso. Guedes citou, em várias entrevistas ao longo da manhã, que o governo editou quatro medidas excepcionais consecutivas para autorizar o uso desses grãos no Estado nas últimas safras.

O uso dos grãos "deverá ser ajustado no sentido de um porcentual ou na totalidade, mas que vai sair, vai", assegurou o presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, após a inauguração da Expoin-ter. Qualquer solução nessa linha "vem ao encontro do que nós buscávamos", disse Sperotto.

Guedes reconheceu, em seu discurso, que mudou de opinião sobre o assunto após as negociações que manteve em Esteio, algumas delas tensas. O ministro mencionou que "ainda que viesse com a determinação de apre-sentar essa solução com vistas a que não mais utilizássemos essas sementes", foi "sensível a esta demanda", após um diálogo "franco e tenso em alguns momentos". Ele cobrou, no entanto, que a solução encontrada seja definitiva e tenha validade não apenas para a safra 2006/07. Antes da solenidade, ele havia defendido um acordo formal com os produtores rurais para "encerrar essa questão".

"Precisamos encontrar uma saída definitiva para esta questão e esse é o compromisso que eu assumo aqui", declarou, no discurso. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) do Rio Grande do Sul, Ezídio Pinheiro, disse que a idéia de realizar uma troca de sementes certificadas pelos grãos próprios chegou tarde, pois não haveria tempo, segundo ele, de colocá-la em operação antes do plantio, que começa em outubro no Estado.

Outras possibilidades citadas por Guedes ontem e hoje foram financiar a aquisição das sementes certificadas, doar o material, manter a situação atual ou liberar integralmente o uso dos grãos em poder dos agricultores. "Foi duro, foi difícil, foi brigado, mas chegamos a um entendimento", avaliou o presidente da Fetag.

¹¹⁸ O Estado de S.Paulo – 05/09/06

Decisão sobre transgênicos deve sair antes do feriado, diz Guedes

Ministro da Agricultura terá reunião nesta tarde para discutir o uso de sementes próprias transgênicas de soja nesta safra

O ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, disse nesta terça-feira, em entrevista ao vivo ao AE Agronegócios, que terá uma reunião à tarde para discutir o uso de sementes próprias transgênicas de soja nesta safra.

"Estive em Porto Alegre na tarde de quinta-feira e na sexta-feira, onde participei de diversas reuniões com representantes do setor, tanto da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) como da Farsul (Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul), além de outras entidades, e a reivindicação nos foi apresentada. Hoje (terça) à tarde terei reunião com outros segmentos envolvidos, pois a decisão não depende apenas do Ministério da Agricultura, pois envolve o Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros setores do governo", afirmou.

Segundo Guedes Pinto, a decisão será tomada "com muita tranquilidade", avaliando os impactos. "O que eu gostaria de declarar neste momento é que já houve quatro exceções neste processo. Foram três medidas provisórias e um decreto com força de lei. Por quatro anos o governo teve que abrir exceção." Agora, enfatizou o ministro, se for aberta exceção "será a última vez". "O que eu expus na reunião do Rio Grande do Sul é que, fosse qual fosse a decisão do governo, esta será definitivamente a última vez que se abrirá exceção, caso se abra."

Sobre a declaração do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, de que o governo poderia editar medida provisória para liberar o plantio de sementes próprias dos agricultores, Guedes disse ser "uma hipótese". "Vou me reunir com ele hoje e tenho marcada uma reunião com a ministra Dilma Rousseff para o final da tarde. Espero que antes do feriado de 7 de setembro esta decisão seja tomada."

Política agrícola

Guedes defendeu uma mudança no modelo de política agrícola brasileiro, uma vez que o atual já está esgotado. Para o ministro, não é possível mais reagir às crises da agricultura, que pela própria natureza do setor, depende dos fenômenos da natureza, sobretudo do clima. "Precisamos construir um novo modelo, onde, em primeiro lugar, precisamos diversificar as fontes de financiamento", disse Guedes, referindo-se à concentração do Banco do Brasil nas concessões de crédito agrícola.

O ministro disse que, a ampliação dos novos certificados de recebíveis e o aumento dos recursos destinados ao seguro rural são alguns instrumentos que já foram criados como forma de modernizar a política agrícola brasileira. "Além disso, nós precisamos trabalhar pelo crescimento dos mercados futuros, que em dúvida alguma é uma maneira de nossos produtores se resguardarem", disse Guedes.

Com esses instrumentos, o ministro acredita que seja possível diversificar e ampliar as fontes de financiamento ao setor. Outro ponto que merece atenção, na avaliação de Guedes, são os contratos firmados entre os produtores rurais e setores com os quais ele se relaciona, sobretudo para os quais ele vende sua produção. Para o ministro, esses contratos precisam ser aperfeiçoados.

Ajuda

A crise enfrentada pelo agronegócio neste ano custou ao Tesouro Nacional mais de R\$ 4 bilhões, conforme informou o ministro. Segundo Guedes, esses foram recursos que foram simplesmente transferidos ao setor. "Estamos trabalhando junto com o Ministério da Fazenda para dimensionar o quanto estas crises têm custado para o Tesouro Nacional", disse.

O ministro acredita que quando o estudo que está sendo realizado junto com a Fazenda, retroativo aos últimos 15 anos de repasses do Tesouro para agricultura nas crises, estiver pronto, será possível ter uma idéia do volume anual de recursos que são destinados ao setor. "A meu ver, com volume menor de recursos, dirigido, sobretudo ao seguro rural, nós poderíamos dar muita tranquilidade ao produtor e ao governo para atravessar estas dificuldades que fazem parte da natureza da produção agrícola", disse.

Exportações

Guedes disse também que a desaceleração da economia mundial, puxada, principalmente, pelos Estados Unidos, não deve prejudicar as exportações do agronegócio brasileiro. De acordo com o ministro, uma retração na renda das pessoas não provoca um impacto significativo na demanda por commodities agrícolas. "Esses são produtos destinados à alimentação diretamente ou à alimentação animal. Quando existe uma queda de renda o efeito é maior nos bens de consumo duráveis", afirma.

Outro ponto favorável às exportações agrícolas do Brasil é que a China segue como um dos mercados mais importantes para os produtos brasileiros. Segundo Guedes, os chineses tendem a manter a trajetória de expansão do consumo com o acelerado processo de urbanização que está ocorrendo naquele país. "Por esses motivos não acredito que uma eventual queda na renda da economia mundial afete muito fortemente as exportações do Brasil", disse.

¹¹⁹ O Estado de S.Paulo – 07/09/06

Grito dos Excluídos protesta contra transgênicos em Curitiba

Manifestação contou com a presença de cerca de 200 pessoas, que protestaram com discursos, sons de apito e muitas bandeiras

O combate aos produtos transgênicos e um pedido por mais moradias populares foram as particularidades do Grito dos Excluídos, ocorrido nesta quinta-feira, em Curitiba. O grupo de cerca de 200 integrantes de sindicatos, entidades estudantis e assentados da reforma agrária fez um desfile barulhento, com discursos, sons de apito e muitas bandeiras, em uma das pistas paralelas da Avenida Cândido de Abreu. Na pista central acontecia o desfile cívico-militar de Independência.

A possibilidade de marchar por ali foi negociada pelos organizadores do protesto com a Polícia Militar. E durante todo o percurso foram acompanhados pelos policiais, que não deixaram chegar perto do palanque oficial. Os manifestantes não queriam mais o espaço que lhes era destinado em outros anos, quando encerravam o desfile oficial. "Semear a terra, multiplicar o pão, a agroecologia é a nossa profissão", foi uma das palavras de ordem mais gritadas. Sementes de girassol foram distribuídas.

Mas os organizadores não esqueceram dos temas que foram levados às ruas em outros gritos realizados no Brasil. "Queremos uma reforma política em profundidade, da qual o povo possa participar, sobretudo nas questões de aplicação de dinheiro em obras sociais, geração de renda e trabalho, e também protestamos contra a corrupção e impunidade", disse o bispo auxiliar de Curitiba, Dom Ladislau Biernaski.

¹²⁰ O Estado de S.Paulo – 08/09/06

Programa de troca de sementes no RS agrada produtores

"Queremos que o programa seja repetido nos próximos anos", defendeu o presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudas, Iwao Miyamoto

O incentivo à troca de grãos transgênicos de soja sem certificação por sementes registradas, divulgado na quarta-feira pelo ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, e que valerá apenas para o Rio Grande do Sul, agradou aos produtores do insumo. O presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem), Iwao Miyamoto, avaliou que o programa beneficia o pequeno agricultor ao permitir acesso à tecnologia. "Queremos que o programa seja repetido nos próximos anos", defendeu, ressaltando que a sugestão é exclusiva para agricultores familiares.

Além da vantagem de trocar um grão caseiro por semente certificada sem ônus, os pequenos produtores gaúchos terão benefício no pagamento de royalties, argumentou Miyamoto. Os que optarem por usar os grãos transgênicos sem certificação guardados da safra anterior - medida que também foi autorizada - terão que descontar 2% do valor da saca no momento da comercialização para o pagamento à Monsanto, que detém a patente da tecnologia usada, explicou o dirigente. Quem optar pela troca dos grãos e cultivar as sementes registradas, receberá desconto de 22,5% no pagamento da taxa tecnológica.

Embora os produtores de sementes considerem que o valor do royalty está definido, os agricultores dizem que a questão não está decidida. "Se existe acordo, a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) não participou dele", disse o vice-presidente da entidade, Sérgio de Miranda, na quarta-feira. As sementes certificadas estão à venda por preço inferior ao de produção, conforme Miyamoto. O quilo do material é negociado por R\$ 0,65 (sem a taxa tecnológica), quando seu custo é de R\$ 0,85. A medida é uma forma de "salvar capital", descreveu Miyamoto.

Apesar de vantajosa, na avaliação dos produtores de sementes, a aceitação do programa de troca dependerá de uma campanha das entidades rurais e Ministério da Agricultura, acredita a Abrasem. Se o governo se empenhar e os líderes rurais mostrarem as vantagens, Miyamoto considerou que a troca deve atrair os pequenos produtores gaúchos.

¹²¹ O Estado de S.Paulo – 14/09/06

França detecta arroz transgênico ilegal em carga dos EUA

A Comissão Europeia havia pedido aos países da UE que confirmassem se haviam recebido o produto transgênico

O governo francês confirma a detecção de uma variedade de arroz modificado geneticamente proibida na União Europeia (UE), em cargas importadas dos Estados Unidos. A contaminação pelo grão transgênico foi constatada em sete de 19 amostras analisadas. As autoridades da França pedem que os importadores que compram arroz dos EUA parem de distribuir o produto até que o tamanho da contaminação seja determinado.

A Comissão Europeia havia pedido aos países da UE que confirmassem se haviam recebido cargas do produto transgênico, da variedade LL601, que não está autorizada para o consumo humano. Suécia e Suíça também detectaram o LL601, em análises preliminares.

A organização ambientalista Greenpeace anunciou que publicará no domingo um novo guia de produtos transgênicos, para distribuição na França.

¹²² O Estado de S.Paulo – 29/09/06

OMC condena embargo europeu contra sementes transgênicas

O caso foi levado à Organização Mundial do Comércio pelo Estados Unidos, Argentina e Canadá, preocupados com as barreiras impostas pelos europeus entre 1999 e 2004

Em um dos julgamentos mais polêmicos da história da Organização Mundial do Comércio (OMC) e que envolveu até mesmos cientistas durante as audiências, os juízes da entidade concluíram que as leis europeias que impunham um embargo contra o comércio de sementes transgênicas eram ilegais. A União Europeia (UE) já reformou suas leis em 2004 e, desde então, aprovou a importação de dez produtos transgênicos diferentes.

Organizações como Greenpeace atacaram nesta sexta-feira a OMC por sua decisão que afeta um mercado global de mais de US\$ 5,5 bilhões por ano.

O caso foi levado à OMC pelo Estados Unidos, Argentina e Canadá, preocupados com as barreiras impostas pelos europeus entre 1999 e 2004. Bruxelas havia declarado uma moratória total em relação à importação de alimentos e sementes transgênicas por não considerar que existiam informações suficientes se esses produtos traziam algum tipo de efeito negativo aos consumidores. Hoje, porém, a UE autoriza a importação, mas apenas após uma avaliação e o licenciamento de produtos.

Mas, mesmo assim, o processo foi mantido. O temor dos exportadores era de que outros países seguissem a mesma tendência dos europeus e também aplicassem barreiras. A moratória, quando foi criada na Europa, foi liderada pelos governos da França, Itália e Áustria.

Outros, como o Japão e Índia, já insinuaram que poderiam avaliar a possibilidade de impor barreiras similares, o que não deve ocorrer diante do resultado do julgamento da OMC.

Os árbitros, porém, reconheceram o direito dos países de conduzir testes antes de autorizar diferentes importações. Mas para o governo americano, os prejuízos com o embargo total na Europa somaram pelo menos US\$ 300 milhões a suas empresas exportadoras.

Com cerca de 3 mil páginas e mais de cinco quilos, o relatório da OMC vem em um momento em que surge o escândalo da descoberta de arroz transgênico em sacos do produto comercializado na Europa por empresa americanas. O arroz transgênico ainda não está entre os produtos autorizados pelos europeus a entrar em seu mercado.

Ativistas do setor ambiental não perderam a oportunidade para criticar o veredicto da OMC. O Greenpeace acusou a entidade de colocar as prioridades econômicas sobre os interesses ambientais ou de saúde. Para Adrian Bebb, da entidade Friends of the Earth, os consumidores europeus continuarão a rejeitar os produtos transgênicos, mesmo diante da decisão da OMC. "Essa disputa comercial não gerou vencedores claros, enquanto deixou muitos perdedores", afirmou.

¹²³ O Estado de S.Paulo – 17/10/06

CTNBio reúne-se para discutir liberação de transgênicos

Os produtores pedem as liberações alegando que o uso de sementes transgênicas reduzirá os custos

Depois de uma crise que teve seu auge há três meses, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) deve analisar, nesta semana, seis pedidos para liberação comercial de milho e algodão transgênicos.

Integrantes da comissão deverão ouvir e analisar relatórios feitos por subgrupos e por especialistas convocados especialmente. O resultado pode sair até quinta-feira, último dia da reunião.

Se algum destes projetos for aprovado, ele terá ainda de passar pelo Conselho Nacional de Biossegurança, o chamado Conselho, formado por 11 ministros. Nesta fase, serão analisadas as vantagens econômicas e sociais.

A reunião representa um marco para integrantes da nova CTNBio, que desde janeiro amargam uma crise crescente, controlada apenas no último mês. As dificuldades começaram com o embate entre alguns ambientalistas e pesquisadores.

A disputa resultou na falta de decisões nas primeiras reuniões, o que levou ao descontentamento de vários dos integrantes e críticas públicas feitas por ministros. No meio da crise, vários cientistas deixaram seus cargos. Para completar, a comissão assistiu a uma espécie de “intervenção branca” feita pelo Ministério Público (MP). Apesar de a lei garantir há muito tempo a prerrogativa, somente neste ano o MP decidiu colocar um representante nas reuniões.

Agora, o grupo vai enfim avaliar pedidos de liberação comercial. Os produtores pedem as liberações alegando que o uso de sementes transgênicas reduzirá os custos de produção no campo.

Entre os processos, está o que analisa o pedido da Bayer Seeds para liberação comercial de milho tolerante ao glufosinato de amônio. A empresa aguarda a resposta há quase oito anos. O pedido da Syngenta é para uma nova variedade de milho resistente a insetos. A Bayer CropScience tem dois pedidos na fila, um para liberação comercial de milho tolerante ao glufosinato de amônio e outra para liberação comercial de algodão tolerante ao mesmo glufosinato. A Monsanto depositou dois pedidos de liberação: milho resistente a insetos da ordem Lepidoptera (Milho Guardian) e algodão tolerante ao glifosato (Algodão Roundup Ready).

Atualmente, dois produtos geneticamente modificados são permitidos no País. A soja e uma espécie de algodão transgênico - cuja autorização foi dada no ano passado. E é justamente o algodão geneticamente modificado o alvo de maior pressão de produtores. Apesar de a autorização já ter sido liberada, há um caminho longo a percorrer. Só na próxima safra é que produtores poderão usar sementes transgênicas. Isso, legalmente. Hoje, um número significativo de plantadores de algodão usa sementes pirateadas. Sobretudo transgênicas.

¹²⁴ O Estado de S.Paulo – 01/11/06

Reduzida área de isolamento para transgênicos

Até agora, não se podia plantar transgênicos a menos de 10 km de parques

O governo federal reduziu a distância no entorno das unidades de conservação em que é proibido cultivar sementes geneticamente modificadas de soja e algodão. No caso da soja, a distância foi reduzida para 500 metros; e para o algodão, a nova faixa limite mínima é de 800 metros.

Até agora, os produtores rurais não podiam plantar variedades transgênicas numa área de 10 quilômetros ao redor dos parques, a não ser que um plano de manejo específico determinasse zona menor (chamada tecnicamente de zona de amortecimento), explicaram técnicos da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep).

A nova regra consta no Decreto 5.950, publicado no Diário Oficial. O decreto regulamenta o artigo 57-A da Medida Provisória 327, também publicada nesta quarta-feira.

A decisão do governo não agradou às entidades ambientalistas. Em nota, o Greenpeace considerou a Medida Provisória "uma afronta ao princípio da precaução e não poderia ter sido tomada sem uma consulta à sociedade".

Para o Greenpeace, a MP é uma medida para agradar agricultores e multinacionais da área de biotecnologia, e terá como consequência a possível expansão da área de cultivo transgênico no sul do País.

"Se antes dessa medida, as zonas de amortecimento eram desrespeitadas, agora a situação só tende a piorar", afirma Gabriela Vuolo, da campanha de engenharia genética do Greenpeace Brasil.

¹²⁵ O Estado de S.Paulo – 01/11/06

Via Campesina desocupa fazenda após acordo com governo

A invasão foi um protesto contra os experimentos transgênicos da Syngenta Seeds

A Secretaria da Segurança Pública do Paraná informou nesta quarta-feira ter feito um acordo com a Via Campesina para que deixe pacificamente a fazenda da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, no oeste do Paraná. A fazenda foi invadida no dia 14 de março e nesta quarta venceu o prazo dado pela Justiça para que o governo do Estado retirasse os militantes do movimento, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil. Segundo a secretaria, o que estava dificultando a saída era a chuva que caía na região.

A invasão foi feita como protesto contra os experimentos com produtos transgênicos na fazenda. Segundo a Via Campesina, por estar dentro da área de 10 quilômetros do Parque Nacional do Iguacu, a área é considerada como zona de amortecimento e não poderia cultivar produtos geneticamente modificados. Em razão disso, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) embargou os experi-

mentos. Segundo a Syngenta, as atividades de pesquisa seguem as legislações vigentes e são realizadas com Certificado de Qualidade de Biossegurança, concedido pela CTNBio.

De acordo com a secretaria, as negociações para a desocupação começaram na terça-feira com o comando do 6º. Batalhão da Polícia Militar de Cascavel, um oficial de Justiça e as lideranças do movimento. A secretaria informou que atualmente estão no local 300 agricultores. Uma das exigências deles é que possam colher os produtos que plantaram no período em que lá estão. A secretaria pretende instalá-los próximo à fazenda, às margens da rodovia PR-163. A assessoria da Syngenta, em São Paulo, disse não ter conseguido nenhum contato com a filial em Santa Tereza do Oeste para confirmar as informações. Dirigentes da Via Campesina no Paraná não foram encontrados.

¹²⁶ O Estado de S.Paulo – 21/11/06

Greenpeace faz protesto contra a Bayer em São Paulo

Organização promove manifestação contra comercialização de milho transgênico

Cerca de 30 ativistas do Greenpeace realizaram na manhã desta terça-feira uma manifestação em frente a uma empresa do Grupo Bayer, na Avenida Nações Unidas, na zona sul de São Paulo. O protesto era contra um pedido feito pela companhia à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio - para que seja liberado comercialmente um tipo de semente de milho transgênico no Brasil.

De acordo com a Rádio Eldorado, os manifestantes ocuparam um jardim em frente à empresa e, vestidos de macacão amarelo e usando máscaras de oxigênio, fizeram uma simulação de uma plantação de milho. De acordo com o Greenpeace, o cultivo de sementes transgênicas, além de trazer prejuízos à saúde, também provoca danos ao meio ambiente.

A coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace, Gabriela Vuolo, afirmou, por outro lado, que a Bayer tem interesses comerciais na liberação da semente transgênica. Para ela, as empresas de biotecnologia tentam vender a idéia de que suas produções são mais eficientes. "Elas dizem que vai ser mais produtivo, porém não é o que ocorre", afirma. "Esse milho, por exemplo, foi fabricado para ser resistente ao agrotóxico. Então, a Bayer vende o seu milho, patenteado, e vende o agrotóxico também".

Sobre os problemas à saúde e ao meio ambiente, Gabriela falou que, entre outros males, o milho transgênico pode provocar náusea, diarreia, nascimento de fetos prematuros e até mesmo abortos. A CTNBio vai analisar nesta quarta o pedido feito pela Bayer sobre a liberação das sementes.

¹²⁷ O Estado de S.Paulo – 20/12/06

Câmara aprova medida que legaliza algodão transgênico

Outra mudança em medida provisória estabelece a redução, de 18 para 14, nos votos necessários à liberação comercial de transgênicos por parte da CTNBio

A Câmara aprovou uma Medida Provisória que reduz a área que separa unidades de conservação de lavouras transgênicas e que autoriza o uso da pluma de algodão geneticamente modificado, plantado ilegalmente este ano.

O texto original da MP foi apresentado pelo Executivo em outubro mas sofreu alterações do relator, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que beneficiam a produção de transgênicos.

Uma delas é a legalização de algodão transgênico plantado irregularmente na safra 2005/06. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) havia determinado a destruição dessa safra, e várias apreensões foram realizadas.

"A MP já era ruim porque flexibilizava áreas amortecidas. Agora, conseguiu ficar muito pior, na medida em que o relator adotou posições ruralistas... e repetiu com o algodão o que aconteceu com a soja no passado, de legalizar o ilegal", afirmou o deputado ambientalista João Alfredo (PSOL-CE).

O texto mantém a determinação de destruir as sementes deste produto.

Uma segunda alteração feita por Pimenta estabelece a redução, de 18 para 14, nos votos necessários à liberação comercial de transgênicos por parte da CTNBio. Deste modo, o quórum necessário para aprovações passaria dos atuais dois terços dos integrantes da comissão para a maioria absoluta.

O Greenpeace, organização que luta contra o avanço dos transgênicos, considera que as mudanças ferem o chamado princípio da precaução, pois não há estudos que comprovem que o manejo e o consumo de organismos geneticamente modificados não causam dano ao meio ambiente e à saúde.

A MP segue agora pra votação no plenário do Senado.

¹²⁸ O Estado de S.Paulo – 15/01/07

União Européia inspecionará soja transgênica brasileira

Missão de especialistas europeus desembarcará no País em março deste ano

A União Européia (UE) irá inspecionar a produção e exportação de soja transgênica no Brasil. Uma missão de especialistas europeus desembarcará no País em março na primeira inspeção já realizada por Bruxelas nesse setor da agricultura brasileira. O País, na condição de maior fornecedor de produtos agrícolas para a UE entre os países emergentes, ainda será alvo de um número recorde de inspeções em 2007. No total, seis visitas de veterinários e especialistas europeus ocorrerão até julho.

Em 2006, o Brasil esteve perto de ter sua exportação barrada na Europa por causa de problemas fitossanitários. Países europeus que sofrem com a concorrência brasileira aproveitaram para pressionar a Comissão Européia para que estabelecesse embargos a certos produtos. Em alguns casos, como mel e pescado, novas exigências foram criadas para que os produtos pudessem entrar no mercado europeu.

Para 2007, o cenário não será diferente. Uma série de missões avaliará a situação da produção de carne, irá vistoriar o setor avícola, a pesca, a situação dos resíduos tóxicos, o sistema de rastreabilidade do gado, febre aftosa e produtos contaminantes no café e outros alimentos. Para diplomatas, essa quantidade de missões reflete a importância do Brasil para o abastecimento de alimentos dos europeus. Dos US\$ 49 bilhões exportados pelo País em 2006 no setor agrícola, 31% acabaram nos mercados europeu.

A primeira missão européia ao Brasil ocorre já no próximo mês. Já as outras cinco devem ocorrer até maio, o que está exigindo uma coordenação entre o Itamaraty, Ministério da Agricultura e setor privado.

Além dos setores tradicionais da agenda agrícola entre o bloco europeu e o Brasil, 2007 ainda irá inaugurar o debate sobre as exportações e produção de sementes transgênicas nacionais. O foco da Europa será o de conhecer como é feita a produção, quais leis existem para controlar o uso de sementes e, acima do tudo, se existe alguma medida para evitar que a produção de soja tradicional não seja misturada ao produto modificado.

Os europeus já realizaram no ano passado uma missão para conhecer e verificar a produção na Argentina e, neste ano, selecionaram o Brasil e os Estados Unidos. Até 2004, os europeus tentavam rejeitar qualquer entrada de produto transgênico no bloco. A posição da Europa chegou a ser questionada na Organização Mundial do Comércio (OMC) pelos Estados Unidos e Argentina. Os europeus se recusavam a consumir o milho MON 819 produzido pela Monsanto e o milho T25 da alemã Bayer.

Uma moratória ainda foi imposta para aprovação de novas espécies entre 1997 e 2000. Bruxelas acabou flexibilizando sua posição, também graças ao fato de que a Espanha começou a produzir milho transgênico em quantidades expressivas.

O tema, porém, ainda não está resolvido. Um dos debates se refere à exigência de que um selo seja colocado no produto para comprovar que não contem sementes modificadas. Outro temor que os europeus vêm mostrando é o da mistura das produções tradicionais com sementes transgênicas.

No final do ano passado, a descoberta de arroz transgênico importado dos Estados Unidos dentro de pacotes supostamente sem alimentos modificados gerou fortes protestos na União Européia e o temor de que as importações de outros países também contenham produtos não-orgânicos.

¹²⁹ O Estado de S.Paulo – 18/01/07

Plantação de transgênicos bate recorde mundial em 2006

Críticos dizem que o aumento do uso de transgênicos não aliviou a fome no mundo

Um grupo de defesa da biotecnologia informa que um número recorde de lavouras geneticamente modificadas foi plantado em todo o planeta no ano passado, ao mesmo tempo em que críticos das produções transgênicas afirmam que os supostos avanços não vão além da criação de variedades resistentes a pragas, não mais nutritivas, e que boa parte da produção foi destinada ao consumo animal, o que minaria a alegação de que a biotecnologia ajuda a reduzir a fome no mundo.

A despeito das críticas, o grupo Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agrobiotecnológicas, apoiado pela indústria do setor, apresentou o recorde como evidência de que lavouras criadas para reduzir o uso de pesticidas podem aliviar a pobreza e beneficiar financeiramente os pequenos produtores.

Cerca de 10,3 milhões de fazendeiros, em 22 países, cultivaram produtos geneticamente modificados em 101 milhões de hectares no ano passado, 13% a mais que em 2005, de acordo com o relatório. Cerca de 9,3 milhões desses fazendeiros são considerados agricultores de subsistência.

Estados Unidos, Argentina e Brasil são os três países que mais cultivaram transgênicos no ano passado, na maior parte, soja. A Índia triplicou sua área de algodão transgênico, para 3,8 milhões de hectares.

¹³⁰ O Estado de S.Paulo – 18/01/07

Área de transgênicos no Brasil deve triplicar até 2015

Área de sementes transgênicas vai superar a marca de 36 milhões de hectares

A área plantada no Brasil com sementes transgênicas irá mais que triplicar até 2015 e irá superar a marca de 36 milhões de hectares. A avaliação é do Serviço Internacional de Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA, na sigla em inglês), que divulgou seu relatório anual sobre a situação do cultivo transgênico no mundo. Com o aumento, o Brasil deve superar a Argentina e passar a ser o segundo maior local de cultivo de sementes modificadas no planeta, superado apenas pelos Estados Unidos.

No total, a entidade estima que 200 milhões de hectares em todo o mundo estarão cultivados com a nova tecnologia até 2015, principalmente nos países em desenvolvimento. A área seria maior que todo o território da Grã-Bretanha, maior que toda a produção agrícola dos Estados Unidos hoje e equivalente a toda a região de pastagem existentes no Brasil.

Entre 1996 e 2006, a área plantada com transgênicos cresceu 60 vezes. Hoje, 102 milhões de hectares usam esse tipo de sementes, um aumento de 13% em relação a 2005. Só nos Estados Unidos, o aumento foi de 4,8 milhões de hectares. Em 2006, o número de agricultores que cultivam transgênicos também ultrapassou pela primeira vez a marca de 10 milhões de pessoas, contra 8,5 milhões em 2005.

Pelas estimativas da entidade para 2015, 20 milhões de agricultores em 40 países estarão usando a tecnologia. Os países em desenvolvimento terão um peso especial. Hoje, 90% dos usuários das sementes são pequenos agricultores ou estão em países em desenvolvimento. No total, os países em desenvolvimento já representam 40% da área mundial do cultivo transgênico.

Hoje, o Brasil ocupa a terceira colocação no que se refere à plantação de sementes transgênicas e conta com 11,5 milhões de hectares, um aumento de 22% em relação a 2005. O crescimento é o maior da América do Sul, ainda que os argentinos tenham uma área total superior a do Brasil com sementes transgênicas.

Segundo os estudos, 25 milhões de hectares dos 35 milhões de hectares de soja que devem ser plantados em 2015 usarão as sementes transgênicas. Metade dos 15 milhões de hectares de milho em 2015 também adotarão a tecnologia. No algodão, a área plantada com sementes transgênicas chegará a 1 milhão de hectares. Para os especialistas, a resistência a pragas e secas estão entre os benefícios, além da produtividade. O argumento é contestado por ativistas ambientais.

A dúvida, porém, será sobre a utilização da tecnologia na cana-de-açúcar. Se houver uma adoção rápida da tecnologia que hoje ainda está em desenvolvimento no setor da cana, a marca de 36 milhões de hectares prevista pelo instituto internacional pode ser facilmente superada. As estimativas são de que o Brasil plantará 12 milhões de hectares de cana-de-açúcar em 2015.

No restante do mundo, o destaque vai para a Índia, que chegou a ter 3,8 milhões de hectares plantados com sementes transgênicas em 2006 e superou a China. Em apenas um ano, o aumento na Índia foi de 192%.

Mesmo na Europa, região tradicionalmente mais reticente ao uso da tecnologia nas sementes, já são seis países que multiplicaram a área plantada por cinco nos últimos seis anos. Hoje, o continente europeu cultiva 8,6 milhões de hectares em sementes geneticamente modificadas.

¹³¹ O Estado de S.Paulo – 27/02/07

Greenpeace pede que Senado derrube MP dos transgênicos

O grupo apelou não só para os senadores contra a medida que flexibiliza regras para transgênicos, mas também para a primeira-dama, dona Marisa

O Greenpeace realiza em Brasília um protesto para pedir que os senadores revertam a aprovação, pela Câmara, da Medida Provisória 327, que reduziu a distância mínima exigida entre uma plantação de organismos geneticamente modificados e uma área de preservação ambiental, além de autorizar a venda de algodão transgênico plantado ilegalmente e diminuir o quórum para decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

O Ministério do Meio Ambiente havia lamentado a aprovação da MP pela Câmara, em dezembro, por conta das emendas referentes ao algodão e à CTNBio. Há a possibilidade de, havendo aprovação no Senado, o presidente Lula vetar pontos da medida.

Na época, ambientalistas, acusaram a MP de representar ameaça às unidades de conservação ambiental. A soja transgênica, que deveria ser plantada a uma distância mínima de 10 km dessas unidades, com a nova regra poderá ser plantada a 500 metros. “Se transgênicos são liberados para plantio em todo o País, por que não preservar pelo menos as unidades de conservação?”, questionou, então, Gabriela Vuolo, do Greenpeace. Nesta terça-feira, 27, o Greenpeace apelou não só para os senadores, mas também para a primeira-dama, dona Marisa.

Parlamentares receberam carta e documento com argumentos contra a MP, e a organização buscou ainda entregar à mulher do presidente uma cesta com produtos típicos nacionais que, argumenta o grupo, podem sofrer com a abertura do País aos transgênicos.

O Greenpeace informa ter enviado e-mail aos senadores com um documento que questiona a edição de sucessivas MPs na área de biossegurança, "com o objetivo de legalizar crimes ambientais cometidos por produtores rurais", segundo o grupo ambientalista.

¹³² O Estado de S.Paulo – 27/02/07

Senado aprova MP que facilita plantio de transgênicos

Mais cedo, representantes do Greenpeace haviam distribuído pamonhas no Senado, em protesto contra a medida, que segue para sanção presidencial

O plenário do Senado aprovou a a Medida Provisória 327, que reduz a distância mínima entre o plantio de transgênicos e as unidades de conservação ambiental, além de autorizar a venda de algodão transgênico plantado ilegalmente e reduzir o total de votos, necessário na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), para a aprovação comercial de transgênicos.

A medida provisória será agora encaminhada à sanção presidencial.

Mais cedo, representantes do Greenpeace haviam distribuído pamonhas no Senado Federal, em protesto contra a medida. A MP foi transformada, após a votação na Câmara dos Deputados, no Projeto de Lei de Conversão nº 29.

Pela manhã, no Palácio da Alvorada, ambientalistas trajados com uniformes de mestre-coza e com o lema "Salvem a Nossa Polenta" entregaram uma cesta de café da manhã endereçada à primeira-dama Marisa Letícia, com produtos derivados do milho, como broas, pamonhas e polenta, comidas típicas nacionais que, argumenta o grupo, podem sofrer com a abertura do País aos transgênicos.

¹³³ O Estado de S.Paulo – 28/02/07

Ministro da Agricultura elogia votação sobre transgênicos

Luís Carlos Guedes Pinto acredita que a aprovação das novas regras para transgênicos facilitará a liberação comercial de variedades modificadas de milho

O ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, afirmou que o Senado "certamente tomou uma decisão racional" ao aprovar, na terça-feira, 27, a Medida Provisória (MP) 327, que flexibiliza regras para a aprovação e plantio de transgênicos.

A MP prevê a redução de 18 para 14 votos o quórum mínimo para liberação do plantio comercial de transgênicos na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) - que tem 27 integrantes - cria regras para o plantio de transgênicos em áreas próximas às unidades de conservação e libera a comercialização da fibra de algodão geneticamente modificado, apreendido na safra passada em áreas de Mato Grosso e da Bahia.

De acordo com o ministro, as sementes dessa variedade de algodão serão destruídas. Ele acrescentou que a aprovação das novas regras para transgênicos facilitará a liberação comercial de variedades geneticamente modificadas de milho, por exemplo. "Certamente, aumenta bastante a possibilidade que essa decisão possa ser tomada na próxima reunião (entre 20 e 21 de março) da CTNBio", afirmou o ministro.

Guedes participou, pela manhã, da reunião da abertura do seminário "Mudanças Climáticas Globais e seus Efeitos na Agricultura, Recursos Hídricos e Saúde Pública", no Instituto Nacional de Meteorologia, em Brasília (DF).

Durante sua apresentação, o ministro voltou a criticar os países desenvolvidos pelas ações que proporcionaram as mudanças climáticas. "Não podemos aceitar a pecha de sermos responsáveis pela destruição da Floresta Amazônica e a poluição do mundo; os países desenvolvidos devem assumir as consequências e os custos desses problemas climáticos", afirmou o ministro.

¹³⁴ O Estado de S.Paulo – 14/03/07

Greenpeace quer proibir milho transgênico nas Filipinas

Grãos, produzidos pela Monsanto, contém elementos tóxicos para mamíferos

A organização ambientalista Greenpeace exigiu nesta quarta-feira, 14, a retirada de um tipo de milho transgênico aprovado para o consumo nas Filipinas que, segundo denuncia um novo estudo, contém elementos tóxicos para mamíferos.

Uma equipe de três especialistas independentes franceses verificou que a variante 863 do milho transgênico da Monsanto gerou toxinas nos rins e fígado de ratos de laboratório, informou um comunicado do grupo.

Os cientistas usaram como referência as amostras de milho enviadas para análise na União Européia, onde ele foi liberado apesar dos riscos para a saúde denunciados pelo Greenpeace e vários Estados-membros.

O MON-863, aprovado para o consumo nas Filipinas em outubro de 2003, é geneticamente modificado para produzir seu próprio inseticida e assim matar os parasitas do subsolo. Além disso, graças ao seu código genético especial, é mais resistente aos antibióticos.

"A aprovação de um transgênico não é uma garantia de sua segurança", ressaltou o representante para Engenharia Biogenética do Greenpeace no Sudeste Asiático, Daniel Ocampo. Ele insistiu na periculosidade da manipulação genética dos alimentos, na falta de estudos a longo prazo sobre seus efeitos nas pessoas.

A variedade de milho transgênico, destacou, é a primeira em que foi demonstrado que um produto aprovado para o consumo num mercado importante como a União Européia provoca danos em órgãos internos, de acordo com a pesquisa dos cientistas franceses. O governo filipino autorizou até o momento para o consumo humano até 25 alimentos transgênicos. Outros quatro podem ser usados como ração para animais.

¹³⁵ O Estado de S.Paulo – 14/03/07

Requião quer subsidiar soja normal e limitar cana

governador não quer que o Paraná se transforme em um território de monocultura

O governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), determinou estudos para subsidiar a produção de soja convencional no Estado, o segundo produtor nacional, e manifestou intenção de disciplinar a produção de cana-de-açúcar, para que o território paranaense não seja tomado por uma monocultura, ou, como ele diz, uma "plantation" nos moldes imperiais.

Diante do crescimento do cultivo no Paraná da soja transgênica, que já ocupa cerca de metade da área da oleaginosa nesta safra, devido a custos mais baixos de produção e um mercado de prêmios pela convencional ainda incipiente, o governador contrário aos organismos geneticamente modificados promete reagir para garantir o cultivo da convencional de olho em um mercado internacional que rejeita os grãos alterados.

"Estamos estudando isso (um incentivo à soja convencional). A idéia é pagar uma parte do seguro agrícola", disse à Reuters na Granja do Canguiri, residência oficial, vizinha à escola de agroecologia do governo.

Segundo Requião, o Paraná pagaria adicionalmente ao produtor de soja convencional um valor equivalente a metade do que o governo federal já oferece para subsidiar os investimentos no seguro rural.

"Gostaria que a agricultura familiar tivesse um seguro quase todo pago pelo Estado, mas isso tem que ser quantificado", declarou ele, acrescentando que os valores a serem investidos pelo governo ainda não foram definidos, pois o projeto começou a ser pensado esta semana.

Mas Requião disse que não poupará recursos visando esses e outros objetivos dentro da ética de apoiar a agricultura familiar, em meio a um rompimento com os dirigentes do setor cooperativista, que segundo ele têm apoiado os transgênicos.

O Paraná é, em sua maioria, formado por pequenas propriedades rurais familiares, com até 50 hectares, segundo a Secretaria Estadual de Agricultura.

Nos últimos dois anos, o governo federal gastou com o seguro rural da agricultura familiar R\$ 1,5 bilhão, sendo 90% desse valor na região Sul, afetada pela seca, segundo o novo secretário de Agricultura do Paraná, Valter Bianchini, ex-secretário nacional de Agricultura Familiar e militante do PT, empossado por Região no início do ano.

"O prêmio da soja convencional já existe", destacou Requião, lembrando que o armazém público no Porto de Paranaguá recebe apenas esse tipo de produto. "Mas o principal prêmio é a reserva de mercado. A soja convencional é permitida na União Européia, na França, na Inglaterra, na Suíça, e a soja transgênica é proibida."

"Os Estados Unidos perderam no ano passado nas suas exportações cerca de 7 milhões de toneladas, porque na Europa não estão comprando a soja transgênica. Então nós temos um nicho", afirmou.

Álcool, com moderação

Além do argumento econômico contra os transgênicos, Requião afirmou que é preciso levar em conta os princípios da precaução, uma vez que há controvérsias sobre eventuais problemas à saúde humana que seriam causados pelos organismos alterados. Além disso, ele questiona possíveis desequilíbrios causados à natureza pela transgenia.

A questão ambiental é ressaltada também relação ao avanço da cana-de-açúcar em áreas agricultáveis no País. "Essa história da revolução verde (...) agora se agrava com a cana, com o álcool, sendo acrescentado ao combustível. Acho tudo isso muito bom, mas desde que seja feito com moderação, exportado com cuidado, que seja brasileiro. Tem grupos comprando as usinas para os americanos, comprando terra, e daqui a pouco sere-

mos o maior produtor do etanol no mundo, com o etanol mais caro do planeta. Que é o que acontece hoje com a gasolina da Petrobras", afirmou.

O governador considerou que o Estado deveria disciplinar o plantio de cana. "Temos de fazer zoneamento, se não vamos acabar com a natureza. A televisão está mostrando que até pequenas chácaras, de 17 alqueires, estão sendo desmanchadas na madrugada porque foram alugadas para plantadores de cana."

Ele disse ainda que por trás da bioenergia há uma "má-fé cínica e uma ignorância córnea." "Você não polui o ar queimando o álcool, mas acaba com a natureza para plantar a cana, é de uma irracionalidade absoluta, a plantação extensiva liquida a biodiversidade, destrói o solo e desemprega milhões de pessoas. Porque a cana já está tendo a colheita mecanizada, e quando não é mecanizada é sazonal, então o bóia-fria trabalha uma vez por ano na colheita."

No Paraná, a área de cana, de cerca de 500 mil hectares, ainda é pequena em comparação à de grãos, mas tem crescido quase 20% ao ano, principalmente em regiões mais arenosas, no noroeste do Estado.

"Não é por aí. O risco é o país virar uma 'plantation', como foi a Índia e a África para a Inglaterra. Depois ficar sujeita a um novo ciclo, o ciclo acaba, e não sobra biodiversidade e não sobra nada."

"É evidente que não somos contra o agronegócio, mas ele tem que ser disciplinado. Gera divisas para o país. Mas ele não pode monopolizar."

¹³⁶ O Estado de S.Paulo – 16/03/07

Indicado para Agricultura defende plantio de transgênicos

Polêmica pode causar discórdia entre deputado Balbinotti e governador Requião

Amigo do governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), o deputado federal Odílio Balbinotti (PMDB-PR) teve seu apoio quando da indicação para o cargo de ministro da Agricultura. Mas a aliança pode sofrer abalos. O ministro indicado é favorável ao plantio de organismos geneticamente modificados, particularmente a soja. Requião é visceralmente contra e não perde a oportunidade de criticar quem pensa o contrário.

Quando Roberto Rodrigues chefiava a pasta e fazia a mesma defesa que Balbinotti agora expressa, o governo do Paraná chegou a entrar com representação na Procuradoria-Geral da República contra o ministro. E não foram poucas as vezes em que o governador afirmou que Rodrigues estava no ministério a serviço da multinacional Monsanto.

Na quinta-feira, 15, em solenidade no interior do Estado, Requião reafirmou que o Paraná e o País ganham com a indicação de Balbinotti, que coordenou a campanha dele no interior paranaense. "Eu e o Pessuti (Orlando Pessuti, vice-governador e ex-secretário da Agricultura) sabemos o que é ter um inimigo no Ministério da Agricultura, dizendo que o Paraná tinha febre aftosa apenas para beneficiar grandes frigoríficos, quebrar contratos e manter a lucratividade dos negócios", criticou.

O presidente da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Ágide Meneguette, espera que a amizade entre Requião e Balbinotti leve o governador a "refletir melhor" sobre os transgênicos.

¹³⁷ O Estado de S.Paulo – 19/03/07

Audiência pública discute variedades de milho transgênicos

Audiência deverá definir se libera ou não o comércio das cultivares

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) avaliará na terça-feira, 20, em audiência pública no Senado Federal, processos de liberação comercial de sete variedades comerciais de milho transgênico. A audiência é uma prévia da 100ª reunião da CTNBio, marcada para quarta e quinta-feira, que deve definir se libera ou não o comércio das cultivares.

A audiência pública será das 8 horas às 18 horas e a participação tem ordem de inscrição previamente realizada pela CTNBio entre 26 de fevereiro e 13 de março. A primeira parte da reunião será dedicada à apresentação do funcionamento da Comissão e do sistema nacional de biossegurança em engenharia genética.

Serão avaliadas três variedades resistentes a herbicidas à base de glifosato ou glufosinato - o Liberty Link, da Bayer CropScience, Roundup Ready, da Monsanto, e o GA-21, Syngenta. Outros processos analisados são os de variedades resistentes a insetos, o Guardian ou Yieldgard, Monsanto e o Herculex 1, da Pioneer e Dow Agrosciences, além de outras duas variedades resistentes tanto a insetos, como tolerantes ao glufosinato: o Bt11 e o Pacha, ambos da Syngenta.

No começo deste mês, o Ministério Público Federal (MPF) solicitou todos os processos de liberação comercial de variedades transgênicas de milho. Após questionar vários pontos nos processos, respondidos pelo presidente da CTNBio, Walter Colli, o procurador da República Francisco Guilherme Bastos pediu cópias dos

documentos, num total de 16 mil páginas. A assessoria da CTNBio informou que não há qualquer tipo questionamento ou ação que possa impedir a audiência.

Se for realizado, o encontro será o primeiro após a aprovação, no Senado, da Medida Provisória (MP) nº 327, transformada em Projeto de Lei de Conversão nº 29. A lei, que ainda depende de sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reduz de 18 para 14 o quorum mínimo para liberação do plantio comercial de transgênicos na CTNBio.

¹³⁸ O Estado de S.Paulo – 21/03/07

Lula veta venda de algodão transgênico plantado ilegalmente

Presidente aprovou, no entanto, projeto que reduz quórum da CTNBio exigido para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou, com vetos, o projeto que reduz o quórum da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) exigido para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas. O presidente vetou um dos artigos do projeto, que liberava o beneficiamento e venda de algodão transgênico ilegalmente plantado no País e que havia sido apreendido pelo Ministério da Agricultura, em 2006.

A decisão do presidente, tomada no último dia de prazo permitido por lei, na prática representa uma vitória para pesquisadores e uma derrota para ambientalistas. Incluindo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Agricultores ficaram no empate. Não conseguiram o precedente da venda de algodão irregularmente plantado no País -- como ocorreu no passado com a soja -, mas, ao mesmo tempo, tiveram a garantia de que processos na CTNBio agora obedecerão critérios mais flexíveis.

A nova regra poderá ser colocada em prática nesta quinta-feira mesmo, numa reunião da CTNBio. Na pauta do encontro da comissão, está prevista a votação em plenário de um processo para liberação comercial de milho transgênico, desenvolvido pela Bayer.

Caso o roteiro do encontro seja mantido, já valerá a regra de que, com a maioria dos votos de membros da comissão, a liberação comercial é aprovada. Pela regra original, que vigorava até ontem, era exigido que dois terços dos integrantes da comissão votassem pela aprovação. Desde que a CTNBio retomou seus trabalhos, em janeiro do ano passado, nenhum processo de liberação comercial de sementes transgênicas foi aprovado.

Mudança do quórum

A mudança do quórum da CTNBio há tempos vinha sendo defendida tanto por pesquisadores quanto por integrantes dos Ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia. Uma minuta de decreto ficou meses em estudo no Ministério da Casa Civil, contendo justamente esta alteração.

O problema, no entanto, era administrar o desgaste que tal medida provocaria diante da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que sempre defendeu a manutenção do quorum de dois terços. A solução encontrada foi enxertar, numa Medida Provisória sobre a distância mínima exigida entre áreas de plantio de transgênicos e unidades de conservação, o artigo alterando o quórum.

A mudança foi feita na Câmara. Além de acrescentar o artigo da CTNBio, deputados aproveitaram para incluir uma regra para permitir o beneficiamento de algodão irregularmente plantado no País, que havia sido confiscado pelo Ministério da Agricultura. As alterações foram aprovadas sem dificuldades na Câmara e mantida no Senado.

Nesta quarta, na justificativa do veto, o presidente afirmou que a liberação do algodão abriria um perigoso precedente para comercialização de sementes transgênicas irregularmente plantadas no País. Um caminho que havia sido trilhado no passado pela soja transgênica, plantada irregularmente.

Desde a edição da Medida Provisória, integrantes do Ministério do Meio Ambiente estavam seguros de que, qualquer alteração sofrida no texto durante a tramitação no Congresso seria vetada pelo presidente. A promessa que segundo ambientalistas foi feita por Lula, foi cumprida pela metade. No dia em que a proposta foi submetida à análise no plenário do Senado, a Marina se referiu à proposta como "projeto geneticamente modificado". Ao Estado, ela disse estar convicta de que, mesmo se passasse no Senado, a medida seria vetada pelo presidente.

Apesar das facilidades alcançadas pelo projeto, o presidente da CTNBio, Walter Colli, está convicto de que somente uma das várias pedras do caminho foram retiradas. Isso porque grupos contrários à aprovação comercial de transgênicos retomaram um caminho muito usado antes da edição da Lei de Biossegurança: recorrer à Justiça.

O primeiro passo nesta estratégia foi dado ano passado, com uma liminar impedindo que o plenário da CTNBio julgasse a aprovação do milho geneticamente modificado produzido pela Bayer. A liminar exigia que uma audiência pública fosse realizada. A exigência foi cumprida anteontem, mas não satisfez ambientalistas. Isso porque, na audiência, foram discutidos projetos envolvendo a liberação comercial de seis sementes transgênicas e não apenas uma delas. O Ministério Público anteontem mesmo afirmou que iria ingressar na Justiça com um pedido de anulação da audiência.

Além de questionar a validade da audiência, o Ministério Público ingressou com uma ação civil pública para afastar o cientista Walter Colli da presidência da CTNBio. O argumento é de que sua indicação não seguiu o ritual exigido em lei.

A Justiça, no entanto, ainda não se manifestou sobre este pedido. Mas caso Colli tenha de ser afastado, há quem afirme que todos os atos por ele comandados terão de ser anulados. O que seria voltar a estaca zero, na área de biossegurança.

¹³⁹ O Estado de S.Paulo – 22/03/07

Greenpeace invade reunião sobre liberação de transgênicos

Encontro ocorre em meio ao impacto da decisão de Lula em reduzir o quórum da CTNBio exigido para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas

O segundo dia da 100ª reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que seria realizada nesta quinta-feira, 22, em Brasília não foi iniciada porque representantes do Greenpeace invadiram a sala. A reunião estava prevista para iniciar às 9 horas.

A reunião desta quinta-feira deve definir a liberação comercial de sete variedades comerciais de milho transgênico.

O encontro ocorre em meio ao impacto da decisão tomada na última quarta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que sancionou, com vetos, o projeto que reduz o quórum da CTNBio, de 18 para 14 votos, exigido para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas.

Lula vetou o artigo que liberava o beneficiamento e a venda de algodão transgênico ilegalmente plantado no País e que havia sido apreendido pelo Ministério da Agricultura em 2006.

A assessoria de imprensa do Greenpeace informou que, na semana passada, foi enviado à comissão um requerimento solicitando a participação do grupo na reunião como ouvinte, mas não obteve resposta.

Segundo o grupo, o pedido foi reforçado na última quarta-feira por meio de requerimento enviado pela procuradora do Ministério Público Federal Maria Cordioli.

Membros da CTNBio afirmaram que o Greenpeace invadiu a sala impedindo até mesmo o início da reunião, quando seria votado o pedido feito pelo grupo para participar do encontro como ouvinte.

O especialista em biotecnologia indicado pelo Ministério da Agricultura, Alexandre Nepomuceno, disse que a maior parte dos membros da comissão se retirou do recinto enquanto se define a situação.

Edilson Paiva, especialista em biotecnologia vegetal que representa o Ministério da Ciência e Tecnologia, observou que a lei da CTNBio contempla a participação de membros da sociedade civil, mas ela precisa antes ser votada pelos representantes da comissão.

De acordo com a assessoria do Greenpeace, a comissão convocou um assessor jurídico do Ministério da Ciência e Tecnologia para tentar resolver o impasse. A Polícia Militar e a Polícia Federal foram chamadas.

¹⁴⁰ O Estado de S.Paulo – 22/03/07

Após Greenpeace, chefe da CTNBio ameaça renunciar

Reunião em que teoricamente seria votada a liberação comercial de uma variedade de milho transgênico foi atrasada devido a protestos de membros do Greenpeace

A reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), programada para 9h30, ainda não tinha começado ao meio-dia por causa de uma polêmica participação de integrantes do Greenpeace no encontro. Policiais foram chamados, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) foi ao local da reunião e o presidente da CTNBio, Walter Colli, chegou a ameaçar renunciar ao cargo.

Há uma semana, o Greenpeace fez uma solicitação formal à CTNBio para acompanhar a sessão desta quinta-feira, 22, - dia em que teoricamente seria votada a liberação comercial de uma variedade de milho transgênico.

Como não houve resposta da Comissão, dois advogados do movimento foram ao local e, com o auxílio da representante do Ministério Público na CTNBio, Maria Soares Cardiorio, ingressaram na reunião. A justifica-

tiva foi de que o regimento da CTNBio permite o acompanhamento de terceiros. A sessão não foi aberta e a polícia foi chamada.

Policiais militares chegaram a ingressar no auditório, mas depois saíram do local e ficaram aguardando uma posição do lado de fora do prédio. O presidente da CTNBio chegou a sugerir que a reunião fosse realizada em outro local, para evitar a presença dos integrantes do Greenpeace, mas quando os membros da comissão estavam a caminho dos seus carros, foram alertados de que uma reunião secreta não teria validade. Assim, retornaram ao auditório.

Circulou a informação de que Colli estaria falando com o ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, por telefone, para tentar encontrar uma solução.

¹⁴¹ O Estado de S.Paulo – 23/03/07

Presidente da CTNBio é acusado de abuso de autoridade

Procuradora irá recorrer à Justiça para que próxima reunião seja aberta à população

A procuradora da República Maria Soares Camelo Cordioli reafirmou nesta sexta-feira, em nota, que vai recorrer à Justiça para garantir que a próxima reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) seja aberta à população, desde que seja na condição de ouvinte e sem direito a voto. A procuradora afirma que a medida teria apenas uma exceção: a reunião seria fechada nos momentos de discussão e deliberação de assuntos sigilosos.

Maria Cordioli, que representa o Ministério Público na CNTBio, classificou como "deplorável" e "lastimável" a polêmica ocorrida na quinta-feira, durante a reunião da CTNBio e acusou o presidente da comissão, Walter Colli, por abuso de autoridade. A sessão nem sequer foi instalada, por causa do tumulto provocado pela presença de dois representantes do Greenpeace no auditório. Policiais foram chamados, pessoas passaram mal e o encontro foi adiado.

Os integrantes do Greenpeace haviam solicitado participar da reunião - a 100ª da CTNBio - por escrito. Na pauta da sessão estava incluída a votação em plenário da liberação comercial de uma espécie de milho transgênico, desenvolvido pela Bayer. Antes de iniciar a sessão, Colli afirmou que o pedido somente poderia ser aceito se fosse submetido à votação que, em sua avaliação, teria de ser sigilosa.

Os integrantes do Greenpeace, no entanto, não saíram da sala. Maria Cordioli reafirmou, na nota, o que já havia argumentado ao Estado depois do encerramento da audiência: o sigilo para votação reivindicado por Colli feria o princípio constitucional da publicidade e legalidade. "Aos quais a Comissão está obrigada a seguir, por sua natureza pública e de prestação de serviços de relevância pública", informou, na nota.

Em entrevista concedida na quinta ao Estado, Maria Cordioli disse nunca ter presenciado, em seus 16 anos de carreira, uma situação como aquela. "Ao longo da minha vida profissional, já participei de várias reuniões de colegiados. Mas o nível de discussões da CTNBio às vezes carecem de tranquilidade", disse.

O presidente da CTNBio, por sua vez, afirmou também na quinta que somente irá realizar nova reunião da comissão caso seja garantida a segurança dos seus integrantes e a tranquilidade do encontro. Ele argumentou que a presença de pessoas estranhas à comissão somente pode ocorrer com a anuência de seus integrantes e em caráter excepcional, como determina o regimento interno da CTNBio e a própria Lei de Biossegurança. Na nota, Maria Cordioli, ressaltou novamente que a Lei de Biossegurança e o regimento interno da CTNBio têm de obedecer os preceitos constitucionais.

"O MPF entende que a Lei de Biossegurança alcança somente a participação de convidados à apresentação de palestras, conferências, estudos científicos e outros temas de interesse da coletividade com repercussão nos assuntos de atribuição da CTNBio", informou a nota.

¹⁴² O Estado de S.Paulo – 23/03/07

Stephanes promete ajudar a pequenos produtores

Novo ministro afirma que presidente Lula lhe pediu para olhar pelos mais pobres, mas diz que é homem de diálogo e que irá procurar também os ruralistas

O novo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse nesta sexta-feira que vai cumprir a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para centrar suas ações "nos (produtores) que não têm condições, para dar a eles a possibilidade de acesso à produção e ao mercado". O ministro não considerou o pedido um recado indireto à bancada ruralista e aos grandes produtores o fato de Lula afirmar que não fará um governo para os que gritam mais e os que estão na Câmara. "Não penso assim, mas acho que a visão social que o presidente sempre teve é corretíssima", opinou o ministro.

O nome de Stephanes sofreu resistências dentro da Comissão da Agricultura, que pretendia emplacar o deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR) para o cargo. O ministro disse que não foram todos os deputados do setor os contrários ao seu nome e sim apenas alguns membros "que tinham suas razões e eu vou respeitá-las; mas já estou mantendo contato com todos", disse Stephanes. Ele prometeu governar com diálogo e ainda ouvir todos antes de tomar decisão. "Sou reservado, tímido, mas tenho uma capacidade de conversar e de ouvir, principalmente", completou.

O ministro considerou "contraditórias" as informações de que o governador Blairo Maggi (PR-MT) teria vetado seu nome para o Ministério da Agricultura. Stephanes revelou que irá jantar com o governador nesta noite. "Está tudo tranquilo e acho que minha posição é manter entendimento com todas as áreas, evidentemente sem esquecer a recomendação do presidente que é extremamente importante de olhar para os que mais precisam", reafirmou Stephanes.

O ministro confirmou a manutenção de Silvio Crestana na presidência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a pedido do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com o apoio do ex-ministros Guedes e Rodrigues.

Usineiros

Reinhold Stephanes disse que desconhece e que não cabe a ele comentar as indenizações de R\$ 10 bilhões pedidas por usineiros na Justiça, como ressarcimento por supostos prejuízos decorrentes do congelamento, pelo governo, dos preços do álcool e do açúcar na década de 80. "Não tenho conhecimento dela (dívida) e não me cabe avaliar", afirmou Stephanes, logo após tomar posse em Brasília (DF).

Apesar de elogiar o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro para o País, Stephanes disse que "as únicas preocupações que têm de ser tomadas são as com o meio ambiente e com a competição com as outras culturas". O ministro lembrou ainda que estava no Ministério da Agricultura quando foi lançado o Proálcool, em 1975. "Eu participei do início dessa história", afirmou.

Stephanes disse ainda que o governo "já tem política em relação ao etanol e em relação ao biodiesel" e que caberá a ele operacionalizar aquilo que cabe ao Ministério da Agricultura. "já que há várias instituições de governo na operacionalização dessa política", concluiu.

Transgênicos

O ministro evitou novamente polemizar sobre a questão do cultivo de lavouras transgênicas no País. Ao ser questionado, logo após sua posse, sobre qual seria sua posição em relação ao tema, Stephanes disse que "o ministro não pode e nem deve ter posição própria e nem regional. Tem de cumprir a legislação, seguir as regras do governo e a política".

Stephanes não deixou claro, no entanto, se o termo "regional", dito por ele em sua resposta, seria uma referência à posição contrária do governador Roberto Requião (PMDB-PR), a quem o novo ministro é ligado politicamente e de quem obteve o apoio para assumir a vaga no comando da Agricultura. Stephanes reafirmou ainda existir uma lei e uma política governamental sobre os transgênicos e ainda "uma Comissão (CTNBio) que cuida disso", concluiu.

¹⁴³ O Estado de S.Paulo – 17/04/07

Transgênicos: CTNBio avaliará variedades de milho, algodão e arroz

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) analisará, na 101ª sessão ordinária, nesta quarta-feira (18) e quinta-feira (19), em Brasília (DF), os pedidos de liberação comercial de seis variedades transgênicas de milho, três de algodão e uma arroz. Será a primeira reunião após a polêmica causada no encontro anterior da CTNBio, que foi cancelado após protestos de ambientalistas contrários aos transgênicos. Entre os pedidos analisados estão os do milho, arroz e algodão Liberty Link, da Bayer, tolerantes a herbicidas à base de glufosinato de amônia. A CTNBio deve apreciar ainda os pedidos de liberação comercial de variedades resistentes a insetos e também a outros tipos de herbicidas. Além das culturas agrícolas, a Comissão vai avaliar, entre outros, os pedidos feitos pelo Instituto Butantan para a importação de um vírus geneticamente modificado para a produção de uma vacina contra a dengue, bem como a produção em larga escala de organismo transgênico para fabricação de uma vacina contra a hepatite B.

¹⁴⁴ O Estado de S.Paulo – 20/06/07

Justiça do PR proíbe liberação de milho transgênico

- São Paulo, 19 - A Justiça Federal do Paraná proibiu anteontem em decisão liminar a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) de liberar qualquer variedade de milho transgênico para fins comerciais.

A União tem 72 horas para se manifestar sobre a ação, movida por ONGs, que também pedem a anulação da liberação do milho Liberty Link, produzido pela Bayer, concedida pela CTNBio em maio. As entidades alemãs que os riscos à saúde e ao meio ambiente associados ao milho Liberty Link foram ignorados pela CTNBio.

A ação civil pública é movida pelas ONGs Terra de Direitos, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA) e Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANPA).

¹⁴⁵ O Estado de S.Paulo – 25/06/07

CTNBio libera plantio de eucalipto modificado

Liminar impede órgão de se manifestar sobre liberação de milho transgênico

BRASÍLIA - A Comissão Nacional de Biotecnologia (CTNBio) aprovou nesta quinta-feira a liberação planejada do eucalipto, *Eucalyptus* geneticamente modificado.

Nesta reunião de dois dias, realizada em Brasília, os membros da comissão definiram que os locais onde a variedade poderá ser plantada para fins comerciais, precisará respeitar uma zona mínima de amortecimento de 100 metros de outras plantações e ainda respeitar a distância de um quilômetro em relação a outras áreas de silvicultura.

Segundo o coordenador Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Jairon Alcir do Nascimento, não existia expectativa em relação à aprovação ou não da liberação comercial dos milhos transgênicos da Monsanto e da Syngenta Seeds porque existia uma liminar na Justiça que impedia o órgão de se manifestar sobre o assunto. Como a juíza reviu a liminar na quarta-feira (20), diz ele, "esperávamos que houvesse alguma deliberação na reunião desta quinta-feira".

Entretanto, Nascimento explicou que houve divergência em relação encaminhamento do processo e, por isso, alguns conselheiros pediram parecer dos processos. Na reunião de ontem, havia dez pedidos de liberação comercial de Organismos Geneticamente Modificados na pauta da CTNBio, dos quais seis tratavam de variedades de milho, três de algodão e uma sobre arroz.

No caso da empresa Syngenta, a solicitação partiu dos membros Alexandre Nepomuceno, Paulo Andrade e, novamente, Geraldo Deffoune. Jairon Alcir do Nascimento afirmou que, "salvo alguma liminar", os dois processos devem voltar a ser analisados pela CTNBio na próxima reunião, marcada para os dias 18 e 19 de julho. Pelas normas da CTNBio, o pedido de vistas ao processo só pode acontecer uma única vez e, por isso, os requisitantes devem elaborar um parecer para que o pedido seja votado na próxima reunião.

Segundo as normas da CTNBio, o pedido de vistas ao processo só pode acontecer uma única vez, sendo assim, os requisitantes devem elaborar um parecer para que o pedido seja votado na próxima reunião.

Nascimento afirmou que no caso do algodão os conselheiros deliberaram pela realização de uma audiência pública no dia 14 de agosto para analisar de três a quatro pedidos de liberação comercial de organismos geneticamente modificados, da Dow, Bayer e Monsanto. Pela manhã haverá exposição das empresas proponentes, de cientistas e entidades classistas, e na parte da tarde serão feitas perguntas e respostas aos palestrantes. Na reunião de ontem, analisou também a liberação planejada no meio ambiente do *Eucalyptus* GM.

¹⁴⁶ O Estado de S.Paulo – 16/07/07

Argentina libera produção de milho transgênico proibido na UE

Agricultores terão de notificar armazéns, exportadores e processadores da presença da transgenia

- Buenos Aires, 16 - A Argentina suspendeu a proibição ao cultivo do milho transgênico GA21, conforme resolução publicada no Boletim Oficial de hoje. O governo do país proibiu o plantio da variedade no final de maio, depois que a Espanha rejeitou um carregamento de milho argentino. O traço GA21, que oferece resistência ao herbicida glifosato, não é liberado para consumo humano na União Européia.

Agora, os produtores que usarem as sementes geneticamente modificadas terão de garantir que o milho produzido será usado apenas no mercado doméstico ou exportado para países onde não haja qualquer restrição ao consumo.

De acordo com a resolução, os agricultores terão de notificar armazéns, exportadores e processadores da presença da transgenia antes de entregar a safra.

A Syngenta conseguiu a aprovação do governo argentino para a semente GA21 em 2005, mas ainda não vendeu a variedade no país, segundo o porta-voz da companhia, Medard Schoenmaeckers. No entanto, duas companhias locais também obtiveram a licença e fazem a comercialização. As informações são da Dow Jones.

¹⁴⁷ O Estado de S.Paulo – 24/07/07

Aprovado em maio, milho transgênico continua suspenso

Os membros da CTNBio não conseguiram chegar a um acordo para aprovação dos requisitos exigidos pela Justiça

SÃO PAULO - O milho Liberty Link, geneticamente modificado pela Bayer para resistir a herbicidas que usam a substância glufosinato de amônio, foi liberado para uso comercial no Brasil pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) em 16 de maio de 2007 - depois de nove anos de espera, foi a primeira variedade de milho transgênico autorizada no Brasil.

Na prática, no entanto, a autorização para o plantio durou pouco: em 18 de junho, a Justiça Federal do Paraná suspendeu a liberação, por meio de liminar, exigindo estudos preliminares para garantir a coexistência do milho transgênico com variedades orgânicas e convencionais, e regras para monitoramento da nova variedade. Na reunião de julho, os membros da CTNBio não conseguiram chegar a um acordo para aprovação dos requisitos exigidos pela Justiça. Uma nova reunião, que deverá avaliar essas questões e, também, a liberação de uma outra variedade transgênica de milho, da Monsanto, deve ocorrer em meados de agosto.

As decisões da CTNBio precisam ser ratificadas pelo Conselho Nacional de Biossegurança, criado para examinar o assunto pelos ângulos da “conveniência e oportunidade socioeconômica” e o do “interesse nacional”. Segundo a assessoria da CTNBio, entre a aprovação de uma variedade transgênica pela entidade e sua chegada ao mercado pode transcorrer em prazo de cerca de dois anos - fora as dificuldades jurídicas.

Além do milho Liberty Link, estão liberados no Brasil a soja transgênica Roundup Ready (RR), também resistente a herbicida, e o algodão Bollgard Evento 531, resistente a insetos.

A liberação da RR, em 1998, ocorreu antes da entrada em vigor da atual Lei de Biossegurança, e foi contestada na Justiça: com isso, a soja modificada ficou, de fato, proibida, embora fosse plantada com sementes contrabandeadas. As safras de 2003 a 2006 acabaram tendo a comercialização autorizada por medidas provisórias.

Cronologia da CTNBio

24/março/2005

Sancionada Lei de Biossegurança, com regras para pesquisa, plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados.

23/11/2006

O primeiro processo para liberação comercial de transgênico é avaliado pela CTNBio. A comissão nega autorização de uso comercial de uma vacina contra a doença de Aujelszky, feita com vírus modificado e usada em porcos e cavalos, apesar de o placar apontar 17 votos favoráveis e 4 contrários à aprovação.

14/12/2006

Juiz federal do Paraná determinou que a CTNBio suspendesse as análises do pedido de liberação do milho transgênico Liberty Link, da Bayer. A liminar chegou à CTNBio pouco antes da votação. A medida determinava que o processo somente poderia ser retomado depois de uma audiência pública sobre o assunto.

21/03/2007

O presidente Lula aprovou o projeto que reduz o quórum da CTNBio exigido para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas. Em vez de maioria qualificada, passou a ser exigida maioria absoluta.

19/04/2007

Por determinação de uma liminar concedida na 2ª Vara da Justiça Federal, a sessão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) teve de ser realizada a portas abertas.

16/5/2007

Por 17 votos favoráveis e 4 contrários, o milho transgênico resistente a herbicida produzido pela Bayer teve seu uso comercial liberado pela CTNBio. Foi a primeira liberação comercial de organismos geneticamente modificados desde a Lei de Biossegurança e da nova composição da CTNBio, que passou a se reunir em fevereiro de 2006.

18/06/2007

Justiça Federal do Paraná proibiu em decisão liminar a CTNBio de liberar qualquer variedade de milho transgênico para fins comerciais. A medida exigia que, antes da liberação, fosse finalizado um plano de monitoramento do plantio - cujo objetivo é avaliar e detectar qualquer problema provocado pelo uso de sementes transgênicas.

¹⁴⁸ O Estado de S.Paulo – 29/07/07

Governo cogita revogar Lei de Biossegurança

Medida pode ser tomada caso Anvisa se coloque à frente dos trabalhos da comissão técnica da área, a CTNBio

A disputa em torno dos transgênicos chegou a tal ponto dentro do governo que a idéia de revogar a Lei de Biossegurança começa a ser cogitada. A crise atingiu o auge nesta semana, com a notícia de que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) havia proposto um roteiro de questões que deveria ser respondido por empresas interessadas em colocar seus produtos transgênicos no mercado. Pela sugestão, empresas teriam de atender às exigências da Anvisa antes mesmo de o pedido ser apreciado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)- a encarregada, por lei, de analisar o assunto.

"Se a resolução for aprovada, será um desastre", diz o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto de Castro. "Se tal caminho for seguido, é melhor que se revogue a Lei de Biossegurança", completa.

Para Barreto de Castro, a proposta da Anvisa é uma afronta à competência da CTNBio. "Além disso, não sabemos nem mesmo quanto tempo eles levariam para julgar cada processo", observa.

Criada há dois anos para tentar resolver conflito de competência entre setores do governo e longas batalhas judiciais na área de transgênicos, a Lei de Biossegurança até agora pouca coisa conseguiu mudar. Desde que a CTNBio - comissão formada por especialistas para avaliar a segurança de pesquisas e comércio de produtos com organismos geneticamente modificados - passou a se reunir, em dezembro de 2006, a disputa entre o setor pró e contra transgênicos tornou-se escancarada e o caminho das brigas judiciais voltou a ser usado com maestria pelos ambientalistas.

O saldo é revelador: somente uma liberação comercial foi aprovada. Mas não entrou em prática. Ibama e Anvisa recorreram ao Conselho Nacional de Biossegurança, composto por 11 ministérios, contra a decisão. E uma ação na Justiça também suspendeu os efeitos da votação.

DISSOLUÇÃO DA CTNBIO

"Bastou a proximidade de uma liberação para liminares e ações na Justiça serem interpostas", afirmou o secretário. "Reações que indicam que o Executivo continua dividido sobre esse assunto." Barreto de Castro defende que, na próxima reunião do conselho de ministros, a proposta da Anvisa seja discutida. "Se o órgão máximo concordar com a proposta, é melhor dissolver a CTNBio. Aí cada ministério avalia sua área: a saúde, o ambiente, a agricultura." Ambientalistas afirmam haver uma série de falhas no processo de avaliação da CTNBio. O diretor da Anvisa, Cláudio Maierovitch, por sua vez, observa que as análises dos processos não seguem nenhuma metodologia, apenas critérios pessoais dos conselheiros. Algo, em parte, admitido por Barreto de Castro. "Estamos revendo este processo", diz.

Ele conta que, quando a primeira versão da Lei de Biossegurança foi feita, em 1995, não havia experiência em torno de organismos geneticamente modificados. E, justamente por isso, o maior rigor estava na liberação de pesquisas. Hoje, completa, o ideal é que a pesquisa seja mais flexível e que o rigor seja transferido para processos de liberação comercial. "Fizemos uma instrução normativa para a pesquisa mais flexível e está em fase final outra instrução para liberação comercial." Ele acrescenta, porém, que roteiros podem ser usados. Mas nunca serão suficientes. "Em cada processo há peculiaridades. Não será um questionário de 180, 200 perguntas que vai tirar todas as dúvidas."

Para alguns observadores, a falta de regras próprias pra liberação comercial acaba reforçando os argumentos de ambientalistas. "Há uma certa impaciência e ingenuidade da ala favorável à agilidade dos processos. Sem

alguns cuidados básicos, eles acabam se tornando alvo fácil. Para setores radicalmente contrários a transgênicos, qualquer falha é motivo para ação", afirma um dos integrantes da CTNBio.

O presidente do Ibama, Basileu Margarido Neto, aponta várias falhas no processo de liberação comercial do milho transgênico desenvolvido pela Bayer, que acabaram levando o órgão a ingressar com recurso. Entre os problemas citados, estão a inexistência de estudos sobre a segurança do milho feitos no País e o fato de que a tradução para o português de estudos que instruíam o processo somente foram anexados na fase final de discussão.

"Recurso não é sinal de desentendimento entre setores do governo. Ele está previsto em lei", observa Margarido Neto. O Ibama, diz, presta assessoria para a equipe do Ministério do Meio Ambiente que compõe a CTNBio. Mas não dá sugestões diretamente ao conselho. A Anvisa também até hoje não prestou assessoria para CTNBio. "Mas, ao contrário do que foi dito, eu pessoalmente fiz um convite ao presidente da Anvisa para que ela opinasse", afirmou Barreto de Castro.

O secretário avalia que setores que são, por princípio, contrários a qualquer tipo de transgênico estão distantes de avaliações racionais. "O milho liberado pela CTNBio é usado há mais de dez anos por vários países. A pergunta que nenhum ambientalista fez foi: nesses lugares, alguém morreu? Houve contaminação, aumento de doenças?"

FRASES

Luiz Antonio Barreto de Castro

Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do
Ministério da Ciência e Tecnologia

"Se a resolução (da Anvisa) for aprovada, será um desastre. Se tal caminho for seguido, é melhor que se revogue a Lei de Biossegurança"

Cláudio Maierovitch

Diretor da Anvisa

"Fizemos uma instrução normativa para a pesquisa mais flexível e está em fase final outra instrução para liberação comercial"

Basileu Margarido Neto

Presidente do Ibama

"Recurso não é sinal de desentendimento entre setores do governo. Está previsto em lei"

¹⁴⁹ O Estado de S.Paulo – 30/07/07

Milho da Bayer volta à estaca zero

Após nove anos esperando para ser liberado comercialmente, produto transgênico volta para análise de comissão

Depois de nove anos percorrendo os caminhos da burocracia, de enfrentar recursos judiciais e a oposição de organizações não-governamentais, de esperar pela Lei de Biossegurança e de ser aprovado no ano passado na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), o milho transgênico desenvolvido pela Bayer, o Liberty Link, voltou à estaca zero. Duas semanas atrás, por causa dos recursos do Ibama e da Anvisa, o Conselho Nacional de Biossegurança, órgão que concederia a liberação comercial do produto, devolveu o processo à CTNBio.

O Conselho, composto por representantes de 11 ministérios, era a última instância para a liberação completa do milho, depois que, por 17 votos a 4, a CTNBio concluiu que o grão tolerante a herbicidas não apresentava evidências de ameaças à saúde humana e animal nem ao meio ambiente. Com os recursos do Ibama e da Anvisa, o processo voltou à CTNBio porque foram exigidos novos estudos para acompanhar o comportamento da cultura no meio ambiente e, depois, como deverá ser a coexistência do milho com as outras variedades da semente.

Só depois da conclusão dos estudos na CTNBio é que o Conselho vai analisar os recursos do Ibama e da Anvisa. "As manobras protelatórias certamente não vão acabar por agora", afirmou um dos integrantes da comissão técnica.

Os nove anos de espera do milho da Bayer refletem com perfeição o vaivém da política de transgênicos no País. Em 12 anos de existência da Lei de Biossegurança, que está em sua segunda versão, apenas três sementes transgênicas foram aprovadas: uma de soja, outra de algodão e, agora, mas sem conclusão, a do milho

Liberty Link. "Não há dúvidas de que o Brasil é um dos mais conservadores nesta área", afirma o Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antônio Barreto de Castro.

Em dezembro do ano passado, o milho transgênico da Bayer já havia sido retirado da pauta da CTNBio três vezes. Quanto mais o processo caminhava, mais falhas os grupos contrários à liberação apontavam. "Uma lista infundável de perguntas foi feita, consultores externos foram chamados", relembra um dos integrantes da comissão, Edilson Paiva, pesquisador da Embrapa.

Quando o processo estava prestes a ser julgado, uma liminar obrigou a CTNBio a fazer uma audiência pública. O pedido foi atendido, mas, para os ambientalistas, de forma incompleta - eles questionaram o fato de o processo de segurança do milho transgênico ter sido discutido em uma pauta que tratou de vários assuntos. Integrantes da CTNBio chegaram a se queixar de que documentos não estavam traduzidos para o português. Satisfeito mais esse pedido, e marcada, mais uma vez, a data para votação da liberação, foi a vez de organizações não-governamentais ingressarem na Justiça para que as reuniões fossem abertas ao público. Depois de uma reunião desmarcada, protestos e um recurso - perdido na Justiça - a CTNBio passou a fazer suas reuniões com portas abertas. E, em maio, a plenária aprovou o milho da Bayer.

"Demorou tanto tempo que, comparado com sementes mais modernas, o Liberty Link pode ser comparado a uma carroça", afirma Paiva. Mas mesmo assim, uma carroça bem-vinda.

Paiva não tem dúvida de que a resistência em permitir o uso comercial só traz prejuízos para ciência. "Enquanto ficamos nesta estagnação, o uso de agrotóxicos aumenta, e este, sim, com prejuízos inegáveis à saúde e ao meio ambiente." Como exemplo, ele cita o fato de que, na Região Centro-Oeste, 10 pulverizações no milho precisam ser feitas. "Gostaria de saber quem será responsabilizado pelo atraso tecnológico, pelo prejuízo ambiental e pela oportunidade de ampliar nossa participação no mercado internacional."

Ele argumenta, por exemplo, que a China passou a importar o grão e os Estados Unidos desviaram parte da sua colheita para álcool. "Enquanto isso, ambientalistas continuam fazendo perguntas que eram pertinentes há 10 anos e que há muito já foram respondidas."

¹⁵⁰ O Estado de S.Paulo – 01/08/07

Campo espera a liberação de transgênicos

- No campo, o produtor vive a expectativa da liberação de variedades transgênicas. Hoje, há apenas uma variedade liberada no mercado, o algodão Bollgard Evento 531, da Monsanto do Brasil, resistente a insetos. Apesar das discussões, produtores alegam que falta competitividade ao algodão brasileiro por causa dos altos custos de produção. As variedades geneticamente modificadas ajudariam, então, a diminuir as aplicações de herbicidas, reduzindo os custos.

O vice-presidente da Abrapa e presidente da Associação Goiana dos Produtores de Algodão (Agopa), Haroldo Rodrigues da Cunha, explica que a cotação do produto, em dólar, vem se mantendo num bom nível. Entretanto, como o dólar está desvalorizado frente ao real, a margem de lucro do produtor é menor. "Não há previsão de que esta política cambial vá se reverter, por isso precisamos ser competitivos de outra forma."

NECESSIDADE

"Tem lavoura que precisa de até 15 aplicações de inseticidas. É muita coisa", diz Cunha. Para ele, a liberação de transgênicos é uma necessidade. Ele calcula que é possível reduzir em 20% os custos da lavoura.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) discute outras três variedades de algodão transgênico. No dia 17, haverá audiência pública para debater a liberação comercial destes três itens que aguardam parecer da comissão. A variedade Liberty Link Evento LL Cotton 25, da Bayer CropScience, é tolerante ao glifosinato de amônio. Outra variedade, da Monsanto, é o algodão Roundup Ready Evento 1445, tolerante ao glifosato; e a última variedade que aguarda parecer, da Dow AgroSciences, é resistente a insetos e ainda não tem nome comercial.

¹⁵¹ O Estado de S.Paulo – 07/08/07

Brasil desenvolve soja transgênica para exploração comercial

Ainda sem nome comercial, a soja foi desenvolvida inteiramente no Brasil, em parceria da Embrapa com a Basf

SÃO PAULO - O Brasil já tem sua primeira planta transgênica. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a multinacional química Basf anunciaram nesta terça-feira, 7, um contrato para o desenvolvimento comercial de uma variedade de soja geneticamente modificada, tolerante a herbicidas. A expectativa

é colocar o produto no mercado até 2012. Leia reportagem completa na edição desta quarta-feira de O Estado de S. Paulo.

A nova soja contém um gene da planta *Arabidopsis thaliana* (uma planta modelo de laboratório, muito utilizada em pesquisas no mundo todo) que confere resistência a uma classe de herbicidas chamada imidazolinonas. Dessa forma, o herbicida pode ser aplicado para o controle de ervas daninhas sobre toda a lavoura, sem prejuízo para a soja.

As imidazolinonas são concorrentes diretas do glifosato, herbicida que é a base da tecnologia Roundup Ready (RR), da Monsanto - empresa que domina o mercado de plantas transgênicas no mundo todo.

Ainda sem nome comercial, a soja foi desenvolvida inteiramente no Brasil, sob a coordenação do geneticista e engenheiro agrônomo Elibio Rech, da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. O gene (chamado ahas) é patenteado pela Basf, mas a tecnologia de transformação genética da planta foi desenvolvida por Rech e patenteada pela Embrapa no Brasil.

A parceria foi iniciada em 1997, mas só agora a pesquisa chegou a um ponto em que as empresas se sentem confiantes de que ela tem viabilidade comercial.

A "planta mãe", batizada de Evento 127 (a melhor entre mil que foram transformadas com o gene), foi selecionada há cerca de três anos, e toda a pesquisa, desde então, tem sido desenvolvida a partir dela. Vários testes de biossegurança já estão em andamento, tanto na área ambiental quanto alimentar.

Com os resultados em mãos, o pedido de liberação comercial deverá ser encaminhado para avaliação pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). "Estou muito feliz pelo Brasil; é uma demonstração de que somos capazes de produzir algo de alta tecnologia e com alto valor agregado", disse Rech. Os royalties provenientes da venda da tecnologia serão divididos meio a meio entre a Embrapa e a Basf.

O gerente de biotecnologia da Basf no Brasil, Luiz Carlos Louzано, acredita que a nova soja poderá ganhar até 20% do mercado brasileiro. É a primeira planta transgênica da empresa, concorrente da Monsanto. "Queremos oferecer uma opção que seja economicamente e tecnologicamente interessante para o sojicultor", disse.

¹⁵² O Estado de S.Paulo – 08/08/07

Apesar de histórico da CTNBio, prazo para aprovação pode ser mais curto

O histórico de tramitação dos pedidos de liberação comercial de plantas transgênicas na CTNBio é pouco animador para pesquisadores e empresas. Em mais de dez anos, apenas três produtos foram aprovados no País: uma variedade de soja, uma de algodão e uma de milho. Pelo menos dez outros produtos aguardam há anos na fila para serem levados ao mercado. A tecnologia enfrenta forte resistência de grupos ambientalistas e da agricultura familiar.

"Espero que não leve dez anos para conseguirmos a aprovação; isso certamente inviabilizaria investimentos futuros", disse o gerente de Biotecnologia da Basf no Brasil, Luiz Carlos Louzано. "Temos que botar o pé no chão e seguir em frente. Não dá para negligenciar a importância do Brasil na agricultura."

Além da soja, outros projetos de plantas transgênicas estão em fase adiantada na Embrapa. O cartel de pesquisas inclui variedades geneticamente modificadas de feijão, cana-de-açúcar, milho e algodão. "Vivemos uma nova fase. Há dez anos não tínhamos ambiente para investimento", observa o gerente-geral de Transferência de Tecnologia da empresa, José Roberto Rodrigues Peres. "Mas agora, com mecanismos criados, como a Lei de Sementes, de Inovação Tecnológica e a Lei de Biossegurança, um impulso foi dado para cooperações técnico-científicas."

Peres reconhece que a estimativa para aprovação da nova soja transgênica é otimista. "Acreditamos que, nesse caso, o prazo para avaliação seja menor, sobretudo porque já há uma semente liberada para plantio e que é usada em larga escala", disse.

A única soja transgênica aprovada no Brasil até agora utiliza um gene da Monsanto, também inserido em variedades (germoplasma) da Embrapa. A diferença, no caso da Basf, é que a transformação da planta foi toda desenvolvida no Brasil. "Não somos apenas usuários, mas parceiros diretos na construção da tecnologia", destacou o diretor-executivo da Embrapa, José Geraldo Eugênio de França.

¹⁵³ O Estado de S.Paulo – 10/08/07

Anvisa perde disputa de poder com a CTNBio

Para o ministro da Saúde, a resolução feita pela Anvisa feria os poderes da CTNBio, definidos por lei
BRASÍLIA - A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) perdeu a queda-de-braço para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e não conseguiu ampliar seus poderes para controlar a liberação comercial de produtos transgênicos. Em reunião com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a An-

visa admitiu transformar uma resolução com normas para avaliação da segurança de transgênicos em um documento consultivo, que apenas irá auxiliar decisões de representantes do Ministério da Saúde. O desfecho desarmou a crise que havia se instalado no governo e foi anunciado ontem por Temporão.

A decisão foi tomada em uma reunião do Conselho Nacional de Biossegurança, convocada especialmente para encontrar uma solução para o problema. "A consulta pública irá continuar, mas o roteiro para análise de processos sobre segurança de transgênicos será apenas um subsídio", afirmou Temporão ao final do encontro do conselho.

Para o ministro, a resolução feita pela Anvisa feria os poderes da CTNBio, definidos por lei. "Órgãos de fiscalização, como Ibama e Anvisa, podem atuar no processo todo. Como fizeram no caso do milho transgênico: insatisfeitos com a forma de aprovação do processo, ingressaram com recurso", explicou Temporão.

Formado por 11 ministérios, o Conselho Nacional de Biossegurança é o órgão máximo do País para decidir sobre a liberação comercial de produtos transgênicos. O impasse surgiu em julho, quando a Anvisa colocou em consulta pública um roteiro que teria de ser seguido por todas as empresas interessadas em ter seus produtos transgênicos liberados comercialmente. Na justificativa, a Anvisa afirmava que entre suas atribuições estava zelar pela segurança dos alimentos. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

¹⁵⁴ O Estado de S.Paulo – 16/08/07

CTNBio aprova liberação de milho transgênico da Monsanto

SÃO PAULO - A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou nesta quinta-feira a liberação comercial do milho transgênico resistente a insetos da Monsanto, informou o órgão do governo. Foi a segunda aprovação comercial de uma variedade de milho transgênica. Na reunião de maio, a CTNBio havia aprovado a liberação comercial do cereal resistente ao herbicida glufosinato de amônio, uma tecnologia da Bayer .

A liberação foi realizada logo após a aprovação pela comissão do Plano de Monitoramento Pós-Comercialização e da Proposta de Coexistência para milho transgênico, também nesta quinta-feira.

A aprovação desses planos foi uma exigência do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), que condicionou a liberação comercial de uma nova variedade a um projeto de monitoramento e coexistência.

O CNBS é um órgão formado por 11 ministros de Estado que analisa as questões de biossegurança do ponto de vista sócio-político.

Aprovado esse plano de monitoramento pela CTNBio, os dois processos (do milho MON 810, da Monsanto, e o Liberty Link, da Bayer) serão encaminhados para o CNBS, que terá um prazo de 60 dias para confirmar as liberações do milho.

"Tal variedade de milho aguardava avaliação há oito anos e, apesar de as análises terem sido concluídas pelos membros da CTNBio, somente hoje recebeu o parecer favorável definitivo. Com a aprovação, a Comissão dá aval de segurança alimentar humana, animal e para o meio ambiente", informou o Conselho de Informações sobre Biotecnologia, uma entidade defensora dos transgênicos.

Atualmente, já estão liberadas para o plantio comercial no Brasil variedades transgênicas de soja e de algodão, ambas com tecnologia da Monsanto.

Outras variedades transgênicas de milho, algodão e soja aguardam aprovação comercial.

Os produtos transgênicos são vistos por boa parte do setor agrícola como fatores de elevação da produtividade e de redução de custos.

¹⁵⁵ O Estado de S.Paulo – 17/08/07

CTNBio libera comercialmente mais um milho transgênico

Foi uma votação rápida e silenciosa. Mas a perspectiva é de que a decisão provoque ainda muita polêmica
BRASÍLIA - A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou ontem a liberação comercial do milho transgênico Guardian, desenvolvido pela Monsanto e resistente a insetos. Foram quinze votos favoráveis ao pedido, uma abstenção e um voto contrário.

O pedido, depositado no conselho em 1999, foi votado diante de olhares perplexos do público que estava no auditório do Ministério da Ciência e Tecnologia, onde a reunião se realizava. Embora estivesse na pauta, a expectativa era que o assunto não fosse apreciado ontem.

Foi uma votação rápida e silenciosa. Mas a perspectiva é de que a decisão provoque ainda muita polêmica. Ontem, horas depois da votação, o Greenpeace divulgou um comunicado repudiando a decisão.

"A CTNBio é guardiã da bio-insegurança", afirmou Gabriela Vuolo, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace. A advogada da organização não-governamental Terra de Direitos Maria Rita Reis questionou a legalidade da decisão.

Uma liminar na Justiça Federal do Paraná havia determinado que a CTNBio não julgasse nenhum pedido de liberação comercial antes de criar normas de monitoramento e de coexistência entre milho geneticamente modificado e cultura de milho convencional.

As duas regras foram votadas ontem e, de acordo com o presidente da CTNBio, Walter Colli, isso abriu caminho para que outros processos fossem avaliados. A liminar havia sido concedida numa ação civil pública movida logo depois da aprovação da liberação comercial de outro milho transgênico, o produzido pela Bayer. A representante do Ministério Público na CTNBio, Maria Soares Cordioli, preferiu analisar as votações de ontem antes de informar se ingressaria ou não com recursos na Justiça. "Há certa dúvida sobre a eficácia de tal decisão", disse.

Para ela, antes de colocar em julgamento outros processos, seria necessário que a Justiça do Paraná analisasse as duas instruções para verificar se as exigências da liminar foram satisfeitas. Somente com o aval a CTNBio poderia analisar outro pedido. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

Cronologia da CTNBio

24/03/2005

Sancionada Lei de Biossegurança, com regras para pesquisa, plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados.

23/11/2006

O primeiro processo para liberação comercial de transgênico é avaliado pela CTNBio. A comissão nega autorização de uso comercial de uma vacina contra a doença de Aujeszky, feita com vírus modificado e usada em porcos e cavalos, apesar de o placar apontar 17 votos favoráveis e 4 contrários à aprovação.

14/12/2006

Juiz federal do Paraná determinou que a CTNBio suspendesse as análises do pedido de liberação do milho transgênico Liberty Link, da Bayer. A liminar chegou à CTNBio pouco antes da votação. A medida determinava que o processo somente poderia ser retomado depois de uma audiência pública sobre o assunto.

21/03/2007

O presidente Lula aprovou o projeto que reduz o quórum da CTNBio exigido para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas. Em vez de maioria qualificada, passou a ser exigida maioria absoluta.

19/04/2007

Por determinação de uma liminar concedida na 2ª Vara da Justiça Federal, a sessão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) teve de ser realizada a portas abertas.

16/5/2007

Por 17 votos favoráveis e 4 contrários, o milho transgênico resistente a herbicida produzido pela Bayer teve seu uso comercial liberado pela CTNBio. Foi a primeira liberação comercial de organismos geneticamente modificados desde a Lei de Biossegurança e da nova composição da CTNBio, que passou a se reunir em fevereiro de 2006.

18/06/2007

Justiça Federal do Paraná proibiu em decisão liminar a CTNBio de liberar qualquer variedade de milho transgênico para fins comerciais. A medida exigia que, antes da liberação, fosse finalizado um plano de monitoramento do plantio - cujo objetivo é avaliar e detectar qualquer problema provocado pelo uso de sementes transgênicas.

16/08/2007

A CTNBio aprova normas que, no seu entender, cumprem as exigências da justiça paranaense e, em seguida, decide liberar o milho transgênico da Monsanto, por 15 votos a favor, uma abstenção e um voto contrário.

¹⁵⁶ O Estado de S.Paulo – 05/09/07

Transgênicos ganharão mais espaço no Brasil em 07/08--Monsanto

SÃO PAULO - O plantio de soja e algodão transgênicos no Brasil deverá ter um crescimento expressivo na safra 2007/08, previu nesta quarta-feira a multinacional Monsanto, única empresa que detém autorização para vender a tecnologia de grãos geneticamente modificados (GM) no país.

A norte-americana Monsanto estima que a semeadura de soja transgênica crescerá de 51 por cento da área plantada em 06/07 para 60 por cento do plantio em 07/08.

Em 06/07, o Brasil semeou, segundo dados do governo, 20,6 milhões de hectares de soja, dos quais pouco mais da metade geneticamente modificados.

Considerando que a área plantada cresça 5 por cento em 07/08, como apontou uma projeção do Ministério da Agricultura na terça-feira, o Brasil plantaria neste ano cerca de 13 milhões de hectares com soja transgênica Roundup Ready, cujo gene proporciona resistência ao herbicida glifosato.

"Este ano a área plantada (com soja transgênica) vai crescer 10 pontos percentuais em relação ao ano passado", disse nesta quarta-feira o presidente da Monsanto no Brasil, Alfonso Alba, durante o anúncio de uma nova tecnologia da empresa para o Brasil [ID:nN05213521].

Para o algodão Bollgard, com tecnologia Bt resistente a insetos, a Monsanto prevê que a área plantada com o transgênico "quase dobre" este ano, para 23 por cento da superfície semeada, contra 12 por cento em 06/07, quando o plantio atingiu 1,06 milhão de hectares.

No caso da soja, Alba citou ainda previsões mais otimistas, como a da consultoria Céleres, que prevê um crescimento de área transgênica de 58 para 68 por cento do total semeado.

Na safra 05/06, a área com grão alterado foi de cerca de 9,5 milhões de hectares, e na temporada 06/07, de 11,4 milhões de hectares, segundo a instituição internacional que pesquisa transgênicos ISAAA.

Segundo o presidente da Monsanto, o crescimento ano após ano das lavouras transgênicas no Brasil é prova de que a tecnologia reduz custos e apresenta bons resultados em termos de produtividade.

QUESTIONAMENTOS, ROYALTIES

Questionado sobre informações do governo do Paraná que indicam redução da intenção de plantio no Estado, em função de resultados inferiores aos esperados, o executivo afirmou que isso pode ter ocorrido porque produtores semearam as variedades em momentos não indicados.

De qualquer forma, a Monsanto acredita que não haverá redução de área transgênica no Paraná. "O que pode haver é um crescimento menor."

O presidente da Monsanto também foi indagado se o aumento de custos com o glifosato poderia reduzir a intenção de plantio, o que ele negou. "Os custos do glifosato representam apenas 3 por cento da lavoura. O que aconteceu é que os preços caíram muito (com a crise agrícola) no ano passado. Agora voltaram ao patamar de dois anos atrás."

Ele explicou que há um aumento da demanda mundial por glifosato, o que tem provocado a alta. O dirigente afirmou ainda que a empresa mantém os preços de 2005 apesar da inflação do período e da alta de custos da empresa.

A Monsanto informou que manterá para 07/08 em 30 centavos de reais por quilo de semente os royalties pagos pela semente de soja certificada, mesmo valor da safra 06/07.

O sistema indenizatório para sementes "salvas" por produtores, que pagam 2 por cento do valor da saca (60 kg) na venda do grão, também será mantido.

No entanto, a Monsanto avalia que o sistema de indenização paga pelos produtores que não usam sementes certificadas --que hoje ainda domina o esquema de pagamento pelo uso da tecnologia-- tende a perder espaço para o de royalties. "O pagamento do royalty é 50 por cento mais barato", explicou.

¹⁵⁷ O Estado de S.Paulo – 25/09/07

CTNBio libera mais uma variedade de milho transgênico

Esta é a terceira liberação de variedades geneticamente modificadas do grão em quatro meses

BRASÍLIA - Depois de uma manifestação contra transgênicos na sala de votação da qual participaram 30 mulheres, entre elas algumas gestantes, e de protestos de dois de seus integrantes, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou a liberação comercial do milho transgênico produzido pela Syngenta. É a terceira liberação de variedades geneticamente modificadas de milho em quatro meses. Em maio e agosto, a CTNBio liberou a comercialização de variedades resistentes a herbicidas e insetos.

A aprovação do primeiro milho, o da Bayer, no entanto, é alvo de uma discussão jurídica e ainda não está descartada a possibilidade de que as duas outras liberações sejam suspensas por determinação da Justiça. Ainda nesta quinta-feira, diante de divergências sobre a forma de condução da votação, integrantes da CTNBio afirmaram que poderiam questionar na Justiça a aprovação do milho da Syngenta, resistente a insetos. Neste mês, o Tribunal Regional Federal confirmou a liminar que havia sido concedida pela Justiça do Paraná, que suspendia a liberação do milho transgênico da Bayer, o primeiro a ser aprovado, até que condições fossem satisfeitas: a CTNBio teria de preparar um plano de coexistência do milho transgênico com outras espécies e um plano de monitoramento.

Além disso, a decisão determinou a realização de estudos para comprovar a segurança do plantio de sementes modificadas na região Norte e Nordeste. As duas primeiras condições foram satisfeitas.

Na Justiça, o Ministério de Ciência e Tecnologia, a quem a CTNBio está ligada, argumentou que não cabe a eles cumprirem a terceira exigência. Mas o TRF manteve a liminar. Um novo recurso deverá ser interposto. Só depois que tudo for resolvido é que o Conselho Nacional de Biossegurança, formado por onze ministérios, vai analisar a aprovação e decidir se ratifica ou não a decisão da CTNBio.

¹⁵⁸ O Estado de S.Paulo – 21/09/07

Justiça manda empresas rotular óleo com soja transgênica

A decisão, de primeira instância, foi tomada em São Paulo. Empresas podem recorrer

SÃO PAULO - A Justiça de São Paulo determinou que as duas maiores fabricantes de óleo de soja do Brasil, Bunge Alimentos e Cargill Agrícola, informem no rótulo da embalagem se o óleo de soja vendido por ambas é fabricado a partir de grão geneticamente modificado.

Ambas comercializam algumas das marcas mais conhecidas do mercado, como Soya (Bunge) e Liza (Cargill). Deve constar dos rótulos a imagem do triângulo amarelo com um T no meio e a informação de que o produto foi fabricado com matéria-prima transgênica.

A decisão, de primeira instância, foi da 3ª Vara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, que acolheu a ação civil pública proposta pelo Ministério Público paulista, mandou citar as empresas e concedeu prazo de 30 dias para a que os fabricantes adaptem as embalagens de seus produtos. As empresas podem recorrer.

¹⁵⁹ O Estado de S.Paulo – 06/07/06

Algodão transgênico: destruir não é solução razoável

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, fiscalizando lavouras de algodão, detectou, em amostras coletadas nas plantações, a proteína cp4-epsps, que indica presença de cultivar geneticamente modificada resistente ao glifosato. Com a detecção da presença de um evento de transformação genética não aprovado para uso comercial, os agentes do MAPA lavraram Termo de Suspensão da Comercialização, fundamentando suas ações na Lei nº 10.711/03, que dispõe sobre o sistema nacional de sementes e mudas, e na Lei 11.105/05, que regulamenta as atividades com organismos geneticamente modificados - OGMs.

Em seguida, o MAPA solicitou à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, orientação sobre alternativas de descarte ou destruição das lavouras com presença de algodão transgênico. A CTNBio, em reunião realizada no dia 21 de junho de 2006, emitiu parecer técnico sugerindo alternativas de destruição e descarte.

Diferente, portanto, do que tem sido noticiado, a CTNBio não determinou a destruição das lavouras de algodão geneticamente modificado. A decisão de destruir ou não o material caberá ao MAPA, após criteriosa análise, dentro do processo administrativo.

Cabe ressaltar que nem a lei de sementes e mudas nem a lei que regulamenta as atividades com OGMs, determina como única alternativa a destruição do material apreendido. Importante também observar, que a detecção foi realizada em testes qualitativos e não quantitativos, ou seja, constatou-se a presença de algodão transgênico, mas não se sabe o percentual na lavoura, e até 1% deve ser tolerado. Em 2004, a CTNBio recomendou o estabelecimento de um limite de tolerância de até 1% de presença de semente de algodão transgênico já aprovado em outro país, em semente de algodão convencional. Concluindo que a presença neste percentual não constitui atividade que degrada o meio ambiente ou prejudica a saúde humana. Em 2004, o algodão transgênico tolerante ao glifosato já era cultivado em diversos países, o que permite concluir que a CTNBio avaliou, no mínimo parcialmente, a biossegurança do evento, pois sem uma avaliação neste sentido não poderia ter considerado seguro sua presença em até 1% nas lavouras convencionais.

Antes, portanto, de tomar qualquer decisão, o MAPA primeiro deve certificar se a presença de algodão transgênico nas lavouras fiscalizadas é superior ou inferior a 1%.

Porém, um ponto chama a atenção no parecer da CTNBio. Em determinado momento, a Comissão argumenta que em hipótese alguma o produto colhido (sementes e fibras) deverá ser utilizado e sim totalmente enterrado. Contudo, não demonstrou de forma inequívoca porque entende que só enterrando o produto colhido a biossegurança estaria garantida, o que abre espaço para outras alternativas sejam propostas.

Após a colheita da safra, o comércio da pluma (que não é um OGM) e a destruição total das sementes do algodão (que é um OGM) em processo de produção de biodiesel, é uma alternativa viável para todos. O agricultor não teria tamanho prejuízo, a indústria de sementes não seria prejudicada, visto que as sementes irregulares seriam destruídas, e o Estado teria condições de retomar o controle das atividades, inclusive aplicando as medidas de biossegurança, que constam do parecer da CTNBio.

Especificamente sobre as fibras, cabe observar que a indústria têxtil brasileira importa pluma de países que plantam algodão transgênico, e não se tem notícia de que pluma importada, produzida por algodão geneticamente modificado, foi enterrada. Inclusive, é certo que o Governo nem sabe se a pluma importada é ou não produzida por algodão transgênico.

Para concluir, o que precisa ser destruída é a incompetência do Governo Federal na condução de uma área estratégica como a biotecnologia moderna aplicável à agricultura.

¹⁶⁰ O Estado de S.Paulo – 27/10/06

CTNBio: quem pagará essa conta?

Quando o presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Walter Colli, vem a público dizer que "são praticamente nulas as possibilidades de o País ter este ano alguma nova decisão sobre liberação comercial de sementes transgênicas" e, ao mesmo tempo, ainda precisa fazer um apelo para que os integrantes da CTNBio compareçam às reuniões, conforme matéria publicada em O Estado de S.Paulo do último domingo, dia 22, é possível se ter uma dimensão dos problemas que a Comissão está enfrentando na tentativa de realizar o seu trabalho.

Atualmente, a CTNBio passou a ter 54 integrantes, metade deles com a posição de suplente. Para a aprovação de uma liberação comercial, por exemplo, são necessários 18 votos favoráveis, com a presença de dois terços dos titulares. Como tem sido bem alto o índice de absentismo nas reuniões, acaba não sendo possível fazer as votações. "O problema está na lei. Em vez de uma comissão, eles criaram uma assembléia geral", desabafou Colli, na mesma manifestação contra as amarras que a CTNBio está enfrentando.

A verdade é que, todos somos sabedores, existem dois grupos dentro da CTNBio se digladiando o tempo todo: um deles querendo agilizar os trabalhos e o outro com o único compromisso de retardar o andamento dos processos. Diante disso, o que podem fazer os pesquisadores sérios que precisam dar continuidade a seus trabalhos e não podem ficar à mercê de um órgão regulatório, que não consegue dar andamento aos processos de avaliação para poder liberar ou não os inúmeros pedidos para a realização de pesquisas de campo na área de biotecnologia?

Reunidas no mês passado, em Florianópolis, as Comissões Internas de Biossegurança (CIBio) de Instituições Públicas e Privadas debateram outro problema gravíssimo do setor, que são os atentados a estações experimentais e laboratórios de pesquisa provocados por vândalos empenhados em destruir a ciência brasileira. Em moção de repúdio a essa dilapidação organizada, que coloca em risco a própria continuidade dos investimentos públicos e privados em P&D, os pesquisadores informaram onde estão buscando proteção para seus trabalhos:

"Muitas pesquisas e colaborações institucionais de biotecnologia já estão sendo conduzidas em parte ou no todo naqueles países onde as leis e normas de biossegurança são observadas, inclusive em países vizinhos como a Argentina", diz o documento. "Isto resultará em atraso significativo em P&D de biotecnologia no Brasil, que perderá em capacitação técnico-científica, em formação acadêmica, em geração de empregos e em captação de royalties na exportação de produtos biotecnológicos", acrescentaram os pesquisadores que compareceram ao III Encontro das Comissões Internas de Biossegurança, na capital catarinense.

Como se não bastassem as dificuldades para a continuidade da análise dos atuais processos pendentes em sua pauta, a CTNBio também criou normas internas que contribuem para sua inércia. Ela poderia, por exemplo, concentrar-se nas avaliações de risco contidas nesses processos e repassar às CIBios as avaliações burocráticas, sem implicações técnicas. Atualmente, para fazer uma pequena ampliação em seu laboratório, por exemplo, é preciso encaminhar para aprovação da CTNBio (que já fiscaliza as CIBios sistematicamente), gerando um novo processo que vai contribuir para atravancar ainda mais a continuidade de avaliação dos processos.

O que é ainda mais grave é que os representantes ambientalistas da CTNBio afirmam que não existe atraso algum na avaliação dos processos e, sim, uma busca de maior segurança. O que parece passar despercebido para esses militantes são as grandes perdas ambientais e econômicas para o País, que é quem pagará a conta dessa atitude. Com isso, o que conseguem é impedir o acesso brasileiro a uma tecnologia que há mais de 10 anos vem provando agredir menos o meio ambiente, que economiza a água do planeta, causa menos erosão e, ainda, economiza o uso de defensivos.

Como o Governo pretende ter a biotecnologia como grande aliada para resolver os problemas nacionais, se não dá condições de colocar esses produtos nas mãos do cidadão brasileiro? É preciso refletir sobre o risco de não se ter a tecnologia e não apenas no risco de introduzi-la.

¹⁶¹ O Estado de S.Paulo – 22/12/06

Deliberações da CTNBio: entre biossegurança e “Biopalco”.

Na primeira quinzena de dezembro, mais precisamente no dia 14, organizações não governamentais conseguiram, por meio de Ação Civil Pública, liminar suspendendo o andamento do processo de liberação comercial de milho geneticamente modificado tolerante a herbicidas a base de glufosinato de amônio, em trâmite na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio desde 1998, até que seja realizada audiência pública sobre o tema.

Embora a Lei 11.105/05 - Lei de Biossegurança - seja clara ao estabelecer que a CTNBio poderá, e não que deverá, realizar audiência pública, no caso de liberação comercial de organismo geneticamente modificado - OGM, o texto legal foi desconsiderado e o Juiz exigiu a realização de audiência pública. Neste caso concreto, chama mais a atenção o fato do Juiz ter atribuído ao termo "poder" o significado conceitual do termo "dever", do que ter compelido a CTNBio a realizar audiência pública antes de deliberar sobre projeto que a Comissão, exercendo a competência legal que lhe é atribuída, já havia entendido ser desnecessária sua realização.

Decididamente, o instituto da interpretação aberta dos sistemas jurídicos, muito trabalhado por juristas que são críticos da interpretação fechada dos sistemas normativos, não deve ser utilizado para desprestigiar uma norma, legitimada pelo procedimento democrático, para simplesmente impor a realização de audiência pública que seguramente em nada vai contribuir para a biossegurança do milho geneticamente modificado em análise. O legislador atribuiu à CTNBio, por meio de lei, a competência para deliberar sobre a necessidade ou não de realização de audiência pública, solicitada em processo de liberação comercial de OGM. Esta regra estabelecida pelo Poder Legislativo, sob pena de criar insegurança jurídica, não pode ser modificada pelo casuísmo ou por interpretação equivocada do texto legal.

Esta decisão judicial se baseou em uma lógica inaceitável, totalmente inconsistente, que não pode prevalecer. Aceitando este raciocínio, a CTNBio, por exemplo, poderá ser obrigada a reformular suas deliberações, por força de decisão judicial, quando exercer a competência que lhe é atribuída pelo inciso XX do artigo 14 da Lei 11.105/05, e identificar que uma atividade com OGM não é potencialmente causadora de degradação do meio ambiente. Ser a atividade como OGM identificada, pela CTNBio, como potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, é pré-requisito para o órgão ambiental competente exigir o licenciamento ambiental da atividade. Cabe lembrar que no Estado Democrático de Direito, que é o modelo de Estado escolhido pelo Constituinte de 1988, prevalece a regra de que a lei que foi legitimada pelo procedimento democrático, até que seja considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou modificada pelo Congresso Nacional, deve ser cumprida.

A celeuma negativa que se instalou no campo da regulamentação do desenvolvimento e do uso dos produtos oriundos da engenharia genética, fere de morte qualquer possibilidade do país avançar neste promissor segmento da economia baseada no conhecimento. Enquanto a União Européia trabalha fortemente para diminuir a distância que separa o Bloco de países como Estados Unidos da América e Japão, inclusive com o objetivo de assumir uma posição de vanguarda nesta área, no Brasil a movimentação em sentido contrário ganha força. Em 1998, um Juiz Federal proibiu a CTNBio de emitir parecer técnico em projeto de liberação comercial de OGM, e em suas razões argumentou: "Sem contabilizar exageros, creio que a velocidade irresponsável que se pretende imprimir nos avanços da engenharia genética, nos dias atuais, guiada pela desregulamentação gananciosa da globalização econômica, poderá gerir, nos albores do novo milênio, uma esquisita civilização de "aliens hospedeiros", com fisionomia peçonhenta, a comprometer, definitivamente, em termos reais, e não fictícios, a sobrevivência das futuras gerações de nosso planeta".

Atualmente, argumentos catastróficos como este que foi utilizado em 1998 não são recomendados. Todavia, os que insistem trilhar o caminho do obscurantismo vem explorando, em alguns casos com sucesso, os caminhos da pendenga regimental e da aventura jurídica.

¹⁶²O Estado de S.Paulo – 26/07/07

Ciumeira e obscurantismo

Nem só de obscurantismo e ideologia, mas também de ciumeira, se alimenta a campanha contra a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), responsável pela avaliação de organismos geneticamente modificados. Até há pouco, o noticiário havia ressaltado a ação de caçadores de bruxas apoiados por inimigos do agronegócio e da modernidade no campo. O objetivo dessa aliança era impedir por quaisquer meios a liberação de transgênicos para uso comercial. A novidade, agora, é a intervenção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), motivada por uma indisfarçável disputa de poder.

A Anvisa acaba de abrir consulta pública sobre normas para avaliação de segurança de alimentos produzidos com organismos geneticamente modificados. De acordo com resolução da Anvisa, as empresas interessadas na liberação dos produtos teriam de responder a 119 questões. O parecer da agência seria encaminhado ao Ministério da Saúde e repassado à CTNBio. Com essa iniciativa, escancara-se diante do presidente da República mais uma briga política entre órgãos da administração federal. Se ele reagir com a lentidão costumeira, ou se olhar para outro lado, como tantas vezes tem feito, o País terá de pagar novamente pelo mau funcionamento do governo.

A iniciativa da Anvisa é uma invasão das atribuições legais da CTNBio. Esse fato é reconhecido indiretamente pelo presidente em exercício da agência, Cláudio Maierovitch. Segundo ele, a Lei de Biossegurança expropriou da Anvisa e do Ibama a competência para a normatização no campo dos transgênicos. De acordo com seu raciocínio, trata-se agora de retomar o terreno. Mas esse procedimento é uma declaração de resistência a uma lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República. Só há um caminho legal para neutralizar uma lei considerada inconveniente: é trabalhar por sua alteração ou revogação. Ao disputar a competência atribuída à CTNBio, a direção da Anvisa legisla por conta própria.

Criada para funcionar como um órgão técnico e científico, a CTNBio foi desde o início de sua atividade submetida a pressões de tipo ideológico. Isso foi possível graças a um erro do presidente Lula. Ele deixou a comissão transformar-se num organismo político, aberto à influência de grupos contrários tanto ao agronegócio quanto à adoção de inovações geradas pela biotecnologia. Representantes desses grupos dificultaram o funcionamento da CTNBio, impedindo a formação de quórum para deliberações e tentando neutralizar a influência dos cientistas. O presidente da comissão, o pesquisador Walter Colli, denunciou a sua conversão numa assembléia. A situação tornou-se escandalosa e o presidente Lula acabou promovendo a redução do quórum para decisões.

Mas isso não encerrou a campanha contra o funcionamento da CTNBio com base em critérios técnicos e científicos. Uma liminar concedida por um tribunal no Paraná impediu a comercialização de um milho transgênico aprovada pela CTNBio. Essa aprovação foi confirmada pelo Conselho Nacional de Biossegurança, formado por 11 ministérios, mas o Ibama e a Anvisa recorreram contra a decisão.

O cerco, portanto, permanece, com a participação de organismos do governo e de ONGs. Dão palpite sobre a liberação de transgênicos não só entidades ambientalistas, mas também grupos ligados a movimentos de reforma agrária e de combate ao agronegócio.

O presidente da República tem autoridade formal para decidir quais são os objetivos do governo e como devem articular-se os organismos da máquina federal. Ele dispõe de leis e de meios administrativos para impor a necessária disciplina e impedir conflitos entre os vários setores do serviço público. Diferenças de opinião e disputas de poder são normais em todas as grandes organizações, mas não se pode tolerá-las quando ameaçam paralisar projetos importantes. No caso, nem se trata apenas de paralisia. Se a modernização tecnológica é um objetivo do governo, a ação dos grupos adversários da CTNBio põe em xeque uma das linhas fundamentais da política oficial. A intervenção do presidente, portanto, é indispensável não só para pacificar a administração federal e restabelecer a disciplina, mas também para reafirmar e fazer valer as metas do governo.

¹⁶³ O Estado de S.Paulo – 12/08/07

Uma façanha da Embrapa

Nestes tempos de fatura de apagões na vida nacional, que transformam a leitura dos jornais num exercício de melancolia, a notícia, no Estado da quarta-feira, dia 8, de um grande avanço brasileiro no setor de ponta do século 21 - a biotecnologia - merece dupla comemoração: pela proeza científica, naturalmente, mas também por ela representar um mais do que bem-vindo contraponto ao relato das desventuras que o País experimenta em seqüência, vindas quase todas das instituições de governo. No entanto, como se verá adiante, trata-se de

uma boa notícia ainda incompleta, dada a incerteza em relação aos seus desdobramentos. E essa incerteza deriva precisamente das tais desventuras em que o Brasil oficial é pródigo.

O fato informado é de aplaudir em cena aberta. Depois de 10 anos de pesquisa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com a multinacional alemã da área química Basf, criou a primeira variedade de soja transgênica tolerante a herbicidas made in Brasil. Essa é uma atividade amplamente dominada pelos gigantes mundiais da engenharia genética, a começar da americana Monsanto. Ela detém a patente da soja Roundup Ready (RR), o único produto alimentar do gênero liberado - a muitíssimo custo - para cultivo comercial e comercialização no País. O grão modificado pela Embrapa contém um gene de uma planta que o torna resistente aos herbicidas usados contra ervas daninhas.

Concorre diretamente, portanto, com a RR - cujos efeitos já não seriam tão potentes como de início. "Daí a importância de haver outros produtos", assinala o gerente-geral da Embrapa Transferência de Tecnologia, José Roberto Rodrigues Peres. Ou, como prefere o diretor-executivo da Embrapa, José Geraldo Eugênio de França, "temos de ter uma segunda bala na agulha, para que o agricultor não dependa de uma única tecnologia". Além disso, na linha dos estudos de vanguarda em biotecnologia em curso nos países desenvolvidos, a empresa trabalha para incorporar à sua soja propriedades medicinais, a fim de torná-la um insumo economicamente vantajoso à indústria farmacêutica. Nessa frente, a Embrapa se associou a universidades brasileiras e ao instituto nacional de saúde dos Estados Unidos.

Por aí se vê que as atividades da empresa no âmbito da transgenia são adultas. O problema é que se pode dizer tudo, menos isso, do desempenho da agência federal incumbida de avaliar os seus riscos para a saúde e o ambiente, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Não por culpa dos cientistas que a integram, diga-se desde logo, mas pelos seus membros que invocam o sensato princípio da precaução nas decisões a respeito apenas para impedir, na prática, a liberação comercial de qualquer transgênico. Têm aliados dentro do governo (a ministra do Meio Ambiente, o Ibama, a Anvisa) e fora dele (procuradores e juízes federais, entidades ambientalistas e de consumidores), cujos preconceitos contra a biotecnologia aplicada à agricultura parecem imunes às evidências empíricas de sua inocuidade e ao saber teórico que a fundamenta. Eis a razão da incerteza apontada no início deste comentário. Primeiro, pelo retrospecto. O milho Liberty Link, da Bayer, o único transgênico aprovado para plantio comercial pela CTNBio desde a sua recriação, na vigência da atual Lei de Biossegurança, de 2005, depois de nove anos de idas e vindas, foi embargado por uma decisão judicial - e tudo voltou à estaca zero quando, sob pressão da Anvisa e do Ibama, o Conselho Nacional de Biossegurança, responsável pela liberação do produto, devolveu o processo à CTNBio. Segundo, porque a fronda do atraso recrudescer. A mesma Anvisa decidiu que as empresas interessadas no cultivo de transgênicos deverão responder antes a um rol de 119 questões. Só a CTNBio poderia exigir isso.

O terceiro fator de incerteza está nos sinais de que o fato de ser "brasileiro" o invento da Embrapa não contará entre os medievais. Ao combater a liberação de transgênicos cuja segurança foi verificada em pesquisas no exterior, alegam que elas precisam ser repetidas no Brasil. Agora, nesse caso em que as pesquisas já são feitas em território nacional, dizem "nada muda". A amarga ironia é que a nova soja poderá ser liberada em 20 países, porém aqui não.